



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1839

Quinta-feira - 01 de Outubro de 2015

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Abdon Batista .....	2	Fraiburgo.....	230	Palmitos .....	507
Água Doce.....	14	Frei Rogério .....	236	Papanduva.....	508
Alto Bela Vista.....	18	Garopaba.....	238	Passos Maia .....	509
Antônio Carlos .....	19	Garuva .....	257	Paulo Lopes .....	510
Arabutã .....	22	Gaspar .....	261	Penha.....	511
Arroio Trinta.....	26	Guaraciaba .....	264	Petrolândia .....	513
Ascurra.....	31	Guaramirim.....	265	Pomerode.....	514
Balneário Piçarras.....	32	Guarujá do Sul .....	270	Porto Belo.....	517
Barra Velha.....	33	Herval d'Oeste .....	271	Porto União.....	518
Bela Vista do Toldo.....	34	Ibiam .....	277	Pouso Redondo .....	526
Benedito Novo .....	36	Imbituba .....	280	Presidente Castello Branco.....	527
Biguaçu .....	37	Indaial.....	286	Presidente Nereu.....	529
Blumenau .....	38	Ipumirim .....	290	Rio do Sul.....	531
Bom Retiro .....	53	Irineópolis .....	291	Santa Cecília .....	534
Braço do Trombudo .....	54	Itaiópolis .....	295	Santa Rosa do Sul .....	535
Brusque.....	55	Itapiranga.....	296	Santa Terezinha do Progresso .....	536
Caçador.....	56	Itapoá .....	297	São Bento do Sul.....	537
Camboriú.....	57	Joaçaba .....	298	São José.....	544
Campo Alegre .....	62	Lages .....	310	São Lourenço do Oeste.....	556
Campo Erê.....	64	Laguna .....	314	São Miguel da Boa Vista .....	558
Campos Novos.....	65	Lauro Muller .....	317	São Miguel do Oeste.....	572
Canelinha .....	66	Lebon Regis .....	318	Schroeder.....	573
Canoinhas.....	67	Leoberto Leal.....	357	Serra Alta .....	588
Capinzal .....	75	Luzerna .....	359	Siderópolis.....	589
Chapadão do Lageado .....	78	Mafra .....	361	Sombrio.....	590
Chapecó .....	80	Maracajá .....	362	Tigrinhos .....	593
Cocal do Sul.....	146	Maravilha.....	363	Timbé do Sul .....	594
Concórdia .....	147	Massaranduba.....	365	Timbó .....	599
Cordilheira Alta .....	152	Meleiro .....	366	Tunápolis.....	603
Coronel Freitas.....	153	Modelo .....	369	União do Oeste .....	605
Coronel Martins.....	164	Morro da Fumaça .....	372	Vargem Bonita .....	617
Corupá .....	166	Navegantes.....	373	Vidal Ramos.....	619
Curitibanos .....	167	Nova Trento .....	427	Videira.....	620
Doutor Pedrinho.....	189	Novo Horizonte .....	451	Vitor Meireles.....	621
Ermo .....	195	Orleans .....	452	Xavantina .....	627
Flor do Sertão.....	218	Ouro Verde .....	453	Xaxim.....	628
Forquilha.....	219	Palhoça .....	484		

### Associações

AMOSC.....	629
------------	-----

### Consórcios

AGIR .....	645
CIDEMA.....	646
CIS/AMSC.....	651
CVC.....	656

# Abdon Batista

## PREFEITURA

### BALANÇO ORÇAMENTÁRIO, JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Município de ABDON BATISTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>24.112.382,60</b>	<b>24.112.382,60</b>	<b>2.916.166,66</b>	<b>12,09</b>	<b>10.968.174,92</b>	<b>45,49</b>	<b>13.144.207,68</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>15.505.607,60</b>	<b>15.505.607,60</b>	<b>2.390.485,57</b>	<b>15,42</b>	<b>10.177.493,83</b>	<b>65,64</b>	<b>5.328.113,77</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.669.937,23	2.669.937,23	148.195,61	5,55	851.119,59	31,88	1.818.817,64
IMPOSTOS	2.652.820,93	2.652.820,93	147.007,85	5,54	823.457,84	31,04	1.829.363,09
TAXAS	9.278,80	9.278,80	1.187,76	12,80	27.661,75	298,12	-18.382,95
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	7.837,50	7.837,50	0,00	0,00	0,00	0,00	7.837,50
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	92.257,71	92.257,71	36.360,65	39,40	71.396,28	77,36	20.891,43
CONTRIB. CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	92.257,71	92.257,71	36.360,65	39,40	71.396,28	77,36	20.891,43
RECEITA PATRIMONIAL	95.688,14	95.688,14	59.960,14	62,65	283.542,00	296,32	-187.853,86
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	95.688,14	95.688,14	59.960,14	62,65	283.542,00	296,32	-187.853,86
RECEITA AGROPECUÁRIA	532,50	532,50	0,00	0,00	0,00	0,00	532,50
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	532,50	532,50	0,00	0,00	0,00	0,00	532,50
RECEITA DE SERVIÇOS	178.549,44	178.549,44	14.066,77	7,87	55.012,80	30,81	123.536,64
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.445.436,66	12.445.436,66	2.106.261,44	16,92	8.851.395,97	71,12	3.594.040,69
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.413.486,66	12.413.486,66	2.106.261,44	16,97	8.851.395,97	71,30	3.562.090,69
TRANSF. DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	15.975,00	15.975,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.975,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	15.975,00	15.975,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.975,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	23.205,92	23.205,92	25.670,96	110,62	65.067,19	280,35	-41.851,27
MULTAS E JUROS DE MORA	4.269,10	4.269,10	2.145,39	50,25	8.650,72	202,64	-4.381,62
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	18.852,37	18.852,37	185,50	0,98	9.413,07	49,93	9.439,30
RECEITAS DIVERSAS	84,45	84,45	23.340,07	27.637,74	46.993,40	55.646,42	-46.908,95
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>8.606.775,00</b>	<b>8.606.775,00</b>	<b>525.681,09</b>	<b>6,11</b>	<b>790.681,09</b>	<b>9,19</b>	<b>7.816.093,91</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.000.000,00	2.000.000,00	177.901,09	8,90	177.901,09	8,90	1.822.098,91
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.000.000,00	2.000.000,00	177.901,09	8,90	177.901,09	8,90	1.822.098,91
ALIENAÇÃO DE BENS	210.000,00	210.000,00	151.280,00	72,04	151.280,00	72,04	58.720,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	210.000,00	210.000,00	151.280,00	72,04	151.280,00	72,04	58.720,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.396.775,00	6.396.775,00	196.500,00	3,07	461.500,00	7,21	5.935.275,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	5.940.000,00	5.940.000,00	196.500,00	3,31	461.500,00	7,77	5.478.500,00
TRANSF. DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	456.775,00	456.775,00	0,00	0,00	0,00	0,00	456.775,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>24.112.382,60</b>	<b>24.112.382,60</b>	<b>2.916.166,66</b>	<b>12,09</b>	<b>10.968.174,92</b>	<b>45,49</b>	<b>13.144.207,68</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de ABDON BATISTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Mobilização Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilização Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (IV)</b>	<b>24.112.382,60</b>	<b>24.112.382,60</b>	<b>2.916.166,66</b>	<b>12,09</b>	<b>10.968.174,92</b>	<b>45,49</b>	<b>13.144.207,68</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>874.377,09</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>24.112.382,60</b>	<b>24.112.382,60</b>	<b>2.916.166,66</b>	<b>12,09</b>	<b>11.842.552,01</b>	<b>45,49</b>	<b>13.144.207,68</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>—</b>	<b>3.906.516,71</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1.993.899,87</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Superávit Financeiro	—	3.906.516,71	—	—	1.993.899,87	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>24.112.382,60</b>	<b>31.110.135,05</b>	<b>2.353.615,15</b>	<b>18.037.466,98</b>	<b>13.072.668,07</b>	<b>2.706.519,75</b>	<b>11.842.552,01</b>	<b>19.267.583,04</b>	<b>11.332.670,76</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>12.637.992,70</b>	<b>15.816.659,93</b>	<b>2.301.610,94</b>	<b>11.141.263,23</b>	<b>4.675.396,70</b>	<b>2.307.588,84</b>	<b>9.919.712,20</b>	<b>5.896.947,73</b>	<b>9.457.356,54</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.875.304,08	7.199.729,00	1.152.488,63	5.020.417,97	2.179.311,03	1.161.794,33	5.009.580,05	2.190.148,95	4.902.406,92
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	76.500,00	76.500,00	0,00	42.000,00	34.500,00	2.757,29	19.575,75	56.924,25	19.575,75
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.686.188,62	8.540.430,93	1.149.122,31	6.078.845,26	2.461.586,67	1.143.037,22	4.890.566,40	3.649.874,53	4.535.373,87
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>11.459.759,90</b>	<b>15.278.845,12</b>	<b>52.004,21</b>	<b>6.896.203,75</b>	<b>8.382.641,37</b>	<b>398.930,91</b>	<b>1.922.839,81</b>	<b>13.356.005,31</b>	<b>1.875.314,22</b>
INVESTIMENTOS	11.159.759,90	14.978.845,12	42.958,50	6.712.195,61	8.266.649,51	379.175,86	1.798.222,12	13.180.623,00	1.750.696,53
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	300.000,00	300.000,00	9.045,71	184.008,14	115.991,86	19.755,05	124.617,69	175.382,31	124.617,69
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	<b>14.630,00</b>	<b>14.630,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>14.630,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>14.630,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	14.630,00	14.630,00	0,00	0,00	14.630,00	0,00	0,00	14.630,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>24.112.382,60</b>	<b>31.110.135,05</b>	<b>2.353.615,15</b>	<b>18.037.466,98</b>	<b>13.072.668,07</b>	<b>2.706.519,75</b>	<b>11.842.552,01</b>	<b>19.267.583,04</b>	<b>11.332.670,76</b>

Continua 2/3

Município de ABDON BATISTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>24.112.382,60</b>	<b>31.110.135,05</b>	<b>2.353.615,15</b>	<b>18.037.466,98</b>	<b>13.072.668,07</b>	<b>2.706.519,75</b>	<b>11.842.552,01</b>	<b>19.267.583,04</b>	<b>11.332.670,76</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>10.968.174,92</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>24.112.382,60</b>	<b>31.110.135,05</b>	<b>2.353.615,15</b>	<b>18.037.466,98</b>	<b>—</b>	<b>2.706.519,75</b>	<b>11.842.552,01</b>	<b>—</b>	<b>22.300.845,68</b>

FONTE:



# DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO, JANEIRO A AGOSTO 2015/ BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Município de ABDON BATISTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "d")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)	24.112.382,60	31.110.135,05	2.353.615,15	18.037.466,98	100,00	13.072.668,07	2.706.519,75	11.842.552,01	100,00	19.267.583,04
Legislativa	732.750,00	732.750,00	8.974,27	302.869,13	1,68	428.880,87	8.995,97	284.703,47	2,40	448.046,53
Ação Legislativa	732.750,00	732.750,00	8.974,27	302.869,13	1,68	428.880,87	8.995,97	284.703,47	2,40	448.046,53
Administração	1.614.217,33	2.350.139,20	388.322,47	1.943.094,47	10,77	407.044,73	382.912,99	1.612.410,32	13,62	731.726,88
Administração Geral	1.614.217,33	2.350.139,20	388.322,47	1.943.094,47	10,77	407.044,73	382.912,99	1.612.410,32	13,62	731.726,88
Assistência Social	1.074.658,49	1.317.826,99	131.029,80	586.733,47	3,25	731.093,52	123.973,91	543.860,47	4,59	773.968,52
Assistência ao Idoso	232.658,98	232.658,98	0,00	0,00	0,00	232.658,98	0,00	0,00	0,00	232.658,98
Assistência ao Portador de Deficiência	3.131,49	3.131,49	970,22	2.060,90	0,01	1.040,59	714,67	1.574,39	0,01	1.557,10
Assistência à Criança e ao Adolescente	417.371,23	592.371,23	65.787,76	284.082,30	1,57	308.288,93	65.787,76	284.082,30	2,40	308.288,93
Assistência Comunitária	421.497,79	489.665,29	64.271,82	300.560,27	1,67	189.105,02	57.471,48	258.203,78	2,18	231.461,51
Saúde	2.948.228,57	3.861.063,38	507.798,67	2.394.299,05	13,27	1.466.764,33	538.582,78	2.054.238,31	17,35	1.806.825,07
Atenção Básica	2.948.228,57	3.861.063,38	507.798,67	2.394.299,05	13,27	1.466.764,33	538.582,78	2.054.238,31	17,35	1.806.825,07
Educação	4.343.134,69	3.930.870,04	508.077,74	2.355.795,91	13,06	1.575.074,13	533.272,12	2.195.002,22	18,21	1.774.867,82
Assistência à Criança e ao Adolescente	101.902,99	301.902,99	21.887,54	120.657,23	0,67	181.245,76	30.143,22	105.135,17	0,89	186.766,82
E ensino Fundamental	3.580.190,04	3.109.002,61	469.355,51	2.014.232,77	11,17	1.095.369,84	477.731,54	1.895.919,77	15,76	1.243.682,84
E ensino Médio	25.667,64	25.667,64	0,00	18.695,12	0,10	7.972,52	0,00	18.695,12	0,16	7.972,52
E ensino Superior	10.450,00	10.450,00	0,00	0,00	0,00	10.450,00	0,00	0,00	0,00	10.450,00
Educação Infantil	600.220,81	460.543,59	16.834,69	202.210,79	1,12	258.332,80	25.397,36	166.251,16	1,40	294.292,43
Educação de Jovens e Adultos	23.703,21	21.703,21	0,00	0,00	0,00	21.703,21	0,00	0,00	0,00	21.703,21
Cultura	4.770.000,00	4.545.396,20	15.684,30	30.484,30	0,17	4.515.451,90	15.684,30	30.484,30	0,26	4.515.451,90
Turismo	4.770.000,00	4.545.396,20	15.684,30	30.484,30	0,17	4.515.451,90	15.684,30	30.484,30	0,26	4.515.451,90
Urbanismo	1.502.581,80	2.911.081,15	125.895,77	2.096.920,98	11,63	814.160,17	112.017,72	1.643.965,77	13,88	1.267.115,38
Policimento	2.198,13	7.198,13	90,00	2.607,45	0,01	4.590,68	563,00	2.607,45	0,02	4.590,68
Defesa Civil	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Infra-Estrutura Urbana	541.200,01	1.129.200,01	0,00	863.631,85	4,79	265.568,16	0,00	584.604,11	4,94	544.595,90
Serviços Urbanos	423.309,58	758.405,58	5.880,10	684.745,93	3,63	103.659,65	1.914,61	636.148,71	5,37	122.256,87
Saneamento Básico Urbano	336.874,08	801.277,43	119.925,67	575.935,75	3,19	225.341,68	106.540,11	420.605,50	3,55	380.671,93
Transporte Rodoviário	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Habitação	7.000,00	504.000,00	96.461,82	296.688,97	1,66	204.311,03	54.917,82	252.904,97	2,14	251.085,03
Habitação Rural	1.000,00	223.000,00	16.461,82	171.688,97	0,95	51.311,03	14.917,82	164.904,97	1,39	58.085,03
Habitação Urbana	6.000,00	281.000,00	80.000,00	128.000,00	0,71	153.000,00	40.000,00	88.000,00	0,74	193.000,00
Saneamento	108.207,41	3.468.120,37	0,00	3.359.912,96	18,63	108.207,41	0,00	0,00	0,00	3.468.120,37
Saneamento Básico Urbano	100.000,00	3.459.912,96	0,00	3.359.912,96	18,63	100.000,00	0,00	0,00	0,00	3.459.912,96
Controle Ambiental	8.207,41	8.207,41	0,00	0,00	0,00	8.207,41	0,00	0,00	0,00	8.207,41

Continua 1/2

Município de ABDON BATISTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	24.112.382,60	31.110.135,05	2.353.615,15	18.037.465,98	100,00	13.072.668,07	2.706.519,75	11.842.552,01	100,00	19.267.583,04
Agricultura	1.175.142,12	1.352.142,12	125.968,09	783.215,96	4,34	568.926,16	105.869,41	721.623,90	6,09	630.518,22
Promissão da Produção Agropecuária	1.175.142,12	1.352.142,12	125.968,09	783.215,96	4,34	568.926,16	105.869,41	721.623,90	6,09	630.518,22
Comércio e Serviços	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promissão Comercial	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	4.758.055,37	5.142.799,78	435.110,09	3.465.138,71	19,21	1.677.661,07	782.267,82	2.258.605,26	19,07	2.884.130,52
Transporte Rodoviário	4.758.055,37	5.142.799,78	435.110,09	3.465.138,71	19,21	1.677.661,07	782.267,82	2.258.605,26	19,07	2.884.130,52
Desporto e Lazer	357.000,82	352.000,82	1.246,42	23.304,93	0,13	328.695,89	947,52	23.006,03	0,19	328.994,79
Lazer	357.000,82	352.000,82	1.246,42	23.304,93	0,13	328.695,89	947,52	23.006,03	0,19	328.994,79
Encargos Especiais	626.775,00	626.775,00	9.045,71	396.008,14	2,20	230.766,86	47.077,79	280.745,99	2,20	366.029,01
Outros Encargos Especiais	626.775,00	626.775,00	9.045,71	396.008,14	2,20	230.766,86	47.077,79	280.745,99	2,20	366.029,01
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	14.630,00	14.630,00	0,00	0,00	0,00	14.630,00	0,00	0,00	0,00	14.630,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>24.112.382,60</b>	<b>31.110.135,05</b>	<b>2.353.615,15</b>	<b>18.037.465,98</b>	<b>100,00</b>	<b>13.072.668,07</b>	<b>2.706.519,75</b>	<b>11.842.552,01</b>	<b>100,00</b>	<b>19.267.583,04</b>

FONTE:

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

# DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Município de ABDON BATISTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.659.215,84	2.659.215,84	826.056,67	31,06
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	15.333,78	15.333,78	42.701,04	278,48
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	214.010,34	214.010,34	47.676,64	22,28
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.182.718,14	2.182.718,14	612.128,35	28,04
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	240.758,67	240.758,67	120.951,81	50,24
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.123,37	1.123,37	587,13	52,27
Dívida Ativa dos Impostos	4.709,85	4.709,85	1.459,46	30,99
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	561,69	561,69	552,24	98,32
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	9.263.127,35	9.263.127,35	6.572.502,76	70,95
Cota-Parte FPM	5.826.959,63	5.826.959,63	4.140.095,34	71,05
Cota-Parte ITR	8.863,41	8.863,41	5.656,96	63,82
Cota-Parte IPVA	153.533,44	153.533,44	155.882,18	101,53
Cota-Parte ICMS	3.220.365,83	3.220.365,83	2.227.250,61	69,16
Cota-Parte IPH-Exportação	40.474,94	40.474,94	34.313,48	84,78
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	12.930,10	12.930,10	9.304,49	71,96
Desoneração ICMS (LC 87/96)	12.930,10	12.930,10	9.304,49	71,96
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	11.922.343,19	11.922.343,19	7.398.559,43	62,06

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	362.400,55	362.400,55	246.319,54	67,97
Provenientes da União	362.400,55	362.400,55	246.319,54	67,97
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	438,66	438,66	4.212,93	960,41
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	362.839,21	362.839,21	250.532,47	69,05

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.708.508,09	3.508.342,90	2.112.211,91	60,21	1.928.268,86	54,96
Pessoal e Encargos Sociais	1.074.250,33	1.895.250,33	1.118.288,42	59,00	1.118.288,42	59,00
Outras Despesas Correntes	1.634.257,76	1.613.092,57	993.923,49	61,62	809.980,44	50,21
DESPESAS DE CAPITAL	239.720,48	352.720,48	282.087,14	79,97	125.969,45	35,71
Investimentos	239.720,48	352.720,48	282.087,14	79,97	125.969,45	35,71

Continua 1/4

Município de ABDON BATISTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	239.720,48	352.720,48	282.087,14	79,97	125.969,45	35,71
Investimentos	239.720,48	352.720,48	282.087,14	79,97	125.969,45	35,71
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>2.948.228,57</b>	<b>3.861.063,38</b>	<b>2.394.299,05</b>	<b>62,01</b>	<b>2.054.238,31</b>	<b>53,20</b>
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/IV)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/IV)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	462.379,29	591.333,21	337.864,24	14,11	325.369,61	15,84
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	416.925,00	545.878,92	292.455,58	12,21	280.879,43	13,67
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	45.454,29	45.454,29	45.408,66	1,90	44.520,18	2,17
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA <sup>1</sup>	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS <sup>2</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>462.379,29</b>	<b>591.333,21</b>	<b>337.864,24</b>	<b>14,11</b>	<b>325.369,61</b>	<b>15,84</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	<b>2.485.849,28</b>	<b>3.269.730,17</b>	<b>2.056.434,81</b>	<b>85,89</b>	<b>1.728.838,70</b>	<b>84,16</b>
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>						
<b>(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5</b>			<b>23,37</b>			
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VI/III) - (15 x IIIb)/100]<sup>6</sup></b>						<b>619.054,79</b>

Continua 2/4

Município de ABDON BATISTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
	0,00	0,00			0,00	
TOTAL (VIII)	0,00	0,00			0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
	-	-			-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	2.948.228,57	3.861.063,38	2.394.299,05	100,00	2.054.238,31	100,00
TOTAL	2.948.228,57	3.861.063,38	2.394.299,05	100,00	2.054.238,31	100,00

## FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $(M/(h+i) - (15 \times IIIb) \times 100)$

Continua 3/4

Município de ABDON BATISTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

# DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE, JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	2.659.882,03	2.659.882,03	826.056,67	31,06
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	18.058,07	18.058,07	43.744,04	242,24
1.1.1- IPTU	15.333,78	15.333,78	42.701,04	278,48
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	522,50	522,50	412,95	79,03
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	1.940,54	1.940,54	399,97	20,61
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	261,25	261,25	230,08	88,07
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	215.316,59	215.316,59	47.676,64	22,14
1.2.1- ITBI	214.010,34	214.010,34	47.676,64	22,28
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	522,50	522,50	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	522,50	522,50	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	261,25	261,25	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.185.748,70	2.185.748,70	613.684,18	28,08
1.3.1- ISS	2.182.718,14	2.182.718,14	612.128,35	28,04
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	522,50	522,50	174,18	33,34
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	2.246,81	2.246,81	1.059,49	47,16
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	261,25	261,25	322,16	123,31
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	240.758,67	240.758,67	120.951,81	50,24
1.4.1- IRRF	240.758,67	240.758,67	120.951,81	50,24
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	9.263.127,35	9.263.127,35	6.572.502,76	70,96
2.1- Cota-Parte FPM	5.826.959,63	5.826.959,63	4.140.095,34	71,05
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.826.959,63	5.826.959,63	4.140.095,34	71,05
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.220.365,83	3.220.365,83	2.227.250,61	69,16
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	12.930,10	12.930,10	9.304,49	71,96
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	40.474,94	40.474,94	34.313,48	84,78
2.5- Cota-Parte ITR	8.863,41	8.863,41	5.656,66	63,82
2.6- Cota-Parte IPVA	153.533,44	153.533,44	155.882,18	101,53
2.7- Cota-Parte IOF-Quero	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>11.923.009,38</b>	<b>11.923.009,38</b>	<b>7.398.559,43</b>	<b>62,05</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	190.526,13	190.526,13	338.876,18	177,86
5.1- Transferências do Salário-Educação	97.645,76	97.645,76	270.801,23	277,33
5.2- Transferências Diretas - PDDE	2.662,50	2.662,50	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	28.323,87	28.323,87	16.596,88	58,60
5.4- Transferências Diretas - FNATE	61.088,98	61.088,98	30.835,46	50,48
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	19.937,56	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	805,02	805,02	705,05	87,58
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	-	170,54	-2.710,24	-1.589,21
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	170,54	170,54	-2.710,24	-1.589,21
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	149.538,25	149.538,25	278.276,70	186,09
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>340.234,92</b>	<b>340.234,92</b>	<b>614.442,64</b>	<b>180,59</b>
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	1.852.625,48	1.852.625,48	1.300.553,75	70,20
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.165.391,93	1.165.391,93	814.073,67	69,85
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	644.073,17	644.073,17	445.449,42	69,16
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	2.586,02	2.586,02	1.860,89	71,96
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	8.094,99	8.094,99	6.862,63	84,78
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	1.772,68	1.772,68	1.131,27	63,82
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	30.705,69	30.705,69	31.175,87	101,53
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	930.080,68	930.080,68	731.935,58	78,70
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	926.109,21	926.109,21	728.634,68	78,68
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	3.951,65	3.951,65	3.300,90	83,53
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)</b>	<b>-626.516,27</b>	<b>-626.516,27</b>	<b>-571.919,07</b>	<b>61,73</b>
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	558.036,52	741.631,09	679.851,69	91,67	679.851,69	91,67
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	558.036,52	741.631,09	679.851,69	91,67	679.851,69	91,67
14- OUTRAS DESPESAS	372.024,34	207.393,34	132.294,00	63,79	132.294,00	63,79
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	372.024,34	207.393,34	132.294,00	63,79	132.294,00	63,79
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	930.060,86	949.024,43	812.145,69	85,58	812.145,69	85,58
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOSA PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					-	
16.1 - FUNDEB 60%					-	
16.2 - FUNDEB 40%					-	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00	
17.1 - FUNDEB 60%					0,00	
17.2 - FUNDEB 40%					0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00	
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					812.145,69	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %					92,88	
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %					18,07	
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					-10,96	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 *					0,00	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100		
22-IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	2.980.752,35	2.980.752,35	1.849.639,86	62,05		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	530.926,80	375.926,80	186.276,71	49,55	161.616,11	42,99
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	530.926,80	375.926,80	186.276,71	49,55	161.616,11	42,99
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	530.926,80	375.926,80	186.276,71	49,55	161.616,11	42,99
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.518.741,97	2.080.154,54	1.514.429,03	72,80	1.512.821,39	72,73
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	930.060,86	949.024,43	812.145,69	85,58	812.145,69	85,58
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.588.681,11	1.131.130,11	702.283,37	62,09	700.675,70	61,94
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.049.668,77	2.456.081,34	1.700.705,77	69,24	1.674.437,50	68,18
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-571.919,07	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					3.300,90	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					-	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00	
35- RESTOSA PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					-	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)					-	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-568.618,17	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23 + 24) – (37)					2.243.055,67	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					30,32	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	102.386,26	170.386,26	119.220,06	69,97	65.688,94	38,55
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	730.309,17	745.631,95	192.175,96	25,77	116.273,67	15,59
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	832.695,43	916.018,21	311.396,02	33,99	181.962,61	19,86
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.882.364,20	3.372.099,55	2.012.101,79	59,67	1.856.400,11	55,05



MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (1)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (1)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	728.634,68	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.300,90	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	731.935,58	0,00

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

# Água Doce

## PREFEITURA

### 07 TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº38/2011 SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 38/2011

Termo Aditivo Ao Contrato de Prestação de Serviços n. 38/2011, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça João Macagnan, CNPJ sob o nº 11.430.533/0001-20, Inscrição Estadual Isenta, na cidade de Água Doce, neste ato, representado pelo seu Gestor, Sr. ORLANDO FÁVERO, e de outro lado REALMAC MPAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, já devidamente qualificada no Contrato n. 38/2011 de 18.07.2011, neste ato representada por Antelmo José Cazalli, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica aditado em 25% os quantitativos do contrato original, adicionando 25.000 cópias no valor de R\$ 1.750,00.

Cláusula Aditiva Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 30 de setembro de 2015

ORLANDO FÁVERO  
Gestor do FMS

ANTELMO JOSÉ CAZALLI  
Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva Gláucia Regina Varaschin  
CPF: 005.614.419-95 CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica  
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI  
OAB 27419

### ALTERAÇÃO ABERTURA PROCESSO Nº. 63/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE  
PROCESSO LICITATÓRIO 63/2015  
PREGÃO PRESENCIAL 46/2015

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 63/2015, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 46/2015", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de ferramentas elétricas para a Secretaria de Urbanismo, teve sua abertura alterada para 14 de outubro de 2015 às 13h30.

Errata com alterações disponível em: [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br).

Água Doce, SC, 30 de setembro de 2015  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### ALTERAÇÃO ABERTURA PROCESSO Nº. 64/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE  
PROCESSO LICITATÓRIO 64/2015  
PREGÃO PRESENCIAL 47/2015

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 64/2015, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 47/2015", do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL", destinado a aquisição de uniformes para funcionários da Secretaria de Urbanismo, teve sua abertura alterada para 14 de outubro de 2015 às 16h00.

Errata com alterações disponível em: [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br).

Água Doce, SC, 30 de setembro de 2015

NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### EDITAL N 0042015 CMDCA CONVOCAÇÃO DOS ELEITORES

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EDITAL Nº 004/2015

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma de Decreto nº 043/2015, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Água Doce, CONVOCA todos os eleitores do município para participar da eleição que definirá os novos membros do CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE.

1. A eleição ocorrerá no dia 04 de outubro de 2015, no horário de 08:00 às 17:00 horas, no(s) local(is) abaixo relacionado(s):

Local(ais) Único de Votação Urna(s) Receptora(s)	Seção(ões) Eleitoral(ais) (equivalentes às da Justiça Eleitoral)
Salão Paroquial	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10,14, 15, 16, 17,18,20, 22, 23,26,27

0.1. Poderão votar todos os cidadãos maiores de dezesseis anos inscritos como eleitores no município devidamente cadastrados na Justiça Eleitoral até 90 (dias);

0.2. O voto é facultativo para todos;

0.3. Para o exercício do voto, o cidadão deverá apresentar-se no local de votação munido de seu título de eleitor e documento oficial de identidade com foto;

0.4. Cada eleitor poderá votar em apenas em 01 (um) candidato;

0.5. Não será permitido o voto por procuração.

2. Os candidatos a membros do Conselho Tutelar são:

1	JANETE GUISENI
2	CHICO BERTON – JOÃO FRANCISCO VIEIRA BERTON
3	SIMONE LORENCI DE OLIVEIRA

4	GISELE SILVA – GISELE SIMONE DA SILVA
5	ALESSAN VENTURIN DOS SANTOS
6	JANE BREZOLIN TONIAL – GISLAINE BREZOLIN TONIAL
7	MANOLO - MANOEL CAMPOS QUINTILHAN NETO

Água Doce, 30 de setembro de 2015.  
SILVANA APARECIDA DO NASCIMENTO CAVALLI  
Presidente do CMDCA

### **PORTARIA 271/2015**

PORTARIA Nº 271/2015 – DE 28 DE SETEMBRO DE 2015

“CEDE PARA USO DA SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL O VEÍCULO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Determina que o veículo Línea placa MLS 6087, usado na Secretaria de Administração e Fazenda ficará à disposição da Secretaria de Saúde e Promoção Social dia 30 de setembro de 2015.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento da Secretaria de Saúde e Promoção Social.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam – se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 28 de setembro de 2015.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 272/2015**

PORTARIA Nº 272/2015 – DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

“CEDE PARA USO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA OS VEÍCULOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Determina que os veículos abaixo relacionados, usados na Secretaria da Educação, Cultura e Esporte ficarão à disposição da Secretaria de Administração e Fazenda dia 04 de outubro de 2015 para serem usados no transporte de eleitores na Eleição do Conselho Tutelar:

- Ônibus placa MIU 8581;
- Ônibus placa MLF 3047;
- Micro-ônibus MKW 4956;
- Ducato placa MJG 3029;
- Micro-ônibus placa MID 7108;
- Micro-ônibus placa MIS 1247;

- Micro-ônibus placa MKV 7606;
- Master placa OKH 0809.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento da Secretaria de Administração e Fazenda.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam – se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 30 de setembro de 2015.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### **RESOLUÇÃO Nº 003/2015 CMDCA**

RESOLUÇÃO Nº 003/2015 - DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

DISCIPLINA O PROCESSO ELEITORAL PARA ESCOLHA DE MEMBROS DO CONSELHO DE ÁGUA DOCE.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA E JUSTIÇA, no uso de suas atribuições:

Considerando que faz-se necessário informar a respeito da votação e apuração dos votos para conselheiros tutelares;

Considerando que faz-se necessário divulgar aos eleitores quanto a disponibilidade do transporte para os eleitores do interior do município;

Considerando a necessidade de disciplinar a função da mesa receptora e mesários quanto a suas atribuições no dia da eleição para conselheiros tutelares;

#### **Resolve:**

##### **Da Eleição**

Art. 1º. A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário de 8:00 às 17:00 no Salão Paroquial, local único de votação.

Art. 2º. No local de votação será fixada lista dos candidatos habilitados com seus respectivos números.

Art. 3º. O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, o título de eleitor e um documento oficial com foto que comprove sua identidade.

##### **Da Votação**

Art. 4º. A votação será em local único, no Salão Paroquial, reunindo nesse local de forma agrupada todas as sessões eleitorais de Água Doce.

Art. 5º. Ao local de votação será disponibilizada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente quantidade de cédulas correspondente ao número exato de eleitores cadastrados nas respectivas seções da Justiça Eleitoral.

Parágrafo único. Após o término da votação, as cédulas não utilizadas também deverão ser devolvidas à Comissão eleitoral para contagem.

Art. 6º. O eleitor deverá votar em apenas 01 candidato.

Parágrafo único: Sempre que o eleitor votar em um número maior que o permitido implicará a nulidade do voto.

Art. 7º. Haverá disponibilização de TRANSPORTE PARA ELEIÇÃO CONSELHO TUTELAR para transportar os eleitores do interior do município nos seguintes trajetos e horário: Roteiro 1 7h30min – saída da Escola do Assentamento 9 de Novembro – vem sentido Fazenda Tafonal; 7h45min – Escola Assentamento Olaria - 8h – Pavilhão Serra da Trincheira; 8h10min – Igreja Paiol de Telhas ;Roteiro 2 – 8h Assentamento Terra a Vista – estrada que vai para a antiga escola 8h15min – Escola Assentamento 1º de Agosto; Roteiro 3 – 7h30min saída da antiga escola do Assentamento Oziel, na vinda se tiver lugar vem trazendo os eleitores das Fazendas e Granjas que estiverem esperando na estrada que vem para o Assentamento 1º de Agosto; Roteiro 3 – 8h Posto Horizonte II na Comunidade de Três Pinheiros, 8h20min – Igreja Herciliópolis, 8h30min – Igreja Vista Alegre, 8h40min – Igreja Cocho D'Água; Roteiro 4 – 7h30min – Pavilhão Serra do Facão passando por Paiol Frio, 7h45min – Pavilhão Santa Catarina, 8h – Igreja Santo Antonio; Roteiro 5 – 7h30min Linha da Prata – Encruzilhada próximo propriedade Celso Balestrin, 7h40min – Clube Nova Concórdia, 8h – Clube São Judas, 8h10min – Clube Linha Olinda; Roteiro 6 – 8h - Igreja Linha Heberle, 8h15min – Zona Nova 8h30min – Paiol do Fundo; Roteiro 7 – 8h – Igreja Nova Vicenza. Não será permitido o acesso dos candidatos nos locais de votação.

#### Função da Mesa receptora

Art. 8º. As mesas receptoras têm a atribuição de receber os eleitores, conferir se estes realmente possuem título e documento de identidade válidos e/ou se encontram na relação de eleitores do município, fazendo-os assinar a lista de frequência/caderno de eleitores e, após o término do período disponibilizado para votação, remeter a urna, devidamente lacrada, ao local determinado para a realização da apuração, além de lavrar a respectiva ata, com todas as ocorrências porventura verificadas, recolher e lacrar em envelope próprio as cédulas excedentes, lacrar e assinar as urnas sob sua responsabilidade e cumprir as demais determinações da Comissão Eleitoral. Deve-se frisar que, na abertura dos trabalhos, no dia da votação, os mesários e fiscais deverão observar se a urna a ser utilizada está devidamente lacrada com a assinatura dos componentes da Comissão Eleitoral e do Promotor de Justiça;

#### Responsável pela seleção e nomeação dos mesários e escrutinadores

Art. 9º. A Comissão Eleitoral selecionará, credenciará e capacitará os mesários e escrutinadores, que devem ser escolhidos preferencialmente entre os servidores públicos do município, que tenham experiência na função.

Art. 10. Os mesários e escrutinadores, bem como, seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha, na forma da convocação;

Parágrafo único: Cabe ao CMDCA a publicação, com a antecedência devida, da relação dos mesários e escrutinadores (titulares e suplentes) selecionados, que deverão ser oficialmente comunicados da nomeação.

#### Providências a serem adotadas pelos membros das mesas receptoras

Art. 11. No dia da votação, sem prejuízo do que foi dito acima, sugere-se que os membros da mesa receptora adotem as seguintes diligências: a) Os mesários deverão ter a cautela de assinar as cédulas de votação, se possível na presença dos fiscais dos candidatos, e entregá-las ao eleitor.

Art. 12. Constituem a mesa receptora um presidente, 1º mesário e 2º mesário.

Parágrafo único: Não podem ser nomeados presidentes e mesários: I - os candidatos e seus parentes ainda que por afinidade, até o segundo grau, inclusive, e bem assim o cônjuge

Art. 13. Cada candidato poderá indicar um fiscal para acompanhar o processo de eleição.

Art. 14. O CMDCA deverá convocar os fiscais para a abertura das urnas e verificar se os lacres encontram-se em perfeito estado.

Art. 15. A mesa receptora deverá Registrar em ata as intercorrências; Registrar em ata o horário em que o promotor visitou a seção de votação; Se houver necessidade de inutilização de cédulas de votação por erro do eleitor que solicitar nova cédula, registrar esse fato em ata e guardar a cédula inutilizada em separado, nela grifando a expressão "INUTILIZADO" ou similar; Fazer com que cada eleitor assine a lista de votantes, para que o número de votos corresponda ao número de eleitores que assinarem a lista de votantes. Se algum eleitor deixar de assinar, registrar o motivo em ata.

#### Cabine de votação

Art. 16. A cabine de votação também deve garantir o sigilo do voto, isolando o eleitor de maneira que possa exercer seu direito com total privacidade. Para evitar qualquer violação a tal princípio elementar, deve-se evitar que o eleitor ingresse na cabine de eleição acompanhado, ou registre seu voto por meio de fotografia, gravação ou qualquer outro meio.

#### Como se dará a apuração de votos

Art. 17. As mesas apuradoras serão instaladas no Salão Nobre da prefeitura de Água Doce, propiciando facilidade na fiscalização e no acompanhamento da contagem dos votos.

Art. 18. O local de apuração deve permanecer com as portas abertas e possuir condições de franquear acesso pelo menos para os candidatos, fiscais, representante do Ministério Público, advogados e outras pessoas interessadas.

Art. 19. Cada mesa receberá 01(uma) urna de cada vez para apurar os votos, assim como 01(uma) planilha previamente elaborada e fornecida pela comissão especial, destinada ao registro dos votos apurados.

Art. 20. O primeiro passo rompe o lacre, retirar os votos existente no interior e contar o número de cédulas.

Art. 21. Finda a contagem, o número de cédulas deverá corresponder ao número de votantes informados na planilha própria pela mesa receptora de votos.

Art. 22. O presidente da mesa apuradora fará a leitura da cédula (cantará o voto) e outros farão o registro em formulário próprio (tipo tabela Excel), de forma que, no final, a soma dos votos deverá ser idêntica ao total de cédulas.

#### Quando será possível invalidar votos

Art. 23. Os votos em um número maior que o permitido ou que contenham rasuras que não permitam aferir a vontade do eleitor serão anulados, devendo ser colocados em envelope separado, para eventual conferência futura.

Art. 24. Serão também considerados inválidos os votos cuja cédula não esteja rubricada pelos membros da mesa de votação e/ou Comissão Especial ou não corresponderem ao modelo oficial, e os que por qualquer motivo tenham o sigilo violado.

Art. 25. Em caso de dúvida quanto ao cômputo ou não do voto, deverá ser a Comissão Especial chamada a deliberar sendo a decisão tomada no ato, por maioria.

#### Conclusão da apuração:

Art. 26. Por fim, concluída a apuração da urna, os votos serão colocados novamente em seu interior (Considerando que o TRE delimitou prazo para devolução das urnas, as cédulas deverão ser

colocadas em envelope ou caixa a ser lacrada), e ela será, mais uma vez, lacrada e entregue à Comissão Especial, juntamente com a planilha de totalização, para armazenamento em local seguro (a ser previamente definido), até o momento em que não houver mais recursos a serem julgados, inclusive eventuais demandas judiciais que questionem a legalidade do pleito.

Art. 27. Eventuais recursos contra a contagem e/ou totalização dos votos deverão ser interpostos perante a Comissão Eleitoral, que decidirá de plano, em reunião realizada no próprio local, com imediata comunicação dos interessados.

Art. 28. As decisões da Comissão Eleitoral serão publicadas, ainda que de forma resumida (extrato), no próprio local de apuração (sem prejuízo de sua posterior publicação pelos meios oficiais e arquivamento, junto com os demais atos do CMDCA.

Art. 29. Apuradas todas as urnas, a Comissão Especial receberá o resultado das planilhas de apuração e, não havendo impugnações ou recursos, fará a totalização dos votos por candidato, lavrando a ata respectiva e efetuando a declaração dos eleitos.

Art. 30. Fica aberto o prazo de 2(dois) dias, a contar da publicação do presente Edital, para que sejam apresentados recursos contra resultado publicado.

Art. 31. A homologação final do resultado da eleição dar-se-á após a análise dos recursos apresentados no prazo legal.

Art. 32. Dar-se-á ampla publicidade ao resultado da eleição, convocando-se desde logo os eleitos e suplentes para a posse, que será realizada no dia 10 de janeiro de 2016, em horário e local a serem definidos pelo CMDCA.

Água Doce, 30 de setembro de 2015  
SILVANA APARECIDA DO NASCIMENTO CAVALLI  
Presidente do CMDCA



# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.069 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

ESTABELECE ESCALA DE SOBREVISO PARA SERVIDORES DA SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Complementar 069, de 19 de dezembro de 2014;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecida a Escala, de sobreaviso dos servidores da saúde para o período de 60 dias, conforme segue.

§ 1º - Servidores na função de motorista;

a) Do dia 05/09 a 11/09 – Servidores Adilson Schwingel e Paulo Cesar Brito;

b) Do dia 12/09 a 18/09 – Servidor Marinho Sergio Castro;

c) Do dia 19/09 a 25/09 – Servidores Marcos Finger e Paulo Cesar Brito;

d) Do dia 26/09 a 02/10 – Servidor Adilson Schwingel;

e) Do dia 03/10 a 09/10 – Servidores Marinho Sergio Castro e Paulo Cesar Brito;

f) Do dia 11/10 a 16/10 – Servidor Marcos Finger;

g) Do dia 17/10 a 23/10 – Servidores Adilson Schwingel e Paulo Cesar Brito;

h) Do dia 24/10 a 30/10 – Servidor Marinho Sergio Castro;

i) Do dia 31/10 a 06/11 – Servidores Marcos Finger e Paulo Cesar Brito.

§ 2º - Servidores na função de Técnica de Enfermagem;

a) Do dia 05/09 a 11/09 – Servidora Lisneia Raquel Pallas;

b) Do dia 12/09 a 18/09 – Servidora Marcia Schneider Nordt;

c) Do dia 19/09 a 25/09 – Servidora Lisneia Raquel Pallas;

d) Do dia 26/09 a 02/10 – Servidora Marcia Schneider Nordt;

e) Do dia 03/10 a 09/10 – Servidora Lisneia Raquel Pallas;

f) Do dia 11/10 a 16/10 – Servidora Marcia Schneider Nordt;

g) Do dia 17/10 a 23/10 – Servidora Lisneia Raquel Pallas;

h) Do dia 24/10 a 30/10 – Servidora Marcia Schneider Nordt;

i) Do dia 31/10 a 06/11 – Servidora Lisneia Raquel Pallas.

Art. 2º. Os servidores relacionados na escala acima, na função de motorista perceberão o valor de R\$ 787,05 (Setecentos e oitenta e sete reais com cinco centavos), na forma de gratificação, conforme artigo 5º da Lei Complementar 069, de 19 de dezembro de 2014.

Parágrafo Único – Os servidores relacionados na escala acima na função de Técnica de Enfermagem perceberão o adicional de salário conforme descrito no artigo 6º Lei Complementar 069, de 19 de dezembro de 2014 e suas alterações.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, 21 de setembro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas publicações

### LEI MUNICIPAL Nº 675 DE 29 DE SETEMBRO DE 2015

CONCEDE AUMENTO NO VALOR DO AUXÍLIO - ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES ATIVOS DO PODER LEGISLATIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores propôs, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Que o valor fixado na Lei Municipal 636, de 29 de abril de 2014 com alterações posteriores, que estabelece o pagamento de auxílio-alimentação aos servidores do Poder Legislativo passa ao valor de R\$ 130,00 (cento e trinta reais) mensais, pagos em pecúnia, junto à folha de pagamento.

§ 1º. Para os servidores com carga horária igual ou inferior a 20 (vinte) horas semanais, o auxílio alimentação permanece correspondente à 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido no caput deste artigo.

§ 2º. O valor de que trata o caput deste artigo, será pago de forma proporcional ao que seja nomeado, contratado, exonerado, rescindido ou demitido em data que não coincida com início ou final do mês ou da época de instituição do auxílio alimentação.

§ 3º. O Auxílio-alimentação não integrará e nem se incorporará ao vencimento, remuneração ou salário, não será computado para efeito de qualquer vantagem que o servidor receba ou venha a receber, não estando sujeito a incidência de quaisquer contribuições de competência do Poder Público e não configura rendimento tributável e nem sofrerá incidência de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público.

§ 4º. Anualmente, o valor do auxílio-alimentação será corrigido no mesmo índice e época da concessão da revisão geral anual da remuneração dos agentes públicos municipais.

Art. 2º Permanecem excluídos das disposições da presente lei os servidores:

I - à disposição ou em exercício em qualquer entidade estranha ao Poder Legislativo Municipal, ou quando cedido a outros órgãos sem ônus;

II - em gozo de licença não remunerada;

III - ausente do trabalho sem motivo justificado, por período superior a 30 (trinta) dias consecutivos, ou afastados temporariamente do cargo;

Parágrafo único. O restabelecimento da concessão do Auxílio-alimentação será deferido para o mês subsequente ao do retorno às atividades do cargo ou função pelo servidor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei serão atendidas por conta da dotação orçamentária do orçamento vigente, elemento:

4- Aplicações Diretas

3.3.90.32.99.00.00.00 – Outros materiais de distribuição gratuita.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, 29 de Setembro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fátima Lorete Clein da Silva

Responsável Pelas Publicações

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 083/2015

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 083/2015; Modalidade: Pregão Presencial nº 051/2015 (Registro de Preço); Tipo: Menor Preço Por Item; Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição parcelada de leite em pó e alimentos especiais para crianças e adultos carentes e/ou com deficiência em caso grave de saúde do Município de Antônio Carlos /SC, de acordo com os quantitativos e especificações constantes no Anexo I, parte integrante deste Edital. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 13 de outubro 2015 às 14:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48) 3272-1123 ou (48) 3272-8617, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 01 de outubro de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

### DECRETO 85/2015

DECRETO Nº 000085/15 de 29 de Setembro de 2015

Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001469/14 de 14 de Dezembro de 2014.

DE CRE TA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 28.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0004.2.006-3.1.91.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 28.000,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 28.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 29 de Setembro de 2015

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO - ATA Nº 153/2015, 154/2015, 155/2015, 156/2015, 157/2015, 158/2015 E 159/2015

#### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº. 153/2015; Origem: Pregão Presencial nº 049/2015 – Processo Licitatório nº 080/2015; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC; Contratada: MODELO PNEUS LTDA; Objeto: Aquisição parcelada de pneus novos para a frota de veículos da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos /SC; Valor: Empresa vencedora dos itens 12,18,44,46,47, totalizando o valor de R\$ 16.202,00 (Dessesseis Mil e Duzentos e Dois Reais). Prazo: 25/09/2015 a 25/09/2016.

Ata de Registro de Preço nº. 154/2015; Origem: Pregão Presencial nº 049/2015 – Processo Licitatório nº 080/2015; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC; Contratada: TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA; Objeto: Aquisição parcelada de pneus novos para a frota de veículos da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos /SC; Valor: Empresa vencedora dos itens 5, 9,11,24,28,33,34,38,39,40,42,43, totalizando o valor de R\$ 176.912,00 (Cento e Setenta e Seis Mil e Novecentos e Doze Reais). Prazo: 25/09/2015 a 25/09/2016.

Ata de Registro de Preço nº. 155/2015; Origem: Pregão Presencial nº 049/2015 – Processo Licitatório nº 080/2015; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC; Contratada: JOAÇABA PNEUS LTDA; Objeto: Aquisição parcelada de pneus novos para a frota de veículos da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos /SC; Valor: Empresa vencedora dos itens 3,10,13,32,35,36,45,48 totalizando o valor de R\$ 76.161,60 (Setenta e Seis Mil e Cento e Sessenta e Um Reais e Sessenta Centavos). Prazo: 25/09/2015 a 25/09/2016.

Ata de Registro de Preço nº. 156/2015; Origem: Pregão Presencial nº 049/2015 – Processo Licitatório nº 080/2015; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC; Contratada COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA; Objeto: Aquisição parcelada de pneus novos para a frota de veículos da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos /SC; Valor: Empresa vencedora dos itens 19 e 41 totalizando o valor de R\$ 47.606,00 (Quarenta e Sete Mil e Seiscentos e Seis Reais). Prazo: 25/09/2015 a 25/09/2016.

Ata de Registro de Preço nº. 157/2015; Origem: Pregão Presencial nº 049/2015 – Processo Licitatório nº 080/2015; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC; Contratada: BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI - EPP; Objeto: Aquisição parcelada de pneus novos para a frota de veículos da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos /SC; Valor: Empresa vencedora dos itens 1,2,4,8,26,27,29,31,37,49, totalizando o valor de R\$ 228.817,00 (Duzentos e Vinte Oito Mil e Oitocentos e Dezessete Reais). Prazo: 25/09/2015 a 25/09/2016.

Ata de Registro de Preço nº. 158/2015; Origem: Pregão Presencial nº 049/2015 – Processo Licitatório nº 080/2015; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC; Contratada: CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA.; Objeto: Aquisição parcelada de pneus novos para a frota de veículos da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos /SC; Valor: Empresa vencedora dos itens 7,17,23 totalizando o valor de R\$ 23.492,00 (Vinte e Três Mil e Quatrocentos e Noventa e Dois Reais). Prazo: 25/09/2015 a 25/09/2016.

Ata de Registro de Preço nº. 159/2015; Origem: Pregão Presencial nº 049/2015 – Processo Licitatório nº 080/2015; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC; Contratada: GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA Objeto: Aquisição parcelada de pneus novos para a frota de veículos da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos /SC; Valor: Empresa vencedora dos itens 6,14,15,16,20,21,22,25,30 Totalizando o valor de R\$ 88.934,00 (Oitenta e Oito Mil e Novecentos e Trinta e Quatro Reais).Prazo: 25/09/2015 a 25/09/2016.

Antônio Carlos, 01 de outubro de 2015.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 460/2015**

PORTARIA Nº 460/2015.

Concede Adicional a servidores efetivos.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, ADICIONAL P/TEMPO DE SERVIÇO, a servidores ocupante de cargos efetivos, a partir de 01 de outubro de 2015, conforme relacionado abaixo:

NOME	MATRIC.	NIVEL	ADICIONAL
AUGUSTO ENIZ NEUHAUS	822	04	18%
EVALDO PLACIDO DE CAMPOS	92	-	12%
LEONITA PETRI KUHN	824	04	18%
MARGARETE VIEIRA DOS SANTOS	1021	03	12%

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - . Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 30 de setembro de 2015.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 01 de outubro de 2015.

### **PORTARIA 461/2015**

PORTARIA Nº 461/2015.

Concede Licença Prêmio a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, a servidora LUCIANA MARIA COELHO ELI, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR COM POS GRADUAÇÃO ESPECIALISTA – 20H, por 60 dias, a partir de 19 de outubro de 2015, referente ao período aquisitivo de março/2005 a março/2010.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.



Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 30 de setembro de 2015.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 01 de outubro de 2015.

### **PORTARIA 462/2015**

PORTARIA Nº 462/2015.

Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, a pedido, FÉRIAS, por 30 dias, a servidora ELOIZA SCHMITT, ocupante do cargo efetivo de TECNICO EM VIGILANCIA SANITARIA, a partir de 28 de novembro de 2015, relativo ao período aquisitivo de 04/07/2012 a 03/07/2013.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 30 de setembro de 2015.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 01 de outubro de 2015.

### **PORTARIA 463/2015**

PORTARIA Nº 463/2015.

Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, a pedido, FÉRIAS, por 30 dias, ao servidor ADRIANO HAMMES, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 09 de novembro de 2015, relativo ao período aquisitivo de 01/02/2014 a 31/01/2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 30 de setembro de 2015.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 01 de outubro de 2015.

# Arabutã

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº. 38/2015

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 070/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2015.

O Município de Arabutã/SC torna público para conhecimento dos interessados que estará realizando Processo Licitatório para o Registro de preço de material de expediente/consumo, material de higiene e limpeza, mobiliário e equipamentos, para atender as necessidades das Unidades Administrativas do Município, conforme itens constantes no Formulário-Proposta, anexo I do Edital. O recebimento dos envelopes e demais documentos exigidos no Edital será realizado até às 13h30 do dia 22 de outubro de 2015, sendo que na mesma data, às 14h em sessão pública, ocorrerá a abertura e julgamento dos mesmos. Íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas junto à Diretoria de Administração e Fazenda ou pelo telefone: (49)3448-0048 e-mail: administracao@arabuta.sc.gov.br e pelo site: www.arabuta.sc.gov.br.

Arabutã/SC, 30 de setembro de 2015.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

### PORTARIA Nº. 338/2015

PORTARIA Nº. 338/2015

NOMEAR SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

Considerando, o resultado do Concurso Público nº. 001/2015, homologado pelo Decreto nº. 1756, de 21 de agosto de 2015;

#### RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, a partir de 01 de outubro de 2015, por Concurso Público a Senhora IVONE IVANEIDE AREND, inscrita no CPF sob nº. 019.602.019-05, para o cargo de Agente Serviços Gerais; com carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos conforme Lei Complementar nº.158, de 29 de dezembro de 2014, Anexo III, nível 020, referência "IN".

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, de 30 de setembro de 2015.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pela publicação.

**PORTARIA Nº. 339/2015**

PORTARIA Nº. 339/2015

NOMEAR SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

Considerando, o resultado do Concurso Público nº. 001/2015, homologado pelo Decreto nº. 1756, de 21 de agosto de 2015;

**RESOLVE:**

Art.1º NOMEAR, a partir de 01 de outubro de 2015, por Concurso Público o Senhor ORLANDO VILI HANAUER FILHO, inscrito no CPF sob nº. 045.726.809-30, para o cargo de Médico; com carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos conforme Lei Complementar nº.158, de 29 de dezembro de 2014, Anexo III, nível 310, referência "IN".

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, de 30 de setembro de 2015.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pela publicação.

**PORTARIA Nº. 340/2015**

PORTARIA Nº. 340/2015

NOMEAR SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

Considerando, o resultado do Concurso Público nº. 001/2015, homologado pelo Decreto nº. 1756, de 21 de agosto de 2015;

**RESOLVE:**

Art.1º NOMEAR, a partir de 01 de outubro de 2015, por Concurso Público o Senhor ALECIR DRESSEL, inscrito no CPF sob nº. 083.294.819-49, para o cargo de Agente Serviços Gerais; com carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos conforme Lei Complementar nº.158, de 29 de dezembro de 2014, Anexo III, nível 20, referência "IN".

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, de 30 de setembro de 2015.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pela publicação.

**PORTARIA Nº. 341/2015**

PORTARIA Nº. 341/2015

CONTRATAR SERVIDORA POR PROCESSO SELETIVO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

Considerando, o resultado do Processo Seletivo Público nº. 001/2015, homologado pelo Decreto nº. 1757, de 21 de agosto de 2015;

**RESOLVE:**

Art.1º CONTRATAR, a partir de 01 de outubro de 2015, por Processo Seletivo Público a Senhora PATRICIA SCHIMMELPFENNIG, inscrita no CPF sob nº. 039.483.949-89, para o cargo de Agente Comunitário de Saúde Micro área 01; com carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos conforme Lei Complementar nº.156, de 29 de dezembro de 2014, Anexo III, nível Único, referência "IN".

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, de 30 de setembro de 2015.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pela publicação.

### **PORTARIA Nº. 342/2015**

PORTARIA Nº. 342/2015

CONTRATAR SERVIDORA POR PROCESSO SELETIVO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

Considerando, o resultado do Processo Seletivo Público nº. 001/2015, homologado pelo Decreto nº. 1757, de 21 de agosto de 2015;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR, a partir de 01 de outubro de 2015, por Processo Seletivo Público a Senhora JANAÍNA FURHMANN WIESENHUTTER, inscrita no CPF sob nº. 085.476.219-11, para o cargo de Agente Comunitário de Saúde Micro área 10; com carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos conforme Lei Complementar nº.156, de 29 de dezembro de 2014, Anexo III, nível Único, referência "IN".

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, de 30 de setembro de 2015.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pela publicação.

### **PORTARIA Nº. 343/2015**

PORTARIA Nº. 343/2015

CONTRATAR SERVIDORA POR PROCESSO SELETIVO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

Considerando, o resultado do Processo Seletivo Público nº. 001/2015, homologado pelo Decreto nº. 1757, de 21 de agosto de 2015;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR, a partir de 01 de outubro de 2015, por Processo Seletivo Público a Senhora MARIELI GROSSER LOSCH, inscrita no CPF sob nº. 081.903.799-09, para o cargo de Agente Comunitário de Saúde Micro área 06; com carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos conforme Lei Complementar nº.156, de 29 de dezembro de 2014, Anexo III, nível Único, referência "IN".

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, de 30 de setembro de 2015.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pela publicação.

**PORTARIA Nº. 344/2015**

PORTARIA Nº 344/2015

**DESIGNA FISCAIS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, em especial, considerando o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

**RESOLVE:**

Art.1º. Designar os servidores abaixo mencionados para acompanhar e fiscalizar a execução das Atas de Registro de Preço nº. 86, 87, 88, 89, 90 e 91/2015, no qual o Município de Arabutã é o órgão gerenciador:

- a) CARINE ALTMANN FEDRIZZI, inscrita no CPF nº. 058.501.229-66, ocupante do cargo em comissão de Diretora de Administração e Fazenda;
- b) LUANA VANESSA KOCHENBORGER, inscrita no CPF nº. 073.482.399-19, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Copa e Higienização;
- c) LISE MARA AREND, inscrita no CPF nº. 597.548.349-20, ocupante do cargo em comissão de Secretária Municipal de Educação e Cultura;
- d) SILVIA PETRY KLAUS, inscrita no CPF nº. 019.863.819-19, ocupante do cargo em comissão de Gerente de Assistência Social e Habitação;
- e) SABRINA MORES, inscrita no CPF nº 039.277.709-65, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social – CRAS;
- f) ADRIANO ADELAR KROHN, inscrito no CPF sob nº. 068.738.489-30, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo;
- g) CARLA PETRY KIEKOW, inscrita no CPF sob nº. 025.018.629-29, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeira;
- h) MARLI EINSWEILER SCHNEIDER, inscrita no CPF-MF sob nº. 831.827.729-53, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Copa e Higienização.

Art. 2º. Determinar que os fiscais designados deverão:

I – zelar pelo fiel cumprimento da Ata, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II – avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pelos detentores, em periodicidade adequada ao objeto e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III- atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, 30 de setembro de 2015.

JACKSON LUIZ PAZLAFF

Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pela publicação

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### LEI Nº 1752

LEI Nº 1752, DE 30/09/2015.

Dispõe sobre a Revisão do PPA - Lei nº 1640/2013, com a inclusão, exclusão e alteração de ações de projetos/atividades, produtos, metas e fontes de recursos e detalhamento da destinação de recursos para o exercício de 2016, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições constitucionais de seu cargo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alteradas as planilhas que compõem o Plano Plurianual, com inclusão, exclusão e alteração de ações, com adequação de metas e valores para o exercício de 2016, e estruturação de acordo com as fontes que integra a presente Lei e estabelecerá as diretrizes para os exercícios de 2016, conforme programas especificados no anexo I.

Art. 2º Os valores constantes em cada ação foram atualizados de acordo com as previsões de arrecadação de receitas, com a indicação das respectivas fontes de recursos.

Art. 3º As alterações constantes nos anexos da referida Lei, integram a presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 30 de setembro de 2015.

AlcidirFelchilcher  
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 30 de setembro de 2015.

Nelson Campagnin  
Diretor Departamento de Contabilidade

### LEI Nº 1753

LEI Nº 1753, DE 30/09/2015.

Dispõe sobre as Diretrizes para Elaboração da Lei Orçamentária do Município para o exercício 2016, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam estabelecidas diretrizes, para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2016, as diretrizes gerais de que trata esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº. 4.320 de 17 de Março de 1964, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

I - metas e prioridades da administração municipal;

II - a estrutura e organização do orçamento;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - das metas fiscais; e

VII - das disposições gerais.

### CAPÍTULO I

#### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º Em consonância com o Artigo 165 §2º, da Constituição Federal, as Metas e as Prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2016, são as especificadas, no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, nas quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2016, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§1º. Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§2º. O anexo de metas fiscais de receita e de despesas contera, no que couber, o disposto no § 2º do Artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

### CAPÍTULO II

#### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 3º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por programas e ações no Plano Plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção das atividades do governo como um todo.

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa de governo, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que ocorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

IV - Operações especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como, as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§2º. Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, sub-função e programa às quais se vinculam.

Art. 4º A Proposta Orçamentária do Município evidenciará as receitas em conformidade com a Portaria conjunta nº 001, de 20 de Junho de 2011, e alterações posteriores efetuadas pelo Ministério da Fazenda e a despesa em conformidade com a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de Maio de 2001 e posteriores alterações, com o seguinte desdobramento:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;



III - Resumo Geral da Despesa;  
IV - Programa de Trabalho;  
V - Programa de Trabalho de Governo por Funções, Sub-Funções, Programas, por Projetos e Atividades;  
VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, e Sub-Funções conforme o Vínculo com os Recursos;  
VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;  
VIII - Demonstrativo da Despesa por modalidade, podendo ser indicado o seu desdobramento por Elemento e/ou Sub-Elemento, segundo cada Unidade Orçamentária;  
IX - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;  
X - Demonstrativo da Evolução da Receita por fonte, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000;  
XI - Demonstrativo da Evolução da Despesa por categoria econômica, podendo ser indicada as modalidades;  
XII - Demonstrativo do orçamento fiscal.

§1º. Os Fundos Municipais poderão integrar o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

§2º. Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº. 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001, Portaria conjunta nº. 001, de 20 de Junho de 2011 e alterações posteriores efetuadas pelo Ministério da Fazenda.

Art. 5º O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Executivo, Instituto de Previdência e dos Fundos Municipais, abaixo descritos:

- Fundo Municipal de Saúde (descentralizado);
- Fundo Municipal de Assistência Social (centralizado);
- Fundo Municipal da Criança e da Adolescência (centralizado);
- Fundo de Assist. Social e Médica dos Serv. Públicos (descentralizada);
- Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais – IPREARROIO (descentralizado)

Art. 6º Mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

- I - Texto da Lei;
- II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Arrecadada dos exercícios de 2012 a 2014, fixada para 2016 e projetada para 2016;
- III - Quadro Demonstrativo da Dívida Fundada em 31 de Dezembro de 2012 e a projeção de desembolso para os exercícios de 2014 a 2016;
- IV - Quadro Demonstrativo da Dívida Flutuante, com identificação das contas e saldos no último dia do mês imediatamente anterior ao da remessa da Proposta orçamentária à Câmara Municipal;
- V - Quadro demonstrativo da composição do Ativo Financeiro no último dia do mês imediatamente anterior à remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;
- VI - Quadro Demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados nos exercícios de 2009 a 2011;
- VII - Justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2016;
- VIII - Quadro Demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas de 2013 a 2014, despesas com pessoal por Poder para o mesmo período e percentual de comprometimento;
- IX - Demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito, se for o caso.

### CAPÍTULO III

#### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º O Orçamento Fiscal do Município para o exercício de 2016 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo e seus Fundos e as ações e metas serão extraídas do Plano Plurianual atualizado.

Art. 8º Os estudos para definição da previsão da Receita para o exercício de 2016, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior e fatores locais que possam influenciar da definição da previsão da receita.

Art. 9º Se a receita estimada para o exercício de 2016, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

- I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação de despesas com horas extras;
- III - redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;
- IV - redução dos investimentos programados;
- V - redução de contratos, auxílios, contribuições e subvenções;
- VI - demissão de ocupantes de cargos comissionados.

Parágrafo Único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 11 A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não poderá exceder, no exercício de 2016 a 10% (Dez por cento) da Receita Corrente Líquida fixada no exercício de 2016.

Art. 12 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo IX desta Lei.

§1º. Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2015.

§2º. Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 13 O Orçamento para o exercício de 2016, de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 10 % da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, resultado primário e reforço de dotações orçamentárias, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 14 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 15 Para atender o disposto na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000, o Executivo Municipal incumbir-se-á do seguinte:

- I - estabelecer programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, com a devida publicação, dentro do

prazo legal;

II - publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas fiscais de receitas e despesas, e se não atingidas deverá realizar cortes na realização de despesas do Poder Executivo e do Legislativo;

III - O Poder Executivo Municipal emitirá ao final de cada semestre, relatório de gestão fiscal, avaliando o cumprimento das metas fiscais, em audiência pública.

Art. 16 Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

§1º. Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais;

§2º. A eventual arrecadação de receitas de determinada fonte de recursos vinculados ou não, em montante superior ao previsto na Lei do Orçamento Anual, se constituirá recurso hábil a suplementações orçamentárias por excesso de arrecadação, ou provável excesso, quando evidenciado o ingresso do recurso excedente ou comprovado através de convênio firmado em cada fonte específica.

Art. 17 As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2016, serão as constantes no Anexo VII desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 18 A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo e de cooperação técnica, voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica.

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade Municipal.

Art. 19 Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade deverá apresentar declaração de funcionamento regular em 2016, por autoridades locais, comprovante de regularidade fiscal e de sua Diretoria.

Art. 20 As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com a respectiva prestação de contas.

Art. 21 Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 22 Despesas de custeios de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 23 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2013, a preços correntes.

Art. 24 O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela

legislação em vigor;

III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (Trinta por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV - transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do Inciso VI do Artigo 167 da Constituição Federal.

Art. 25 Durante a execução orçamentária de 2016, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, fiscais e no plano plurianual, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes do Anexo X desta Lei e alterações posteriores.

#### CAPÍTULO IV

##### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA

Art. 26 O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluídas na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir novos programas e ações.

Art. 27 Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2016, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento e incluídas posteriormente mediante crédito especial ou suplementar.

Art. 28 As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária com alterações posteriores e autorizadas por lei específica.

Art. 29 A verificação dos limites da dívida pública serão na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

#### CAPÍTULO V

##### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 30 O Executivo Municipal, mediante lei, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Parágrafo Único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 31 A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 32 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 33 O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000:



- I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;
- II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- V - Disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 34 Os contratos de terceirização de mão-de-obra realizados com a Administração Pública Municipal, que se referirem à substituição de servidores ou empregados públicos, serão contabilizados como "outras despesas de pessoal".

Parágrafo Único. Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal, excluídas as despesas decorrentes de utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 35 A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentado estudos do seu impacto e atender ao disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 37 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 38 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39 O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 40 Caso seja necessária à limitação de empenhos e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, paralisação temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição de cotas mensais do orçamento em cada órgão; reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§1º. Na hipótese de ocorrência dos dispostos no caput deste artigo, o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

§2º. O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação financeira e empenho.

Art. 41 O Poder Executivo Municipal deverá elaborar e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício

de 2016, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão do Poder Executivo, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 42 Até o dia 30 de Outubro de 2015, O Executivo Municipal encaminhará a Câmara Municipal à proposta orçamentária para o Exercício Financeiro de 2016.

§1º. A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo, respeitando-se evidentemente toda a tramitação prevista no Regimento Interno da mesma.

§2º. Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§3º. Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2015, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, anulação de saldos de dotações não comprometidas.

Art. 43 O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhado cópia de todos os convênios firmados a Câmara Municipal de Vereadores, para comprovação da transparência administrativa.

Art. 44 Fazem parte integrante desta Lei os seguintes Anexos:

- a) - Demonstrativo I - Metas anuais;
- b) - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- c) - Demonstrativo III - Metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixas nos três exercícios anteriores;
- d) - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) - Demonstrativo V - Origem e aplicação de recursos obtidos com alienação de ativos;
- f) - Demonstrativo VI - Avaliação da Situação financeira e atuarial do RPPS;
- g) - Demonstrativo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;
- h) - Demonstrativo VIII - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- i) - Demonstrativo IX - Anexo de riscos fiscais;
- j) - Demonstrativo X - Metas e prioridades.

Art. 45 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 46 Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 30 de setembro de 2015.

Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 30 de setembro de 2015.

Nelson Campagnin  
Diretor Departamento de Contabilidade

**LEI Nº 1754**

LEI Nº 1754, DE 30/09/2015.

Autoriza a Baixa de Bens Patrimoniais Inservíveis do Município de Arroio Trinta, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à baixa do patrimônio do Município dos bens que, por sua natureza, utilidade e estado de conservação, foram considerados inservíveis, conforme listagem anexa a presente Lei (Anexo I).

Art. 2º Fica autorizado o setor de patrimônio da municipalidade a proceder à devida baixa no rol patrimonial dos bens referido no Anexo I desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 30 de setembro de 2015.

Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 30 de setembro de 2015.

Nelson Campagnin  
Diretor Departamento de Contabilidade

# Ascurra

## PREFEITURA

### **ERRATA CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 92/2015 E 93/2015**

Prefeitura Municipal de Ascurra

Errata dos contratos administrativos contrato nº 92/2015 e 93/2015 (extratos publicados dia 29/9/2015)

O Município de Ascurra informa que as publicações de extratos administrativos referente aos contratos administrativos 92/2015 e 93/2015 foram feitas de forma equivocada.

Em relação ao CT 92/2015, o objeto correto da licitação é a aquisição de materiais de construção diversos para a Prefeitura Municipal de Ascurra.

Por fim, esclarece-se que os contratos na verdade se resumem na minuta da ata de abertura da licitação, tendo em vista que o pregão foi realizado como registro de preços.

Ascurra, 30 de setembro de 2015.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2015-FMED PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2015-FMED**

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Processo Licitatório nº 034/2015-FMED

Pregão Presencial nº 023/2015-FMED

O Fundo Municipal de Educação, através da Secretaria de Administração e Fazenda, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, demais legislações pertinentes, torna público que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço Global, para Aquisição de travas eletrônicas com interfone para os Centros de Educação Infantil e Unidades Escolares De Ensino Fundamental. Recebimento dos Envelopes até: 15/10/2015 às 09:00h. Data da Sessão Pública: 15/10/2015 às 09:00h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda no endereço acima citado, no horário das 8 as 12 e das 13:30 as 17:30h, ou no site [www.picarras.sc.gov.br](http://www.picarras.sc.gov.br).

Balneário Piçarras(SC), 29 de setembro de 2015.

Laureci Bernadete Schneider Pereira – Gestora do FMED

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2015-FMED PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2015-FMED**

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Processo Licitatório nº 035/2015-FMED

Pregão Presencial nº 024/2015-FMED

O Fundo Municipal de Educação, através da Secretaria de Administração e Fazenda, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, demais legislações pertinentes, torna público que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço Global, para Locação de serviço de monitoramento de imagens para os Centros de Educação Infantil e Unidades Escolares de Ensino Fundamental. Recebimento dos Envelopes até: 15/10/2015 às 14:00h. Data da Sessão Pública: 15/10/2015 às 14:00h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda no endereço acima citado, no horário das 8 as 12 e das 13:30 as 17:30h, ou no site [www.picarras.sc.gov.br](http://www.picarras.sc.gov.br).

Balneário Piçarras(SC), 29 de setembro de 2015.

Laureci Bernadete Schneider Pereira – Gestora do FMED

# Barra Velha

## PREFEITURA

### PP 070/2015 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 090/2015 - Pregão Presencial nº 070/2015

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço global por LOTE para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA. Conforme especificações detalhadas do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 21/10/2015 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 21/10/2015 às 14:15 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 30 de setembro de 2015.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito.

### TP 006/2015 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 091/2015

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 006/2015

O Prefeito de Barra Velha, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Torna Público que fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, tipo menor preço global, para EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRA ESTRUTURA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA EM DIVERSOS LOCAIS DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, em estrita observância aos memoriais, planilhas e projetos anexos ao Processo. Cadastro na Prefeitura: até 19/10/2015. Data/horário recebimento envelopes: 22/10/2015 até 08:30 horas. Data/horário abertura envelopes: 22/10/2015 às 08:45 horas, nesta Prefeitura, na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração, no endereço supra, no horário das 8:00 às 12:00h e 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 30 de setembro de 2015.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito

# Bela Vista do Toldo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 07/2015 - PREF

Aviso de Licitação

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO 007/2015 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015 - FMS

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, sendo objeto a aquisição de Mobiliários, Equipamentos e Uniformes para Estruturação dos Serviços Farmacêuticos, através do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (QUALIFAR-SUS).

ENTREGA DE ENVELOPES

Até a 09h00min do dia 14/10/2015.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 14/10/2015 às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro.

O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC [www.pmbvt.sc.gov.br](http://www.pmbvt.sc.gov.br). Informações poderão ser solicitadas pelo email [compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br](mailto:compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br).

Bela Vista do Toldo, 01 de Outubro de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

### RESOLUÇÃO CMDCA Nº 09/ 2015

RESOLUÇÃO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ESCOLHA UNIFICADA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR – CONDUTAS VEDADAS AOS CANDIDATOS

Resolução CMDCA nº 09/ 2015

Dispõe sobre as condutas vedadas aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar durante o processo de escolha unificado no Município de Bela Vista do Toldo/SC.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) e pela Lei Municipal nº 1.023/2015, e,

CONSIDERANDO que o art. 133, inciso I do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê ser um dos requisitos para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, a idoneidade moral;

CONSIDERANDO que idoneidade moral é conceito jurídico indeterminado, compreendido genericamente como atributo ou qualidade de determinada pessoa de ter suas ações pautadas pelos preceitos éticos e morais vigentes em dado local e época, sendo, assim, bem conceituada onde reside e recomendada à consideração pública;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente não descreve o que caracteriza a idoneidade moral, inclusive no período do pleito eleitoral, gerando interpretações subjetivas que causam insegurança jurídica ao processo de escolha para o cargo de Conselheiro Tutelar;

CONSIDERANDO que as condutas vedadas, elencadas nesta Resolução, tornarão objetiva a aferição do requisito da idoneidade moral, quanto ao processo da eleição unificada;

CONSIDERANDO que o candidato ao cargo de membro do Conselho Tutelar que não comprovar qualquer um dos requisitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente e/ou na Lei Municipal, terá sua candidatura impugnada;

CONSIDERANDO que o art. 7º, § 1º, "c", da Resolução Conanda nº 170/14, dispõe que ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente cabe definir as condutas permitidas e vedadas aos candidatos a membros do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que o art. 11, §6º, incisos III e IX, da Resolução Conanda nº 170/14, aponta também ser atribuição da Comissão Eleitoral do CMDCA, analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação, bem como resolver os casos omissos;

CONSIDERANDO que o art. 11, § 6º, inciso I, da Resolução Conanda nº 170/14, prevê a realização de reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local, a ser realizada pela Comissão Especial encarregada de realizar o processo de escolha.

RESOLVE:

Capítulo I

DAS CONDUTAS VEDADAS

Art. 1º Considera-se violação da idoneidade moral, para os fins do art. 133, inciso I c/c art. 135, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), pelos candidatos devidamente habilitados ao processo de escolha para o cargo de Conselheiro Tutelar, durante o dia da votação, as seguintes condutas:

I – a promoção do transporte de eleitores;

II – doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor (art. 139, §3º, do Estatuto da Criança e do Adolescente), desde o registro da candidatura até o dia da eleição;

III – perturbar o sossego público, inclusive com o uso alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreata;

IV – realizar propaganda de qualquer natureza, inclusive a propaganda de boca de urna;

V – caluniar, difamar ou injuriar quaisquer pessoas, bem como órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública;

VI – prejudicar a higiene e a estética urbana ou desprestigiar posturas municipais ou que impliquem qualquer restrição de direito;

VII – até o término do horário da votação, contribuir, de qualquer forma, para aglomeração de pessoas utilizando vestuários padronizados, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem a utilização de veículos;

VIII – padronizar, nos trabalhos de votação, o vestuário de seus respectivos fiscais, quando permitido a presença destes por meio de Lei Municipal ou Resolução do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Art. 2º A incidência em alguma das condutas apontadas no art. 1º desta Resolução caracterizará inidoneidade moral, deixando o

candidato passível de impugnação da candidatura, por conta da inobservância do requisito previsto no art. 133, inciso I, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

## Capítulo II

### DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DA CONDUTA INIDÔNEA

Art. 3º Qualquer cidadão poderá denunciar à Comissão Eleitoral, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou ao Ministério Público a prática das condutas constantes no art. 1º desta Resolução.

Art. 4º Os candidatos que praticarem quaisquer das condutas relacionadas nos itens anteriores, durante e/ou depois da campanha, inclusive no dia da votação, terão cassado seu registro de candidatura ou diploma de posse, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade civil e mesmo criminal, inclusive de terceiros que com eles colaborem.

Art. 5º No prazo de 01 (um) dia contado do recebimento da notícia da infração às condutas vedadas previstas nesta Resolução, a Comissão Eleitoral deverá instaurar procedimento administrativo para a devida apuração de sua ocorrência, expedindo-se notificação ao infrator para que, se o desejar, apresente defesa no prazo de 02 (dois) dias contados do recebimento da notificação (art. 11, §3º, inciso I, da Resolução Conanda nº 170/14).

Parágrafo único. O procedimento administrativo também poderá ser instaurado de ofício pela Comissão Eleitoral ou pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, assim que tomar conhecimento por qualquer meio, da prática da infração.

Art. 6º A Comissão Eleitoral, no prazo de 02 (dois) dias do término do prazo da defesa, poderá:

- I – arquivar o procedimento administrativo se entender não configurada a infração ou não houver provas suficientes da autoria, notificando-se o representado e o representante, se for o caso;
- II – determinar a produção de provas em reunião designada no máximo em 02 (dois) dias contados do decurso do prazo para defesa (art. 11, §3º, inciso II, da Resolução Conanda nº 170/14).

Art. 7º Encerrada a reunião designada para a produção das provas indicadas pelas partes, a Comissão Eleitoral decidirá, fundamentadamente, em 02 (dois) dias, notificando-se, em igual prazo, o representado e, se for o caso, o representante, que terão também o mesmo prazo para interpor recurso, sem efeito suspensivo, à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (art. 11, §4º, da Resolução Conanda nº 170/14).

Parágrafo único. A Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente decidirá em 02 (dois) dias do término do prazo da interposição do recurso, reunindo-se, se preciso for, extraordinariamente (art. 11, § 4º, da Resolução CONANDA nº 170/14).

Art. 8º No prazo máximo de 02 (dois) dias do término do prazo para apreciação do recurso eventualmente interposto, a Comissão Eleitoral, fará publicar a relação dos candidatos habilitados, enviando, em igual prazo, cópia ao Ministério Público. (art. 11, § 5º, da Resolução CONANDA nº 170/14).

Art. 9º O representante do Ministério Público deverá ser cientificado de todas as decisões, no prazo de 02 (dois) dias de sua prolação.

## Capítulo III

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Para que o teor desta Resolução seja de conhecimento de todos os munícipes e candidatos, ela deverá ter ampla publicidade, sendo publicada no Diário Oficial do Município ou meios equivalentes, além de ser afixada em locais de grande acesso ao público e noticiada em rádios, jornais e outros meios de divulgação, inclusive e se possível, pela internet.

§1º A Comissão Eleitoral realizará reunião, no prazo de 02 (dois) dias a contar da publicação desta Resolução, destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, conforme preconiza o art. 11, § 6º, inciso I, da Resolução Conanda nº 170/14.

Art. 11. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Bela Vista do Toldo/SC, 29 de setembro de 2015.

MARIA TEREZA SCHIESSL ALVES SANTOS

PRESIDENTA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE BELA VISTA DO TOLDO



# Benedito Novo

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 145/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 145/2015

Referente: Processo Licitatório nº 62/2015

Contratada: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE COPOS DESCARTÁVEIS PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIs)

Valor Total Contratado: R\$ 3.062,50

Vigência: 30/09/2015 a 31/12/2015

Data Assinatura: 30/09/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal



# Biguaçu

## CÂMARA MUNICIPAL

### **AVISO DE LICITAÇÃO N° 010/2015 (CONVITE)**

CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU

AVISO DE LICITAÇÃO – CONVITE N° 010/2015

A Comissão de Licitação da Câmara de Vereadores de Biguaçu, no exercício de suas atribuições que lhe confere na portaria nº 073/2015, de 02 de março de 2015, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar no dia 09 de outubro de 2015, com a entrega dos envelopes às 13h30min, e abertura às 14h00min horas, também no dia 09 de outubro de 2015, no endereço: Rua Hermógenes Prazeres, n. 79, Comercial Nagib Garcia, Centro – Biguaçu – SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação nº 10/2015 na MODALIDADE CONVITE, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia móvel para atender a demanda da CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU, tendo em vista a última licitação deserta (ref. ao Convite n. 009/2015). Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da Câmara Municipal de Biguaçu, mediante a apresentação de um pen-drive ou pelo e-mail: [cmb.licitacao@yahoo.com.br](mailto:cmb.licitacao@yahoo.com.br). Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (48) 3243-4233 – Ramal 217.

Biguaçu/SC, 30 de setembro de 2015.

Salete Orlandina Cardoso

Presidente da Câmara de Vereadores

# Blumenau

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 10.737/2015

DECRETO Nº 10.737, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015.

RECONHECE DESPESA DE EXERCÍCIO ANTERIOR.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XXII, combinado com o artigo 75, inciso I, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no artigo 37 da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964, e no artigo 2º do Decreto Federal nº 62.115, de 12 de janeiro de 1968,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica reconhecida a despesa constante do Anexo I deste Decreto, no valor de R\$6.036,38(seis mil, trinta e seis reais e trinta e oito centavos), realizada e não processada em exercício financeiro anterior no âmbito da Administração Direta do Município.

Art. 2º - A despesa de que trata o artigo 1º deste Decreto, correrá por conta da dotação específica do orçamento vigente, abaixo discriminada:

18 – INTENDENCIA DISTRITAL DO GRANDE GARCIA

1801 – Administrativo Distrital do Grande Garcia

Atividade 18.01.04.122.0002.2124 – Manut. Ativ. Administrativa do Idgg

Modalidade 3.3.91 (630) Aplicações Diretas R\$ 6.036,38

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de setembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

#### ANEXO I

CREDOR:	SERVIÇO AUTONOMO MUNIC.DE AGUA E ESGOTO DE BLUMENAU-SAMAE
DOCUMENTO	FATURAS
DATA:	03/14, 04/14, 05/14 e 06/14.
ORIGEM DA DESPESA:	Referente consumo de água dos meses Março, Abril, Maio e Junho de 2014.
DOTAÇÃO:	630
VALOR:	R\$ 5.823,50
CREDOR:	SERVIÇO AUTONOMO MUNIC.DE AGUA E ESGOTO DE BLUMENAU-SAMAE
DOCUMENTO	FATURAS
DATA:	03/14, 04/14, 05/14 e 06/14.
ORIGEM DA DESPESA:	Referente taxa de coleta de lixo dos meses Março, Abril, Maio e Junho de 2014.
DOTAÇÃO:	630
VALOR:	R\$212,88
TOTAL GERAL A RECONHECER	R\$ 6.036,38 (seis mil, trinta e seis reais e trinta e oito centavos).

Reconheço as despesas desta relação.

Blumenau, 22 de Setembro de 2015.

Mauricio Goll

INTENDENTE DO DISTRITO DO GARCIA

### PORTARIA Nº 19.077/2015

PORTARIA N.º 19.077, DE 08 DE SETEMBRO DE 2015.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL G.P.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições conferidas pelos artigos 75, II, "f", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, e 209 da Lei Complementar n. 660, de 28/11/07, e de conformidade com o relatório final e o julgamento prolatado nos autos da Sindicância Administrativa nº 003/2014, que tramitou perante a 2ª CPASD, resolve:

#### DETERMINAR

a instauração de processo administrativo disciplinar, a ser conduzido pela Primeira Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, designada pelas Portarias nºs 15.145, 31/10/2011, 15.579, de 02/04/2012 e 18.830, de 08/06/2015, para apurar a responsabilidade do servidor público municipal G.P., matrícula nº 179183, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN, quanto à denúncia efetuada pelo Vereador Jefferson Forest, na data de 02/12/2014, na tribuna da Câmara Municipal de Blumenau, juntamente com demais documentos e relatório final constantes da Sindicância Administrativa nº 003/2014, por infringir, em tese, os artigos 177, XIII e XXII, da LC 660/07, combinado com o art. 9º, e inciso I, da Lei Federal nº 8.429/92.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de setembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 19.118/2015

PORTARIA N.º 19.118, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015.

APLICA A PENALIDADE DISCIPLINAR DE ADVERTÊNCIA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL M.S.W.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com suporte no art. 187 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, e de acordo com o relatório e o julgamento proferido nos autos do Processo Administrativo Disciplinar n.º 006/2014, resolve:

APLICAR a penalidade disciplinar de ADVERTÊNCIA à servidora pública municipal M.S.W., matrícula n. 22857-7, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por infringência ao artigo 176, VI, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de setembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 19.119/2015**

PORTARIA N. 19.119, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE EXONERAÇÃO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO EM FACE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL R.M.C.F.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "f", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de conformidade com o art. 16, II, da Lei Complementar n. 740, de 18/01/2010, e atendendo ao pedido formulado pelo Secretário Municipal de Administração, Sr. Ronaldo Rogério Wan-Dall e pela Diretora de Pessoal, Sra. Neusa Pasta Felizetti, através do Memorando nº 799/2015, de 08/09/2015, resolve:

#### **DETERMINAR**

a instauração de Processo de Exoneração em Estágio Probatório a ser conduzido pela Comissão de Exoneração – COMEX, designada pelas Portarias n.º 15.560, de 20/03/2012, nº 15.120, de 10/10/2011 e nº 18.876, de 23/06/2015, em face da servidora pública municipal R.M.C.F., ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, matrícula nº 21308-0, nomeada em 25/10/12, pela Portaria n.º 16.378/12, Termo de Posse nº 1000, de 08/01/13, por não ter capacidade física para o exercício do cargo, por avaliação médica do SESOSP, de conformidade com o art. 16, inciso II e o parágrafo 4º, da LC 740, de 18/01/2010, e de acordo com o Memorando SEDEAD n. 799/2015, encaminhado pela Secretária Municipal de Administração, com documentos acostados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de setembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 19.123/2015**

PORTARIA Nº 19.123, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

NOMEIA APARECIDA DE CAMARGO PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO - COPLAN.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 5º, da Lei Complementar nº 836, de 19 de dezembro de 2011, e em atendimento ao Memorando SEPLAN/COPLAN nº 78/2015, de 28/09/2015, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 836, de 19 de dezembro de 2011, para compor o Conselho Municipal de Planejamento Urbano – COPLAN:

APARECIDA DE CAMARGO, representante titular, da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN, em substituição a MARIA CRISTINA SILVA FIGUEIREDO, nomeada pela Portaria nº 17.784, de 08 de maio de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de setembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 19.127/2015**

PORTARIA Nº 19.127, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

NOMEIA ANDRÉIA LINA MAUL RAUCH PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO DE BLUMENAU – COPE.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o disposto no art. 5º, da Lei Complementar nº 794, de 19 de abril de 2011, e atendendo ao Memorando SEPLAN/COPE nº 076/2015, de 28/09/2015, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município, e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 794, de 19 de abril de 2011, para compor o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural Edificado de Blumenau – COPE:

ANDRÉIA LINA MAUL RAUCH, representante titular da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN, em substituição a RAFAEL GROSSELI DAMO, nomeado pela Portaria nº 18.496, de 02/03/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de setembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

#### **NOTIFICAÇÃO RECEBIMENTO RECURSOS FEDERAIS 09/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

#### **NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS**

O município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, nos termos da Lei Federal no 9452/96 de 20 de março de 1996, notifica a População em Geral, os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste município, que a Caixa Econômica Federal efetuou no dia 17/09/2015, liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 899.165,16, (oitocentos e noventa e nove mil cento e sessenta e cinco reais e dezesseis centavos) a este município, liberação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para operar o Programa de Modernização da Administração Tributária e dos Setores Sociais Básicos – BNDES PMAT, sendo que os recursos foram depositados na agência 0411, c/c 600000311-9, da Caixa Econômica Federal.

Blumenau-SC, em 29 de setembro de 2015.

Publique-se:

No Diário Oficial do Município e,  
No Jornal de Santa Catarina.

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES  
Secretário Municipal da Fazenda

GILMAR SCHNEIDER  
Tesoureiro

**NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 358/2015 - SEFAZ**

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 358/2015

CONTRIBUINTE : BOOKS MAGAZINE REPRESENTAÇÕES LTDA

ENDEREÇO: RUA FLORIANO PEIXOTO 340 - BOM RETIRO

Nº INSCRIÇÃO: 49.821 CNPJ: 73.930.505/0001-29

Processo Fiscal : 2015/411

Sócios: JOEL IZIDORO / GILBERTO DA SILVA

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base no Art. 151 da LC 632/2007, intimando-o para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do 1º dia útil seguinte à ciência desta notificação:

- a) recolher à Fazenda Municipal o valor abaixo discriminado, referente ao débito do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 81 da LC 632/2007); ou  
b) reclamar do lançamento em que é parte (Art. 207, caput da LC 632/2007).

**DEMONSTRATIVO DOS VALORES APURADOS:**

Base de Cálculo	49.599,00
Imposto a Recolher	991,98
Atualização Monetária	153,36
Juros de Mora	367,48
Multa p/infração	572,67
Total Geral	2.085,49

**DESCRIÇÃO DOS FATOS**

1) Período Fiscal: 2012/04 A 2012/10, 2012/12, 2013/03, 2013/08, 2014/02, 2014/10, 2015/02 E 2015/04, 2015/06

2) Documentos examinados: Notas Fiscais de Serviço eletrônicas (NOTABLU) 001 A 028

3) Concluído o procedimento fiscal nos termos da legislação aplicável, constatou-se que o contribuinte:

3.1) Emitiu notas fiscais com descrição como serviços de MEDICINA, constante(s) da Lista de Serviços prevista na Lei Complementar Federal 116/03 e prevista no Art. 276 da LC 632/2007, item(ns): 4.01 – Medicina e biomedicina.

3.2) Após a intimação nº 3337/2015 não ser atendida, após o envio ao endereço da empresa contribuinte através de carta com Ar JH 929976508 BR que deixou de ser recebida pelo sócio pelo seguinte motivo: MUDOU-SE, motivo pelo qual se lança o presente edital.

3.3) Deixou de recolher o ISSQN devido no período considerado, conforme anexos Mapas de Levantamento Fiscal e Cálculo, infringindo a legislação tributária municipal:

A partir de janeiro/2008, artigo 295, § 1º da LC 632/2007.

**4) COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO**

4.1) A base de cálculo da presente notificação compõe-se:

1 - Soma dos valores referente às Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas. 001 A 028

**5) CÁLCULO DO VALOR A PAGAR**

5.1) Sobre a receita apurada na forma supra foi aplicada a alíquota de: 2% (Art. 276 LC 632/2007).

5.2) Sobre o valor do imposto calculado incidiram os acréscimos legais conforme segue:

**1) Atualização monetária:**

- A partir de 2010 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9085/2009

- A partir de 2011 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9313/2010

- A partir de 2012 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9551/2011

- A partir de 2013 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9876/2012

- A partir de 2014 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10223/2013

- A partir de 2015 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10502/2014

b) Juros de Mora de 1% ao mês, com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007.

5.3) Foi aplicada multa de 50% sobre o valor atualizado conforme art. 305 da LC 632/2007.

**6) Observações:**

6.1) Dentro do prazo estipulado, esta Notificação poderá ser quitada (à vista, com redução de 90% na multa) ou parcelada (em até 60 vezes), nas condições previstas nos artigos 171 e 172 da LC 632/2007.

6.2) Vencidos os prazos para pagamentos ou reclames, será o débito inscrito em Dívida Ativa e terá início o processo de cobrança amigável ou judicial.

6.3) Verificado indícios de crimes contra a ordem tributária, será formulada a representação fiscal para fins penais e remetida ao Ministério Público conforme determina a Portaria nº 01/ 2002 da Secretaria Municipal da Fazenda.

6.4) Integram a presente Notificação Fiscal os seguintes anexos: Mapas de Levantamento Fiscal e Cálculo (anuais).

Blumenau(SC) 29/09/2015

Adriana Paula da Silva

AUDITORA FISCAL TRIBUTÁRIA

21553-8

**TERMO DE FISCALIZAÇÃO****MAPA DE LEVANTAMENTO FISCAL E CÁLCULO**

ANEXO À NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº: 358/2015 BOOKS MAGAZINE REPRESENTAÇÕES LTDA

Ano 2012	Receita Faturamento Bruto	Imposto Devido Valor Histórico	Imposto Pago Valor Histórico	Imposto a Pagar Valor Histórico	Imposto Atualizado	Atualização Monetária	Juros de Mora	Valor Total Apurado
Meses								
Abril	2.000,00	40,00	0,00	40,00	47,58	7,58	19,51	67,09
Mai	1.700,00	34,00	0,00	34,00	40,44	6,44	16,18	56,62
Junho	11.933,00	238,66	0,00	238,66	283,88	45,22	110,71	394,59
Julho	3.560,00	71,20	0,00	71,20	84,69	13,49	32,18	116,87
Agosto	3.300,00	66,00	0,00	66,00	78,51	12,51	29,05	107,55
Setembro	8.850,00	177,00	0,00	177,00	210,54	33,54	75,79	286,33
Outubro	660,00	13,20	0,00	13,20	15,70	2,50	5,50	21,20
Dezembro	510,00	10,20	0,00	10,20	12,13	1,93	4,00	16,14
Total	32.513,00	650,26	0,00	650,26	773,46	123,20	292,92	1.066,38
Ano 2013								
Março	1.893,00	37,86	0,00	37,86	42,50	4,64	12,75	55,25
Agosto	8.175,00	163,50	0,00	163,50	183,55	20,05	45,89	229,44
Total	10.068,00	201,36	0,00	201,36	226,05	24,69	58,64	284,69
Ano 2014								
Fevereiro	2.000,00	40,00	0,00	40,00	42,53	2,53	8,08	50,61
Outubro	2.318,00	46,36	0,00	46,36	49,29	2,93	5,42	54,71
Total	4.318,00	86,36	0,00	86,36	91,82	5,46	13,50	105,33
Ano 2015								
Fevereiro	500,00	10,00	0,00	10,00	10,00	0,00	0,70	10,70
Abril	1.000,00	20,00	0,00	20,00	20,00	0,00	1,00	21,00
Junho	1.200,00	24,00	0,00	24,00	24,00	0,00	0,72	24,72
Total	2.700,00	54,00	0,00	54,00	54,00	0,00	2,42	56,42

**NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 310/2015 - SEFAZ**

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 310/2015

CONTRIBUINTE :VISÃO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA

ENDEREÇO:RUA BENJAMIN CONSTANT 471

Nº INSCRIÇÃO:80.940 CNPJ:08.710.848/0001-16

Processo Fiscal :2015/322

Sócios:JOÃO BATISTA GONÇALVES / MARIA JANETE VIEIRA GONÇALVES

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base no Art. 151 da LC 632/2007, intimando-o para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do 1º dia útil seguinte à ciência desta notificação:

- a) recolher à Fazenda Municipal o valor abaixo discriminado, referente ao débito do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 81 da LC 632/2007); ou
- b) reclamar do lançamento em que é parte (Art. 207, caput da LC 632/2007).

**DEMONSTRATIVO DOS VALORES APURADOS**

Base de cálculo	159.073,00
Imposto a Recolher	3.181,46
Atualização Monetária	47,01
Juros de Mora	246,76
Multa p/Infração	1.614,23
Total Geral	5.089,46

**DESCRIÇÃO DOS FATOS**

1) Período Fiscal: 2014/11, 2014/05, 2015/01, 2015/02 E 2015/03 A 2015/07

2) Documentos examinados: Notas Fiscais de Serviço eletrônicas nº 183 A 222 (NOTABLU)

3) Concluído o procedimento fiscal nos termos da legislação aplicável, constatou-se que o contribuinte:

3.1) Presta serviços de ELABORAÇÃO DE PROJETOS, constante(s) da Lista de Serviços prevista na Lei Complementar Federal 116/03, recepcionada pela LC Municipal 424/03, e prevista no Art. 276 da LC 632/2007, item(ns): 7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia

3.2) Após a intimação nº 3316/2015 não ser atendida, foi lavrada a Notificação Fiscal nº 310/2015 no valor de R\$ 5089,46 que foi enviada ao endereço do Contribuinte através de carta com Ar JO 190915736 BR que deixou de ser recebida pelo sócio pelo seguinte motivo: AUSENTE EM 3 tentativas, motivo pelo qual se lança o presente edital.

3.3) Deixou de recolher o ISSQN devido no período considerado, conforme anexos Mapas de Levantamento Fiscal e Cálculo, infringindo a



legislação tributária municipal:

A partir de janeiro/2008, artigo 295, § 1º da LC 632/2007.

#### 4) COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

4.1) A base de cálculo da presente notificação compõe-se:

1 - Soma dos valores referente às Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas.

#### 5) CÁLCULO DO VALOR A PAGAR

5.1) Sobre a receita apurada na forma supra foi aplicada a alíquota de: 2% (Art. 276 LC 632/2007).

5.2) Sobre o valor do imposto calculado incidiram os acréscimos legais conforme segue:

1) Atualização monetária:- A partir de 2010 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9085/2009

- A partir de 2011 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9313/2010

- A partir de 2012 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9551/2011

- A partir de 2013 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 9876/2012

- A partir de 2014 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10223/2013

- A partir de 2015 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10502/2014

b) Juros de Mora de 1% ao mês, com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007.

5.3) Foi aplicada multa de 50% sobre o valor atualizado conforme art. 305 da LC 632/2007.

#### 6) Observações:

6.1) Dentro do prazo estipulado, esta Notificação poderá ser quitada (à vista, com redução de 90% na multa) ou parcelada (em até 60 vezes), nas condições previstas nos artigos 171 e 172 da LC 632/2007.

6.2) Vencidos os prazos para pagamentos ou reclames, será o débito inscrito em Dívida Ativa e terá início o processo de cobrança amigável ou judicial.

6.3) Verificado indícios de crimes contra a ordem tributária, será formulada a representação fiscal para fins penais e remetida ao Ministério Público conforme determina a Portaria nº 01/ 2002 da Secretaria Municipal da Fazenda.

6.4) Integram a presente Notificação Fiscal os seguintes anexos: Mapas de Levantamento Fiscal e Cálculo (anuais).

Blumenau(SC) 08/09/2015

Adriana Paula da Silva

AUDITORA FISCAL TRIBUTÁRIA

21553-8

#### MAPA DE LEVANTAMENTO FISCAL E CÁLCULO

#### ANEXO À NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº: 310/2015 - VISÃO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA

Ano 2014	Receita Faturamento Bruto	Imposto Devido Valor Histórico	Imposto Pago Valor Histórico	Imposto a Pagar Valor Histórico	Imposto Atualizado	Atualização Monetária	Juros de Mora	Valor Total Apurado
Maio	35.000,00	700,00	-	700,00	744,28	44,28	111,64	855,92
Novembro	2.157,50	43,15	-	43,15	45,88	2,73	4,13	50,01
Total	37.157,50	743,15	-	743,15	790,16	47,01	115,77	905,93
Ano 2015								
Janeiro	39.013,50	780,27	-	780,27	780,27	-	54,62	834,89
Fevereiro	41.253,50	825,07	-	825,07	825,07	-	49,50	874,57
Março	9.157,50	183,15	-	183,15	183,15	-	9,16	192,31
Abril	8.000,00	160,00	-	160,00	160,00	-	6,40	166,40
Maio	12.531,00	250,62	-	250,62	250,62	-	7,52	258,14
Junho	7.000,00	140,00	-	140,00	140,00	-	2,80	142,80
Julho	4.960,00	99,20	-	99,20	99,20	-	0,99	100,19
Total	121.915,50	2.438,31	-	2.438,31	2.438,31	-	130,99	2.569,30

#### ATOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Nº 250

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 250

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

#### CONCEDER AUMENTO DE JORNADA DE TRABALHO

De acordo com o Artigo 41, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, com a redação dada pelas Leis Complementares nº 735, de 06 de novembro de 2009, e 765, de 23 de julho de 2010:

Nº PORTARIA	DATA	NOME	JORNADA DE PARA	A CONTAR DE
29.559/2015	04.09.2015	MARA LIGIA DA VEIGA	De 30 horas para 40 horas	01.09.2015
29.576/2015	08.09.2015	JADIR DOS SANTOS LIMA	De 20 horas para 30 horas	14.09.2015
29.581/2015	09.09.2015	MARCIA APARECIDA SPARVOLI GAUBERT	De 25 horas para 35 horas	14.08.2015
29.606/2015	23.09.2015	MARIA TERESINHA MONTIBELLER	De 30 horas para 40 horas	11.09.2015
29.606/2015	23.09.2015	SILVANA PIAZZA	De 30 horas para 40 horas	11.09.2015

Blumenau, 30 de setembro de 2015.  
RONALDO ROGERIO WAN-DALL  
Secretário Municipal de Administração

#### **ATOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Nº 251**

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 251

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**MANDAR CONTAR TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL**

De acordo com o Artigo 146, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DIAS	PERÍODO	
29.560	2015	04.09.2015	2015/09/005623	CRISTIANE MACHADO	453	04. 06.2014	01.09.2015
29.563	2015	04.09.2015	2015/08/005599	DEISE MARIA VON CZEKUS ROUSSENQ	957	14.01.2013	31.08.2015
29.563	2015	23.09.2015	2015/09/005894	JANAINA CARVALHO ALVES MARCELINO	179	02.02.2015	31.07.2015
29.562	2015	04.09.2015	2015/09/005618	LUCAS BARBIERI MANTOVANI	325	06.10.2014	31.08.2015
29.553	2015	31.08.2015	2015/08/005602	WANDERLEIA DE FATIMA DA ROSA	158	05.01.2015	12.06.2015

Blumenau, 30 de setembro de 2015.  
RONALDO ROGERIO WAN-DALL  
Secretário Municipal de Administração

#### **ATOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Nº 254**

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 254

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**DISPENSAR AUMENTO DE JORNADA DE TRABALHO**

De acordo com o art. 41 da Lei Complementar n. 661, de 28 de novembro de 2007, com a redação dada pelas Leis Complementares ns. 735, de 06 de novembro de 2009, e 765, de 23 de julho de 2010:

Nº PORTARIA	DATA	NOME	JORNADA DE PARA	A CONTAR DE
29.577/2015	08.09.2015	JOSIANE DAMBROSIO TABORBA	De 40 horas para 30 horas	03.08.2015

Blumenau, 30 de setembro de 2015.  
RONALDO ROGERIO WAN DALL  
Secretário Municipal de Administração

## ATOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Nº 262

### ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 262

RONALDO ROGERIO WAL-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**DECLARAR A ESTABILIDADE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA**

Com base no artigo 26, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 12, da Lei Complementar nº 740, de 18 de janeiro de 2010, estáveis no serviço público municipal, os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo:

Portaria	Nome	Cargo	Estabilidade
29636/2015	ALINE FOSTER TEIXEIRA	EDUCADOR SOCIAL	20/08/2015
29636/2015	ANA CRISTINA SPENGLER BOING ALVARENGA	CIRURGIÃO DENTISTA - 20H	21/07/2015
29636/2015	ANA PAULA DESCHAMPS SCHAPPO	PROFESSOR - 40H (QP)	04/02/2013
29636/2015	ANELIZE TERMANN SCHLOSSER	PROFESSOR - 40H (QP)	26/01/2015
29636/2015	BRUNA MAAS	AGENTE ADMINISTRATIVO	07/09/2015
29636/2015	BRUNO SCHMITT	AGENTE ADMINISTRATIVO	01/09/2015
29636/2015	CECILIA MAFRA SILVA	PROFESSOR - 40H (QP)	08/08/2015
29636/2015	CLAUDIA REGINA DA SILVA SCHORR	AGENTE ADMINISTRATIVO	24/09/2015
29636/2015	CRISTINA DE MELO MONTEIRO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	25/07/2015
29636/2015	DAIANE VARGAS	PROFESSOR - 40H (QP)	15/07/2015
29636/2015	DEBORA CRISTINA TEIXEIRA	TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL	12/08/2015
29636/2015	DEBORA MICHELE DOS SANTOS SIEBERT WEISS	PROFESSOR - 20H (QP)	09/09/2015
29636/2015	EDSON LUIZ DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO	23/09/2015
29636/2015	EFRAIM BARBOSA CICERELLI	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	20/08/2015
29636/2015	ELISEU DA SILVA	ENFERMEIRO	03/07/2015
29636/2015	ERONDINA MACHADO NICOLETTI	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	02/09/2015
29636/2015	FERNANDA CHRISTINE ZAPFF	AGENTE ADMINISTRATIVO	15/09/2015
29636/2015	FERNANDA DA ROSA	PROFESSOR - 20H (QP)	30/08/2015
29636/2015	FERNANDA DA SILVA FERREIRA	PROFESSOR - 20H (QP)	01/09/2015
29636/2015	FERNANDO BIASI	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	02/07/2015
29636/2015	GUILHERME AUGUSTO DOS SANTOS	AGENTE ADMINISTRATIVO	17/09/2015
29636/2015	GUILHERME MARÇAL FREITAG	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	05/08/2015
29636/2015	GUSTAVO FRANCISCO REIS	EDUCADOR SOCIAL	08/09/2015
29636/2015	HAIDE TERMANN BALZ	PROFESSOR - 40H (QP)	06/08/2015
29636/2015	JACIRA MARIA DE SANTANA MARINHO	PROFESSOR - 40H (QP)	03/07/2015
29636/2015	JANETE FERNANDES	PROFESSOR - 40H (QP)	31/08/2015
29636/2015	JERUSA WILBERT	PSICÓLOGO	24/09/2015
29636/2015	JOCIMAR MACHADO	AGENTE DE VIGILÂNCIA	15/09/2015
29636/2015	JULIA KRACIK	ARQUITETO	31/08/2015
29636/2015	LEORI TOSCANINO BINELLO	ENFERMEIRO	03/09/2015
29636/2015	LIDIA MARA GONÇALVES	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	13/08/2015
29636/2015	LILIANE VIEIRA VEGA GARRÃO	PROFESSOR - 40H (QP)	04/08/2015
29636/2015	LORI ARNEMANN VOIGT	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	04/08/2015
29636/2015	MARCELO DA SILVA	EDUCADOR SOCIAL	17/08/2015
29636/2015	MARCELO MAAS	MOTORISTA	19/09/2015
29636/2015	MARCIA DAL PIZOL	ASSISTENTE SOCIAL	03/09/2015
29636/2015	MARCIA LEONITA VOLKMANN COELHO	PROFESSOR - 40H (QP)	26/08/2015
29636/2015	MARIA SALETE DOS SANTOS	EDUCADOR SOCIAL	23/08/2015
29636/2015	MARIO RAUSCH	PROFESSOR - 40H (QP)	25/01/2015
29636/2015	MAYCON MIGUEL	MOTORISTA	09/08/2015
29636/2015	MARJO JUCIMARA ANDREATA	PROCURADOR DO MUNICÍPIO	09/04/2015
29636/2015	PRISCILA APARECIDA PARRI ZAMINIANI	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	02/08/2015
29636/2015	RAFAEL GROSSELLI DAMO	ARQUITETO	23/07/2015
29636/2015	ROSALINA JULIA CORREA SANTOS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	07/09/2015
29636/2015	ROSECLERI DE SOUZA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	06/09/2015
29636/2015	ROSIELI DALLAPORTA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	28/07/2015
29636/2015	SANDRA SCHIQUET DOS SANTOS	PROFESSOR - 40H (QP)	28/09/2015
29636/2015	SELMA APARECIDA BATISTA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	16/09/2015
29636/2015	SIMONE SCHNEIDER VIEIRA	PROFESSOR - 40H (QP)	20/03/2015



29636/2015	SOLANGE REGINA BRITZKE	PROFESSOR - 40H (QP)	23/08/2015
29636/2015	TAISA ANDREA ZIMMERMANN	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	25/08/2015
29636/2015	VANDERLEI FARIAS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	26/08/2015
29636/2015	VERA LUCIA DA CUNHA RUFINO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	30/08/2015

Blumenau, 30 de setembro de 2015.  
RONALDO ROGERIO WAN-DALL  
Secretário Municipal de Administração

### ATOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Nº 255

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 255

ROANLDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

#### CONCEDER LICENÇA ESPECIAL À GESTANTE

De acordo com os artigos 277 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	PERÍODO	
					INÍCIO	TÉRMINO
29633	2015	28.09.2015	2015/09/005999	CARLA ELIZABETH DE SOUZA	24/12/2015	21/02/2016
29603	2015	21.09.2015	2015/09/005873	ELISANGELA GERALDO	09/01/2016	08/03/2016
29592	2015	15.09.2015	2015/09/005792	FABIA DENISE DOMINGOS BAUMANN	31/12/2015	29/02/2016
29601	2015	21.09.2015	2015/09/005880	FLAVIA CRISTINA CLEMENTE ALVES	08/01/2016	07/03/2016
29555	2015	03.09.2015	2015/09/005638	JANARA CAROLINE RIBEIRO	15/10/2015	13/12/2015
29632	2015	28.09.2015	2015/09/005991	JEANE DE SOUZA SANTOS	15/01/2016	14/03/2016
29580	2015	09.09.2015	2015/09/005704	JOSIANE REITER OECHSLER	08/12/2015	05/02/2016
29598	2015	18.09.2015	2015/09/005864	LETICIA MORAES LANGE	14/01/2016	13/03/2016
29595	2015	18.09.2015	2015/09/005828	MARISE BEATRIZ VILELA NOGUEIRA	05/01/2016	04/03/2016
29604	2015	22.09.2015	2015/09/005906	SOLANGE APARECIDA GROBER	15/01/2016	14/03/2016
29607	2015	23.09.2015	2015/09/005926	TAMIRIS ANDREIA MILCHERT	07/01/2016	06/03/2016

Blumenau, 30 de setembro de 2015.  
RONALDO ROGERIO WAN-DALL  
Secretário Municipal de Administração

### ATOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Nº 256

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 256

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

#### ALTERAR LICENÇA-PRÊMIO DE 1/3 (UM TERÇO) EM PECÚNIA PARA 180 DIAS CONSECUTIVOS

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
					INÍCIO	TÉRMINO
29594	2015	15.09.2015	2015/09/005804	NILVA ZAVADNIAK MULLER	16.07.1996	16.07.2006
29622	2015	23.09.2015	2015/09/005944	JORGE ERVIM DOS SANTOS	01.06.2004	01.06.2014

Blumenau, 30 de setembro de 2015.  
RONALDO ROGERIO WAN-DALL  
Secretário Municipal de Administração

**ATOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Nº 257****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 257**

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**ALTERAR LICENÇA-PRÊMIO DE 180 DIAS CONSECUTIVOS PARA 1/3 (UM TERÇO) EM PECÚNIA**

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
				INÍCIO	TÉRMINO
29600	2015	21.09.2015	2015/09/005882	ALAIR DE SOUZA SESTREM	05.01.2005 05.01.2015

Blumenau, 30 de setembro de 2015.

RONALDO ROGERIO WAN-DALL

Secretário Municipal de Administração

**ATOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Nº 258****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 258**

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO COM A CONVERSÃO DE 1/3 EM PECÚNIA**

De acordo com os artigos 146, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
				INÍCIO	TÉRMINO
29551	2015	31.08.2015	2015/08/005583	VILMAR PLOTGHER	26.08.2005 26.08.2015
29554	2015	01.09.2015	2015/09/005612	LEDA MARIA MENDONÇA	09.08.2005 09.08.2015
29556	2015	03.09.2015	2015/09/005635	PATRICIA GIACOMELLI STENGER	18.07.2005 18.07.2015
29557	2015	03.09.2015	2015/09/005631	LENI MARIA FARIA DOS SANTOS	12.01.2004 12.01.2014
29561	2015	04.09.2015	2015/09/005665	CRISTIANE ROSSBACH PINHEIRO DE ALMEIDA	04.09.2005 04.09.2015
29579	2015	09.09.2015	2015/09/005701	TASSIANA RAQUEL GEMELI	05.09.2005 05.09.2015
29582	2015	10.09.2015	2015/09/005726	ANALISE KNOPF	08.05.2002 08.05.2012
29584	2015	10.09.2015	2015/09/005743	TATIANA ANDRADES VALENTE	06.09.2005 06.09.2015
29585	2015	14.09.2015	2015/09/005749	CLAUDIO AMARO PEZZINI	13.08.2004 13.08.2014
29586	2015	16.09.2015	2015/09/005757	GLENDA LEE MIRANDA RHEE SCHULDT	01.09.2005 01.09.2015
29587	2015	14.09.2015	2015/09/005767	MARIA HELENA MABBA	01.06.2005 01.06.2015
29591	2015	15.09.2015	2015/09/005790	ELISA BENVENUTTI	01.09.2005 01.09.2015
29593	2015	15.09.2015	2015/09/005794	MARGARETH RUEDIGER	04.09.2005 04.09.2015
29596	2015	18.09.2015	2015/09/005829	JULIANO MARCO ZUNINO	15.09.2005 15.09.2015
29599	2015	18.09.2015	2015/09/005866	ODETE DOS SANTOS GONÇALVES	13.10.2004 13.10.2014
29627	2015	25.09.2015	2015/09/005974	PATRICIA LONGO	07.06.2005 07.06.2015
29630	2015	29.09.2015	2015/09/005989	SUELI PEREIRA	14.09.2005 14.09.2015
29634	2015	29.09.2015	2015/09/006013	SANDRA SUELI NICOLETTI	27.09.2005 27.09.2015

Blumenau, 30 de setembro de 2015.

RONALDO ROGERIO WAN-DALL

Secretário Municipal de Administração

**ATOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Nº 259****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 259**

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS CONSECUTIVOS**

De acordo com os artigos 146, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO
29552/2015	31.08.2015	2015/08/005589	MARA BAPTISTA SOARES DE MEDEIROS	26.07.2005 a 26.07.2015
29583/2015	10.09.2015	2015/09/005706	ENOLEZIA NUNES DE ANDRADE	02.01.1992 a 02.01.2002
29589/2015	15.09.2015	2015/09/005768	FREDY FICHT	18.05.2005 a 18.05.2015
29597/2015	18.09.2015	2015/09/005837	KATIA BITTENCOURT DA SILVA	24.06.2005 a 24.06.2015
29602/2015	21.09.2015	2015/09/005874	CELMA DAS GRAÇAS DE SOUZA	07.05.2003 a 07.05.2013
29605/2015	22.09.2015	2015/09/005909	SUSANA DA COSTA LEITE	18.05.2005 a 18.05.2015
29624/2015	24.09.2015	2015/09/005952	ANGELA MARIA DOS SANTOS	24.02.2004 a 24.02.2014
29631/2015	28.09.2015	2015/09/005990	ROSELI SANTOS DE LIMA	28.09.2005 a 28.09.2015

Blumenau, 30 de setembro de 2015.  
RONALDO ROGERIO WAN-DALL  
Secretário Municipal de Administração

**ATOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Nº 260****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 260**

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA PARCIAL**

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
					INÍCIO	TÉRMINO
29590	2015	15.09.2015	2015/09/005779	SONIA SIMÕES PIRES GALLOIS FICHT	14.09.1999	14.09.2009

Blumenau, 30 de setembro de 2015.  
RONALDO ROGERIO WAN-DALL  
Secretário Municipal de Administração

**ATOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Nº 261****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 261**

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA TOTAL**

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
29558/2015	03.09.2015	2015/09/005645,	JOAO AMARILDO RANGUETTI	19.09.1999	19.09.2009

Blumenau, 30 de setembro de 2015.  
RONALDO ROGERIO WAN-DALL  
Secretário Municipal de Administração

## ATOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Nº 252

### ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 252

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013 e, com base nos artigos 24, 25 e 26, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007 e, artigos 71, 72 e 73, da Lei Complementar nº 662, de 28 de novembro de 2007, resolve:

#### CONCEDER PROMOÇÃO HORIZONTAL

Aos servidores públicos municipais estáveis, integrantes dos Grupos Ocupacionais Especialista, Técnico, Funcional e Operacional:

PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PADRÃO	GOC	A PARTIR
29628/2015	ADRIANA GRUEBEL	Auxiliar de Enfermagem	H	GF	03/09/2015
29628/2015	ADRIANO DOS SANTOS DIAS	Técnico em Enfermagem	B	GT	17/09/2015
29628/2015	ALEXANDRA METTE GUETHS	Educador - Magist./Pedagogia	C	GF	01/09/2015
29628/2015	ANA PAULA DESCHAMPS SCHAPPO	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	04/02/2013
29628/2015	ANDREA MARA TEODORO	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	03/09/2015
29628/2015	ANDREAS MARLON KRUEGER	Cirurgião Dentista - 20 Horas	C	GE	01/09/2015
29628/2015	ARNO DA SILVA II	Agente de Vigilância	D	GO	05/09/2015
29628/2015	BRUNA LUIZA DOMNING	Médico - 20 Horas	B	GE	18/09/2015
29628/2015	BRUNA MAAS	Agente Administrativo	B	GF	07/09/2015
29628/2015	BRUNO SCHMITT	Agente Administrativo	B	GF	01/09/2015
29628/2015	CARLOS ALBERTO TOSI PRATIS	Agente Comunitário de Saúde	B	GF	23/09/2015
29628/2015	CASSIO BORTOLOTO	Arquiteto	B	GE	05/09/2015
29628/2015	CELIA VICENTE MACANEIRO	Cozinheiro	D	GO	01/09/2015
29628/2015	CELSO TERRES	Motorista	D	GO	01/09/2015
29628/2015	CHRISTIAN ROGERIO CAMARA DE ABREU	Analista de Informática	C	GE	02/09/2015
29628/2015	CINTYA REGINA DE SOUZA	Professor 40H Quadro Especial	C	GE	06/09/2015
29628/2015	CLARISSA AMELIA PEIXOTO DOS SANTOS	Agente Administrativo	B	GF	01/09/2015
29628/2015	CLAUDIA REGINA DA SILVA SCHORR	Agente Administrativo	B	GF	24/09/2015
29628/2015	CLEOCI KOLOSQUE DA CONCEICAO ARAUJO	Professor - 40 Horas (QP)	E	GE	01/09/2015
29628/2015	CRISTIANE GOMES ALVES S. BARREIROS	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	01/09/2015
29628/2015	CRISTIANE REIF	Agente Administrativo	D	GF	04/09/2015
29628/2015	CRISTINA GABEL OLIVO	Enfermeiro	I	GE	01/09/2015
29628/2015	DAIANE RAQUEL STUEPP	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	17/09/2015
29628/2015	DEBORA MICHELE DOS SANTOS S. WEISS	Professor - 20 Horas (QP)	B	GE	09/09/2015
29628/2015	DEJAINA CARLA BUDAL ARINS	Terapeuta Ocupacional	C	GE	01/09/2015
29628/2015	DEJANIRA BERNARDO DOS SANTOS	Servente de Serviços Gerais	D	GO	01/09/2015
29628/2015	DENISE GRIPA	Agente Administrativo	C	GF	01/09/2015
29628/2015	EDER CASTANHA DE MELO	Motorista	C	GO	06/09/2015
29628/2015	EDSON VILSON GONCALVES	Agente de Vigilância	D	GO	16/09/2015
29628/2015	EFRAIM BARBOSA CICERELLI	Técnico em Enfermagem	B	GT	04/09/2015
29628/2015	ELAINE LABES	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/09/2015
29628/2015	ELIANE CORREIA	Agente Administrativo	C	GF	03/09/2015
29628/2015	ELIDE THOMAZONI CLEMER	Agente Administrativo	F	GF	01/09/2015
PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PADRÃO	GOC	A PARTIR
29628/2015	ELISABETH KRUGER MOURA DA SILVA	Agente Administrativo	D	GF	06/09/2015
29628/2015	ELISABETH MARIA BRANCO	Agente Administrativo	D	GF	01/09/2015
29628/2015	ELISABETH TORRESANI	Enfermeiro	C	GE	03/09/2015
29628/2015	ELIZIA FARIAS ANDRADE	Servente de Serviços Gerais	D	GO	01/09/2015
29628/2015	ENI BARTH	Servente de Serviços Gerais	D	GO	16/09/2015
29628/2015	ERONDINA MACHADO NICOLETTI	Técnico em Enfermagem	B	GT	18/09/2015
29628/2015	EVANILDE DE LIZ MADRUGA DA SILVA	Servente de Serviços Gerais	D	GO	01/09/2015
29628/2015	FABIANA UHLMANN ULMANN	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/09/2015
29628/2015	FERNANDA CHRISTINE ZAPFF	Agente Administrativo	B	GF	15/09/2015
29628/2015	FERNANDA DA ROSA	Professor - 20 Horas (QP)	B	GE	01/09/2015
29628/2015	FERNANDA DA SILVA FERREIRA	Professor - 20 Horas (QP)	B	GE	05/09/2015
29628/2015	FILOMENA NAZARETH PEREIRA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/09/2015
29628/2015	FLAVIA CRISTINA CLEMENTE ALVES	Enfermeiro	B	GE	01/09/2015
29628/2015	GENESIO CUNHA	Agente de Zeladoria	D	GO	01/09/2015

29628/2015	GILCE TEREZINHA ZENI	Servente de Serviços Gerais	D	GO	01/09/2015
29628/2015	GISLAINE STEFEN	Auxiliar de Consult. Dentário	C	GF	03/09/2015
29628/2015	GLENDA LEE MIRANDA RHEE SCHULDT	Cirurgião Dentista - 20 Horas	D	GE	03/09/2015
29628/2015	GUILHERME WARMLING	Agente de Zeladoria	C	GO	01/09/2015
29628/2015	GUSTAVO FRANCISCO REIS	Educador Social	B	GF	08/09/2015
29628/2015	HILDA FRANCISCO	Auxiliar de Enfermagem	J	GF	01/09/2015
29628/2015	INDIRA KARINA BECKER DIAS	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	22/09/2015
29628/2015	ISABEL CESCO	Técnico em Enfermagem	B	GT	19/09/2015
29628/2015	ISOLETE WEBER	Educador - Ensino Médio	D	GF	01/09/2015
29628/2015	IVANILDA TERESINHA MENDES ADAO	Cozinheiro	D	GO	01/09/2015
29628/2015	JACIRA DOS SANTOS FARIAS	Coordenador Pedagógico (40H)	D	GE	07/09/2015
29628/2015	JACQUELINE GAZANIGA	Técnico em Higiene Dental	C	GT	02/09/2015
29628/2015	JANETE FERNANDES	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/09/2015
29628/2015	JOCIMAR MACHADO	Agente de Vigilância	B	GO	18/09/2015
29628/2015	JOICE DOS SANTOS SPEROTTO	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	02/09/2015
29628/2015	JOLAR BAIRROS	Auxiliar de Enfermagem	H	GF	03/09/2015
29628/2015	JOSE DE OLIVEIRA	Pintor de Const. Meio Oficial	I	GO	01/09/2015
29628/2015	JUCARA DE SOUZA GOMES DAVID	Assistente Social	C	GE	01/09/2015
29628/2015	JULIA KRACIK	Arquiteto	B	GE	11/09/2015
29628/2015	JULIANE FLAVIANA HABITZREUTER	Assistente Social	D	GE	19/09/2015
29628/2015	JURACI CUNHA	Técnico em Enfermagem	B	GT	26/09/2015
29628/2015	JUZISCLEI MARQUIO PADILHA	Motorista	C	GO	11/09/2015
29628/2015	KARINA PEREIRA ANDRADA	Assistente Social	B	GE	16/09/2015
29628/2015	KARINE DE PAULA VIEIRA	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	04/09/2015
29628/2015	LARISSA BOETTGER	Cirurgião Dentista - 20 Horas	G	GE	04/09/2015
29628/2015	LARISSA HELOINA SANTOS DE FREITAS	Técnico em Enfermagem	C	GT	01/09/2015
29628/2015	LETICIA FURLANI BODANESE	Psicólogo	B	GE	01/09/2015
29628/2015	LISCATIA BELZ DREGER	Técnico em Enfermagem	B	GT	18/09/2015
29628/2015	LOIDE TEIXEIRA DO NASCIMENTO	Técnico em Higiene Dental	B	GT	17/09/2015
29628/2015	LUCIMARA TOMELIN SCHRAMM	Agente de Vigilância	B	GO	04/09/2015
29628/2015	MARCIA DAL PIZOL	Assistente Social	B	GE	19/09/2015
29628/2015	MARCOS BACKENDORF	Professor - 20 Horas (QP)	I	GE	14/09/2015
29628/2015	MARIA DA TRINDADE DE SOUZA	Servente de Serviços Gerais	C	GO	01/09/2015
29628/2015	MARIA DIOMAR REITER	Educador - Magist./Pedagogia	D	GF	05/09/2015
29628/2015	MARIA DOLORES ALBINO	Técnico em Enfermagem	B	GT	01/09/2015
29628/2015	MARIA JOSE DA SILVA BRANDL	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/09/2015
PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PADRÃO	GOC	A PARTIR
29628/2015	MARIA REGINA SARTORTTI	Educador - Ensino Médio	C	GF	01/09/2015
29628/2015	MARIA SALETE BATSCHAUER RAUTENBERG	Cozinheiro	C	GO	16/09/2015
29628/2015	MARILENA TURRA	Médico Veterinário	F	GE	01/09/2015
29628/2015	MARILSA SILVA	Agente Administrativo	D	GF	01/09/2015
29628/2015	MARJO JUCIMARA ANDREATA	Procurador do Município	B	GE	09/09/2015
29628/2015	MARLY MARIA BERTOLDI	Professor - 40 Horas (QP)	I	GE	02/09/2015
29628/2015	MELANIA REGINA BERTELLI	Professor - 40 Horas (QP)	C	GE	01/09/2015
29628/2015	MICHELLE PEREIRA DA SILVA MENDES	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/09/2015
29628/2015	MIRIAN MARIA COELHO	Auxiliar de Enfermagem	J	GF	03/09/2015
29628/2015	NEIVA ZAFFONATTO BORBA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/09/2015
29628/2015	NELI VIEIRA BATISTA SCHULZE	Servente de Serviços Gerais	D	GO	01/09/2015
29628/2015	NEUSIANE DA SILVA MORAN	Médico - 40 Horas	D	GE	01/09/2015
29628/2015	NILSE OLIANI	Cozinheiro	C	GO	01/09/2015
29628/2015	NILSON DA SILVA	Agente de Zeladoria	C	GO	01/09/2015
29628/2015	NILZA LUCIA DE SOUZA	Servente de Serviços Gerais	D	GO	01/09/2015
29628/2015	OSCAR HANK	Motorista	D	GO	01/09/2015
29628/2015	OTAVIO ROSA SILVEIRA	Cirurgião Dentista - 20 Horas	B	GE	01/09/2015
29628/2015	PAULO ANTONIO MARIA	Agente de Vigilância	C	GO	01/09/2015
29628/2015	RAFAEL GROSSELLI DAMO	Arquiteto	B	GF	01/09/2015
29628/2015	RAFAELA DO NASCIMENTO	Enfermeiro	D	GE	01/09/2015
29628/2015	RAQUEL OLIVEIRA DUARTE MUNARETTI	Técnico em Enfermagem	B	GT	12/09/2015
29628/2015	ROSALINA JULIA CORREA SANTOS	Agente Comunitário de Saúde	B	GF	07/09/2015



29628/2015	ROSANGELA APARECIDA SIMOES	Técnico em Enfermagem	B	GT	15/09/2015
29628/2015	ROSANGELA MARIA GONCALVES DOS REIS	Professor - 40 Horas (QP)	E	GE	01/09/2015
29628/2015	ROSANGELA SANTOS DA SILVA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/09/2015
29628/2015	ROSECLERI DE SOUZA	Agente Comunitário de Saúde	B	GF	06/09/2015
29628/2015	ROSELENE APARECIDA GONCALVES	Agente Administrativo	D	GF	01/09/2015
29628/2015	ROSELI HAFEMANN	Educador - Magist./Pedagogia	D	GF	21/09/2015
29628/2015	RUBENS MICHEL	Enfermeiro	B	GE	14/09/2015
29628/2015	SANDRA PATRICIA G. DE MEDEIROS DA CUNHA	Médico - 20 Horas	C	GE	01/09/2015
29628/2015	SANDRA REGINA DE LIMA MARQUETTI	Agente Comunitário de Saúde	B	GF	23/09/2015
29628/2015	SELMA APARECIDA BATISTA	Agente Comunitário de Saúde	B	GF	16/09/2015
29628/2015	SERGIO CARLINE	Téc em Vig. Sanit. e Saúde Amb	J	GT	10/09/2015
29628/2015	SERGIO MAURICI BERNARDO	Assistente Social	D	GE	06/09/2015
29628/2015	SILVANA APARECIDA RODRIGUES	Técnico em Enfermagem	B	GT	06/09/2015
29628/2015	SIMONE SCHNEIDER VIEIRA	Professor - 40 Horas (QP)	B	GE	01/09/2015
29628/2015	SONIA MARIA FALK	Fiscal de Obras e Posturas	C	GF	13/09/2015
29628/2015	SUELI CUNHA	Cozinheiro	C	GO	01/09/2015
29628/2015	TAIANA LIZ DE MELLO	Agente Administrativo	D	GF	01/09/2015
29628/2015	TURNAMBEY CLAUDIO DELVONS	Digitador	H	GF	01/09/2015
29628/2015	VANESSA APARECIDA FARIAS CARDOSO	Servente de Serviços Gerais	D	GO	01/09/2015
29628/2015	VERA LUCIA DA CUNHA RUFINO	Agente Comunitário de Saúde	B	GF	01/09/2015
29628/2015	WINNETOU MICHEL KRAMBECK	Médico - 40 Horas	B	GE	04/09/2015

Blumenau, 30 de setembro de 2015

RONALDO ROGERIO WAN-DALL

Secretário Municipal de Administração

### ATOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Nº 253

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 253

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013 e, com base nos artigos 27, 28 e 29, combinado com os artigos 61, 62 e 63, ambos da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007 e, artigos 74, 75 e 76, da Lei Complementar nº 662, de 28 de novembro de 2007, resolve:

#### CONCEDER PROMOÇÃO VERTICAL

Aos servidores públicos municipais de Blumenau, integrantes do Grupo Ocupacional Especialista:

PORTARIA	NÚMERO DE	NOME DO SERVIDOR	CARGO	VENCIMENTO		A PARTIR
				FAIXA	PADRÃO	
	PROCESSO					DE
29629/2015	2015/5429	ALESSANDRA RIBEIRO GHIZONI	Enfermeiro	II	C	01/09/2015
29629/2015	2015/5429	ALESSANDRA RIBEIRO GHIZONI	Enfermeiro	II	A	01/09/2015
29629/2015	2015/5543	ANA PAULA DESCHAMPS SCHAPPO	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	01/09/2015
29629/2015	2015/5554	ANA PAULA MACHADO GHIZONI	Enfermeiro	II	B	01/09/2015
29629/2015	2015/5667	CARLA RAQUEL ESCOBAR SEVERO	Assistente Social	II	B	04/09/2015
29629/2015	2015/5673	CASSIO BORTOLOTTTO	Arquiteto	II	B	05/09/2015
29629/2015	2015/5717	DEBORA MICHELE DOS S. SIEBERT WEISS	Professor - 20 Horas (QP)	II	B	09/09/2015
29629/2015	2015/5731	IVANETE DO NASCIMENTO SANTOS	Assistente Social	II	G	10/09/2015
29629/2015	2015/5911	JOSE CARLOS DE OLIVEIRA	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	22/09/2015
29629/2015	2015/5744	LUCIANA COELHO	Assistente Social	II	B	10/09/2015
29629/2015	2015/5810	MARLI TEREZINHA M. SCHROEDER	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	15/09/2015
29629/2015	2015/5681	ROMUALDO PAULO MARCHINHACK	Procurador do Município	IV	M	04/09/2015
29629/2015	2015/5716	ROSANGELA SANTOS DA SILVA	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	09/09/2015
29629/2015	2015/5831	SOLANGE REGINA BRITZKE	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	16/09/2015
29629/2015	2015/5677	VANIA LUCY HEIDEN DA SILVA	Professor - 40 Horas (QP)	II	F	04/09/2015

Blumenau, 30 de setembro de 2015.  
RONALDO REGÉRIO WAN-DALL  
Secretário Municipal de Administração

**EXTRATO Nº 214/2015 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 214/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

Danna Comercial EIRELI – EPP.

OBJETO: Registro de Preços para compras futuras de mangueiras de incêndio para a Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 106/2015 e Contrato nº. 088/2015, firmado em 08 de setembro de 2015.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	4801	50	Peça	Mangueira de incêndio predial - tipo 1, DN 1. 1/2" x 15 metros; Conforme norma ABNT NBR 11861; cor branca; mangueira de capa simples, fabricada com reforço têxtil sintético em 100% de poliéster de alta tenacidade, montada sobre um tubo extrudado de borracha sintética vulcanizada diretamente a capa externa sem uso de cola ou outro tipo de adesivo; com conexões (Storz) em latão nas extremidades conforme norma ABNT NBR 14349; Pressão de teste: 21 Kgf/cm²; Pressão de trabalho: 10 Kgf/cm²; Pressão de ruptura: 35 Kgf/cm². Marca certificada conforme norma ABNT nº 40.001.	177,00	8.850,00
Marca/Modelo				Kidde Resmat/Sintex PV T1 1.1/2		
Preço Total (em reais, por extenso)				Oito mil e oitocentos e cinquenta reais		

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) da(s) mangueira(s), desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura de tal instrumento.

DATA: 23/09/2015.

**EXTRATO Nº 216/2015 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 216/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

Say Muller Serviços LTDA. – EPP.

OBJETO: Registro de Preços para contratação de serviços de coleta, transporte e destinação final de entulhos (resíduos de construção civil, ajardinamento e outros), com fornecimento de recipientes (caçambas estacionárias ou contêineres) nos diversos Campus da FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 132/2015 e Contrato nº. 089/2015, firmado em 08 de setembro de 2015.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	31237	120	Recipiente	Serviços de coleta e transporte de entulhos (resíduos de construção civil, ajardinamento e outros), com fornecimento de recipientes (caçambas estacionárias ou contêineres) nos diversos Campi da FURB, através de recipientes (caçambas estacionárias ou contêineres) com capacidade mínima de 5 m3, com destinação final em aterro adequado para estes tipos de resíduos.	157,00	18.840,00
Valor Total Registrado (em reais, por extenso)				Dezoito mil, oitocentos e quarenta reais		

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado no 10º (décimo) dia útil subsequente ao mês de prestação dos serviços, desde que aprovados pelo Gestor designado pela Contratante e acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de 11 de setembro de 2015.

DATA: 23/09/2015.

### CÂMARA MUNICIPAL

#### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 20/2015

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 20/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial

TIPO: Menor preço global

OBJETO: Contratação de empresa prestadora de serviços de segurança e medicina do trabalho, conforme as especificações constantes do Anexo I do Edital.

DATA DE ABERTURA: 14/10/2015

HORÁRIO: 14h

LOCAL: Câmara Municipal de Blumenau

ENDEREÇO: Rua XV de Novembro, 55, centro, Blumenau - SC

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima, no horário das 13 às 19h, de segunda a sexta-feira ou no endereço eletrônico <http://www.camarablu.sc.gov.br>

Blumenau, 1º de outubro de 2015.

Mário Hildebrandt

Presidente da Câmara Municipal de Blumenau

#### ERRATA CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01-A/2015

ERRATA

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01-A/2015

Onde se lê:

Local e prazo de entrega das propostas: Sede da Câmara Municipal de Blumenau, Rua XV de Novembro, 55 - A/C Diretoria Geral, no 2º andar, sala 205, até as 19h do dia 06/10/15.

Leia-se:

Local e prazo de entrega das propostas: Sede da Câmara Municipal de Blumenau, Rua XV de Novembro, 55 - A/C Diretoria Geral, no 2º andar, sala 205, até as 19h do dia 08/10/15.

Blumenau, 1º de outubro de 2015.

Mário Hildebrandt

Presidente



# Bom Retiro

## PREFEITURA

**EXTRATO CONTRATO 134/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato Nº 134/2015 Ata de Registro de Preços nº 01/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro

Contratado: Qualifar Farmácia &amp; Manipulação Ltda. ME

Objeto: Registro de Preços, com o maior percentual de desconto sobre a tabela divulgada pela ABC FARMA VIGENTE DO MÊS, para fornecimento parcelado diário de medicamentos não padronizados para o Fundo Municipal de Saúde, que são prescritos pelos profissionais da saúde do Município de Bom Retiro, para atendimento específico e imediato de enfermidades de pacientes atendidos na rede pública de saúde. Valor Total Medicamento Similar: R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Bom Retiro, 01 de outubro de 2015.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 0117/2015.

DECRETO Nº. 0117/2015.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0821/2014 de 17.12.2014, etc...

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.095 – Assistência Farmacêutica Básica

(24) – 3.3.93.00.00.00.00.00 0.1.0696.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

TOTAL .....  
..... R\$ 50.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação de 2015 do recurso 1.0696 – Assistência Farmacêutica Básica.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 30 de setembro de 2015.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 0118/2015.

DECRETO Nº 0118/2015.

Delega competências ao tesoureiro sobre movimentação financeira.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do artigo 52 da Lei Orgânica Municipal.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica delegada ao tesoureiro competências sobre movimentação financeira das contas da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, com o CNPJ: 95.952.230/0001-67, CNPJ: 11.481.782/0001-44 e CNPJ: 13.554.908/0001-99, sejam efetuadas pela servidora Joice Ramos, nomeada para exercer o cargo de tesoureira em 02.06.2014, conforme portaria nº 0100/2014, em conjunto com o prefeito municipal Charles Rafael Schwambach, inscrito no CPF nº 891.667.959-15, com os seguintes poderes:

ð Emitir cheques;  
ð Abrir contas de depósito;

ð Autorizar cobrança;  
ð Utilizar o crédito aberto na forma e condições;  
ð Receber, passar recibo e dar quitação;  
ð Solicitar saldos e extratos;  
ð Requisitar talonários de cheques;  
ð Autorizar débito em conta relativo a operações;  
ð Retirar cheques devolvidos;  
ð Endossar cheque;  
ð Requisitar cartão eletrônico;  
ð Movimentar conta corrente com cartão eletrônico;  
ð Efetuar transferências/pagamentos, exceto por MEI;  
ð Sustar/contrordenar cheques;  
ð Cancelar cheques;  
ð Baixar cheques;  
ð Efetuar resgates/aplicações financeiras;  
ð Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;  
ð Efetuar saques – conta corrente;  
ð Efetuar saques – poupança;  
ð Efetuar pagamentos por meio eletrônico;  
ð Efetuar transferências por meio eletrônico;  
ð Efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico;  
ð Efetuar transferências, exceto por meio eletrônico;  
ð Consultar contas/Aplic. Programas, Repasse Recursos Feder-RPG;  
ð Liberar arquivos de pagamentos no ger. Financeiro/Aasp;  
ð Solicitar saldos/extratos de investimentos;  
ð Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;  
ð Emitir comprovantes;  
ð Efetuar transferência p/ mesma titularidade-meio eletrônico;  
ð Encerrar contas de depósito;  
ð Consultar obrigações do débito direto autorizado – DDA;  
ð Assinar instrumento de convênio e contrato de prestação de serviços.

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 070/2014 de 16.06.2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, 30 de setembro de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

# Brusque

## PREFEITURA

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO nº 104/2015

Concorrência nº 010/2015

OBJETO: permissão de uso de bens públicos, por ato unilateral, a título precário e remunerado (alimentação, estacionamento e parque de diversões)

RECORRENTE: POINT PARK DIVERSÕES EVENTOS TRANSPORTE E FEIRAS LTDA

RESULTADO DO RECURSO: Pelo exposto, NÃO CONHEÇO do recurso interposto pela empresa POINT PARK DIVERSÕES EVENTOS TRANSPORTES E FEIRAS LTDA, razão pela qual, nego seguimento ao mesmo, mantendo-se a desclassificação da Concorrente.

29//09/2015

JOSÉ LUIZ CUNHA

SECRETÁRIO DE TURISMO

### PORTARIA Nº 10.323, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA nº 10.323, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

Nomeia Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto Brusquense de Previdência – IBPREV.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II do art. 111 da Lei Orgânica Municipal, c/c o § 1º do art. 31 da Lei Complementar nº 174/11 e alterações, e art. 87 da Lei Complementar nº 147/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Antônio Carlos Cerchiari Junior, matrícula nº 1080938, servidor efetivo no cargo de Contador, para ocupar o cargo em comissão, Padrão CC-IV, como Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto Brusquense de Previdência – IBPREV.

Art. 2º Conceder ao servidor nomeado gratificação de representação, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) sobre seus vencimentos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de setembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

# Caçador

## PREFEITURA

### **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 14 - 2015 – PR – 12 - 2015 FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR/SC

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 14 - 2015 – PR – 12 - 2015 FMAS

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015

OBJETO – REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LANCHES DESTINADOS AOS DIVERSOS PROGRAMAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 21/10/2015 as 14h00min

ABERTURA DOS ENVELOPES: 21/10/2015 as 14h10min

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site [caçador.sc.gov.br](http://caçador.sc.gov.br) no ícone licitações, no horário de expediente em vigor, Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 30 de setembro de 2015.

BEATRIZ RIBEIRO DOS SANTOS

SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

# Camboriú

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 2.098/2015

DECRETO N.º 2.098/2015

Fica alterado o Decreto Municipal n.º 1.997, de 20 de janeiro de 2015.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pelo artigo 79, incisos VI e VII, da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO o Dia do Professor é comemorado no dia 15 de outubro 2015;

CONSIDERANDO que o Dia do Professor ocorrerá, neste ano de 2015, na quinta-feira, interrompendo assim as atividades prestadas pela Administração Pública e iniciadas na segunda-feira;

CONSIDERANDO que os Professores da Rede Municipal de Ensino do Município de Camboriú, ao serem consultados, optaram pela transferência do ponto facultativo alusivo a sua profissão de quinta-feira (15/10/2015) para sexta-feira (16/10/2015);

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso XIII do artigo 1º do Decreto Municipal n.º 1.997/2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º (...)

(...)

XIII - 16 de outubro, sexta-feira seguinte ao Dia do Professor (ponto facultativo nas escolas públicas municipais);

(...)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 30 de setembro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa  
Secretário M. de Administração

### ECM 010/2015

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 010/2015

A Prefeita Municipal de Camboriú/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 91 da Lei Orgânica e da Lei Municipal nº. 1695 de 22 de maio de 2006 faz saber a quem interessar possa que o Município de Camboriú baixa EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DA OBRA, COM FINS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento ao erário, dos valores parciais despendidos nas obras de pavimentação e drenagem pluvial, compreendendo a seguinte(s) via(s) pública(s) desta cidade:

1 - RUA COQUEIROS, no Bairro Taboleiro, totalizando 1.296,52,52m<sup>2</sup> (Um Mil e Duzentos e Noventa e Seis e Cinquenta e Dois Metros Quadrados), tendo como confrontação os lotes relacionados no ANEXO I deste edital.

2 - PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO

Projeto Gráfico de Drenagem Pluvial e Pavimentação da referida via pública, com memorial descritivo e planilhas de quantidades e valores, para a execução dos serviços de drenagem pluvial e

pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, nos termos definidos na Lei Municipal nº. 1695/2006.

### 3 - DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis que não aderiram ao Programa de Pavimentação Comunitária ou se recusarem a efetuar o pagamento, situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a RUA COQUEIROS, que foram valorizados com a execução da obra.

### 4 - DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra (planilha em anexo a este edital), computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano desta municipalidade.

### 5 - DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de até 100% (cem por cento), tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel. A municipalidade participa no custo da obra para a pavimentação da via pública em locais dentro do trecho da obra que não estão na responsabilidade dos proprietários na área beneficiada.

### 6 - PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será o custo este referente à obra realizada de frente seu respectivo imóvel.

### 7 - DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

Os custos unitários e totais para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas, têm seus valores unitários referenciados na Tabela SINAPI/SC de OUT/2014, anexa a este edital, e por preços da região conforme Anexo II deste Edital de Contribuição de Melhoria, sendo que o valor total da referida obra é de R\$ 124.270,86 (Cento e Vinte e Quatro Mil Duzentos e Setenta Reais e Oitenta e Seis Centavos).

### 8 - FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes, à Secretaria Municipal de Finanças, obedecendo às seguintes condições:

#### 8.1 - Pagamento à vista:

A ser pago pelo contribuinte, em cota única, por ocasião do final da obra.

#### 8.2 - Pagamento parcelado:

A ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra em 6 (seis) ou em 12 (doze) vezes, aplicando-se mais a atualização monetária prevista em lei, com juros de 1% (um por cento) ao mês.

### 9 - OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais

condições previstas no presente Edital.

#### 10 - DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste Edital a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente Edital, têm o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do Edital de Contribuição de Melhoria, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal por meio de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e número de prestações.

#### 11 - DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto à Municipalidade.

Camboriú, 30 de Setembro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

### ECM 011/2015

#### EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 011/2015

A Prefeita Municipal de Camboriú/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 91 da Lei Orgânica e da Lei Municipal nº. 1695 de 22 de maio de 2006 faz saber a quem interessar possa que o Município de Camboriú baixa EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DA OBRA, COM FINS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento ao erário, dos valores parciais despendidos nas obras de pavimentação e drenagem pluvial, compreendendo a seguinte(s) via(s) pública(s) desta cidade:

1 - RUAS JOÃO MELO, BRÍGIDIO ANTONIO FELIPPE E AMILTON ROGÉRIO OLIVEIRA, no Bairro Cedro, totalizando 2.905,80m<sup>2</sup> (Dois Mil Novecentos e Cinco e Oitenta Metros Quadrados), tendo como confrontação os lotes relacionados no ANEXO I deste edital.

#### 2 - PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO

Projeto Gráfico de Drenagem Pluvial e Pavimentação da referida via pública, com memorial descritivo e planilhas de quantidades e valores, para a execução dos serviços de drenagem pluvial e pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, nos termos definidos na Lei Municipal nº. 1695/2006.

#### 3 - DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis que não aderiram ao Programa de Pavimentação Comunitária ou se recusarem a efetuar o pagamento, situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com as RUAS JOÃO MELO, BRÍGIDIO ANTONIO FELIPPE E AMILTON ROGÉRIO OLIVEIRA, que foram valorizados com a execução da obra.

#### 4 - DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra (planilha em anexo a este edital), computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano desta municipalidade.

#### 5 - DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de até 100% (cem por cento), tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel. A municipalidade participa no custo da obra para a pavimentação da via pública em locais dentro do trecho da obra que não estão na responsabilidade dos proprietários na área beneficiada.

#### 6 - PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será o custo este referente à obra realizada de frente seu respectivo imóvel.

#### 7 - DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

Os custos unitários e totais para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas, têm seus valores unitários referenciados na Tabela SINAPI/SC de OUT/2014, anexa a este edital, e por preços da região conforme Anexo II deste Edital de Contribuição de Melhoria, sendo que o valor total da referida obra é de R\$ 273.376,01 (Duzentos e Setenta e Três Mil e Trezentos e Setenta e Seis Reais e Um Centavo).

#### 8 - FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes, à Secretaria Municipal de Finanças, obedecendo às seguintes condições:

##### 8.1 - Pagamento à vista:

A ser pago pelo contribuinte, em cota única, por ocasião do final da obra.

##### 8.2 - Pagamento parcelado:

A ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra em 6 (seis) ou em 12 (doze) vezes, aplicando-se mais a atualização monetária prevista em lei, com juros de 1% (um por cento) ao mês.

#### 9 - OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

#### 10 - DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste Edital a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente Edital, têm o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do Edital de Contribuição de Melhoria, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal por meio de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e número de prestações.

#### 11 - DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto à Municipalidade.

Camboriú, 30 de Setembro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

**PR 18/15 - FME**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/2015-FME- EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PLACAS DE INAUGURAÇÃO PARA ATENDER OS ATOS INAUGURAIS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 14 (Catorze) de Outubro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 30 de Setembro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

## COTIZAÇÃO ECM 010/2015

ANEXO I

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
SECRETARIA  
MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

RUA - COQUEIROS														
QUANTITATIVO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA - DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO EM LAIOTA SEXTAVADA														
LOTE	INSCRIÇÃO CADASTRAL PMC	PROPRIETÁRIO	RUAS	TESTADA DO LOTE (m)	ÁREA RUA EM m²	FATOR DE CONTRIBUIÇÃO	A CONSTRUIR	ESCAVAÇÃO DRENAGEM M³	REATERRO DRENAGEM M M³	BSTD Ø30 UNIDADE	BSTD Ø40 UNIDADE	CL UNIDADE	BL UNIDADE	PAVIMENTAÇÃO
						1	FATOR	325,50	260,40	48	151	6	12	1.296,52
1	01.03.107.0559.001	JANE LOBEL SCHITZ DE ARAUJO	COQUEIROS	14,30	57,20	0,04467	1,00	14,54	11,63	2,14	6,75	0,27	0,54	57,91
2	01.03.107.0521.001	FELIPE OLIVEIRA DE BARRIOS	COQUEIROS	14,00	56,00	0,04373	1,00	14,23	11,39	2,10	6,60	0,26	0,52	56,70
3	01.03.107.0510.001	JULIO ALESSANDRO MARTINDAL ZAN	COQUEIROS	14,30	57,20	0,04467	1,00	14,54	11,63	2,14	6,75	0,27	0,54	57,91
4	01.03.107.0496.001	RAFAEL REBELO	COQUEIROS	14,70	58,80	0,04592	1,00	14,95	11,96	2,20	6,93	0,28	0,55	59,53
5	01.03.107.0482.001	VALDIE MATRINH	COQUEIROS	14,00	56,00	0,04373	1,00	14,23	11,39	2,10	6,60	0,26	0,52	56,70
6	01.03.107.0468.001	SALVADOR JASPER	COQUEIROS	14,00	56,00	0,04373	1,00	14,23	11,39	2,10	6,60	0,26	0,52	56,70
7	01.03.107.0454.001	MANOEL ZALBE DOS SANTOS	COQUEIROS	14,00	56,00	0,04373	1,00	14,23	11,39	2,10	6,60	0,26	0,52	56,70
8	01.03.107.0440.001	MANOEL ZALBE DOS SANTOS	COQUEIROS	14,00	56,00	0,04373	1,00	14,23	11,39	2,10	6,60	0,26	0,52	56,70
9	01.03.107.0426.001	MANOEL ZALBE DOS SANTOS	COQUEIROS	14,00	56,00	0,04373	1,00	14,23	11,39	2,10	6,60	0,26	0,52	56,70
10	01.03.053.0053.001	IVALDO JOSÉ DA SILVA	COQUEIROS	13,00	52,00	0,04061	1,00	13,22	10,57	1,95	6,13	0,24	0,49	52,65
11	01.03.053.0067.001	DANILO SCHLUCKMANN	COQUEIROS	14,00	56,00	0,04373	1,00	14,23	11,39	2,10	6,60	0,26	0,52	56,70
12	01.03.053.0080.001	RODRIGO RUTYCAI E TAISSA CAROLINA	COQUEIROS	13,50	54,00	0,04217	1,00	13,73	10,98	2,02	6,37	0,25	0,51	54,67
13	01.03.053.0093.001	LDA MARIA PEZ	COQUEIROS	14,00	56,00	0,04373	1,00	14,23	11,39	2,10	6,60	0,26	0,52	56,70
14	01.03.053.0107.001	LUIZ LUCAS PEREIRA	COQUEIROS	14,00	56,00	0,04373	1,00	14,23	11,39	2,10	6,60	0,26	0,52	56,70
15	01.03.053.0102.001	EPIDIO DOS SANTOS	COQUEIROS	13,84	55,36	0,04323	1,00	14,07	11,26	2,08	6,53	0,26	0,52	56,05
16	01.03.053.0134.001	ANTENOR CARISSIMI	COQUEIROS	14,12	56,48	0,04411	1,00	14,36	11,49	2,12	6,66	0,26	0,53	57,19
17	01.03.053.0147.001	EDMAR ALVES LIMA	COQUEIROS	13,67	54,68	0,04270	1,00	13,90	11,12	2,05	6,45	0,26	0,51	55,36
18	01.03.053.0160.001	RENATO DE SOUZA	COQUEIROS	13,84	55,36	0,04323	1,00	14,07	11,26	2,08	6,53	0,26	0,52	56,05
19	01.03.053.0173.001	ARI RIVA	COQUEIROS	13,80	55,20	0,04311	1,00	14,03	11,23	2,07	6,51	0,26	0,52	55,89
20	01.03.053.0186.001	OLDEMAR JOSÉ RODRIGUES	COQUEIROS	13,66	54,64	0,04267	1,00	13,89	11,11	2,05	6,44	0,26	0,51	55,32
21	01.03.053.0199.001	WALDIRA GERONIMO DOMISSA	COQUEIROS	13,70	54,80	0,04280	1,00	13,93	11,14	2,05	6,46	0,26	0,51	55,48
22	01.03.053.0412.001	INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS RIV	COQUEIROS	14,00	56,00	0,04373	1,00	14,23	11,39	2,10	6,60	0,26	0,52	56,70
23	01.03.053.0398.001	LEANDRO TADEU GUIMARÃES	COQUEIROS	13,70	54,80	0,04280	1,00	13,93	11,14	2,05	6,46	0,26	0,51	55,48
		ÁREA COMUM ESQUINAS	TODAS		16,00									
	TOTAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)		320,13	1.296,52	1,00		325,50	260,40	48,00	151,00	6,00	12,00	1.296,52
	VALOR UNITÁRIO	VALOR SUB-TOTAL (R\$)						9,72	15,88	51,60	354,36	542,51	1,07	25,90
	VALOR SUBTOTAL	VALOR SUB-TOTAL (R\$)						3.163,86	4.135,15	2.476,80	10.419,00	2.126,16	6.510,12	1.387,28
	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL (R\$)												124.270,86



COTIZAÇÃO ECM 011/2015

ANEXO I

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
SECRETARIA  
MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

RUA - JOÃO MELO, BRIGIDO ANTONIO FELIPE e AMILTON ROGÉRIO OLIVEIRA																
QUANTITATIVO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA - DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA																
LOTE	INSCRIÇÃO CADASTRAL PMC	PROPRIETÁRIO	RUAS	TESTADA DO LOTE (m)	ÁREA RUA EM m²	FATOR DE	A	ESCAVAÇ	REATERRO	DRENAGEM				PAVIMENTAÇÃO		
						CONTRIBUI	CONSTRU	O	DRENAGE	BSTC	BSTC	CL UNIDADE	BL UNIDADE	PV UNIDADE	PREPARO	MEIO FIO
						ÇÃO	IR		M²	M M²	#30 UNIDADE	#40 UNIDADE			CANCHA M²	DO SARETA M
						1	FATOR	440,00	352,00	80	308	15	33	2	2.905,80	727,00
1	01.07.005.1997.001	ARIOVALDO GARCIA	JOÃO MELO	56,00	264,00	0,09504	1,00	41,82	33,45	7,60	29,27	1,43	3,14	0,19	276,17	69,09
2	01.07.005.2103.001	SAULVINA CARDOSO MELO	JOÃO MELO	27,00	108,00	0,03888	1,00	17,11	13,69	3,11	11,97	0,58	1,28	0,08	112,38	28,27
3	01.07.005.2020.001	VANILCO MELO	JOÃO MELO	14,80	59,20	0,02131	1,00	9,38	7,50	1,70	6,56	0,32	0,70	0,04	61,93	15,49
4	01.07.005.2030.001	ANA LUCIA MELO BORBA	JOÃO MELO	15,22	60,88	0,02192	1,00	9,64	7,71	1,75	6,75	0,33	0,72	0,04	63,69	15,93
5	01.07.005.2957.001	GILVANA DALFOVO DA COSTA	AMILTON R. OLIVEIRA	60,00	240,00	0,08640	1,00	38,02	30,41	6,91	26,61	1,30	2,85	0,17	251,06	62,81
6	01.07.005.2882.001	TIBÉRIO DALFOVO	AMILTON R. OLIVEIRA	24,50	98,00	0,03528	1,00	15,52	12,42	2,82	10,87	0,53	1,16	0,07	102,52	25,65
7	01.07.042.0022.001	ROLINHA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS	AMILTON R. OLIVEIRA	40,30	161,20	0,05903	1,00	25,53	20,43	4,64	17,87	0,87	1,92	0,12	168,63	42,19
8	01.07.042.0062.001	JOÃO GUILHERME BABINSKI	AMILTON R. OLIVEIRA	22,00	88,00	0,03168	1,00	13,94	11,15	2,53	9,76	0,48	1,05	0,06	92,06	23,03
9	01.07.043.0048.001	PAULA GRACIELA DA SILVA	BRIGIDO A. FELIPE	40,00	160,00	0,05760	1,00	25,34	20,28	4,61	17,74	0,86	1,90	0,12	167,37	41,87
10	01.07.043.0032.001	DANIEL DOS SANTOS E ROLINHA EMPREENDIMEN	BRIGIDO A. FELIPE	16,00	64,00	0,02304	1,00	10,14	8,11	1,84	7,10	0,35	0,76	0,05	66,95	16,75
11	01.07.043.0016.001	DAIZE RODA DOS SANTOS SOARES	BRIGIDO A. FELIPE	16,00	64,00	0,02304	1,00	10,14	8,11	1,84	7,10	0,35	0,76	0,05	66,95	16,75
12	01.07.044.0242.001	EDSON L. PEREIRA E ANDREA REGINA	BRIGIDO A. FELIPE	43,93	175,72	0,06326	1,00	27,83	22,77	5,06	19,48	0,95	2,09	0,13	183,82	45,99
13	01.07.044.0228.001	JULIO CORREA DOS SANTOS	BRIGIDO A. FELIPE	14,00	56,00	0,02016	1,00	8,87	7,10	1,61	6,21	0,30	0,67	0,04	58,58	14,66
14	01.07.044.0214.001	ROLINHA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS	BRIGIDO A. FELIPE	14,00	56,00	0,02016	1,00	8,87	7,10	1,61	6,21	0,30	0,67	0,04	58,58	14,66
15	01.07.044.0200.001	MARCIO BOLDI	BRIGIDO A. FELIPE	14,00	56,00	0,02016	1,00	8,87	7,10	1,61	6,21	0,30	0,67	0,04	58,58	14,66
16	01.07.044.0186.001	ALEXANDRE SILVEIRO ARAGÃO	BRIGIDO A. FELIPE	14,00	56,00	0,02016	1,00	8,87	7,10	1,61	6,21	0,30	0,67	0,04	58,58	14,66
17	01.07.044.0172.001	LINDOMAR INACIO	BRIGIDO A. FELIPE	14,00	56,00	0,02016	1,00	8,87	7,10	1,61	6,21	0,30	0,67	0,04	58,58	14,66
18	01.07.044.0158.001	LUIS ALBERTO DE SOUZA	BRIGIDO A. FELIPE	14,00	56,00	0,02016	1,00	8,87	7,10	1,61	6,21	0,30	0,67	0,04	58,58	14,66
19	01.07.044.0146.001	MARIA DE JESUS	BRIGIDO A. FELIPE	14,00	56,00	0,02016	1,00	8,87	7,10	1,61	6,21	0,30	0,67	0,04	58,58	14,66
20	01.07.040.0119.001	TEREZINHA FRANCISCA PINTO	BRIGIDO A. FELIPE	13,70	54,80	0,01973	1,00	8,68	6,94	1,58	6,08	0,30	0,65	0,04	57,33	14,34
21	01.07.040.0132.001	JOÃO DOMINGOS PEREIRA	BRIGIDO A. FELIPE	13,70	54,80	0,01973	1,00	8,68	6,94	1,58	6,08	0,30	0,65	0,04	57,33	14,34
22	01.07.040.0145.001	ANTONIO JOÃO DE SOUZA	BRIGIDO A. FELIPE	13,70	54,80	0,01973	1,00	8,68	6,94	1,58	6,08	0,30	0,65	0,04	57,33	14,34
23	01.07.040.0158.001	SAULO GARCIA E ESPOSA	BRIGIDO A. FELIPE	13,70	54,80	0,01973	1,00	8,68	6,94	1,58	6,08	0,30	0,65	0,04	57,33	14,34
24	01.07.040.0171.001	JOSE DOMINGOS PEREIRA	BRIGIDO A. FELIPE	13,70	54,80	0,01973	1,00	8,68	6,94	1,58	6,08	0,30	0,65	0,04	57,33	14,34
25	01.07.040.0184.001	GENESIO DA SILVA	BRIGIDO A. FELIPE	13,70	54,80	0,01973	1,00	8,68	6,94	1,58	6,08	0,30	0,65	0,04	57,33	14,34
26	01.07.040.0192.001	ODETE MARIA SILVA DE SOUZA	BRIGIDO A. FELIPE	13,70	54,80	0,01973	1,00	8,68	6,94	1,58	6,08	0,30	0,65	0,04	57,33	14,34
27	01.07.040.0210.001	IVANILDE C. PORTELA	BRIGIDO A. FELIPE	13,70	54,80	0,01973	1,00	8,68	6,94	1,58	6,08	0,30	0,65	0,04	57,33	14,34
28	01.07.040.0233.001	RUBENS PAULO DOS SANTOS	BRIGIDO A. FELIPE	13,70	54,80	0,01973	1,00	8,68	6,94	1,58	6,08	0,30	0,65	0,04	57,33	14,34
29	01.07.040.0236.001	EDUARDO GELSON DUARTE	BRIGIDO A. FELIPE	13,70	54,80	0,01973	1,00	8,68	6,94	1,58	6,08	0,30	0,65	0,04	57,33	14,34
30	01.07.040.0245.001	URIAS CARDOSO	BRIGIDO A. FELIPE	13,70	54,80	0,01973	1,00	8,68	6,94	1,58	6,08	0,30	0,65	0,04	57,33	14,34
31	01.07.040.0290.001	NATALIA ROSA	BRIGIDO A. FELIPE	41,00	164,00	0,05904	1,00	25,98	20,78	4,72	18,18	0,89	1,95	0,12	171,56	42,92
32	01.07.040.0331.001	HENRIQUE REINARDES	BRIGIDO A. FELIPE	19,00	76,00	0,02736	1,00	12,04	9,63	2,19	8,43	0,41	0,90	0,05	79,50	19,89
		ÁREA COMUM ESQUINAS	TODAS		128,00											
		TOTAL		694,45	2.905,80	1,00		440,00	352,00	80,00	308,00	15,00	33,00	2,00	2.905,80	727,00
	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO (R\$)						9,72	15,88	51,60	69,00	354,36	542,51	667,60	1,07	25,90
	VALOR SUBTOTAL	VALOR SUB-TOTAL (R\$)						4.276,80	5.589,76	4.128,00	21.252,00	5.315,40	17.902,83	1.335,20	3.109,21	18.829,30
	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL (R\$)														273.376,01

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### ATA CONVITE 89/2015

#### ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório Convite nº 89/2015)

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Irineu Woitskovski Junior, Maria Cristina Marciniak Munhoz e Lilian Terezinha Bartsch, membros da Comissão Permanente de Licitações (nomeados através do Decreto Municipal nº 8.805 de 02 de fevereiro de 2015) responsáveis pelo Processo Licitatório nº 89/2015, modalidade Convite, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto fornecimento de material e mão de obra para execução de muro de contenção de concreto armado no lote onde será construída nova creche, bairro Bela Vista, município de Campo Alegre – SC. Inicialmente a Presidente declarou aberta a sessão, nominando os presentes, recebendo os envelopes (documentos e proposta) das empresas proponentes: BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ: 05.401.426/0001-70, PRK ENGENHARIA E CONTRUÇÕES LTDA – CNPJ: 05.015.251/0001-63 e IMPLANTEST CONSTRUTORA LTDA – CNPJ: 86.721.008/0001-62. A licitante IMPLANTEST CONSTRUTORA LTDA credenciou como representante na sessão o Sr. Carlos Alberto Lovemberger, as demais licitantes não credenciaram representantes na sessão. Passou-se a análise dos Documentos das licitantes, sendo consideradas todas HABILITADAS. Todas as licitantes comprovaram enquadramento como ME ou EPP através da Certidão Simplificada. Conforme desistência de recurso quanto o julgamento dos documentos de habilitação, passou-se à abertura do envelope da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO GLOBAL com fixação de valor máximo unitário. As propostas foram analisadas e rubricadas pelos membros da Comissão e demais presentes, a empresa BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA apresentou proposta no valor de R\$ 39.980,49, a empresa PRK ENGENHARIA E CONTRUÇÕES LTDA apresentou proposta no valor de R\$ 39.412,03, a empresa licitante IMPLANTEST CONSTRUTORA LTDA apresentou proposta no valor de R\$ 36.452,08. A Comissão julgou a empresa IMPLANTEST CONSTRUTORA LTDA vencedora da presente licitação, com o valor R\$ 36.452,08. Está aberto prazo recursal que trata a Lei de Licitações, quanto o julgamento das propostas. Nada mais a tratar, encerra-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

### CONVOCAÇÃO Nº 165/2015

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012

CONVOCAÇÃO Nº 165/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. JULIANE BEATRIZ MULLER, inscrita no CPF/MF sob nº 060.043.079-04, aprovada em 30º lugar no Concurso Público nº 001/2012, para o Cargo Público de PROFESSOR I, na Função de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 05 de Setembro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 30 de Setembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

Secretária Municipal de Educação

### DECRETO Nº 9.328 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.328 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com a Srª. ANDREZA DANIELE VIEIRA DE LIMA DE MELO, do Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, Registro no Sistema sob o nº 955500, partir de 30 de Setembro de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

30 de Setembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 9.329 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.329 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com a Srª. ROSANGELA CORDEIRO, do Cargo Público e exercendo a Função de Enfermeiro, Registro no Sistema sob o nº 955514, partir de 30 de Setembro de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

30 de Setembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 12.229 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.229 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ANA FLÁVIA MARCINIAK, Matrícula Funcional nº 000777, Registro no Sistema Sob nº 955396, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Administração, referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 á 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 30 de Setembro de 2015 á 09 de Outubro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário em especial a Portaria nº 12.228 de 29 de Setembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

30 de Setembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

# Campo Erê

## PREFEITURA

### EXTRATO 1 ADITIVO A ATA RP 014/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 014/2015.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, SC, CNPJ nº 83.026.765/0001-28. CONTRATADO: CIA ULTRAGÁZ S A, CNPJ nº 61.602.199/0232-44. OBJETO: Aditivo de reequilíbrio financeiro GAS GLP. Carga 13 Kg R\$ 35,78 e Carga 45 Kg R\$ 185,69. FUNDAMENTO LEGAL: alínea d" do Inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93. Campo Erê/SC, em 29/09/2015 SIGNATÁRIOS: Rudimar Borcioni pelo Contratante e José Vilmar de Oliveira Gomes pela contratada.

# Campos Novos

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 49/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2015

O Município de Campos Novos de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 14 de outubro de 2015 às 17h30min, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do tipo menor preço por item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MADEIRAS DE EUCALIPTO PARA MANUTENÇÃO E REFORMAS DE PONTES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h30min às 18h30min, diariamente.

Campos Novos, 01 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

# Canelinha

## PREFEITURA

### EXTRATO EDITAL 73/2015 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 73/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 55/2015

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à contratação de empresa para prestação de serviços de mão-de-obra, visando a manutenção corretiva e preventiva da pavimentação de diversas vias do Município, conforme descrito no Anexo II, parte integrante e inseparável do Edital. DATA DE ABERTURA: 14 de outubro de 2015, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha/SC, 30 de setembro de 2015. ANTÔNIO DA SILVA – Prefeito do Município

### EXTRATO EDITAL 74/2015 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 74/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 56/2015

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, a aquisição de materiais diversos, visando a manutenção corretiva e preventiva de diversas vias do Município, conforme descrito no Anexo II, parte integrante e inseparável do Edital. DATA DE ABERTURA: 14 de outubro de 2015, às 10:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha/SC, 30 de setembro de 2015. ANTÔNIO DA SILVA – Prefeito do Município

### RESULTADO JULGAMENTO CC 06/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

RESULTADO JULGAMENTO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 06/2015

O MUNICÍPIO DE CANELINHA – SC inscrita sob o CNPJ nº 82.562.893/0001-23, com sede na Av. Cantório Florentino da Silva, nº 1683, Bairro: Centro, Canelinha – SC, de conformidade com a lei nº 8.666/93, alterada pela lei nº 8.883/94, por determinação do Sr. Antônio da Silva, Prefeito Municipal, torna público que foi julgada a proposta da empresa habilitada na CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 06/2015, a concessão pelo prazo de 16 (dezesesseis) anos da integralidade da construção de propriedade do Município de Canelinha, denominado “Terminal Rodoviário de Passageiro Ângelo Augusto da Silva”, de domínio público, localizado à Rua Bento Aragão, s/nº, Centro, nesta Cidade, classificando-se vencedora a proposta da empresa Celio Machado ME. Canelinha, 30 de setembro de 2015. Antônio da Silva - Prefeito do Município

# Canoinhas

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº. 891/2015**

PORTARIA Nº. 891/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

**EXONERAR A PEDIDO**

Art. 1º - Fica exonerada a pedido ELAINE CRISTINA DA SILVA, efetiva no cargo de Agente Administrativo, a partir de 30/09/2015, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 892/2015**

PORTARIA Nº. 892/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme Leis Municipais nº. 2.305/1990; nº. 5.139/2013, resolve:

**NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL**

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Contador, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a profissional ELAINE CRISTINA DA SILVA, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2013, inscrita sob nº. 604, e convocada conforme Edital nº 067 de 11 de setembro de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 01/10/2015, conforme comunicação interna nº 357/SMAFO/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 893/2015**

PORTARIA Nº. 893/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990, de acordo com a Lei Municipal nº 5.556/2015 e de acordo com a Lei Municipal nº 5.574/2015:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, resolve:

**INSTAURAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA**

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica instaurada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais designados pela Portaria nº 530/2015, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, sendo eles:

1. ANDRÉIA CORREIA DA SILVA FONTANA KAUVA
2. FRANCIELI JOANA BIALESKI
3. ROSELI DOBROSHINSKEI

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos, conforme descrito na Comunicação Interna Nº 301/SMS/2015.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 28 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 894/2015**

PORTARIA Nº. 894/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal nº 3.869 de 24/08/2009; Resolve:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigado a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 Lei Municipal 2.305/90, resolve:



**PRORROGAR PRAZO**

Art.1º - Fica prorrogado por igual período, o prazo fixado pela Portaria nº 570/2015, visando à conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante nomeada pela referida portaria para emissão do parecer conclusivo, conforme ofício em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 895/2015**

PORTARIA Nº. 895/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal nº 3.869 de 24/08/2009; Resolve:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigado a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 Lei Municipal 2.305/90, resolve:

**PRORROGAR PRAZO**

Art.1º - Fica prorrogado por igual período, o prazo fixado pela Portaria nº 652/2015, visando à conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante nomeada pela referida portaria para emissão do parecer conclusivo, conforme ofício em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 896/2015**

PORTARIA Nº. 896/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990, de acordo com a Lei Municipal nº 5.556/2015 e de acordo com a Lei Municipal nº 5.574/2015:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua

imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, resolve:

**RETIFICAR PORTARIA**

Art. 1º - Fica retificado o inteiro teor da Portaria nº. 785/2015, passando a vigorar da seguinte forma:

“Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica instaurada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais designados pela Portaria nº 530/2015, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, sendo eles:

1. NELSON VARELA DE OLIVEIRA
2. ANDRÉIA CORREIA DA SILVA FONTANA KAUVA
3. FERNANDO LUIS TOKARSKI

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos, conforme descrito na Comunicação Interna Nº 316/SMAFO/2015.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.”

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº. 897/2015**

PORTARIA Nº. 897/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme Leis Municipais nº. 2.305/1990; nº. 4.703/2011, resolve:

**NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL**

Art. 1º – Fica nomeada para exercer o cargo de Agente Comunitário da Saúde, para atuar na Unidade Básica de Saúde Jair Corte – Piedade – Cohab III, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a profissional ANA CAROLINA GEVIESKI, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2014, inscrito sob nº. 46.460, e convocada conforme Edital nº 066 de 08 de Setembro de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 01/10/2015, conforme comunicação interna nº 285/SMS/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.



Canoinhas/SC, 28 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA

Secretária Municipal de Saúde Interina

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº. 898/2015**

PORTARIA Nº. 898/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

#### **DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS**

Art. 1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais do profissional MARCIO LUIS WERKA, comissionado no cargo de Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a partir de 26/09/2015, conforme comunicação interna nº 358/DP/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº. 899/2015**

PORTARIA Nº. 899/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

#### **CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de férias a JOSÉ MARCOS CARVALHO, efetivo no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 01/10/2015 a 15/10/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a ROGÉRIO SCHIPITOSKI, efetivo no cargo de Educador Social, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 01/10/2015 a 30/10/2015, conforme requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de setembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº. 900/2015**

PORTARIA Nº. 900/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

#### **CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a CAROLINE SANTINA MENDES, efetiva no cargo de Monitor PETI, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 01/10/2015 a 30/10/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de férias a PRISCILA POSTOL PETRENTCHUK, efetiva no cargo de Psicólogo, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 01/10/2015 a 10/10/2015, conforme requerimento.

Art. 3º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a GLAUCIO JOSÉ RODRIGUES DA SILVA, efetivo no cargo de Monitor PETI, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 01/10/2015 a 30/10/2015, conforme requerimento.

Art. 4º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a ROBERTO IVAN LUDKA, efetivo no cargo de Agente Administrativo Auxiliar, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2007/2008, a desfrutar no período de 01/10/2015 a 30/10/2015, conforme requerimento.

Art. 5º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de férias a MARINA NISHIMORI OLESCOWICZ, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2013/2014, a desfrutar no período de 02/10/2015 a 16/10/2015, conforme requerimento.

Art. 6º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a ALINOR FAGUNDES DA SILVA, efetivo no cargo de Jardineiro, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 01/10/2015 a 30/10/2015, conforme requerimento.

Art. 7º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a JOSÉ VALDIR DOS SANTOS, efetivo no cargo de Lubrificador, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 01/10/2015 a 30/10/2015, conforme requerimento.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 69º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de setembro de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº. 901/2015**

PORTARIA Nº. 901/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

#### **CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a SANDRA CARVALHO DO PRADO, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 02/10/2015 a 31/10/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de setembro de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA  
Secretária Municipal de Saúde Interina

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/09/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N.º FMAS 13/2015 (ELETRÔNICO)**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMAS 13/2015  
PREGÃO N.º FMAS 13/2015 (ELETRÔNICO)  
##ATO PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO  
##TEX O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 11.455.005/0001-25, com sede a Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna pública a HOMOLOGAÇÃO do PREGÃO N.º FMAS 13/2015 (ELETRÔNICO). Objeto: LOTE 01: colchão solteiro até 100 kgs, TAM. 78x1,88cm marca Gazin Supreme VENCEDOR: ALCI N. BECKER & CIA LTDA EPP valor unitário R\$ 384,00; LOTE 02-CANCELADO; LOTE 03-CANCELADO; LOTE 04: geladeira/refrigerador capac. igual ou superior a 400lts marca Continental VENCEDOR: BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA-ME valor unitário R\$ 2.500,00; LOTE 05: exaustor cozinha, TAM. 30cm marca Ventisol VENCEDOR: BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA-ME valor unitário R\$ 349,00; LOTE 06-CANCELADO; LOTE 07: suporte para TV e receptor marca Newpro VENCEDOR: COMERCIAL PALMEIRAS LTDA-EPP valor unitário R\$ 199,99; LOTE 08-CANCELADO; LOTE 09-CANCELADO. Data da homologação: 29/09/2015.

##ASS Luiz Alberto Rincoski Faria

##CAR Presidente do Fundo/Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N.º FUNR 05/2015 (PRESENCIAL)**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/15  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/15  
HOMOLOGAÇÃO: 30/09/15  
CONTRATADO: STANG & STANG LTDA CONTRATANTE: FUMRE-BOMPM DE CANOINHAS OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO  
PARCELADA DE ÓLEO DIESEL ADITIVADO S-500, ABASTECIDO NAS VIATURAS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CANOINHAS, PELO PERÍODO DE 12 MESES.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 2,63 (dois reais e sessenta e três centavos)  
DATA: 30/09/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

### **PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 115/2015 (PRESENCIAL)**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 189/2015  
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 115/2015 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 15/10/2015, às 14h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DE CONserto, TROCA, BALANCEAMENTO, ALINHAMENTO, CAMBAGEM E GEOMETRIA DE PNEUS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, DESTINADOS AS MAQUINAS, CAMINHÕES E VEICULOS DESTA PREFEITURA, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 15/10/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº FMS 03/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DECANOINHAS  
Processo Licitatório n.º FMS 34/2015  
Edital Tomada de Preço n.º FMS 03/2015

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 19/10/2015, às 09h15min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE 01 (UMA) CENTRAL DE AR MEDICINAL COMPRIMIDO, PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL (UPA 24h). Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 19/10/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito/Presidente do Fundo

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 14-05/2012**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 14-05/2012  
ACRÉSCIMO DE VALOR  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º

11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMS 14-05/2012 referente ao contrato n.º FMS 05/2012. Data do Aditivo: 24/09/2015. Objeto Contratado: EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS À CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS (UPA). Contratada: NAKAZIMA ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 76.330.927/0001-51. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. CLÁUSULA OITAVA- DO VALOR. Fica, através do presente termo aditivo, ACRESCIDO ao contrato, o valor de R\$ 91.811,22 (noventa e um mil oitocentos e onze reais e vinte e dois centavos), referente aos serviços da obra "Construção da Unidade de Pronto Atendimento 24 Horas (UPA)". Portanto, o valor global do presente contrato, que era de R\$ 1.562.031,39 (um milhão, quinhentos e sessenta e dois mil, trinta e um reais e trinta e nove centavos), passará a ser de R\$ 1.593.766,52 (um milhão, quinhentos e noventa e três mil, setecentos e sessenta e seis reais e cinquenta e dois centavos). PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 50/2011. CONCORRÊNCIA N.º FMS 05/2011.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-118/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-118/2015  
ACRÉSCIMO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-118/2015, referente ao contrato n.º PMC 118/2015. Data do Aditivo: 16/09/2015. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MASSA ASFÁTICA CBUQ - FAIXA C COM APLICAÇÃO (RECORTE, VARREDURA, LIMPEZA E PINTURA DE LIGAÇÃO), DESTINADA AO RECAPEAMENTO DE PAVIMENTOS FLEXÍVEIS, PAVIMENTAÇÃO DE NOVAS VIAS PÚBLICAS E SEM APLICAÇÃO PARA OPERAÇÃO TAPA BURACOS E CONFECÇÃO DE LOMBADAS NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. CNPJ: 03.620.927/0001-12. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. CLÁUSULA SEGUNDA (VALOR E PAGAMENTO). Fica ACRESCIDO a este contrato o valor de R\$ 74.893,84 (setenta e quatro mil oitocentos e noventa e três reais e oitenta e quatro centavos) o acréscimo se faz necessário devido a diferença entre a estimativa inicial e o quantitativo de material efetivamente aplicado. PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 98/2014. CONCORRÊNCIA N.º PMC 13/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-118/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-118/2015  
SUPRESSÃO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-118/2015, referente ao contrato n.º PMC 118/2015. Data do Aditivo: 16/09/2015. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MASSA ASFÁTICA CBUQ - FAIXA C COM APLICAÇÃO (RECORTE, VARREDURA, LIMPEZA E PINTURA DE LIGAÇÃO), DESTINADA AO RECAPEAMENTO DE

PAVIMENTOS FLEXÍVEIS, PAVIMENTAÇÃO DE NOVAS VIAS PÚBLICAS E SEM APLICAÇÃO PARA OPERAÇÃO TAPA BURACOS E CONFECÇÃO DE LOMBADAS NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. CNPJ: 03.620.927/0001-12. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. CLÁUSULA SEGUNDA (VALOR E PAGAMENTO). Fica SUPRIMIDO a este contrato o valor de R\$ 26.734,54 (vinte e seis mil setecentos e trinta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos) a supressão se faz necessário devido a diferença entre a estimativa inicial e o quantitativo de material efetivamente aplicado. PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 98/2014. CONCORRÊNCIA N.º PMC 13/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-148/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-148/2014  
PRAZO DE VIGÊNCIA  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-148/2014, referente ao contrato n.º PMC 148/2014. Data do Aditivo: 25/09/2015. Objeto Contratado: EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA À CONSTRUÇÃO DA COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA COM ÁREA DE 772,40M², NA ESCOLA MUNICIPAL ALBERTO WARDENSKI – DISTRITO DO SALTO D'ÁGUA VERDE. Contratada: WALTER TOMAZ MANTAU – EPP. CNPJ: 02.091.041/0001-66. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA. Parágrafo Terceiro – A vigência do presente Contrato que era até 28/09/2015 passará a ser até 31/12/2015. PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 121/2014. TOMADA DE PREÇO N.º PMC 13/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 4-16/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 4-16/2014  
PRAZO DE VIGÊNCIA  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 4-16/2014, referente ao contrato n.º PMC 16/2014. Data do Aditivo: 25/09/2015. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA A CONSTRUÇÃO DA COZINHA COMUNITÁRIA SITUADA NA AVENIDA EXPEDICIONÁRIOS, BAIRRO CAMPO D'ÁGUA VERDE NESTA CIDADE DE CANOINHAS. Contratada: ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA. CNPJ: 09.080.541/0001-41. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA. O prazo de vigência do Contrato que era até 28/09/2015, passará a ser até 31/12/2015. PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 03/2014. TOMADA DE PREÇO N.º PMC 01/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito



**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 27/2015**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 27/2015  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMS 27/2015. Data de assinatura: 17/09/2015. Contratado: INDREL IND. DE REFRIGERA.LONDRI-NENSE LTDA, CNPJ: 78.589.504/0001-86. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) CÂMARA DE REFRIGERAÇÃO (CONTRO-LADORA DE TEMPERATURA) DESTINADA AO ARMAZENAMENTO DE VACINAS GERAIS NA SALA DE VACINAS DA CLINICA DA MULHER E DA CRIANÇA, DO MUNICIPIO DE CANOINHAS. Valor: R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais). Vigência: 31/12/2015. PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 21/2015. PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito/Presidente do Fundo

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FUNR 05/2015**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FUNR 05/2015  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros - FUNREBOM-PM, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FUNR 05/2015. Data de assinatura: 15/09/2015. Contratada: STANG & STANG LTD, CNPJ n.º 08.033.253/0017-30. Objeto CONTRATADO: AQUISIÇÃO DE 1000 LITROS DE OLEO DIESEL S500 DESTINADO AO ABASTECIMENTO DAS VIATURAS DO CORPO DE BOMBEIRO DE CANOINHAS. Contratante: Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros - FUNREBOMPM, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 2.639,00 (dois mil seiscentos e trinta e nove reais). Vigência: 31/12/2015. PROCESSO LICITATÓRIO N.º FUNR 07/2015. DIPSENSA DE LICITAÇÃO N.º FUNR 01/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FUNR 06/2015**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FUNR 06/2015  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros - FUNREBOM-PM, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FUNR 06/2015. Data de assinatura: 21/09/2015. Contratada: ANA CARDOSO - ME. CNPJ n.º 01.265.365/0001-00. Objeto CONTRATADO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE LIMPEZA DE PRÉDIO PÚBLICO CUJA ÁREA CORRESPONDE A 765M², DESTINADO AO 3º BATALHÃO DE POLICIA MILITAR DE CANOINHAS. Contratante: Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros - FUNREBOMPM, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 6.961,50 (seis mil novecentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos). Vigência: 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 150/2015**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 150/2015  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 150/2015. Data de assinatura: 10/09/2015. Contratada: SITSC INFORMÁTICA LTDA- EPP. CNPJ n.º 08.944.427/0004-00. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE WIFI PARA USO NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES OURO VERDE, NA 20ª FES-MATE. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor : R\$ 3.000,00 (três mil reais). Vigência: 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 151/2015**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 151/2015  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 151/2015. Data de assinatura: 14/09/2015. Contratada: POSITIVO INFORMATICA SA. CNPJ n.º 81.243.735/0001-48. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO INTEGRADA INTERATIVA DE COMPUTADOR E PROJEÇÃO, DENOMINADA COMPUTADOR INTERATIVO, PARA ATENDIMENTO DE ESCOLAS E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS, DA EDUCAÇÃO BÁSICA, TECNOLÓGICA E SUPERIOR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES PREVISTAS NO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO NO 71/2013. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor : R\$ 50.400,00 ( cinquenta mil e quatrocentos reais). Vigência: 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 152/2015**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 152/2015  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 152/2015. Data de assinatura: 14/09/2015. Contratada: COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP. CNPJ n.º 12.674.048/0001-64. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS DESTINADOS A EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, COM RECURSOS ORIUNDOS DA TRANSFERÊNCIA DIRETA DO FNDE/MEC ATRAVÉS DO PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E BRASIL CARINHOSO. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor : R\$ 10.575,84 ( dez mil quinhentos e setenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos). Vigência: 31/12/2015. PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 136/2015. PREGÃO N.º PMC 82/2015 (PRESENCIAL).

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO  
N.º PMC 153/2015**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 153/2015  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 153/2015. Data de assinatura: 14/09/2015. Contratada: LUDICA COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - EPP. CNPJ n.º 12.153.969/0001-81. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS DESTINADOS A EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, COM RECURSOS ORIUNDOS DA TRANSFERÊNCIA DIRETA DO FNDE/MEC ATRAVÉS DO PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E BRASIL CARINHOSO. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor : R\$ 10.691,91 ( dez mil seiscentos e noventa e um reais e noventa e um centavos). Vigência: 31/12/2015. PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 136/2015. PREGÃO N.º PMC 82/2015 (PRESENCIAL).

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO  
N.º PMC 154/2015**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 154/2015  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 154/2015. Data de assinatura: 14/09/2015. Contratada: REICHEL BRINQUEDOS LTDA - ME. CNPJ n.º 85.179.463/0001-15. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS DESTINADOS A EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, COM RECURSOS ORIUNDOS DA TRANSFERÊNCIA DIRETA DO FNDE/MEC ATRAVÉS DO PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E BRASIL CARINHOSO. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor : R\$ 14.410,00 (quatorze mil quatrocentos e dez reais). Vigência: 31/12/2015. PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 136/2015. PREGÃO N.º PMC 82/2015 (PRESENCIAL).

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO  
N.º PMC 155/2015**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 155/2015  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 155/2015. Data de assinatura: 24/09/2015. Contratada: SUSI NAZARE MARIANI WALTRICK SOMMARIVA - ME. CNPJ n.º 13.228.279/0001-07. Objeto Contratado: TERMO DE CONTRATO PARA PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHA NA PEDREIRA DE RIO DO PINHO E PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE CASCALHO NA JAZIDA DE LARANJEIRAS, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor : R\$ 162.000,00 (cento e sessenta e dois mil reais). Vigência: 31/12/2015. PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 137/2015. PREGÃO

N.º PMC 83/2015 (PRESENCIAL).

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO  
N.º PMC 156/2015**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 156/2015  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 156/2015. Data de assinatura: 25/09/2015. Contratada: RETIFICA MOTOCAR LTDA. CNPJ n.º 83.849.109/0001-25. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA REPAROS MECÂNICOS NA MOTONIVELADORA CATERPILLAR RG 140H Nº. 16, ANO 1997. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor : 10.325,00 (dez mil trezentos e vinte e cinco reais). Vigência: 31/12/2015. PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 155/2015. PREGÃO N.º PMC 94/2015 (PRESENCIAL).

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO  
N.º PMC 157/2015**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 157/2015  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 157/2015. Data de assinatura: 25/09/2015. Contratada: KONRAD COMÉRCIO DE CAMINHÕES LTDA. CNPJ n.º 05.500.026/0001-12. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO NOVO, ZERO QUILOMETRO, DESTINADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. CONTRATO DE REPASSE: 808964/2014/MAPA/CAIXA.. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor : R\$ 274.715,00 (duzentos e setenta e quatro mil setecentos e quinze reais). Vigência: 30/06/2016. PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 164/2015. PREGÃO N.º PMC 102/2015 (ELETRÔNICO).

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DO PREGÃO N.º FUNR 05/2015 (PRESENCIAL)****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUMREBOMPM DE CANOINHAS**

Página: 1/1

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 6/2015      Processo Administrativo:      Total dos Itens Vencedores: 2,63  
 Licitação.....: 5/2015 - PR      1 - FUNREBOMPM DE CANOINHAS-CORPO BOMBEIROS  
 Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL  
 Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEO DIESEL ADITIVADO S-500, ABASTECIDO NAS VIATURAS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CANOINHAS, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 5603	- OLEO DIESEL ADITIVADO	- Unidade: LT					
13009	STANG & STANG LTDA	STANG	1,000	0,0000	2,6300	2,63	Venceu	1 *****

Canoinhas, Em ...../...../.....

PAULO CESAR SAFANELLI - ..... - Pregoeiro(a)  
 ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - ..... - SUPLENTE  
 MARCIANO FERNANDES CORREA - ..... - EQUIPE DE APOIO  
 CLÁUDIO HENRIQUE MATHIAS - ..... - SUPLENTE  
 DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - ..... - 28 754/SC  
 JOSE CARLOS HERBST - ..... - CRC/SC 031639/O-0

# Capinzal

## PREFEITURA

### Decreto 112/2015

DECRETO No 112, DE 8 DE SETEMBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.147.191,50 (um milhão, cento e quarenta e sete mil, cento e noventa e um reais e cinquenta centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.157, de 15 de dezembro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 1.147.191,50 (um milhão, cento e quarenta e sete mil, cento e noventa e um reais e cinquenta centavos), para reforço das dotações orçamentárias, a seguir especificadas:

0301.04.122.0015.2006	MANUT DOS SERVIÇOS GERAIS DA ADMINIST	FTE	DR	R\$	0,00
44710000-008	Transferências a Consórcios Públicos	1000	00	R\$	6.000,00
33930000-202	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	3.000,00
0501.04.122.0065.2031	MANUT DA SECRET DA EDUC CULT ESPORTE	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-045	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	7.000,00
0501.12.361.0065.2032	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-057	Aplicações Diretas	1058	00	R\$	30.000,00
0501.12.361.0065.2038	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-069	Aplicações Diretas	1058	00	R\$	90.000,00
0501.12.365.0060.2029	MANUTENÇÃO DAS CRECHES E PRÉESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-080	Aplicações Diretas	1018	00	R\$	220.000,00
0503.27.812.0100.2056	MANUTENÇÃO DOS GINÁSIOS ESPORTIVOS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-115	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	12.000,00
0601.15.451.0110.1041	CONSTRUÇÃO AMPL CENTROS COMUNITÁRIOS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-237	Aplicações Diretas	1024	55	R\$	232.191,50
0601.15.452.0130.2068	MANUT AMPL DO SIST DE ILUM PÚBLICA	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-149	Aplicações Diretas	1017	00	R\$	65.000,00
0601.10.301.0150.1067	CONST AMPL E REAPARELHAM UNID SAÚDE	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-214	Aplicações Diretas	1023	00	R\$	19.000,00
1701.04.122.0055.2025	MANUT DA SECRET DE DESENV ECONÔMICO	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-188	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	1.000,00
1701.23.695.0055.2028	PROMOÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-196	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	312.000,00
33900000-239	Aplicações Diretas	1024	55	R\$	150.000,00
	Total			R\$	1.147.191,50

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 1.147.191,50 (um milhão, cento e quarenta e sete mil, cento e noventa e um reais e cinquenta centavos), na forma do quadro a seguir.

0301.04.122.0015.2006	MANUT DOS SERVIÇOS GERAIS DA ADMINIST	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-007	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	9.000,00
0501.04.122.0065.2031	MANUT DA SECRET DA EDUC CULT ESPORTE	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-047	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	7.000,00
0501.12.361.0065.2032	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-055	Aplicações Diretas	1001	00	R\$	30.000,00
0501.12.361.0065.2038	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-066	Aplicações Diretas	1001	00	R\$	90.000,00
0501.12.365.0060.2029	MANUTENÇÃO DAS CRECHES E PRÉESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-081	Aplicações Diretas	1019	00	R\$	220.000,00
0503.27.812.0100.2056	MANUTENÇÃO DOS GINÁSIOS ESPORTIVOS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-116	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	12.000,00
0601.15.451.0110.1041	CONSTRUÇÃO AMPL CENTROS COMUNITÁRIOS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-120	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	232.191,50
0601.15.452.0130.2068	MANUT AMPL DO SIST DE ILUM PÚBLICA	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-150	Aplicações Diretas	1017	00	R\$	65.000,00



0601.10.301.0150.1067	CONST AMPL E REAPARELHAM UNID SAÚDE	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-173	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	19.000,00
1701.04.122.0055.2025	MANUT DA SECRET DE DESENV ECONÔMICO	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-187	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	1.000,00
1701.23.695.0055.2028	PROMOÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-195	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	462.000,00
	Total			R\$	1.147.191,50

Art. 3o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 8 de setembro de 2015  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

### **Editais 029/2015**

EDITAL Nº 029, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a Audiência Pública da Lei Orçamentária Anual (LOA) na forma que especifica.

O Prefeito do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no art. 48, parágrafo único, da Lei Complementar federal nº 101/2000, Lei Municipal nº 2.263, de 12 de abril de 2001 e demais legislações aplicáveis, COMUNICA as entidades civis organizadas e a população em geral, que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA no dia 2 de outubro de 2015 (sexta-feira), às 19 horas, no Auditório da Escola Municipal Viver e Conhecer, com o objetivo de definir as prioridades e metas da Administração Pública Municipal relacionadas a investimentos e geração de despesas para inclusão na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2016.

Capinzal, em 28 de setembro de 2015.  
Andevir Isganzella  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o teor do presente Edital na data supra.

Orlando Tholl  
Secretário de Administração e Finanças

### **FMAS PROCESSO LICITATÓRIO 0013/2015 PREGÃO PRESENCIAL 0010/2015**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0013/2015  
Pregão Presencial Nº 0010/2015

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos de panificação destinados às atividades desenvolvidas pelo Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e ACESSUAS Trabalho e Gestão da Assistência Social.

**ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA:** Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 14:00 horas, para abertura da Seção às 14:05 horas do dia 16/10/2015.

**CREDENCIAMENTO:** Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item  
**INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:**  
No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.  
No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)  
**HORÁRIO:** Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.  
**TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.**

Capinzal, 1 de outubro de 2015.  
ELISÂNGELA BAGNOLIN  
Diretora de Compras e Licitações

**PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0164/2015 PREGÃO PRESENCIAL 0096/2015**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0164/2015  
Pregão Presencial Nº 0096/2015

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para adequação do sistema de iluminação do Parque de Exposições Domingos Pelizzaro, as margens da SC 150, no município de Capinzal/SC.

**ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA:** Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 16/10/2015.

**CREDENCIAMENTO:** Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Global

**INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:**

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

**HORÁRIO:** Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

**TELEFONE** Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, **FAX** Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 1 de outubro de 2015.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 368/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 368/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina no uso de sua competência legal que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado- SC, Lei Municipal nº 0414 de 18.02.2009 e de acordo com a Ata do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, de 16.09.2015,

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros que irão compor o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural do Município de Chapadão do Lageado — SC, com o fim de deliberar sobre assuntos relacionados à Política de Desenvolvimento Rural, no âmbito do Município.

Parágrafo único. Os membros de que trata o “caput” do art. 1º, são os seguintes:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio

Titular: VALCENIR JOSE DE OLIVEIRA

Suplente: CHARLES RODRIGO MICHELS

Titular: WALMIR VIEIRA WOLFF JUNIOR

Suplente: VILMA ROSA CORREIA DE OLIVEIRA

II - Representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo

Titular: ADILSON HEINZ

Suplente: SINARA REGINA PRIM DE MELO

III - Representantes da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços urbanos

Titular: MARIO DA SILVA

Suplente: JOSMAR MONTEIRO DOS SANTOS

IV - Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Titular: GUILHERMINO BILK

Suplente: MARCIO MACIEL

V - Representantes da EPAGRI e CIDASC

Titular: GIOVANI EMANOEL CORREIA

Suplente: KETTLIN CAROLINE SILVA DE OLIVEIRA

VI - Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Titular: EDNEIA BILK PASSIG

Suplente: GLORIA GRAH BILK

VII - Representantes das Comunidades: Serra do Tanque, Ranchinho e Alto Rio Saltinho

Titular: IZOLETE DE OLIVEIRA PEREIRA

Suplente: JOÃO LINDOLFO CABRAL

VIII - Representantes das Comunidades: Alto Figueiredo e Figueiredo

Titular: ALCIDES VIEIRA

Suplente: ADIR FRANÇA

IX - Representantes das Comunidades: Rio Saltinho e Chapadão Rio do Meio

Titular: AGUSTINHO GUESSER

Suplente: JOSÉ INACIO

X - Representantes das Comunidades: Ilha Grande Sebold e Rio do Meio

Titular: GERACI FRANZ

Suplente: VENILDO DOS SANTOS

XI - Representantes das Comunidades: Rio Lageado e Florestal

Titular: CLAUDINEIA FRANCISCO

Suplente: AMANDIO OSMAR CORREIA

X - Representantes das Comunidades: Chapadão Figueiredo e Centro

Titular: LUIZ MONTEIRO

Suplente: ROGERIO CAPISTRANO

Art. 2º O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural terá uma comissão diretora que será formada pelo:

Presidente do Conselho – VALCENIR JOSE DE OLIVEIRA

Vice - Presidente – MARIO DA SILVA

1º Secretario – EDINEIA BILK PASSIG

2º Secretário – WALMIR VIEIRA WOLFF JUNIOR

Art. 3º A nomeação dos membros efetivos e dos suplentes terá a duração de 02 (dois) anos, podendo ser renovado por igual período.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 16.09.2015.

Art.5º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,  
30 de setembro de 2015.

ORLANDO PAUL

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA N.º020-2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº020/2015 de 30/09/2015.

NIBAR DA SILVA, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 78, § 4º da Lei Complementar nº008, de 23.12.99.

RESOLVE:

CONVOCAR PARA SERVIÇO OFICIAL OBRIGATÓRIO

Dirceu Pereira ocupante do cargo de Agente Administrativo parlamentar, em férias de acordo com a Portaria nº015/2015 de 25/08/2015, para serviço oficial obrigatório no dia 01/10/2015.

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado, 30 de setembro de 2015.

NIBAR DA SILVA

Presidente

# Chapécó

## PREFEITURA

### RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

MUNICÍPIO DE CHAPECO - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2014 A ABRIL/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	259.583.339,36	0,00
Pessoal Ativo	240.111.276,27	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	19.472.063,09	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	19.128.344,55	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	19.128.344,55	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>240.454.994,81</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>492.842.273,12</b>	<b>-</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)</b>	<b>240.454.994,81</b>	<b>48,79</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>266.134.827,48</b>	<b>54,00</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)</b>	<b>252.828.086,11</b>	<b>51,30</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)</b>	<b>239.521.344,74</b>	<b>48,60</b>

FONTE:

CHAPECO, 11/08/2015

JOSÉ CLÁUDIO CARAMORI  
Prefeito Municipal

ROBERTO ZOLET  
Contador Geral CRC/SC 025.778/O-9

GERALCI JOÃO AMPOLINI  
Secretário de Fazenda

MUNICÍPIO DE CHAPECÓ - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<b>DÍVIDA CONSOLIDADA</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015</b>		
		<b>Até o 1º Quadrimestre</b>	<b>Até o 2º Quadrimestre</b>	<b>Até o 3º Quadrimestre</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>60.660.175,07</b>	<b>60.747.633,40</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	60.660.175,07	60.747.633,40	0,00	0,00
Interna	35.154.641,30	36.515.835,15	0,00	0,00
Externa	25.505.533,77	24.231.798,25	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>149.425.284,92</b>	<b>190.173.164,88</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	174.573.670,40	192.139.819,08	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	21.028,43	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	25.148.385,48	1.987.682,63	0,00	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-88.765.109,85</b>	<b>-129.425.531,48</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>481.187.097,53</b>	<b>492.842.273,12</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]</b>	<b>12,61%</b>	<b>12,33%</b>		
<b>% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]</b>	<b>-18,45%</b>	<b>-26,26%</b>		<b>0,00%</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>577.424.517,04</b>	<b>591.410.727,74</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>519.682.065,33</b>	<b>532.269.654,97</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015</b>		
		<b>Até o 1º Quadrimestre</b>	<b>Até o 2º Quadrimestre</b>	<b>Até o 3º Quadrimestre</b>
<b>DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)</b>	<b>60.660.175,07</b>	<b>60.747.633,40</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	12.904.555,92	14.446.872,93	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	12.904.555,92	14.446.872,93	0,00	0,00
Previdenciárias	6.567.995,78	8.492.552,58	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	6.336.560,14	5.954.320,35	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	47.755.619,15	46.300.760,47	0,00	0,00

<b>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015</b>		
		<b>Até o 1º Quadrimestre</b>	<b>Até o 2º Quadrimestre</b>	<b>Até o 3º Quadrimestre</b>
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	1.864.219,54	4.685.307,66	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	560.398,35	0,00	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015</b>		
		<b>Até o 1º Quadrimestre</b>	<b>Até o 2º Quadrimestre</b>	<b>Até o 3º Quadrimestre</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>—</b>	<b>2.337,24</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.283,37	2.337,24	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	1.848.328,89	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE CHAPECO - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015

Continuação 2/2

<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>				
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015</b>		
		<b>Até o 1º Quadrimestre</b>	<b>Até o 2º Quadrimestre</b>	<b>Até o 3º Quadrimestre</b>
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>2.184.194,39</b>	<b>547.816,78</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>-2.337,24</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

CHAPECO, 11/08/2015

\_\_\_\_\_  
JOSÉ CLÁUDIO CARAMORI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ROBERTO ZOLET  
Contador Geral CRC/SC 025.778/O-9

\_\_\_\_\_  
GERALCI JOÃO AMPOLINI  
Secretário de Fazenda

FONTE:



MUNICÍPIO DE CHAPECO - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>481.187.097,53</b>	<b>492.842.273,12</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>105.861.161,46</b>	<b>108.425.300,09</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>95.275.045,31</b>	<b>97.582.770,08</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

CHAPECO, 11/08/2015

\_\_\_\_\_  
JOSÉ CLÁUDIO CARAMORI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ROBERTO ZOLET  
Contador Geral CRC/SC 025.778/O-9

\_\_\_\_\_  
GERALCI JOÃO AMPOLINI  
Secretário de Fazenda

MUNICÍPIO DE CHAPECO - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>90.000,00</b>	<b>90.000,00</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	90.000,00	90.000,00
Interna	90.000,00	90.000,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	90.000,00	90.000,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>1.991.442,44</b>	<b>1.991.442,44</b>
Parcelamentos de Dívidas	1.991.442,44	1.991.442,44
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	1.991.442,44	1.991.442,44
Previdenciárias	1.991.442,44	1.991.442,44
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>492.842.273,12</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>90.000,00</b>	<b>0,02</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>78.854.763,70</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>70.969.287,33</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>34.498.959,12</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>2.081.442,44</b>	<b>0,42</b>

FONTE:

CHAPECO, 11/08/2015

JOSÉ CLÁUDIO CARAMORI  
Prefeito Municipal

ROBERTO ZOLET  
Contador Geral CRC/SC 025.778/O-9

GERALCI JOÃO AMPOLINI  
Secretário de Fazenda

MUNICÍPIO DE CHAPECO - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 1º Quadrimestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	492.842.273,12	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	247.865.967,46	50,29
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	295.705.363,87	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	280.920.095,68	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-129.425.531,48	-26,26
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	591.410.727,74	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	108.425.300,09	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	90.000,00	0,02
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	78.854.763,70	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	34.498.959,12	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	117.121.853,67	90.709.774,81

FONTE:

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Município de CHAPECO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>666.961.000,00</b>	<b>666.961.000,00</b>	<b>89.056.793,24</b>	<b>13,35</b>	<b>191.536.754,43</b>	<b>28,72</b>	<b>475.424.245,57</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>591.338.000,00</b>	<b>591.338.000,00</b>	<b>88.449.335,13</b>	<b>14,96</b>	<b>190.139.017,60</b>	<b>32,15</b>	<b>401.198.982,40</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	145.013.000,00	145.013.000,00	20.674.595,90	14,26	54.687.443,91	37,71	90.325.556,09
IMPOSTOS	117.000.000,00	117.000.000,00	16.200.666,94	13,85	38.466.274,69	32,88	78.533.725,31
TAXAS	26.928.000,00	26.928.000,00	4.437.743,82	16,48	16.181.290,97	60,09	10.746.709,03
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.085.000,00	1.085.000,00	36.185,14	3,34	39.878,25	3,68	1.045.121,75
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	22.066.000,00	22.066.000,00	4.627.650,55	20,97	9.811.739,90	44,47	12.254.260,10
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	15.858.000,00	15.858.000,00	2.822.063,73	17,80	6.584.324,03	41,52	9.273.675,97
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	6.208.000,00	6.208.000,00	1.805.586,82	29,08	3.227.415,87	51,99	2.980.584,13
RECEITA PATRIMONIAL	17.729.000,00	17.729.000,00	3.627.793,08	20,46	7.322.205,89	41,30	10.406.794,11
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	707.000,00	707.000,00	21.521,27	3,04	30.288,96	4,28	676.711,04
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	16.880.000,00	16.880.000,00	3.250.509,75	19,26	6.786.963,48	40,21	10.093.036,52
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0,00	0,00	242.844,77	0,00	346.072,36	0,00	-346.072,36
Outras Receitas Patrimoniais	142.000,00	142.000,00	112.917,29	79,52	158.881,09	111,89	-16.881,09
RECEITA AGROPECUÁRIA	281.000,00	281.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	281.000,00
Outras Receitas Agropecuárias	281.000,00	281.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	281.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	104.000,00	104.000,00	602.525,36	579,35	650.953,25	625,92	-546.953,25
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	378.476.000,00	378.476.000,00	55.771.531,72	14,74	111.952.977,98	29,58	266.523.022,02
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	368.698.000,00	368.698.000,00	54.803.705,83	14,86	110.845.799,91	30,06	257.852.200,09
Transf. de Instituições Privadas	34.000,00	34.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.000,00
Transf. de Pessoas	34.000,00	34.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.000,00
Transf. de Conv.	9.710.000,00	9.710.000,00	967.825,89	9,97	1.107.178,07	11,40	8.602.821,93
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	27.669.000,00	27.669.000,00	3.145.238,52	11,37	5.713.696,67	20,65	21.955.303,33
Multas e Juros de Mora	8.993.000,00	8.993.000,00	1.612.803,41	17,93	2.964.235,85	32,96	6.028.764,15
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.232.000,00	6.232.000,00	208.933,91	3,35	381.102,09	6,12	5.850.897,91
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	6.134.000,00	6.134.000,00	365.548,51	5,96	701.137,80	11,43	5.432.862,20
RECEITAS DIVERSAS	6.310.000,00	6.310.000,00	957.952,69	15,18	1.667.220,93	26,42	4.642.779,07
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>75.623.000,00</b>	<b>75.623.000,00</b>	<b>607.458,11</b>	<b>0,80</b>	<b>1.397.736,83</b>	<b>1,85</b>	<b>74.225.263,17</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	22.669.000,00	22.669.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.669.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	11.654.000,00	11.654.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.654.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	11.015.000,00	11.015.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.015.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	773.000,00	773.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	773.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	221.000,00	221.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	221.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	552.000,00	552.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	552.000,00

Continua 1/4

Município de CHAPECÓ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)	666.961.000,00	671.466.839,93	75.211.304,34	315.527.153,03	97,46	355.939.686,90	99.850.446,05	198.204.997,87	96,01	473.261.842,06
Legislativa	13.265.000,00	13.265.000,00	1.422.402,82	4.468.600,78	1,38	8.796.399,22	1.666.854,59	3.174.532,74	1,54	10.090.467,26
Ação Legislativa	13.265.000,00	13.265.000,00	1.422.402,82	4.468.600,78	1,38	8.796.399,22	1.666.854,59	3.174.532,74	1,54	10.090.467,26
Administração	41.234.000,00	41.234.000,00	8.508.896,85	19.692.935,87	6,08	21.541.064,13	7.118.479,51	13.299.071,46	6,44	27.934.928,54
Administração Geral	26.933.000,00	26.933.000,00	3.976.942,50	11.706.042,22	3,62	15.226.957,78	4.574.318,96	8.966.612,04	4,34	17.966.387,96
Administração Financeira	958.000,00	958.000,00	149.669,79	339.493,10	0,10	618.506,90	167.211,73	304.996,72	0,15	653.003,28
Controle Interno	1.544.000,00	1.544.000,00	158.886,10	420.294,74	0,13	1.123.705,26	230.283,59	419.718,74	0,20	1.124.281,26
Tecnologia da Informatização	1.312.000,00	1.312.000,00	174.978,48	404.323,46	0,12	907.676,54	199.785,23	336.123,46	0,16	975.876,54
Administração de Receitas	4.923.000,00	4.923.000,00	637.036,65	1.664.538,62	0,51	3.258.461,38	722.900,05	1.641.093,12	0,79	3.281.906,88
Comunicação Social	5.564.000,00	5.564.000,00	3.411.385,33	5.158.243,73	1,59	405.756,27	1.223.979,95	1.630.527,38	0,79	3.933.472,62
Segurança Pública	16.887.000,00	16.887.000,00	1.064.185,61	8.756.765,16	2,70	8.130.234,84	2.486.209,79	5.152.892,92	2,50	11.734.107,08
Policimento	13.636.000,00	13.636.000,00	843.869,18	6.950.720,43	2,15	6.685.279,57	1.847.055,89	4.076.794,67	1,97	9.559.205,33
Defesa Civil	3.251.000,00	3.251.000,00	220.316,43	1.806.044,73	0,56	1.444.955,27	639.153,90	1.076.098,25	0,52	2.174.901,75
Assistência Social	24.056.000,00	26.708.600,00	3.867.191,38	9.865.763,84	3,05	16.842.836,16	3.503.335,12	6.294.698,58	3,05	20.413.901,42
Assistência ao Idoso	1.443.000,00	1.913.100,00	247.373,96	483.095,67	0,15	1.430.004,33	207.039,23	269.673,02	0,13	1.643.426,98
Assistência ao Portador de Deficiência	3.895.000,00	4.508.100,00	1.523.861,59	2.290.133,98	0,71	2.217.966,02	860.080,81	1.259.223,15	0,61	3.248.876,85
Assistência à Criança e ao Adolescente	2.610.000,00	3.258.000,00	391.748,69	771.034,68	0,24	2.486.965,32	343.588,37	573.490,96	0,28	2.684.509,04
Assistência Comunitária	16.108.000,00	17.029.400,00	1.704.207,14	6.321.499,51	1,95	10.707.900,49	2.092.626,71	4.192.311,45	2,03	12.837.088,55
Previdência Social	57.101.000,00	57.101.000,00	4.299.626,99	8.682.029,39	2,68	48.418.970,61	4.361.616,11	8.481.727,90	4,11	48.619.272,10
Previdência do Regime Estatutário	57.101.000,00	57.101.000,00	4.299.626,99	8.682.029,39	2,68	48.418.970,61	4.361.616,11	8.481.727,90	4,11	48.619.272,10
Saúde	205.509.000,00	204.909.000,00	23.470.367,87	139.556.666,97	43,10	65.352.333,03	33.194.228,47	75.129.922,55	36,39	129.779.077,45
Atenção Básica	91.746.000,00	91.146.000,00	14.814.306,71	43.784.979,96	13,52	47.361.020,04	13.175.515,62	33.425.710,08	16,19	57.720.289,92
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	95.935.000,00	95.935.000,00	7.036.855,67	82.181.238,54	25,38	13.753.761,46	15.780.721,25	34.014.569,13	16,48	61.920.430,87
Suporte Profilático e Terapêutico	2.192.000,00	2.192.000,00	295.245,46	760.215,99	0,23	1.431.784,01	319.015,84	752.615,85	0,36	1.439.384,15
Vigilância Sanitária	1.965.000,00	1.965.000,00	323.960,03	664.838,03	0,21	1.300.161,97	269.908,61	547.545,61	0,27	1.417.454,39
Alimentação e Nutrição	13.671.000,00	13.671.000,00	1.000.000,00	12.165.394,45	3,76	1.505.605,55	3.649.067,15	6.389.481,88	3,10	7.281.518,12
Educação	124.492.000,00	126.945.239,93	20.059.559,87	49.917.509,75	15,42	77.027.730,18	26.105.019,90	43.996.213,65	21,31	82.949.026,28
Ensino Fundamental	80.493.000,00	82.499.034,81	14.234.311,49	32.439.789,46	10,02	50.059.245,35	18.115.988,20	29.263.258,06	14,17	53.235.776,75
Ensino Profissional	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00
Ensino Superior	108.000,00	108.000,00	66,21	66,21	0,00	107.933,79	66,21	66,21	0,00	107.933,79
Educação Infantil	43.099.000,00	43.099.000,00	5.748.277,09	16.953.604,60	5,24	26.145.395,40	7.688.145,33	14.432.069,22	6,99	28.666.930,78
Educação Especial	737.000,00	1.184.205,12	76.905,08	524.049,48	0,16	660.155,64	300.820,16	300.820,16	0,15	883.384,96
Cultura	5.022.000,00	5.022.000,00	918.418,61	1.804.212,48	0,56	3.217.787,52	915.696,87	1.453.078,73	0,70	3.568.921,27
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	665.000,00	665.000,00	112.034,84	313.712,94	0,10	351.287,06	174.006,72	242.997,59	0,12	422.002,41
Difusão Cultural	4.357.000,00	4.357.000,00	806.383,77	1.490.499,54	0,46	2.866.500,46	741.690,15	1.210.081,14	0,59	3.146.918,86

Continua 1/4

Município de CHAPECÓ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)</b>	666.961.000,00	671.466.839,93	75.211.304,34	315.527.153,03	97,46	355.939.686,90	99.850.446,05	198.204.997,87	96,01	473.261.842,06
Direitos da Cidadania	1.260.000,00	1.260.000,00	102.768,18	323.547,69	0,10	936.452,31	149.449,06	280.700,01	0,14	979.299,99
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1.260.000,00	1.260.000,00	102.768,18	323.547,69	0,10	936.452,31	149.449,06	280.700,01	0,14	979.299,99
Urbanismo	86.460.000,00	86.460.000,00	7.909.684,96	28.654.862,28	8,85	57.805.137,72	8.298.577,23	15.040.986,35	7,29	71.419.013,65
Infra-Estrutura Urbana	78.944.000,00	78.944.000,00	6.209.383,50	25.077.475,25	7,75	53.866.524,75	7.111.540,48	12.679.291,05	6,14	66.264.708,95
Serviços Urbanos	6.319.000,00	6.319.000,00	1.700.301,46	3.577.387,03	1,10	2.741.612,97	1.187.036,75	2.361.695,30	1,14	3.957.304,70
Transportes Coletivos Urbanos	1.197.000,00	1.197.000,00	0,00	0,00	0,00	1.197.000,00	0,00	0,00	0,00	1.197.000,00
Habitação	9.980.000,00	9.980.000,00	210.711,11	1.793.214,13	0,55	8.186.785,87	393.437,74	732.229,42	0,35	9.247.770,58
Habitação Urbana	9.980.000,00	9.980.000,00	210.711,11	1.793.214,13	0,55	8.186.785,87	393.437,74	732.229,42	0,35	9.247.770,58
Saneamento	17.945.000,00	17.945.000,00	231.150,00	10.291.572,62	3,18	7.653.427,38	4.802.379,00	8.532.068,44	4,13	9.412.931,56
Saneamento Básico Urbano	17.945.000,00	17.945.000,00	231.150,00	10.291.572,62	3,18	7.653.427,38	4.802.379,00	8.532.068,44	4,13	9.412.931,56
Gestão Ambiental	1.383.000,00	1.383.000,00	226.724,92	424.554,94	0,13	958.445,06	161.209,34	259.753,56	0,13	1.123.246,44
Controle Ambiental	1.383.000,00	1.383.000,00	226.724,92	424.554,94	0,13	958.445,06	161.209,34	259.753,56	0,13	1.123.246,44
Ciência e Tecnologia	220.000,00	220.000,00	13.388,90	24.023,90	0,01	195.976,10	13.388,90	24.023,90	0,01	195.976,10
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	220.000,00	220.000,00	13.388,90	24.023,90	0,01	195.976,10	13.388,90	24.023,90	0,01	195.976,10
Agricultura	6.056.000,00	6.056.000,00	655.710,88	2.254.347,59	0,70	3.801.652,41	623.217,21	1.778.496,73	0,86	4.277.503,27
Promoção da Produção Vegetal	820.000,00	820.000,00	0,00	0,00	0,00	820.000,00	0,00	0,00	0,00	820.000,00
Defesa Sanitária Animal	696.000,00	696.000,00	95.169,38	256.522,68	0,08	439.477,32	146.072,85	256.522,68	0,12	439.477,32
Abastecimento	416.000,00	416.000,00	35.715,23	99.137,17	0,03	316.862,83	54.692,90	94.330,92	0,05	321.669,08
Extensão Rural	4.124.000,00	4.124.000,00	524.826,27	1.898.687,74	0,59	2.225.312,26	422.451,46	1.427.643,13	0,69	2.696.356,87
Indústria	1.964.000,00	1.964.000,00	244.008,53	509.008,53	0,16	1.454.991,47	244.008,53	364.996,74	0,18	1.599.003,26
Promoção Industrial	1.964.000,00	1.964.000,00	244.008,53	509.008,53	0,16	1.454.991,47	244.008,53	364.996,74	0,18	1.599.003,26
Comércio e Serviços	10.349.000,00	10.349.000,00	742.494,93	1.973.416,50	0,61	8.375.583,50	516.435,23	1.326.139,28	0,64	9.022.860,72
Promoção Comercial	9.356.000,00	9.356.000,00	692.719,70	1.463.905,54	0,45	7.892.094,46	503.573,36	911.247,64	0,44	8.444.752,36
Turismo	993.000,00	993.000,00	49.775,23	509.510,96	0,16	483.489,04	12.861,87	414.891,64	0,20	578.108,36
Energia	6.685.000,00	6.685.000,00	170.651,68	4.401.249,22	1,36	2.283.750,78	1.111.028,55	2.046.449,20	0,99	4.638.550,80
Energia Elétrica	6.685.000,00	6.685.000,00	170.651,68	4.401.249,22	1,36	2.283.750,78	1.111.028,55	2.046.449,20	0,99	4.638.550,80
Transporte	2.728.000,00	2.728.000,00	127.113,37	1.382.801,67	0,43	1.345.198,33	439.202,08	805.365,48	0,39	1.922.634,52
Transporte Aéreo	2.728.000,00	2.728.000,00	127.113,37	1.382.801,67	0,43	1.345.198,33	439.202,08	805.365,48	0,39	1.922.634,52
Desporto e Lazer	11.860.000,00	11.860.000,00	854.694,90	3.136.955,30	0,97	8.723.044,70	1.236.222,82	2.560.710,49	1,24	9.299.289,51
Desporto de Rendimento	2.283.000,00	2.283.000,00	0,00	464.060,48	0,14	1.818.939,52	0,00	318.000,00	0,15	1.965.000,00
Desporto Comunitário	9.577.000,00	9.577.000,00	854.694,90	2.672.894,82	0,83	6.904.105,18	1.236.222,82	2.242.710,49	1,09	7.334.289,51
Encargos Especiais	21.725.000,00	21.725.000,00	111.549,98	17.613.114,42	5,44	4.111.885,58	2.510.450,00	7.470.939,74	3,62	14.254.060,26
Serviço da Dívida Interna	7.000.000,00	7.000.000,00	0,00	6.769.562,78	2,09	230.437,22	405.176,26	2.560.230,61	1,24	4.439.769,39
Outros Encargos Especiais	14.725.000,00	14.725.000,00	111.549,98	10.843.551,64	3,35	3.881.448,36	2.105.273,74	4.910.709,13	2,38	8.814.290,87
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	780.000,00	780.000,00	0,00	0,00	0,00	780.000,00	0,00	0,00	0,00	780.000,00

Continua 2/4

Município de CHAPECO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	24.159.000,00	24.759.000,00	3.424.153,63	8.238.989,52	2,54	16.520.010,48	3.424.959,19	8.238.989,52	3,99	16.520.010,48
Legislativa	345.000,00	345.000,00	51.291,94	96.344,70	0,03	248.655,30	51.291,94	96.344,70	0,05	248.655,30
Ação Legislativa	345.000,00	345.000,00	51.291,94	96.344,70	0,03	248.655,30	51.291,94	96.344,70	0,05	248.655,30
Administração	2.608.000,00	2.608.000,00	374.191,54	835.419,93	0,26	1.772.580,07	374.191,54	835.419,93	0,40	1.772.580,07
Administração Geral	1.655.000,00	1.655.000,00	247.094,72	558.038,84	0,17	1.096.961,16	247.094,72	558.038,84	0,27	1.096.961,16
Administração Financeira	65.000,00	65.000,00	7.188,15	16.561,18	0,01	48.438,82	7.188,15	16.561,18	0,01	48.438,82
Controle Interno	109.000,00	109.000,00	14.614,65	32.806,41	0,01	76.193,59	14.614,65	32.806,41	0,02	76.193,59
Tecnologia da Informatização	101.000,00	101.000,00	13.129,57	30.063,78	0,01	70.936,22	13.129,57	30.063,78	0,01	70.936,22
Administração de Receitas	663.000,00	663.000,00	90.435,39	194.055,11	0,06	468.944,89	90.435,39	194.055,11	0,09	468.944,89
Comunicação Social	15.000,00	15.000,00	1.729,06	3.894,61	0,00	11.105,39	1.729,06	3.894,61	0,00	11.105,39
Segurança Pública	637.000,00	637.000,00	68.747,66	159.759,40	0,05	477.240,60	68.747,66	159.759,40	0,08	477.240,60
Policimento	578.000,00	578.000,00	57.304,87	135.851,96	0,04	442.148,04	57.304,87	135.851,96	0,07	442.148,04
Defesa Civil	59.000,00	59.000,00	11.442,79	23.907,44	0,01	35.092,56	11.442,79	23.907,44	0,01	35.092,56
Assistência Social	1.076.000,00	1.076.000,00	148.834,46	324.620,74	0,10	751.379,26	148.834,46	324.620,74	0,16	751.379,26
Assistência ao Portador de Deficiência	352.000,00	352.000,00	40.724,29	103.259,08	0,03	248.740,92	40.724,29	103.259,08	0,05	248.740,92
Assistência à Criança e ao Adolescente	109.000,00	109.000,00	12.626,01	31.845,13	0,01	77.154,87	12.626,01	31.845,13	0,02	77.154,87
Assistência Comunitária	615.000,00	615.000,00	95.484,16	189.516,53	0,06	425.483,47	95.484,16	189.516,53	0,09	425.483,47
Previdência Social	34.000,00	34.000,00	0,00	0,00	0,00	34.000,00	0,00	0,00	0,00	34.000,00
Previdência do Regime Estatutário	34.000,00	34.000,00	0,00	0,00	0,00	34.000,00	0,00	0,00	0,00	34.000,00
Saúde	8.085.000,00	8.085.000,00	1.227.519,82	2.855.740,10	0,88	5.829.259,90	1.228.325,38	2.855.740,10	1,38	5.829.259,90
Atenção Básica	6.837.000,00	7.437.000,00	795.148,25	1.978.378,54	0,61	5.458.621,46	795.953,81	1.978.378,54	0,96	5.458.621,46
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	708.000,00	708.000,00	348.975,79	674.463,23	0,21	33.536,77	348.975,79	674.463,23	0,33	33.536,77
Suporte Profilático e Terapêutico	374.000,00	374.000,00	56.411,89	137.265,22	0,04	236.734,78	56.411,89	137.265,22	0,07	236.734,78
Vigilância Sanitária	166.000,00	166.000,00	26.983,89	65.633,11	0,02	100.366,89	26.983,89	65.633,11	0,03	100.366,89
Educação	8.145.000,00	8.145.000,00	1.103.208,15	2.685.778,77	0,83	5.459.221,23	1.103.208,15	2.685.778,77	1,30	5.459.221,23
Ensino Fundamental	5.641.000,00	5.641.000,00	856.430,30	2.083.275,94	0,64	3.557.724,06	856.430,30	2.083.275,94	1,01	3.557.724,06
Educação Infantil	2.504.000,00	2.504.000,00	246.777,85	602.502,83	0,19	1.901.497,17	246.777,85	602.502,83	0,29	1.901.497,17
Cultura	205.000,00	205.000,00	30.019,70	75.417,28	0,02	129.582,72	30.019,70	75.417,28	0,04	129.582,72
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	91.000,00	91.000,00	11.313,70	25.510,28	0,01	65.489,72	11.313,70	25.510,28	0,01	65.489,72
Difusão Cultural	114.000,00	114.000,00	18.706,00	49.907,00	0,02	64.093,00	18.706,00	49.907,00	0,02	64.093,00
Direitos da Cidadania	84.000,00	84.000,00	7.748,27	18.936,26	0,01	65.063,74	7.748,27	18.936,26	0,01	65.063,74
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	84.000,00	84.000,00	7.748,27	18.936,26	0,01	65.063,74	7.748,27	18.936,26	0,01	65.063,74
Urbanismo	1.991.000,00	1.991.000,00	282.602,67	896.050,11	0,28	1.094.949,89	282.602,67	896.050,11	0,43	1.094.949,89
Infra-Estrutura Urbana	1.451.000,00	1.451.000,00	206.993,23	534.065,74	0,16	916.934,26	206.993,23	534.065,74	0,26	916.934,26
Serviços Urbanos	540.000,00	540.000,00	75.609,44	361.984,37	0,11	178.015,63	75.609,44	361.984,37	0,18	178.015,63

Continua 3/4



Município de CHAPECO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	24.159.000,00	24.759.000,00	3.424.153,63	8.238.989,52	2,54	16.520.010,48	3.424.959,19	8.238.989,52	3,99	16.520.010,48
Habitação	128.000,00	128.000,00	20.517,73	46.752,30	0,01	81.247,70	20.517,73	46.752,30	0,02	81.247,70
Habitação Urbana	128.000,00	128.000,00	20.517,73	46.752,30	0,01	81.247,70	20.517,73	46.752,30	0,02	81.247,70
Gestão Ambiental	122.000,00	122.000,00	12.902,51	29.158,25	0,01	92.841,75	12.902,51	29.158,25	0,01	92.841,75
Controle Ambiental	122.000,00	122.000,00	12.902,51	29.158,25	0,01	92.841,75	12.902,51	29.158,25	0,01	92.841,75
Agricultura	303.000,00	303.000,00	34.955,26	79.515,02	0,02	223.484,98	34.955,26	79.515,02	0,04	223.484,98
Defesa Sanitária Animal	109.000,00	109.000,00	15.447,63	34.849,39	0,01	74.150,61	15.447,63	34.849,39	0,02	74.150,61
Abastecimento	52.000,00	52.000,00	5.408,84	12.092,84	0,00	39.907,16	5.408,84	12.092,84	0,01	39.907,16
Extensão Rural	142.000,00	142.000,00	14.098,79	32.572,79	0,01	109.427,21	14.098,79	32.572,79	0,02	109.427,21
Comércio e Serviços	127.000,00	127.000,00	22.965,40	50.110,90	0,02	76.889,10	22.965,40	50.110,90	0,02	76.889,10
Promoção Comercial	127.000,00	127.000,00	22.965,40	50.110,90	0,02	76.889,10	22.965,40	50.110,90	0,02	76.889,10
Transporte	61.000,00	61.000,00	9.149,36	18.942,45	0,01	42.057,55	9.149,36	18.942,45	0,01	42.057,55
Transporte Aéreo	61.000,00	61.000,00	9.149,36	18.942,45	0,01	42.057,55	9.149,36	18.942,45	0,01	42.057,55
Desporto e Lazer	208.000,00	208.000,00	29.499,16	66.443,31	0,02	141.556,69	29.499,16	66.443,31	0,03	141.556,69
Desporto Comunitário	208.000,00	208.000,00	29.499,16	66.443,31	0,02	141.556,69	29.499,16	66.443,31	0,03	141.556,69
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>691.120.000,00</b>	<b>696.225.839,93</b>	<b>78.635.457,97</b>	<b>323.766.142,55</b>	<b>100,00</b>	<b>372.459.697,38</b>	<b>103.275.405,24</b>	<b>206.443.987,39</b>	<b>100,00</b>	<b>489.781.852,54</b>

FONTE:

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de CHAPECO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2014 A ABRIL/2015

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)														R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015	
	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Set/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>43.214.167,93</b>	<b>44.847.264,20</b>	<b>45.443.832,13</b>	<b>31.422.284,33</b>	<b>42.328.140,10</b>	<b>43.816.690,92</b>	<b>44.029.281,27</b>	<b>48.008.742,17</b>	<b>49.070.256,94</b>	<b>58.243.196,77</b>	<b>45.428.658,09</b>	<b>49.016.635,98</b>	<b>544.769.163,83</b>	<b>632.074.000,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	7.646.110,48	8.511.365,24	9.460.314,43	7.626.770,35	9.440.372,59	9.113.839,27	8.382.223,45	8.814.943,08	10.413.190,26	23.599.697,75	11.510.670,84	9.163.925,05	123.683.382,80	145.013.000,00
L.P.T.U.	966.424,56	1.057.877,86	992.315,70	869.947,47	919.098,33	1.024.387,11	894.294,42	1.057.865,58	1.662.260,93	8.879.044,17	1.833.008,38	928.198,69	21.034.723,10	29.760.000,00
I.R.R.F.	966.616,84	1.420.944,38	1.057.731,09	473.896,46	1.510.159,86	995.119,37	973.443,42	714.561,02	996.966,35	663.738,50	2.059.076,43	1.205.262,49	12.547.376,23	14.280.000,00
I.S.S.	3.849.941,18	3.633.284,64	4.060.927,07	4.073.616,67	4.621.716,87	4.548.841,39	4.484.797,41	4.615.823,73	4.156.711,74	4.067.839,76	4.156.498,11	4.476.966,34	50.746.967,91	59.340.000,00
I.T.B.I.	1.051.668,17	1.068.690,97	1.057.966,56	1.004.054,51	1.157.446,96	1.119.834,95	950.793,80	1.126.303,16	947.584,05	951.521,65	949.558,95	591.086,65	11.976.522,98	13.620.000,00
Outras Receitas Tributárias	1.212.460,73	1.320.667,39	2.291.374,01	1.215.250,24	1.231.950,55	1.466.696,45	1.118.894,40	1.300.369,59	2.709.686,59	9.037.553,67	2.512.529,97	1.961.398,99	27.377.792,58	28.013.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.449.402,21	3.489.296,67	1.794.625,47	1.853.451,11	1.810.042,11	1.876.222,78	1.880.485,05	1.103.233,36	2.855.075,57	2.329.913,78	2.107.366,69	2.520.283,66	25.071.476,56	22.066.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	2.203.444,62	1.473.132,35	1.781.553,22	2.163.686,70	973.486,58	1.786.729,68	1.796.401,36	1.225.746,74	2.187.119,75	1.507.230,06	1.833.514,75	1.794.278,33	20.736.391,14	17.729.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	281.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	4.454,80	9.520,27	9.107,86	16.224,27	29.146,91	136.321,58	12.605,15	89.154,01	19.427,47	29.000,42	365.514,05	217.011,31	956.498,10	104.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	30.498.970,79	30.172.029,92	31.196.224,17	18.629.194,56	28.780.249,57	29.360.540,06	30.596.205,14	34.941.891,28	31.423.378,34	30.381.838,16	27.865.621,24	33.901.869,42	357.747.979,56	419.212.000,00
Cota-Parte do F.P.M.	5.021.421,63	3.765.742,11	3.234.296,04	3.928.119,36	3.444.201,64	3.255.125,25	4.308.574,52	9.415.956,26	2.743.915,93	5.338.648,37	3.868.421,18	4.196.636,84	52.541.959,13	57.600.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	7.520.499,44	7.629.730,23	7.990.193,11	7.438.391,48	7.975.774,15	8.223.034,21	9.072.225,78	8.738.560,81	8.741.666,70	7.898.741,26	7.874.304,05	8.464.255,67	96.667.376,89	111.300.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	2.636.184,35	2.439.470,25	2.715.357,71	2.403.442,48	2.491.538,30	2.087.359,01	1.202.575,87	755.218,22	1.324.532,51	1.774.537,66	2.538.404,41	2.662.567,27	25.031.188,04	32.760.000,00
Cota-Parte do ITR	430,08	322,85	0,00	0,00	14.765,63	50.293,30	2.993,28	24.773,79	3.030,55	1.033,97	837,60	1.024,29	99.405,54	60.000,00
Outras Transferências Correntes	9.516.256,84	10.841.636,41	13.053.715,42	-593.048,01	9.290.385,83	9.950.813,73	9.942.559,64	9.944.387,32	12.549.582,80	9.834.090,95	8.155.512,59	12.595.070,80	115.070.444,32	145.372.000,00
Transferências da LC 611/1996	123.115,12	117.260,61	120.463,17	124.170,89	116.851,24	125.137,86	143.895,55	141.785,61	183.548,40	109.202,95	107.129,67	112.199,49	1.524.560,46	1.580.000,00
Transferências da LC 87/1996	33.231,92	33.231,92	33.231,92	33.231,92	33.231,92	33.231,92	33.231,92	66.463,84	0,00	0,00	0,00	134.016,49	433.103,77	380.000,00
Transferências do FUNDEB	5.647.731,32	5.344.635,54	4.948.966,80	5.293.896,44	5.402.500,86	5.644.550,78	5.892.948,58	5.854.925,43	5.877.101,45	5.435.584,00	5.301.011,64	5.736.098,57	66.379.941,41	70.160.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.411.885,12	1.191.919,75	1.202.006,98	1.132.955,34	1.208.940,34	1.523.034,55	1.396.381,12	1.824.173,70	2.172.165,55	366.352,60	1.725.970,32	1.419.268,20	16.573.433,57	27.669.000,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>4.387.039,31</b>	<b>4.149.968,27</b>	<b>3.941.995,54</b>	<b>4.246.854,41</b>	<b>4.113.588,11</b>	<b>4.158.115,30</b>	<b>4.297.585,34</b>	<b>4.432.379,22</b>	<b>4.748.183,14</b>	<b>4.637.846,40</b>	<b>4.289.392,06</b>	<b>4.528.530,61</b>	<b>51.926.690,71</b>	<b>62.327.000,00</b>
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	48.664,18	48.664,18	0,00	123.697,35	0,00	107.709,50	49.654,72	99.309,44	0,00	0,00	0,00	0,00	477.699,37	5.733.000,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	809.655,06	834.767,26	809.995,94	821.767,82	820.885,48	819.070,22	819.725,69	851.431,65	1.602.670,34	904.892,69	917.617,25	925.177,29	10.937.656,69	11.482.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	3.066.976,29	2.797.151,39	2.638.766,01	2.785.671,01	2.815.272,30	2.754.826,00	2.952.639,13	3.389.074,64	2.599.336,58	3.024.432,66	2.861.819,17	3.114.139,77	34.820.106,95	40.736.000,00
Outras Contribuições Sociais	451.743,78	469.385,44	493.142,59	598.716,23	477.430,33	477.569,58	475.563,80	62.954,49	545.174,22	708.523,05	489.956,64	489.313,55	5.691.417,70	4.376.000,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I) - (II)</b>	<b>38.827.128,62</b>	<b>40.697.295,93</b>	<b>41.501.836,59</b>	<b>27.181.429,92</b>	<b>38.115.551,99</b>	<b>39.658.575,62</b>	<b>39.731.695,93</b>	<b>43.576.371,95</b>	<b>44.322.073,80</b>	<b>53.605.348,37</b>	<b>41.139.266,03</b>	<b>44.488.005,37</b>	<b>492.842.273,12</b>	<b>569.747.000,00</b>
FONTE:														

Município de CHAPECO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	32.976.000,00	32.976.000,00	10.268.546,79	9.274.654,64
RECEITAS CORRENTES	32.976.000,00	32.976.000,00	10.268.546,79	9.274.654,64
Receita de Contribuições dos Segurados	11.482.000,00	11.482.000,00	4.350.357,57	3.809.221,87
Pessoal Civil	11.482.000,00	11.482.000,00	4.350.357,57	3.809.221,87
Ativo	11.308.000,00	11.308.000,00	4.293.079,00	3.758.920,55
Inativo	174.000,00	174.000,00	57.278,57	50.301,32
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	15.683.000,00	15.683.000,00	5.917.575,76	5.273.261,37
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	15.683.000,00	15.683.000,00	5.917.575,76	5.273.261,37
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	5.811.000,00	5.811.000,00	613,46	192.171,40
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	5.733.000,00	5.733.000,00	0,00	192.094,29
Demais Receitas Correntes	78.000,00	78.000,00	613,46	77,11
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	24.159.000,00	24.159.000,00	8.467.712,06	8.338.314,65
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>57.135.000,00</b>	<b>57.135.000,00</b>	<b>18.736.258,85</b>	<b>17.612.969,29</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	32.942.000,00	32.942.000,00	8.682.029,39	8.128.754,23
ADMINISTRAÇÃO	331.000,00	331.000,00	2.150,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	331.000,00	331.000,00	2.150,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	32.611.000,00	32.611.000,00	8.679.879,39	8.128.754,23
Pessoal Civil	0,00	0,00	8.234.249,31	7.922.651,22
Aposentadorias	0,00	0,00	5.422.679,35	5.422.679,35
Pensões	0,00	0,00	1.030.046,41	839.107,11
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	1.781.523,55	2.699.797,26

Continua 1/3

Município de CHAPECÓ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	32.611.000,00	32.611.000,00	445.630,08	206.103,01	245.328,59	206.103,01
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	32.611.000,00	32.611.000,00	445.630,08	206.103,01	245.328,59	206.103,01
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	34.000,00	34.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	32.976.000,00	32.976.000,00	8.682.029,39	8.128.754,23	8.481.727,90	8.128.754,23
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)	24.159.000,00	24.159.000,00	-	-	10.254.530,95	9.484.215,06
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	APORTES REALIZADOS					
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						0,00
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
Valor	24.159.000,00					
BENS E DIREITOS DO RPPS		PERÍODO DE REFERÊNCIA				
		2015		2014		
Caixa		0,00	0,00			
Bancos Conta Movimento		2.337,24	1.351.310,30			
Investimentos		0,00	98.326.119,53			
Outros Bens e Direitos		0,00	0,00			
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre/2015		Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	24.159.000,00	24.159.000,00	8.467.712,06		8.338.314,65	
RECEITAS CORRENTES (VIII)	24.159.000,00	24.159.000,00	8.467.712,06		8.338.314,65	
Receita de Contribuições Patronais	24.159.000,00	24.159.000,00	8.085.472,27		8.068.714,22	
Pessoal Civil	24.159.000,00	24.159.000,00	8.085.472,27		8.068.714,22	

Continua 2/3

Município de CHAPECO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Ativo	24.159.000,00	24.159.000,00	8.085.472,27	8.068.714,22
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	382.239,79	269.600,43
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	24.159.000,00	24.159.000,00	8.467.712,06	8.338.314,65

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	34.000,00	34.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO (XII)	34.000,00	34.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	34.000,00	34.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)	34.000,00	34.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Município de CHAPECO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 28 Fev 2015 (B)	Em 30 Abr 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	60.660.175,07	59.131.487,01	60.747.633,40
DEDUÇÕES (II)	149.425.284,92	180.041.826,31	190.173.164,88
Disponibilidade de Caixa Bruta	174.573.670,40	188.938.897,78	192.139.819,08
Demais Haveres Financeiros	0,00	15.115,62	21.028,43
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	25.148.385,48	8.912.187,09	1.987.682,63
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-88.765.109,85	-120.910.339,30	-129.425.531,48
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	1.991.442,44
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-88.765.109,85</b>	<b>-120.910.339,30</b>	<b>-131.416.973,92</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2015 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-10.506.634,62</b>	<b>-42.651.864,07</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-3.411.000,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 28 Fev 2015 (B)	Em 30 Abr 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	—	2.310,10	2.337,24
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.283,37	2.310,10	2.337,24
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	1.848.328,89	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	-2.310,10	-2.337,24
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>-2.310,10</b>	<b>-2.337,24</b>

FONTE:



Município de CHAPECÓ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	598.617.000,00	191.819.766,18	180.225.610,63
Receita Tributária	145.013.000,00	54.687.443,91	48.473.431,98
I.P.T.U.	29.760.000,00	13.302.512,07	11.708.163,45
I.S.S.	59.340.000,00	16.858.015,95	14.869.185,32
I.T.B.I.	13.620.000,00	3.439.763,90	3.548.215,39
I.R.R.F.	14.280.000,00	4.865.982,77	3.600.753,29
Outras Receitas Tributárias	28.013.000,00	16.221.169,22	14.747.114,53
Receita de Contribuição	46.225.000,00	18.279.451,96	15.475.941,23
Receitas Previdenciárias	35.641.000,00	12.818.069,63	12.147.536,52
Outras Contribuições	10.584.000,00	5.461.382,33	3.328.404,71
Receita Patrimonial Líquida	849.000,00	535.242,41	370.130,82
Receita Patrimonial	17.729.000,00	7.322.205,89	6.414.842,26
(-) Aplicações Financeiras	16.880.000,00	6.786.963,48	6.044.711,44
Transferências Correntes	378.476.000,00	111.952.977,98	111.101.863,32
F.P.M.	46.080.000,00	12.934.098,03	12.330.707,13
I.C.M.S.	89.040.000,00	26.383.174,49	24.278.476,74
Convênios	9.710.000,00	1.107.178,07	9.641.929,65
Outras Transferências Correntes	233.646.000,00	71.528.527,39	64.850.749,80
Demais Receitas Correntes	28.054.000,00	6.364.649,92	4.804.243,28
Dívida Ativa	6.134.000,00	701.137,80	1.016.496,35
Diversas Receitas Correntes	21.920.000,00	5.663.512,12	3.787.746,93
RECEITAS DE CAPITAL (II)	75.623.000,00	1.397.736,83	872.575,29
Operações de Crédito (III)	22.669.000,00	0,00	175.610,14
Amortização de Empréstimos (IV)	551.000,00	122.008,11	118.792,20
Alienação de Ativos (V)	773.000,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	51.630.000,00	1.275.728,72	578.172,95
Convênios	7.065.000,00	1.275.728,72	415.963,64
Outras Transferências de Capital	44.565.000,00	0,00	162.209,31
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	51.630.000,00	1.275.728,72	578.172,95
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	650.247.000,00	193.095.494,90	180.803.783,58

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	554.256.539,93	296.108.346,95	238.293.283,41	196.733.726,85	166.850.664,62
Pessoal e Encargos Sociais	286.910.467,34	103.561.942,67	89.715.921,82	102.425.796,08	89.655.108,63
Juros e Encargos da Dívida (IX)	1.000.000,00	971.327,26	2.484.600,00	656.246,50	889.808,24
Outras Despesas Correntes	266.346.072,59	191.575.077,02	146.092.761,59	93.651.684,27	76.305.747,75
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	553.256.539,93	295.137.019,69	235.808.683,41	196.077.480,35	165.960.856,38
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	117.030.300,00	27.657.795,60	29.850.893,18	9.710.260,54	20.168.463,35
Investimentos	109.926.300,00	21.859.560,08	22.286.491,52	7.806.276,43	16.884.131,08
Inversões Financeiras	1.104.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	1.104.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	6.000.000,00	5.798.235,52	7.564.401,66	1.903.984,11	3.284.332,27
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	111.030.300,00	21.859.560,08	22.286.491,52	7.806.276,43	16.884.131,08
Demais Inversões Financeiras	24.159.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	780.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	665.066.839,93	316.996.579,77	258.095.174,93	203.883.756,78	182.844.987,46





Município de CHAPECO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

<b>RESULTADO PRIMARIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-14.819.839,93</b>	<b>-123.901.084,87</b>	<b>-77.291.391,35</b>	<b>-10.788.261,88</b>	<b>-2.041.203,88</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-27.026.000,00</b>

FONTE:

CHAPECO, 11/08/2015

JOSÉ CLÁUDIO CARAMORI  
Prefeito Municipal

ROBERTO ZOLET  
Contador Geral CRC/SC 025.778/O-9

GERALCI JOÃO AMPOLINI  
Secretário de Fazenda

Município de CHAPECO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

R\$ 1.00												
PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014					
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	316.688,36	23.811.521,16	22.467.246,01	15.243,82	1.645.719,69	-	560.398,35	560.398,35	560.398,35	-	-	1.645.719,69
<b>EXECUTIVO</b>												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	316.688,36	21.963.192,27	20.618.917,12	15.243,82	1.645.719,69	0,00	560.398,35	560.398,35	560.398,35	0,00	0,00	1.645.719,69
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	268.405,59	268.322,94	0,00	82,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82,65
GABINETE DO PREFEITO	0,00	3.660.543,98	3.320.657,55	0,02	339.886,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	339.886,41
PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	0,00	2.678.570,83	2.635.024,34	0,00	43.546,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.546,49
PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA	0,00	14.011,72	9.798,68	0,00	4.213,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.213,04
SEC. DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO	0,00	1.053.000,44	1.050.077,92	0,44	2.922,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.922,08
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	72.195,85	72.195,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	369,25	1.297.616,59	1.264.031,33	0,00	33.954,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.954,51
SECRETARIA DE CULTURA	0,00	336.925,55	336.790,55	0,00	135,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	135,00
SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO	0,00	730.292,01	729.232,01	0,00	1.060,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.060,00
SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO - SDC	46.938,36	0,00	0,00	0,00	46.938,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.938,36
SECRETARIA DE DESENVOLVIM. RURAL E MEIO A	0,00	77.663,71	77.663,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	0,00	701.283,73	572.344,54	0,00	188.939,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	188.939,19
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO. ECONÔM.	0,00	283.150,24	283.150,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED	0,00	4.362.175,32	3.706.222,41	0,00	655.952,91	0,00	560.398,35	560.398,35	560.398,35	0,00	0,00	655.952,91
SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	700,00	0,00	0,00	0,00	700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700,00
SECRETARIA DE HABITAÇÃO	0,00	46.370,73	46.370,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE JUVENTUDE ESPORTES E LAZER	0,00	726.567,14	726.567,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	264.052,66	0,00	0,00	0,00	264.052,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	264.052,66
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAEST.	0,00	5.594.418,84	5.520.467,16	15.243,36	58.708,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.708,30
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	4.628,09	0,00	0,00	0,00	4.628,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.628,09
INST. SIST. MUN. PREV. CHAPECO	0,00	1.848.328,89	1.848.328,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INSTITUTO DO SIST. MUN. DE PREVIDÊNCIA - SIM	0,00	1.848.328,89	1.848.328,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	2.868.504,85	2.526.541,91	-	341.962,94	-	-	-	-	-	-	341.962,94
<b>EXECUTIVO</b>												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	2.868.504,85	2.526.541,91	0,00	341.962,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	341.962,94
GABINETE DO PREFEITO	0,00	98.552,96	98.552,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	0,00	973.030,57	631.067,63	0,00	341.962,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	341.962,94
SEC. DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO	0,00	149.917,99	149.917,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	104.191,14	104.191,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO E ACORDOS INST.	0,00	2.585,49	2.585,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	126.090,01	126.090,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE CULTURA	0,00	25.669,62	25.669,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO	0,00	116.477,16	116.477,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIM. RURAL E MEIO A	0,00	45.329,52	45.329,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	0,00	87.276,34	87.276,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO. ECONÔM.	0,00	21.049,76	21.049,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED	0,00	848.724,85	848.724,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE HABITAÇÃO	0,00	11.899,51	11.899,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE JUVENTUDE ESPORTES E LAZER	0,00	32.713,76	32.713,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAEST.	0,00	223.036,15	223.036,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de CHAPECÓ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014					
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	2.868.504,85	2.526.541,91	-	341.962,94	-	-	-	-	-	-	341.962,94
<b>EXECUTIVO</b>												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	2.868.504,85	2.526.541,91	0,00	341.962,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	341.962,94
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAES	0,00	223.036,15	223.036,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>316.688,36</b>	<b>26.660.026,01</b>	<b>24.993.787,92</b>	<b>15.243,82</b>	<b>1.987.682,63</b>	<b>0,00</b>	<b>560.396,35</b>	<b>560.396,35</b>	<b>560.396,35</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.987.682,63</b>

FONTE:

CHAPECÓ, 10/08/2015

JOSE CLAUDIO CARAMORI  
Prefeito MunicipalROBERTO ZOLET  
Contador Geral CRC/SC 025.778/O-9GERALDO JOÃO AMPOLINI  
Secretário de Fazenda

Município de CHAPECO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	773.000,00	0,00	773.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	552.000,00	0,00	552.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	221.000,00	0,00	221.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>773.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>773.000,00</b>

DESpesas (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00		0,00

FONTE:

CHAPECO, 10/08/2015

JOSÉ CLÁUDIO CARAMORI  
Prefeito Municipal

ROBERTO ZOLET  
Contador Geral CRC/SC 025.778/O-9

GERALCI JOÃO AMPOLINI  
Secretário de Fazenda

Município de CHAPECO - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
<b>RECEITAS</b>				
Previsão Inicial		691.120.000,00		
Previsão Atualizada		691.120.000,00		
Receitas Realizadas		200.004.466,49		
Déficit Orçamentário		6.439.520,90		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		1.955.590,17		
<b>DESPESAS</b>				
Dotação Inicial		691.120.000,00		
Créditos Adicionais		5.105.839,93		
Dotação Atualizada		696.225.839,93		
Despesas Empenhadas		323.766.142,55		
Despesas Liquidadas		206.443.987,39		
Despesas pagas		157.899.156,35		
Superavit Orçamentário		0,00		
<b>DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO</b>		<b>Até o Bimestre</b>		
Despesas Empenhadas		323.766.142,55		
Despesas Liquidadas		206.443.987,39		
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>		<b>Até o Bimestre</b>		
Receita Corrente Líquida		492.842.273,12		
<b>RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>		<b>Até o Bimestre</b>		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		18.736.258,85		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		8.481.727,90		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		10.254.530,95		
<b>RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO</b>		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-3.411.000,00	-42.651.864,07	1.250,42
Resultado Primário		-27.026.000,00	-10.788.261,88	39,92
<b>RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	560.398,35	0,00	560.398,35	0,00
EXECUTIVO	560.398,35	0,00	560.398,35	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	26.996.714,37	15.243,82	24.993.787,92	1.987.682,63
EXECUTIVO	26.996.714,37	15.243,82	24.993.787,92	1.987.682,63
<b>TOTAL:</b>	<b>27.557.112,72</b>	<b>15.243,82</b>	<b>25.554.186,27</b>	<b>1.987.682,63</b>
<b>DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		29.085.727,59	25%	29,82
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		23.420.333,60	60%	104,54
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL</b>		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	22.669.000,00	
Despesa de Capital Líquida		9.710.260,54	107.320.039,46	
<b>PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS</b>		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	773.000,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00	

Continua 1/2

Município de CHAPECO - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO - ABRIL**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	29.229.009,70	15,00	29,96
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)			0,00

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

CHAPECO, 10/08/2015

\_\_\_\_\_  
JOSÉ CLÁUDIO CARAMORI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ROBERTO ZOLET  
Contador Geral CRC/SC 025.778/O-9

\_\_\_\_\_  
GERALCI JOÃO AMPOLINI  
Secretário de Fazenda

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Município de CHAPECO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>666.961.000,00</b>	<b>666.961.000,00</b>	<b>88.831.594,36</b>	<b>13,32</b>	<b>280.368.348,79</b>	<b>42,04</b>	<b>386.592.651,21</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>591.338.000,00</b>	<b>591.338.000,00</b>	<b>88.771.903,73</b>	<b>15,01</b>	<b>278.910.921,33</b>	<b>47,17</b>	<b>312.427.078,67</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	145.013.000,00	145.013.000,00	18.645.475,02	12,86	73.332.918,93	50,57	71.680.081,07
IMPOSTOS	117.000.000,00	117.000.000,00	15.464.903,53	13,22	53.931.178,22	46,10	63.068.821,78
TAXAS	26.928.000,00	26.928.000,00	3.066.803,33	11,39	19.248.094,30	71,48	7.679.905,70
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.085.000,00	1.085.000,00	113.768,16	10,49	153.646,41	14,16	931.353,59
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	22.066.000,00	22.066.000,00	4.332.001,33	19,63	14.143.741,23	64,10	7.922.258,77
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	15.858.000,00	15.858.000,00	2.857.524,16	18,02	9.441.848,19	59,54	6.416.151,81
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	6.208.000,00	6.208.000,00	1.474.477,17	23,75	4.701.893,04	75,74	1.506.106,96
RECEITA PATRIMONIAL	17.729.000,00	17.729.000,00	3.947.936,63	22,27	11.270.142,52	63,57	6.458.857,48
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	707.000,00	707.000,00	70.056,79	9,91	100.345,75	14,19	606.654,25
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	16.880.000,00	16.880.000,00	3.645.222,73	21,59	10.432.186,21	61,80	6.447.813,79
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0,00	0,00	213.706,94	0,00	559.779,30	0,00	-559.779,30
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	142.000,00	142.000,00	18.950,17	13,35	177.831,26	125,23	-35.831,26
RECEITA AGROPECUÁRIA	281.000,00	281.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	281.000,00
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	281.000,00	281.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	281.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	104.000,00	104.000,00	82.899,36	79,71	733.852,61	705,63	-629.852,61
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	378.476.000,00	378.476.000,00	58.276.701,80	15,40	170.229.679,78	44,98	208.246.320,22
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	368.698.000,00	368.698.000,00	57.568.912,61	15,61	168.414.712,52	45,68	200.283.287,48
TRANSF. DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	34.000,00	34.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.000,00
TRANSF. DE PESSOAS	34.000,00	34.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.000,00
TRANSF. DE CONV.	9.710.000,00	9.710.000,00	707.789,19	7,29	1.814.967,26	18,69	7.895.032,74
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	27.669.000,00	27.669.000,00	3.486.889,59	12,60	9.200.586,26	33,25	18.468.413,74
MULTAS E JUROS DE MORA	8.993.000,00	8.993.000,00	1.462.958,81	16,27	4.427.194,66	49,23	4.565.805,34
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.232.000,00	6.232.000,00	148.095,27	2,38	529.197,36	8,49	5.702.802,64
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	6.134.000,00	6.134.000,00	780.123,75	12,72	1.481.261,55	24,15	4.652.738,45
RECEITAS DIVERSAS	6.310.000,00	6.310.000,00	1.095.711,76	17,36	2.762.932,69	43,79	3.547.067,31
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>75.623.000,00</b>	<b>75.623.000,00</b>	<b>59.690,63</b>	<b>0,08</b>	<b>1.457.427,46</b>	<b>1,93</b>	<b>74.165.572,54</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	22.669.000,00	22.669.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.669.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	11.654.000,00	11.654.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.654.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	11.015.000,00	11.015.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.015.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	773.000,00	773.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	773.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	221.000,00	221.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	221.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	552.000,00	552.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	552.000,00

Continua 1/4





Município de CHAPECÓ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/4

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>666.961.000,00</b>	<b>666.961.000,00</b>	<b>88.831.594,36</b>	<b>13,32</b>	<b>280.368.348,79</b>	<b>42,04</b>	<b>386.592.651,21</b>
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	551.000,00	551.000,00	59.690,63	10,83	181.698,74	32,98	369.301,26
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	51.630.000,00	51.630.000,00	0,00	0,00	1.275.728,72	2,47	50.354.271,28
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	44.565.000,00	44.565.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.565.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	7.065.000,00	7.065.000,00	0,00	0,00	1.275.728,72	18,06	5.789.271,28
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>24.159.000,00</b>	<b>24.159.000,00</b>	<b>2.000.322,81</b>	<b>8,28</b>	<b>10.468.034,87</b>	<b>43,33</b>	<b>13.690.965,13</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>691.120.000,00</b>	<b>691.120.000,00</b>	<b>90.831.917,17</b>	<b>13,14</b>	<b>290.836.383,66</b>	<b>42,08</b>	<b>400.283.616,34</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>691.120.000,00</b>	<b>691.120.000,00</b>	<b>90.831.917,17</b>	<b>13,14</b>	<b>290.836.383,66</b>	<b>42,08</b>	<b>400.283.616,34</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	12.576.394,71	—	—
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>691.120.000,00</b>	<b>691.120.000,00</b>	<b>90.831.917,17</b>	<b>13,14</b>	<b>303.412.778,37</b>	<b>42,08</b>	<b>400.283.616,34</b>
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	5.105.839,93	—	—	2.483.106,62	—	—
Superávit Financeiro	—	5.105.839,93	—	—	2.483.106,62	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESpesas	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESpesas EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESpesas LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESpesas PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)			(h)		(j)
<b>DESpesas (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>666.961.000,00</b>	<b>671.466.839,93</b>	<b>75.750.483,64</b>	<b>391.277.636,67</b>	<b>280.189.203,26</b>	<b>93.634.456,13</b>	<b>291.839.454,00</b>	<b>379.627.385,93</b>	<b>254.875.955,1</b>
<b>DESpesas CORRENTES</b>	<b>525.387.000,00</b>	<b>530.457.396,93</b>	<b>64.141.107,62</b>	<b>352.010.465,05</b>	<b>178.446.931,88</b>	<b>87.930.646,80</b>	<b>276.425.384,13</b>	<b>254.032.012,80</b>	<b>241.731.238,6</b>

Continua 2/4



Município de CHAPECÓ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>666.961.000,00</b>	<b>671.466.839,93</b>	<b>75.750.483,64</b>	<b>391.277.636,67</b>	<b>280.189.203,26</b>	<b>93.634.456,13</b>	<b>291.839.454,00</b>	<b>379.627.385,93</b>	<b>254.875.955,1</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	262.008.000,00	262.151.467,34	40.475.662,89	135.798.616,04	126.352.851,30	41.443.097,44	135.629.904,00	126.521.563,34	134.304.388,3
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.000.000,00	3.753.000,00	1.783.000,00	2.754.327,26	998.672,74	1.297.780,30	1.954.026,80	1.798.973,20	1.891.102,9
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	262.379.000,00	264.552.929,59	21.882.444,73	213.457.521,75	51.095.407,84	45.189.769,06	138.841.453,33	125.711.476,26	105.535.747,3
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>116.635.000,00</b>	<b>116.070.443,00</b>	<b>11.609.376,02</b>	<b>39.267.171,62</b>	<b>76.803.271,38</b>	<b>5.703.809,33</b>	<b>15.414.069,87</b>	<b>100.656.373,13</b>	<b>13.144.716,5</b>
INVESTIMENTOS	109.531.000,00	105.306.443,00	11.004.770,01	32.864.330,09	72.442.112,91	3.843.308,82	11.649.585,25	93.656.857,75	9.441.449,2
INVERSOES FINANCEIRAS	1.104.000,00	1.104.000,00	0,00	0,00	1.104.000,00	0,00	0,00	1.104.000,00	0,0
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	6.000.000,00	9.660.000,00	604.606,01	6.402.841,53	3.257.158,47	1.860.500,51	3.764.484,62	5.895.515,38	3.703.267,2
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>24.939.000,00</b>	<b>24.939.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>24.939.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>24.939.000,00</b>	<b>0,0</b>
RESERVA DO RPPS	24.159.000,00	24.159.000,00	0,00	0,00	24.159.000,00	0,00	0,00	24.159.000,00	0,0
RESERVA DE CONTINGENCIA	780.000,00	780.000,00	0,00	0,00	780.000,00	0,00	0,00	780.000,00	0,0
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>24.159.000,00</b>	<b>24.759.000,00</b>	<b>3.334.334,85</b>	<b>11.573.324,37</b>	<b>13.185.675,63</b>	<b>3.334.334,85</b>	<b>11.573.324,37</b>	<b>13.185.675,63</b>	<b>6.002.520,5</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>691.120.000,00</b>	<b>696.225.839,93</b>	<b>79.084.818,49</b>	<b>402.850.961,04</b>	<b>293.374.878,89</b>	<b>96.968.790,98</b>	<b>303.412.778,37</b>	<b>392.813.061,56</b>	<b>260.878.475,7</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XII)</b>	<b>691.120.000,00</b>	<b>696.225.839,93</b>	<b>79.084.818,49</b>	<b>402.850.961,04</b>	<b>293.374.878,89</b>	<b>96.968.790,98</b>	<b>303.412.778,37</b>	<b>392.813.061,56</b>	<b>260.878.475,7</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>290.836.383,6</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>691.120.000,00</b>	<b>696.225.839,93</b>	<b>79.084.818,49</b>	<b>402.850.961,04</b>	<b>—</b>	<b>96.968.790,98</b>	<b>303.412.778,37</b>	<b>—</b>	<b>551.714.859,3</b>

Continua 3/4



Município de CHAPECÓ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 4/4

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>Receitas (Intra-Orçamentárias)</b>	<b>24.159.000,00</b>	<b>24.159.000,00</b>	<b>2.000.322,81</b>	<b>8,28</b>	<b>10.468.034,87</b>	<b>43,33</b>	<b>13.690.965,13</b>
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>24.159.000,00</b>	<b>24.159.000,00</b>	<b>2.000.322,81</b>	<b>8,28</b>	<b>10.468.034,87</b>	<b>43,33</b>	<b>13.690.965,13</b>
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	24.159.000,00	24.159.000,00	2.000.322,81	8,28	10.468.034,87	43,33	13.690.965,13
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	24.159.000,00	24.159.000,00	2.000.322,81	8,28	10.468.034,87	43,33	13.690.965,13

  

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
	(d)	(e)	No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>Despesas Intra-Orçamentárias</b>	<b>24.159.000,00</b>	<b>24.759.000,00</b>	<b>3.334.334,85</b>	<b>11.573.324,37</b>	<b>13.185.675,63</b>	<b>3.334.334,85</b>	<b>11.573.324,37</b>	<b>13.185.675,63</b>	<b>6.002.520,5</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	24.159.000,00	24.759.000,00	3.334.334,85	11.573.324,37	13.185.675,63	3.334.334,85	11.573.324,37	13.185.675,63	6.002.520,5

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 12.768.470,23  
CHAPECO, 12/08/2015

JOSÉ CLÁUDIO CARAMORI  
Prefeito Municipal

ROBERTO ZOLET  
Contador Geral CRC/SC 025.778/O-9

GERALCI JOÃO AMPOLINI  
Secretário de Fazenda



Município de CHAPECÓ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	666.961.000,00	671.466.839,93	75.750.483,64	391.277.636,67	97,13	280.189.203,26	93.634.456,13	291.839.454,00	96,19	379.627.385,93
Legislativa	13.265.000,00	13.265.000,00	1.566.191,83	6.034.792,61	1,50	7.230.207,39	1.765.988,32	4.940.521,06	1,63	8.324.478,94
Ação Legislativa	13.265.000,00	13.265.000,00	1.566.191,83	6.034.792,61	1,50	7.230.207,39	1.765.988,32	4.940.521,06	1,63	8.324.478,94
Administração	41.234.000,00	40.154.000,00	5.154.677,06	24.847.612,93	6,17	15.306.387,07	6.282.772,05	19.581.843,51	6,45	20.572.156,49
Administração Geral	26.933.000,00	25.953.000,00	3.710.296,86	15.416.339,08	3,83	10.536.660,92	3.898.664,85	12.865.276,89	4,24	13.087.723,11
Administração Financeira	958.000,00	958.000,00	113.853,69	453.346,79	0,11	504.653,21	125.887,32	430.884,04	0,14	527.115,96
Controle Interno	1.544.000,00	1.544.000,00	221.877,46	642.172,20	0,16	901.827,80	221.779,46	641.498,20	0,21	902.501,80
Tecnologia da Informação	1.312.000,00	1.212.000,00	95.243,07	499.566,53	0,12	712.433,47	107.174,07	443.297,53	0,15	768.702,47
Administração de Receitas	4.923.000,00	4.923.000,00	917.800,45	2.582.339,07	0,64	2.340.660,93	683.907,96	2.325.001,08	0,77	2.597.998,92
Comunicação Social	5.564.000,00	5.564.000,00	95.605,53	5.253.849,26	1,30	310.150,74	1.245.358,39	2.875.885,77	0,95	2.688.114,23
Segurança Pública	16.887.000,00	16.667.000,00	1.319.392,92	10.076.158,08	2,50	6.590.841,92	2.225.991,48	7.378.884,40	2,43	9.288.115,60
Policimento	13.636.000,00	13.416.000,00	1.053.243,91	8.003.964,34	1,99	5.412.035,66	1.503.133,18	5.579.927,85	1,84	7.836.072,15
Defesa Civil	3.251.000,00	3.251.000,00	266.149,01	2.072.193,74	0,51	1.178.806,26	722.858,30	1.798.956,55	0,59	1.452.043,45
Assistência Social	24.056.000,00	26.354.600,00	2.371.773,93	12.237.537,77	3,04	14.117.062,23	3.204.569,16	9.499.267,74	3,13	16.855.332,26
Assistência ao Idoso	1.443.000,00	1.913.100,00	255.934,09	739.029,76	0,18	1.174.070,24	266.579,51	536.252,53	0,18	1.376.847,47
Assistência ao Portador de Deficiência	3.895.000,00	4.508.100,00	315.257,51	2.605.391,49	0,65	1.902.708,51	651.741,45	1.910.964,60	0,63	2.597.135,40
Assistência à Criança e ao Adolescente	2.610.000,00	3.258.000,00	249.682,03	1.020.716,71	0,25	2.237.283,29	317.693,05	891.184,01	0,29	2.366.815,99
Assistência Comunitária	16.108.000,00	16.675.400,00	1.550.900,30	7.872.399,81	1,95	8.803.000,19	1.968.555,15	6.160.866,60	2,03	10.514.533,40
Previdência Social	57.101.000,00	57.101.000,00	4.520.924,83	13.202.954,22	3,28	43.898.045,78	4.588.402,30	13.070.130,20	4,31	44.030.869,80
Previdência do Regime Estatutário	57.101.000,00	57.101.000,00	4.520.924,83	13.202.954,22	3,28	43.898.045,78	4.588.402,30	13.070.130,20	4,31	44.030.869,80
Saúde	205.509.000,00	204.909.000,00	18.614.385,26	158.171.052,23	39,26	46.737.947,77	35.608.716,73	110.738.639,28	36,50	94.170.360,72
Atenção Básica	91.746.000,00	91.146.000,00	14.249.227,44	58.034.207,40	14,41	33.111.792,60	16.563.485,67	49.989.195,75	16,48	41.156.804,25
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	95.935.000,00	95.935.000,00	3.441.027,57	85.622.266,11	21,25	10.312.733,89	17.419.328,95	51.433.898,08	16,95	44.501.101,92
Suporte Profilático e Terapêutico	2.192.000,00	2.192.000,00	437.708,67	1.197.924,66	0,30	994.075,34	314.015,26	1.066.631,11	0,35	1.125.368,89
Vigilância Sanitária	1.965.000,00	1.965.000,00	369.465,93	1.034.303,96	0,26	930.696,04	220.196,55	767.742,16	0,25	1.197.257,84
Alimentação e Nutrição	13.671.000,00	13.671.000,00	116.955,65	12.282.350,10	3,05	1.388.649,90	1.091.690,30	7.481.172,18	2,47	6.189.827,82
Educação	124.492.000,00	126.945.239,93	17.943.164,44	67.860.674,19	16,85	59.084.565,74	18.520.477,81	62.516.691,46	20,60	64.428.548,47
Ensino Fundamental	80.493.000,00	82.499.034,81	11.894.919,77	44.334.709,23	11,01	38.164.325,58	11.862.046,88	41.125.304,94	13,55	41.373.729,87
Ensino Profissional	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00
Ensino Superior	108.000,00	108.000,00	0,00	66,21	0,00	107.933,79	0,00	66,21	0,00	107.933,79
Educação Infantil	43.099.000,00	43.099.000,00	6.033.485,67	22.987.090,27	5,71	20.111.909,73	6.603.992,05	21.036.061,27	6,93	22.062.938,73
Educação Especial	737.000,00	1.184.205,12	14.759,00	538.808,48	0,13	645.396,64	54.438,88	355.259,04	0,12	828.946,08

Continua 1/5



Município de CHAPECÓ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/5

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	666.961.000,00	671.466.839,93	75.750.483,64	391.277.836,67	97,13	280.189.203,26	93.634.456,13	291.839.454,00	96,19	379.627.385,93
Cultura	5.022.000,00	5.022.000,00	486.222,82	2.290.435,30	0,57	2.731.564,70	655.544,52	2.108.623,25	0,69	2.913.376,75
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	665.000,00	665.000,00	54.462,99	368.175,93	0,09	296.824,07	103.448,05	346.445,64	0,11	318.554,36
Difusão Cultural	4.357.000,00	4.357.000,00	431.759,83	1.922.259,37	0,48	2.434.740,63	552.096,47	1.762.177,61	0,58	2.594.822,39
Direitos da Cidadania	1.260.000,00	1.160.000,00	107.243,47	430.791,16	0,11	729.208,84	103.333,47	384.033,48	0,13	775.966,52
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1.260.000,00	1.160.000,00	107.243,47	430.791,16	0,11	729.208,84	103.333,47	384.033,48	0,13	775.966,52
Urbanismo	86.460.000,00	78.834.000,00	7.209.745,03	35.864.607,31	8,90	42.969.392,69	6.292.830,95	21.333.817,30	7,03	57.500.182,70
Infra-Estrutura Urbana	78.944.000,00	71.624.000,00	6.763.341,75	31.840.817,00	7,90	39.783.183,00	5.191.761,57	17.871.052,62	5,89	53.752.947,38
Serviços Urbanos	6.319.000,00	6.119.000,00	446.403,28	4.023.790,31	1,00	2.095.209,69	1.101.069,38	3.462.764,68	1,14	2.656.235,32
Transportes Coletivos Urbanos	1.197.000,00	1.091.000,00	0,00	0,00	0,00	1.091.000,00	0,00	0,00	0,00	1.091.000,00
Habitação	9.980.000,00	9.396.000,00	271.991,66	2.065.205,79	0,51	7.330.794,21	409.438,51	1.141.667,93	0,38	8.254.332,07
Habitação Urbana	9.980.000,00	9.396.000,00	271.991,66	2.065.205,79	0,51	7.330.794,21	409.438,51	1.141.667,93	0,38	8.254.332,07
Saneamento	17.945.000,00	17.875.000,00	4.015.894,15	14.307.466,77	3,55	3.567.533,23	4.486.557,23	13.018.625,67	4,29	4.856.374,33
Saneamento Básico Urbano	17.945.000,00	17.875.000,00	4.015.894,15	14.307.466,77	3,55	3.567.533,23	4.486.557,23	13.018.625,67	4,29	4.856.374,33
Gestão Ambiental	1.383.000,00	1.383.000,00	242.990,08	667.545,02	0,17	715.454,98	194.237,53	453.991,09	0,15	929.008,91
Controle Ambiental	1.383.000,00	1.383.000,00	242.990,08	667.545,02	0,17	715.454,98	194.237,53	453.991,09	0,15	929.008,91
Ciência e Tecnologia	220.000,00	220.000,00	0,00	24.023,90	0,01	195.976,10	0,00	24.023,90	0,01	195.976,10
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	220.000,00	220.000,00	0,00	24.023,90	0,01	195.976,10	0,00	24.023,90	0,01	195.976,10
Agricultura	6.056.000,00	5.886.000,00	601.583,25	2.855.930,84	0,71	3.030.069,16	701.113,68	2.479.610,41	0,82	3.406.389,59
Promoção da Produção Vegetal	820.000,00	720.000,00	137,50	137,50	0,00	719.862,50	0,00	0,00	0,00	720.000,00
Defesa Sanitária Animal	696.000,00	696.000,00	91.575,90	348.098,58	0,09	347.901,42	91.120,90	347.843,58	0,11	348.356,42
Abastecimento	416.000,00	416.000,00	118.046,70	217.183,87	0,05	198.816,13	118.665,55	212.996,47	0,07	203.003,53
Extensão Rural	4.124.000,00	4.054.000,00	391.823,15	2.290.510,89	0,57	1.763.489,11	491.327,23	1.918.970,36	0,63	2.135.029,64
Indústria	1.964.000,00	7.714.000,00	4.719.443,29	5.228.451,82	1,30	2.485.548,18	557.107,12	922.103,86	0,30	6.791.896,14
Promoção Industrial	1.964.000,00	7.714.000,00	4.719.443,29	5.228.451,82	1,30	2.485.548,18	557.107,12	922.103,86	0,30	6.791.896,14
Comércio e Serviços	10.349.000,00	10.299.000,00	491.541,31	2.464.957,81	0,61	7.834.042,19	521.822,35	1.847.961,63	0,61	8.451.038,37
Promoção Comercial	9.356.000,00	9.306.000,00	477.867,64	1.941.773,18	0,48	7.364.226,82	476.257,56	1.387.505,20	0,46	7.918.494,80
Turismo	993.000,00	993.000,00	13.673,67	523.184,63	0,13	469.815,37	45.564,79	460.456,43	0,15	532.543,57
Energia	6.685.000,00	6.585.000,00	42.184,68	4.443.433,90	1,10	2.141.566,10	1.224.865,47	3.271.314,67	1,08	3.313.685,33
Energia Elétrica	6.685.000,00	6.585.000,00	42.184,68	4.443.433,90	1,10	2.141.566,10	1.224.865,47	3.271.314,67	1,08	3.313.685,33
Transporte	2.728.000,00	2.728.000,00	255.518,83	1.638.320,50	0,41	1.089.679,50	305.838,61	1.111.204,09	0,37	1.616.795,91
Transporte Aéreo	2.728.000,00	2.728.000,00	255.518,83	1.638.320,50	0,41	1.089.679,50	305.838,61	1.111.204,09	0,37	1.616.795,91
Desporto e Lazer	11.860.000,00	11.760.000,00	3.124.110,63	6.261.065,93	1,55	5.498.934,07	1.202.478,63	3.763.189,12	1,24	7.996.810,88
Desporto de Rendimento	2.283.000,00	2.283.000,00	0,00	464.060,48	0,12	1.818.939,52	52.175,44	370.175,44	0,12	1.912.824,56

Continua 2/5



Município de CHAPECÓ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/5

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	666.961.000,00	671.466.839,93	75.750.483,64	391.277.636,67	97,13	280.189.203,26	93.634.456,13	291.839.454,00	96,19	379.627.385,93
Desporto e Lazer	11.860.000,00	11.760.000,00	3.124.110,63	6.261.065,93	1,55	5.498.934,07	1.202.478,63	3.763.189,12	1,24	7.996.810,88
Desporto Comunitário	9.577.000,00	9.477.000,00	3.124.110,63	5.797.005,45	1,44	3.679.994,55	1.150.303,19	3.393.013,68	1,12	6.083.986,32
Encargos Especiais	21.725.000,00	26.429.000,00	2.691.504,17	20.304.618,59	5,04	6.124.361,41	4.782.370,21	12.253.309,95	4,04	14.175.690,05
Serviço da Dívida Interna	7.000.000,00	13.348.000,00	2.387.606,01	9.157.168,79	2,27	4.190.831,21	3.158.280,81	5.718.511,42	1,88	7.629.488,58
Outros Encargos Especiais	14.725.000,00	13.081.000,00	303.898,16	11.147.449,80	2,77	1.933.550,20	1.624.089,40	6.534.798,53	2,15	6.546.201,47
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	780.000,00	780.000,00	0,00	0,00	0,00	780.000,00	0,00	0,00	0,00	780.000,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	24.159.000,00	24.759.000,00	3.334.334,85	11.573.324,37	2,87	13.185.675,63	3.334.334,85	11.573.324,37	3,81	13.185.675,63
Legislativa	345.000,00	345.000,00	53.269,70	149.614,40	0,04	195.385,60	53.269,70	149.614,40	0,05	195.385,60
Ação Legislativa	345.000,00	345.000,00	53.269,70	149.614,40	0,04	195.385,60	53.269,70	149.614,40	0,05	195.385,60
Administração	2.608.000,00	2.608.000,00	385.648,74	1.221.068,67	0,30	1.386.931,33	385.648,74	1.221.068,67	0,40	1.386.931,33
Administração Geral	1.655.000,00	1.655.000,00	258.082,21	816.121,05	0,20	838.878,95	258.082,21	816.121,05	0,27	838.878,95
Administração Financeira	65.000,00	65.000,00	6.235,22	22.796,40	0,01	42.203,60	6.235,22	22.796,40	0,01	42.203,60
Controle Interno	109.000,00	109.000,00	14.614,65	47.421,06	0,01	61.578,94	14.614,65	47.421,06	0,02	61.578,94
Tecnologia da Informatização	101.000,00	101.000,00	13.667,06	43.730,84	0,01	57.269,16	13.667,06	43.730,84	0,01	57.269,16
Administração de Receitas	663.000,00	663.000,00	91.320,55	285.375,66	0,07	377.624,34	91.320,55	285.375,66	0,09	377.624,34
Comunicação Social	15.000,00	15.000,00	1.729,05	5.623,66	0,00	9.376,34	1.729,05	5.623,66	0,00	9.376,34
Segurança Pública	637.000,00	637.000,00	69.694,00	229.453,40	0,06	407.546,60	69.694,00	229.453,40	0,08	407.546,60
Policimento	578.000,00	578.000,00	57.466,12	193.318,08	0,05	384.681,92	57.466,12	193.318,08	0,06	384.681,92
Defesa Civil	59.000,00	59.000,00	12.227,88	36.135,32	0,01	22.864,68	12.227,88	36.135,32	0,01	22.864,68
Assistência Social	1.076.000,00	1.076.000,00	148.139,71	472.760,45	0,12	603.239,55	148.139,71	472.760,45	0,16	603.239,55
Assistência ao Portador de Deficiência	352.000,00	352.000,00	40.761,05	144.020,13	0,04	207.979,87	40.761,05	144.020,13	0,05	207.979,87
Assistência à Criança e ao Adolescente	109.000,00	109.000,00	9.300,91	41.146,04	0,01	67.853,96	9.300,91	41.146,04	0,01	67.853,96
Assistência Comunitária	615.000,00	615.000,00	98.077,75	287.594,28	0,07	327.405,72	98.077,75	287.594,28	0,09	327.405,72
Previdência Social	34.000,00	34.000,00	0,00	0,00	0,00	34.000,00	0,00	0,00	0,00	34.000,00
Previdência do Regime Estatutário	34.000,00	34.000,00	0,00	0,00	0,00	34.000,00	0,00	0,00	0,00	34.000,00
Saúde	8.085.000,00	8.685.000,00	1.265.047,53	4.120.787,63	1,02	4.564.212,37	1.265.047,53	4.120.787,63	1,36	4.564.212,37
Atenção Básica	6.837.000,00	7.437.000,00	1.181.630,66	3.160.009,20	0,78	4.276.990,80	1.181.630,66	3.160.009,20	1,04	4.276.990,80
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	708.000,00	708.000,00	0,00	674.463,23	0,17	33.536,77	0,00	674.463,23	0,22	33.536,77
Suporte Profilático e Terapêutico	374.000,00	374.000,00	56.418,56	193.683,78	0,05	180.316,22	56.418,56	193.683,78	0,06	180.316,22
Vigilância Sanitária	166.000,00	166.000,00	26.998,31	92.631,42	0,02	73.368,58	26.998,31	92.631,42	0,03	73.368,58
Educação	8.145.000,00	8.145.000,00	962.696,19	3.648.474,96	0,91	4.496.525,04	962.696,19	3.648.474,96	1,20	4.496.525,04
Ensino Fundamental	5.641.000,00	5.641.000,00	717.530,08	2.800.806,02	0,70	2.840.193,98	717.530,08	2.800.806,02	0,92	2.840.193,98

Continua 3/5



Município de CHAPECÓ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 4/5

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	24.159.000,00	24.759.000,00	3.334.334,85	11.573.324,37	2,87	13.185.675,63	3.334.334,85	11.573.324,37	3,81	13.185.675,63
Educação	8.145.000,00	8.145.000,00	962.696,19	3.648.474,96	0,91	4.496.525,04	962.696,19	3.648.474,96	1,20	4.496.525,04
Educação Infantil	2.504.000,00	2.504.000,00	245.166,11	847.668,94	0,21	1.656.331,06	245.166,11	847.668,94	0,28	1.656.331,06
Cultura	205.000,00	205.000,00	27.342,14	102.759,42	0,03	102.240,58	27.342,14	102.759,42	0,03	102.240,58
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	91.000,00	91.000,00	9.904,01	35.414,29	0,01	55.585,71	9.904,01	35.414,29	0,01	55.585,71
Difusão Cultural	114.000,00	114.000,00	17.438,13	67.345,13	0,02	46.654,87	17.438,13	67.345,13	0,02	46.654,87
Direitos da Cidadania	84.000,00	84.000,00	7.748,28	26.684,54	0,01	57.315,46	7.748,28	26.684,54	0,01	57.315,46
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	84.000,00	84.000,00	7.748,28	26.684,54	0,01	57.315,46	7.748,28	26.684,54	0,01	57.315,46
Urbanismo	1.991.000,00	1.991.000,00	286.482,22	1.182.532,33	0,29	808.467,67	286.482,22	1.182.532,33	0,39	808.467,67
Infra-Estrutura Urbana	1.451.000,00	1.451.000,00	212.057,94	746.123,68	0,19	704.876,32	212.057,94	746.123,68	0,25	704.876,32
Serviços Urbanos	540.000,00	540.000,00	74.424,28	436.408,65	0,11	103.591,35	74.424,28	436.408,65	0,14	103.591,35
Habitação	128.000,00	128.000,00	19.301,27	66.053,57	0,02	61.946,43	19.301,27	66.053,57	0,02	61.946,43
Habitação Urbana	128.000,00	128.000,00	19.301,27	66.053,57	0,02	61.946,43	19.301,27	66.053,57	0,02	61.946,43
Gestão Ambiental	122.000,00	122.000,00	13.252,68	42.410,93	0,01	79.589,07	13.252,68	42.410,93	0,01	79.589,07
Controle Ambiental	122.000,00	122.000,00	13.252,68	42.410,93	0,01	79.589,07	13.252,68	42.410,93	0,01	79.589,07
Agricultura	303.000,00	303.000,00	35.330,66	114.845,68	0,03	188.154,32	35.330,66	114.845,68	0,04	188.154,32
Defesa Sanitária Animal	109.000,00	109.000,00	15.476,31	50.325,70	0,01	58.674,30	15.476,31	50.325,70	0,02	58.674,30
Abastecimento	52.000,00	52.000,00	6.094,34	18.187,18	0,00	33.812,82	6.094,34	18.187,18	0,01	33.812,82
Extensão Rural	142.000,00	142.000,00	13.760,01	46.332,80	0,01	95.667,20	13.760,01	46.332,80	0,02	95.667,20
Comércio e Serviços	127.000,00	127.000,00	21.726,48	71.837,38	0,02	55.162,62	21.726,48	71.837,38	0,02	55.162,62
Promoção Comercial	127.000,00	127.000,00	21.726,48	71.837,38	0,02	55.162,62	21.726,48	71.837,38	0,02	55.162,62
Transporte	61.000,00	61.000,00	8.685,12	27.627,57	0,01	33.372,43	8.685,12	27.627,57	0,01	33.372,43
Transporte Aéreo	61.000,00	61.000,00	8.685,12	27.627,57	0,01	33.372,43	8.685,12	27.627,57	0,01	33.372,43
Desporto e Lazer	208.000,00	208.000,00	29.970,13	96.413,44	0,02	111.586,56	29.970,13	96.413,44	0,03	111.586,56
Desporto Comunitário	208.000,00	208.000,00	29.970,13	96.413,44	0,02	111.586,56	29.970,13	96.413,44	0,03	111.586,56

Continua 4/5





Município de CHAPECÓ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 5/5

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	24.159.000,00	24.759.000,00	3.334.334,85	11.573.324,37	2,87	13.185.675,63	3.334.334,85	11.573.324,37	3,81	13.185.675,63
Desporto e Lazer	208.000,00	208.000,00	29.970,13	96.413,44	0,02	111.586,56	29.970,13	96.413,44	0,03	111.586,56
Desporto Comunitário	208.000,00	208.000,00	29.970,13	96.413,44	0,02	111.586,56	29.970,13	96.413,44	0,03	111.586,56
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>691.120.000,00</b>	<b>696.225.839,93</b>	<b>79.084.818,49</b>	<b>402.850.961,04</b>	<b>100,00</b>	<b>293.374.878,89</b>	<b>96.968.790,98</b>	<b>303.412.778,37</b>	<b>100,00</b>	<b>392.813.061,58</b>

FONTE:

CHAPECÓ, 12/08/2015

JOSÉ CLÁUDIO CARAMORI  
Prefeito Municipal

ROBERTO ZOLET  
Contador Geral CRC/SC 025.778/O-9

GERALCI JOÃO AMPOLINI  
Secretário de Fazenda

\* Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



Município de CHAPECÓ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JULHO/2014 A JUNHO/2015

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	TOTAL (ÚLT. 12 MESES)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>45.443.832,13</b>	<b>31.422.284,33</b>	<b>42.228.140,10</b>	<b>43.816.693,92</b>	<b>44.028.281,27</b>	<b>45.008.742,17</b>	<b>49.070.256,94</b>	<b>58.243.196,77</b>	<b>45.428.656,09</b>	<b>49.077.496,53</b>	<b>45.924.881,76</b>	<b>551.710.102,38</b>	<b>632.074.000,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	9.480.314,43	7.626.770,35	9.440.372,59	9.113.839,27	8.382.223,45	8.814.943,08	10.413.150,26	23.599.697,75	11.510.670,84	9.163.925,06	8.998.265,20	9.647.209,62	145.013.000,00
I.P.T.U.	992.315,70	859.947,47	919.098,33	1.024.387,11	854.294,42	1.057.865,58	1.662.260,93	8.879.044,17	1.833.008,38	928.198,59	957.116,81	1.299.503,52	29.760.000,00
I.R.R.F.	1.057.731,09	473.898,46	1.510.199,88	955.119,37	973.443,42	714.581,02	936.906,35	663.738,90	2.059.076,43	1.206.262,49	1.302.118,45	1.161.267,44	14.280.000,00
I.S.S.	4.060.307,07	4.073.619,67	4.621.716,87	4.548.841,39	4.484.797,41	4.815.823,73	4.106.711,74	4.087.839,76	4.156.408,11	4.476.866,34	4.500.620,75	4.606.045,89	59.340.000,00
I.T.B.I.	1.057.966,06	1.004.054,51	1.157.446,96	1.119.834,95	950.793,80	1.126.303,16	947.584,65	951.521,65	949.558,95	591.098,65	850.287,36	827.943,31	13.620.000,00
Outras Receitas Tributárias	2.291.374,01	1.215.250,24	1.231.950,55	1.465.656,45	1.118.894,40	1.300.369,59	2.709.686,59	9.037.553,67	2.512.929,97	1.961.398,99	1.388.121,83	1.792.449,66	28.013.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.794.625,47	1.853.451,11	1.810.042,11	1.876.222,78	1.883.465,05	1.103.233,36	2.855.075,57	2.329.013,79	2.107.366,89	2.520.283,66	2.144.783,05	2.187.218,28	22.066.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	1.781.353,22	2.163.698,70	973.498,58	1.796.729,68	1.796.401,36	1.225.748,74	2.187.119,75	1.507.293,06	1.833.914,75	1.794.278,33	2.204.853,41	1.743.083,22	17.726.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	281.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	9.107,86	16.224,27	29.146,91	136.321,58	12.606,15	88.154,01	19.427,47	29.000,42	385.514,05	217.011,31	50.017,66	32.881,70	104.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	31.196.224,17	18.629.194,56	28.769.249,57	29.389.546,06	30.598.205,14	34.941.951,28	31.423.378,34	30.381.839,16	27.865.621,24	33.901.869,42	34.118.815,01	30.388.363,74	419.212.000,00
Cota-Parte do F.P.M.	3.234.296,04	3.929.119,36	3.444.201,64	3.250.125,25	4.308.574,52	9.415.896,26	2.743.915,93	5.338.548,37	3.888.421,18	4.166.636,84	5.160.692,71	4.490.325,81	57.600.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	7.090.193,11	7.438.391,48	7.975.774,15	8.223.034,21	9.072.225,78	8.738.560,81	8.741.666,70	7.898.741,26	7.874.304,05	8.464.255,67	8.009.342,37	7.676.496,83	111.300.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	2.715.357,71	2.403.442,48	2.491.538,30	2.087.359,01	1.202.575,87	755.218,22	1.324.532,51	1.774.537,66	2.538.404,41	2.662.567,27	2.746.489,11	2.741.237,87	32.760.000,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	14.765,63	50.293,30	2.893,28	24.773,79	3.030,55	1.033,97	837,80	1.034,29	14.440,91	218,52	113.312,04
Outras Transferências Correntes	13.053.719,42	593.548,01	9.290.395,83	9.993.813,73	9.942.099,64	9.944.367,32	12.549.982,80	9.824.080,95	8.155.512,59	12.595.070,80	12.244.488,62	9.620.597,13	145.372.000,00
Transferências do LC 81/1989	120.453,17	124.170,89	116.851,24	125.137,86	143.696,55	141.788,61	183.548,40	109.202,95	107.129,57	112.199,49	120.454,31	126.860,69	1.531.319,73
Transferências do LC 87/1996	33.231,92	33.231,92	33.231,92	33.231,92	33.231,92	66.463,84	0,00	0,00	0,00	134.016,49	33.504,12	33.504,12	380.000,00
Transferências do FUNDEB	4.948.966,80	5.293.886,44	5.402.500,86	5.644.550,78	5.892.948,58	5.854.925,43	5.877.101,45	5.435.584,00	5.301.011,64	5.736.098,57	5.788.902,86	5.500.302,77	70.160.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.202.006,98	1.132.955,34	1.206.840,34	1.523.034,55	1.356.381,12	1.834.713,70	2.172.105,55	396.352,60	1.725.970,32	1.419.268,20	1.560.764,60	1.926.124,99	27.669.000,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>3.941.905,54</b>	<b>4.240.854,41</b>	<b>4.113.588,11</b>	<b>4.189.115,30</b>	<b>4.297.585,34</b>	<b>4.432.770,22</b>	<b>4.748.183,14</b>	<b>4.637.848,40</b>	<b>4.289.392,06</b>	<b>4.528.630,61</b>	<b>4.643.554,12</b>	<b>4.444.446,99</b>	<b>52.477.874,24</b>
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	123.897,35	0,00	107.709,50	40.654,72	96.309,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.733.000,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	809.965,94	821.767,82	820.885,48	819.070,22	815.725,69	851.431,65	1.602.870,34	904.892,69	917.617,25	925.177,29	930.575,45	943.080,47	11.482.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	2.638.766,01	2.785.671,01	2.815.272,30	2.754.826,00	2.952.639,13	3.389.074,64	2.999.338,58	3.024.432,66	2.681.819,17	3.114.139,77	3.216.984,43	3.013.492,62	40.736.000,00
Outras Contribuições Sociais	493.143,59	509.718,23	477.430,33	477.509,58	475.565,80	92.954,49	546.174,22	708.523,05	489.955,64	489.313,55	495.994,24	487.874,00	4.376.000,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>41.501.926,59</b>	<b>27.181.429,92</b>	<b>38.115.551,99</b>	<b>39.626.578,62</b>	<b>39.731.695,93</b>	<b>43.575.971,95</b>	<b>44.322.073,80</b>	<b>53.605.348,37</b>	<b>41.139.266,03</b>	<b>44.488.065,37</b>	<b>44.433.944,81</b>	<b>41.480.434,76</b>	<b>499.232.228,14</b>

FONTE:

CHAPECÓ, 12/08/2015

JOSE CLAUDIO CARAMORI  
Prefeito MunicipalROBERTO ZOLET  
Coordenador Geral CRCS/SC 025.778/O-9GERALDO JOÃO AMPOLINI  
Secretário de Fazenda



Município de CHAPECO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	32.976.000,00	32.976.000,00	15.370.565,56	14.114.635,16
RECEITAS CORRENTES	32.976.000,00	32.976.000,00	15.370.565,56	14.114.635,16
Receita de Contribuições dos Segurados	11.482.000,00	11.482.000,00	6.224.013,49	5.453.644,19
Pessoal Civil	11.482.000,00	11.482.000,00	6.224.013,49	5.453.644,19
Ativo	11.308.000,00	11.308.000,00	6.135.699,82	5.389.686,32
Inativo	174.000,00	174.000,00	88.113,67	63.957,87
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	15.683.000,00	15.683.000,00	9.145.748,75	8.371.491,21
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	15.683.000,00	15.683.000,00	9.145.748,75	8.371.491,21
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	5.811.000,00	5.811.000,00	803,32	289.499,76
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	5.733.000,00	5.733.000,00	0,00	289.422,65
Demais Receitas Correntes	78.000,00	78.000,00	803,32	77,11
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	24.159.000,00	24.159.000,00	10.466.034,87	11.410.386,61
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>57.135.000,00</b>	<b>57.135.000,00</b>	<b>25.836.600,43</b>	<b>25.525.021,77</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	32.942.000,00	32.942.000,00	13.202.954,22	13.070.130,20
ADMINISTRAÇÃO	331.000,00	316.000,00	2.150,00	2.150,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	331.000,00	316.000,00	2.150,00	2.150,00

Continua 1/4



Município de CHAPECO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
PREVIDÊNCIA SOCIAL	32.611.000,00	32.626.000,00	13.200.804,22	0,00	13.067.980,20	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	12.678.726,12	0,00	12.678.726,12	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	8.285.586,58	0,00	8.285.586,58	0,00
Pensões	0,00	0,00	1.555.351,43	0,00	1.555.351,43	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	2.837.788,11	0,00	2.837.788,11	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	32.611.000,00	32.626.000,00	522.078,10	0,00	389.254,08	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	32.611.000,00	32.626.000,00	522.078,10	0,00	389.254,08	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	34.000,00	34.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>32.976.000,00</b>	<b>32.976.000,00</b>	<b>13.202.954,22</b>	<b>0,00</b>	<b>13.070.130,20</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>24.159.000,00</b>	<b>24.159.000,00</b>	-	-	<b>12.768.470,23</b>	<b>25.525.021,77</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	APORTES REALIZADOS					
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						
Plano Financeiro						
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						
Recursos para Formação de Reserva						
Outros Aportes para o RPPS						
Plano Previdenciário						
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						
Outros Aportes para o RPPS						
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
Valor	24.159.000,00					

Continua 2/4



Município de CHAPECO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/4

BENS E DIREITOS DO RPPS		PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2015	2014
Caixa		0,00	0,00
Bancos Conta Movimento		2.351,56	1.341.405,20
Investimentos		0,00	101.547.446,05
Outros Bens e Direitos		0,00	0,00

  

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	24.159.000,00	24.159.000,00	10.468.034,87	11.410.386,61
RECEITAS CORRENTES (VIII)	24.159.000,00	24.159.000,00	10.468.034,87	11.410.386,61
Receita de Contribuições Patronais	24.159.000,00	24.159.000,00	9.894.675,77	10.961.052,56
Pessoal Civil	24.159.000,00	24.159.000,00	9.894.675,77	10.961.052,56
Ativo	24.159.000,00	24.159.000,00	9.894.675,77	10.961.052,56
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	573.359,10	449.334,05
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)</b>	<b>24.159.000,00</b>	<b>24.159.000,00</b>	<b>10.468.034,87</b>	<b>11.410.386,61</b>

Continua 3/4



Município de CHAPECO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
Continuação 4/4  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	34.000,00	34.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO (XII)	34.000,00	34.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	34.000,00	34.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)</b>	<b>34.000,00</b>	<b>34.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

CHAPECO, 12/08/2015

JOSÉ CLÁUDIO CARAMORI  
Prefeito Municipal

ROBERTO ZOLET  
Contador Geral CRC/SC 025.778/C

GERALCI JOÃO AMPOLINI  
Secretário de Fazenda



Município de CHAPECÓ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Abr 2015 (B)	Em 30 Jun 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	60.660.175,07	60.747.633,40	64.015.770,62
DEDUÇÕES (II)	149.425.284,92	190.173.164,88	177.556.052,38
Disponibilidade de Caixa Bruta	174.573.670,40	192.139.819,08	179.036.739,53
Demais Haveres Financeiros	0,00	21.028,43	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	25.148.385,48	1.987.682,63	1.480.687,15
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-88.765.109,85	-129.425.531,48	-113.540.281,76
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	1.991.442,44	7.058.862,77
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-88.765.109,85</b>	<b>-131.416.973,92</b>	<b>-120.599.144,53</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2015 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>10.817.829,39</b>	<b>-31.834.034,68</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-3.411.000,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Abr 2015 (B)	Em 30 Jun 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	—	2.337,24	2.351,56
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.283,37	2.337,24	2.351,56
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	1.848.328,89	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	-2.337,24	-2.351,56
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>-2.337,24</b>	<b>-2.351,56</b>

FONTE:

CHAPECÓ, 12/08/2015

JOSÉ CLÁUDIO CARAMORI  
Prefeito Municipal

ROBERTO ZOLET  
Contador Geral CRC/SC 025.778/O-9

GERALCI JOÃO AMPOLINI  
Secretário de Fazenda





Município de CHAPECO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	598.617.000,00	278.946.769,99	262.007.772,46
Receita Tributária	145.013.000,00	73.332.918,93	64.630.907,70
I.P.T.U.	29.760.000,00	15.519.132,40	13.732.465,87
I.S.S.	59.340.000,00	25.964.682,59	22.352.411,14
I.T.B.I.	13.620.000,00	5.117.994,57	5.668.574,53
I.R.R.F.	14.280.000,00	7.329.368,66	5.597.213,51
Outras Receitas Tributárias	28.013.000,00	19.401.740,71	17.280.242,65
Receita de Contribuição	46.225.000,00	24.611.776,10	23.486.712,07
Receitas Previdenciárias	35.641.000,00	16.692.048,36	16.864.030,80
Outras Contribuições	10.584.000,00	7.919.727,74	6.622.681,27
Receita Patrimonial Líquida	849.000,00	837.956,31	559.493,21
Receita Patrimonial	17.729.000,00	11.270.142,52	10.091.419,23
(-) Aplicações Financeiras	16.880.000,00	10.432.186,21	9.531.926,02
Transferências Correntes	378.476.000,00	170.229.679,78	165.908.636,26
F.P.M.	46.080.000,00	20.654.912,97	19.360.438,19
I.C.M.S.	89.040.000,00	38.931.046,04	36.398.660,64
Convênios	9.710.000,00	1.814.967,26	10.362.721,63
Outras Transferências Correntes	233.646.000,00	108.828.753,51	99.786.815,80
Demais Receitas Correntes	28.054.000,00	9.934.438,87	7.422.023,22
Divida Ativa	6.134.000,00	1.481.261,55	1.603.725,57
Diversas Receitas Correntes	21.920.000,00	8.453.177,32	5.818.297,65
RECEITAS DE CAPITAL (II)	75.623.000,00	1.457.427,46	1.006.566,57
Operações de Crédito (III)	22.669.000,00	0,00	175.610,14
Amortização de Empréstimos (IV)	551.000,00	181.698,74	180.183,48
Alienação de Ativos (V)	773.000,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	51.630.000,00	1.275.728,72	650.772,95
Convênios	7.065.000,00	1.275.728,72	415.963,64
Outras Transferências de Capital	44.565.000,00	0,00	234.809,31
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	51.630.000,00	1.275.728,72	650.772,95
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	650.247.000,00	280.222.498,71	262.658.545,41

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	555.216.396,93	363.583.789,42	305.740.569,84	287.998.708,50	246.846.703,70
Pessoal e Encargos Sociais	286.910.467,34	147.371.940,41	129.173.943,55	147.203.228,37	128.753.619,65
Juros e Encargos da Dívida (IX)	3.753.000,00	2.754.327,26	2.666.253,53	1.954.026,80	1.509.653,02
Outras Despesas Correntes	264.552.929,59	213.457.521,75	173.900.372,76	138.841.453,33	116.583.431,03
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	551.463.396,93	360.829.462,16	303.074.316,31	286.044.681,70	245.337.050,68
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	116.070.443,00	39.267.171,62	38.247.989,30	15.414.069,87	28.872.682,62
Investimentos	105.306.443,00	32.864.330,09	29.764.587,64	11.649.585,25	22.574.082,43
Inversões Financeiras	1.104.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	1.104.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	9.660.000,00	6.402.841,53	8.483.401,66	3.764.484,62	6.298.600,19
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	106.410.443,00	32.864.330,09	29.764.587,64	11.649.585,25	22.574.082,43
	0,00				
Demais Inversões Financeiras	24.159.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Município de CHAPECO - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

<b>DESPESAS PRIMÁRIAS</b>	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	780.000,00	-	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>658.653.839,93</b>	<b>393.693.792,25</b>	<b>332.838.903,95</b>	<b>297.694.266,95</b>	<b>267.911.133,11</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-8.406.839,93</b>	<b>-113.471.293,54</b>	<b>-70.180.358,54</b>	<b>-17.471.768,24</b>	<b>-5.252.587,70</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>				<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>-27.026.000,00</b>	

CHAPECO, 12/08/2015

JOSÉ CLÁUDIO CARAMORI  
 Prefeito Municipal

ROBERTO ZOLET  
 Contador Geral CRC/SC 025.778/O-9

GERALCI JOÃO AMPOLINI  
 Secretário de Fazenda



Município de CHAPECÓ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PDER - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS							R\$ 1.000
PODER/ÓRGÃO	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014						
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	316.688,36	23.811.521,16	22.974.084,99	15.400,32	1.138.724,21	-	560.398,35	560.398,35	560.398,35	-	-	1.138.724,21	
<b>EXECUTIVO</b>	316.688,36	21.963.192,27	21.125.756,10	15.400,32	1.138.724,21	0,00	560.398,35	560.398,35	560.398,35	0,00	0,00	1.138.724,21	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	268.405,59	268.322,94	0,00	82,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82,65	
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	3.660.543,98	3.483.843,46	0,02	176.700,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	176.700,50	
GABINETE DO PREFEITO	0,00	2.678.570,83	2.639.109,80	156,50	39.304,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.304,53	
PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	0,00	14.011,72	9.798,68	0,00	4.213,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.213,04	
SEC. DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO	0,00	1.053.000,44	1.050.077,92	0,44	2.922,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.922,08	
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	72.195,85	72.195,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	369,25	1.297.616,59	1.296.168,59	0,00	1.817,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.817,25	
SECRETARIA DE CULTURA	0,00	336.925,55	336.790,55	0,00	135,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	135,00	
SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO	0,00	730.292,01	729.232,01	0,00	1.060,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.060,00	
SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO - SDC	46.938,36	0,00	23.000,00	0,00	23.938,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.938,36	
SECRETARIA DE DESENVOLVIM. RURAL E MEIO AMB	0,00	77.663,71	77.663,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	0,00	761.283,73	572.344,54	0,00	188.939,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	188.939,19	
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0,00	283.150,24	283.150,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED	0,00	4.362.175,32	3.932.062,46	0,00	430.112,86	0,00	560.398,35	560.398,35	560.398,35	0,00	0,00	430.112,86	
SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	700,00	0,00	0,00	0,00	700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700,00	
SECRETARIA DE HABITAÇÃO	0,00	46.370,73	46.370,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DE JUVENTUDE ESPORTES E LAZER	0,00	726.567,14	726.567,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	264.052,66	0,00	0,00	0,00	264.052,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	264.052,66	
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAESTR	0,00	5.594.418,84	5.579.057,48	15.243,36	118,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	118,00	
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	4.628,09	0,00	0,00	0,00	4.628,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.628,09	
INST. SIST. MUN. PREV. CHAPECÓ	0,00	1.848.328,89	1.848.328,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INSTITUTO DO SIST. MUN. DE PREVIDÊNCIA - SIMI	0,00	1.848.328,89	1.848.328,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	2.868.504,85	2.526.541,91	-	341.962,94	-	-	-	-	-	-	341.962,94	
<b>EXECUTIVO</b>	0,00	2.868.504,85	2.526.541,91	0,00	341.962,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	341.962,94	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	98.552,96	98.552,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
GABINETE DO PREFEITO	0,00	973.030,57	631.067,63	0,00	341.962,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	341.962,94	
PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	0,00	149.917,99	149.917,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SEC. DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO	0,00	104.191,14	104.191,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	2.585,49	2.585,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO E ACORDOS INSTI	0,00	126.090,01	126.090,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	25.669,62	25.669,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DE CULTURA	0,00	116.477,16	116.477,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO	0,00	45.329,52	45.329,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DE DESENVOLVIM. RURAL E MEIO AMB	0,00	87.276,34	87.276,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	0,00	21.049,76	21.049,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0,00	848.724,85	848.724,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED	0,00	11.859,51	11.859,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DE HABITAÇÃO	0,00	32.713,78	32.713,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DE JUVENTUDE ESPORTES E LAZER	0,00	223.036,15	223.036,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAESTR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	



Município de CHAPECÓ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014					
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	2.868.504,85	2.526.541,91	-	341.962,94	-	-	-	-	-	-	341.962,94
<b>EXECUTIVO</b>												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	2.868.504,85	2.526.541,91	0,00	341.962,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	341.962,94
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAES	0,00	223.036,15	223.036,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>316.688,36</b>	<b>26.680.026,01</b>	<b>25.500.626,90</b>	<b>15.400,32</b>	<b>1.480.687,15</b>	<b>0,00</b>	<b>560.396,35</b>	<b>560.396,35</b>	<b>560.396,35</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.480.687,15</b>

FONTE:

CHAPECÓ, 12/08/2015

JOSE CLAUDIO CARAMORI  
Prefeito MunicipalROBERTO ZOLET  
Contador Geral CRC/SC 025.778/O-9GERALCI JOÃO AMPOLINI  
Secretário de Fazenda



Município de CHAPECÓ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	773.000,00	0,00	773.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	552.000,00	0,00	552.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	221.000,00	0,00	221.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>773.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>773.000,00</b>

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00		0,00

FONTE:

CHAPECÓ, 12/08/2015

JOSÉ CLÁUDIO CARAMORI  
Prefeito Municipal

ROBERTO ZOLET  
Contador Geral CRC/SC 025.778/O-9

GERALCI JOÃO AMPOLINI  
Secretário de Fazenda



Município de CHAPECO - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		691.120.000,00		
Previsão Atualizada		691.120.000,00		
Receitas Realizadas		290.836.383,66		
Déficit Orçamentário		12.576.394,71		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		2.483.106,62		
DESPESAS				
Dotação Inicial		691.120.000,00		
Créditos Adicionais		5.105.839,93		
Dotação Atualizada		696.225.839,93		
Despesas Empenhadas		402.850.961,04		
Despesas Liquidadas		303.412.778,37		
Despesas pagas		260.878.475,72		
Superavit Orçamentário		0,00		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		402.850.961,04		
Despesas Liquidadas		303.412.778,37		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		499.232.228,14		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		25.838.600,43		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		13.070.130,20		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		12.768.470,23		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-3.411.000,00	-31.834.034,68	933,28
Resultado Primário		-27.026.000,00	-17.471.768,24	64,65
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	560.398,35	0,00	560.398,35	0,00
EXECUTIVO	560.398,35	0,00	560.398,35	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	26.996.714,37	15.400,32	25.500.626,90	1.480.687,15
EXECUTIVO	26.996.714,37	15.400,32	25.500.626,90	1.480.687,15
TOTAL:	27.557.112,72	15.400,32	26.061.025,25	1.480.687,15
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		41.592.096,53	25%	28,72
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		30.051.587,96	60%	89,13
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	22.669.000,00	
Despesa de Capital Líquida		15.414.069,87	100.656.373,13	

Continua 1/2



Município de CHAPECO - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	773.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		41.661.823,18	15,00	28,76
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

CHAPECO, 12/08/2015

\_\_\_\_\_  
 JOSÉ CLÁUDIO CARAMORI  
 Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
 ROBERTO ZOLET  
 Contador Geral CRC/SC 025.778/O-9

\_\_\_\_\_  
 GERALCI JOÃO AMPOLINI  
 Secretário de Fazenda

# RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Município de CHAPECO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>666.961.000,00</b>	<b>666.961.000,00</b>	<b>94.278.073,73</b>	<b>14,14</b>	<b>374.646.422,52</b>	<b>56,17</b>	<b>292.314.577,48</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>591.338.000,00</b>	<b>591.338.000,00</b>	<b>91.198.358,98</b>	<b>15,42</b>	<b>370.109.280,31</b>	<b>62,59</b>	<b>221.228.719,69</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	145.013.000,00	145.013.000,00	21.339.961,28	14,72	94.672.880,21	65,29	50.340.119,79
IMPOSTOS	117.000.000,00	117.000.000,00	16.933.064,24	14,47	70.864.242,46	60,57	46.135.757,54
TAXAS	26.928.000,00	26.928.000,00	4.219.096,29	15,67	23.467.190,59	87,15	3.460.809,41
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.085.000,00	1.085.000,00	187.800,75	17,31	341.447,16	31,47	743.552,84
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	22.066.000,00	22.066.000,00	4.560.507,87	20,67	18.704.249,10	84,77	3.361.750,90
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	15.858.000,00	15.858.000,00	2.966.818,23	18,71	12.408.666,42	78,25	3.449.333,58
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	6.208.000,00	6.208.000,00	1.593.689,64	25,67	6.295.582,68	101,41	-87.582,68
RECEITA PATRIMONIAL	17.729.000,00	17.729.000,00	4.126.853,26	23,28	15.396.995,78	86,85	2.332.004,22
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	707.000,00	707.000,00	26.279,40	3,72	126.625,15	17,91	580.374,85
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	16.880.000,00	16.880.000,00	3.700.704,11	21,92	14.132.890,32	83,73	2.747.109,68
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0,00	0,00	303.721,66	0,00	863.500,96	0,00	-863.500,96
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	142.000,00	142.000,00	96.148,09	67,71	273.979,35	192,94	-131.979,35
RECEITA AGROPECUÁRIA	281.000,00	281.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	281.000,00
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	281.000,00	281.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	281.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	104.000,00	104.000,00	72.795,70	70,00	806.648,31	775,62	-702.648,31
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	378.476.000,00	378.476.000,00	54.090.996,87	14,29	224.320.676,65	59,27	154.155.323,35
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	368.698.000,00	368.698.000,00	53.918.088,36	14,62	222.332.800,88	60,30	146.365.199,12
TRANSF. DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	34.000,00	34.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.000,00
TRANSF. DE PESSOAS	34.000,00	34.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.000,00
TRANSF. DE CONV.	9.710.000,00	9.710.000,00	172.908,51	1,78	1.987.875,77	20,47	7.722.124,23
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	27.669.000,00	27.669.000,00	7.007.244,00	25,33	16.207.830,26	58,58	11.461.169,74
MULTAS E JUROS DE MORA	8.993.000,00	8.993.000,00	1.755.965,85	19,53	6.183.160,51	68,76	2.809.839,49
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.232.000,00	6.232.000,00	2.145.019,75	34,42	2.674.217,11	42,91	3.557.782,89
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	6.134.000,00	6.134.000,00	1.719.421,13	28,03	3.200.682,68	52,18	2.933.317,32
RECEITAS DIVERSAS	6.310.000,00	6.310.000,00	1.386.837,27	21,98	4.149.769,96	65,76	2.160.230,04
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>75.623.000,00</b>	<b>75.623.000,00</b>	<b>3.079.714,75</b>	<b>4,07</b>	<b>4.537.142,21</b>	<b>6,00</b>	<b>71.085.857,79</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	22.669.000,00	22.669.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.669.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	11.654.000,00	11.654.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.654.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	11.015.000,00	11.015.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.015.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	773.000,00	773.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	773.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	221.000,00	221.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	221.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	552.000,00	552.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	552.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	551.000,00	551.000,00	77.241,15	14,02	258.939,89	46,99	292.060,11

Continua 14



Município de CHAPECO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>666.961.000,00</b>	<b>666.961.000,00</b>	<b>94.278.073,73</b>	<b>14,14</b>	<b>374.646.422,52</b>	<b>56,17</b>	<b>292.314.577,48</b>
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	51.630.000,00	51.630.000,00	3.002.473,60	5,82	4.278.202,32	8,29	47.351.797,68
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	44.565.000,00	44.565.000,00	3.002.473,60	6,74	3.002.473,60	6,74	41.562.526,40
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	7.065.000,00	7.065.000,00	0,00	0,00	1.275.728,72	18,06	5.789.271,28
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>24.159.000,00</b>	<b>24.159.000,00</b>	<b>3.052.031,40</b>	<b>12,63</b>	<b>13.520.066,27</b>	<b>55,96</b>	<b>10.638.933,73</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>691.120.000,00</b>	<b>691.120.000,00</b>	<b>97.330.105,13</b>	<b>14,08</b>	<b>388.166.488,79</b>	<b>56,16</b>	<b>302.953.511,21</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>691.120.000,00</b>	<b>691.120.000,00</b>	<b>97.330.105,13</b>	<b>14,08</b>	<b>388.166.488,79</b>	<b>56,16</b>	<b>302.953.511,21</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	14.151.344,87	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	691.120.000,00	691.120.000,00	97.330.105,13	14,08	402.317.833,66	56,16	302.953.511,21
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	7.144.839,93	—	—	4.639.959,92	—	—
Superávit Financeiro	—	7.144.839,93	—	—	4.639.959,92	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>666.961.000,00</b>	<b>675.055.839,93</b>	<b>70.719.393,39</b>	<b>461.997.030,06</b>	<b>213.058.809,87</b>	<b>95.125.877,70</b>	<b>386.965.331,70</b>	<b>288.090.508,23</b>	<b>334.374.114,89</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>525.387.000,00</b>	<b>537.792.849,33</b>	<b>65.538.916,61</b>	<b>417.549.381,66</b>	<b>120.243.467,67</b>	<b>84.101.285,53</b>	<b>360.526.669,66</b>	<b>177.266.179,67</b>	<b>310.196.287,10</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	262.008.000,00	259.845.124,44	39.337.805,21	175.136.421,25	84.708.703,19	39.453.726,55	175.083.630,55	84.761.493,89	173.922.807,97
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.000.000,00	3.753.000,00	983.672,74	3.738.000,00	15.000,00	1.360.486,13	3.314.512,93	438.487,07	3.251.589,10

Continua 2/4

Município de CHAPECO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>666.961.000,00</b>	<b>675.055.839,93</b>	<b>70.719.393,39</b>	<b>461.997.030,06</b>	<b>213.058.809,87</b>	<b>95.125.877,70</b>	<b>386.965.331,70</b>	<b>288.090.508,23</b>	<b>334.374.114,89</b>
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	262.379.000,00	274.194.724,89	25.217.438,66	238.674.960,41	35.519.764,48	43.287.072,85	182.128.526,18	92.066.198,71	133.021.890,03
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>116.635.000,00</b>	<b>112.323.990,60</b>	<b>5.180.476,78</b>	<b>44.447.648,40</b>	<b>67.876.342,20</b>	<b>11.024.592,17</b>	<b>26.438.662,04</b>	<b>85.885.328,56</b>	<b>24.177.827,79</b>
INVESTIMENTOS	109.531.000,00	101.559.990,60	1.973.318,31	34.837.648,40	66.722.342,20	6.989.891,43	18.639.476,68	82.920.513,92	16.439.859,83
INVERSOES FINANCEIRAS	1.104.000,00	1.104.000,00	0,00	0,00	1.104.000,00	0,00	0,00	1.104.000,00	0,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	6.000.000,00	9.660.000,00	3.207.158,47	9.610.000,00	50.000,00	4.034.700,74	7.799.185,36	1.860.814,64	7.737.967,96
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>24.939.000,00</b>	<b>24.939.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>24.939.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>24.939.000,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DO RPPS	24.159.000,00	24.159.000,00	0,00	0,00	24.159.000,00	0,00	0,00	24.159.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	780.000,00	780.000,00	0,00	0,00	780.000,00	0,00	0,00	780.000,00	0,00
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>24.159.000,00</b>	<b>24.759.000,00</b>	<b>3.779.177,59</b>	<b>15.352.501,96</b>	<b>9.406.498,04</b>	<b>3.779.177,59</b>	<b>15.352.501,96</b>	<b>9.406.498,04</b>	<b>9.009.039,46</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>691.120.000,00</b>	<b>699.814.839,93</b>	<b>74.498.570,98</b>	<b>477.349.532,02</b>	<b>222.465.307,91</b>	<b>98.905.055,29</b>	<b>402.317.833,66</b>	<b>297.497.006,27</b>	<b>343.383.154,35</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>691.120.000,00</b>	<b>699.814.839,93</b>	<b>74.498.570,98</b>	<b>477.349.532,02</b>	<b>222.465.307,91</b>	<b>98.905.055,29</b>	<b>402.317.833,66</b>	<b>297.497.006,27</b>	<b>343.383.154,35</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	388.166.488,79
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>691.120.000,00</b>	<b>699.814.839,93</b>	<b>74.498.570,98</b>	<b>477.349.532,02</b>	<b>—</b>	<b>98.905.055,29</b>	<b>402.317.833,66</b>	<b>—</b>	<b>731.549.643,14</b>
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO
				(a)	No Bimestre	% (b/a)	Até o Bimestre	% (c/a)	(a - c)
					(b)		(c)		
Receitas (Intra-Orçamentárias)			24.159.000,00	24.159.000,00	3.052.031,40	12,63	13.520.066,27	55,96	10.638.933,73
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS			24.159.000,00	24.159.000,00	3.052.031,40	12,63	13.520.066,27	55,96	10.638.933,73

Continua 3/4

Município de CHAPECO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>Receitas (Intra-Orçamentárias)</b>	<b>24.159.000,00</b>	<b>24.159.000,00</b>	<b>3.052.031,40</b>	<b>12,63</b>	<b>13.520.066,27</b>	<b>55,96</b>	<b>10.638.933,73</b>
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	24.159.000,00	24.159.000,00	3.052.031,40	12,63	13.520.066,27	55,96	10.638.933,73
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	24.159.000,00	24.159.000,00	3.052.031,40	12,63	13.520.066,27	55,96	10.638.933,73

  

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
<b>Despesas Intra-Orçamentárias</b>	<b>24.159.000,00</b>	<b>24.759.000,00</b>	<b>3.779.177,59</b>	<b>15.352.501,96</b>	<b>9.406.498,04</b>	<b>3.779.177,59</b>	<b>15.352.501,96</b>	<b>9.406.498,04</b>	<b>9.009.039,46</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	24.159.000,00	24.759.000,00	3.779.177,59	15.352.501,96	9.406.498,04	3.779.177,59	15.352.501,96	9.406.498,04	9.009.039,46

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 14.142.085,57  
CHAPECO, 24/09/2015

JOSÉ CLÁUDIO CARAMORI  
Prefeito Municipal

ROBERTO ZOLET  
Contador Geral CRC/SC 025.778/O-9

GERALCI JOÃO AMPOLINI  
Secretário de Fazenda

Município de CHAPECO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)</b>	666.961.000,00	675.055.839,93	70.719.393,39	461.997.030,06	96,78	213.058.809,87	95.125.877,70	386.965.331,70	96,18	288.090.508,23
Legislativa	13.265.000,00	13.265.000,00	1.359.756,15	7.394.548,76	1,55	5.870.451,24	1.585.163,55	6.525.684,61	1,62	6.739.315,39
Ação Legislativa	13.265.000,00	13.265.000,00	1.359.756,15	7.394.548,76	1,55	5.870.451,24	1.585.163,55	6.525.684,61	1,62	6.739.315,39
Administração	41.234.000,00	40.728.112,49	4.505.029,30	29.352.642,23	6,15	11.375.470,26	5.804.891,79	25.386.735,30	6,31	15.341.377,19
Administração Geral	26.933.000,00	26.233.112,49	3.162.430,17	18.578.769,25	3,89	7.654.343,24	3.465.360,44	16.330.637,33	4,06	9.902.475,16
Administração Financeira	958.000,00	958.000,00	89.687,32	543.034,11	0,11	414.965,89	92.432,78	523.316,82	0,13	434.683,18
Controle Interno	1.544.000,00	1.544.000,00	251.636,64	893.810,84	0,19	650.189,16	250.822,64	892.320,84	0,22	651.679,16
Tecnologia da Informação	1.312.000,00	906.000,00	90.786,47	590.353,00	0,12	315.847,00	103.655,47	546.953,00	0,14	359.047,00
Administração de Receitas	4.923.000,00	4.923.000,00	696.048,60	3.278.387,67	0,69	1.644.612,33	785.079,65	3.110.080,73	0,77	1.812.919,27
Comunicação Social	5.564.000,00	6.164.000,00	214.438,10	5.468.287,36	1,15	695.712,64	1.107.540,81	3.983.426,58	0,99	2.180.573,42
Segurança Pública	16.887.000,00	16.667.000,00	1.305.058,40	11.381.216,48	2,38	5.285.783,52	2.168.048,28	9.546.932,68	2,37	7.120.067,32
Policimento	13.636.000,00	13.416.000,00	985.645,87	8.989.610,21	1,88	4.426.389,79	1.692.949,89	7.272.877,74	1,81	6.143.122,26
Defesa Civil	3.251.000,00	3.251.000,00	319.412,53	2.391.606,27	0,50	859.393,73	475.098,39	2.274.054,94	0,57	976.945,06
Assistência Social	24.056.000,00	26.112.600,00	2.673.652,90	14.911.190,67	3,12	11.201.409,33	3.128.158,00	12.627.425,74	3,14	13.485.174,26
Assistência ao Idoso	1.443.000,00	1.913.100,00	230.338,72	969.368,48	0,20	943.731,52	262.361,67	798.614,20	0,20	1.114.485,80
Assistência ao Portador de Deficiência	3.895.000,00	4.617.100,00	235.931,85	2.841.323,34	0,60	1.775.776,66	525.622,90	2.436.587,50	0,61	2.180.512,50
Assistência à Criança e ao Adolescente	2.610.000,00	3.091.000,00	258.061,24	1.278.777,95	0,27	1.812.222,05	302.660,52	1.193.844,53	0,30	1.897.155,47
Assistência Comunitária	16.108.000,00	16.491.400,00	1.949.321,09	9.821.720,90	2,06	6.669.679,10	2.037.512,91	8.198.379,51	2,04	8.293.020,49
Previdência Social	57.101.000,00	58.901.000,00	6.529.706,93	19.732.661,15	4,13	39.168.338,85	6.594.270,91	19.664.401,11	4,89	39.236.598,89
Previdência do Regime Estatutário	57.101.000,00	58.901.000,00	6.529.706,93	19.732.661,15	4,13	39.168.338,85	6.594.270,91	19.664.401,11	4,89	39.236.598,89
Saúde	205.509.000,00	207.359.000,00	22.337.420,07	180.508.472,30	37,81	26.850.527,70	34.294.835,35	145.033.474,63	36,05	62.325.525,37
Atenção Básica	91.746.000,00	92.646.000,00	14.892.800,75	72.927.000,15	15,28	19.718.991,85	15.845.942,79	65.835.138,54	16,36	26.810.861,46
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	95.935.000,00	96.220.615,00	5.868.738,73	91.491.004,84	19,17	4.729.610,16	14.669.312,39	66.103.210,47	16,43	30.117.404,53
Suporte Profilático e Terapêutico	2.192.000,00	2.192.000,00	287.962,66	1.485.887,32	0,31	706.112,68	416.507,45	1.483.138,56	0,37	708.861,44
Vigilância Sanitária	1.965.000,00	1.809.385,00	142.268,03	1.176.571,99	0,25	632.813,01	331.820,33	1.099.562,49	0,27	709.822,51
Alimentação e Nutrição	13.671.000,00	14.491.000,00	1.145.649,90	13.428.000,00	2,81	1.063.000,00	3.031.252,39	10.512.424,57	2,61	3.978.575,43
Educação	124.492.000,00	126.945.239,93	18.921.592,70	86.782.266,89	18,18	40.162.973,04	19.409.243,36	81.925.934,82	20,36	45.019.305,11
Ensino Fundamental	80.493.000,00	82.768.648,81	10.653.858,09	54.988.567,32	11,52	27.780.081,49	10.597.276,88	51.722.581,82	12,86	31.046.066,99
Ensino Profissional	55.000,00	55.000,00	37.951,00	37.951,00	0,01	17.049,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00
Ensino Superior	108.000,00	108.000,00	15.000,00	15.066,21	0,00	92.933,79	15.000,00	15.066,21	0,00	92.933,79
Educação Infantil	43.099.000,00	42.829.386,00	7.693.712,89	30.680.803,16	6,43	12.148.582,84	8.117.755,56	29.153.816,83	7,25	13.675.569,17
Educação Especial	737.000,00	1.184.205,12	521.070,72	1.059.879,20	0,22	124.325,92	679.210,92	1.034.469,96	0,26	149.735,16
Cultura	5.022.000,00	5.322.000,00	604.878,59	2.895.313,89	0,61	2.426.686,11	523.796,34	2.632.419,59	0,65	2.689.580,41
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	665.000,00	665.000,00	119.487,59	487.663,52	0,10	177.336,48	81.411,69	427.857,33	0,11	237.142,67
Diffusão Cultural	4.357.000,00	4.657.000,00	485.391,00	2.407.650,37	0,50	2.249.349,63	442.384,65	2.204.562,26	0,55	2.452.437,74
Direitos da Cidadania	1.260.000,00	1.160.000,00	143.243,96	574.035,12	0,12	585.964,88	137.983,75	522.017,23	0,13	637.982,77
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1.260.000,00	1.160.000,00	143.243,96	574.035,12	0,12	585.964,88	137.983,75	522.017,23	0,13	637.982,77

Continua 1/4

Município de CHAPECO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	666.961.000,00	675.055.839,93	70.719.393,39	461.997.030,06	96,78	213.058.809,87	95.125.877,70	386.965.331,70	96,18	288.090.508,23
Urbanismo	86.460.000,00	88.181.924,44	4.620.636,29	40.485.243,60	8,48	47.696.680,84	7.901.286,02	29.235.103,32	7,27	58.946.821,12
Infra-Estrutura Urbana	78.944.000,00	81.996.924,44	3.390.972,31	35.231.789,31	7,38	46.765.135,13	6.590.130,13	24.461.182,75	6,08	57.535.741,69
Serviços Urbanos	6.319.000,00	6.119.000,00	1.229.663,98	5.253.454,29	1,10	865.545,71	1.311.155,89	4.773.920,57	1,19	1.345.079,43
Transportes Coletivos Urbanos	1.197.000,00	66.000,00	0,00	0,00	0,00	66.000,00	0,00	0,00	0,00	66.000,00
Habitação	9.980.000,00	8.143.403,58	250.619,88	2.315.825,67	0,49	5.827.577,91	177.392,62	1.319.060,55	0,33	6.824.343,03
Habitação Urbana	9.980.000,00	8.143.403,58	250.619,88	2.315.825,67	0,49	5.827.577,91	177.392,62	1.319.060,55	0,33	6.824.343,03
Saneamento	17.945.000,00	15.889.635,82	83.982,06	14.391.448,83	3,01	1.498.186,99	1.236.688,74	14.255.314,41	3,54	1.634.321,41
Saneamento Básico Urbano	17.945.000,00	15.889.635,82	83.982,06	14.391.448,83	3,01	1.498.186,99	1.236.688,74	14.255.314,41	3,54	1.634.321,41
Gestão Ambiental	1.383.000,00	1.383.000,00	195.637,21	863.182,23	0,18	519.817,77	224.589,14	678.580,23	0,17	704.419,77
Controle Ambiental	1.383.000,00	1.383.000,00	195.637,21	863.182,23	0,18	519.817,77	224.589,14	678.580,23	0,17	704.419,77
Ciência e Tecnologia	220.000,00	220.000,00	47.820,06	71.843,96	0,02	148.156,04	4.816,20	28.840,10	0,01	191.159,90
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	220.000,00	220.000,00	47.820,06	71.843,96	0,02	148.156,04	4.816,20	28.840,10	0,01	191.159,90
Agricultura	6.056.000,00	4.701.000,00	326.314,16	3.182.245,00	0,67	1.518.755,00	461.837,41	2.941.447,82	0,73	1.759.552,18
Promissão da Produção Vegetal	820.000,00	179.000,00	49.835,90	49.973,40	0,01	129.026,60	2.397,98	2.397,98	0,00	176.602,02
Defesa Sanitária Animal	696.000,00	696.000,00	205.913,22	554.011,80	0,12	141.988,20	206.368,22	554.011,80	0,14	141.988,20
Abastecimento	416.000,00	416.000,00	44.360,99	261.544,86	0,05	154.455,14	40.004,44	253.000,91	0,06	162.999,09
Extensão Rural	4.124.000,00	3.410.000,00	26.204,05	2.316.714,94	0,49	1.093.285,06	213.066,77	2.132.037,13	0,53	1.277.962,87
Indústria	1.964.000,00	6.945.449,28	42.500,00	5.270.951,82	1,10	1.674.497,46	576.088,27	1.498.192,13	0,37	5.447.257,15
Promissão Industrial	1.964.000,00	6.945.449,28	42.500,00	5.270.951,82	1,10	1.674.497,46	576.088,27	1.498.192,13	0,37	5.447.257,15
Comércio e Serviços	10.349.000,00	7.136.974,39	856.959,09	3.321.916,90	0,70	3.815.057,49	742.890,70	2.590.852,33	0,64	4.546.122,06
Promissão Comercial	9.356.000,00	6.171.974,39	841.910,09	2.783.683,27	0,58	3.388.291,12	716.475,42	2.103.980,62	0,52	4.067.993,77
Turismo	993.000,00	965.000,00	15.049,00	538.233,63	0,11	426.766,37	26.415,28	486.871,71	0,12	478.128,29
Energia	6.685.000,00	6.001.000,00	704.061,74	5.147.495,64	1,08	853.504,36	1.424.364,36	4.695.679,03	1,17	1.305.320,97
Energia Elétrica	6.685.000,00	6.001.000,00	704.061,74	5.147.495,64	1,08	853.504,36	1.424.364,36	4.695.679,03	1,17	1.305.320,97
Transporte	2.728.000,00	2.628.500,00	101.694,01	1.740.014,51	0,36	888.485,49	306.250,28	1.417.454,37	0,35	1.211.045,63
Transporte Aéreo	2.728.000,00	2.628.500,00	101.694,01	1.740.014,51	0,36	888.485,49	306.250,28	1.417.454,37	0,35	1.211.045,63
Desporto e Lazer	11.860.000,00	9.506.000,00	625.654,24	6.886.720,17	1,44	2.619.279,83	1.472.709,52	5.235.898,64	1,30	4.270.101,36
Desporto de Rendimento	2.283.000,00	540.000,00	0,00	464.060,48	0,10	75.939,52	20.854,80	391.030,24	0,10	148.969,76
Desporto Comunitário	9.577.000,00	8.966.000,00	625.654,24	6.422.659,69	1,35	2.543.340,31	1.451.854,72	4.844.868,40	1,20	4.121.131,60
Encargos Especiais	21.725.000,00	27.079.000,00	4.483.175,65	24.787.794,24	5,19	2.291.205,76	6.950.573,11	19.203.883,06	4,77	7.875.116,94
Serviço da Dívida Interna	7.000.000,00	13.348.000,00	4.190.831,21	13.348.000,00	2,80	0,00	5.395.186,87	11.113.698,29	2,76	2.234.301,71
Outros Encargos Especiais	14.725.000,00	13.731.000,00	292.344,44	11.439.794,24	2,40	2.291.205,76	1.555.386,24	8.090.184,77	2,01	5.640.815,23
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	780.000,00	780.000,00	0,00	0,00	0,00	780.000,00	0,00	0,00	0,00	780.000,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	24.159.000,00	24.759.000,00	3.779.177,59	15.352.501,96	3,22	9.406.498,04	3.779.177,59	15.352.501,96	3,82	9.406.498,04
Legislativa	345.000,00	345.000,00	55.267,69	204.882,09	0,04	140.117,91	55.267,69	204.882,09	0,05	140.117,91
Ação Legislativa	345.000,00	345.000,00	55.267,69	204.882,09	0,04	140.117,91	55.267,69	204.882,09	0,05	140.117,91

Continua 2/4

Município de CHAPECO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	24.159.000,00	24.759.000,00	3.779.177,59	15.352.501,96	3,22	9.406.498,04	3.779.177,59	15.352.501,96	3,82	9.406.498,04
Administração	2.608.000,00	2.608.000,00	413.903,13	1.634.971,80	0,34	973.028,20	413.903,13	1.634.971,80	0,41	973.028,20
Administração Geral	1.655.000,00	1.655.000,00	215.650,22	1.031.771,27	0,22	623.228,73	215.650,22	1.031.771,27	0,26	623.228,73
Administração Financeira	65.000,00	65.000,00	6.686,82	29.483,22	0,01	35.516,78	6.686,82	29.483,22	0,01	35.516,78
Controle Interno	109.000,00	109.000,00	13.694,60	61.115,66	0,01	47.884,34	13.694,60	61.115,66	0,02	47.884,34
Tecnologia da Informatização	101.000,00	101.000,00	14.123,57	57.854,41	0,01	43.145,59	14.123,57	57.854,41	0,01	43.145,59
Administração de Receitas	663.000,00	663.000,00	162.379,08	447.754,74	0,09	215.245,26	162.379,08	447.754,74	0,11	215.245,26
Comunicação Social	15.000,00	15.000,00	1.368,84	6.992,50	0,00	8.007,50	1.368,84	6.992,50	0,00	8.007,50
Segurança Pública	637.000,00	637.000,00	178.454,83	407.908,23	0,09	229.091,77	178.454,83	407.908,23	0,10	229.091,77
Policiamento	578.000,00	578.000,00	166.869,09	360.187,17	0,08	217.812,83	166.869,09	360.187,17	0,09	217.812,83
Defesa Civil	59.000,00	59.000,00	11.585,74	47.721,06	0,01	11.278,94	11.585,74	47.721,06	0,01	11.278,94
Assistência Social	1.076.000,00	1.076.000,00	144.340,38	617.100,83	0,13	458.899,17	144.340,38	617.100,83	0,15	458.899,17
Assistência ao Portador de Deficiência	352.000,00	352.000,00	40.406,95	184.427,08	0,04	167.572,92	40.406,95	184.427,08	0,05	167.572,92
Assistência à Criança e ao Adolescente	109.000,00	109.000,00	9.253,33	50.399,37	0,01	58.600,63	9.253,33	50.399,37	0,01	58.600,63
Assistência Comunitária	615.000,00	615.000,00	94.680,10	382.274,38	0,08	232.725,62	94.680,10	382.274,38	0,10	232.725,62
Previdência Social	34.000,00	34.000,00	0,00	0,00	0,00	34.000,00	0,00	0,00	0,00	34.000,00
Previdência do Regime Estatutário	34.000,00	34.000,00	0,00	0,00	0,00	34.000,00	0,00	0,00	0,00	34.000,00
Saúde	8.085.000,00	8.685.000,00	1.269.778,83	5.390.566,46	1,13	3.294.433,54	1.269.778,83	5.390.566,46	1,34	3.294.433,54
Atenção Básica	6.837.000,00	7.437.000,00	1.228.518,91	4.388.528,11	0,92	3.048.471,89	1.228.518,91	4.388.528,11	1,09	3.048.471,89
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	708.000,00	708.000,00	0,00	674.463,23	0,14	33.536,77	0,00	674.463,23	0,17	33.536,77
Suporte Profilático e Terapêutico	374.000,00	374.000,00	27.788,19	221.471,97	0,05	152.528,03	27.788,19	221.471,97	0,06	152.528,03
Vigilância Sanitária	166.000,00	166.000,00	13.471,73	106.103,15	0,02	59.896,85	13.471,73	106.103,15	0,03	59.896,85
Educação	8.145.000,00	8.145.000,00	1.150.685,71	4.799.160,67	1,01	3.345.839,33	1.150.685,71	4.799.160,67	1,19	3.345.839,33
Ensino Fundamental	5.641.000,00	5.641.000,00	786.043,30	3.586.849,32	0,75	2.054.150,68	786.043,30	3.586.849,32	0,89	2.054.150,68
Educação Infantil	2.504.000,00	2.504.000,00	364.642,41	1.212.311,35	0,25	1.291.688,65	364.642,41	1.212.311,35	0,30	1.291.688,65
Cultura	205.000,00	205.000,00	26.569,18	129.328,60	0,03	75.671,40	26.569,18	129.328,60	0,03	75.671,40
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	91.000,00	91.000,00	14.191,78	49.606,07	0,01	41.393,93	14.191,78	49.606,07	0,01	41.393,93
Difusão Cultural	114.000,00	114.000,00	12.377,40	79.722,53	0,02	34.277,47	12.377,40	79.722,53	0,02	34.277,47
Direitos da Cidadania	84.000,00	84.000,00	7.748,30	34.432,84	0,01	49.567,16	7.748,30	34.432,84	0,01	49.567,16
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	84.000,00	84.000,00	7.748,30	34.432,84	0,01	49.567,16	7.748,30	34.432,84	0,01	49.567,16
Urbanismo	1.991.000,00	1.991.000,00	402.029,08	1.584.561,41	0,33	406.438,59	402.029,08	1.584.561,41	0,39	406.438,59
Infra-Estrutura Urbana	1.451.000,00	1.451.000,00	327.628,12	1.073.751,80	0,22	377.248,20	327.628,12	1.073.751,80	0,27	377.248,20
Serviços Urbanos	540.000,00	540.000,00	74.400,96	510.809,61	0,11	29.190,39	74.400,96	510.809,61	0,13	29.190,39
Habituação	128.000,00	128.000,00	19.301,23	85.354,80	0,02	42.645,20	19.301,23	85.354,80	0,02	42.645,20
Habituação Urbana	128.000,00	128.000,00	19.301,23	85.354,80	0,02	42.645,20	19.301,23	85.354,80	0,02	42.645,20
Gestão Ambiental	122.000,00	122.000,00	13.602,41	56.013,34	0,01	65.986,66	13.602,41	56.013,34	0,01	65.986,66
Controle Ambiental	122.000,00	122.000,00	13.602,41	56.013,34	0,01	65.986,66	13.602,41	56.013,34	0,01	65.986,66

Continua 3/4

Município de CHAPECO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	24.159.000,00	24.759.000,00	3.779.177,59	15.352.501,96	3,22	9.406.498,04	3.779.177,59	15.352.501,96	3,82	9.406.498,04
Agricultura	303.000,00	303.000,00	36.639,31	151.484,99	0,03	151.515,01	36.639,31	151.484,99	0,04	151.515,01
Defesa Sanitária Animal	109.000,00	109.000,00	16.467,31	66.793,01	0,01	42.206,99	16.467,31	66.793,01	0,02	42.206,99
Abastecimento	52.000,00	52.000,00	6.094,33	24.281,51	0,01	27.718,49	6.094,33	24.281,51	0,01	27.718,49
Extensão Rural	142.000,00	142.000,00	14.077,67	60.410,47	0,01	81.589,53	14.077,67	60.410,47	0,02	81.589,53
Comércio e Serviços	127.000,00	127.000,00	22.865,43	94.702,81	0,02	32.297,19	22.865,43	94.702,81	0,02	32.297,19
Promoção Comercial	127.000,00	127.000,00	22.865,43	94.702,81	0,02	32.297,19	22.865,43	94.702,81	0,02	32.297,19
Transporte	61.000,00	61.000,00	7.593,61	35.221,18	0,01	25.778,82	7.593,61	35.221,18	0,01	25.778,82
Transporte Aéreo	61.000,00	61.000,00	7.593,61	35.221,18	0,01	25.778,82	7.593,61	35.221,18	0,01	25.778,82
Desporto e Lazer	208.000,00	208.000,00	30.398,47	126.811,91	0,03	81.188,09	30.398,47	126.811,91	0,03	81.188,09
Desporto Comunitário	208.000,00	208.000,00	30.398,47	126.811,91	0,03	81.188,09	30.398,47	126.811,91	0,03	81.188,09
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>691.120.000,00</b>	<b>699.814.839,93</b>	<b>74.498.570,98</b>	<b>477.349.532,02</b>	<b>100,00</b>	<b>222.465.307,91</b>	<b>98.905.055,29</b>	<b>402.317.833,66</b>	<b>100,00</b>	<b>297.497.006,27</b>

FONTE:

CHAPECO, 24/09/2015

JOSÉ CLÁUDIO CARAMORI  
Prefeito Municipal

ROBERTO ZOLET  
Contador Geral CRC/SC 025.778/O-9

GERALCI JOÃO AMPOLINI  
Secretário de Fazenda

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de CHAPECÓ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Set/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	TOTAL (ULT. 12 MESES)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>42.229.140,10</b>	<b>43.815.693,92</b>	<b>44.629.281,27</b>	<b>48.006.742,17</b>	<b>49.070.256,94</b>	<b>59.243.196,77</b>	<b>45.429.658,09</b>	<b>49.016.635,98</b>	<b>49.077.496,93</b>	<b>45.924.881,75</b>	<b>49.449.591,21</b>	<b>47.436.321,46</b>	<b>571.729.898,59</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	9.440.372,59	9.113.839,27	8.382.223,45	8.814.943,08	10.413.150,26	23.599.697,75	11.510.670,84	9.163.925,06	8.998.265,20	9.647.209,62	10.554.133,76	10.785.827,52	130.424.258,60
I.P.T.U.	919.098,33	1.024.387,11	854.294,42	1.057.865,58	1.662.260,93	8.879.044,17	1.833.008,38	928.198,59	957.116,81	1.259.503,52	1.494.280,75	1.540.830,36	22.409.888,95
I.R.R.F.	1.510.159,88	955.119,37	973.443,42	714.581,02	936.906,35	663.738,50	2.059.075,43	1.206.262,49	1.302.118,45	1.161.267,44	1.205.537,54	1.039.144,15	13.727.354,04
I.S.S.	4.821.716,87	4.548.841,39	4.484.797,41	4.616.823,73	4.155.771,74	4.097.839,76	4.105.468,11	4.476.962,34	4.500.620,75	4.606.045,89	4.736.541,41	4.524.310,64	53.695.714,04
I.T.B.I.	1.157.446,96	1.119.834,95	950.793,80	1.126.303,16	947.584,65	951.521,65	949.558,95	591.098,65	850.287,36	827.543,31	1.051.676,91	940.742,48	11.464.792,83
Outras Receitas Tributárias	1.231.950,55	1.465.656,45	1.118.894,40	1.300.369,59	2.709.686,59	9.037.553,67	2.512.529,97	1.961.398,99	1.388.121,83	1.792.448,66	2.066.097,15	2.340.799,89	28.925.508,74
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.810.042,11	1.876.222,78	1.883.465,05	1.103.233,36	2.855.075,57	2.329.013,78	2.107.366,89	2.520.283,66	2.144.783,05	2.187.218,28	2.192.460,09	2.368.047,78	25.377.212,40
RECEITA PATRIMONIAL	973.488,58	1.796.729,88	1.796.401,36	1.225.746,74	2.187.119,75	1.507.293,06	1.833.514,75	1.794.278,33	2.258.883,41	1.743.083,22	2.797.174,55	1.329.678,91	21.189.362,14
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	29.146,91	136.321,58	12.605,15	88.154,01	19.427,47	29.000,42	385.514,05	217.011,31	50.017,66	32.881,70	37.786,76	35.008,94	1.072.875,96
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	28.769.249,57	29.369.546,06	30.598.205,14	34.941.951,28	31.423.378,34	30.381.839,16	27.865.621,24	33.901.869,42	34.118.815,01	30.388.363,74	30.874.844,44	28.803.606,12	371.537.389,52
Cota-Parte do I.P.M.	3.444.291,64	3.255.125,25	4.308.574,52	9.416.856,26	2.743.919,93	6.338.648,37	3.985.421,18	4.198.636,84	5.160.692,71	4.492.325,81	3.324.945,50	3.888.756,24	53.456.100,25
Cota-Parte do I.C.M.S.	7.975.774,15	8.223.034,21	9.072.225,78	8.738.560,81	8.741.666,70	7.898.741,26	7.874.304,05	8.464.255,67	8.009.342,37	7.675.496,83	7.748.828,80	7.443.371,32	97.865.401,95
Cota-Parte do I.P.V.A.	2.491.538,30	2.087.359,01	1.202.575,87	755.218,22	1.324.532,51	1.774.537,66	2.538.404,41	2.662.567,27	2.746.489,11	2.741.237,87	3.020.919,81	2.709.201,51	26.054.581,55
Cota-Parte do I.T.R.	14.765,63	50.293,30	2.893,28	34.773,79	3.030,55	1.033,97	837,80	1.024,29	14.440,91	218,52	852,69	4.850,97	119.015,70
Outras Transferências Correntes	9.290.385,83	9.950.813,73	9.942.059,64	9.944.367,32	12.548.962,80	9.824.086,95	8.185.512,59	12.585.070,60	12.344.686,82	9.820.597,13	11.468.897,85	9.162.703,94	124.979.071,20
Transferências de LC 611/1989	116.851,24	125.137,86	143.695,55	141.785,61	183.548,40	109.202,95	107.129,57	112.198,49	120.454,31	111.061,50	118.174,63	1.515.921,80	1.580.000,00
Transferências de LC 87/1996	33.231,92	33.231,92	33.231,92	66.463,84	0,00	0,00	0,00	134.016,49	33.504,12	33.504,12	33.504,12	33.504,12	434.192,57
Transferências do FUNDEB	5.402.500,86	5.644.550,78	5.892.948,58	5.854.925,43	5.877.101,45	5.435.584,00	5.301.011,64	5.736.098,57	5.788.902,86	5.500.302,77	5.266.134,17	5.413.043,39	67.113.104,50
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.206.840,34	1.523.034,55	1.356.381,12	1.834.713,70	2.172.105,55	396.352,60	1.725.970,32	1.419.268,20	1.926.124,99	2.893.091,61	4.114.152,39	22.128.799,97	27.669.000,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>4.113.888,11</b>	<b>4.189.115,30</b>	<b>4.297.585,34</b>	<b>4.432.778,22</b>	<b>4.748.183,14</b>	<b>4.637.848,40</b>	<b>4.292.717,06</b>	<b>4.535.565,61</b>	<b>4.643.744,12</b>	<b>4.444.446,99</b>	<b>4.275.897,54</b>	<b>4.378.474,38</b>	<b>52.959.938,21</b>
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	107.709,50	49.654,72	99.305,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	256.673,55
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	820.885,48	819.070,22	819.725,69	851.431,65	1.602.670,34	904.892,69	917.617,25	925.177,29	930.575,45	943.080,47	941.795,45	933.685,60	11.410.607,58
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	2.815.272,30	2.754.826,00	2.952.639,13	3.389.074,64	2.599.338,58	3.024.432,66	2.885.144,17	3.121.074,77	3.217.174,43	3.013.492,52	2.847.982,20	2.839.571,49	35.460.022,89
Outras Contribuições Sociais	477.430,33	477.509,58	475.565,80	92.954,49	546.174,22	708.523,05	489.955,64	489.313,55	495.594,24	487.874,00	486.119,89	605.217,29	5.832.632,08
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>38.115.551,99</b>	<b>39.656.578,62</b>	<b>39.731.695,93</b>	<b>43.573.971,95</b>	<b>44.322.073,80</b>	<b>53.605.348,37</b>	<b>41.135.941,03</b>	<b>44.481.070,37</b>	<b>44.433.754,81</b>	<b>41.480.434,76</b>	<b>45.173.693,67</b>	<b>43.057.847,08</b>	<b>518.769.962,38</b>
<b>669.747.000,00</b>													

FONTE:  
CHAPECÓ, 24/09/2015

JOSÉ CLÁUDIO CARABORI Prefeito Municipal	ROBERTO ZOLET Coordador Geral CRCS/SC 025.778/O-9	CERVALDO JOÃO AMPOLINI Secretário de Fazenda
---	--	---



Município de CHAPECO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	32.976.000,00	32.976.000,00	20.286.420,41	19.157.434,36
RECEITAS CORRENTES	32.976.000,00	32.976.000,00	20.286.420,41	19.157.434,36
Receita de Contribuições dos Segurados	11.482.000,00	11.482.000,00	8.099.494,54	7.085.407,95
Pessoal Civil	11.482.000,00	11.482.000,00	8.099.494,54	7.085.407,95
Ativo	11.308.000,00	11.308.000,00	7.983.001,49	6.982.501,25
Inativo	174.000,00	174.000,00	116.493,05	102.906,70
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	15.683.000,00	15.683.000,00	12.184.470,80	11.658.589,44
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	15.683.000,00	15.683.000,00	12.184.470,80	11.658.589,44
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	5.811.000,00	5.811.000,00	2.455,07	413.436,97
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	5.733.000,00	5.733.000,00	0,00	413.120,00
Demais Receitas Correntes	78.000,00	78.000,00	2.455,07	316,97
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	24.159.000,00	24.159.000,00	13.520.066,27	14.465.265,22
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	57.135.000,00	57.135.000,00	33.806.486,68	33.622.699,58

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	32.942.000,00	34.742.000,00	19.732.661,15	0,00	19.664.401,11	0,00
ADMINISTRAÇÃO	331.000,00	316.000,00	7.286,00	0,00	2.706,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	331.000,00	316.000,00	7.286,00	0,00	2.706,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	32.611.000,00	34.426.000,00	19.725.375,15	0,00	19.661.695,11	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	19.040.371,55	0,00	19.040.371,55	0,00

Continua 1/4

Município de CHAPECO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Aposentadorias	0,00	0,00	11.218.709,41	0,00	11.218.709,41	0,00
Pensões	0,00	0,00	2.094.903,32	0,00	2.094.903,32	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	5.726.758,82	0,00	5.726.758,82	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	32.611.000,00	34.426.000,00	685.003,60	0,00	621.323,56	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	32.611.000,00	34.426.000,00	685.003,60	0,00	621.323,56	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	34.000,00	34.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	32.976.000,00	34.776.000,00	19.732.661,15	0,00	19.664.401,11	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)	24.159.000,00	22.359.000,00	-	-	14.142.085,57	33.622.699,58
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	APORTES REALIZADOS					
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00					
Plano Financeiro	0,00					
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00					
Recursos para Formação de Reserva	0,00					
Outros Aportes para o RPPS	0,00					
Plano Previdenciário	0,00					
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00					
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00					
Outros Aportes para o RPPS	0,00					
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
Valor	24.159.000,00					
BENS E DIREITOS DO RPPS		PERÍODO DE REFERÊNCIA				
		2015		2014		
Caixa	0,00		0,00			
Bancos Conta Movimento	2.400,42		1.323,54			
Investimentos	0,00		105.750.594,16			
Outros Bens e Direitos	0,00		0,00			

Continua 2/4

Município de CHAPECÓ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	24.159.000,00	24.159.000,00	13.520.066,27	14.465.265,22
RECEITAS CORRENTES (VIII)	24.159.000,00	24.159.000,00	13.520.066,27	14.465.265,22
Receita de Contribuições Patronais	24.159.000,00	24.159.000,00	12.584.320,98	13.836.197,55
Pessoal Civil	24.159.000,00	24.159.000,00	12.584.320,98	13.836.197,55
Ativo	24.159.000,00	24.159.000,00	12.584.320,98	13.836.197,55
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	935.745,29	629.067,67
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	24.159.000,00	24.159.000,00	13.520.066,27	14.465.265,22

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	34.000,00	34.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO (XII)	34.000,00	34.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	34.000,00	34.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3/4

Município de CHAPECO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)</b>	<b>34.000,00</b>	<b>34.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

CHAPECO, 24/09/2015

JOSÉ CLÁUDIO CARAMORI  
Prefeito Municipal

ROBERTO ZOLET  
Contador Geral CRC/SC 025.778/C

GERALCI JOÃO AMPOLINI  
Secretário de Fazenda

Município de CHAPECO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Jun 2015 (B)	Em 31 Ago 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	60.660.175,07	64.015.770,62	59.981.069,88
DEDUÇÕES (II)	149.425.284,92	177.556.052,38	177.565.977,93
Disponibilidade de Caixa Bruta	174.573.670,40	179.036.739,53	178.854.571,51
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	25.148.385,48	1.480.687,15	1.288.593,58
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-88.765.109,85	-113.540.281,76	-117.584.908,05
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	7.058.862,77	6.887.596,28
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-88.765.109,85</b>	<b>-120.599.144,53</b>	<b>-124.472.504,33</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2015 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-3.873.359,80</b>	<b>-35.707.394,48</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-3.411.000,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Jun 2015 (B)	Em 31 Ago 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	—	2.351,56	2.400,42
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.283,37	2.351,56	2.400,42
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	1.848.328,89	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	-2.351,56	-2.400,42
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>-2.351,56</b>	<b>-2.400,42</b>

FONTE:

CHAPECO, 24/09/2015

JOSÉ CLÁUDIO CARAMORI  
Prefeito Municipal

ROBERTO ZOLET  
Contador Geral CRC/SC 025.778/O-9

GERALCI JOÃO AMPOLINI  
Secretário de Fazenda

Município de CHAPECÓ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>598.617.000,00</b>	<b>369.496.456,26</b>	<b>332.879.489,60</b>
Receita Tributária	145.013.000,00	94.672.880,21	81.717.992,48
I.P.T.U.	29.760.000,00	18.554.243,51	15.584.729,04
I.S.S.	59.340.000,00	35.625.534,64	30.486.957,88
I.T.B.I.	13.620.000,00	7.110.413,96	7.730.595,60
I.R.R.F.	14.280.000,00	9.574.050,35	7.128.843,06
Outras Receitas Tributárias	28.013.000,00	23.808.637,75	20.786.866,90
Receita de Contribuição	46.225.000,00	32.224.315,37	30.189.667,26
Receitas Previdenciárias	35.641.000,00	21.619.560,81	21.550.673,17
Outras Contribuições	10.584.000,00	10.604.754,56	8.638.994,09
Receita Patrimonial Líquida	849.000,00	1.264.105,46	879.894,22
Receita Patrimonial	17.729.000,00	15.396.995,78	14.036.661,15
(-) Aplicações Financeiras	16.880.000,00	14.132.890,32	13.156.766,93
Transferências Correntes	378.476.000,00	224.320.676,65	210.309.617,97
F.P.M.	46.080.000,00	26.425.874,47	25.091.170,63
I.P.V.A	26.208.000,00	15.614.312,77	14.516.027,84
I.C.M.S.	89.040.000,00	51.084.646,34	48.021.528,46
Convênios	9.710.000,00	1.987.875,77	1.934.420,06
Outras Transferências Correntes	207.438.000,00	129.207.967,30	120.746.470,98
Demais Receitas Correntes	28.054.000,00	17.014.478,57	9.782.317,67
Dívida Ativa	6.134.000,00	3.200.682,68	2.074.272,71
Diversas Receitas Correntes	21.920.000,00	13.813.795,89	7.708.044,96
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>75.623.000,00</b>	<b>4.537.142,21</b>	<b>14.092.805,35</b>
Operações de Crédito (III)	22.669.000,00	0,00	175.610,14
Amortização de Empréstimos (IV)	551.000,00	258.939,89	263.910,13
Alienação de Ativos (V)	773.000,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	51.630.000,00	4.278.202,32	13.653.285,08
Convênios	7.065.000,00	1.275.728,72	726.197,97
Outras Transferências de Capital	44.565.000,00	3.002.473,60	12.927.087,11
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>51.630.000,00</b>	<b>4.278.202,32</b>	<b>13.653.285,08</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>650.247.000,00</b>	<b>373.774.658,58</b>	<b>346.532.774,68</b>

  

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>562.551.849,33</b>	<b>432.901.883,62</b>	<b>374.510.498,66</b>	<b>375.879.171,62</b>	<b>332.394.870,92</b>
Pessoal e Encargos Sociais	284.604.124,44	190.488.923,21	170.134.697,46	190.436.132,51	170.067.229,45
Juros e Encargos da Dívida (IX)	3.753.000,00	3.738.000,00	2.666.253,53	3.314.512,93	1.935.309,86
Outras Despesas Correntes	274.194.724,89	238.674.960,41	201.709.547,67	182.128.526,18	160.392.331,61
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>558.798.849,33</b>	<b>429.163.883,62</b>	<b>371.844.245,13</b>	<b>372.564.658,69</b>	<b>330.459.561,06</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>112.323.990,60</b>	<b>44.447.648,40</b>	<b>48.069.865,30</b>	<b>26.438.662,04</b>	<b>35.616.100,05</b>
Investimentos	101.559.990,60	34.837.648,40	38.862.878,29	18.639.476,68	27.914.640,14
Inversões Financeiras	1.104.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	1.104.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	9.660.000,00	9.610.000,00	9.206.987,01	7.799.185,36	7.701.459,91
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>102.663.990,60</b>	<b>34.837.648,40</b>	<b>38.862.878,29</b>	<b>18.639.476,68</b>	<b>27.914.640,14</b>
Demais Inversões Financeiras	24.159.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de CHAPECO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

<u>DESPESAS PRIMÁRIAS</u>	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	780.000,00	-	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>662.242.839,93</b>	<b>464.001.532,02</b>	<b>410.707.123,42</b>	<b>391.204.135,37</b>	<b>358.374.201,20</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-11.995.839,93</b>	<b>-90.226.873,44</b>	<b>-64.174.348,74</b>	<b>-17.429.476,79</b>	<b>-11.841.426,52</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>				<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>-27.026.000,00</b>	

CHAPECO, 24/09/2015

JOSÉ CLÁUDIO CARAMORI  
Prefeito Municipal

ROBERTO ZOLET  
Contador Geral CRC/SC 025.778/O-9

GERALCI JOÃO AMPOLINI  
Secretário de Fazenda

Município de CHAPECÓ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014					
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	316.688,36	23.811.521,16	23.157.179,56	24.400,32	946.630,64	-	560.398,35	560.398,35	560.398,35	-	-	946.630,64
<b>EXECUTIVO</b>	316.688,36	21.963.192,27	21.308.849,67	24.400,32	946.630,64	0,00	560.398,35	560.398,35	560.398,35	0,00	0,00	946.630,64
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	268.405,59	268.322,94	0,00	82,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82,65
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	3.660.543,98	3.651.101,25	9.000,02	442,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	442,71
GABINETE DO PREFEITO	0,00	2.678.570,83	2.653.153,50	156,50	25.260,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.260,83
PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	0,00	14.011,72	9.796,69	0,00	4.213,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.213,04
PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENC	0,00	1.053.000,44	1.051.300,00	0,44	1.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.700,00
SEC. DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÁ	0,00	72.195,85	72.195,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA FAZENDA	369,25	1.297.616,59	1.296.168,59	0,00	1.817,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.817,25
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	336.925,55	336.790,55	0,00	135,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	135,00
SECRETARIA DE CULTURA	0,00	730.292,01	729.232,01	0,00	1.060,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.060,00
SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO	46.938,36	0,00	23.000,00	0,00	23.938,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.938,36
SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO - SDC	0,00	77.663,71	77.663,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIM. RURAL E MEIO A	0,00	781.283,73	572.344,54	0,00	188.939,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	188.939,19
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	0,00	283.150,24	283.150,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO. ECONO	0,00	4.362.175,32	3.932.542,46	0,00	429.632,86	0,00	560.398,35	560.398,35	560.398,35	0,00	0,00	429.632,86
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED	700,00	0,00	0,00	0,00	700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700,00
SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	0,00	46.370,73	46.370,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE HABITAÇÃO	0,00	726.567,14	726.567,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE JUVENTUDE ESPORTES E LAZER	264.052,66	0,00	0,00	0,00	264.052,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	264.052,66
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	0,00	5.594.418,84	5.579.147,48	15.243,36	28,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28,00
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAES	4.628,09	0,00	0,00	0,00	4.628,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.628,09
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	0,00	1.848.328,89	1.848.328,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INST. SIST. MUN. PREV. CHAPECÓ	0,00	1.848.328,89	1.848.328,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INSTITUTO DO SIST. MUN. DE PREVIDÊNCIA - SIMF	0,00	2.868.504,85	2.526.541,91	-	341.962,94	-	-	-	-	-	-	341.962,94
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>EXECUTIVO</b>	0,00	2.868.504,85	2.526.541,91	0,00	341.962,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	341.962,94
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	98.552,96	98.552,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	973.030,57	631.067,63	0,00	341.962,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	341.962,94
PMCHAPECO - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	0,00	149.917,99	149.917,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÁ	0,00	104.191,14	104.191,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	2.585,49	2.585,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO E ACORDOS INST	0,00	126.090,01	126.090,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	25.669,62	25.669,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE CULTURA	0,00	116.477,16	116.477,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO	0,00	45.329,52	45.329,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIM. RURAL E MEIO A	0,00	87.276,34	87.276,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	0,00	21.049,76	21.049,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO. ECONO	0,00	848.724,85	848.724,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SED	0,00	11.859,51	11.859,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE HABITAÇÃO	0,00	32.713,78	32.713,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE JUVENTUDE ESPORTES E LAZER	0,00	223.036,15	223.036,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAES	0,00	-	-	0,00	-	0,00	-	-	-	-	-	-



Município de CHAPECO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014					
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	2.868.504,85	2.526.541,91	-	341.962,94	-	-	-	-	-	-	341.962,94
<b>EXECUTIVO</b>												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	2.868.504,85	2.526.541,91	0,00	341.962,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	341.962,94
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E INFRAES	0,00	223.036,15	223.036,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>316.688,36</b>	<b>26.680.026,01</b>	<b>25.683.720,47</b>	<b>24.400,32</b>	<b>1.288.593,58</b>	<b>0,00</b>	<b>560.396,35</b>	<b>560.396,35</b>	<b>560.396,35</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.288.593,58</b>

FONTE:

CHAPECO, 24/09/2015

JOSE CLÁUDIO CARAMORI  
Prefeito MunicipalROBERTO ZOLET  
Contador Geral CRC/SC 025.778/O-9GERALCI JOÃO AMPOLINI  
Secretário de Fazenda

Município de CHAPECO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)					SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>							
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	773.000,00				0,00		773.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	552.000,00				0,00		552.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	221.000,00				0,00		221.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>773.000,00</b>				<b>0,00</b>		<b>773.000,00</b>
<b>DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS</b>	<b>DESPESAS PAGAS (e)</b>	<b>DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>	<b>PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)</b>	<b>SALDO A PAGAR (g)=(d-e)</b>
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>SALDO FINANCEIRO A APLICAR</b>	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)					SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00					0,00	0,00

FONTE:

CHAPECO, 24/09/2015

JOSÉ CLÁUDIO CARAMORI  
Prefeito Municipal

ROBERTO ZOLET  
Contador Geral CRC/SC 025.778/O-9

GERALCI JOÃO AMPOLINI  
Secretário de Fazenda

Município de CHAPECO - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
<b>RECEITAS</b>				
Previsão Inicial		691.120.000,00		
Previsão Atualizada		691.120.000,00		
Receitas Realizadas		388.166.488,79		
Déficit Orçamentário		14.151.344,87		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		4.639.959,92		
<b>DESPESAS</b>				
Dotação Inicial		691.120.000,00		
Créditos Adicionais		8.694.839,93		
Dotação Atualizada		699.814.839,93		
Despesas Empenhadas		477.349.532,02		
Despesas Liquidadas		402.317.833,66		
Despesas pagas		343.383.154,35		
Superavit Orçamentário		0,00		
<b>DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO</b>		<b>Até o Bimestre</b>		
Despesas Empenhadas		477.349.532,02		
Despesas Liquidadas		402.317.833,66		
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>		<b>Até o Bimestre</b>		
Receita Corrente Líquida		518.769.962,38		
<b>RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>		<b>Até o Bimestre</b>		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		33.806.486,68		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		19.664.401,11		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		14.142.085,57		
<b>RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO</b>		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-3.411.000,00	-35.707.394,48	1.046,83
Resultado Primário		-27.026.000,00	-17.429.476,79	64,49
<b>RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	560.398,35	0,00	560.398,35	0,00
EXECUTIVO	560.398,35	0,00	560.398,35	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	26.996.714,37	24.400,32	25.683.720,47	1.288.593,58
EXECUTIVO	26.996.714,37	24.400,32	25.683.720,47	1.288.593,58
<b>TOTAL:</b>	<b>27.557.112,72</b>	<b>24.400,32</b>	<b>26.244.118,82</b>	<b>1.288.593,58</b>
<b>DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		54.856.550,94	25%	28,56
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		38.404.032,28	60%	86,46
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL</b>		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	22.669.000,00	
Despesa de Capital Líquida		26.438.662,04	85.885.328,56	
<b>PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS</b>		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	773.000,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00	

Continua 1/2

Município de CHAPECO - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	53.663.696,02	15,00	28,03
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)			0,00

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

CHAPECO, 24/09/2015

\_\_\_\_\_  
JOSÉ CLÁUDIO CARAMORI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ROBERTO ZOLET  
Contador Geral CRC/SC 025.778/O-9

\_\_\_\_\_  
GERALCI JOÃO AMPOLINI  
Secretário de Fazenda

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 24/PMCS/2015

CONTRATO N°: 29/PMCS/2015

ADITIVO N°: 24/2015

TIPO DE ADITIVO: PRIMEIRO TA - ACRÉSCIMO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: DEIP VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA - ME

PROCESSO LICITATÓRIO N°: 24/PMCS/2015

PREGÃO N° 15/PMCS/2015

Objeto do contrato: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de segurança durante a realização da III CocalFest.  
Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto o ACRESCIMO de 6,0% (seis por cento) ao valor do contrato firmado entre as partes.

Assinatura: 21/09/2015

Vigência: Início: 21/09/2015 Término: 31/12/2015

Valor: R\$ 312,00 (trezentos e doze reais)

# Concórdia

## PREFEITURA

### ADENDO 01 AO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2015 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

ADENDO 01 AO EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2015 PMC

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, por intermédio de seu Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: aquisição de materiais de consumo e alimentos, para o Encontro Municipal de Integração dos Grupos de Idosos, com base na Lei nº 2.752, de 13 de Dezembro de 1993, a ser realizado nos dias 10 e 12 de Novembro de 2015, no Centro de Eventos situado neste município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital foi alterado.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 30 de Setembro de 2015.

LAURI GARBOSSA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

### AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2015-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2015 - FMS

Objeto: Aquisição de materiais de consumo médico para a Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 horas, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 19/10/2015.

Início da Sessão: dia 19/10/2015, às 08h e 30min, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília – DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br). Quaisquer informações poderão ser obtidas no Compras do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situada à Rua Atalípio Magarinos, nº 326, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0\*\*49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 29 de setembro de 2015.

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do FMS

### AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2015-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2015 - FMS

Objeto: Aquisição de materiais de consumo médico para a Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 horas, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 19/10/2015.

Início da Sessão: dia 19/10/2015, às 08h e 30min, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília – DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br). Quaisquer informações poderão ser obtidas no Compras do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situada à Rua Atalípio Magarinos, nº 326, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0\*\*49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 29 de setembro de 2015.

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do FMS

### AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015-FMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015 - FMC

Objeto: a contratação de Serviço de réplica de CDs industriais de áudio, composto por 12 (doze) composições inéditas da Categoria Adultos Livre Municipais e Intermunicipais, Edição 2015, neste Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 19/10/2015.

Abertura: dia 20/10/2015 as 08h30.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 30 de Setembro de 2015.

GILMAR LUIZ MONTICELLI

Diretor Superintendente da FMC

**COMUNICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DE RECURSO TOMADA DE PREÇOS CS Nº 2/2015-PMC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - SC

TOMADA DE PREÇOS CS Nº 2/2015 – PMC

Objeto: Contratação de serviços de engenharia para elaboração de projetos de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial, em regime de empreitada global, em diversos locais do Município de Concórdia (acesso a comunidade de Pinhal, Rua Barra Bonita, Rua Terra Vermelha e acesso a Linha Gasperini).

**COMUNICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DE RECURSO**

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, a Comissão Permanente de Licitação torna público que na data de 30/09/2015 foi INDEFERIDO o recurso administrativo interposto pela licitante: GEOVIAS ENGENHARIA LTDA EPP. De consequência, fica inalterado o julgamento proferido na sessão do dia 09/09/2015, prosseguindo o processo para adjudicação e posterior homologação do objeto licitado. De destacar que é requisito indispensável para assinatura do contrato, a apresentação de prestação de garantia adicional, conforme determina o artigo 48, § 2º da Lei Federal 8.666/1993, por parte da empresa vencedora BAUER ENGENHARIA LTDA ME, no valor de R\$ 43.545,17 (quarenta e três mil quinhentos e quarenta e cinco reais e dezessete centavos). Fica a disposição das licitantes, se tiverem interesse na consulta e cópia dos pareceres, os quais devem ser solicitados e retirados junto à diretoria de compras.

Concórdia, SC, 30 de setembro de 2015.

CAMILA CRISTINA MARINHO VIEIRA NOGUEIRA

Presidente da CPL

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 260/2015-PMC**

Contrato Nº : 260/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : GREIZIANE CONFECÇÕES LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 96/2015

Objeto : Aquisição de camisetas para atender o projeto de Segurança Pública da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina pelo Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDD, por meio dos recursos próprio do fundo e para a campanha alusiva ao Outubro Rosa e Novembro Azul do Fundo Municipal de Saúde com recursos Federais, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 25/09/2015 Término: 24/11/2015

Assinatura : 25/09/2015

Valor R\$: 12.978,00 (Doze Mil e Novecentos e Setenta e Oito Reais)

Dotação : 329 - 04.002.2045.333903023000000.03000002

Dotação : 382 - 13.001.2104.333903023000000.03380004

**RESOLUÇÃO Nº 112/2015 DE 29 DE SETEMBRO DE 2015-CMDCA**

RESOLUÇÃO Nº 112/2015 DE 29 DE SETEMBRO DE 2015

Disciplina sobre a eleição dos Conselheiros Tutelares, em substituição a resolução nº 108/2015 de 29 de junho de 2015.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no uso de suas atribuições, conferidas pelo do artigo 139 da Lei nº 8.069/90 e Artigo 29 da Lei Complementar Municipal nº 593, de 21 de setembro de 2011 e alterações e de acordo com plenária realizada no dia 03 de setembro de 2015.

Resolve:

Art. 1º - O presente ato estabelece procedimentos que nortearão a eleição do Conselho Tutelar do Município de Concórdia, que ocorrerá no dia 04 de outubro de 2015, das 9h às 17h, nas dependências da Escola de Educação Básica Deodoro, conforme Edital de Eleição Pública nº 1/2015 e alterações.

Art. 2º - Serão instaladas oito Mesas Receptoras no local de eleição, nas dependências da Escola de Educação Básica Deodoro, para viabilizar o pleito.

Parágrafo Único – Para cada Mesa Receptora haverá uma cabina para ser resguardado o sigilo do voto, na forma de Lei.

Art. 3º - A Mesa Receptora será constituída por:

I – Presidente;

II – Mesário;

III – Secretário.

§ 1º - As atribuições dos integrantes relacionados nos itens II e III, serão designados pelo Presidente da Mesa Receptora de votos.






## ANEXO II

## CÉDULA DE VOTAÇÃO

---

---

---

---

---

---

---

---

## ANEXO III

## ATA DE VOTAÇÃO

Mesa nº \_\_\_\_\_

Aos quatro dias do mês de outubro de 2015, reuniram-se na sala \_\_\_\_\_ da Escola de Educação Básica Deodoro, componentes da Mesa Receptora de Votos, a cima referida.

Integraram a mesa os seguintes membros:

Houve substituições? Quais as nomeações feitas?

Número (numeral e por extenso) dos votantes por urna, de cada Mesa, que compareceram e votaram.

Ocorrências

Escreva aqui o inteiro teor da decisão proferida em caso de dúvidas, problemas ou acontecimentos ocorridos durante a votação. Nas folhas de votação há rasuras, emendas ou entrelinhas? Esta Ata tem rasuras, emendas ou entrelinhas?

Assinatura dos mesários e fiscais

OBS.: na falta de espaço, utilizar o verso, não esquecendo de colocar as assinaturas dos mesários.

## ANEXO IV

## ATA DE ESCRUTINAÇÃO

Mesa nº \_\_\_\_\_

Aos quatro dias do mês de outubro de 2015, às \_\_\_\_ horas, reuniu-se a Mesa de Escrutinação para contagem de votos da Mesa de Votação nº \_\_\_\_\_. Integram a Mesa os seguintes membros:

I. \_\_\_\_\_

II. \_\_\_\_\_

III. \_\_\_\_\_

Procedida a escrutinação, foram registrados os seguintes resultados:

	CANDIDATO	VOTOS

	VOTOS VÁLIDOS	
	VOTOS BRANCOS	
	VOTOS NULOS	
	Nº DE VOTANTES	

Assinatura dos Escrutinadores Assinatura dos Escrutinadores

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

#### ANEXO V

#### DESIGNAÇÃO E CREDENCIAMENTO DOS MEMBROS DAS MESAS ESCRUTINADORAS

O Presidente da Comissão Eleitoral no uso de suas atribuições, por este instrumento, designa e credencia:

NOME

A Mesa Escrutinadora nº \_\_\_\_\_.

Concórdia – SC \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Presidente da Comissão Eleitoral

#### ANEXO VI

#### CREDENCIAL DE FISCAL

Mesa nº \_\_\_\_\_

Nome do Fiscal	Nome do Candidato

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Comissão Eleitoral

#### ANEXO VII

#### MAPA DE APURAÇÃO

CANDIDATO	URNA 1	URNA 2	URNA 3	URNA 4	URNA 5	URNA 6	URNA 7	URNA 8	TOTAIS
VOTOS VÁLIDOS									
VOTOS BRANCOS									
VOTOS NULOS									
Nº DE VOTANTES									

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO N. 470/2015

DECRETO Nº 470/2015, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde ao Servidor Municipal, Sr.. LUCIANO RODRIGO DA SILVA , ocupante do cargo de Motorista, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 28 de setembro de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

### DECRETO N. 471/2015

DECRETO Nº 471/2015

“CONSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis,

- E considerando a necessidade de alteração de membros que constituem a Comissão de Licitações:

DECRETA

Art. 1º Fica constituída a Comissão Permanente de Licitações para fins de acompanhamento dos Procedimentos Licitatórios da Administração Municipal, da seguinte forma:

PRESIDENTE – Osni Colpani, matrícula 2474-01;

SECRETÁRIO – Sonia Cristina Della Torres Briancini, matrícula 854-01;

MEMBROS:

a) Cachtiuze Magnanti, matrícula 13455-01;

b) Kelly Cristina Ranzan, matrícula 1947-01;

c) Solange Maria Dervanoski Lanzarin, matrícula 1203-01;

d) Ivanete Lourdes Pederssetti, matrícula 1109-01;

Art. 2º A Comissão Permanente de Licitações terá incumbência de acompanhar todos os processos licitatórios, emitir pareceres e encaminhá-los aos departamentos pertinentes.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 207/2015.

Cordilheira Alta, SC, 29 de setembro de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### DECRETO N. 7.103

DECRETO Nº. 7.103, 03 de março de 2015.  
A PEDIDO EXONERA SERVIDOR.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal em exercício de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Cesar Luis Martinelli, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

#### DECRETA

Art. 1º. Exonerar a pedido o servidor público municipal Alexsandro Marcos Rosa, do cargo de médico, clínico geral, lotado na secretaria municipal de saúde, nomeado pelo decreto nº. 5.729/2011, edital de concurso público N. 001/2011, a partir de 01 de março de 2015.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 03 de março de 2015.  
César Luis Martinelli  
Prefeito em Exercício

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Priscila Stanga  
Diretora de Administração e Finanças

### DECRETO N. 7.272

DECRETO Nº 7.272, 14 de agosto de 2015.  
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 103/2015, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O Oponente VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

#### DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 103/2015 - Dispensa de Licitação Nº. 47/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Planacel Terraplenagem Coronel Ltda, no valor de R\$ 74.200,00 (setenta e quatro mil e duzentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de agosto de 2015.  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### DECRETO N. 7.293

DECRETO Nº. 7.293, 01 de setembro de 2015.  
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 108/2015, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

#### DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 108/2015 – Pregão Presencial Nº. 38/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: F.M. Pneus Ltda, com os itens 10, 12, 13, no valor de R\$ 25.556,00 (vinte e cinco mil, quinhentos e cinquenta e seis reais); Giaretta Pneus Ltda EPP, com o item 9, no valor de R\$ 38.800,00 (trinta e oito mil e oitocentos reais); J. Vachileski & Cia Ltda-ME, com o item 8, no valor de R\$ 85.600,00 (oitenta e cinco mil e seiscentos reais); Recapadora Marrecas Ltda EPP, com os itens 1 a 7, no valor de R\$ 82.360,00 (oitenta e dois mil, trezentos e sessenta reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 01 de setembro de 2015.  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças

### DECRETO N. 7.294

DECRETO Nº. 7.294, 02 de setembro de 2015.  
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA MOVIMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.046/2014.

#### DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a

movimentar por anulação de dotação no orçamento vigente, no valor de R\$ 18.508,80 (Dezoito mil, quinhentos e oito reais e oitenta centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub - função: 301 – Atenção Básica

Programa: 032 – Saúde Mental

Ação: 2.104 - Manutenção do Programa NASF

Do elemento: 3.3.90.0000000000.01.0664 – Atenção Básica - R\$ 9.900,00

Do elemento: 3.3.90.0000000000.01.0864 – Atenção Básica - R\$ 5.608,80

Do elemento: 4.4.90.0000000000.01.0864 – Atenção Básica - R\$ 3.000,00

Para elemento: 3.1.90.0000000000.01.664 – Atenção Básica - R\$ 18.508,80

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de setembro de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

#### **DECRETO N. 7.295**

DECRETO Nº 7.295, 03 de setembro de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 116/2015, PARA O Oponente Vencedor e dá outras providências.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 116/2015 - Dispensa de Licitação Nº. 55/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Ito Comércio de Implementos Agrícolas Ltda-ME, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 03 de setembro de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

#### **DECRETO N. 7.296**

DECRETO Nº 7.296, 04 de setembro de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 117/2015, PARA O Oponente Vencedor e dá outras providências.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 117/2015 - Dispensa de Licitação Nº. 56/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Mauri Antônio Cambuzzi, no valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 04 de setembro de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

#### **DECRETO N. 7.297**

DECRETO Nº 7.297, 08 de setembro de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 118/2015, PARA O Oponente Vencedor e dá outras providências.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 118/2015 - Dispensa de Licitação Nº. 57/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Auto Mecânica Brugalli Ltda-ME, no valor de R\$ 5.654,10 (cinco mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e dez centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 08 de setembro de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

**DECRETO N. 7.298**

DECRETO Nº 7.298, 08 de setembro de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 107/2015, PARA O Oponente Vencedor e dá outras providências.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

**DECRETA**

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 107/2015 - Dispensa de Licitação Nº. 50/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Cetric Central de Tratamento de Resíduos Sólidos, Indústria e Comércio Chapecó Ltda, no valor de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 08 de setembro de 2015.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

**DECRETO N. 7.299**

DECRETO Nº 7.299, 08 de setembro de 2015.

DESIGNA SERVIDORES PARA INTEGRAR COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS MOVEIS E IMÓVEIS – TERRENOS E ESCOLAS MUNICIPAIS DESATIVADAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

**DECRETA**

Art. 1º. Ficam designados os servidores: Nilvo José Bagio, Amarildo João Magri, Cesar Luis Martinelli, Milton Taglian. Nordemar Bianchi e Valdecir José Giachini, que sob a presidência do primeiro integram a Comissão de Avaliação dos bens móveis e imóveis – Terrenos e Escolas Municipais desativadas, que fazem parte do patrimônio público municipal.

Art. 2º. As deliberações da Comissão e as avaliações efetivadas deverão constar em ata própria.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto N. 6.316/2013.

Gabinete do Prefeito, 08 de setembro de 2015.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

**DECRETO N. 7.300**

DECRETO Nº 7.300, 08 de setembro de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 62/2015, PARA O PROPONENTE VENCEDOR e dá outras providências.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

**DECRETA**

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 62/2015 – Tomada de Preços, Nº. 11/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Bottin Consultoria Ltda - ME, no valor de R\$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 08 de setembro de 2015.

Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

**DECRETO N. 7.301**

DECRETO Nº 7.301, 09 de setembro de 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL EXTRAORDINÁRIO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com o art.167 da Constituição Federal, art. 41, 43, 44 e 45 da Lei 4.320/1964.

**DECRETA**

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional extraordinário no limite de R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais) no orçamento vigente, na seguinte classificação:

Órgão: 06 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos  
Unidade: 02 – Departamento de Transportes e Obras  
Função: 26- Transporte  
Sub - função: 782– Transporte Rodoviário  
Programa: 0004 – Melhoria de Pontes, Pontilhões e Bueiros  
Ação: 1.008- Recuperação de bueiros e pontes



Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 25.000,00

Órgão: 06 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos  
Unidade: 01 – Departamento de Serviços Urbanos  
Função: 15- Urbanismo  
Sub - função: 451– Infraestrutura Urbana  
Programa: 0018 – Serviço de Utilidade Pública  
Ação: 2.050- Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos  
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 22.000,00

Art. 2º. O crédito aberto visa atender as despesas imprevisíveis e urgentes decorrentes do Decreto nº 7.204 de 14 de julho de 2015, que Declara situação anormal caracterizada como situação de calamidade pública na área do Município afetada por enxurrada.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de setembro de 2015.  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **DECRETO N. 7.302**

DECRETO Nº 7.302, 09 de setembro de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 119/2015, PARA O Oponente Vencedor e dá outras providências.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

#### **DECRETA**

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 119/2015 - Dispensa de Licitação Nº. 58/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Planacel Terraplenagem Coronel Ltda, no valor de R\$ 90.400,00 (noventa mil e quatrocentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de setembro de 2015.  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **DECRETO N. 7.303**

DECRETO Nº 7.303, 10 de setembro de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 111/2015, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

#### **DECRETA**

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 111/2015 – Pregão Presencial Nº. 39/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Chapecó Comércio de Peças e Máquinas Ltda, no valor de R\$ 16.622,00 (dezesesseis mil, seiscentos e vinte e dois reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de setembro de 2015.  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### **DECRETO N. 7.304**

DECRETO Nº 7.304, 10 de setembro de 2015.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA MOVIMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FMH.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.046/2014.

#### **DECRETA**

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a movimentar por anulação de dotação no orçamento vigente do fundo municipal de habitação, no valor de R\$ 2.875,00 (dois mil, oitocentos e setenta e cinco reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 09.00 – Fundo Municipal de Habitação  
Unidade: 09.01 – Fundo Municipal de Habitação  
Função: 16 – Habitação  
Sub - função: 482 – Habitação Urbana  
Programa: 028 – Habitação  
Ação: 2.054 – Manutenção do Fundo Rotativo Habitacional  
Do elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários - R\$ 2.875,00  
Para elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários - R\$ 2.875,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de setembro de 2015.  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

#### **DECRETO N. 7.305**

DECRETO Nº 7.305, 10 de setembro de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 121/2015, PARA O Oponente Vencedor e dá outras providências.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

#### **DECRETA**

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 121/2015 - Dispensa de Licitação Nº. 59/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Ferracol Ferragem Coronel Freitas Ltda, no valor de R\$ 7.263,83 (sete mil, duzentos e sessenta e três reais e oitenta e três centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de setembro de 2015.  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

#### **DECRETO N. 7.306**

DECRETO Nº 7.306, 14 de setembro de 2015.

DISPÕE SOBRE A NÃO REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PARTICULARES NO ÂMBITO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

#### **DECRETA**

Art. 1º. Fica Decretado que a partir de 01 de outubro de 2015 a 01 de fevereiro de 2016, não serão mais realizados serviços particulares, no âmbito das Secretarias do Município de Coronel Freitas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de setembro de 2015.  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

#### **DECRETO N. 7.307**

DECRETO Nº 7.307, 14 de setembro de 2015.

DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DO DECRETO N. 7.302/2015.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

#### **DECRETA**

Art. 1º. Fica revogado o Decreto N. 7.302/2015, referente ao processo administrativo N. 119/2015 – dispensa de licitação N. 58/2015, da empresa vencedora para patrolamento de estradas municipais, em virtude da contenção de despesas do município.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de setembro de 2015.  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

#### **DECRETO N. 7.308**

DECRETO Nº 7.308, 16 de setembro de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 115/2015, PARA O PROPONENTE VENCEDOR e dá outras providências.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

#### **DECRETA**

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 115/2015 – Pregão Presencial Nº. 40/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Maravi-máquinas Comércio de Peças e Serviços Ltda-Me, no valor de R\$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de setembro de 2015.  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal



Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### DECRETO N. 7.309

DECRETO Nº 7.309, 18 de setembro de 2015.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA MOVIMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FMH.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.046/2014.

#### DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a movimentar por anulação de dotação no orçamento vigente do fundo municipal de habitação, no valor de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 09.00 – Fundo Municipal de Habitação

Unidade: 09.01 – Fundo Municipal de Habitação

Função: 16 - Habitação

Sub - função: 482 – Habitação Urbana

Programa: 028 – Habitação

Ação: 2.054 – Manutenção do Fundo Rotativo Habitacional

Do elemento: 3.2.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários - R\$ 1.150,00

Do elemento: 4.6.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários - R\$ 1.150,00

Para elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários - R\$ 2.300,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de setembro de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

### DECRETO N. 7.310

DECRETO Nº 7.310, 21 de setembro de 2015.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR VERBAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.099/2015.

#### DECRETO

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento do município, no valor de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais) conforme a seguir discriminado:

Órgão: 03.00 – Secretaria de Administração e Finanças  
Unidade: 03.02 – Departamento de Administração e Finanças

Função: 04- Administração

Sub-função: 122– Administração Geral

Programa: 0003 – Administração Geral

Ação: 2.003- Manutenção Das Atividades de administração do Município

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0000 – Recursos Próprios R\$ 220.000,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 06.02 – Departamento de Transportes e Obras

Função: 26- Transporte

Sub-função: 122 – Administração Geral

Programa: 0013 – Estradas Vicinais

Ação: 2.044- Manutenção, Abertura e conservação de estradas vicinais

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 220.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de setembro de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças

### DECRETO N. 7.311

Decreto N. 7.311, 21 de setembro de 2015.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO EM 2014 NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FMA.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.100/2015.

#### DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verba e abrir crédito adicional por superávit financeiro em 2014, no orçamento vigente do FMA, no valor de R\$ 202.875,00 (duzentos e dois mil, oitocentos e setenta e cinco reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 08.00 – Fundo Municipal de Assistência Médica aos Servidores

Unidade: 08.01 – Fundo Municipal de Assistência Médica aos Servidores

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 122 – Administração Geral

Programa: 30 - Fundo Municipal de Assistência Médica aos Servidores

Ação: 2.055 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência

Médica aos Servidores  
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários - R\$ 2.875,00.

Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0000 – Superávit do Exercício Anterior R\$ 200.000,00.

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes do Superávit do exercício anterior conforme Decreto Nº. 7.060/2015 no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), e da anulação de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 08.00 – Fundo Municipal de Assistência Médica aos Servidores

Unidade: 08.01 – Fundo Municipal de Assistência Médica aos Servidores

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 122 – Administração Geral

Programa: 30 - Fundo Municipal de Assistência Médica aos Servidores

Ação: 2.055 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Médica aos Servidores

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários - R\$ 2.875,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de setembro de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

### DECRETO N. 7.312

DECRETO Nº. 7.312, 22 de setembro de 2015.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR VERBAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.102/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 22.700,00 (vinte e dois mil e setecentos reais) conforme a seguir discriminado:

Órgão: 01.00 – Câmara de Vereadores

Unidade: 01.01 – Câmara de Vereadores

Função: 01 - Legislativa

Sub-função: 031 – Ação Legislativa

Programa: 001 – Processo Legislativo

Ação: 1.001 – Conclusão Construção Sede Própria

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0001 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – R\$ 20.000,00

Órgão: 01.00 – Câmara de Vereadores

Unidade: 01.01 – Câmara de Vereadores

Função: 01 - Legislativa

Sub-função: 031 – Ação Legislativa

Programa: 001 – Processo Legislativo

Ação: 2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores

Elemento: 3.3.50.0000000000.01.0001 – Transferências a Instituições privadas sem fins Lucrativos - R\$ 2.700,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 01.00 – Câmara de Vereadores

Unidade: 01.01 – Câmara de Vereadores

Função: 01 - Legislativa

Sub-função: 031 – Ação Legislativa

Programa: 001 – Processo Legislativo

Ação: 1.002 – Aquisições de Móveis, Equipamentos e Mobiliário em Geral

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - R\$ 20.000,00

Órgão: 01.00 – Câmara de Vereadores

Unidade: 01.01 – Câmara de Vereadores

Função: 01 - Legislativa

Sub-função: 031 – Ação Legislativa

Programa: 001 – Processo Legislativo

Ação: 2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0001 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - R\$ 2.700,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 22 de setembro de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

### DECRETO N. 7.313

DECRETO Nº 7.313, 22 de setembro de 2015.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA MOVIMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.046/2014.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a movimentar por anulação de dotação no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Unidade: 04.04 – Departamento de Esportes

Função: 27 – Desporto e Lazer

Sub - função: 122 – Administração Geral

Programa: 07 – Esporte e Lazer para Todos

Ação: 2.026 - Manutenção do Departamento de Esportes

Do elemento: 3.1.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários - R\$ 3.000,00

Para elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários  
- R\$ 3.000,00

Órgão: 05.00 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
Unidade: 05.01 – Departamento de Agricultura  
Função: 20 – Agricultura  
Sub - função: 606 – Extensão Rural  
Programa: 10 – Agricultura  
Ação: 2.028 – Manutenção e Assistência ao Produtor Rural  
Do elemento: 3.1.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários  
- R\$ 3.000,00  
Para elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários  
- R\$ 3.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 22 de setembro de 2015.  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

#### **DECRETO N. 7.314**

DECRETO Nº 7.314, 22 de setembro de 2015.  
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 120/2015, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

#### **DECRETA**

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 120/2015 – Pregão Presencial Nº. 41/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Rodrigo Luis Schaefer –ME, no valor de R\$ 2.730,24 (dois mil, setecentos e trinta reais e vinte e quatro centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 22 de setembro de 2015.  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

#### **DECRETO N. 7.315**

DECRETO Nº 7. 315, 22 de setembro de 2015.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL EXTRAORDINÁRIO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com o art.167 da Constituição Federal, art. 41, 43, 44 e 45 da Lei 4.320/1964.

#### **DECRETA**

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional extraordinário no limite de R\$ 9.520,00 (nove mil, quinhentos e vinte reais) no orçamento vigente, na seguinte classificação:

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte  
Unidade: 04.04 – Departamento de Esportes  
Função: 27- Desporto e Lazer  
Sub - função: 122– Administração Geral  
Programa: 0007 – Esporte e Lazer para todos  
Ação: 2.026- Manutenção do Departamento de Esportes  
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 700,00

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte  
Unidade: 04.05 – Departamento de Educação  
Função: 12- Educação  
Sub - função: 361– Ensino fundamental  
Programa: 0005 – Todas as crianças e adolescentes na escola  
Ação: 2.007- Manutenção do Transporte Escolar  
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0001 – Recursos de Impostos e de Transferência de Impostos  
R\$ 8.820,00

Art. 2º. O crédito aberto visa atender as despesas imprevisíveis e urgentes decorrentes do Decreto nº 7.204 de 14 de julho de 2015, que Declara situação anormal caracterizada como situação de calamidade pública na área do Município afetada por enxurrada.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 22 de setembro de 2015.  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças.

#### **DECRETO N. 7.316**

DECRETO Nº 7. 316, 24 de setembro de 2015.  
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 124/2015, PARA O OPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

#### **DECRETA**

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 124/2015

- Dispensa de Licitação Nº. 60/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Aldair Jose Fideles, no valor de R\$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de setembro de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

### **DECRETO N. 7.317**

DECRETO Nº 7. 317, 24 de setembro de 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 125/2015, PARA O Oponente Vencedor e dá outras providências.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 125/2015 - Dispensa de Licitação Nº. 61/2015, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Rudiger Multimarcas Ltda, no valor de R\$ 8.820,00 (oito mil, oitocentos e vinte reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de setembro de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

### **DECRETO N. 7.318**

DECRETO Nº. 7.318, 28 de setembro de 2015.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando – que no dia 06 de outubro é comemorado o aniversário do município, conforme prevê o artigo 47, da Lei Municipal N. 1.477/2006;

DECRETA

Art. 1º. Fica Decretado Ponto Facultativo, nas repartições públicas do município de Coronel Freitas, no dia 05 de outubro de 2015, exceto a Secretaria Municipal de Educação e o Conselho Tutelar.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 28 de setembro de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

### **DECRETO N. 7.320**

DECRETO N. 7.320, 29 de setembro de 2015.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR VERBAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.104/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento do município, no valor de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais) conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Unidade: 04.05 – Departamento de Educação

Função: 12- Educação

Sub-função: 453– Transportes Coletivos Urbanos

Programa: 0005 – Todas as crianças e adolescentes na escola

Ação:1.015- Aquisição de Veículos

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0001 – Receita de Impostos e de Transferência de Impostos

R\$ 12.000,00

Elemento: 4.4.90.0000000000.03.0089 – Superávit do Exercício Anterior R\$ 22.000,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes do Superávit do exercício anterior DR 03.0089 conforme Decreto Nº. 7.060/2015 no valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais ) e da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Unidade: 04.04 – Departamento de Esportes



Função: 27- Desporto e Lazer  
Sub-função: 122 – Administração Geral  
Programa: 0007 – Esporte e Lazer para todos  
Ação: 1.026- Reforma e ampliação dos Vestiários, arquibancadas e copa  
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 12.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de setembro de 2015.  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças

### DECRETO N. 7.321

Decreto N. 7.321, 29 de setembro de 2015.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO ABRIR CREDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR VERBAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.105/2015.

#### DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do município, no valor de R\$ 734.407,22 (setecentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e sete reais e vinte e dois centavos) conforme a seguir discriminado:

Órgão: 09.00 – Fundo Municipal de Habitação  
Unidade: 09.01 –Fundo Municipal de Habitação  
Função: 16- Habitação  
Sub-função: 482– Habitação Urbana  
Programa: 0028 – Habitação  
Ação: 1.069- Aquisição de áreas de terra  
Elemento: 4.5.90.0000000000.01.0000 – Recursos Próprios R\$ 720.407,22

Órgão: 09.00 – Fundo Municipal de Habitação  
Unidade: 09.01 –Fundo Municipal de Habitação  
Função: 16- Habitação  
Sub-função: 481– Habitação Rural  
Programa: 0028 – Habitação  
Ação: 1.067- Infraestrutura para área habitacional  
Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – Recursos Próprios R\$ 14.000,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos  
Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos  
Função: 15- Urbanismo  
Sub-função: 451 – Infraestrutura Urbana  
Programa: 15 – Urbanismo da Cidade

Ação: 1.057- Asfaltamento de Vias Urbanas  
Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 664.784,00

Órgão: 03.00 – Secretaria de Administração e Finanças  
Unidade: 03.02 – Departamento de Administração e Finanças  
Função: 04- Administração  
Sub-função: 122 – Administração Geral  
Programa: 0003 – Administração Geral  
Ação: 2.006- Reserva de Contingência  
Elemento: 9.9.90.0000000000.01.0000 – Reserva de Contingência R\$ 69.623,22

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de setembro de 2015.  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco  
Secretária de Administração e Finanças

### DECRETO N.º 7.319

DECRETO N. 7.319, 29 de setembro de 2015.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR VERBAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.103/2015.

#### DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais) conforme a seguir discriminado:

Órgão: 05.00 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
Unidade: 05.01 – Departamento de Agricultura  
Função: 20 - Agricultura  
Sub-função: 606 – Extensão Rural  
Programa: 010 - Agricultura  
Ação: 2.028 - Manutenção e Assistência ao Produtor Rural  
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 65.000,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 05.00 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
Unidade: 05.01 – Departamento de Agricultura  
Função: 20 - Agricultura  
Sub-função: 122 – Administração Geral  
Programa: 011 – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agrícola  
Ação: 2.039 – Lei de Incentivos  
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Órgão: 05.00 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
Unidade: 05.01 – Departamento de Agricultura  
Função: 20 - Agricultura

Sub-função: 122 – Administração Geral  
Programa: 010 - Agricultura  
Ação: 1.033 – Aquisição de Máquina, Veículos, Equipamentos e Mobiliário  
Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de setembro de 2015.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

# Coronel Martins

## PREFEITURA

**DECRETO Nº. 170 DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.**

DECRETO Nº. 170 DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2015 e Lei Orçamentária Anual nº. 641 de 27/11/2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na seguinte Programação de despesa:

04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0031.2.061 – Manutenção do Ensino Fundamental				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	20	01.0019	10.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao credito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) da seguinte Programação de despesas:

04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0031.2.0661 – Manutenção do Ensino Fundamental				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	15	01.0019	10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 14 de setembro de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 171 DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.**

DECRETO Nº. 171 DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2015 e Lei Orçamentária Anual nº. 641 de 27/11/2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.250,00 (cinco mil e duzentos e cinquenta reais) na seguinte Programação de despesa:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0051.2.014 – Manutenção das Atividades da Saúde				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	04	01.0002	5.250,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 5.250,00 (cinco mil e duzentos e cinquenta reais) da seguinte Programação de despesas:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0051.2.014 – Manutenção das Atividades da Saúde				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.71.00.00.00	Transferência a Consórcios Públicos	03	01.0002	5.250,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 14 de setembro de 2015.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 172 DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.**

DECRETO Nº. 172 DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2015 e Lei Orçamentária Anual nº. 641 de 27/11/2014;

Decreta:  
Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 55.200,00 (cinquenta e cinco mil e duzentos reais) na seguinte Programação de despesa:

06.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE				
20.606.0037.2.038 – Atividades de Apoio a Agricultura e Meio Ambiente				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	81	01.0034	55.200,00

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 55.200,00 (cinquenta e cinco mil e duzentos reais) do excesso de arrecadação da Fonte de Recursos 01.0034, Aquisição de Implementos Agrícolas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 17 de setembro de 2015.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER  
Chefe de Gabinete



# Corupá

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 928/15

DECRETO Nº 928/15

REAJUSTA O VALOR DA TARIFA DO SERVIÇO DETRANSPORTE COLETIVO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, através dos artigos 10, I, V, X, artigo 66, VII, combinado com a Lei Complementar 011/09;

CONSIDERANDO que o artigo 2º da Lei Complementar nº 011/09 de 30 de setembro de 2009, que determina que as tarifas dos serviços deverão ser fixadas pelo Poder Executivo, através de Decreto.

CONSIDERANDO que a inflação e outros fatores apurados deste o último reajuste elevaram consideravelmente o preço dos insumos utilizados pelo setor, como pneus, peças e acessórios, lubrificantes, óleo diesel e outros;

CONSIDERANDO que a empresa concessionária de Transporte Público Coletivo do Município de Corupá, solicitou através de requerimento um reajuste da Tarifa, o necessário para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do sistema;

CONSIDERANDO que acolhendo parecer jurídico emitido pela Assessoria Jurídica o qual recomenda o parcial acolhimento do pedido formulado pela detentora do Serviço Público;

CONSIDERANDO que no Município existe a diferenciação tarifária do Usuário Normal e Usuário Estudantes;

CONSIDERANDO que o contrato com a concessionária prevê reajuste contratual das tarifas de transporte coletivo acompanhando os coeficientes tarifários adotados pelo DETER/SC;

CONSIDERANDO que é dever do Poder Público Municipal promover o necessário equilíbrio entre o interesse público e privado, visando preservar a oferta e a qualidade dos serviços.

DECRETA :

Art. 1º - Fica reajustado em 6,399% (seis virgula trezentos e nove por cento), o valor da Tarifa de Transporte Coletivo Urbano e Rural do Município de Corupá, obedecendo-se assim a tabela:

USUÁRIO NORMAL – R\$ 3,05 (três reais e cinco centavos);

USUÁRIO ESTUDANTE – R\$ 2,30 (dois reais e trinta centavos).

Art. 2º - O reajuste de que trata este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 00h (zero hora) do dia 01 de setembro de 2015, revogando-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
29 de setembro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

### PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS 033/2015

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO

Modalidade Pregão Presencial nº 033/15

OBJETO: Registro de preço para eventual aquisição parcelada de troféus e medalhas destinados às premiações do Calendário Esportivo da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer do Município de Corupá, conforme as especificações e quantidades de cada item constante no Anexo I que acompanha este edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min do dia 01/10/2015 às 09h00min do dia 15/10/2015.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 15/10/2015.

APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA DOS MATERIAIS: Dia 14/10/2015 às 09h00min.

TIPO: Menor Preço por lote.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site <http://www.corupa.sc.gov.br>.

HORÁRIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 01 de Outubro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

# Curitibanos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.641/2015

DECRETO Nº 4.641/2015

REGULAMENTA A ADMINISTRAÇÃO, CONTROLE DE BENS PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos:

#### DECRETA

Art. 1º. Este decreto estabelece procedimentos para Administração, para avaliação, reavaliação depreciação, amortização, controle, guarda, movimentação e uso dos bens móveis e imóveis pertencentes e/ou afetados ao Patrimônio do Município de Curitibanos.

Art. 2º - Para fins deste Decreto considera-se:

I - Movimentação - ato por meio do qual é efetuado o deslocamento de bens públicos, com troca de responsabilidade, entre unidades organizacionais de um mesmo órgão da Administração Pública Municipal.

II - Transferência - ato por meio do qual é efetuado o deslocamento de bens públicos, com troca de responsabilidade, entre órgãos, setores e departamentos da Administração Pública

III - Baixa patrimonial - é o lançamento por meio do qual o bem público é excluído do cadastro patrimonial e dos registros contábeis do órgão, gerando diminuição do saldo na conta patrimonial.

IV - Baixa definitiva - é a exclusão da carga patrimonial do órgão, com a exoneração de responsabilidade do servidor pela sua guarda e conservação, o que ocorre no momento de sua retirada física do acervo.

V - Sucata - material ferroso, de madeira e de outros materiais que justifiquem sua alienação como matéria prima.

Art. 3º Compete ao Chefe do setor de patrimônio a responsabilidade pela guarda e pela preservação dos bens públicos alocados na respectiva unidade da Administração Direta ou indireta da qual é titular e ao setor de Patrimônio da Secretaria Municipal de Administração o controle dos bens públicos municipais.

§ 1º Os bens patrimoniais móveis devem ser confiados prioritariamente a servidores que exerçam cargos de direção das unidades administrativas.

§ 2º O servidor responsável pela guarda e conservação desses bens, ocorrendo extravio ou danificação dos mesmos, por dolo ou culpa deverá substituí-los por outros de idêntica qualidade ou de qualidade superior, a juízo do Município, ou recolher aos cofres públicos municipais, em moeda corrente, a importância correspondente ao preço atualizado desses bens.

§ 3º No caso de substituição do servidor responsável pela guarda e conservação dos bens de determinada unidade administrativa, deverá ser feita a transferência de responsabilidade por estes bens por intermédio do cancelamento evidenciando o novo responsável pelos bens, mediante a respectiva assinatura do novo ocupante do cargo.

Art. 4º . Compete ao setor de Patrimônio do Município de Curitibanos.

I - realizar o registro e manter o cadastro atualizado dos bens móveis e imóveis do Município de Curitibanos.

II – assegurar e promover a execução de atividades de conservação, manutenção e controle de bens móveis, imóveis e de estoque;

III – Autorizar toda e qualquer cessão, alienação, permuta ou baixa de material permanente, equipamento, mobiliários e semoventes, de acordo com a legislação vigente e com o acompanhamento da Comissão específica, quando na alienação;

IV – controlar a localização e movimentação de material permanente imobilizado;

V - emitir e manter atualizados os termos de responsabilidade sobre os bens;

VI – elaborar inventários de bens patrimoniais;

VII – desempenhar outras atividades correlatas, definidas pelo Secretário de Administração;

VIII – Comunicar formalmente ao Secretário de Administração qualquer irregularidade observada na guarda ou destinação dos bens patrimoniais, para providências;

IX – Promover o controle sobre: reavaliação, depreciação, amortização e vida útil dos bens imobilizados;

Art. 5º Compete ao servidor responsável pela guarda dos bens:

I – Receber, conferir e assinar os Termos de Responsabilidade relativo aos bens sob sua guarda e uso e, quando os mesmos não forem emitidos corretamente, devolvê-los imediatamente ao Setor do Patrimônio para efetuar as devidas correções e ainda, quando da transferência de responsabilidade deverá ser assinada por ambos.

II - Zelar pela conservação dos bens sob sua guarda;

III - Qualquer transferência de bens sob sua responsabilidade deverá ser acompanhada do setor de Patrimônio que é o único setor a ter competência para autorizar o remanejamento ou redistribuição dos bens;

IV - Comunicar formal e imediatamente o setor de patrimônio sobre a queda da plaqueta ou etiqueta de identificação afixada no bem;

V - Comunicar imediatamente o setor de Patrimônio do desaparecimento e/ou danificação de qualquer bem sob sua guarda;

- VI - Comunicar formal e imediatamente ao setor de Patrimônio a existência de bem sob sua guarda, que esteja ocioso, obsoleto ou irrecuperável, objetivando a transferência e alienação do mesmo;
- VII - Comunicar ao chefe de setor de Patrimônio o seu afastamento do Departamento e da Coordenação ou setor quando da ocorrência de desvinculação de função ou cargo, solicitando a transferência de todos os bens sob sua responsabilidade e procedendo a conferência desses bens junto ao novo responsável, para que sejam adotadas as medidas cabíveis com relação a Transferência de Responsabilidade;
- VIII - O consignatário será responsabilizado pelo desaparecimento do bem sob sua guarda, bem como pelo dano que, dolosa ou culposamente venha a ocorrer ao citado bem;
- IX - Deverá o consignatário comunicar obrigatoriamente à chefia imediata que comunicará ao setor de patrimônio qualquer irregularidade ocorrida com os bens sob sua guarda;
- X - Não é permitido ao consignatário emprestar ou dar fim diferente do proposto ao bem sob sua guarda, sob pena de responsabilidade e aplicações de sanções. conforme

Art. 6º Compete à Comissão de Avaliação

I – Emitir laudos com o levantamento dos valores dos bens que forem submetidos às suas avaliações observando os procedimentos descritos neste decreto.

II – Emitir pareceres e opiniões acerca da reavaliação de bens levados a leilão.

#### DA TRANSFERÊNCIA

Art. 7º Dar-se-á a transferência de um bem público quando uma Unidade Administrativa cedê-lo a outra ou encaminhá-lo ao Setor de Patrimônio em caráter temporário ou definitivo, mediante autorização do setor de patrimônio.

Art. 8º A Unidade Administrativa, que desejar transferir o bem público, deverá comunicar por escrito, em formulário padrão, conforme modelo apresentado no anexo IV, devidamente preenchido, em 02 (duas) vias ao Setor de Patrimônio, o qual tomará as providências para efetivar a transferência, anotando-a no registro respectivo e expedindo os documentos necessários.

Parágrafo Único - Toda movimentação de bens públicos é de responsabilidade do órgão cedente até que seja acusado o recebimento pela unidade destinatária.

Art. 9º A movimentação de bens públicos, por transferência ou cessão de uso, sem a devida formalização e prévia autorização junto ao setor de Patrimônio, sujeita o servidor infrator, responsável pela carga patrimonial do bem, a procedimento administrativo disciplinar.

Parágrafo Único – A movimentação de bens públicos deve ocorrer através de formulário devidamente aprovado.

Art 10 Os bens móveis adquiridos, incorporados e ou em condições de uso a partir de janeiro de 2015 serão depreciados ou amortizados de acordo com os prazos de vida útil e taxas de depreciação e amortização previstos nos anexos.

§ 1º As alterações dos prazos de vida útil previstos nos anexos serão feitas em conformidade com as normas da Secretaria de Administração.

§ 2º A depreciação e a amortização dos ativos devem iniciar quanto os bens estiverem em condições de uso.

Art. 11. Os bens móveis adquiridos, incorporados e ou em condições de uso anteriormente a 1º de janeiro de 2015 serão primeiramente reavaliados com base nos critérios constantes dos anexos I, II e III, e posteriormente depreciados ou amortizados de acordo com os prazos de vida útil.

Parágrafo Único - Os bens móveis recebidos por doação bem como os localizados por ocasião de inventários e que estejam sem identificação patrimonial, serão avaliados e incorporados ao patrimônio do município através de tombamento, aplicando-se os critérios estabelecidos por este decreto, iniciando-se a depreciação ou amortização a partir do seu registro no sistema de patrimônio do município.

Art. 12 Para os bens reavaliados, a depreciação ou a amortização devem ser calculadas e registradas sobre o valor reavaliado, tendo início a partir da data do respectivo parecer técnico, observando-se também os critérios estabelecidos por este decreto.

Art. 13. As reavaliações e a redução ao valor recuperável devem estimar a vida útil econômica dos bens móveis adquiridos em exercícios anteriores e ou reavaliados, e serão feitas por meio de parecer técnico com base nos seguintes parâmetros e índices:

I – valor de referência de mercado, ou de reposição;

II – estado físico do bem, de acordo com os dispositivos deste decreto;

III – capacidade de geração de benefícios futuros, em anos;

IV – obsolescência tecnológica, em anos;

V – desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não operacionais.

Parágrafo Único – Em caráter excepcional, e formalmente justificado, poderão ser utilizados parâmetros de vida útil e valor residual diferenciado quando se tratar de bens singulares que possuam características de uso peculiar.

Art. 14 Os laudos emitidos pela comissão de avaliação para fins de alienação de bens, serão fundamentados em pareceres técnicos e observará os seguintes parâmetros e índices:

I – valor de referencia de mercado;

II – estado físico do bem, de acordo com os dispositivos deste decreto;

IIII – desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não operacionais.

Art.15. Os procedimentos de reavaliação ficam facultados para os bens que, por ocasião da vistoria, atenderem a pelo menos um dos requisitos a seguir:

- I – capacidade de vida útil inferior à dois anos;
- II – com valor de mercado estimado inferior à R\$ 1.000,00; ou,
- III – inservíveis por ocasião da excedência, obsolescência ou irrecuperabilidade.

Art.16 A avaliação ou reavaliação dos bens móveis poderá ser executada por lotes, quando se tratar de bens similares e terem sido utilizados até então em condições semelhantes.

Art. 17. A reavaliação e a redução ao valor recuperável deverão ser realizadas a cada 4 anos, de modo a manter o patrimônio do município avaliado a valor justo, cuja referência é o valor de mercado.

§1º - A reavaliação poderá ocorrer em prazo distinto do previsto no caput, em caráter excepcional, nas seguintes situações;

- I – para os bens móveis cujos valores de mercado variarem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados, a reavaliação ocorrerá anualmente;
- II – para os bens móveis que não forem arrematados em leilões subsequentes de acordo com o disposto no art. 18 deste decreto.

Art. 18. Não existindo interessados no primeiro leilão, poderá a comissão competente promover a reavaliação ou redução ao valor recuperável dos bens móveis, adequando-o ao valor de mercado e promovendo a revisão da avaliação inicial, conforme abaixo, sendo vedada a alienação por preço vil:

- 1º leilão = 100% do valor da avaliação
- 2º leilão = 75% do valor da avaliação
- 3º leilão = 50% do valor da avaliação
- 4º leilão = 25% do valor da avaliação
- 5º leilão = sucata

Parágrafo Único: No caso do disposto neste artigo o setor de licitações comunicará a comissão de avaliação da inexistência de interessados que emitira parecer acerca da possibilidade e necessidade da redução do valor inicial.

Art. 19 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Fica revogado o decreto n. 4.310/2013 de 24 de junho de 2013;

Curitiba, 25 de agosto de 2015.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### ANEXO I

#### CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO E REAVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS

1) Veículo Automotor:

- a) A avaliação e reavaliação será feita com base no valor de mercado, considerando as condições gerais de uso do veículo;
- b) O valor de referência de mercado será obtido por meio da tabela FIPE, o qual será confrontado com as condições gerais do estado físico do veículo através de Laudos emitidos individualmente, que contemplará a avaliação dos itens relevantes do veículo, obedecendo os critérios apresentados conforme tabela do anexo II.

2) Demais Equipamentos e Mobiliário em Geral:

A avaliação e reavaliação necessitará de vistoria, utilizando os critérios deste decreto, com base na tabela do anexo III.

#### ANEXO II

#### LAUDO DE AVALIAÇÃO E REAVALIAÇÃO DE VEÍCULO

Marca/Modelo/Ano				Placa		
Valor de Mercado	R\$ 0,00		Opção	KM		
Mecânica	Motor	Excelente	0	100%	R\$ 0,00	
	30%	Bom	0	75%	R\$ 0,00	
		Funciona com restrições	0	50%	R\$ 0,00	
		Não Funciona	0	25%	R\$ 0,00	
	R\$ 0,00	Desmontado/Sucateado	0	10%	R\$ 0,00	
	Caixa	Excelente	0	100%	R\$ 0,00	

	20%	Bom	0	75%	R\$ 0,00	
		Funciona com restrições	0	50%	R\$ 0,00	
		Não Funciona	0	25%	R\$ 0,00	
	R\$ 0,00	Desmontado/Sucateado	0	10%	R\$ 0,00	
	Parte Elétrica	Excelente	0	100%	R\$ 0,00	
	5%	Bom	0	75%	R\$ 0,00	
		Funciona com restrições	0	50%	R\$ 0,00	
		Não Funciona	0	25%	R\$ 0,00	
	R\$ 0,00	Desmontado/Sucateado	0	10%	R\$ 0,00	
Estrutura	Lataria	Excelente	0	100%	R\$ 0,00	
	30%	Bom	0	75%	R\$ 0,00	
		Razoável	0	50%	R\$ 0,00	
		Ruim	0	25%	R\$ 0,00	
	R\$ 0,00	Péssimo	0	10%	R\$ 0,00	
	Vidros, estofamento,	Excelente	0	100%	R\$ 0,00	
	painel, acessórios	Bom	0	75%	R\$ 0,00	
	12%	Razoável	0	50%	R\$ 0,00	
		Ruim	0	25%	R\$ 0,00	
	R\$ 0,00	Péssimo	0	10%	R\$ 0,00	
	Suspensões e Pneu	Excelente	0	100%	R\$ 0,00	
	3%	Bom	0	75%	R\$ 0,00	
		Razoável	0	50%	R\$ 0,00	
		Ruim	0	25%	R\$ 0,00	
	R\$ 0,00	Péssimo	0	10%	R\$ 0,00	
	VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO			R\$ 0,00		
Preencher a coluna "opção" com o número 1, na alternativa escolhida.						

## ANEXO III

## FATORES DE INFLUÊNCIA PARA EFEITOS DE AVALIAÇÃO E REAVALIAÇÃO – DEMAIS EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO EM GERAL

Estado de Conservação do Bem - EC		Período de Vida Útil do Bem (já utilizado) - PVU	
Conceito	Pontuação	Conceito	Pontuação
Excelente	9	1 ou 2 anos	9
Bom	6	3 ou 4 anos	6
Regular	3	5 ou 6 anos	3
Péssimo	1	7 ou 8 anos	1
Sucata	0,3	Sucata	0

Fator de Avaliação/Reavaliação =  $5 \times EC + 5 \times PVU$ 

Valor Avaliado/Reavaliado = Valor do Bem Novo x Fator de Avaliação/Reavaliação

100

## ANEXO IV

## MODELO DE FORMULÁRIO PARA A MOVIMENTAÇÃO DE BENS PÚBLICOS

Nº
DATA: ____/____/____

Prefeitura Municipal de Curitiba  
Setor de Patrimônio

## MOVIMENTAÇÃO DE BENS

Unidade Cedente \_\_\_\_\_

Placa nº	Discriminação do bem	Estado do Bem:

\*Estado do Bem: Bom, Ocioso, Recuperável, Antieconômico, Irrecuperável.

Tipo de Movimentação: \_\_\_\_\_

1. 1. Transferência Física/Responsabilidade.

Nome:

2. Manutenção Assinatura do Cedente Assinatura do Recebedor

Nome:

**DECRETO Nº 4.648/2015**

DECRETO Nº 4.648/2015

REMANEJA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da lei n. 5.149/2013

DECRETA

Art. 1º - Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 5.149/2013

## DA MODALIDADE DE APLICAÇÃO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.244.0005.2083 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FNAS-IGD/PBF  
3390000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS .....R\$ 10.000,00

## PARA A MODALIDADE DE APLICAÇÃO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.244.0005.2083 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FNAS-IGD/PBF  
4490000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS .....R\$ 10.000,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 14 de setembro de 2015.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quatorze dias do mês de setembro ano de dois mil e quinze na secretaria e no mural público da Prefeitura Municipal.

João Carlos Martins dos Santos  
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

**DECRETO Nº 4.649/2015**

DECRETO Nº 4.649/2015

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA FORMA DA LEI N. 5.570/2015.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

## DECRETA

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.570/2015 no montante de R\$ 213.000,00 (duzentos e treze mil reais) a saber :

## ANULAÇÃO:

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
04.122.0006.2019 RGPS – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
3190000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 100.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
08.843.0000.0001 PAGAMENTO DE JUROS DA DÍVIDA INTERNA  
3290000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 53.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
04.122.0002.1003 EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE – SEC. ADM. E FINAN.  
4490000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 30.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
15.452.0018.1019 EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE – SEC. TRANSP. OBRAS  
4490000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 30.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$ 213.000,00

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.570/2015 no montante de R\$ 213.000,00 (duzentos e treze mil reais) a saber:

## SUPLEMENTAÇÃO:

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.01 GABINETE DO PREFEITO  
04.122.0002.2004 MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA JURÍDICA  
3190000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 65.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
28.846.0000.0003 PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS  
3390000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 60.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL  
20.606.0024.2071 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA  
3190000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 48.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.06 SECRETARIA DO PLANEJAMENTO  
04.121.0002.2007 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO  
3190000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 20.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.08 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER  
27.812.0029.2073 MANUT. DAS ATIV. ESPORTIVAS E RECREATIVAS  
3190000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 20.000,00  
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 213.000,00

Art. 3º . Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos das anulações previstas no art. 1º.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de setembro de 2015.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quinze dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças



**DECRETO Nº 4.650/2015**

DECRETO Nº 4.650/2015

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NA FORMA DA LEI Nº 5.571/2015

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

**DECRETA**

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 5.571/2015 no montante de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais) a saber :

**ANULAÇÃO**

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.361.0006.2036 RGPS – ENSINO FUNDAMENTAL - PRÓPRIOS  
3190000000.00.1001 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 30.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.365.0006.2042 RPPS – ENSINO INFANTIL - PRÓPRIOS  
3191000000.00.1001 APLICAÇÕES DIRETAS – OP. INTRA-ORÇ ..... R\$ 35.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$ 65.000,00

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 5.571/2015 no montante de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), utilizando recursos das anulações do artigo antecedente a saber:

**SUPLEMENTAÇÃO**

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.361.0010.2034 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - PRÓPRIOS  
3390000000.00.1001 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 65.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 65.000,00

Art. 3º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 5.571/2015 no montante de R\$ 665.000,00 (seiscentos e sessenta e cinco mil reais) a saber :

**ANULAÇÃO**

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.361.0006.2039 RGPS – ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB 60%  
3190000000.00.1018 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 40.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.361.0010.2040 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB 40%  
3190000000.00.1019 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 267.000,00  
3350000000.00.1019 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR ..... R\$ 87.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.365.0014.2047 MANUT. DO ENSINO INFANTIL – FUNDEB 40%

3190000000.00.1019 APLICAÇÕES DIRETAS .....  
..... R\$ 248.000,00

3390000000.00.1019 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 23.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$ 665.000,00

Art. 4º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 5.571/2015 no montante de R\$ 665.000,00 (seiscentos e sessenta e cinco mil reais) utilizando recursos das anulações do artigo antecedente a saber:

**SUPLEMENTAÇÃO**

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.361.0006.2038 RPPS – ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB 60%  
3191000000.00.1018 APLICAÇÕES DIRETAS – OP. INTRA-ORÇ ..... R\$ 80.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.361.0010.2037 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB 60%  
3190000000.00.1018 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 200.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.365.0006.2045 RPPS – ENSINO INFANTIL – FUNDEB 60%  
3191000000.00.1018 APLICAÇÕES DIRETAS – OP. INTRA-ORÇ... R\$ 110.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.365.0006.2046 RGPS – ENSINO INFANTIL – FUNDEB 60%  
3190000000.00.1018 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 75.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
12.365.0014.2044 MANUT. DO ENSINO INFANTIL – FUNDEB 60%  
3190000000.00.1018 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 200.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 665.000,00

Art. 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de setembro de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quinze dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Kleberson Luciano Lima  
Secretário de Educação e Cultura

**DECRETO Nº 4.651/2015**

DECRETO Nº 4.651/2015

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO FINANCEIRO DO IPESMUC CURITIBANOS NA FORMA DA LEI N.5.572/2015

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

**DECRETA**

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do IPESMUC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Curitiba - SC na forma autorizada pela Lei 5.572/2015, no montante de R\$ 1.370.000,00 (um milhão, trezentos e setenta mil reais) a saber:

#### SUPLEMENTA

14.00 FUNDO FINANCEIRO DO IPESMUC - CURITIBANOS  
 14.01 FUNDO FINANCEIRO DO IPESMUC - CURITIBANOS  
 09.272.0007.0013 MANUT. DAS ATIVIDADES DO IPESMUC EXECUTIVO – Fundo Financeiro  
 3190000000.00.1004 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 1.370.000,00  
 TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 1.370.000,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação da fonte de recurso CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO FINANCEIRO no valor de R\$ 1.370.000,00 (Um milhão, trezentos e setenta mil reais).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de setembro de 2015.

José Antônio Guidi  
 Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quinze dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Marisa Lemos Guetten Maciel  
 Diretora IPESMUC

#### DECRETO Nº 4.652/2015

DECRETO Nº 4.652/2015

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL NA FORMA DA LEI Nº 5.573/2015

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

#### DECRETA

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento da Câmara Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.573/2015 no montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a saber :

#### ANULAÇÃO:

01.00 PODER LEGISLATIVO  
 01.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
 01.031.0001.2001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL  
 3190000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 50.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$ 50.000,00

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento da Câmara Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.573/2015 no montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a saber :

#### SUPLEMENTAÇÃO:

01.00 PODER LEGISLATIVO  
 01.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
 01.031.0001.1001 EQUIP. E MAT. PERMANENTE – CÂMARA DE VEREADORES

4490000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS .....  
 ..... R\$ 40.000,00

#### 01.00 PODER LEGISLATIVO

01.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
 01.031.0006.2016 RPPS - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
 3191000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS-OP. INTRA-ORÇAM ..... R\$ 10.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 50.000,00

Art. 3º . Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos das anulações previstas no art. 1º.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de setembro de 2015.

José Antônio Guidi  
 Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quinze dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva  
 Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### DECRETO Nº 4.653/2015

DECRETO Nº 4.653/2015

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

#### DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social na forma da Lei nº 5.329/2014, no montante de R\$ 39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais) a saber:

#### SUPLEMENTAÇÃO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 08.244.0005.2077 AÇÕES DE ALTA COMPLEXIDADE-ESTADO FMAS  
 4490000000.00.1065 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 11.000,00

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 08.244.0005.2078 AÇÕES DE MÉDIA COMPLEXIDADE-ESTADO FMAS  
 3390000000.00.1065 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 13.500,00

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 08.244.0005.2079 AÇÕES DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS-ESTADO FMAS  
 3390000000.00.1065 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 15.100,00  
 TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 39.600,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos provenientes Excesso de Arrecadação por fonte de recurso de transferências do fundo Estadual de Assistência Social- FEAS.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,



revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de setembro de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quinze dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

## DECRETO Nº 4.654/2015

DECRETO Nº 4.654/2015

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS NA FORMA DA LEI Nº 5.575/2015

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

### DECRETA

Art. 1º - Fica aberto crédito especial junto a Lei nº 5.329/2014 do orçamento vigente no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) com recursos da anulação de dotações orçamentárias previstas no art. 2º na forma autorizada pela Lei n. 5.575/2015.

### ABRE CRÉDITO ESPECIAL

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2082 AÇÕES DE ASSISTÊNCIA BÁSICA – ESTADO/FMAS

4490000000.00.1065 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 24.000,00

Art. 2º. Ficam anuladas as dotações orçamentárias abaixo no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) cujos recursos serão necessários para abertura do crédito especial na forma autorizada pela Lei n. 5.575/2015:

### ANULAÇÃO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2082 AÇÕES DE ASSISTÊNCIA BÁSICA – ESTADO/FMAS

3390000000.00.1065 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 24.000,00

Art. 3º. Fica aberto crédito especial junto a Lei nº 5.329/2014 do orçamento vigente no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) com recursos da anulação de dotações orçamentárias previstas no art. 4º na forma autorizada pela Lei n. 5.575/2015:

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2089 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FNAS-PBF

3190000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 35.000,00

Art. 4º. Ficam anuladas as dotações orçamentárias abaixo no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) na forma autorizada pela Lei n. 5.575/2015 cujos recursos serão necessários para abertura do crédito especial:

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2089 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FNAS-PBF

3390000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 35.000,00

Art. 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de setembro de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quinze dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

## DECRETO Nº 4.655/2015

DECRETO Nº 4.655/2015

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS NA FORMA DA LEI Nº 5.576/2015

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

### DECRETA

Art. 1º - Fica incluído no orçamento da Prefeitura de Curitiba nas fontes de recursos abaixo na forma autorizada pela Lei n. 5.576/2015:

### INCLUI FONTE DE RECURSO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.0004.2009 MANUT. DO CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS

3390000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS.

4490000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento vigente na forma autorizada pela Lei n. 5.576/2015, no montante de R\$ 105.664,39 (Cento e cinco mil, seiscentos e sessenta e quatro reais, trinta e nove centavos) a saber:

### SUPLEMENTA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.0004.2009 MANUT. DO CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS

3390000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 40.664,39

4490000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 65.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 105.664,39

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso ORDINÁRIO, ocorrido no exercício de 2014, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.557/2015.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de setembro de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quinze dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 4.656/2015**

DECRETO Nº 4.656/2015

REGULAMENTA A LEI COMPLEMENTAR Nº 140/2015 QUE INSTITUI O PROGRAMA HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL E DEFINE NORMAS PARA SUA ADOÇÃO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e conforme determina a Lei Complementar n. 140/2015 :

**DECRETA**

Art. 1º O presente decreto regulamenta a Lei Complementar nº 140/2015 de 07 de julho de 2015 que institui o Programa Habitacional de Interesse Social vinculado a Secretaria de Assistência Social e Habitação e os critérios para adoção.

Art. 2º Os terrenos para o Programa Habitacional de Interesse social somente serão prometidos à venda a pessoas que atendam os seguintes requisitos:

- a) Renda mensal familiar não superior a 3 (três) salários mínimos;
- b) Residir no Município há, no mínimo três anos, comprovados mediante a apresentação de talões de consumo de água ou energia elétrica, ou contrato de trabalho com empresa estabelecida no Município, ou alvará de localização como profissional autônomo ou outro meio idôneo;
- c) Não possuir outro imóvel em nome do beneficiado (a), companheiro (a) ou cônjuge;
- d) Não ter sido contemplado com terreno anteriormente.

§ 1º O Executivo Municipal fixará prazo, através de Edital, para as inscrições dos interessados, não inferior a 30 (trinta) dias e com ampla divulgação pelos meios de comunicações.

§ 2º O preço de cada lote terá como parâmetro laudo de avaliação expedido por comissão composta de três membros designados pelo Prefeito Municipal e levará em conta o interesse social.

Art. 3º É fixado em 12 meses o prazo para o adquirente iniciar as obras de construção.

§ 1º O não cumprimento do disposto no caput do artigo, enseja a rescisão do Contrato, com reversão do imóvel ao Patrimônio do Município, mediante a devolução das parcelas recebidas.

§ 2º As construções deverão seguir os padrões mínimos estabelecidos pelo Poder Executivo.

Art. 4º A comprovação da renda familiar se fará mediante apresentação de comprovante de rendimentos, sendo aceitos a Cópia atualizada da CTPS, Certidão ou Atestado do Empregador, Cópia do último contra-cheque ou folha de pagamento ou pró-labore, ou, em caso de autônomos, uma declaração pessoal sob compromisso.

Art. 5º Para efeito de julgamento das inscrições serão levados em conta os critérios abaixo que serão pontuados conforme critérios abaixo:

- a) Famílias residentes em área de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas : 5 pontos;
- b) Famílias com mulher responsável pela unidade familiar sem cônjuge ou companheiro : 5 pontos;
- c) Famílias com maior numero de dependentes: 2 pontos por dependente;
- d) Famílias com menor renda: 7 pontos para renda até R\$ 800,00;

- 3 pontos para rendimentos até R\$ 1.600,00;
- e) Famílias chefiadas por aposentados: 5 pontos;
- f) Famílias que pagam aluguel : 3 pontos;
- g) Famílias com idosos: 3 pontos;
- h) Famílias que acessam algum Recurso Federal através de programas sociais: 2 Pontos;
- i) Famílias de que façam parte pessoas com deficiência ou doenças grave definida em lei federal nº 7.713/98 devidamente comprovadas: 5 pontos;

Art. 6º A listagem de classificados será elaborada por comissão designada pelo Prefeito Municipal, com divulgação nos meios de comunicação.

§ 1º Após elaborada, a lista será homologada pela Secretaria de Assistência Social e Habitação, podendo o interessado apresentar recurso devidamente fundamentado.

§ 2º. Após elaborada e divulgada a lista, esta poderá ser modificada se for comprovada fraude para alcançar melhor lugar na classificação e receber o benefício ou, por fato novo se comprovar que o beneficiário não cumpre com as exigência de documentação ou condições de autoconstrução .

§ 3º Elaborada a listagem dos qualificados, proceder-se-á o sorteio dos lotes em ato público, sendo que os beneficiários serão separados por etapas, conforme o programa a que forem destinados:

- a) 1ª etapa – 300 lotes para programa habitacional.
- b) 2ª etapa – 150 lotes para programa habitacional.
- c) 3ª etapa – 50 lotes para autoconstrução.
- d) 4ª etapa – 30 lotes para autoconstrução.
- e) 5ª etapa – 23 lotes para autoconstrução.

Art. 7º A venda dos terrenos poderá ser feita à prazo, mediante preço e condições estabelecidos em decreto do executivo, sempre levando em conta o interesse social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Executivo a definição da quantidade e os lotes que irão integrar programas Federais, Estaduais ou Municipais.

Art. 8º. No atraso de 03 (três parcelas consecutivas) na modalidade de autoconstrução o beneficiário será notificado para regularizar o débito sob pena de reversão da área ao patrimônio municipal.

Parágrafo Único: Não sendo regularizado o débito, o imóvel reverterá ao Patrimônio Municipal, perdendo o beneficiário o direito à retenção de benfeitorias, sem prejuízo da inscrição do débito em dívida ativa e sua consequente cobrança judicial.

Art. 9º Durante o prazo de parcelamento somente será admitida a transferência do contrato do imóvel a pessoas que se enquadram nos requisitos estabelecidos no artigo 2º deste Decreto, respeitada a posição subsequente da lista homologada de classificação, com prévia e obrigatória anuência e autorização do Município através da Comissão de seleção de beneficiários a que se refere este decreto.

Parágrafo Único: O descumprimento do previsto neste artigo e a transferência do imóvel a terceiros sem a prévia análise e anuência do Município, ensejará a imediata rescisão do contrato, com a reversão da área ao Patrimônio Municipal, sem direito do beneficiário à retenção de benfeitorias e sem prejuízo da cobrança judicial dos débitos.

Art. 10. A competente Escritura Pública somente será fornecida por ocasião da liquidação integral do débito contratado e dela constará a cláusula de inalienabilidade pelo prazo de 10 (dez) anos a contar da escritura.

Parágrafo Único : Nos casos de programas habitacionais federais ou estaduais para construção de casas, poderá ser dispensado o gravame de inalienabilidade, mediante análise e autorização do Município.

Art. 11 As despesas decorrentes da lavratura da escritura Pública, dos tributos incidentes sobre a transmissão e demais despesas inerentes ao ato, serão de exclusiva responsabilidade dos adquirentes.

Art. 12 Os lotes poderão ser comercializados através de programas habitacionais como o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) ou outro programa habitacional de interesse social implantado pelo governo Estadual, Federal ou Municipal bem como por Entidades ou Cooperativas Habitacionais.

Art. 13 No caso de aquisição dos terrenos por entidades ou cooperativas habitacionais, estas deverão seguir a ordem de classificação dos beneficiários conforme lista fornecida pelo município de Curitiba, bem como obedecerá aos critérios definidos nesta lei.

Art. 14. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de setembro de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quinze dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal.

João Carlos Martins dos Santos

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

## DECRETO Nº 4.657/2015

DECRETO Nº 4.657/2015

REGULAMENTA A LEI Nº 5.551/2015 QUE CRIA O PROGRAMA MUNICIPAL DE AUXÍLIO A REFORMA E AMPLIAÇÃO DE MORADIAS PARA PESSOAS CARENTES.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba

### DECRETA

Art. 1º Este decreto regulamenta o Programa Municipal de auxílio à Reforma e Ampliação de Moradias para pessoas carentes instituído pela Lei n. 5.551/2015 que tem como objetivo possibilitar a realização de pequenas reformas em unidades habitacionais, com vistas à concessão de melhoria para as famílias que se encontrem sem as devidas condições de moradia, através da construção de banheiros, cômodos, instalação de piso, cobertura, redes elétricas, hidráulicas e sanitárias, ou outras instalações a critério do Conselho Gestor de Habitação.

Art. 2º. Com o projeto, cada família receberá material de construção necessário para a reforma ou ampliação de moradias conforme avaliação das necessidades que será realizada pelo Conselho gestor de Habitação de interesse social cabendo ao beneficiário o fornecimento da mão-de-obra.

Art. 3º. O cadastramento dos interessados para o PROGRAMA MUNICIPAL DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DE MORADIAS será feito junto ao Departamento de Habitação da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação mediante preenchimento de cadastro para o fim específico que serão selecionados conforme a disponibilidade de recursos e de acordo com os critérios estabelecidos

na Lei n. 5.551/2015 e neste decreto.

Art. 4º São requisitos preliminares para obtenção do benefício:

- a) Cadastro prévio na diretoria de habitação do Município;
- b) Avaliação do nível de carência realizado por assistente Social do Município.

Parágrafo Único. No ato da inscrição o requerente será cadastrado no Programa, devendo apresentar os seguintes documentos:

I – Documentos pessoais

- a) Cédula de Identidade,
- b) CPF
- c) Certidão de casamento ou nascimento
- d) Título de eleitor
- e) Carteira de Trabalho e previdência Social - CTPS

II – comprovação de residência, permanência ou vivência no Município (Cartão da Família);

III – comprovação de renda familiar.

IV- Documento comprobatório de deficiência ou doença crônica com a respectiva CID.

Parágrafo Único: O cadastramento que trata este artigo, para o Programa Municipal de Reforma e Ampliação de Moradias, deverá ser previamente analisado e aprovado pelo Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social.

Art. 5º. Observadas as condições preliminares definidas neste decreto, as doações serão destinadas exclusivamente às famílias que se enquadrarem nos seguintes critérios de seleção com maior pontuação :

- a) Famílias residentes em área de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas : 5 pontos;
- b) Famílias com mulher responsável pela unidade familiar: 5 pontos;
- c) Famílias de que façam parte pessoas com deficiência ou em decorrência de doenças crônicas caracterizado em lei federal: 5 pontos;
- d) Famílias chefiadas por aposentados: 5 pontos;
- e) Famílias com dependentes : 2 pontos por dependente;
- f) Famílias com menor renda : 3 pontos para renda até R\$ 800,00; 2 pontos para renda até R\$ 1.600,00);
- g) Famílias com idosos: 3 pontos;

Art. 6º Será realizado o estudo sócio- econômico do agregado familiar pelo Serviço social da Secretaria através da análise dos documentos apresentados e de visita domiciliar.

Parágrafo Único: Na visita domiciliar prevista serão analisados os seguintes fatores:

- a) Existência de sinais exteriores de riqueza que contradigam os rendimentos declarado
- b) Situações que contradigam outros dados referente a classificação e pontuação para obtenção do benefício.

Art. 7º Os recursos a serem utilizados no Programa de Reforma e Ampliação de Moradias serão os provenientes do Fundo de Habitação de Interesse Social- FHIS, além de convênios do Município com Entes Estadual e Federal e outras Entidades interessadas no desenvolvimento do programa, bem como, da iniciativa privada que queira fazer doações para o desenvolvimento da atividade em caráter social.

Art. 8º É de responsabilidade da família beneficiário a correta utilização para os fins que se propõe ficando sujeito as penas da lei em caso de mau uso dos recursos.

Art. 9º Em sendo aprovado o cadastro do beneficiário, se formalizará

um termo de compromisso onde conste:

- 1) O valor ou os materiais a serem destinados e o local de sua destinação
- 2) O compromisso da utilização perfeita dos materiais e a responsabilidade por seu uso.

Art. 10 No ato da entrega o Beneficiário deverá conferir o material recebido e confirmar o recebimento responsabilizando-se por sua utilização.

Art. 11. Será excluído automaticamente do PROGRAMA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE REFORMAS OU AMPLIAÇÕES, o beneficiário que prestar declaração falsa ou usar de qualquer meio ilícito para obtenção de vantagens.

Art. 12. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Curitibanos, 15 de setembro de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quinze dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal.

João Carlos Martins dos Santos

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

## DECRETO Nº 4.658/2015

DECRETO Nº 4.658/2015

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e na forma da lei 5.149/2013

DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações do orçamento da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

15.452.0018.1016 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS

4490000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 27.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 27.000,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso ORDINÁRIO, ocorrido no exercício de 2014, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.557/2015.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 15 de setembro de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quinze dias do mês de julho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

## JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 181/2015

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 181/2015

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Município de Curitibanos e a empresa AUTO MECÂNICA GERAL LTDA., com o valor total de R\$ 390,00 (Trezentos e noventa reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇA ORIGINAL PARA A VIATURA S10 PLACA MLU9556 EM USO NA POLÍCIA AMBIENTAL DE CURITIBANOS, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XVII DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA ANEXAS.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:

- XVII – "Para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeiro, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso XVII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 29 de setembro de 2015.

Diego Sebem Wordell

Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto

Membro

Talita Daiane Schwinden Corrêa

Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso XVII dou como aprovada.

Curitibanos, 29 de setembro de 2015.

Claudio Vieira França

Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 29 de setembro de 2015.

Jose Antonio Guidi

Prefeito Municipal

## JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 29/2015

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 29/2015

REFERENTE: Contrato de prestação de serviços firmado entre o Fundo Municipal de Assistência Social de Curitibanos e a empresa Auto Chapeação Curitibanos Ltda., no valor total de R\$ 110,25 (Cento e dez reais vinte e cinco centavos).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PAGAMENTO DE FRANQUIA REFERENTE TROCA DA LÂMPADA TRASEIRA LADO ESQUERDO DO VEÍCULO SPIN PLACA MLJ-4754, CONFORME AUTORIZAÇÃO Nº 5312015295218 E ORDEM DE SERVIÇO DA EMPRESA PORTO SEGURO SEGURADORA LTDA, LEI 8.666/93, ART. 24, INCISO I E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:



- "Art. 24: É dispensável a licitação de:  
- I: "para obras e serviços de engenharia de valor até 10% 9dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão e atendidos aos preceitos do art. 24, inciso I, da Lei 8.666/93 e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 29 de setembro de 2015.  
Diego Sebem Wordell      Cristina Melo Menegotto  
Presidente da Comissão      Membro

Talita Daiane Schwinden Corrêa  
Membro

#### PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a lei nº 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o art. 24, inciso I, dou como aprovada.

Curitiba, 29 de setembro de 2015.  
Claudio Vieira França  
Procurador Geral do Município

#### AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da Prestação de Serviço mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 29 de setembro de 2015.  
João Carlos Martins dos Santos  
Presidente do Fundo

### JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 46/2015

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 46/2015  
REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre a Secretaria Municipal de Educação e a empresa AUTO MECÂNICA GERAL LTDA, no valor total de R\$ 577,00 (Quinhentos e setenta e sete reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REVISÃO MECÂNICA DOS 70.000 KM DO VEÍCULO CHEVROLET SPIN PLACAS MLJ 0114, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XVII DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA ANEXAS.

#### FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:  
- XVII – "Para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeiro, necessários á manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24 inciso, XVII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Presidente do Fundo, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 29 de setembro de 2015.  
Diego Sebem Wordell      Cristina Melo Menegotto  
Presidente da Comissão      Membro

Talita Daiane Schwinden Corrêa  
Membro

#### PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24 o inciso XVII dou como aprovada.

Curitiba, 29 de setembro de 2015.  
Claudio Vieira França  
Procurador Geral do Município

#### AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 29 de setembro de 2015.  
Kleberson Luciano Lima  
Presidente do Fundo

### LEI Nº 5.588/2015

LEI Nº 5.588/2015

DENOMINA VIA PÚBLICA DE "SYLVIO TAMBOSI".

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica denominada de "SYLVIO TAMBOSI" a Rua sem denominação "G", situada no Loteamento Nova Alvorada, no Bairro São Luis, no Município de Curitiba/SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, 21 de setembro de 2015.  
José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e um dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### LEI Nº 5.589/2015

LEI Nº 5.589/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR PARCERIA COM MORADORES PARA FORNECIMENTO DE PEDRAS DE REVESTIMENTO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar parceria com moradores das ruas abaixo relacionadas objetivando a conjugação de esforços para pavimentação e calçamento das vias públicas:  
I – Ruas área Total

R. Eduardo Amaral (esquina com a rua Carlos Gomes)	09 X 103 m	927 m²
R. Petronilio de Almeida (entre a rua Oliveira Pires e rua Carlos Betz)	9 X 133 m	1197 m²
R. Jaime Dias de Carvalho	9 X 147m	1.323 m²
R. Henrique Paulo Kern	10 X 501 m	5.010m²
R. Cel. Virgílio Pereira	10 X 681 m	6.810 m²

Art. 2º. Caberá ao Município o fornecimento de lajotas ou paralelepípedos, bem como o nivelamento das ruas e assessoramento técnico, devendo os moradores responsabilizar-se pela execução do projeto e seus respectivos custos

Art. 3º. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 21 de setembro de 2015.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e um dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Hercilio Beppler  
Secretário Municipal Transportes e Obras

### **LEI Nº 5.590/2015**

LEI Nº 5.590/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO JOSÉ

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Katia Souza Silva, inscrita no CPF sob n. 078.558.669-57, do lote urbano no Bairro São José, com área de 274,00m² (duzentos e setenta e quatro metros quadrados), situado ao lado norte da Rua Laveriano Rodrigues França, e distando 47,00m ao oeste da Rua S/D 326-3, saída para Lagoinha, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 13,00 metros com a Irma Maciel;  
Ao Sul, 14,40 metros com a Rua Laveriano Rodrigues França;  
Ao Leste, 20,00 metros com Leonilda Souza da Silva;  
Ao Oeste, 20,00 metros com Luzia Ribeiro Colasso.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitibanos, 21 de setembro de 2015.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e um dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal.

João Carlos Martins dos Santos  
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

### **LEI Nº 5.591/2015**

LEI Nº 5.591/2015

ALTERA ARTIGO 2º DA LEI Nº 5.131/2013 .

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. O artigo 2º da Lei n. 5.131/2013 passa a vigorar com a redação desta lei:

"Art. 2º O "Bolsa Auxílio Moradia" compreenderá o valor mensal de até 60 (sessenta) UFM's por profissional, devendo ser empregado na locação ou outro meio de obtenção de moradia pelo beneficiário, como hotel ou equivalente. "

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 23 de setembro de 2015.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e três dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal.

Altamir Carvalho Goetten  
Secretário de Saúde

20 de agosto de 2015.  
OF/PROJUR/263/2015.  
Assunto: Projeto de Lei nº 143/2015

Senhor Presidente

Atendendo a solicitação dessa Casa em relação á ementa do Projeto de Lei n. 143/2015, estamos promovendo o reenvio da matéria.

Atenciosamente

Aldo Dolberth  
Prefeito Municipal e.e.

Exmo. Sr.  
Arcílio Alves  
DD. Presidente da Câmara de Vereadores  
Curitibanos - SC

3 de agosto de 2015.  
OF/PROJUR/243/2015.  
Assunto: Projeto de Lei nº 143/2015  
Senhor Presidente

Com o intuito de melhorar a qualidade de vida dos profissionais médicos integrantes do Programa Mais Médicos do Governo Federal, vimos por meio deste propor alteração à dispositivos da Lei n. 5.131/2013 de modo alterar o valor limite da Bolsa Moradia, permitindo até que os profissionais possam instalar-se em moradias provisórias tais como hotel ou equivalente, conforme lhe permite a Portaria n. 030 de 12/02/2014 do Ministério da Saúde.

Atenciosamente

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.  
Arcílio Alves  
DD. Presidente da Câmara de Vereadores  
Curitibanos - SC

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 26/2015****ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS**

Página: 1/7

Processo Nº.: 26/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2015

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 26/2015**

No dia 30 do mês de Setembro do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.754.044/0001-34, com sede administrativa localizada na RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860, bairro CENTRO, CEP nº. 89520-000, nesta cidade de Curitiba/SC, representado pelo(a) PRESIDENTE DO FUNDO, o Sr(a). JOÃO CARLOS MARTINS DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº. 860.504.439-04, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 26/2015, Processo Licitatório nº. 26/2015, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DENTRO DO PERÍMETRO URBANO, QUE SERÁ UTILIZADO PELOS USUÁRIOS ATENDIDOS NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA, NO CRAS E PELOS IDOSOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
454	ADRIANO ALVES TRANSPORTES ME	3

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. .... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ADRIANO ALVES TRANSPORTES ME	11.369.896/0001-05	MARCO ANTONIO ALVES	910.546.569-91

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DENTRO DO PERÍMETRO URBANO, QUE SERÁ UTILIZADO PELOS USUÁRIOS ATENDIDOS NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA, NO CRAS E PELOS IDOSOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 454 - ADRIANO ALVES TRANSPORTES ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, COM A SEQUINTE DESCRIÇÃO: UM ONIBUS COM CAPACIDADE MINIMA DE 45 LUGARES, PARA ATENDIMENTO DE ALUNOS DO PROJETO TERCEIRA IDADE, SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E CRAS, PARA DESLOCAMENTO DENTRO DO PERÍMETRO URBANO. O MOTORISTA DEVERÁ TER CURSO EM TRANSPORTE COLETIVO, SEGURO DPVAT, SEGURO PARA PASSAGEIROS, DISPONIBILIDADE PARA TODOS OS DIAS DA SEMANA A QUALQUER HORA SOLICITADA PELO DEPARTAMENTO COMPETENTE.	KM		6.000,000	4,2800	25.680,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS**

Página: 2/7  
Processo Nº.: 26/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2015

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS**

Página: 3/7  
Processo Nº.: 26/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2015

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS**

Página: 4/7  
Processo Nº.: 26/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2015

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuária, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS**

Página: 5/7  
Processo Nº.: 26/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2015

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS**

Página: 6/7  
Processo Nº.: 26/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2015

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS**

Página: 7/7  
Processo Nº.: 26/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2015

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Curitiba, 30 de Setembro de 2015.

\_\_\_\_\_  
JOÃO CARLOS MARTINS DOS SANTOS  
PRESIDENTE DO FUNDO

**Empresas Participantes:**

ADRIANO ALVES TRANSPORTES ME

CNPJ: 11.369.896/0001-05 \_\_\_\_\_

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 41/2015**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS</b>  CNPJ: 83.754.044/0001-34 RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	<b>CONCORRÊNCIA</b> <b>Nr.: 41/2015 - CC</b>  Processo Administrativo: 41/2015 Processo de Licitação: 41/2015 Data do Processo: 29/07/2015
	Folha: 1/1

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Presidente Do Fundo, KLEBERSON LUCIANO LIMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 41/2015  
b ) Licitação Nr.: 41/2015-CC  
c ) Modalidade: Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia  
d ) Data Homologação: 30/09/2015  
e ) Data da Adjudicação: 30/09/2015 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação: Construção de Unidade de Educação Infantil (Projeto Proinfancia Tipo 1), Rua Comelio de Haro Varela, em Curitiba, conforme descrição detalhada no memorial descritivo e demais condições previstas neste edital e em seus anexos.

g ) Fomecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>(em Reais R\$)</u> <u>Total dos Itens</u>
- 013304 - TORRE FORTE CONSTRUTORA E INCORPORADORA	1	0,0000	1.510.317,13
	1		1.510.317,13

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.010.4.4.90.00.00.00.00 (19), 1.010.4.4.90.00.00.00.00 (21)

Curitiba, 30 de Setembro de 2015.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 41/2015**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS</b>  CNPJ: 83.754.044/0001-34 RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	<b>CONCORRÊNCIA</b> <b>Nr.: 41/2015 - CC</b>  Processo Administrativo: 41/2015 Processo de Licitação: 41/2015 Data do Processo: 29/07/2015
Folha: 1/1	

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Presidente Do Fundo, KLEBERSON LUCIANO LIMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 41/2015
- b) Licitação Nr.: 41/2015-CC
- c) Modalidade: Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia
- d) Data Homologação: 30/09/2015
- e) Objeto da Licitação: Construção de Unidade de Educação Infantil (Projeto Proinfância Tipo 1), Rua Cornélio de Haro Varela, em Curitiba, conforme descrição detalhada no memorial descritivo e demais condições previstas neste edital e em seus anexos.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):	Qtde de Itens	Média Descto (%)	(em Reais R\$)
			Total dos Itens
- 013304 - TORRE FORTE CONSTRUTORA E INCORPORADORA	1	0,0000	1.510.317,13
	1		1.510.317,13

Curitiba, 30 de Setembro de 2015.

\_\_\_\_\_  
KLEBERSON LUCIANO LIMA  
Secretário de Educação e Cultura

# Doutor Pedrinho

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 042/2015

DECRETO nº 042, de 08 de Setembro de 2015.

Disciplina o pagamento do Piso Salarial Nacional aos Agentes Comunitários de Saúde, na forma da Lei nº 12.994/2014, e dá outras providências.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52 combinado com o art. 72, inciso I, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990, fundado no § 5º do art. 198 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 63, de 2010, e na Lei Federal nº 12.994, de 17/06/2014;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o pagamento imediato do Piso Salarial de que trata a Lei Federal nº 12.994/14 aos ocupantes do emprego público de Agente Comunitário de Saúde, adotando-se verba de complemento salarial pela diferença entre o salário básico e o valor atual daquele, que corresponde a R\$ 1.014,00 (um mil e quatorze reais) mensais para uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 1º - Na aplicação do disposto no "caput" deste artigo será observado o disposto na Súmula Vinculante nº 15 que estabelece "O cálculo de gratificações e outras vantagens do servidor público não incide sobre o abono utilizado para se atingir o salário mínimo."

§ 2º - As despesas com a aplicação deste decreto correm a conta das dotações orçamentária próprias do Fundo Municipal de Saúde, autorizando-se a suplementação necessária, na forma da Lei.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 08 de Setembro de 2015.  
HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

O presente decreto foi publicado na forma regulamentar.  
Doutor Pedrinho, 08 de Setembro de 2015.

EDIR ANA FRAINER MAZZI  
Técnica e Contabilidade.

### DECRETO Nº 043/2015

DECRETO nº 043 de 30 de setembro de 2015.

Dispõe sobre desmembramento de área urbana.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei Federal nº 6.766/79 e na Lei Complementar nº 125, de 30/09/2014;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terras urbanas de um imóvel de propriedade de Cleudir Marcarini CPF 042.934.299/, contendo uma área de 75.196,56m<sup>2</sup> (setenta e cinco mil, cento e noventa e seis metros e cinquenta e seis decímetros quadrados), conforme planta projeto e documentação apresentada pelo proprietário.

Art. 2º - O desmembramento aprovado por este decreto provem terreno urbano com área de 75.196,56m<sup>2</sup> (setenta e cinco mil cento e noventa e seis metros e cinquenta e seis decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado na esquina do lado impar da Rua Navegantes, e com o lado par da Rua Clara Marcarini, distante a partir do ponto PP, e deste ponto segue pela curva de transição em 9,36m até a esquina que esta faz com o lado par da Rua Clara Marcarini, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC. devidamente registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó/SC., sob matrícula nº 6.289, do livro 2.

Parágrafo Único - Do referido imóvel são desmembrados oito lotes e ficando uma área remanescente abaixo descrito:

I - Lote nº01 a desmembrar. Terreno urbano, com área de 626,43m<sup>2</sup> (seiscentos e vinte e seis metros e quarenta e três decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado na esquina do lado impar da Rua Navegantes, com o lado par da Rua Clara Marcarini, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC. fazendo as seguintes confrontações: Partindo do ponto PP, em (2) dois segmentos, defletindo à direita num ângulo de 74º12'04" com a curva de transição em 9,36m, até o ponto P1, e deste segue em uma linha reta de 22,00m com o lado par da Rua Clara Marcarini, até o ponto P2, sendo este o Lado Direito; defletindo à direita num ângulo de 90º36'6" em uma linha reta de 25,00m, com o lote nº 05, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matrícula nº 6.289), até o ponto P17, sendo este os Fundos; defletindo à direita num ângulo de 89º31'24" em uma linha reta de 22,15m, com o lote nº 02, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matrícula nº 6.289), até o ponto P18, sendo este o Lado Esquerdo; defletindo à direita num ângulo de 104º52'17" em uma linha reta de 19,17m, com o lado impar da Rua Navegantes, até o ponto PP, início desta descrição, sendo esta a Frente.

II - Lote nº02 a desmembrar. Terreno urbano, com área de 667,27m<sup>2</sup> (seiscentos e sessenta e sete metros e vinte e sete decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado impar da Rua Navegantes, distante a partir do ponto P18, e deste segue pelo lado impar da mesma em 19,17m, e mais 9,36m, com a curva de transição, até a esquina que esta faz com o lado par da Rua Clara Marcarini, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC. fazendo as seguintes confrontações: Partindo do ponto P18, seguindo pelo lado direito com ângulo de 72º0'26" em linha reta de 25,00m, deste sendo; 22,15m, com o lote nº 01, até o ponto P17, e mais 2,85m, com o lote nº 05, ambos a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matrícula nº 6.289), até o ponto P16, sendo este o Lado Direito; defletindo à direita num ângulo de 108º30'23" em uma linha reta de 28,00m, sendo 7,80m, com o lote nº 05, até o ponto P14, e mais 20,20m, com o lote nº 03, ambos a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matrícula nº 6.289), até o ponto P15, sendo este os Fundos; defletindo à direita num ângulo de 72º48'38" em uma linha reta de 25,00m, com o lote nº 03, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matrícula nº 6.289), até o ponto P19, sendo este o Lado Esquerdo; defletindo à direita num ângulo de 107º26'23" em uma linha reta de 28,00m, com o lado impar da Rua Navegantes, até o ponto P18, início desta descrição, sendo esta a Frente.

III - Lote nº03 a desmembrar. Terreno urbano, com área de 23.169,76m<sup>2</sup> (vinte e três mil, cento e sessenta e nove metros e setenta e seis decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado



no lado ímpar da Rua Navegantes, distante a partir do ponto P19, e deste ponto segue pelo lado ímpar da mesma em 47,17m, e mais 9,36m, com a curva de transição, até a esquina que esta faz com o lado par da Rua Clara Marcarini, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC; fazendo as seguintes confrontações: Partindo do ponto P19, em cinco segmentos; seguindo pelo lado direito com ângulo de 72°33'37" em linha reta de 25,00m, com o lote nº 02, até o ponto P15, defletindo à esquerda num ângulo de 287°11'22" em uma linha reta de 20,20m, com o lote nº 02, ambos a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matrícula nº 6.289), até o ponto P14, defletindo à direita num ângulo de 71°30'32" em uma linha reta de 55,00m, sendo 14,18m, com o lote nº 05, até o ponto P13, e 20,67m, com o lote nº 06, até o ponto P12, e mais 20,15m, com o lote nº 07, ambos a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matrícula nº 6.289), até o ponto P11, defletindo à esquerda num ângulo de 270°19'47" em uma linha reta de 2,60m, com o lote nº 07, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matrícula nº 6.289), até o ponto P10, defletindo à direita num ângulo de 89°6'45" em uma linha reta de 279,43m, sendo 20,40m, com o lote nº 08, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matrícula nº 6.289), até o ponto P09, e mais 259,03m, com a área remanescente de Cleudir Marcarini, (Matrícula nº 6.289), até o ponto P26, sendo este o Lado Direito; defletindo à direita num ângulo de 90°00'00" em uma linha reta de 69,80m, com a área remanescente de Cleudir Marcarini, (Matrícula nº 6.289), até o ponto P25, sendo este os Fundos; defletindo à direita num ângulo de 90°00'00" em uma linha reta de 335,98m, com terras de Jurandir José Stulzer, (Matrícula nº 89), até o ponto P24, sendo este o Lado Esquerdo; defletindo à direita em (5) cinco segmentos num ângulo de 109°17'58" em uma linha reta de 9,79m, com o lado ímpar da Rua Navegantes, até o ponto P23, defletindo à direita num ângulo de 72°21'50" em uma linha reta de 22,00m, com o lote nº 04, até o ponto P22, defletindo à esquerda num ângulo de 287°43'42" em uma linha reta de 20,00m, com o lote nº 04, até o ponto P21, defletindo à esquerda num ângulo de 252°32'9" em uma linha reta de 22,00m, com o lote nº 04, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matrícula nº 6.289), até o ponto P20, deste segue defletindo à direita num ângulo de 107°22'20" em uma linha reta de 20,00m, com o lado ímpar da Rua Navegantes, até o ponto P19, início desta descrição, sendo esta a Frente. Pelo fato desta área ser gravada com um Córrego (Sem Denominação,) fica averbada uma faixa de APP – Área de Preservação Permanente de 15,00m de largura ao longo da margem direita do Córrego (Sem Denominação), formando uma área total de 4.944,60m<sup>2</sup>.

IV - Lote nº04 a desmembrar. Terreno urbano, com área de 418,40m<sup>2</sup> (quatrocentos e dezoito metros e quarenta decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado ímpar da Rua Navegantes, distante a partir do ponto P20, e deste ponto segue pelo lado ímpar da mesma em 67,17m, e mais 9,36m, com a curva de transição, até a esquina que esta faz com o lado par da Rua Clara Marcarini, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC. fazendo as seguintes confrontações: Partindo do ponto P20, seguindo pelo lado direito com ângulo de 72°37'40" em linha reta de 22,00m, com o lote nº 03, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matrícula nº 6.289), até o ponto P21, sendo este o Lado Direito; defletindo à direita num ângulo de 107°27'51" em uma linha reta de 20,00m, com o lote nº 03, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matrícula nº 6.289), até o ponto P22, sendo este os Fundos; defletindo à direita num ângulo de 72°16'18" em uma linha reta de 22,00m, com o lote nº 03, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matrícula nº 6.289), até o ponto P23, sendo este o Lado Esquerdo; defletindo à direita num ângulo de 107°38'10" em uma linha reta de 20,00m, com o lado ímpar da Rua Navegantes, até o ponto P20, início desta descrição, sendo esta a Frente. Pelo fato desta área ser gravada por um Córrego (Sem Denominação,) fica averbada uma faixa de APP – Área de Preservação Permanente de 15,00m de largura ao longo da margem direita do Córrego (Sem Denominação), formando uma área total de 136,35m<sup>2</sup>.

V - Lote nº05 a desmembrar. Terreno urbano, com área de 588,47m<sup>2</sup> (quinhentos e oitenta e oito metros e quarenta e sete decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado par da Rua Clara Marcarini, distante a partir do ponto P2, e deste ponto segue pelo lado par da mesma em 22,00m, e mais 9,36m, com a curva de transição, até a esquina que esta faz com o lado ímpar da Rua Navegantes, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC. fazendo as seguintes confrontações: Partindo do ponto P2, com ângulo de 89°23'54" em linha reta de 19,45m, com o lado par da Rua Clara Marcarini, até o ponto P3, sendo esta a Frente; defletindo à direita num ângulo de 90°28'11" em uma linha reta de 32,00m, com o lote nº 06, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matrícula nº 6.289), até o ponto P13, sendo este o Lado Direito; defletindo à direita em (3) três segmentos; num ângulo de 89°56'38" em uma linha reta de 14,18m, com o lote nº 03, até o ponto P14, defletindo à direita num ângulo de 108°29'28" em uma linha reta de 7,80m, com o lote nº 02, até o ponto P16, defletindo à esquerda num ângulo de 251°29'37" em uma linha reta de 2,85m, com o lote nº 02, ambos a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matrícula nº 6.289), até o ponto P17, sendo este os Fundos; defletindo à direita num ângulo de 90°28'36" em uma linha reta de 25,00m, com o lote nº 01, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matrícula nº 6.289), até o ponto P2, início desta descrição, sendo este o Lado Esquerdo.

VI - Lote nº06 a desmembrar. Terreno urbano, com área de 660,48m<sup>2</sup> (seiscentos e sessenta metros e quarenta e oito decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado par da Rua Clara Marcarini, distante a partir do ponto P3, e deste ponto segue pelo lado par da mesma em 41,45m, e mais 9,36m, com a curva de transição, até a esquina que esta faz com o lado ímpar da Rua Navegantes, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC; fazendo as seguintes confrontações: Partindo do ponto P3, com ângulo de 89°48'13" em linha reta de 20,67m, com o lado par da Rua Clara Marcarini, até o ponto P4, sendo esta a Frente; defletindo à direita num ângulo de 90°28'11" em uma linha reta de 32,00m, com o lote nº 07, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matrícula nº 6.289), até o ponto P12, sendo este o Lado Direito; deste segue defletindo à direita num ângulo de 89°56'38" em uma linha reta de 20,67m, com o lote nº 03, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matrícula nº 6.289), até o ponto P13, sendo este os Fundos; deste segue defletindo à direita num ângulo de 90°3'22" em uma linha reta de 32,00m, com o lote nº 05, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matrícula nº 6.289), até o ponto P3, início desta descrição, sendo este o Lado Esquerdo.

VII - Lote nº07 a desmembrar. Terreno urbano, com área de 639,73m<sup>2</sup> (seiscentos e trinta e nove metros e setenta e três decímetros quadrados) sem benfeitorias, situado no lado par da Rua Clara Marcarini, distante a partir do ponto P4, e deste ponto segue pelo lado par da mesma em 62,12m, e mais 9,36m, com a curva de transição, até a esquina que esta faz com o lado ímpar da Rua Navegantes, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC. fazendo as seguintes confrontações: Partindo do ponto P4, com ângulo de 89°48'13" em linha reta de 20,00m, com o lado par da Rua Clara Marcarini, até o ponto P5, sendo esta a Frente; defletindo à direita num ângulo de 90°28'11" em uma linha reta de 32,00m; sendo 29,40m, com o lote nº 08, até o ponto P10, e mais 2,60m, com o lote nº 03 ambos a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matrícula nº 6.289), até o ponto P11, sendo este o Lado Direito; defletindo à direita num ângulo de 89°56'38" em uma linha reta de 20,15m, com o lote nº 03, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matrícula nº 6.289), até o ponto P12, sendo este os Fundos; defletindo à direita num ângulo de 90°3'22" em uma linha reta de 32,00m, com o lote nº 06, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matrícula nº 6.289), até o ponto P4, início desta descrição, sendo este o Lado Esquerdo.

VIII - Lote nº08 a desmembrar. Terreno urbano, com área de 599,33m<sup>2</sup> (quinhentos e noventa e nove metros e trinta e três decímetros quadrados) sem benfeitorias, situado no lado par da Rua Clara Marcarini, distante a partir do ponto P5, e deste ponto segue pelo lado par da mesma em 82,12m, e mais 9,36m, com a curva de transição, até a esquina que esta faz com o lado impar da Rua Navegantes, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC. fazendo as seguintes confrontações: Partindo do ponto P5, com ângulo de 89°48'13" em linha reta de 20,40m, com o lado par da Rua Clara Marcarini, até o ponto P6, sendo esta a Frente; defletindo à direita num ângulo de 90°28'11" em uma linha reta de 29,47m, com a área remanescente de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P9, sendo este o Lado Direito; defletindo à direita num ângulo de 89°6'45" em uma linha reta de 20,40m, com o lote nº 03, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P10, sendo este os Fundos; defletindo à direita num ângulo de 90°53'15" em uma linha reta de 29,40m, com o lote nº 07, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P5, início desta descrição, sendo este o Lado Esquerdo.

IX - Área Remanescente Terreno urbano, com área de 47.826,69m<sup>2</sup> (quarenta e sete mil, oitocentos e vinte e seis metros e sessenta e nove decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado par da Rua Clara Marcarini, distante a partir do ponto P6, e deste ponto segue pelo lado par da mesma em 102,52m, e mais 9,36m, com a curva de transição, até a esquina que esta faz com o lado impar da Rua Navegantes, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC. fazendo as seguintes confrontações: Partindo do ponto P6, em dois segmentos; num ângulo de 89°31'49" em linha reta de 7,23m, com o lado par da Rua Clara Marcarini, até o ponto P7, defletindo à esquerda num ângulo de 270°00'00" em uma linha reta de 9,62m, com os fundos da Rua Clara Marcarini, até o ponto P8, sendo esta a Frente; defletindo à direita num ângulo de 90°26'34" em uma linha reta de 713,60m, com terras de Ângelo Marcarini, (Matricula nº 5.146), até o ponto P28, sendo este o Lado Direito; defletindo à direita num ângulo de 71°42'04" em uma linha reta de 113,00m, com terras de Americana Granitos do Brasil Ltda. (Matricula nº 2.713), até o ponto P27, sendo este os Fundos; defletindo à direita em quatro segmentos num ângulo de 107°28'38" em uma linha reta de 422,90m, com terras de Jurandir José Stulzer, (Matricula nº 89), até o ponto P25, defletindo à direita num ângulo de 90°00'00" em uma linha reta de 69,80m, com o lote nº 03, até o ponto P26, defletindo à esquerda num ângulo de 270°00'00" em uma linha reta de 259,03m, com o lote nº 03, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P9, defletindo à direita num ângulo de 90°53'15" em uma linha reta de 29,47m, com o lote nº 08, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.289), até o ponto P06, início desta descrição, sendo este o Lado Esquerdo. Pelo fato desta área ser gravada com um Córrego (Sem Denominação,) fica averbada uma faixa de APP – Área de Preservação Permanente de 15,00m de largura ao longo da margem direita do Córrego (Sem Denominação), formando uma área total de 344,30m<sup>2</sup>.

Art. 3º – Apesar da aprovação do desmembramento feito por este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas as exigências a que está sujeito conforme determina a legislação e sua regulamentação.

Art. 4º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o decreto 079 de 22 de outubro de 2014.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 30 de setembro de 2015;  
27º ano de Fundação; 26º ano de Emancipação Política.  
HARTWIG PERSUHN  
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 30 de setembro de 2015.

EDIR ANA FRAINER MAZZI  
Técnica em Contabilidade

### DECRETO Nº 044/2015

DECRETO nº 044 de 30 de setembro de 2015.  
Dispõe sobre desmembramento de área urbana.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei Federal nº 6.766/79 e na Lei Complementar nº 125, de 30/09/2014;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terras urbanas de um imóvel de propriedade de Cleudir Marcarini CPF 042.934.299/, contendo uma área de 24.971,52m<sup>2</sup> (vinte e quatro mil novecentos e setenta e um metros e cinquenta e dois decímetros quadrados), conforme planta projeto e documentação apresentada pelo proprietário.

Art. 2º - O desmembramento aprovado por este decreto provem terreno urbano, com área total de 24.971,52m<sup>2</sup> (vinte e quatro mil, novecentos e setenta e um metros e cinquenta e dois decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado par da Rua Navegantes, distante a partir do ponto PP, e deste ponto segue pelo lado par da mesma em 1.118,70m até a esquina que esta faz com o lado ímpar da Rua Porto Belo, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC. devidamente registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó/SC., sob matrícula nº 6.288, do livro 2.

Parágrafo Único - Do referido imóvel são desmembrados quatro lotes e ficando uma área remanescente abaixo descrito:

I - Lote nº01 a desmembrar. Terreno urbano, com área de 435,86m<sup>2</sup> (quatrocentos e trinta e cinco metros e oitenta e seis decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado par da Rua Navegantes, distante a partir do ponto PP, e deste ponto segue pelo lado par da mesma em 1.118,70m até a esquina que esta faz com o lado ímpar da Rua Porto Belo, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC; fazendo as seguintes confrontações: Partindo do ponto PP, com ângulo de 109°25'24" em linha reta de 13,00m, com o lado par da Rua Navegantes, até o ponto P1, sendo esta a Frente; defletindo à direita num ângulo de 70°50'25" em uma linha reta de 35,58m, com o lote nº 02, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.288), até o ponto P10, sendo este o Lado Direito; defletindo à direita num ângulo de 106°43'03" em uma linha reta de 13,00m, com a área remanescente de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.288), até o ponto P9, sendo este os Fundos; defletindo à direita num ângulo de 73°01'09" em uma linha reta de 35,00m, com terras de Ângelo Marcarini, (Matricula nº 5.145), até o ponto PP, início desta descrição, sendo este o Lado Esquerdo.

II - Lote nº02 a desmembrar. Terreno urbano, com área de 443,03m<sup>2</sup> (quatrocentos e quarenta e três metros e três decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado par da Rua Navegantes, distante a partir do ponto P1, e deste ponto segue pelo lado par da mesma em 1.131,70m até a esquina que esta faz com o lado ímpar da Rua Porto Belo, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC; fazendo as seguintes confrontações: Partindo do ponto P1, em dois segmentos; com ângulo de 109°09'35" em linha reta de 2,67m, até o ponto P2, defletindo a direita num ângulo de 175°55'59" em linha reta de 10,33m, ambos com o lado par da Rua Navegantes, até o ponto P3, sendo esta

a Frente; defletindo à direita num ângulo de 74°49'31" em uma linha reta de 35,39m, com o lote nº 03, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.288), até o ponto P11, sendo este o Lado Direito; defletindo à direita num ângulo de 106°47'57" em uma linha reta de 13,00m, com a área remanescente de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.288), até o ponto P10, sendo este os Fundos; defletindo à direita num ângulo de 73°16'57" em uma linha reta de 35,58m, com o lote nº 01, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.288), até o ponto P1, início desta descrição, sendo este o Lado Esquerdo.

III - Lote nº03 a desmembrar. Terreno urbano, com área de 439,39m<sup>2</sup> (quatrocentos e trinta e nove metros e trinta e nove decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado par da Rua Navegantes, distante a partir do ponto PP, e deste ponto segue pelo lado par da mesma em 1.144,70m até a esquina que esta faz com o lado ímpar da Rua Porto Belo, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC; fazendo as seguintes confrontações: Partindo do ponto P3, com ângulo de 105°10'29" em linha reta de 13,00m, com o lado par da Rua Navegantes, até o ponto P4, sendo esta a Frente; defletindo à direita num ângulo de 75°20'27" em uma linha reta de 35,00m, com a área remanescente de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.288), até o ponto P12, sendo este o Lado Direito; defletindo à direita num ângulo de 106°57'55" em uma linha reta de 13,00m, com a área remanescente de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.288), até o ponto P11, sendo este os Fundos; defletindo à direita num ângulo de 73°12'03" em uma linha reta de 35,39m, com o lote nº 02, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.288), até o ponto P3, início desta descrição, sendo este o Lado Esquerdo.

IV - Área Remanescente Terreno urbano, com área de 23.653,24m<sup>2</sup> (vinte e três mil seiscentos e cinquenta e três metros e vinte e quatro decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lado par da Rua Navegantes, distante a partir do ponto P4, e deste ponto segue pelo lado par da mesma em 1.157,70m até a esquina que esta faz com o lado ímpar da Rua Porto Belo, Núcleo Urbano de Nova Rodeio, município de Doutor Pedrinho/SC. fazendo as seguintes confrontações: Partindo do ponto P4, em dois segmentos com ângulo de 105°20'27" em linha reta de 0,63m, até o ponto P5, defletindo à esquerda num ângulo de 183°07'18" em uma linha reta de 73,52m com o lado par da Rua Navegantes, até o ponto P6, sendo esta a Frente; defletindo à direita num ângulo de 70°42'01" em uma linha reta de 307,13m, com terras de Jurandir José Stulzer, (Matricula nº 89), até o ponto P7, sendo este o Lado Direito; defletindo à direita num ângulo de 59°06'08" em uma linha sinuosa de 160,00m, com a margem direita do Rio Capivari, até o ponto P8, sendo este os Fundos; defletindo à direita em três segmentos sendo; num ângulo de 141°33'51" em uma linha reta de 117,29m, com terras de Ângelo Marcarini, (Matricula nº 5.145) até o ponto P9, defletindo a direita num ângulo de 106°58'51" em uma linha reta de 39,00m, sendo; 13,00m, com o lote nº 01, até o ponto P10, e 13,00m, com o lote nº 02, até o ponto P11, e mais 13,00m com o lote nº 03, ambos a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.288), até o ponto P12, defletindo a esquerda num ângulo de 253°02'05" em uma linha reta de 35,00m, com o lote nº 03, a desmembrar de Cleudir Marcarini, (Matricula nº 6.288), até o ponto P4, início desta descrição, sendo esta o Lado Esquerdo. A dita área é gravada com área de APP – ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE numa faixa de 15,00m de largura ao longo da margem direita do Rio Capivari e da margem direita do Córrego (Sem Denominação), formando uma área total de 6.624,84m<sup>2</sup>.

Art. 3º - Apesar da aprovação do desmembramento feito por este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas as exigências a que está sujeito conforme determina a legislação e sua regulamentação.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário, em especial o decreto 80 de 22 de outubro de 2014.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 30 de setembro de 2015; 27º ano de Fundação; 26º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.  
Doutor Pedrinho, SC, 30 de setembro de 2015.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade

**RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 02/2012**

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA nº 002/2012

A Fazenda Municipal de Doutor Pedrinho - SC faz saber a todos os proprietários ou possuidores de imóveis na Rua da Torre, que o Município executou o programa ordinário de pavimentação com lajota de concreto sextavada em 3.397,0 m² daquela via pública, com lançamento de CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA na forma dos artigos 81 e 82 do Código Tributário Nacional, artigos 376 a 393 do Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 17, de 20/12/2002, e alterações) e demais regulamentações, conforme Processo Administrativo nº 002/2012.

Contudo, em face da Ação Judicial nº 073.13.002380-1, divulga a presente retificação ao Edital nº 002/2012, na forma que segue:

“5 – Da determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição:

O custo total das obras de melhorias corresponde a R\$ 178.691,23 (cento e setenta e oito mil, seiscentos e noventa e um reais e vinte e três centavos), dos quais o valor a ser ressarcido pelos contribuintes, ao Poder Tributante, na modalidade tributária Contribuição de Melhoria, será de R\$ 101.840,09 (cento e um mil, oitocentos e quarenta reais e nove centavos).

O fator de absorção do benefício (FAB) para cada imóvel diretamente atingido é encontrado pela multiplicação do custo total da obra (CTO) por 2/3 (dois terços), dividindo-se pela soma dos percentuais de valorização dos imóveis lindeiros (SV), multiplicado pelo fator de valorização de cada imóvel (VI), limitado pelo custo total da obra (CTO) e pela valorização de cada imóvel (VII), segundo a fórmula  $FAB = (((CTO * 2/3) / SV) * VI) \leq CTO$  ou VII).

Na hipótese de existir imóveis do Patrimônio Público no logradouro beneficiado com a obra pública, será considerada a participação deste no somatório para fins de distribuição da Contribuição de Melhoria.

Observados os valores de valorização imobiliária apurados pela Administração, cujo acréscimo imobiliário segue no anexo deste Edital, é vedada a contribuição de melhoria em valores superiores ao custo da obra e, individualmente, ao valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel.”

“6 – Dos critérios de repartição do tributo (fator de rateio):

A distribuição do montante global da Contribuição de Melhoria será dividida entre a Prefeitura e os proprietários marginais às ruas e logradouros beneficiados, cabendo uma terça parte à Prefeitura e duas terças partes aos proprietários dos imóveis, proporcionalmente à participação na soma dos percentuais de valorização dos imóveis lindeiros (SV).

A contribuição relativa a cada imóvel será determinada pela fórmula  $FAB = (((CTO * 2/3) / SV) * VI) \leq CTO$  ou VII), ou seja, pela aplicação do fator de absorção do benefício (FAB), limitado pelo custo total da obra (CTO) e pelo valor da valorização imobiliária individual apurada.”

Doutor Pedrinho/SC, 30 de setembro de 2015.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho - SC.

“Anexo I

RUA DA TORRE			Custo Obra	178.691,23	CM	119.127,49			
Proprietário	Nº	Cadastro Imobiliário	Inscrição Imobiliária	Vlr após obra	Vlr antes obra	Valorização imóvel	Fator Individual de Valorização	Rateio CM	Vlr CM
Paulo Andrey Vicente	s/nº	278.0	01.01.016.0553.001.01.01	28.000,00	20.000,00	8.000,00	40,00	14.430,41	8.000,00
Claudiney Vicente	60	874.5	01.01.016.0568.001.01.01	40.000,00	36.500,00	3.500,00	9,59	3.459,34	3.459,34
Arcângelo Nones	s/nº	280.1	01.01.016.0583.001.01.01	20.000,00	15.000,00	5.000,00	33,33	12.025,34	5.000,00
Claudiney Vicente	88	282.8	01.01.016.0613.001.01.01	92.000,00	85.000,00	7.000,00	8,24	2.970,97	2.970,97
José Correa	114	284.4	01.01.016.0643.001.01.01	50.000,00	45.000,00	5.000,00	11,11	4.008,45	4.008,45
Maria da Luz Correa	130	285.2	01.01.016.0658.001.01.02	37.000,00	32.000,00	5.000,00	15,63	5.636,88	5.000,00
Matias Giacomozzi	160	288.7	01.01.016.0703.001.01.02	120.000,00	108.320,00	11.680,00	10,78	3.890,03	3.890,03
Onadir Odorizzi	176	860.5	01.01.016.0718.001.01.02	55.000,00	48.800,00	6.200,00	12,70	4.583,43	4.583,43
Rolando Bernardes	190	861.3	01.01.016.0755.001.01.01	72.000,00	66.350,00	5.650,00	8,52	3.072,03	3.072,03
Claudiney Vicente	1150	297.6	01.01.016.0538.001.01.04	350.000,00	297.500,00	52.500,00	17,65	6.366,36	6.366,36
Darci Vargas Schmitt	411	289.5	01.01.016.0963.001.01.01	67.000,00	63.080,00	3.920,00	6,21	2.241,88	2.241,88
Tervina Carvalho	393	290.9	01.01.016.0979.001.01.01	62.000,00	57.100,00	4.900,00	8,58	3.095,84	3.095,84
Mario Gonçalves	377	291.7	01.01.016.0995.001.01.01	42.000,00	37.440,00	4.560,00	12,18	4.393,87	4.393,87
Claudiney Vicente	359	292.5	01.01.016.1011.001.01.02	37.000,00	33.400,00	3.600,00	10,78	3.888,43	3.600,00



Vanderleia Fiamoncini Buzzi	343	293.3	01.01.016.1027.001.01.01	50.000,00	43.800,00	6.200,00	14,16	5.106,65	5.106,65
Ditmar Juni Schikorski	323	294.1	01.01.016.1043.001.01.02	52.000,00	46.240,00	5.760,00	12,46	4.493,90	4.493,90
Ditmar Juni Schikorski	307	295.0	01.01.016.1059.001.01.02	62.000,00	56.250,00	5.750,00	10,22	3.687,77	3.687,77
Claudiney Vicente	291	296.8	01.01.016.1075.001.01.01	32.000,00	27.000,00	5.000,00	18,52	6.680,74	5.000,00
Josiane Nones Giacomozzi	257	859.1	01.01.016.1100.001.01.01	32.000,00	28.680,00	3.320,00	11,58	4.176,16	3.320,00
Darci Vargas Schmitt	247	857.5	01.01.016.1133.001.01.01	38.000,00	33.880,00	4.120,00	12,16	4.387,05	4.120,00
Claudiney Vicente	237	1695.0	01.01.016.1120.001.01.02	37.000,00	34.600,00	2.400,00	6,94	2.502,38	2.400,00
Benvindo Ângelo Buzzi	s/nº	1862.7	01.01.16.1121.001.01.01	325.000,00	234.000,00	91.000,00	38,89	14.029,56	14.029,56
			Somatório	1.700.000,00	1.449.940,00	250.060,00	330,21	119.127,49	101.840,09
Contribuição de Melhoria a ser lançada (excluído o rateio de imóveis do Patrimônio público e observado o limite da valorização de cada imóvel)					101.840,09				

....."

# Ermo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 044, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 044, de 29 de setembro de 2015.

Estabelece Horário Especial de Expediente nas Repartições Públicas do Município de Ermo.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII e XI da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 32 da Lei Nº 038, de 04 de novembro de 1997 (Estatuto dos Servidores Públicos);

#### DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido como horário especial de expediente externo das repartições públicas da Administração Direta do Município de Ermo, a partir do dia 05 de outubro de 2015 (segunda-feira), de Segunda a Sexta-feira das 07:00 às 12:00 horas.

Art. 2º O horário das 12:00 às 13:00 horas fica estabelecido apenas para expediente interno.

Art. 3º A Secretaria de Saúde e Promoção Social permanecerá com horário das 07:00 às 19:00 horas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 29 de setembro de 2015.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 44/2015 - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 26/2014

EXTRATO DO CONTRATO nº 44/2015

2º Termo Aditivo ao Contrato nº 26/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: ABI Construção Civil Ltda ME

OBJETO: Construção de Creche Municipal em alvenaria, com área de 404,63m², localizada situada à Rodovia SC 448, S/Nº, Centro, Ermo/SC.

VALOR: fica aditado em R\$ 67.147,80 (sessenta e sete mil, cento e quarenta e sete reais e oitenta centavos), passando para R\$ 607.052,89 (seiscentos e sete mil, cinquenta e dois reais e oitenta e nove centavos).

DATA DA ASSINATURA: 29/09/2015

**RREO\_4BIM DE 2015**

Município de ERMO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			R\$ 1,00			
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>						
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	56.300,00			57.100,00		-800,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00			0,00		0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	56.300,00			57.100,00		-800,00
<b>TOTAL</b>	<b>56.300,00</b>			<b>57.100,00</b>		<b>-800,00</b>

  

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

  

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)				SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00			57.100,00		57.100,00

FONTE:

ERMO, 30/09/2015

ALDOIR CADORIN  
Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ  
Contadora CRC/SC026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO  
Responsável p/ controle interno



Município de ERMO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	1.384.215,04	1.784.215,04	1.524.893,71	85,47	1.370.078,89	76,79
Pessoal e Encargos Sociais	881.600,00	881.600,00	765.011,03	86,78	765.011,03	86,78
Outras Despesas Correntes	502.615,04	902.615,04	759.882,68	84,19	605.067,86	67,03
DESPESAS DE CAPITAL	53.000,00	163.000,00	156.193,89	95,82	156.193,89	95,82
Investimentos	53.000,00	163.000,00	156.193,89	95,82	156.193,89	95,82

Continua 1/4





Município de ERMO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	53.000,00	163.000,00	156.193,89	95,82	156.193,89	95,82
Investimentos	53.000,00	163.000,00	156.193,89	95,82	156.193,89	95,82
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>1.437.215,04</b>	<b>1.947.215,04</b>	<b>1.681.087,60</b>	<b>86,33</b>	<b>1.526.272,78</b>	<b>78,38</b>
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA <sup>1</sup>	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS <sup>2</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	<b>1.437.215,04</b>	<b>1.947.215,04</b>	<b>1.681.087,60</b>	<b>100,00</b>	<b>1.526.272,78</b>	<b>100,00</b>
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>						
(VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% <sup>4 e 5</sup>			0,00			
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]<sup>6</sup></b>						<b>1.526.272,78</b>

Continua 2/4



Município de ERMO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	0,00	0,00			0,00	
	TOTAL (VIII)	0,00	0,00			0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	-	-			-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	1.780.920,04	2.290.920,04	1.983.301,60	100,00	1.727.257,78	100,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	795,00	795,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.781.715,04	2.291.715,04	1.983.301,60	100,00	1.727.257,78	100,00

FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+1" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total l".<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+1" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[VI(h+i) - (15 \times IIIb) \times 100]$ 

Continua 3/4



Município de ERMO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

ERMO , 30/09/2015

ALDOIR CADORIN  
Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ  
Contadora CRC/SC026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO  
Responsável p/ controle inter



Município de ERMO - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL  (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

ERMO , 30/09/2015

ALDOIR CADORIN  
 Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ  
 Contadora CRC/SC026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO  
 Responsável p/ controle interno



Município de ERMO - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO  
 Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
<b>RECEITAS</b>			
Previsão Inicial		12.421.599,77	
Previsão Atualizada		12.421.599,77	
Receitas Realizadas		7.272.093,98	
Déficit Orçamentário		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		16.062,80	
<b>DESPESAS</b>			
Dotação Inicial		10.127.770,72	
Créditos Adicionais		2.250.015,70	
Dotação Atualizada		12.377.786,42	
Despesas Empenhadas		7.142.423,51	
Despesas Liquidadas		6.009.162,12	
Despesas pagas		5.448.236,49	
Superavit Orçamentário		1.262.931,86	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		7.142.423,51	
Despesas Liquidadas		6.009.162,12	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		10.513.126,87	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		10.000,00	389.943,58
Resultado Primário		947.298,05	1.243.791,84
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		1.950.856,81	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		331.488,09	60%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	1.000.000,00
Despesa de Capital Líquida		1.474.888,84	3.086.600,20
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2015	2023
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		57.100,00	-800,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00

Continua 1/2



Município de ERMO - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)			0,00

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

ERMO, 30/09/2015

ALDOIR CADORIN  
Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ  
Contadora CRC/SC026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO  
Responsável p/ controle interno



Município de ERMO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>12.920.762,66</b>	<b>12.920.762,66</b>	<b>1.868.979,51</b>	<b>14,46</b>	<b>7.711.038,32</b>	<b>59,68</b>	<b>5.209.724,34</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>11.533.048,17</b>	<b>11.533.048,17</b>	<b>1.654.410,58</b>	<b>14,34</b>	<b>6.957.803,89</b>	<b>60,33</b>	<b>4.575.244,28</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	372.785,98	372.785,98	58.387,87	15,66	263.187,22	70,60	109.598,76
IMPOSTOS	160.135,01	160.135,01	44.240,03	27,63	171.716,59	107,23	-11.581,58
TAXAS	112.650,97	112.650,97	14.147,84	12,56	91.470,63	81,20	21.180,34
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	81.800,96	81.800,96	7.826,94	9,57	47.435,53	57,99	34.365,43
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	60.198,31	60.198,31	5.429,43	9,02	36.852,77	61,22	23.345,54
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	21.602,65	21.602,65	2.397,51	11,10	10.582,76	48,99	11.019,89
RECEITA PATRIMONIAL	40.837,56	40.837,56	3.134,02	7,67	19.937,78	48,82	20.899,78
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	40.837,56	40.837,56	3.134,02	7,67	19.937,78	48,82	20.899,78
RECEITA DE SERVIÇOS	102.088,79	102.088,79	4.580,56	4,49	22.787,28	22,32	79.301,51
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.818.974,94	10.818.974,94	1.551.112,96	14,34	6.503.498,96	60,11	4.315.475,98
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.818.974,94	10.818.974,94	1.551.112,96	14,34	6.503.498,96	60,11	4.315.475,98
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	116.559,94	116.559,94	29.368,23	25,20	100.957,12	86,61	15.602,82
MULTAS E JUROS DE MORA	18.744,14	18.744,14	13.822,92	73,75	24.726,87	131,92	-5.982,73
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.904,77	7.904,77	238,35	3,02	919,35	11,63	6.985,42
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	30.300,64	30.300,64	330,75	1,09	5.716,78	18,87	24.583,86
RECEITAS DIVERSAS	59.610,39	59.610,39	14.976,21	25,12	69.594,12	116,75	-9.983,73
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>1.387.714,49</b>	<b>1.387.714,49</b>	<b>214.568,93</b>	<b>15,46</b>	<b>753.234,43</b>	<b>54,28</b>	<b>634.480,06</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	89.960,49	89.960,49	0,00	0,00	57.100,00	63,47	32.860,49
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	89.960,49	89.960,49	0,00	0,00	57.100,00	63,47	32.860,49
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	297.754,00	297.754,00	214.568,93	72,06	696.134,43	233,80	-398.380,43
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	48.000,00	0,00	-48.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	297.754,00	297.754,00	214.568,93	72,06	648.134,43	217,67	-350.380,43
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>12.920.762,66</b>	<b>12.920.762,66</b>	<b>1.868.979,51</b>	<b>14,46</b>	<b>7.711.038,32</b>	<b>59,68</b>	<b>5.209.724,34</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3



Município de ERMO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>12.920.762,66</b>	<b>12.920.762,66</b>	<b>1.868.979,51</b>	<b>14,46</b>	<b>7.711.038,32</b>	<b>59,68</b>	<b>5.209.724,34</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	732.511,62	—	—
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>12.920.762,66</b>	<b>12.920.762,66</b>	<b>1.868.979,51</b>	<b>14,46</b>	<b>8.443.549,94</b>	<b>59,68</b>	<b>5.209.724,34</b>
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	16.062,80	—	—	16.062,80	—	—
Superávit Financeiro	—	16.062,80	—	—	16.062,80	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>12.864.462,66</b>	<b>15.844.478,36</b>	<b>1.646.987,11</b>	<b>9.893.054,68</b>	<b>5.951.423,68</b>	<b>2.008.303,56</b>	<b>8.443.549,94</b>	<b>7.400.928,42</b>	<b>7.676.079,56</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>9.749.569,39</b>	<b>11.041.437,19</b>	<b>1.523.644,21</b>	<b>7.695.803,36</b>	<b>3.345.633,83</b>	<b>1.711.224,14</b>	<b>6.808.907,21</b>	<b>4.232.529,98</b>	<b>6.238.915,52</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.323.530,51	4.653.110,11	823.755,42	3.308.292,45	1.344.817,66	830.113,16	3.295.577,00	1.357.533,11	3.223.739,05
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	21.200,00	21.200,00	0,00	0,00	21.200,00	0,00	0,00	21.200,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	74.744,27	74.744,27	6.340,24	61.990,68	12.753,59	10.137,14	44.381,62	30.362,65	44.381,62
Transferências a União	5.330.094,61	6.292.382,81	693.548,55	4.325.520,23	1.966.862,58	870.973,84	3.468.948,59	2.823.434,22	2.970.794,85
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>3.107.473,27</b>	<b>4.795.621,17</b>	<b>123.342,90</b>	<b>2.197.251,32</b>	<b>2.598.369,85</b>	<b>297.079,42</b>	<b>1.634.642,73</b>	<b>3.160.978,44</b>	<b>1.437.164,04</b>
INVESTIMENTOS	3.001.473,27	4.689.621,17	110.521,89	2.145.246,57	2.544.374,60	284.258,41	1.582.637,98	3.106.983,19	1.385.159,29
Amortização da Dívida	106.000,00	106.000,00	12.821,01	52.004,75	53.995,25	12.821,01	52.004,75	53.995,25	52.004,75
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>7.420,00</b>	<b>7.420,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.420,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.420,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.420,00	7.420,00	0,00	0,00	7.420,00	0,00	0,00	7.420,00	0,00
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>12.864.462,66</b>	<b>15.844.478,36</b>	<b>1.646.987,11</b>	<b>9.893.054,68</b>	<b>5.951.423,68</b>	<b>2.008.303,56</b>	<b>8.443.549,94</b>	<b>7.400.928,42</b>	<b>7.676.079,56</b>

Continua 2/3





Município de ERMO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>12.864.462,66</b>	<b>15.844.478,36</b>	<b>1.646.987,11</b>	<b>9.893.054,68</b>	<b>5.951.423,68</b>	<b>2.008.303,56</b>	<b>8.443.549,94</b>	<b>7.400.928,42</b>	<b>7.676.079,56</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	7.711.038,32
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>12.864.462,66</b>	<b>15.844.478,36</b>	<b>1.646.987,11</b>	<b>9.893.054,68</b>	<b>—</b>	<b>2.008.303,56</b>	<b>8.443.549,94</b>	<b>—</b>	<b>15.387.117,88</b>

FONTE:

ERMO, 30/09/2015

ALDOIR CADORIN  
Prefeito MunicipalANA PAULA NOLA BIZ  
Contadora CRC/SC026097/O-0LEILE DENISE LEONARDO  
Responsável p/ controle interno



Município de ERMO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	12.864.462,66	15.844.478,36	1.646.987,11	9.893.054,68	100,00	5.951.423,68	2.008.303,56	8.443.549,94	100,00	7.400.928,42
Legislativa	530.544,27	530.544,27	68.304,66	334.091,99	3,38	196.452,28	72.101,56	316.482,93	3,75	214.061,34
Ação Legislativa	530.544,27	530.544,27	68.304,66	334.091,99	3,38	196.452,28	72.101,56	316.482,93	3,75	214.061,34
Administração	1.010.387,76	1.350.387,76	280.586,91	1.130.751,31	11,43	219.636,45	245.628,03	1.018.090,91	12,06	332.296,85
Administração Geral	1.010.387,76	1.350.387,76	280.586,91	1.130.751,31	11,43	219.636,45	245.628,03	1.018.090,91	12,06	332.296,85
Segurança Pública	28.764,16	28.764,16	3.176,10	6.915,59	0,07	21.848,57	3.176,10	6.915,59	0,08	21.848,57
Policimento	28.764,16	28.764,16	3.176,10	6.915,59	0,07	21.848,57	3.176,10	6.915,59	0,08	21.848,57
Assistência Social	604.216,80	634.116,80	54.085,59	297.933,75	3,01	336.183,05	72.535,46	248.217,07	2,94	385.899,73
Assistência à Criança e ao Adolescente	17.865,24	17.865,24	1.315,00	8.311,17	0,08	9.554,07	2.144,79	5.940,25	0,07	11.924,99
Assistência Comunitária	586.351,56	616.251,56	52.770,59	289.622,58	2,93	326.628,98	70.390,67	242.276,82	2,87	373.974,74
Saúde	2.206.147,67	2.936.147,67	469.990,83	2.416.539,18	24,43	519.608,49	591.424,16	2.117.904,89	25,08	818.242,78
Atenção Básica	2.100.147,67	2.730.147,67	418.519,60	2.272.580,05	22,97	457.567,62	568.224,62	2.008.044,28	23,78	722.103,39
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	106.000,00	206.000,00	51.471,23	143.959,13	1,46	62.040,87	23.199,54	109.860,61	1,30	96.139,39
Educação	3.800.333,52	5.261.042,39	253.367,70	2.632.933,66	26,61	2.628.108,73	474.292,57	1.933.748,93	22,90	3.327.293,46
Alimentação e Nutrição	119.177,40	139.177,40	8.156,40	125.252,83	1,27	13.924,57	16.677,02	56.033,95	0,66	83.143,45
Ensino Fundamental	2.845.998,83	4.103.818,43	236.919,30	2.237.303,34	22,61	1.866.515,09	429.696,41	1.619.033,04	19,17	2.484.785,39
Educação Infantil	691.411,19	874.300,46	2.160,00	236.671,49	2,39	637.628,97	21.787,14	224.975,94	2,66	649.324,52
Educação de Jovens e Adultos	80.146,10	80.146,10	0,00	20.000,00	0,20	60.146,10	0,00	20.000,00	0,24	60.146,10
Educação Especial	63.600,00	63.600,00	6.132,00	13.706,00	0,14	49.894,00	6.132,00	13.706,00	0,16	49.894,00
Cultura	27.155,08	27.155,08	2.000,00	10.064,70	0,10	17.090,38	2.000,00	10.064,70	0,12	17.090,38
Difusão Cultural	27.155,08	27.155,08	2.000,00	10.064,70	0,10	17.090,38	2.000,00	10.064,70	0,12	17.090,38
Urbanismo	609.368,41	761.775,24	0,00	664.696,80	6,72	97.078,44	30.590,87	600.437,80	7,11	161.337,44
Infra-Estrutura Urbana	428.765,76	581.172,59	0,00	509.711,63	5,15	71.460,96	0,00	509.711,63	6,04	71.460,96
Serviços Urbanos	180.602,65	180.602,65	0,00	154.985,17	1,57	25.617,48	30.590,87	90.726,17	1,07	89.876,48
Agricultura	775.855,60	1.000.855,60	109.280,52	576.689,30	5,83	424.166,30	123.024,16	533.809,51	6,32	467.046,09
Abastecimento	775.855,60	1.000.855,60	109.280,52	576.689,30	5,83	424.166,30	123.024,16	533.809,51	6,32	467.046,09
Indústria	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
Promoção Industrial	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
Transporte	1.935.669,39	1.977.669,39	360.523,17	1.621.734,98	16,39	355.934,41	347.859,02	1.457.174,19	17,26	520.495,20
Transporte Rodoviário	1.935.669,39	1.977.669,39	360.523,17	1.621.734,98	16,39	355.934,41	347.859,02	1.457.174,19	17,26	520.495,20
Desporto e Lazer	95.400,00	95.400,00	15.786,61	76.749,87	0,78	18.650,13	15.786,61	76.749,87	0,91	18.650,13
Desporto Comunitário	95.400,00	95.400,00	15.786,61	76.749,87	0,78	18.650,13	15.786,61	76.749,87	0,91	18.650,13
Encargos Especiais	233.200,00	233.200,00	29.885,02	123.953,55	1,25	109.246,45	29.885,02	123.953,55	1,47	109.246,45
Outros Encargos Especiais	233.200,00	233.200,00	29.885,02	123.953,55	1,25	109.246,45	29.885,02	123.953,55	1,47	109.246,45

Continua 1/2



Município de ERMO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	12.864.462,66	15.844.478,36	1.646.987,11	9.893.054,68	100,00	5.951.423,68	2.008.303,56	8.443.549,94	100,00	7.400.928,42
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.420,00	7.420,00	0,00	0,00	0,00	7.420,00	0,00	0,00	0,00	7.420,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	12.864.462,66	15.844.478,36	1.646.987,11	9.893.054,68	100,00	5.951.423,68	2.008.303,56	8.443.549,94	100,00	7.400.928,42

FONTE:

ERMO, 30/09/2015

ALDOIR CADORIN  
Prefeito MunicipalANA PAULA NOLA BIZ  
Contadora CRC/SC026097/O-0LEILE DENISE LEONARDO  
Responsável p/ controle interno

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



Município de ERMO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015

RREO - ANEXO 9 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ANEXO II - PREÇO A SER PAGO (R\$)	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Set/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	1.047.181,91	848.630,89	1.001.430,03	1.372.676,85	1.134.643,87	1.062.370,11	955.500,07	992.966,11	1.109.164,54	1.097.104,83	982.987,78	979.060,31	12.583.717,10	13.872.061,08
RECEITA TRIBUTÁRIA	25.490,00	15.152,45	13.267,77	30.678,88	17.402,40	25.907,29	45.700,61	35.924,77	32.157,06	47.707,22	20.585,03	37.892,84	347.776,32	372.785,98
I.P.T.U.	947,45	0,00	356,32	404,48	25,82	0,00	1.538,87	3.003,58	6.099,53	4.476,72	966,95	555,52	18.174,74	22.543,55
I.R.R.F.	5.963,96	5.809,03	6.099,85	16.292,16	32,80	11.125,70	6.102,40	5.727,31	5.735,14	7.739,77	6.921,14	7.165,44	84.734,70	74.591,49
I.S.S.	4.445,17	4.625,51	3.585,48	11.740,45	12.316,90	5.128,86	14.944,43	17.083,53	10.777,29	15.218,11	6.199,82	22.431,16	128.496,71	43.651,92
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.348,05
Outras Receitas Tributárias	14.713,42	4.717,91	3.226,42	2.241,79	5.026,88	9.652,73	22.714,91	10.110,35	9.545,30	20.272,62	6.497,12	7.650,72	116.370,17	212.650,97
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	924,74	1.000,00	996,31	56.499,03	2.920,21	6.778,08	6.204,97	6.558,10	6.243,81	12.341,42	1.204,85	6.622,09	106.915,61	81.800,36
RECEITA PATRIMONIAL	250,85	1.297,26	360,24	6.240,89	0,00	4.466,79	4.885,55	1.863,21	1.679,86	3.918,35	1.807,25	1.326,77	28.087,02	40.837,56
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	3.225,83	841,33	2.100,25	1.524,57	1.711,17	468,04	4.003,35	3.592,76	3.517,69	4.913,71	2.171,56	2.409,00	30.479,26	102.088,79
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.010.735,02	827.874,54	963.066,55	1.264.171,60	1.111.508,05	1.019.904,77	886.578,98	933.597,49	1.050.257,75	1.004.800,18	935.913,13	922.837,24	11.825.340,40	13.157.987,85
Cota-Parte do F.P.M.	393.082,94	371.503,84	491.732,86	790.906,07	599.335,67	611.805,61	445.610,52	480.931,82	591.411,98	514.588,39	464.707,60	445.648,92	6.201.268,22	7.300.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	289.495,30	298.470,06	329.293,02	317.182,04	334.956,20	298.704,01	299.982,78	322.469,23	305.138,03	292.419,27	295.205,46	283.575,81	3.666.891,21	4.000.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	20.436,40	16.374,50	7.674,58	7.366,29	10.018,86	17.950,36	18.948,63	18.011,85	22.962,39	19.737,44	21.317,35	16.300,36	197.100,01	250.000,00
Cota-Parte do ITR	1.159,00	1.457,45	164,95	38,20	26,29	0,00	59,56	71,56	17,28	39,84	126,25	25,25	3.185,63	4.971,30
Outras Transferências Correntes	249.172,04	80.139,69	71.197,22	84.917,51	99.394,92	24.021,27	61.791,90	42.117,45	63.496,48	114.094,26	93.283,18	114.360,09	1.086.996,03	946.267,29
Transferências da LC 61/1989	4.241,33	4.542,09	5.215,69	5.146,37	6.993,28	4.160,56	4.081,27	4.274,55	4.822,15	4.593,11	4.231,20	4.502,18	56.803,78	73.895,40
Transferências da LC 87/1996	1.204,80	1.204,80	1.204,80	2.409,60	0,00	0,00	0,00	5.105,73	1.276,43	1.276,43	1.276,43	1.276,43	16.235,45	66.197,86
Transferências do FUNDEB	51.943,21	54.182,11	56.583,43	56.205,52	61.782,83	57.252,96	56.105,30	60.615,30	61.133,01	58.144,44	55.765,66	57.148,30	686.862,07	516.856,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.555,47	2.465,31	21.648,91	13.591,68	2.729,04	10.855,14	7.935,61	11.429,78	15.308,37	23.330,95	21.305,96	8.082,27	145.218,49	116.559,94
DEDUÇÕES (II)	141.923,74	138.710,34	167.097,02	230.052,63	190.266,05	192.131,55	158.810,98	171.679,23	190.115,86	177.375,89	154.583,58	158.483,36	2.070.590,23	2.399.211,22
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	141.923,74	138.710,34	167.097,02	174.454,80	190.266,05	186.523,91	153.736,33	166.772,77	185.115,45	166.541,71	154.583,58	153.053,53	1.978.139,63	2.339.912,91
Outras Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	55.597,83	0,00	5.607,64	5.074,65	4.905,46	5.000,41	10.834,18	0,00	5.429,43	92.450,60	60.198,31
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	905.258,17	709.920,55	834.373,01	1.142.624,02	944.377,82	870.238,56	796.689,09	821.886,88	919.048,68	919.728,94	828.404,20	820.576,95	10.513.126,87	11.472.849,86

FONTE:

ERMO - 30/09/2015

ALDOR CADORN  
Prefeito MunicipalANA PAULA NOLA BIZ  
Contadora CRC/SC025097/O-0LEILE DENSE LEONARDO  
Responsável pelo controle interno



Município de ERMO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Jun 2015 (B)	Em 31 Ago 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	261.956,39	222.772,65	209.951,64
DEDUÇÕES (II)	500.710,09	—	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	500.710,09	697.665,02	605.018,37
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	722.331,15	767.470,38
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-238.753,70	222.772,65	209.951,64
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-238.753,70</b>	<b>222.772,65</b>	<b>209.951,64</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2015 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-12.821,01</b>	<b>448.705,34</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>10.000,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Jun 2015 (B)	Em 31 Ago 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

ERMO, 30/09/2015

ALDOIR CADORIN  
Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ  
Contadora CRC/SC026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO  
Responsável p/ controle interno



Município de ERMO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>11.492.210,61</b>	<b>6.937.866,11</b>	<b>6.554.523,99</b>
Receita Tributária	372.785,98	263.187,22	157.280,40
I.P.T.U.	22.543,55	17.066,79	17.582,47
I.S.S.	43.651,92	104.100,10	47.601,29
I.T.B.I.	19.348,05	0,00	0,00
I.R.R.F.	74.591,49	50.549,70	36.842,15
Outras Receitas Tributárias	212.650,97	91.470,63	55.254,49
Receita de Contribuição	81.800,96	47.435,53	57.126,98
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	81.800,96	47.435,53	57.126,98
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	40.837,56	19.937,78	10.693,96
(-) Aplicações Financeiras	40.837,56	19.937,78	10.693,96
Transferências Correntes	10.818.974,94	6.503.498,96	6.147.124,47
F.P.M.	5.840.000,00	3.323.232,31	3.088.290,11
I.P.V.A	200.000,00	116.199,16	180.055,88
I.C.M.S.	3.200.000,00	1.945.961,38	1.671.020,83
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	1.578.974,94	1.118.106,11	1.207.757,65
Demais Receitas Correntes	218.648,73	123.744,40	192.992,14
Dívida Ativa	30.300,64	5.716,78	1.184,21
Diversas Receitas Correntes	188.348,09	118.027,62	191.807,93
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>1.387.714,49</b>	<b>753.234,43</b>	<b>1.247.451,15</b>
Operações de Crédito (III)	1.000.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	89.960,49	57.100,00	120.900,00
Transferências de Capital	297.754,00	696.134,43	1.126.551,15
Convênios	297.754,00	648.134,43	1.046.168,65
Outras Transferências de Capital	0,00	48.000,00	80.382,50
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>297.754,00</b>	<b>696.134,43</b>	<b>1.126.551,15</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>11.789.964,61</b>	<b>7.634.000,54</b>	<b>7.681.075,14</b>

  

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>11.041.437,19</b>	<b>7.695.803,36</b>	<b>7.372.988,35</b>	<b>6.808.907,21</b>	<b>6.481.879,94</b>
Pessoal e Encargos Sociais	4.653.110,11	3.308.292,45	3.080.453,67	3.295.577,00	3.073.781,67
Juros e Encargos da Dívida (IX)	21.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	6.367.127,08	4.387.510,91	4.292.534,68	3.513.330,21	3.408.098,27
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>11.020.237,19</b>	<b>7.695.803,36</b>	<b>7.372.988,35</b>	<b>6.808.907,21</b>	<b>6.481.879,94</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>4.795.621,17</b>	<b>2.197.251,32</b>	<b>2.766.814,52</b>	<b>1.634.642,73</b>	<b>2.060.366,15</b>
Investimentos	4.689.621,17	2.145.246,57	2.711.373,50	1.582.637,98	2.004.925,13
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	106.000,00	52.004,75	55.441,02	52.004,75	55.441,02
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>4.689.621,17</b>	<b>2.145.246,57</b>	<b>2.711.373,50</b>	<b>1.582.637,98</b>	<b>2.004.925,13</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>7.420,00</b>	-	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>15.717.278,36</b>	<b>9.841.049,93</b>	<b>10.084.361,85</b>	<b>8.391.545,19</b>	<b>8.486.805,07</b>



Município de ERMO - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-3.927.313,75</b>	<b>-2.207.049,39</b>	<b>-2.403.286,71</b>	<b>-757.544,65</b>	<b>-805.729,93</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>947.298,05</b>	

ERMO , 30/09/2015

ALDOIR CADORIN  
 Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ  
 Contadora CRC/SC026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO  
 Responsável p/ controle interno



Município de ERMO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) RS\$ 1.00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE:												
ERMO, 30/09/2015												
ALDOIR CADORIN Prefeito Municipal	ANA PAULA NOLA BIZ Contadora CRC/SC026097/O-0				LEILE DENISE LEONARDO Responsável p/ controle interno							





MUNICÍPIO DE ERMO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

<b>RECEITAS DO ENSINO</b>				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	86.762,13	86.762,13	63.184,42	72,82
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	36.426,98	36.426,98	8.907,39	24,45
1.1.1- IPTU	13.526,13	13.526,13	4.266,50	31,54
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	22.900,85	22.900,85	4.640,89	20,27
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	4.837,01	4.837,01	0,00	0,00
1.2.1- ITBI	4.837,01	4.837,01	0,00	0,00
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	16.592,70	16.592,70	41.639,53	250,95
1.3.1- ISS	16.592,70	16.592,70	41.639,53	250,95
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	28.905,44	28.905,44	12.637,50	43,72
1.4.1- IRRF	28.905,44	28.905,44	12.637,50	43,72
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	11.695.064,56	11.695.064,56	6.779.975,32	57,97
2.1- Cota-Parte FPM	7.300.000,00	7.300.000,00	4.154.040,51	56,90
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.300.000,00	7.300.000,00	4.154.040,51	56,90
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	—	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.000.000,00	4.000.000,00	2.432.450,79	60,81
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	66.197,86	66.197,86	10.211,45	15,43
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	73.895,40	73.895,40	37.658,30	50,96
2.5- Cota-Parte ITR	4.971,30	4.971,30	366,03	7,36
2.6- Cota-Parte IPVA	250.000,00	250.000,00	145.248,24	58,10
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>11.781.826,69</b>	<b>11.781.826,69</b>	<b>6.843.159,74</b>	<b>58,08</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	—	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	—	0,00	418.920,29	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	418.920,29	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	124.477,40	124.477,40	109.445,53	87,92
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>124.477,40</b>	<b>124.477,40</b>	<b>528.365,82</b>	<b>424,47</b>
<b>FUNDEB</b>				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	2.339.012,91	2.339.012,91	1.355.993,73	57,97
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.460.000,00	1.460.000,00	830.808,20	56,90
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	800.000,00	800.000,00	486.489,41	60,81
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	13.239,57	13.239,57	2.042,26	15,43
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	14.779,08	14.779,08	7.531,63	50,96
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	994,26	994,26	73,15	7,36
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	50.000,00	50.000,00	29.049,08	58,10
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	516.856,00	516.856,00	467.947,80	90,54
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	516.856,00	516.856,00	467.947,80	90,54
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-1.822.156,91</b>	<b>-1.822.156,91</b>	<b>-888.045,93</b>	<b>48,74</b>
<b>DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>				



MUNICÍPIO DE ERMO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	310.113,60	460.113,60	331.488,09	72,04	331.488,09	72,04
13.1- Com Educação Infantil	40.000,00	40.000,00	18.811,40	47,03	18.811,40	47,03
13.2- Com Ensino Fundamental	270.113,60	420.113,60	312.676,69	74,43	312.676,69	74,43
14- OUTRAS DESPESAS	206.742,40	206.742,40	145.479,16	70,37	145.479,16	70,37
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	206.742,40	206.742,40	145.479,16	70,37	145.479,16	70,37
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	516.856,00	666.856,00	476.967,25	71,52	476.967,25	71,52
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						
16.1 - FUNDEB 60%						
16.2 - FUNDEB 40%						
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00	
17.1 - FUNDEB 60%					0,00	
17.2 - FUNDEB 40%					0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00	
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					476.967,25	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério <sup>1</sup> (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					70,84	
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					31,09	
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					-1,93	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					16.887,58	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 <sup>2</sup>					16.887,58	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>3</sup>	2.945.456,67		2.945.456,67		1.710.789,94	58,08
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	40.000,00	40.000,00	18.811,40	47,03	18.811,40	47,03
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.446.381,12	3.596.381,12	1.099.439,17	30,57	1.043.999,48	29,03
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	476.856,00	626.856,00	458.155,85	73,09	458.155,85	73,09
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.969.525,12	2.969.525,12	641.283,32	21,60	585.843,63	19,73
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.486.381,12	3.636.381,12	1.118.250,57	30,75	1.062.810,88	29,23
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-888.045,93	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					-	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					-	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					-	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)					-	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-888.045,93	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.950.856,81	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					28,51	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	16.062,80	16.062,80	100,00	16.062,80	100,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	0,00	16.062,80	16.062,80	100,00	16.062,80	100,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.486.381,12	3.652.443,92	1.134.313,37	31,06	1.078.873,68	29,54



MUNICÍPIO DE ERMO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (j)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	467.947,80	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	467.947,80	0,00

ERMO, 30/09/2015

ALDOIR CADORIN  
Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ  
Contadora CRC/SC026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO  
Responsável p/ controle interno

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 112 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.



Município de ERMO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>0,00</b>			<b>1.000.000,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	4.795.621,17	2.197.251,32	1.634.642,73	0,00	2.598.369,85
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>4.795.621,17</b>	<b>2.197.251,32</b>	<b>1.634.642,73</b>	<b>0,00</b>	<b>2.598.369,85</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-3.795.621,17</b>	<b>-2.197.251,32</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-1.598.369,85</b>

FONTE:

ERMO, 30/09/2015

ALDOIR CADORIN  
Prefeito Municipal

ANA PAULA NOLA BIZ  
Contadora CRC/SC026097/O-0

LEILE DENISE LEONARDO  
Responsável p/ controle interno

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 198/2015

PORTARIA Nº 198/2015

CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO adicional por tempo de serviço à servidora municipal ROSANI TEREZINHA ZAMPROGNA RIZZI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, relativo ao período aquisitivo 10/2010 a 10/2015, na ordem de 3% (três por cento) calculado sobre o vencimento base constante no quadro próprio, CONFORME lei municipal 629/2014 em seu artigo 90.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, ao 01 dia do mês de Outubro de 2015.

Registrado e publicado

Em data supra.

ROGÉRIO PERIN

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

# Forquilha

## PREFEITURA

### DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	8.000.000,00	8.000.000,00	4.649.483,37	58,12
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	2.600.000,00	2.600.000,00	2.062.509,06	79,33
1.1.1- IPTU	2.000.000,00	2.000.000,00	1.716.982,45	85,85
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	250.000,00	250.000,00	152.269,52	60,91
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	350.000,00	350.000,00	196.199,26	56,06
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	(2.942,17)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	800.000,00	800.000,00	688.495,71	86,06
1.2.1- ITBI	800.000,00	800.000,00	709.732,74	88,72
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	(21.237,03)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.400.000,00	3.400.000,00	1.434.771,39	42,20
1.3.1- ISS	3.000.000,00	3.000.000,00	1.368.788,32	45,63
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	200.000,00	200.000,00	37.462,73	18,73
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	200.000,00	200.000,00	29.064,75	14,53
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	(544,41)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.200.000,00	1.200.000,00	463.707,21	38,64
1.4.1- IRRF	1.200.000,00	1.200.000,00	463.707,21	38,64
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	40.575.000,00	40.575.000,00	22.351.104,98	55,09
2.1- Cota-Parte FPM	18.000.000,00	18.000.000,00	9.497.528,72	52,76
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	18.000.000,00	18.000.000,00	9.497.528,72	52,76
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	—	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	19.500.000,00	19.500.000,00	11.136.833,92	57,11
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	115.000,00	115.000,00	46.013,58	40,01
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	450.000,00	450.000,00	169.689,15	37,71
2.5- Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	1.890,16	18,90
2.6- Cota-Parte IPVA	2.500.000,00	2.500.000,00	1.499.149,45	59,97
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	48.575.000,00	48.575.000,00	27.000.588,35	55,59
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	940.000,00	940.000,00	902.265,16	95,99
5.1- Transferências do Salário-Educação	850.000,00	850.000,00	838.340,58	98,63
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	65.000,00	65.000,00	36.759,14	56,55
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	25.000,00	25.000,00	27.165,44	108,66
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	770.000,00	770.000,00	230.786,20	29,97
6.1- Transferências de Convênios	770.000,00	770.000,00	230.786,20	29,97
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	820.500,00	820.500,00	435.393,78	53,06
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.530.500,00	2.530.500,00	1.568.445,14	61,98
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	8.115.000,00	8.115.000,00	4.470.237,80	55,09
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.600.000,00	3.600.000,00	1.899.505,50	52,76
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	3.900.000,00	3.900.000,00	2.227.366,08	57,11
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	23.000,00	23.000,00	9.202,71	40,01
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	90.000,00	90.000,00	33.937,84	37,71
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.000,00	2.000,00	378,00	18,90
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	500.000,00	500.000,00	299.847,67	59,97
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	11.280.000,00	11.280.000,00	7.303.421,10	64,75
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	11.200.000,00	11.200.000,00	7.228.221,49	64,54
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	80.000,00	80.000,00	75.199,61	94,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	3.085.000,00	3.085.000,00	2.757.983,69	89,40
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

30/09/2015 11:33:11

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	6.800.000,00	6.800.000,00	3.880.282,44	57,06	3.880.282,44	57,06
13.1- Com Educação Infantil	2.030.000,00	2.030.000,00	1.509.716,70	74,37	1.509.716,70	74,37
13.2- Com Ensino Fundamental	4.770.000,00	4.770.000,00	2.370.565,74	49,70	2.370.565,74	49,70
14- OUTRAS DESPESAS	4.480.000,00	4.485.536,48	2.364.669,51	52,72	2.360.975,51	52,64
14.1- Com Educação Infantil	2.910.000,00	2.910.000,00	1.552.132,63	53,34	1.548.438,63	53,21
14.2- Com Ensino Fundamental	1.570.000,00	1.575.536,48	812.536,88	51,57	812.536,88	51,57
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	11.280.000,00	11.285.536,48	6.244.951,95	55,34	6.241.257,95	55,30
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						
16.1 - FUNDEB 60%						
16.2 - FUNDEB 40%						
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00	
17.1 - FUNDEB 60%					0,00	
17.2 - FUNDEB 40%					0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00	
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					6.241.257,95	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério <sup>1</sup> (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					53,13	
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					32,33	
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %					14,54	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					5.536,48	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 <sup>2</sup>					5.536,48	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>3</sup>	12.143.750,00	12.143.750,00	6.750.147,09	55,59		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	5.740.000,00	5.740.000,00	3.444.782,13	60,01	3.384.225,18	58,96
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	11.060.000,00	11.065.536,48	6.137.858,57	55,47	5.423.364,05	49,01
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	6.340.000,00	6.345.536,48	3.183.102,62	50,16	3.183.102,62	50,16
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	4.720.000,00	4.720.000,00	2.954.755,95	62,60	2.240.261,43	47,46
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	11.668,35	0,00	11.668,35	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	16.800.000,00	16.805.536,48	9.594.309,05	57,09	8.819.257,58	52,48
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					2.757.983,69	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					75.199,61	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					-	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					-	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)					-	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					2.833.183,30	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					5.974.405,93	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					22,13	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	875.000,00	875.000,00	482.102,89	55,10	361.143,48	41,27
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	285.000,00	387.022,37	158.239,16	40,89	128.239,16	33,13
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.160.000,00	1.262.022,37	640.342,05	50,74	489.382,64	38,78
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	17.960.000,00	18.067.558,85	10.234.651,10	56,65	9.308.640,22	51,52

30/09/2015 11:33:11

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (j)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		7.228.221,49	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		75.199,61	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		7.303.421,10	0,00

FORQUILHINHA, 30/09/2015

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

MÁRITY EYNG NUERNBERG  
Contadora CRC/SC 37.916/O-0

JADNA COLOMBO PEREIRA  
Controle Interno CRC/SC 29.204/O-6

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

30/09/2015 11:33:11



# MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Município de FORQUILHINHA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>80.720.000,00</b>	<b>80.720.000,00</b>	<b>9.608.253,95</b>	<b>11,90</b>	<b>44.767.925,33</b>	<b>55,46</b>	<b>35.952.074,67</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>75.720.000,00</b>	<b>75.720.000,00</b>	<b>9.144.203,19</b>	<b>12,08</b>	<b>41.408.011,30</b>	<b>54,69</b>	<b>34.311.988,70</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	10.669.000,00	10.669.000,00	812.179,05	7,61	5.600.910,26	52,50	5.068.089,74
IMPOSTOS	7.000.000,00	7.000.000,00	706.494,10	10,09	4.234.487,11	60,49	2.765.512,89
TAXAS	3.369.000,00	3.369.000,00	89.241,55	2,65	1.272.859,77	37,78	2.096.140,23
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	300.000,00	300.000,00	16.443,40	5,48	93.563,38	31,19	206.436,62
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.370.000,00	2.370.000,00	447.899,02	18,90	1.653.887,89	69,78	716.112,11
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.420.000,00	1.420.000,00	311.912,39	21,97	1.089.352,21	76,71	330.647,79
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	950.000,00	950.000,00	135.986,63	14,31	564.535,68	59,42	385.464,32
RECEITA PATRIMONIAL	3.496.000,00	3.496.000,00	396.855,66	11,35	2.336.244,31	66,83	1.159.755,69
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	3.496.000,00	3.496.000,00	396.855,66	11,35	2.336.244,31	66,83	1.159.755,69
RECEITA AGROPECUÁRIA	50.000,00	50.000,00	7.539,00	15,08	22.974,40	45,95	27.025,60
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	50.000,00	50.000,00	7.539,00	15,08	22.974,40	45,95	27.025,60
RECEITA DE SERVIÇOS	360.000,00	360.000,00	24.871,70	6,91	171.752,93	47,71	188.247,07
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	54.405.000,00	54.405.000,00	7.174.342,33	13,19	29.785.033,37	54,75	24.619.966,63
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	53.665.000,00	53.665.000,00	7.116.445,78	13,26	29.552.486,78	55,07	24.112.513,22
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	100.000,00	100.000,00	200,00	0,20	1.760,39	1,76	98.239,61
TRANSF. DE CONV.	640.000,00	640.000,00	57.696,55	9,02	230.786,20	36,06	409.213,80
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.370.000,00	4.370.000,00	280.516,43	6,42	1.837.208,14	42,04	2.532.791,86
MULTAS E JUROS DE MORA	882.500,00	882.500,00	88.334,74	10,01	378.525,15	42,89	503.974,85
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	269.500,00	269.500,00	2.312,63	0,86	363.327,81	134,82	-93.827,81
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.206.000,00	1.206.000,00	73.384,18	6,08	415.950,40	34,49	790.049,60
RECEITAS DIVERSAS	2.012.000,00	2.012.000,00	116.484,88	5,79	679.404,78	33,77	1.332.595,22
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>5.000.000,00</b>	<b>5.000.000,00</b>	<b>464.050,76</b>	<b>9,28</b>	<b>3.359.914,03</b>	<b>67,20</b>	<b>1.640.085,97</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	700.000,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	700.000,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	140.000,00	140.000,00	0,00	0,00	29.350,00	20,96	110.650,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	29.350,00	22,58	100.650,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.160.000,00	4.160.000,00	464.050,76	11,16	3.330.564,03	80,06	829.435,97
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	4.160.000,00	4.160.000,00	464.050,76	11,16	3.330.564,03	80,06	829.435,97
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>2.280.000,00</b>	<b>2.280.000,00</b>	<b>430.592,81</b>	<b>18,89</b>	<b>1.522.047,77</b>	<b>66,76</b>	<b>757.952,23</b>

Continua 1/4

30/09/2015 09:38:59

Município de FORQUILHINHA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>2.280.000,00</b>	<b>2.280.000,00</b>	<b>430.592,81</b>	<b>18,89</b>	<b>1.522.047,77</b>	<b>66,76</b>	<b>757.952,23</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>83.000.000,00</b>	<b>83.000.000,00</b>	<b>10.038.846,76</b>	<b>12,09</b>	<b>46.289.973,10</b>	<b>55,77</b>	<b>36.710.026,90</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilizatória	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilizatória	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>83.000.000,00</b>	<b>83.000.000,00</b>	<b>10.038.846,76</b>	<b>12,09</b>	<b>46.289.973,10</b>	<b>55,77</b>	<b>36.710.026,90</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>83.000.000,00</b>	<b>83.000.000,00</b>	<b>10.038.846,76</b>	<b>12,09</b>	<b>46.289.973,10</b>	<b>55,77</b>	<b>36.710.026,90</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>—</b>	<b>2.931.102,54</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>2.232.038,34</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Superávit Financeiro	—	2.931.102,54	—	—	2.232.038,34	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)			(h)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>79.600.000,00</b>	<b>83.691.186,84</b>	<b>9.304.082,51</b>	<b>47.430.623,03</b>	<b>36.260.563,81</b>	<b>9.787.300,49</b>	<b>40.655.747,02</b>	<b>43.035.439,82</b>	<b>38.746.150,67</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>65.000.000,00</b>	<b>65.890.622,93</b>	<b>7.713.975,61</b>	<b>37.020.255,34</b>	<b>28.870.367,59</b>	<b>8.065.000,56</b>	<b>31.681.853,71</b>	<b>34.208.769,22</b>	<b>30.688.911,06</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32.738.000,00	32.421.892,31	4.480.939,84	17.583.447,19	14.838.445,12	4.489.385,94	17.568.899,51	14.852.992,80	17.367.517,24
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	660.000,00	460.000,00	3.416,87	36.901,17	423.098,83	3.416,87	36.901,17	423.098,83	36.901,17
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31.602.000,00	33.008.730,62	3.229.618,90	19.399.906,98	13.608.823,64	3.572.197,75	14.076.053,03	18.932.677,59	13.284.492,65
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>14.560.000,00</b>	<b>17.760.563,91</b>	<b>1.590.106,90</b>	<b>10.410.367,69</b>	<b>7.350.196,22</b>	<b>1.722.299,93</b>	<b>8.973.893,31</b>	<b>8.786.670,60</b>	<b>8.057.239,61</b>
INVESTIMENTOS	11.960.000,00	15.320.563,91	1.279.751,51	9.170.063,33	6.150.500,58	1.411.944,54	7.733.588,95	7.586.974,96	6.816.935,25
Amortização da Dívida	2.600.000,00	2.440.000,00	310.355,39	1.240.304,36	1.199.695,64	310.355,39	1.240.304,36	1.199.695,64	1.240.304,36

Continua 2/4

30/09/2015 09:38:59

Município de FORQUILHINHA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>79.600.000,00</b>	<b>83.691.186,84</b>	<b>9.304.082,51</b>	<b>47.430.623,03</b>	<b>36.260.563,81</b>	<b>9.787.300,49</b>	<b>40.655.747,02</b>	<b>43.035.439,82</b>	<b>38.746.150,67</b>
RESERVA DE CONTINGENCIA	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>3.400.000,00</b>	<b>3.351.500,00</b>	<b>434.524,66</b>	<b>1.607.698,40</b>	<b>1.743.801,60</b>	<b>434.524,66</b>	<b>1.607.698,40</b>	<b>1.743.801,60</b>	<b>1.390.082,79</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>83.000.000,00</b>	<b>87.042.686,84</b>	<b>9.738.607,17</b>	<b>49.038.321,43</b>	<b>38.004.365,41</b>	<b>10.221.825,15</b>	<b>42.263.445,42</b>	<b>44.779.241,42</b>	<b>40.136.233,46</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>83.000.000,00</b>	<b>87.042.686,84</b>	<b>9.738.607,17</b>	<b>49.038.321,43</b>	<b>38.004.365,41</b>	<b>10.221.825,15</b>	<b>42.263.445,42</b>	<b>44.779.241,42</b>	<b>40.136.233,46</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	4.026.527,68	—	46.289.973,10
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>83.000.000,00</b>	<b>87.042.686,84</b>	<b>9.738.607,17</b>	<b>49.038.321,43</b>	<b>—</b>	<b>10.221.825,15</b>	<b>46.289.973,10</b>	<b>—</b>	<b>86.426.206,56</b>

  

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>Receitas (Intra-Orçamentárias)</b>	<b>2.280.000,00</b>	<b>2.280.000,00</b>	<b>430.592,81</b>	<b>18,89</b>	<b>1.522.047,77</b>	<b>66,76</b>	<b>757.952,23</b>
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>2.280.000,00</b>	<b>2.280.000,00</b>	<b>430.592,81</b>	<b>18,89</b>	<b>1.522.047,77</b>	<b>66,76</b>	<b>757.952,23</b>
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.280.000,00	2.280.000,00	430.592,81	18,89	1.522.047,77	66,76	757.952,23
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	180.000,00	180.000,00	19.813,27	11,01	71.953,29	39,97	108.046,71
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.100.000,00	2.100.000,00	410.779,54	19,56	1.450.094,48	69,05	649.905,52

Continua 3/4

30/09/2015 09:38:59

Município de FORQUILHINHA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>Despesas Intra-Orçamentárias</b>	<b>3.400.000,00</b>	<b>3.351.500,00</b>	<b>434.524,66</b>	<b>1.607.698,40</b>	<b>1.743.801,60</b>	<b>434.524,66</b>	<b>1.607.698,40</b>	<b>1.743.801,60</b>	<b>1.389.971,53</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.400.000,00	3.351.500,00	434.524,66	1.607.698,40	1.743.801,60	434.524,66	1.607.698,40	1.743.801,60	1.389.971,53

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 3.979.247,52

FORQUILHINHA, 30/09/2015

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

MÁRITY EYNG NUERNBERG  
Contadora CRC/SC 37.916/O-0

JADNA COLOMBO PEREIRA  
Controle Interno CRC/SC 29.204/O-6

30/09/2015 09:38:59

# MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Município de FORQUILHINHA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	79.600.000,00	83.691.186,84	9.304.082,51	47.430.623,03	96,72	36.260.563,81	9.787.300,49	40.655.747,02	96,20	43.035.439,82
Legislativa	2.380.000,00	2.380.000,00	391.164,80	1.369.411,29	2,79	1.010.588,71	430.574,79	1.307.069,59	3,09	1.072.930,41
Ação Legislativa	2.380.000,00	2.380.000,00	391.164,80	1.369.411,29	2,79	1.010.588,71	430.574,79	1.307.069,59	3,09	1.072.930,41
Administração	8.680.000,00	8.748.840,40	1.059.260,86	5.269.043,38	10,74	3.479.797,02	1.132.517,05	4.764.077,26	11,27	3.984.763,14
Planejamento e Orçamento	380.000,00	380.000,00	53.989,61	209.884,25	0,43	170.115,75	53.989,61	209.044,37	0,49	170.955,63
Administração Geral	8.300.000,00	8.368.840,40	1.005.271,25	5.059.159,13	10,32	3.309.681,27	1.078.527,44	4.555.032,89	10,78	3.813.807,51
Segurança Pública	300.000,00	300.000,00	24.993,90	133.644,86	0,27	166.355,14	14.063,55	71.590,73	0,17	228.409,27
Policimento	300.000,00	300.000,00	24.993,90	133.644,86	0,27	166.355,14	14.063,55	71.590,73	0,17	228.409,27
Assistência Social	2.965.000,00	3.241.079,15	310.252,61	1.346.479,82	2,75	1.894.599,33	302.403,04	1.181.041,35	2,79	2.060.037,80
Assistência à Criança e ao Adolescente	240.000,00	240.000,00	315,20	315,20	0,00	239.684,80	315,20	315,20	0,00	239.684,80
Assistência Comunitária	2.025.000,00	2.301.079,15	225.168,96	1.022.088,79	2,08	1.278.990,36	217.319,39	856.650,32	2,03	1.444.428,83
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	700.000,00	700.000,00	84.768,45	324.075,83	0,66	375.924,17	84.768,45	324.075,83	0,77	375.924,17
Providência Social	5.765.000,00	5.765.000,00	156.663,81	558.728,48	1,14	5.206.271,52	170.918,77	528.337,71	1,25	5.236.662,29
Providência do Regime Estatutário	5.765.000,00	5.765.000,00	156.663,81	558.728,48	1,14	5.206.271,52	170.918,77	528.337,71	1,25	5.236.662,29
Saúde	15.135.000,00	15.691.672,88	2.105.510,24	9.671.007,51	19,72	6.020.665,37	1.940.272,25	8.118.671,61	19,21	7.573.001,27
Atenção Básica	14.940.000,00	15.466.672,88	2.031.948,54	9.524.444,98	19,42	5.942.227,90	1.892.861,19	8.026.917,51	18,99	7.439.755,37
Vigilância Sanitária	85.000,00	85.000,00	9.717,94	22.392,44	0,05	62.607,56	10.059,35	14.543,37	0,03	70.456,63
Vigilância Epidemiológica	110.000,00	140.000,00	63.843,76	124.170,09	0,25	15.829,91	37.351,71	77.210,73	0,18	62.789,27
Educação	18.495.000,00	18.694.372,80	2.668.562,84	11.408.748,32	23,26	7.285.624,48	2.794.036,88	9.978.652,74	23,61	8.715.720,06
Alimentação e Nutrição	835.000,00	835.000,00	301.495,93	720.344,38	1,47	114.655,62	153.236,27	495.654,52	1,17	339.345,48
Ensino Fundamental	11.945.000,00	12.042.350,43	1.428.483,68	7.052.896,95	14,38	4.989.453,48	1.651.513,61	5.930.048,18	14,03	6.112.302,25
Ensino Profissional	125.000,00	125.000,00	0,00	110.000,00	0,22	15.000,00	22.000,00	88.000,00	0,21	37.000,00
Ensino Superior	125.000,00	125.000,00	19.041,60	69.830,37	0,14	55.169,63	19.041,60	69.830,37	0,17	55.169,63
Educação Infantil	5.160.000,00	5.262.022,37	876.081,63	3.260.866,62	6,65	2.001.155,75	904.785,40	3.200.309,67	7,57	2.061.712,70
Educação Especial	305.000,00	305.000,00	43.460,00	194.810,00	0,40	110.190,00	43.460,00	194.810,00	0,46	110.190,00
Cultura	650.000,00	650.000,00	212.115,21	342.867,38	0,70	307.132,62	37.713,52	117.315,17	0,28	532.684,83
Difusão Cultural	650.000,00	650.000,00	212.115,21	342.867,38	0,70	307.132,62	37.713,52	117.315,17	0,28	532.684,83
Urbanismo	7.900.000,00	8.390.044,39	902.666,38	6.398.899,97	13,05	1.991.144,42	1.275.579,54	5.154.214,93	12,20	3.235.829,46
Infra-Estrutura Urbana	460.000,00	210.000,00	22.960,40	22.960,40	0,05	187.039,60	8.386,92	8.386,92	0,02	201.613,08
Serviços Urbanos	7.440.000,00	8.180.044,39	879.705,98	6.375.939,57	13,00	1.804.104,82	1.267.192,62	5.145.828,01	12,18	3.034.216,38
Habituação	415.000,00	415.000,00	24.165,44	111.367,83	0,23	303.632,17	24.165,44	111.367,83	0,26	303.632,17
Habituação Urbana	415.000,00	415.000,00	24.165,44	111.367,83	0,23	303.632,17	24.165,44	111.367,83	0,26	303.632,17
Gestão Ambiental	715.000,00	724.112,92	47.043,55	182.469,88	0,37	541.643,04	43.640,68	178.773,01	0,42	545.339,91
Serviços Urbanos	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00

Continua 1/3

30/09/2015 11:24:58

Município de FORQUILHINHA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	79.600.000,00	83.691.186,84	9.304.082,51	47.430.623,03	96,72	36.260.563,81	9.787.300,49	40.655.747,02	96,20	43.035.439,82
Gestão Ambiental	715.000,00	724.112,92	47.043,55	182.469,88	0,37	541.643,04	43.640,68	178.773,01	0,42	545.339,91
Preservação e Conservação Ambiental	140.000,00	140.000,00	515,72	1.141,31	0,00	138.858,69	515,72	1.141,31	0,00	138.858,69
Controle Ambiental	525.000,00	534.112,92	46.527,83	181.328,57	0,37	352.784,35	43.124,96	177.631,70	0,42	356.481,22
Agricultura	3.345.000,00	4.229.322,28	241.423,74	1.847.039,53	3,77	2.382.282,75	289.928,13	1.679.651,95	3,97	2.549.670,33
Extensão Rural	3.345.000,00	4.229.322,28	241.423,74	1.847.039,53	3,77	2.382.282,75	289.928,13	1.679.651,95	3,97	2.549.670,33
Indústria	105.000,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00
Promoção Industrial	105.000,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00
Transporte	7.175.000,00	8.804.793,11	699.289,47	6.572.553,91	13,40	2.232.239,20	823.379,76	5.434.144,11	12,86	3.370.649,00
Transporte Aéreo	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
Transporte Rodoviário	7.130.000,00	8.759.793,11	699.289,47	6.572.553,91	13,40	2.187.239,20	823.379,76	5.434.144,11	12,86	3.325.649,00
Desporto e Lazer	2.385.000,00	2.711.948,91	161.092,24	997.308,45	2,03	1.714.640,46	208.229,67	809.786,61	1,92	1.902.162,30
Desporto Comunitário	1.730.000,00	2.012.510,52	120.636,85	910.186,16	1,86	1.102.324,36	208.229,67	763.119,71	1,81	1.249.390,81
Lazer	655.000,00	699.438,39	40.455,39	87.122,29	0,18	612.316,10	0,00	46.666,90	0,11	652.771,49
Encargos Especiais	3.150.000,00	2.800.000,00	299.877,42	1.221.052,42	2,49	1.578.947,58	299.877,42	1.221.052,42	2,89	1.578.947,58
Outros Encargos Especiais	3.150.000,00	2.800.000,00	299.877,42	1.221.052,42	2,49	1.578.947,58	299.877,42	1.221.052,42	2,89	1.578.947,58
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	3.400.000,00	3.351.500,00	434.524,66	1.607.698,40	3,28	1.743.801,60	434.524,66	1.607.698,40	3,80	1.743.801,60
Legislativa	120.000,00	120.000,00	12.372,78	50.441,11	0,10	69.558,89	12.372,78	50.441,11	0,12	69.558,89
Ação Legislativa	120.000,00	120.000,00	12.372,78	50.441,11	0,10	69.558,89	12.372,78	50.441,11	0,12	69.558,89
Administração	700.000,00	700.000,00	99.472,92	370.214,63	0,75	329.785,37	99.472,92	370.214,63	0,88	329.785,37
Administração Geral	700.000,00	700.000,00	99.472,92	370.214,63	0,75	329.785,37	99.472,92	370.214,63	0,88	329.785,37
Assistência Social	35.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Assistência Comunitária	35.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Saúde	955.000,00	936.500,00	165.290,31	598.384,50	1,22	338.115,50	165.290,31	598.384,50	1,42	338.115,50
Atenção Básica	955.000,00	936.500,00	165.290,31	598.384,50	1,22	338.115,50	165.290,31	598.384,50	1,42	338.115,50
Educação	1.460.000,00	1.460.000,00	145.589,71	550.418,29	1,12	909.581,71	145.589,71	550.418,29	1,30	909.581,71
Ensino Fundamental	820.000,00	820.000,00	68.523,80	268.680,41	0,55	551.319,59	68.523,80	268.680,41	0,64	551.319,59
Educação Infantil	640.000,00	640.000,00	77.065,91	281.737,88	0,57	358.262,12	77.065,91	281.737,88	0,67	358.262,12
Gestão Ambiental	30.000,00	30.000,00	1.984,82	7.348,80	0,01	22.651,20	1.984,82	7.348,80	0,02	22.651,20
Controle Ambiental	30.000,00	30.000,00	1.984,82	7.348,80	0,01	22.651,20	1.984,82	7.348,80	0,02	22.651,20
Agricultura	100.000,00	100.000,00	9.814,12	30.891,07	0,06	69.108,93	9.814,12	30.891,07	0,07	69.108,93
Extensão Rural	100.000,00	100.000,00	9.814,12	30.891,07	0,06	69.108,93	9.814,12	30.891,07	0,07	69.108,93

Continua 2/3

30/09/2015 11:24:58

Município de FORQUILHINHA - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	3.400.000,00	3.351.500,00	434.524,66	1.607.698,40	3,28	1.743.801,60	434.524,66	1.607.698,40	3,80	1.743.801,60
Agricultura	100.000,00	100.000,00	9.814,12	30.891,07	0,06	69.108,93	9.814,12	30.891,07	0,07	69.108,93
Extensão Rural	100.000,00	100.000,00	9.814,12	30.891,07	0,06	69.108,93	9.814,12	30.891,07	0,07	69.108,93
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>83.000.000,00</b>	<b>87.042.686,84</b>	<b>9.738.607,17</b>	<b>49.038.321,43</b>	<b>100,00</b>	<b>38.004.365,41</b>	<b>10.221.825,15</b>	<b>42.263.445,42</b>	<b>100,00</b>	<b>44.779.241,42</b>

FONTE:

FORQUILHINHA, 30/09/2015

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito MunicipalMÁRITY EYNG NUERNBERG  
Contadora CRC/SC 37.916/O-0JADNA COLOMBO PEREIRA  
Controle Interno CRC/SC 29.204/O-6

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

30/09/2015 11:24:58

**MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015****Município de FORQUILHINHA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015**

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Set/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>4.967.144,67</b>	<b>6.772.132,22</b>	<b>5.488.312,57</b>	<b>6.104.667,83</b>	<b>5.958.063,34</b>	<b>5.307.741,85</b>	<b>5.508.303,15</b>	<b>7.426.527,40</b>	<b>5.758.432,54</b>	<b>5.754.016,90</b>	<b>5.207.642,53</b>	<b>4.946.601,64</b>	<b>69.219.586,64</b>	<b>83.820.000,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	461.828,95	617.877,16	395.736,19	495.768,27	379.731,85	486.955,85	800.740,95	2.171.472,19	465.473,57	484.415,35	417.420,89	394.792,16	7.572.303,22	10.659.000,00
I.P.T.U.	24.970,22	10.521,97	0,00	0,00	0,00	982,05	210.814,41	1.271.359,05	72.039,94	72.360,18	66.596,71	19.820,93	1.749.532,47	2.000.000,00
I.R.R.F.	33.012,71	53.359,16	70.979,84	87.868,70	37.276,72	26.636,01	75.656,09	57.250,93	55.993,60	69.323,76	67.892,16	73.667,94	708.927,62	1.200.000,00
I.S.S.	235.947,03	298.788,42	201.965,90	200.990,66	199.839,00	179.111,19	179.534,18	156.283,88	176.454,29	180.221,85	148.670,48	148.149,04	2.305.935,52	3.000.000,00
I.T.B.I.	93.545,15	83.024,27	70.185,62	93.704,02	64.448,84	64.380,33	127.001,99	95.967,15	75.773,43	79.236,13	71.909,08	109.780,76	1.028.954,77	800.000,00
Outras Receitas Tributárias	74.263,75	172.183,34	52.656,83	113.204,89	79.229,30	215.547,27	207.684,29	590.831,18	85.212,61	83.274,03	62.356,46	43.328,49	1.776.992,44	3.659.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	59.808,81	61.831,28	64.539,05	60.907,36	167.812,94	181.274,69	198.438,40	209.509,04	216.372,00	232.581,80	223.586,75	224.312,27	1.920.974,39	2.370.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	78.384,14	282.849,31	261.445,60	167.395,05	363.615,09	245.850,82	299.220,89	359.231,70	377.886,83	293.583,32	281.092,10	115.763,56	3.126.318,41	4.496.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	6.071,90	3.095,90	2.553,20	1.852,40	1.723,40	1.590,40	2.485,50	2.931,00	3.879,00	2.826,10	2.884,50	4.654,50	36.587,80	50.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	18.661,84	9.171,52	5.110,23	6.992,70	17.399,56	56.247,95	27.421,55	17.744,83	15.281,81	12.765,53	12.765,44	12.106,36	211.079,02	360.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.938.212,08	4.100.309,93	4.399.366,73	4.976.344,17	4.798.291,92	4.139.090,08	3.954.374,74	4.354.328,05	4.500.432,53	4.323.910,74	4.123.548,29	4.060.835,02	51.688.504,08	62.520.000,00
Cota Parte do F.P.M.	917.193,51	866.842,31	1.147.376,65	1.845.447,49	1.398.446,89	1.427.546,39	1.029.757,86	1.122.174,25	1.379.961,32	1.200.706,24	889.085,31	1.039.847,46	14.274.388,68	18.000.000,00
Cota Parte do I.C.M.S.	1.412.672,61	1.458.126,66	1.606.202,35	1.545.602,07	1.537.588,69	1.366.499,69	1.365.689,53	1.469.664,85	1.395.408,89	1.393.951,80	1.330.217,22	1.277.813,25	17.159.437,61	19.500.000,00
Cota Parte do I.P.V.A.	199.748,62	213.307,94	156.283,09	111.347,70	89.339,76	125.958,32	189.428,43	202.274,61	198.710,85	232.315,33	230.601,53	230.529,62	2.179.836,80	2.500.000,00
Cota Parte do ITR	8.721,54	10.790,76	897,01	162,47	0,00	14,10	187,50	167,44	235,06	29,42	217,22	1.039,02	22.480,94	10.000,00
Outras Transferências Correntes	580.040,14	694.382,45	592.039,46	576.304,17	784.656,44	313.496,26	476.586,56	581.963,06	554.205,04	573.112,50	789.465,89	602.455,95	7.118.720,92	10.745.000,00
Transferências da LC 61/1989	20.475,09	21.927,11	25.178,86	24.844,21	31.510,34	18.747,13	18.391,00	19.261,43	21.729,04	20.696,94	19.066,08	20.287,19	262.114,42	450.000,00
Transferências da LC 61/1996	5.821,78	5.821,78	5.821,78	11.643,56	0,00	0,00	0,00	23.006,78	5.751,70	5.751,70	5.751,70	5.751,70	75.122,48	115.000,00
Transferências do FUNDEB	793.538,79	829.091,92	865.577,53	859.992,50	956.752,80	886.798,19	864.833,46	935.815,63	944.430,43	897.346,81	859.143,34	883.110,83	10.576.422,23	11.200.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	424.787,24	1.896.997,12	359.499,57	396.367,86	229.428,57	196.771,05	225.121,11	311.310,59	179.196,70	403.913,46	146.338,56	134.177,87	4.703.819,72	4.355.000,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>610.904,91</b>	<b>617.531,68</b>	<b>688.558,51</b>	<b>776.336,16</b>	<b>714.797,23</b>	<b>697.552,01</b>	<b>653.198,40</b>	<b>701.665,30</b>	<b>747.477,46</b>	<b>734.075,87</b>	<b>649.826,10</b>	<b>672.127,27</b>	<b>8.263.132,06</b>	<b>9.590.000,00</b>
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.749,23	1.858,20	1.858,20	1.858,20	1.858,20	1.858,20	0,00	11.040,23	15.000,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	66.125,69	66.778,64	65.845,98	134.608,98	68.007,35	82.140,27	92.161,42	94.219,20	101.403,72	117.492,08	106.447,74	113.172,56	1.108.403,63	1.000.000,00
Contribuição Assist.Médica Servidores/RPPS/SMAS	31.073,80	35.544,56	34.388,64	51.007,57	33.664,72	25.800,60	36.399,04	38.278,20	43.856,39	44.016,83	48.390,79	43.901,30	466.322,44	420.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	512.805,42	515.207,88	588.323,89	590.781,61	611.375,73	587.752,94	522.690,74	567.309,70	600.359,15	570.708,56	494.967,57	515.053,41	6.677.356,60	8.115.000,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>4.377.139,76</b>	<b>6.154.600,54</b>	<b>4.799.754,06</b>	<b>5.328.269,67</b>	<b>5.243.266,31</b>	<b>4.610.189,84</b>	<b>4.855.193,75</b>	<b>6.724.862,10</b>	<b>5.010.955,08</b>	<b>5.019.941,23</b>	<b>4.557.816,43</b>	<b>4.274.474,37</b>	<b>60.956.453,74</b>	<b>74.270.000,00</b>
FONTE:														
FORQUILHINHA - 30/09/2015														
VANDERLI ALEXANDRE Prefeito Municipal	MÁRTY EYNG NIERNBERG Controlador CRC/SC 37.916/O-0	JADNA COLOMBO PEREIRA Controlador Interno CRC/SC 29.204/O-6												

30/09/2015 11:28:18



# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0024\_2015 RP 0017-FMS

Aviso do Pregão Presencial nº 0024/2015 – FMS  
Registro de Preços nº 0017/2015  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando contratações futuras de serviços gráficos para confecção e impressão de expedientes diversos, folders e cartazes, para uso nas Unidades Básicas de Saúde, Pronto Atendimento, SAMU, CAPS e Laboratório Municipal de Próteses Dentárias. Período da ata de outubro de 2015 a fevereiro de 2016. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 16:30 horas do dia 15.10.2015. Abertura: às 16:30 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br) e e-mail: [compras@fraiburgo.sc.gov.br](mailto:compras@fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 30 de setembro de 2015.  
Nilce Pinz  
Secretária Municipal de Saúde

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0115\_2015-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0115/2015 – PMF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de 03 (três) tablets e 01 (uma) impressora portátil para uso do Corpo de Bombeiros Militar de Fraiburgo – FUNREBOM. Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:00 horas do dia 15.10.2015; Abertura: Às 14:00 horas do mesmo dia; Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3001/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 29 de setembro de 2015.  
Ivo Biazolo  
Prefeito

### DECRETO Nº 205/2015

DECRETO Nº 205, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.  
REVALIDA O DECRETO 0054/2015, QUE APROVOU O DESMEMBRAMENTO DO TERRENO URBANO MATRICULADO SOB Nº 10858, DE PROPRIEDADE DE MARCOS ANTÔNIO BALESTRIN e GENUÍNO IGNÁCIO BALESTRIN.

Ivo Biazolo, Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais:

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica revalidado o Decreto nº 0054 de 20 de março de 2015, que aprovou o Desmembramento do Lote nº 0007-000 da quadra 573, Matriculado sob nº 10.858, de Propriedade de Marcos Antônio Balestrin e Genuíno Ignácio Balestrin, convalidando todo o seu conteúdo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 30 DE SETEMBRO DE 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### EDITAL DAS ENTIDADES CMDCA Nº 001- 2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
EDITAL N. 001/2015/CMDCA  
DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DO FORUM PARA A ESCOLHA DOS CONSELHEIROS DO CMDCA.

O PREFEITO MUNICIPAL e a PRESIDENTE DO CMDCA, no uso das atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 920. 1219, de 04 de junho de 1997, alterada pelas Leis nº. 1352/98, 1394/99, 1664/2002, 2299/2015 e Regimento Interno do CMDCA, torna público o processo de escolha das 6 (seis) entidades que indicarão os respectivos representantes que farão parte do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, denominados como Conselheiros, de acordo com as seguintes disposições:

#### 1. DO REGULAMENTO DO PROCESSO ELEITORAL

A escolha das entidades nos termos da Resolução nº. 105/2005 alterada pela Resolução nº. 116/2006 ambas do CONANDA será realizada em 02 (duas) etapas descritas abaixo:

- a) Credenciamento das Entidades não governamentais interessadas, com a indicação conjunta do delegado e seu respectivo suplente, sendo que apenas um terá direito a voto;
- b) Eleição das entidades credenciadas, através de voto direto, secreto e facultativo;

O CMDCA fará divulgar os editais integrantes do processo de escolha dos conselheiros por meio do mural da Prefeitura e no mural localizado na sede do CMDCA e fará a remessa dos mesmos para as seguintes autoridades:

- a) Poder Executivo e Legislativo do Município;
- b) Juiz de Direito da vara da Família, da Infância e Juventude da Comarca de Fraiburgo –SC
- c) Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da Comarca de Fraiburgo- SC;
- d) Principais entidades representativas da Sociedade Civil.

#### 2. DO MANDATO

2.1 O Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente será composto, nos termos da Lei Municipal nº 2299/2015, bem como do Regimento Interno do CMDCA, de 12 (doze) membros titulares e 12 (doze) membros suplentes, para mandatos de 2 (dois) anos da seguinte forma:

- a) 6 - (seis) Conselheiros Titulares, com os respectivos suplentes indicados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;
- b) 6 (seis) Conselheiros Titulares com os respectivos suplentes, indicados pelas entidades não governamentais eleitas no Fórum objeto deste Edital.

### 3. DO CREDENCIAMENTO DAS ENTIDADES

3.1 Somente poderão participar do processo escolha dos membros do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, as entidades que preencherem os requisitos descritos abaixo:

- a) Ter sido legalmente constituída há mais de 6 (seis) meses;
- b) Ter atuação no âmbito do Município de Fraiburgo;
- c) Estar em plena atividade e registradas no CMDCA;

3.2 Considera-se cadastrada a entidade cujo credenciamento foi aprovado pelo CMDCA, localizado na Rua Arnoldo Frey, 179 Centro, anexo a Secretaria de Ação Social, em Fraiburgo-SC, até a publicação do presente edital.

### 4. DO FÓRUM DA ELEIÇÃO

4.1 O Fórum para a eleição das entidades não governamentais que farão parte do CMDCA será realizado no dia 09 de outubro de 2015, no horário compreendido entre às 09h às 10h, na sala de reunião na Secretaria de Ação Social, localizado na Rua Arnoldo Frey, 179, Centro, participando as entidades credenciadas.

Será utilizada para votação cédula eleitoral e nesta conterà espaço para número e o nome de seis entidades diferentes.

No local de votação serão afixadas listas com o nome e número, das entidades credenciadas.

Poderão participar da eleição como votantes as entidades inscritas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente descritas no anexo específico próprio deste edital.

### 5. DA INSCRIÇÃO DOS DELEGADOS REPRESENTANTES DAS ENTIDADES

4.1 Os delegados representantes das entidades votantes serão inscritos mediante requerimento indicando o nome do titular e respectivo suplente, acompanhada da cópia de Ata de Posse da Diretoria em exercício ou cópia do documento que comprove a existência da entidade, bem como, cópia do documento de identidade ou CPF do inscrito.

4.2 A inscrição do delegado e respectivo suplente será de responsabilidade exclusiva da entidade.

4.3 Cada delegado ou suplente só poderá representar uma única entidade.

4.4 As entidades votantes deverão encaminhar à Comissão Eleitoral, no endereço da sede do CMDCA ofício indicando o nome do Delegado titular e suplente representante da entidade para votação até o dia 06/10/2015, às 17 h.

### 6.0 DO RESULTADO DAS ELEIÇÕES

6.1 Concluída a apuração dos votos, a Comissão Eleitoral de escolha dos Conselheiros representantes das entidades não governamentais do CMDCA proclamará o resultado da escolha, determinando a publicação do resultado em edital.

6.2 Havendo empate no número de votos, as entidades poderão decidir a vaga por consenso ou sorteio e será conhecida a entidade no mesmo local da apuração.

6.3 As 06 (seis) primeiras entidades mais votadas serão as titulares do CMDCA e as 6 (seis) seguintes serão as suplentes.

6.4 As entidades escolhidas deverão indicar seus representantes titular e suplente até o dia 15 de Outubro de 2015 às 17h, mediante ofício da entidade e entregá-lo na sede do CMDCA, anexo a Secretaria de Ação Social, situado na Rua Arnoldo Frey, 179, Centro, nesta cidade.

6.5 Os conselheiros indicados tomarão posse no dia 20 de Outubro de 2015, às 8h30, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, onde participarão da primeira reunião para a escolha da nova diretoria do CMDCA.

### 7.0 DOS IMPEDIMENTOS

7.1 Estão impedidos de compor o CMDCA, nos termos da Resolução nº. 105/2005, com redação dada pela Resolução 116/2006 ambas do CONANDA:

I - Conselho de Políticas Públicas;

II- Representantes de Órgãos de outras esferas governamentais;

III- Ocupantes de cargo de confiança e /ou função comissionada do poder público, na qualidade de representante de organização da sociedade civil.

IV - Conselheiros Tutelares

6.2- Também não deverá compor o CMDCA a autoridade judiciária, legislativa e representante do Ministério Público, com, exercício nesta comarca.

### 8.0 DO CRONOGRAMA

8.1 O processo eleitoral seguirá o seguinte cronograma.

DATA	ATIVIDADES
30/09/2015	Lançamento de Edital para eleição das entidades para composição do CMDCA.
06/10/2015	Até às 17h data limite para entrega do ofício de indicação dos delegados titular e suplente de cada entidade votante.
07/10/2015	Às 14hs lançamento de Edital com a relação dos delegados titular e suplente das entidades votantes.
09/10/2015	Entre 09h e 10h Fórum da Eleição para a escolha das entidades que comporão o CMDCA
09/10/2015	Entre 10h e 11h apuração e divulgação do resultado da eleição.
15/10/2015	Até às 17h indicação dos membros pelas entidades eleitas.
20/10/2015	8h30 posse, escolha da diretoria e primeira reunião dos novos membros do CMDCA, na sede deste conselho.

### 9.0 DAS DISPOSIÇÕES

9.1 – Caberá à Comissão Eleitoral e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a solução dos casos omissos, valendo-se supletiva ou subsidiariamente da legislação eleitoral, no que couber.

Fraiburgo, 29 de setembro de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

Lia Frey

Presidente do CMDCA

### ENTIDADES CADASTRADAS NO CMDCA

- APAE – Escola Especial Maria Tereza Frey
- Centro Cultural Egon Frey
- Clube de Desbravadores Horizonte
- Associação Vital de Karatê – Dô
- Grupo Voluntário Vida e Cidadania
- Pastoral da Criança
- Associação Paulo Freire de Cultura Popular de Fraiburgo
- Associação Vida e Atitude
- Associação Miriam Vieceli Zago

· Espaço Alternativo (Peal )

· Associação dos Músicos

CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

#### RESOLUÇÃO Nº

Dispõe sobre a criação da Comissão Eleitoral para a escolha da representação da sociedade civil, para o biênio 2015 a 2017.

O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº. 2299/2015;

Considerando, as disposições constantes no Estatuto da Criança e do Adolescente;

Considerando, que o mandato dos Conselheiros do CMDCA é de 02 (dois) anos;

Considerando, que o mandato dos atuais Conselheiros representantes das entidades não governamentais está encerrando-se;

Considerando, a necessidade da eleição de novas entidades para compor o CMDCA;

Considerando, a necessidade da eleição de novos Conselheiros do CMDCA;

Resolve:

Art. 1º. Fica instituída e nomeada a Comissão Eleitoral responsável pela realização do Fórum para a escolha dos novos conselheiros do CMDCA, com seus respectivos suplentes.

Art. 2º. A Comissão de que trata o artigo primeiro desta Resolução, fica assim nomeada:

Lia Frey - Presidente (Representante do Centro Cultural Egon Frey);

Dulcinei R. Bilibio - Vice Presidente (Representante da Secretaria de Ação Social);

Maves Gislaire Schleider – Secretária - (Representante da Secretaria de Educação);

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Fraiburgo, 29 de setembro de 2015.

Lia Frey  
Presidente do CMDCA

#### PORTARIA Nº 2057/2015

PORTARIA Nº 2057, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0005 de 10 de fevereiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01272/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário IVETE APARECIDA CORDEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 052.479.359-00, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de outubro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de setembro de 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### PORTARIA Nº 2058/2015

PORTARIA Nº 2058, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0032 de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01310/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais, a professora HELENA SILVA FRIGOTTO, que se encontra em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ROSELI DE FÁTIMA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 059.971.299-69, na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de outubro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de setembro de 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### PORTARIA Nº 2059/2015

PORTARIA Nº 2059, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0005 de 10 de fevereiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01273/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JOSIANE RAMOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 075.947.939-94, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária

de 40 horas semanais, no período de 01 de outubro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de setembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 2060/2015**

PORTARIA Nº 2060, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0005 de 10 de fevereiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01274/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário RICARDO ANTUNES DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 069.230.299-96, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de outubro de 2015 até 06 de novembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de setembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 2061/2015**

PORTARIA Nº 2061, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0005 de 10 de fevereiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01311/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ZENIR APARECIDA PIRES BEAL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 021.295.169-63, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de outubro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de setembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 2062/2015**

PORTARIA N.º 2062, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032 de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01275/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de BRUNA DEBORTOLI PEREIRA DOS SANTOS, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 080.073.959-03, contratado(a) em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de outubro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de setembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 2063/2015**

PORTARIA N.º 2063, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032 de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01302/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de CRISTOVÃO JOSÉ SCHNEIDER, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 194.656.619-53, contratado(a) em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – HISTÓRIA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de outubro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de setembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



**PORTARIA Nº 2064/2015**

PORTARIA N.º 2064, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003 de 19 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01303/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELISANGELA DA COSTA, brasileiro(a), divorciado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 004.861.209-02, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de outubro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de setembro de 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 2065/2015**

PORTARIA N.º 2065, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0021 de 14 de março de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01304/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIANE CLÁUDIA GARIPUNA, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 068.886.949-17, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de outubro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de setembro de 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 2066/2015**

PORTARIA N.º 2066, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034 de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01305/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de EDIMARA PEREIRA BORBA, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 082.299.899-82, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de outubro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de setembro de 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 2067/2015**

PORTARIA N.º 2067, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003 de 19 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01306/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MÔNICA ZENEI BERTÉ, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 933.526.469-53, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 12 de outubro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de setembro de 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**RESOLUÇÃO APROVADA INSCRIÇÃO Nº 010-2015**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS

DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Nº 010/15.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal nº.920/92 e alterada pelas Leis Municipais nº.1.162/96 e nº 1.219/97 e na Resolução nº 01 de 20/11/2014 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, após deliberação em reunião ordinária realizada no dia 21 de Julho de 2015, APROVOU REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO DOS SEGUINTE PROJETO / PROGRAMAS DO CENTRO CULTURAL EGON FREY: 1. PROGRAMA MAIS CULTURA NAS ESCOLAS; 2. PROJETO OFICINAS ARTÍSTICAS; 3. PROJETO ALUNOS BOLSISTAS. Concede Comprovante de Inscrição Nº. 001 no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente referente aos Projetos executados pela Entidade com CNPJ nº 02.220.027/0001-15. A inscrição tem validade por tempo de 4 (quatro) anos, devendo a entidade inscrita anualmente apresentar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, até 30 (trinta) de abril, Requerimento de renovação, Plano de Ação do Ano Corrente e Relatório de Atividades do ano anterior. Após o vencimento da inscrição é de responsabilidade do representante legal da entidade, requerer ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a sua renovação para regularização da situação cadastral.

Fraiburgo (SC), 21 de Julho de 2015.

LIA FREY

PRESIDENTE

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS

DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Nº 011/15.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal nº.920/92 e alterada pelas Leis Municipais nº.1.162/96 e nº 1.219/97 e na Resolução nº 01 de 20/11/2014 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, após deliberação em reunião ordinária realizada no dia 21 de Julho de 2015, APROVOU REQUERIMENTO DE REGISTRO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRAIBURGO - APAE. Concede Certificado de Registro Nº. 002 no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para a Entidade com CNPJ nº 75.447.995/0001-32. A inscrição tem validade por tempo de 4 (quatro) anos, devendo a entidade inscrita anualmente apresentar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, até 30 (trinta) de abril, Requerimento de renovação, Plano de Ação do Ano Corrente e Relatório de Atividades do ano anterior. Após o vencimento da inscrição é de responsabilidade do representante legal da entidade, requerer ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a sua renovação para regularização da situação cadastral.

Fraiburgo (SC), 21 de Julho de 2015.

LIA FREY

PRESIDENTE

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS

DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Nº 014/15.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/

SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal nº.920/92 e alterada pelas Leis Municipais nº.1.162/96 e nº 1.219/97 e na Resolução nº 01 de 20/11/2014 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, após deliberação em reunião ordinária realizada no dia 21 de setembro de 2015, APROVOU REQUERIMENTO DE REGISTRO DA ASSOCIAÇÃO VITAL FRAIBURGO DE KARATÊ. Concede Certificado de Registro Nº. 003 no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para a Entidade com CNPJ nº 02.580.860/0001-77. A inscrição tem validade por tempo de 4 (quatro) anos, devendo a entidade inscrita anualmente apresentar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, até 30 (trinta) de abril, Requerimento de renovação, Plano de Ação do Ano Corrente e Relatório de Atividades do ano anterior. Após o vencimento da inscrição é de responsabilidade do representante legal da entidade, requerer ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a sua renovação para regularização da situação cadastral.

Fraiburgo (SC), 21 de setembro de 2015.

LIA FREY

PRESIDENTE CMDCA

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS

DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Nº 015/15.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal nº.920/92 e alterada pelas Leis Municipais nº.1.162/96 e nº 1.219/97 e na Resolução nº 01 de 20/11/2014 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, após deliberação em reunião ordinária realizada no dia 21 de setembro de 2015, APROVOU REQUERIMENTO DE REGISTRO DA ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS DE FRAIBURGO. Concede Certificado de Registro Nº. 004 no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para a Entidade com CNPJ nº15.709.862/0001-65. A inscrição tem validade por tempo de 4 (quatro) anos, devendo a entidade inscrita anualmente apresentar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, até 30 (trinta) de abril, Requerimento de renovação, Plano de Ação do Ano Corrente e Relatório de Atividades do ano anterior. Após o vencimento da inscrição é de responsabilidade do representante legal da entidade, requerer ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a sua renovação para regularização da situação cadastral.

Fraiburgo (SC), 21 de setembro de 2015.

LIA FREY

PRESIDENTE CMDCA

**RESOLUÇÃO CMS 012/2015**

DELIBERAÇÃO 012/CMS/15

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal 1.971/2008, em reunião ordinária realizada no dia 30 de setembro de 2015, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, APROVOU, por unanimidade, a Programação Anual de Saúde para o ano 2016, conforme ATA Nº 009/2015.

Fraiburgo (SC), 30 de setembro de 2015.

Nilce Pinz

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

**Frei Rogério****PREFEITURA****DECRETO Nº. 752/2015 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO, (SC).**

DECRETO Nº. 752/2015, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO, (SC).

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V, da lei orgânica do município de Frei Rogério, art. 13, § 2º da lei nº 806/2014 de 27/11/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 2.533,50 (dois mil e quinhentos e trinta e três reais e cinquenta centavos), em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR R\$
ORGÃO	02	CHEFIA DO EXECUTIVO	
UND	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
PROJ./ATIV.	2.042	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
ELEMENTO	3.3.90.00.00.00.00.0189	APLICAÇÕES DIRETAS	
	126	APLICAÇÕES DIRETAS	R\$ 2.533,50
	TOTAL		R\$ 2.533,50

Art. 2º - Para respaldo do crédito mencionado no artigo anterior ficam utilizados recursos do excesso de arrecadação da fonte a fonte 4.1.2.2.0.29.00.00.00.00 Contribuição para Custeio de serviços de iluminação pública, recurso Próprio no valor R\$ 2.533,50 (dois mil e quinhentos e trinta e três reais e cinquenta centavos), para as dotações do orçamento corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 29 de Setembro de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 753/2015 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FREI ROGÉRIO (SC).**

DECRETO Nº. 753/2015, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FREI ROGÉRIO (SC).

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V, da lei orgânica do município de Frei Rogério, art. 12 inciso I, art. 13, § 2º, da lei nº 806/2014 de 27/11/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional no orçamento vigente, no valor de R\$ 37.800,00 (trinta e sete mil e oitocentos reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

Órgão:	03	FUNDOS MUNICIPAIS	VALOR R\$
Unidade:	03	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Proj./Ativ.	2.077	APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO PAB FIXO	
	4.4.90.00.00.00.00.00.0.0155	Aplicações Diretas	
	4	Aplicações Diretas	R\$ 12.000,00
Unidade:	03	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
Proj./Ativ.	2.078	PROGRAMA FARMÁCIA BÁSICA	
	3.3.90.00.00.00.00.00.0.0158	Aplicações Diretas	
	6	Aplicações Diretas	R\$ 25.800,00
	TOTAL		R\$ 37.800,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte para suplementação da dotação orçamentária especificada no artigo primeiro deste decreto, excesso de arrecadação na Receita 1.7.2.1.33.10.00.00.00 PISO DE ATENÇÃO BÁSICA (PAB – FIXO) Recurso Vinculado, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), excesso de arrecadação na Receita 1.7.2.1.33.34.00.00.00 FARMÁCIA BÁSICA, no valor de R\$ 25.800,00 (vinte e cinco mil e oitocentos reais), totalizando o valor de R\$ 37.800,00 (trinta e sete mil e oitocentos reais), para as dotações do orçamento corrente:

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 29 de setembro de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

**RESUMO EDITAL PROCESSO DE LICITAÇÃO, 26/2015**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 26/2015

CONVITE Nº 07/2015

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO – SC, torna público aos interessados que fará realizar através da Comissão Permanente de Licitação, no dia 09 de outubro de 2015 às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal, na rua Adolfo Soletti, nº 750, Licitação na modalidade de CONVI-TE, sob a égide da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, do tipo menor preço por item, sendo o objeto a A ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA A ESTA ADMINISTRAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA E OU JURÍDICA, COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA, PARA ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DOS GOVERNOS DAS ESFERAS FEDERAL E ESTADUAL NO QUE DIZ RESPEITO TANTO AO CADASTRAMENTO DE PROJETOS PARA OBTENÇÃO DE RECURSOS, INCLUINDO AS EMENDAS PARLAMENTARES, QUANTO AS PRESTAÇÕES DE CONTA DOS MESMOS, PARA ACOMPANHAMENTO DIRETO JUNTO AOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA ADMINISTRAÇÃO E REPASSE DOS CONTRATOS/CONVÊNIOS CELEBRADO ENTRE OS ÓRGÃOS E ENTIDADES DOS GOVERNOS FEDERAL E ESTADUAL E O MUNICÍPIO DE FREI ROGERIO, SUAS SECRETARIAS E FUNDOS, NO PERÍODO DE 15 DE OUTUBRO ATÉ O DIA 31 DE 2015, COM CARGA HORARIO DE NO MINIMO 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS.

Informações e Edital poderão ser obtidos no setor de compras da Prefeitura Municipal pelo fone (49) 3257-0000.

E-mail: [compras@freirogerio.sc.gov.br](mailto:compras@freirogerio.sc.gov.br)

Frei Rogério (SC), 29 de setembro de 2015 de 2015

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal



# Garopaba

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 186/2015

DECRETO N.º 186, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 70.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.850 de 19/11/2014 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) no Orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	50.000,00
26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	50.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	50.000,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	20.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	20.000,00
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de setembro de 2015.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 01/10/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 60/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GAROPABA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 60/2015  
PMG E FMS

Ata nº. 60/2015; Processo nº.116/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: ASTEROIDE PEREIRA ME; Objeto: Registro de preço para contratação de empresa especializada para executar os serviços de borracharia, balanceamento e Geometria nos veículos da frota da Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba.; Valor: R\$ 100.946,90; Data da Assinatura:30/09/2015.

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 61/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GAROPABA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 61/2015  
PMG E FMS

Ata nº. 61/2015; Processo nº.117/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: LAVAÇÃO EDENESER LTDA ME; Objeto: Registro de preço para contratação de empresa especializada para executar os serviços de Lavagem interna e externa, lavagem de motor e lubrificação nos veículos que compõe a frota da Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba.; Valor: R\$ 96.900,00; Data da Assinatura:30/09/2015.

### EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 403/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 403/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: CRISTINA MARTINS DA SILVA

Objetivo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Valor: R\$ 1.007,60 (um mil e sete reais e sessenta centavos) mensais

Vigência: De 03/09/2015 até 03/03/2016, prorrogável conforme legislação vigente

### EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 404/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 404/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: LEANDRO DOS SANTOS RIBEIRO

Objetivo: MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTO/ÔNIBUS

Valor: R\$ 1.113,66 (um mil cento e treze reais e sessenta e seis centavos) mensais

Vigência: De 09/09/2015 até 09/03/2015, prorrogável conforme legislação vigente

### EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 405/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 405/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: TAIS CHAGAS DA VEIGA

Objetivo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Valor: R\$ 1.007,60 (um mil e sete reais e sessenta centavos) mensais

Vigência: De 04/09/2015 até 04/03/2016, prorrogável conforme legislação vigente

**EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 406/2015.**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 406/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ALEXANDRA CARDOSO GONÇALVES

Objetivo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Valor: R\$ 1.007,60 (um mil e sete reais e sessenta centavos) mensais

Vigência: De 08/09/2015 até 08/03/2016, prorrogável conforme legislação vigente

**EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 407/2015.**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 407/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: PATRICIA VIEIRA PINHEIRO

Objetivo: ASSISTENTE SOCIAL

Valor: R\$ 1.788,57 (um mil setecentos e oitenta e oito com cinquenta e sete centavos) mensais

Vigência: De 09/09/2015 até 09/03/2016, prorrogável conforme legislação vigente

**EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 408/2015.**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 408/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MARIA IZABEL LOPES

Objetivo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Valor: R\$ 1.007,60 (um mil e sete reais e sessenta centavos) mensais

Vigência: De 09/09/2015 até 09/03/2016, prorrogável conforme legislação vigente

**EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 409/2015.**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 409/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ANGELA CARVALHO ENGEL

Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Valor: R\$ 803,84 (oitocentos e três reais e oitenta e quatro centavos) mensais

Vigência: De 16/09/2015 até 16/09/2016, prorrogável conforme legislação vigente

**EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 410/2015.**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 410/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: JOÃO ALEXANDRE JUNCKES DE SOUZA

Objetivo: MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTO/ÔNIBUS

Valor: R\$ 1.113,66 (um mil cento e treze reais e sessenta e seis centavos) mensais

Vigência: De 16/09/2015 até 16/03/2016, prorrogável conforme legislação vigente

**EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 411/2015.**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 411/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: PATRICE GUIMARÃES TAVARES

Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Valor: R\$ 803,84 (oitocentos e três reais e oitenta e quatro centavos) mensais

Vigência: De 22/09/2015 até 22/09/2016, prorrogável conforme legislação vigente

**EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 412/2015.**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 412/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: RENAN ELIZEU HILÁRIO

Objetivo: ENFERMEIRO - ESF

Valor: R\$ 2.186,86 (dois mil cento e oitenta e seis reais e oitenta e seis centavos) mensais

Vigência: De 23/09/2015 até 23/09/2016, prorrogável conforme legislação vigente

**PORTARIA N.º 768/2015.**

PORTARIA N.º 768, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE READAPTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º READAPTAR, sem prejuízo de remuneração, nos termos dos artigos 38 e 39, § 1º, da Lei n.º 1000/2005, a servidora SILVANA DILMA MACHADO INNOCENTE, Professora, matrícula funcional nº. 4652, conforme conclusão de Laudo Médico Pericial, em anexo.

Art. 2º Fica determinado, no prazo máximo de 7 (sete) dias, a indicação por escrito, da Secretaria Municipal de Educação, de atividade para readaptação da servidora SILVANA DILMA MACHADO INNOCENTE, a qual deverá ser anexada a presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 24/07/2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 769/2015.**

PORTARIA N.º 769, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) MARIA HELENA FELICIANO MARTINS, Professora, matrícula funcional n.º 0778, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (trinta dias, a partir de 23/08/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 23/08/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 770/2015.**

PORTARIA N.º 770, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 29 (vinte e nove) dias, concedidas através da Portaria n.º 506/2015 e suspensas através da Portaria n.º 549/2015, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora EMANUELE BARCELLOS CANDIDO, Matrícula Funcional n.º 5247, no período de 01/09/2015 à 30/09/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 771/2015.**

PORTARIA N.º 771, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 15 (quinze) dias, concedidas através da Portaria n.º 49/2014 e suspensas através da Portaria n.º 126/2014, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor FABIO DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 3269, no período de 14/09/2015 à 28/09/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 772/2015.**

PORTARIA N.º 772, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 31/08/2015, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora, LUCIANA DE ABREU CORREA Matrícula Funcional n.º 5484, concedidas através da Portaria n.º 592/2015, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 31/08/2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de setembro de 2015

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 773/2015.**

PORTARIA N.º 773, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora EDNA FERREIRA TEIXEIRA DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 3835, referente à 2014, no período de 15/09/2015 à 14/10/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 774/2015.**

PORTARIA N.º 774, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor BLAIR VIEIRA DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 4990, referente à 2013/2014, no período de 08/09/2015 à 07/10/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 775/2015.**

PORTARIA N.º 775, 01 DE SETEMBRO 2015.  
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) VIVIAN SCHROTER, Agente Administrativo matrícula funcional n.º 0428, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 31/08/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 31/08/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 776/2015.**

PORTARIA N.º 776, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) ILMA CRISPIM, Contrato n.º 264/2015, em 01/09/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba 01 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 777/2015.**

PORTARIA N.º 777, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 5º, § 7º, b. e art. 83, da Lei n.º 1000/2005, CELIANE GONÇALVES CARLSEM, Matrícula n.º 3648, para exercer as funções do cargo de COORDENADOR DE ATENÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE, da Secretaria Municipal de Saúde, com Gratificação Especial de 70% do cargo ocupado, a partir de 01 de setembro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 778/2015.**

PORTARIA N.º 778, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,



Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) MARIA IZABEL LOPES, Contrato n.º 297/2015, em 07/09/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba 01 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 779/2015.**

PORTARIA N.º 779, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, á Servidora LUCIANA DE BRITO VEIGA, Matrícula Funcional n.º 5239, referente à 2014/2015, no período de 03/09/2015 à 17/09/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 780/2015.**

PORTARIA N.º 780, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, á Servidora ANA MARIA DE SOUZA ROECKER, Matrícula Funcional n.º 3764, referente à 2013/2014, no período de 08/09/2015 à 22/09/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 781/2015.**

PORTARIA N.º 781, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, sem remuneração, nos termos do art. 123, da Lei n.º 1000/2005, a servidora ANA CRISTINA DA SILVA PRUDÊNCIO, Matrícula Funcional n.º 3571, pelo período de 6 (seis) meses, a partir de 01/09/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/09/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 782/2015.**

PORTARIA N.º 782, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, á Servidora CÁTIA DE LURDES FERREIRA MARCON, Matrícula Funcional n.º 4301, referente à 2013/2014, no período de 14/09/2015 à 23/09/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 783/2015.**

PORTARIA N.º 783, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, á Servidora KAREN LLOYD ALVES MOREIRA, Matrícula Funcional n.º 3772, referente à 2013/2014, no período de 21/09/2015 à 19/10/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 784/2015.**

PORTARIA N.º 784, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, á Servidora IZABEL SILVA DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 5574, referente à 2014/2015, no período de 02/09/2015 à 16/09/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 785/2015.**

PORTARIA N.º 785, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, á Servidora MAÍRA TEIXEIRA NUNES, Matrícula Funcional n.º 5742, referente à 2014/2015, no período de 16/09/2015 à 15/10/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 786/2015.**

PORTARIA N.º 786, DE 03 DE SETEMBRO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 02/09/2015, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor LUIZ CARLOS GASPAS, Matrícula Funcional n.º 4999, concedidas através da Portaria n.º 730/2015, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/09/2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de setembro de 2015

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 787/2015.**

PORTARIA N.º 787, DE 03 DE SETEMBRO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, á Servidora MICHELE SILVA DE CAMPOS DOS SANTOS, Matrícula Funcional n.º 5735, referente à 2014/2015, no período de 01/10/2015 à 30/10/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 788/2015.**

PORTARIA N.º 788, DE 03 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 02/09/2015, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora CLEIDE DE AGUIAR PEREIRA RIVOIRE, Matrícula Funcional n.º 0017, concedidas através da Portaria n.º 719/2015, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/09/2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de setembro de 2015

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 789/2015.**

PORTARIA N.º 789, DE 03 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 02/09/2015, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor FERNANDO DA SILVA FERREIRA, Matrícula Funcional n.º 3556, concedidas através da Portaria n.º 710/2015, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/09/2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de setembro de 2015

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 790/2015.**

PORTARIA N.º 790, DE 03 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) AMANDA CRISTINA NORONHA GERCHESKI, Professora, matrícula funcional n.º 5858, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 02/09/2015, sendo encaminhado(o) após o décimo quinto dia ao INSS.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/09/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE  
E COMUNIQUE-SE**PORTARIA N.º 793/2015.**

PORTARIA N.º 793, DE 08 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) VIVIAN SCHROTER, Agente Administrativo, matrícula funcional n.º 0428, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 15 (quinze) dias, a partir de 31/08/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 31/08/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 794/2015.**

PORTARIA N.º 794, DE 08 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 08/09/2015, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora EMANUELE BARCELLOS, Matrícula Funcional n.º 5247, concedidas através da Portaria n.º 506/2015, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de setembro de 2015

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 795/2015.**

PORTARIA N.º 795, DE 08 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, á Servidora JOCÉLIA NASCIMENTO, Matrícula Funcional n.º 0436, referente à 2013/2014, no período de 14/09/2015 à 28/09/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 796/2015.**

PORTARIA N.º 796, DE 08 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, á Servidora LEIDIANE DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 5229, referente à 2014/2015, no período de 08/09/2015 à 27/09/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 797/2015.**

PORTARIA N.º 797, DE 08 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor JULIANO MATTANA, Matrícula Funcional n.º 3712, referente à 2014/2015, no período de 01/09/2015 à 30/09/2015.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos à 01/09/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 801/2015.**

PORTARIA N.º 801, DE 09 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) NEMER JOANDRE MARQUES FINOTELO, Contrato n.º 421/2014, em 24/09/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba 09 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 802/2015.**

PORTARIA N.º 802, DE 09 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 29 (vinte e nove) dias, concedidas através da Portaria n.º 433/2011 e suspensas através da Portaria n.º 473/2011, sem prejuízo



de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, á servidora MARIA ESTÁCIO ANDRÉ, Matrícula Funcional n.º 0816, no período de 01/10/2015 à 29/10/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 805/2015.**

PORTARIA N.º 805, DE 09 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor EDER RODRIGUES DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 5161, referente à 2014/2015, no período de 01/10/2015 à 30/10/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de setembro de 2015

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 806/2015.**

PORTARIA N.º 806, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) claudio de souza limeira, Contrato n.º 129/2015, em 15/09/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba 10 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 807/2015.**

PORTARIA N.º 807, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE INCORPORAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INCORPORAR aos vencimentos do servidor JOSÉ ANTONIO GONÇALVES, Professor, Matrícula n.º 0739, o valor de R\$ 38,24 (trinta e oito reais e vinte e quatro centavos), correspondentes a 20% (vinte por cento) da diferença entre seu vencimento e a remuneração definida para o cargo ao qual foi nomeado, através da Portaria n.º 227/2013, conforme calculo constante no Anexo I, em cumprimento ao parágrafo 8º, do artigo 5º, da Lei Municipal n.º 1.000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/09/2015, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 808/2015.**

PORTARIA N.º 808, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, á Servidora ELIS REGINA DE OLIVEIRA SOARES, Matrícula Funcional n.º 4654, referente à 2014, no período de 01/10/2015 à 30/10/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 809/2015.**

PORTARIA N.º 809, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 02/09/2015, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora BRUNA DA SILVEIRA MARQUES, Matrícula Funcional n.º 5512, concedidas através da Portaria n.º 754/2015, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/09/2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de setembro de 2015

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

### **PORTARIA N.º 810/2015.**

PORTARIA N.º 810, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor ISAAC JORGE PITTIGLIANI, Matrícula Funcional n.º 5232, referente à 2013/2014, no período de 05/10/2015 à 19/10/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

### **PORTARIA N.º 811/2015.**

PORTARIA N.º 811, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE READAPTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º READAPTAR, sem prejuízo de remuneração, nos termos dos artigos 38 e 39, § 1º, da Lei n.º 1000/2005, a servidora SILVANA DILMA MACHADO INNOCENTE, Professora, matrícula funcional n.º 4652, por 60 (sessenta) dias, em atividades de apoio no C.E.I. Encantada, a partir de 10/09/2015, conforme conclusão de Laudo Médico Pericial, parte integrante da Portaria n.º 768, de 01 de setembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 10/09/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

### **PORTARIA N.º 812/2015.**

PORTARIA N.º 812, 11 DE SETEMBRO 2015.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ANDREIA KRAVETZ, Professora, matrícula funcional n.º 0036, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 02/09/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/09/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

### **PORTARIA N.º 813/2015.**

PORTARIA N.º 813, 11 DE SETEMBRO 2015.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) LUZIA FIGUEIREDO DA SILVA, Professora, matrícula funcional n.º 0035, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 07/09/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 07/09/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 814/2015.**

PORTARIA N.º 814, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 17 (dezesete) dias, concedidas através da Portaria n.º 384/2014 e suspensas através da Portaria n.º 437/2014, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor TIAGO MEDEIROS, Matrícula Funcional n.º 3555, no período de 05/10/2015 à 21/10/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 815/2015.**

PORTARIA N.º 815, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) DENISE VALDIRA DE ABREU, Psicóloga, matrícula funcional n.º 5768, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 10/09/2015, sendo encaminhado(o) após o décimo quinto dia ao INSS.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 10/09/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 816/2015.**

PORTARIA N.º 816, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, á Servidora DANIELA MARIA DOS SANTOS, Matrícula Funcional n.º 3693, referente à 2014/2015, no período de 01/10/2015 à 30/10/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 817/2015.**

PORTARIA N.º 817, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) FÁTIMA DE SOUZA DARDE, Contrato n.º 361/2015, em 01/09/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/09/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba 14 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 818/2015.**

PORTARIA N.º 818, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal

n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) BRUNA JOANA DAVID, Professora, matrícula funcional n.º 5999, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 10/09/2015, sendo encaminhado(o) após o décimo quinto dia ao INSS.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 10/09/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 819/2015.**

PORTARIA N.º 819, 15 DE SETEMBRO 2015.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) JACIRA CONCEIÇÃO MARTINS LOPES, Servente matrícula funcional n.º 3763, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 16/09/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 820/2015.**

PORTARIA N.º 820, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor JOÃO DA SILVA PACHECO, Matrícula Funcional n.º 5336, referente

à 2015

, no período de 01/10/2015 à 30/10/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 822/2015.**

PORTARIA N.º 822, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora ROSINETE CARDOSO RODRIGUES, Matrícula Funcional n.º 3554, referente à 2013/2014, no período de 01/10/2015 à 15/10/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 823/2015.**

PORTARIA N.º 823, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 10 (dez) dias, concedidas através da Portaria n.º 354/2015 e suspensas através da Portaria n.º 436/2015, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora GABRIELA PERES, Matrícula Funcional n.º 4142, no período de 14/09/2015 à 22/09/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 14/09/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE



**PORTARIA N.º 824/2015.**

PORTARIA N.º 824 DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) LUZIA FIGUEIREDO DA SILVA, Professora, matrícula funcional n.º 0035, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 07/09/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 07/09/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 825/2015.**

PORTARIA N.º 825 DE 16 DE SETEMBRO 2015.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) SILVIA MARIA VIEIRA PORTO, Professora, matrícula funcional n.º 4675, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 06/08/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 06/08/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 826/2015.**

PORTARIA N.º 826, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 16 (dezesesseis) dias, concedidas através da Portaria n.º 087/2015, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor JOÃO LUIZ GREGÓRIO, Matrícula Funcional n.º 3770, no período de 21/09/2015 à 06/10/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 827/2015.**

PORTARIA N.º 827, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, JULIANA VIEIRA, CPF n.º 086.364.559-36, das funções comissionadas do cargo de CHEFE DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE, da Secretaria de Orçamento e Contabilidade, a partir de 30/09/2015.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 828/2015.**

PORTARIA N.º 828, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor JOÃO BATISTA DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 5719, referente à 2014/2015, no período de 01/10/2015 à 30/10/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 830/2015.**

PORTARIA N.º 830, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora ROSIMARIA RODRIGUES, Servente, matrícula funcional n.º 5821, contribuinte do Regime Geral de Previdência, contrato temporário, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem efeitos retroativos a 03/09/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 831/2015.**

PORTARIA N.º 831, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos

termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) SILVIA MARIA VIEIRA PORTO, Professora, matrícula funcional n.º 4675, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (Trinta) dias, a partir de 05/10/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 832/2015.**

PORTARIA N.º 832, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora AMANDA CRISTINA NORONHA GERCHEVSKI, Professora, matrícula funcional n.º 5858, contribuinte do Regime Geral de Previdência, contrato temporário, de 05/09/2015 a 21/09/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 05/10/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 833/2015.**

PORTARIA N.º 833, 21 DE SETEMBRO 2015.  
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ROSÁLIA DA SILVEIRA LOURENÇO, Auxiliar de enfermagem matrícula funcional n.º 0401, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 21/09/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica

Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 834/2015.**

PORTARIA N.º 834, 22 DE SETEMBRO 2015.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) VIVIAN SCHROTER, Agente Administrativo, matrícula funcional n.º 0428, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 15/09/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 15/09/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 835/2015.**

PORTARIA N.º 835, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) JACIRA CONCEIÇÃO MARTINS LOPES, Servente, matrícula funcional n.º 3763 contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 20/09/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 20/09/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 836/2015.**

PORTARIA N.º 836, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) ANDREIA KRAVETZ, Professora, matrícula funcional n.º 0036 contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 01/09/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/09/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **PORTARIA N.º 837/2015.**

PORTARIA N.º 837, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA À MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, a servidora ADRIANA TEIXEIRA FRAGA, Professora de Educação Física, matrícula funcional n.º 6022, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 21/09/2015.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 21/09/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 838/2015.**

PORTARIA N.º 838, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 21 (vinte e um) dias, concedidas através da Portaria n.º 506/2015 e suspensas através da Portaria n.º 549/2015, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, á servidora eMANUELE BARCELLOS CANDIDO, Matrícula Funcional n.º 5247, no período de 23/09/2015 à 13/10/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 839/2015.**

PORTARIA N.º 839, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 18/09/2015, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora CÁTIA DE LURDES FERREIRA MARCON, Matrícula Funcional n.º 4301, concedidas através da Portaria n.º 782/2015, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 18/09/2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 842/2015.**

PORTARIA N.º 842, DE 24 DE SETEMBRO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, GRAZIELA SANTOS, CPF n.º 028.181.889-46, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DE DIVISÃO DE ARRECADAÇÃO, da Secretaria Municipal da Fazenda, a partir de 24 de setembro de 2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 843/2015.**

PORTARIA N.º 843, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) TÂNIA REGINA ALMEIDA DE OLIVEIRA, Contrato n.º 002/2014, em 30/09/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 844/2015.**

PORTARIA N.º 844, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) DAMARIS DE SOUZA MATTA, Contrato n.º 150/2015, em 30/09/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE



**PORTARIA N.º 845/2015.**

PORTARIA N.º 845, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) JOSILENE DE SOUZA DIAS RIBEIRO, Contrato n.º 030/2015, em 30/09/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 847/2015.**

PORTARIA N.º 847, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) CAROLINA FORNARI BITTENCOURT, Contrato n.º 423/2013, em 30/09/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 848/2015.**

PORTARIA N.º 848, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) paula elias de souza, Contrato n.º 229/2014, em 30/09/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 849/2015.**

PORTARIA N.º 849, 28 DE SETEMBRO 2015.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MARIA VALÉRIA TEIXEIRA, Professora matrícula funcional n.º 3852, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 24/09/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 24/09/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 850/2015.**

PORTARIA N.º 850, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) MICHELE LOUISE SICA DE ALMEIDA, Contrato n.º 269/2014, em 01/09/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem efeitos retroativos a 01/09/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 851/2015.**

PORTARIA N.º 851, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, ao servidor JULIANO MATTANA, Matrícula Funcional n.º 3712, referente a 2010-2015, no período de 01/10/2015 à 29/11/2015

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de setembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**PORTARIA N.º 852/2015.**

PORTARIA N.º 852, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES A FAZEREM JUS AO ADICIONAL POR PLANTÃO DIFERENCIADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos da Lei Municipal n.º 1.623/2012 e demais legislação vigente, os Servidores do Plantão Diferenciado dos cargos de Enfermeiro, Técnico em Enfermagem e Vigilante, no período de setembro de 2015:

MATRICULA	Nome
6107	Adão de Souza
6251	Adriana Bessa da Silva
6046	Aldemir Marques dos Santos
5779	Ana Cristina Almeida da Silva de Oliveira
3764	Ana Maria de Souza Roecker
5804	Atanásio Gonçalves Filho
3552	Bruna da Silva
6211	Carlos Eduardo de Abreu
6100	Clemir Zanelato
5830	Fabiula Rodrigues Garcia
5784	Giselle de Souza Silva
6102	Luciane dos Santos
6166	Margarete Martins Pause
6181	Maria Aparecida Bernardino Fernandes
3759	Maria Aparecida dos Santos
5831	Maria Raimunda Miranda Dos Santos
794	Mariana Da Silva
3643	Rozilda de Amorim
1419	Rosinete Cardoso Rodrigues
6158	Simone Feitosa dos Reis
6247	Priscila Gonçalves Bernardi
6262	Tais Chagas da Veiga
3595	Sueli Terezinha dos Santos
5800	Danúbia Cascaes Lopes
6210	Maria Gorette Bendo Mendes
6248	Vanessa Marcia Ragievicz Tabaczinski

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/09/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de setembro de 2015.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

---

## CÂMARA MUNICIPAL

---

**RESOLUÇÃO Nº 15 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015**

RESOLUÇÃO Nº 15 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

"Cria, no âmbito da Câmara Municipal de Garopaba/SC, a Escola do Legislativo Vereador Jorge Pacheco de Souza, determina seus objetivos, sua estrutura e a elaboração de seu Regimento Interno e dá outras providências".

LUIZ BERNARDO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele promulga a seguinte resolução:

RESOLVE:

Art. 1º Fica criada, no âmbito da Câmara Municipal de Garopaba/SC, a Escola do Legislativo Vereador Jorge Pacheco de Souza.

Art. 2º A Escola do Legislativo tem como objetivos, através de seus dois módulos:

MÓDULO I:

- I. oferecer aos Parlamentares e aos servidores da Câmara Municipal suporte conceitual e treinamento para a elaboração de leis e para o exercício do poder de fiscalização;
- II. qualificar os servidores da Câmara Municipal de Garopaba nas atividades de suporte técnico-administrativo e parlamentar, ampliando a formação deles em assuntos legislativos e correlatos à Administração Pública e de interesse da Câmara;
- III. fomentar as pesquisas técnico-acadêmicas voltadas ao Poder Legislativo, em cooperação com instituições de ensino;
- IV. integrar e gerenciar convênios, especialmente com o Senado Federal, com a Câmara dos Deputados, com as Assembléias Legislativas, com as Câmaras Municipais e respectivas associações, com os órgãos dos Poderes da União, com os Tribunais de Contas, com o Ministério Público Estadual e Federal, e bem assim com as universidades públicas e privadas, propiciando, entre outras atividades conjuntas, a participação de parlamentares, servidores e agentes políticos em videoconferências e treinamentos à distância e a realização de cursos de capacitação técnica e de cursos presenciais de formação acadêmica ou pós-acadêmica;
- V. propiciar aos servidores a possibilidade de complementarem ou continuarem seus estudos em todos os níveis de escolaridade;

**MÓDULO II:**

VI. desenvolver didáticas, objetivando a formação de futuras lideranças comunitárias, fortalecendo a relação da Câmara Municipal com a sociedade, propiciando a formação política e educação para a cidadania, através de atuação voltada à sociedade;

VII. promover palestras e seminários com a finalidade de fomentar o debate em torno de assuntos e temas interdisciplinares de interesse do Município de Garopaba e de sua Região;

VIII. oferecer cursos e capacitação para a cidadania aos cidadãos, desenvolvendo programas de ensino, objetivando a integração da Câmara Municipal à sociedade civil organizada;

IX. incentivar a realização de projetos que visem resgatar a história política e cultural de Garopaba;

X. apoiar a organização de eventos culturais que disseminem a democracia, a participação política, os direitos humanos e a cidadania, e bem assim os eventos esportivos que disseminem o bem estar físico e social;

XI. capacitar a comunidade em temas afins com as atividades institucionais do Poder Legislativo;

Art. 3º A Escola do Legislativo, órgão vinculado à Mesa Diretora da Câmara Municipal, possui a seguinte estrutura organizacional:

I. Presidente

II. Coordenador Executivo

III. 1 (um) auxiliar, e

IV. Conselho Escolar

Parágrafo único: A função de auxiliar da Escola do Legislativo será ocupada por servidor efetivo ou comissionado previsto no quadro funcional da Câmara, designado pela Mesa Diretora.

Art. 4º O Presidente da Escola do Legislativo será um vereador indicado pelo Presidente da Mesa Diretora, até cinco dias após sua posse, para um mandato de 02 anos, coincidente com o mandato da Mesa Diretora.

Art. 5º O Coordenador Executivo será indicada pela Presidência da Câmara e terá a as seguintes atribuições:

I. coordenar e fiscalizar a execução das tarefas desenvolvidas pela Escola do Legislativo;

II. gerenciar a execução das atividades e das diretrizes traçadas pelo Conselho Escolar da Escola do Legislativo; e

III. organizar o desenvolvimento de programas de capacitação e treinamento, seminários, palestras, pesquisas e demais atividades afetas aos objetivos específicos da Escola do Legislativo.

Art. 6º A Coordenação Executiva poderá ser exercida:

a) por servidor pertencente ao quadro dos cargos efetivos; ou

b) por servidor de provimento em comissão previsto no quadro funcional da Câmara.

Art. 7º O Conselho Escolar será composto:

I. pelo Presidente da Escola do Legislativo;

II. pelo Coordenador Executivo;

III. pelo Assessor Jurídico; e

IV. pelo Diretor Administrativo da Câmara Municipal.

Parágrafo único. A função do membro do Conselho Escolar da Escola do Legislativo não será remunerada.

Art. 8º A Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Garopaba terá autonomia organizacional, pedagógica, financeira, e didática no planejamento, na execução e na avaliação de seus programas e atividades.

Art. 9º Fica autorizada a Escola do Legislativo, por intermédio da Mesa Diretora, a promover convênios, protocolos e atos administrativos, bem como a celebrar intercâmbios nacionais e internacionais

com entidades públicas e privadas, no âmbito de sua competência.

Art. 10º O Regimento Interno e o Projeto Político Pedagógico da Escola do Legislativo serão elaborados, respectivamente, pelo Conselho Escolar e pela Coordenadoria Executiva num prazo de 60 dias, a contar da aprovação desta Resolução, devendo ser submetidos à homologação da Presidência da Mesa Diretora.

Art. 11º Caberá à Escola do Legislativo, dentre outras atribuições previstas em seu Regimento:

I. orientar as chefias e de mais servidores a participarem de cursos de treinamento e de qualificação profissional;

II. estabelecer, no início de cada legislatura, cursos de ambientação aos novos Vereadores;

III. exigir a apresentação de certificado de conclusão por parte dos servidores que tenham participado de cursos técnicos de aperfeiçoamento profissional ou de educação acadêmica, ministrados mediante convênio da Escola do Legislativo com outras instituições;

IV. buscar o ressarcimento do valor investido em formação do servidor que, inscrevendo-se, não concluir o curso; e

V. priorizar a inscrição em curso de especialização acadêmica ou de aperfeiçoamento profissional do servidor menos beneficiado com os cursos oferecidos pela Escola do Legislativo e pela Câmara Municipal.

Art. 12 Os recursos destinados ao atendimento das perseguições da presente Resolução, objetivando o atendimento dos programas e atividades, correrão por conta dos recursos orçamentários da Câmara Municipal de Garopaba, bem como daqueles oriundos de convênios e parcerias, ou ainda de ressarcimentos.

Art. 13 A Mesa Diretora, os Vereadores, a Diretoria Administrativa da Câmara, os demais órgãos e unidades administrativas e o corpo funcional da Câmara Municipal de Garopaba, prestarão a devida colaboração à Escola do Legislativo para a realização de seus programas e atividades, tanto em meios como em finalidades;

Art. 14. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, em 30 de setembro de 2015.

Luiz Bernardo
Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos trinta dias do mês de setembro de 2015.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Giovana da Silva Defreyn

Diretora de Redação, Legislação e Processo Legislativo

# Garuva

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 148/2015

DECRETO Nº. 148 de 16 de setembro de 2015

“Dispõe sobre a exoneração do servidor Lauro Felipe Raizer, da função de confiança de Chefe de Patrimônio e Serviços”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1º. – Fica exonerado o servidor LAURO FELIPE RAIZER, da função de confiança de Chefe de Patrimônio e Serviços, subordinada à Secretaria Municipal Administração, Planejamento e Finanças, nomeado através do Decreto Nº 060/2015, de 13 de abril de 2015.

ART. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de setembro de 2015.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 149/2015

DECRETO MUNICIPAL N. 149 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

“Prorroga, até 30 de novembro de 2015, a validade dos Alvarás de Localização e Funcionamento de TAXI do Município de Garuva”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o Projeto de Lei nº 04/2014 que da nova regulamentação ao serviço de TAXI, encaminhado em 01 de agosto de 2014 para Câmara Municipal de Garuva está em análise final;

CONSIDERANDO que a vigência dos Alvarás de Localização e Funcionamento para o serviço de TAXI no Município de Garuva expirou em 31 de março de 2015 e foi prorrogado sua vigência por meio do Decreto nº 67/2015 até 30 de setembro de 2015;

CONSIDERANDO que sem o Alvará de Localização e Funcionamento, o profissional está em desacordo com a legislação e não consegue outros benefícios legais.

D E C R E T O:

Art. 1º Fica prorrogado até 30 de novembro de 2015, a validade de todos os Alvarás de Localização e Funcionamento de TAXI emitido pelo Município de Garuva no ano de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de vencimento dos respectivos Alvarás de Localização e Funcionamento de TAXI.

Art. 3º Publique-se, e encaminhe cópia desse Decreto a Câmara Municipal de Garuva para formal cientificação.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 148/2015

PORTARIA Nº 148 de 29 de setembro de 2015

“DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL PARA ELABORAÇÃO DO CONCURSO DE REMOÇÃO, DOS QUADROS DO MAGISTÉRIO”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA E LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 001/1998, LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 044/2009 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009 E 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009;

RESOLVE:

ART. 10. – Instituir Comissão especial para elaboração do Concurso de Remoção, dos cargos do quadro do magistério, relacionados no Edital 001/2015.

ART. 20. – Designar Luciana Romanzini, Fabio Sozin, , Jucilene Furlan, Susan Klear Lopes Constantino e Tânia Nara Vageleski Alves, para comporem a comissão, que irá, sob a presidência da primeira, coordenar o concurso de remoção

ART. 30. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 149/2015

PORTARIA Nº 149, de 30 de setembro de 2015.

“DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

Considerando, processo nº 2431/2015;

RESOLVE:

ART. 1º. Demitir, a pedido, NELLO CHESCON NETO, do cargo de Médico Clínico Geral - ESF, admitido através da Portaria nº. 091/2015, de 17 de junho de 2015.

ART. 2º. Esta Portaria entra em vigor a contar de 30 de setembro de 2015.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 150/2015**

PORTARIA Nº 150, de 30 de setembro de 2015.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, DINARA NAIANE OLIVÉRIO, do cargo de Agente Administrativo, admitida através da Portaria nº. 546/2013, de 27 de setembro de 2013.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 30 de setembro de 2015.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 151/2015**

PORTARIA Nº 151, de 30 de setembro de 2015.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, ROBSON KUHNEN, do cargo de Agente Administrativo, admitido através da Portaria nº. 544/2013, de 27 de setembro de 2013.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 30 de setembro de 2015.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 152/2015**

PORTARIA Nº. 152 de 30 de Setembro de 2015

"Determina a abertura e cria Comissão para elaboração do Processo Seletivo Simplificado para provimento em caráter temporário, dos cargos eventualmente vagos do quadro do magistério para ano de 2016 e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

ART. 10. – Determinar a abertura do Processo Seletivo Simplificado para provimento em caráter temporário, dos cargos eventualmente vagos do quadro do magistério para o ano letivo de 2016, relacionados no Edital 009/2015.

ART. 20. – Criar a Comissão para realização do Processo Seletivo Simplificado, a qual ficará responsável por organizar, planejar, coordenar e acompanhar todas as etapas da execução do mencionado processo.

ART. 30. – A comissão será composta pelos servidores públicos

municipais: Jucilene Furlan, Fábio Sozin, Susan Klear Lopes Constantino, Luciana Romanzini, Maria Edlamar Aguiar Costa, Silvana Mews e Gabriel de Freitas.

Parágrafo único – A comissão será presidida pela servidora Jucilene Furlan.

ART. 40 - Competirá a comissão:

I – Elaborar os editais;

II – Receber e homologar inscrições;

III – Classificar os candidatos atribuindo a respectiva pontuação;

IV – Homologar a seleção;

V – Apreciar e julgar recursos;

VI – Decidir com base na Lei Municipal sobre pontos omissos do edital;

VII –Elaborar e corrigir as provas

VIII –Exercer demais atos necessários a execução completa do Processo.

Parágrafo único – As provas serão elaboradas por um único membro da Comissão (eleito pelos pares) que terá acesso as mesmas, devendo estas ser entregues no dia da prova em envelope lacrado.

ART. 5º. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 30 de setembro de 2015.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

TESTE SELETIVO  
Nº 009/2015

Vaga: Professor  
Secretaria Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 153/2015**

PORTARIA Nº 153 de 30 de setembro de 2015.

"Institui membros para o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CONSELHO DO FUNDEB, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela alínea "c", do inciso II, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Garuva,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados os cidadãos relacionados abaixo para comporem a Comissão do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CONSELHO DO FUNDEB, como segue:

Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura

Titular: SUSAN KLEAR LOPES CONSTANTINO

Suplente: Luciana Romanzini

Representantes da Secretaria Municipal de Administração

Titular: GABRIEL DE FREITAS

Suplente: Ivandro Sergio Lopes

Representantes dos Professores das Escolas Públicas Municipais

Titular: IZABEL KEISER FURLAN

Suplente: Marcia Valeria Pedrosa

Representantes dos Diretores das Escolas Públicas Municipais

Titular: CLAUDIA PEREIRA DA SILVA REGUELIM  
Suplente: Idelina Piaciski

Representantes dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Públicas Municipais

Titular: LUCILEIDE DE FATIMA BUENO FELDHAUS  
Suplente: Marcia Nagel Cristofolini

Representantes dos Pais de Alunos das Escolas Públicas Municipais

Titular: KARINY VIEIRA DE CARVALHO  
Suplente: Thalyane de Oliveira Correa

Titular: DEISE BRASSANINI  
Suplente: Michele dos Santos Licetti

Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública

Titular: ELIETE RAIMUNDI  
Suplente: Maria Goretti Ferrazza

Titular: LEONARDO LORENO DE CAMARGO  
Suplente: Alisete Mafra

Representantes do Conselho Municipal de Educação

Titular: MARIA EDLAMAR AGUIAR COSTA  
Suplente: Melissa Rodrigues de Lima da Silva

Representantes do Conselho Tutelar

Titular: JULIANA NAGEL  
Suplente: Estela Juçara Lütke

Art. 2º - Este Conselho exercerá seu mandato até setembro de 2017.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 154/2015

PORTARIA Nº. 154, de 30 de setembro de 2015

"DETERMINA A ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, DESIGNA COMISSÃO EXAMINADORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando, o Memorando SDSH nº 049/2015, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação;

RESOLVE:

ART. 10. – Determinar a abertura do Processo Seletivo Simplificado para provimento em caráter temporário, relacionados no Edital 008/2015.

ART. 20. – Criar a Comissão para realização do Processo Seletivo Simplificado, a qual ficará responsável por organizar, planejar, coordenar e acompanhar todas as etapas da execução do mencionado processo.

ART. 30. – A comissão será composta pelos servidores públicos municipais: Eduardo dos Santos Licetti, Vanessa Mariling Backes Nagel, e Diaime Elizandra Hacker da Rocha, sendo presidida pelo primeiro.

ART. 40 - Competirá a comissão:

- I – Elaborar os editais;
- II – Receber e homologar inscrições;

- III – Classificar os candidatos atribuindo a respectiva pontuação;
- IV – Homologar a seleção;
- V – Apreçar e julgar recursos;
- VI – Decidir com base na Lei Municipal sobre pontos omissos do edital;
- VII – Elaborar e corrigir as provas;
- VIII – Avaliar títulos;
- IX – Exercer demais atos necessários a execução completa do Processo.

Parágrafo único – A critério da comissão poderá ser contratado profissional capacitado para proceder a elaboração e correção das provas.

ART. 50. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 106/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 106/2015 PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, a Sra. THAYNA DAYANE RAZINI, brasileira, solteira, professora, RG nº 4.683.881, CPF: 098.812.819-54, residente e domiciliado na Rua Arapongas, 122 – São João Abaixo, Garuva/SC, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obriga a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com a Comunicação Interna nº 313/2015 e justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 106/2015 por mais 03 (três) meses e 12 (doze) dias, passando seu término para 11 de dezembro de 2015.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 106/2015 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 08 de setembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Responsável Sec. Mun. De Educação Jucilene Furlan
Contratada	
Fabio Sozin Cpf: 006.226.029-42	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

**TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 121/2015**

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 121/2015 PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, a Sra. MARIA GABRIELLE DE SOUZA SILVANO, brasileira, solteira, professora, RG nº 12.469.221-0, CPF: 089.231.289-2, residente e domiciliada na Rua Tocantins, 1181, Guaratuba/PR;., doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com a Comunicação Interna nº 313/2015 e justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, ALTERAR a vigência do contrato administrativo nº 121/2015, passando seu término para 11 de dezembro de 2015.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 121/2015 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 08 de setembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Responsável Sec. Mun. De Educação Jucilene Furlan
Contratado	
Fabio Sozin Cpf: 006.226.029-42	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

**TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 76/2015**

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 076/2015 PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, a Sra. ODETTE CRISTINA DA SILVA, brasileira, solteira, professora, RG nº 5.857.334, CPF: 074.490.869-80, residente e domiciliada na Rua Governador Celso Ramos, 268 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com a Comunicação Interna nº 313/2015 e justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, ALTERAR a vigência do contrato administrativo nº 076/2015, passando seu término para 11 de dezembro de 2015.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 076/2015 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 08 de setembro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Responsável Sec. Mun. De Educação Jucilene Furlan
Contratado	
Fabio Sozin Cpf: 006.226.029-42	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

# Gaspar

## PREFEITURA

### ERRATA AO DECRETO Nº 6.475 DE 24 DE JUNHO DE 2015

#### ERRATA

O PREFEITO MUNICIPAL DE GASPAR, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, RETIFICA a publicação do Decreto nº 6.475 de 24 de junho de 2015, veiculada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição nº 1771, de 26 de junho de 2015, nos seguintes termos:

Onde se lê no art. 1º:

Fica declarada a vacância do cargo de provimento efetivo de Professora, da servidora JOCIMARA K. DE OLIVEIRA, a qual foi nomeada pelo Decreto n. 440/92, em decorrência de sua Aposentadoria por Tempo de Serviço, a partir de 24/05/2015.

Leia-se:

Fica declarada a vacância do cargo de provimento efetivo de Professora, da servidora JOCIMARA K. DE OLIVEIRA, a qual foi nomeada pelo Decreto n. 440/92, em decorrência de sua Aposentadoria por Tempo de Serviço, a partir de 24/06/2015.

Gaspar (SC), 29 de setembro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

### LEI COMPLEMENTAR Nº 63, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 63, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015.

ESTABELECE HORÁRIO PARA O USO DE ALTO-FALANTES, DE SONS ELETRONICAMENTE AMPLIFICADOS E DE OUTRAS FONTES DE POLUIÇÃO SONORA, FIXOS OU MÓVEIS, COMO MEIO DE PROPAGANDA OU PUBLICIDADE NOS LOGRADOUROS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os serviços de alto-falantes, de sons eletronicamente amplificados e de outras fontes de poluição sonora, fixos ou móveis, como meio de propaganda ou publicidade nos logradouros públicos deverão obedecer às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e demais critérios previstos em Lei.

Art. 2º Os serviços de alto-falantes, de sons eletronicamente amplificados e de outras fontes de poluição sonora, fixos ou móveis, ficam restritos aos dias de segunda-feira ao sábado, das 08h às 12h e das 14h às 18hs.

Art. 3º Fica expressamente proibido o uso de alto-falantes, de sons eletronicamente amplificados e de outras fontes de poluição sonora, fixos ou móveis, a uma distância inferior a 200 (duzentos) metros, de escolas, hospitais, casas de repouso e igrejas.

Art. 4º O disposto no artigo 1º desta Lei Complementar não se aplica no período pré-eleitoral, às entidades, locais e horários estabelecidos no artigo 244, da Lei Federal nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral.

Art. 5º Não se compreendem nas proibições desta Lei Complementar, desde que não ultrapasse o horário das 22h, os sons produzidos por:

I - sinos de igrejas ou templos religiosos, desde que sirvam exclusivamente para indicar as horas ou anunciar a realização de atos ou cultos religiosos;

II - fanfarras ou bandas de músicas em procissão, cortejos ou desfiles cívicos;

III - sirenes ou aparelhos de sinalização sonora utilizados por ambulâncias, carros de bombeiros ou viaturas policiais;

IV - templos de qualquer culto, desde que não ultrapassem os limites previstos em lei;

V - ocasião das festas de Natal e Ano Novo.

Art. 6º Os prestadores dos serviços de alto-falantes, de sons eletronicamente amplificados e de outras fontes de poluição sonora, fixos ou móveis, deverão requerer autorização junto à Gerência do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - GEMADS, na qual constarão os limites para emissão de sons e ruídos por tipo de serviço.

Art. 7º As infrações às disposições desta Lei Complementar, sem prejuízo das demais penalidades aplicáveis, após regular procedimento administrativo, serão punidas com as seguintes penas:

I - advertência por escrito, por meio da qual o infrator será intimado para fazer cessar a irregularidade sob pena de imposição multa;

II - multa no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumido – INPC;

III - apreensão do veículo e/ou equipamento de qualquer natureza utilizados na infração.

Art. 8º Verificada a infração a esta Lei Complementar, o procedimento a ser adotado é o previsto no art. 15 e seguintes da Lei Municipal nº 1.154, de 10 novembro de 1988.

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei Municipal nº 1.514, de 7 de outubro de 1994, e demais disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 28 de setembro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito



**LEI Nº 3669, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.**

LEI Nº 3669, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ PARA INSTALAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, LIGAÇÃO ÁGUA POTÁVEL E ESGOTO, EM EDIFICAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º As ligações de energia elétrica, água potável e esgoto, realizadas pelas Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC e pelo Serviço Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE, estão condicionadas à expedição de alvará pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento.

Art. 2º O alvará de que trata o art. 1º desta Lei somente será fornecido após inspeção da edificação pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento.

Art. 3º Para a expedição do alvará, a edificação deverá atender, no mínimo, uma das seguintes condições:

I – construída em rua regular aprovada pela Prefeitura;

II – construída em loteamento aprovado pela Prefeitura;

III – construída em zona especial de interesse social - ZEIS;

IV – construída em área de regularização fundiária aprovada por lei específica;

V – edificação com mais de cinco anos.

Parágrafo único. A seu critério, a unidade da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento responsável pela expedição do alvará poderá solicitar parecer técnico da Gerência do Meio Ambiente e Defesa Civil, do local, para a verificação de ocorrência de avanços em Áreas de Preservação Permanente – APP ou de risco.

Art. 4º A expedição do alvará será liberada após pagamento de taxa de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo único. Ficam isentas do pagamento da taxa de que trata o caput do presente artigo, as famílias que possuírem declaração expedida pela Secretaria de Desenvolvimento Social, comprovando renda familiar inferior a um (01) salário mínimo.

Art. 5º Fica revogada a Lei nº 2.302, de 12 de dezembro de 2002, e demais disposições em contrário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, 30 de setembro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**PORTARIA Nº 3.815, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº 3.815, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

DETERMINA A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DAS SERVIDORAS M. M. K. E E. A. N. F.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Município, em respeito ao disposto no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal e aos artigos 173 e seguintes da Lei Municipal n. 1.305/1991, e considerando o teor do ofício n. 249/2015, remetido pela Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar para apurar a responsabilidade das servidoras M. M. K. e E. A. N. F., por suposto envolvimento em conflito através de agressões físicas e verbais no ambiente de trabalho. Consta de relatório remetido pela sra. Sandra Regina Dalsochio, coordenadora do CDI Dorvalina Fachini, assinado por pessoas que teriam presenciado o ocorrido, que em 18 de setembro de 2015, aproximadamente às 09:00, a servidora M. M. K., após ter sido acusada por E. A. N. F. de ter furtado seu borrifador, retirou-se do CDI, comprou um borrifador e atirou-o na de face E. A. N. F., tendo ainda segurado seu braço de forma apertada, ocasionando arranhões e marcas vermelhas. O conflito teria ocorrido no refeitório em que servidoras atendiam as crianças e se estendido à secretaria, na presença de uma mãe, tumultuando as atividades no CDI.

Art. 2º O processo administrativo disciplinar deve ser conduzido pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, composta pelas servidoras Dulcinéia Santos, Caroline Wehmuth e Maraisa Zimmermann, sob a presidência da primeira.

Art. 3º Caso comprovada a ocorrência dos fatos denunciados, estarão as servidoras sujeitas à penalização, com fundamento, em tese, nos artigos 146, incisos III e XI, 147, incisos I, V e 162, incisos V e VII.

Art. 4º O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 29 de setembro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**TOMADA DE PREÇOS Nº 196/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Tomada de preços Nº 196/2015

OBJETO: reforma e melhorias no núcleo poliesportivo João dos Santos. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 horas do dia 22/10/2015. ABERTURA: dia 22/10/2015 às 09h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras do Paço Municipal, Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Centro, Gaspar/SC, ou no site [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar(SC), 30 de setembro de 2015.

MARCELO FONTES SCHRAMM

Presidente da FME

**SAMAE - GASPAR****EXTRATO DO ADITIVO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2015 - SAMAE****AVISO DE ALTERAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2015**

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Gaspar torna público e para conhecimento dos interessados em participar da licitação supramencionada, a qual tem por objeto: Aquisição de equipamentos de proteção individual e coletivos, que foram efetuadas alterações no edital, sendo alteradas as datas de recebimento e abertura dos envelopes. Fica redesignado o dia 22.10.2015 às 08:45 horas para o recebimento dos envelopes e às 09:00 horas do mesmo dia para abertura do certame O local para entrega e abertura, é o Departamento de Compras do SAMAE, sito a Rua Barão do Rio Branco nº 500 - centro, Gaspar - SC ou através do site: [www.samaegaspar.com.br](http://www.samaegaspar.com.br)

Gaspar (SC), 30 de setembro de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

# Guaraciaba

## PREFEITURA

### **MINUTA EDITAL DE PREGÃO 30.15 AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº30/2015.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Saúde, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 41/15, Edital de Pregão Nº 30/15, Objeto: AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 15/10/15; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 15/10/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 30 de setembro de 2015.  
SIRLEI MARIA SCALCO CERETTA,  
Ordenadora do FMS

# Guaramirim

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 72/2015 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 72/2015 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2015 – PMG

Objeto: Aquisição de material de construção para atender aos órgãos e as secretarias da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: KL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 15.843.503/0001-04, estabelecida na Rua Carlos Hardt, nº 1.120, sala 02, fundos, bairro Água Verde, em Jaraguá do Sul/SC.

Vigência: Início: 21/09/2015 Término: 20/09/2016.

Fornecedor: 394475 - KL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
9	275	UN	TELHA DE AMIANTO 2,44 X 0,50 X 4 MM	10,70	2.942,50
15	440	BR	BARRA DE FERRO 3/8 DE 12M	27,15	11.946,00
18	850	UN	TELHA DE AMIANTO 2,44 X 1,10 X 6 MM	45,00	38.250,00
29	275	UN	TELHA DE AMIANTO 1,22X50X4MM	5,63	1.548,25
30	1368	SC	CIMENTO 50 KG	25,20	34.473,60
32	10	BR	BARRA DE FERRO CA 60 DE 4,2 X12M	5,75	57,50
43	755	BR	BARRA DE FERRO 5/16 DE 12M	17,00	12.835,00
49	1200	UN	CIMENTO 50 KG	25,20	30.240,00
51	700	UN	BARRA DE FERRO 5/16 DE 12M	17,00	11.900,00
60	830	UN	BARRA DE FERRO CA 60 DE 4,2 X12M	5,75	4.772,50
67	755	BR	BARRA DE FERRO 4,2 DE 12M	5,75	4.341,25
79	400	UN	BARRA DE FERRO 3/8 DE 12M	27,15	10.860,00
Total				R\$164.166,60	

Guaramirim (SC), 30 de setembro de 2015.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 73/2015 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 73/2015 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2015 – PMG

Objeto: Aquisição de material de construção para atender aos órgãos e as secretarias da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: COMERCIAL VITORIA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 18.138.763/0001-69, estabelecida na Rua Wally Emilia Mohr, nº 60, sala 02, bairros Água Verde, em Jaraguá do Sul/SC.

Vigência: Início: 21/09/2015 Término: 20/09/2016.

Fornecedor: 396257 - COMERCIAL VITÓRIA LTDA ME					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
2	25	UN	GARRAFA TERMICA TIPO BOTIJÃO, COM CAPACIDADE PARA5 LITROS, ISOLAMENTO DE POLIURETANO, COM BOCA LARGA, TAMPA COM BOA VEDAÇÃO, NA COR AZUL.	38,25	956,25
10	14	UN	ARCO DE SERRA REGULAVEL, PARA SERRAS DE ATÉ 12 (POLEGADAS) COM CABO EM POLIPROPILENO INJETADO, ERGONOMICO.	19,00	266,00
13	200	KG	PREGO 20 X 42 PCT DE 1KG	6,75	1.350,00
24	100	KG	PREGO 25 X 72 PCT DE 1KG	8,80	880,00
31	48	UN	TRENA PROFISSIONAL DE 5M, COM FITA EM AÇO	9,35	448,80
35	55	UN	FECHADURA PARA PORTA EXTERNA	32,85	1.806,75
38	110	PCT	PREGO TELHEIRO ARDOX PCT DE 500 G	8,05	885,50

39	13	UN	RASTEL DE METAL COM 12 DENTES, FABRICADO EM METAL, COM CABO DE MADEIRA DE BOA QUALIDADE.	9,99	129,87
42	62	UN	CARRINHO DE MÃO COM BRAÇO METÁLICO, CAÇAMBA METÁLICA ARREDONDADA, CHAPA DE 0,45MM, COM CAPACIDADE PARA 55 LT. JOGO DE PNEU E CAMERA DE AR DE ALTA RESISTÊNCIA.	91,90	5.697,80
44	22	UN	ALICATE UNIVERSAL, CORPO FORJADO EM AÇO TEMPERADO, CABEÇA E ARTICULAÇÃO LIXADAS, TEMPERA ESPECIAL NAS MANDIBULAS E GUME DE CORTE, SUPORTE PLÁSTICO COM ISOAMENTO ELÉTRICO, TAMANHO DE 8 (POLEGADAS), OPRODUTO DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM A NBR 9699E NR 10	31,20	686,40
45	4	GL	IMPERMEABILIZANTE 18LITROS	220,00	880,00
46	38	UN	RASTELO PLÁSTICO 22 DENTES (vassoura plástica). ESTRUTURA EM POLIPROPILENO REFORÇADO, COM REFORÇO ENTRE OS DENTES, ACOPANHA CABO DE MADEIRA COM REVESTIMENTO PLÁSTICO NAS MEDIDAS APROXIMADAS (vassoura com altura de 40cm, abertura dos dentes de 55cm, comprimento total com cabo 1,50cm)	14,85	564,30
50	60	UN	LONA PRETA PLÁSTICA ROLO DE 100M	189,00	11.340,00
57	26	UN	FOICE MODELO TUBARÃO, FORJADA EM AÇO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM CABO DE MADEIRA, 40CM	34,00	884,00
61	55	UN	FECHADURA PARA PORTA INTERNA	27,90	1.534,50
65	100	UN	PREGO 25 X 72 PCT DE 1KG	8,80	880,00
70	83	UN	DESENGRIPANTE EM SPRAY , LATA DE 300ML COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO ÓLEO LUBRIFICANTE VEGETAL, ADITIVOANTIOXIDANTE, ADITIVO ANTICORROSIVO, ESSÊNCIA, BUTANO E PROPANO COMO PROPELENTE, COM VALIDADE MÁXIMADE 1 ANO.	8,15	676,45
82	20	RL	LONA PRETA 6X100, 60KG (100 MICRAS)	589,50	11.790,00
83	24	UN	TRENA EM FIBRA DE VIDRO, COM 30 METROS, COM MANIVELA E CAIXA ABERTA, COM MARCAÇÃO DE MILIMETROS, CENTIMETROS E METROS.	26,99	647,76
89	3	KG	PREGO 15 X 21 PCT DE 1KG	8,35	25,05
Total				R\$42.329,43	

Guaramirim (SC), 30 de setembro de 2015.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 74/2015 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/2015 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2015 – PMG

Objeto: Aquisição de material de construção para atender aos órgãos e as secretarias da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: K & P CONSTRUTORA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 85.388.601/0001-76, estabelecida na Rua Hercilio Barauna, nº 39, bairro Centro, em Balneário Barra do Sul/SC.

Vigência: Início: 21/09/2015 Término: 20/09/2016.

Fornecedor: 2992086 - K&P CONSTRUTORA LTDA ME					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	30	UN	CAL LIQUIDO	4,78	143,40
3	500	UN	TELHA DE AMIANTO 183X1.10X6MM	35,82	17.910,00
4	30	UN	MARRETA 1.0 KG C/ CABO	16,95	508,50
5	55	SC	CAL PARA PINTURA FINO 8 KG	5,15	283,25
7	82	UN	ENXADA 19CM, FORJADA EM AÇO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM CABO EM MADEIRA DE EUCALIPTO ENVERNIZADA.	17,70	1.451,40
8	240	PCT	ARGAMASSA DE 20 KG	6,35	1.524,00
11	320	SC	CAL HIDRATADA 20 KG	6,90	2.208,00
12	17	UN	MARTELO 27MM	21,90	372,30
14	10	KG	PREGO 16X24 (1KG)	6,80	68,00
16	62	UN	SERRA PARA ARCO, PARA CORTE DE BARRAS DE METAL, EMAÇO BI-METAL, FLEXIVEL, COM DENTES REFORÇADOS, TAMANHO DE 12 (POLEGADAS).	2,75	170,50
20	30	UN	CAIXA DE LUZ 2X4	0,57	17,10
22	80	KG	ARAME GALVANIZADO LISO FINO	12,10	968,00
23	65	PC	CAIXA DE LUZ 2X4	0,57	37,05
25	210	KG	PREGO 17 X 27 PCT DE 1KG	6,50	1.365,00
26	29	UN	MARRETA 2 KG, COM CABO	25,90	751,10
27	45	LITRO	CAL LIQUIDO	4,78	215,10
33	4	KG	PREGO 12 X 12 PCT DE 1KG	9,50	38,00

34	140	UN	DOBRADIÇA COM PARAFUSO 3	2,50	350,00
36	28000	UN	TIJOLO MACIÇO 5 X 10 X 20 CM	0,55	15.400,00
37	5	UN	TINTA BETUMINOSA PARA CONCRETO E ALVENARIA - 3,6L	54,00	270,00
40	700	UN	BARRA DE FERRO 4,2 DE 12M	5,78	4.046,00
41	100	MT	MEIA CANA PVC	2,80	280,00
47	62	UN	PÁ CORTADEIRA, FABRICADA EM AÇO DE QUALIDADE, COM CABO EM MADEIRA DE EUCALIPTO DE BOA QUALIDADE, PINTURA EM VERNIZ TRANSPARENTE.	17,50	1.085,00
48	12	UN	SERROTE PARA MADEIRA, LÂMINA EM AÇO ESPECIAL TEMPERADO E LIXADO, CABO DE MADEIRA ERGÔNOMICO ENVERNIZADO, DENTES TRAVADOS, TAMANHO DE 22 (POLEGADAS)	28,00	336,00
52	100	M2	PISO P.E.I. 5X40X40	13,00	1.300,00
53	22	UN	COLHER DE PEDREIRO GRANDE, COM HASTE RETA E CABO DE MADEIRA, FABRICADA COM MATERIAL DE BOA QUALIDADE.	10,90	239,80
54	14	PCT	MASSA PRONTA MULTIUSO 20 KG	6,95	97,30
55	22	UN	COLHER DE PEDREIRO PEQUENA, COM HASTE RETA E CABO DE MADEIRA, FABRICADA COM MATERIAL DE BOA QUALIDADE.	9,00	198,00
56	82	UN	PÁ AJUNTADORA, FABRICADA EM AÇO DE ALTA QUALIDADE, COM CABO EM MADEIRA DE EUCALIPTO DE BOA QUALIDADE, PINTURA EM VERNIZ TRANSPARENTE.	17,00	1.394,00
58	840	BR	BARRA DE FERRO 1/4 DE 12M	11,20	9.408,00
59	10	UN	MASSA PARA CALAFETAR CAIXA DE 350 GR	6,50	65,00
62	40	MT	CORRUGADO 3/4	0,74	29,60
63	10	PCT	REJUNTE (FUGA) 5KG	9,90	99,00
64	13	UN	MARTELO 27MM	22,00	286,00
66	2	UN	PINCEL TIPO BROCHA, RETANGULAR Nº 2.	3,50	7,00
68	200	UN	PREGO 17 X 27 PCT DE 1KG	6,50	1.300,00
69	5	PCT	SEPARADOR DE PISO PCT C/ 100	2,95	14,75
71	70	KL	ARAME GALVANIZADO LISO FINO	12,20	854,00
72	300	UN	CAL HIDRATADA 20 KG	6,90	2.070,00
74	10	PCT	PREGO 16X24 (1KG)	6,80	68,00
75	6000	UN	TELHA FRANCESA	0,98	5.880,00
76	390	KG	ARAME RECOZIDO	6,20	2.418,00
77	53	UN	CADEADO 30MM COM CORPO DE LATÃO E HASTE EM AÇO TEMPERADO, ACOMPANHAM DUAS CHAVES.	11,70	620,10
78	100	M2	FORRO DE PVC	11,93	1.193,00
80	40	UN	CAL PARA PINTURA FINO 8 KG	5,15	206,00
81	20	UN	REJUNTE (FUGA) 5KG	9,90	198,00
84	62	RL	ARAME FARPADO ROLO 500MT	241,50	14.973,00
86	26	UN	SERROTE PARA PODA, LÂMINA EM AÇO CARBONO, CABO ERGONOMICO, DENTES TRAVADOS COM DUPLA AFIAÇÃO	23,00	598,00
87	12000	UN	TELHA PORTUGUESA	0,87	10.440,00
88	35	UN	TORQUES DE 10 POLEGADAS, CORPO FORJADO EM AÇO TEMPERADO.	18,60	651,00
Total				R\$104.405,25	

Guaramirim (SC), 30 de setembro de 2015.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - Nº 134/2015 - PMG.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS / SETOR DE LICITAÇÕES  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 134/2015 – PMG.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE ÔNIBUS PARA TRANSPORTAR OS IDOSOS PARA REALIZAR ATIVIDADES, CONFORME CRONOGRAMA DO PROJETO CONVIVER, PELO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO.

Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação.

Fundamento Legal: Art. 24, II, da Lei 8.666/93.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC.

Contratado: VIAÇÃO CANARINHO LTDA, sob o CNPJ nº 84.438.209/0001-21.

Valor: R\$ 3.200,00 (quatro mil reais).

Guaramirim (SC), 30 de setembro de 2015.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 762015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 76/2015 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL Nº 120/2015- PMG

Objeto: Registro de preços para a eventual aquisição de gêneros alimentícios para alimentação do quadro efetivo da Polícia Militar de Santa Catarina, lotados no 2º/14º BPM, no município de Guaramirim – SC.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 120/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 22.621.552/0001-50, estabelecida na Rua José Theodoro Ribeiro, nº 1.058, sala 03, bairro Ilha da Figueira, em Jaraguá do Sul/SC.

Vigência: Início: 23/09/2015 Término: 22/09/2016.

Fornecedor: 2986590 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	140	PCT	CAFÉ TRADICIONAL 500 GR TIPO 1	8,70	1.218,00
2	40	UN	MAIONESE	5,59	223,60
3	30	UN	MARGARINA	5,50	165,00
4	45	CX	FILTRO DE CAFÉ 103	3,35	150,75
5	450	KG	PAO FRANCES	7,74	3.483,00
6	480	LITRO	LEITE INTEGRAL	2,35	1.128,00
7	6	UN	AÇÚCAR 5KG	9,36	56,16
8	25	UN	ADOCANTE	2,79	69,75
9	35	KG	QUEIJO MUSSARELA	11,49	402,15
10	35	KG	QUEIJO PRATO	11,34	396,90
11	35	KG	PRESUNTO	23,54	823,90
12	35	KG	MORTADELA	25,19	881,65
Total				R\$8.998,86	

Guaramirim (SC), 23 de setembro de 2015.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DO CONTRATO 021/2015- PMG**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 021/2015- PMG

Dispensa de Licitação: 126/2015 - PMG

Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto da Licitação: LOCAÇÃO DE VEÍCULO COM AR CONDICIONADO PARA ATENDER AO GABINETE DO PREFEITO, USO EM ATIVIDADES EXTERNAS DESEMPENHADAS PELO SETOR, PELO PERÍODO EM QUE O CARRO OFICIAL DO GABINETE ESTIVER PARA CONserto.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratada: DISK CAR LOCAÇÃO DE VEÍCULOS S/A, inscrito no CNPJ sob nº 95.803.839/0001-74, situada na Rua Silva Jardim, N.º 495, bairro Prainha, Florianópolis/SC.

Valor: R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais)

Data da Assinatura: 17/09/2015 Vigência 16/11/2015.

GUARAMIRIM (SC), 30/09/2015

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL



**PORTARIA Nº. 570/2015**

PORTARIA Nº. 570/2015

NOMEIA membros para Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo nº 006/2015, da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam nomeados como membros para Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo nº. 006/2015, da Prefeitura Municipal de Guaramirim:

- Cláudia Roberta Chiodini
- Cenira Telma Weber Hohl
- Simone Dalsóquio
- Marizete Machado
- Luciene Martins Franco

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de setembro de 2015.

Lauro Fröhlich  
PrefeitoDenilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças**PORTARIA Nº. 586/2015**

PORTARIA Nº. 586/2015

Transfere a servidora Rafaela dos Santos Machado.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Transferir a servidora Rafaela dos Santos Machado, na função de Engenheira Sanitarista, da Secretaria de Saúde à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº. 508/2015.

Guaramirim/SC, 29 de setembro de 2015.

Lauro Fröhlich  
PrefeitoDenilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças



# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL 011/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 011/2015.

JOSÉ CARLOS FOIATTO, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos termos da legislação vigente, e em consonância com O Estatuto Unificados dos Servidores Públicos Civis deste município, com a Lei de Cargos e Salários dos servidores da administração Direta do Município, e os ditames do Edital de nº 001/2015 Concurso Público, e em conformidade com o Decreto nº. 054/2015 datado em 07/04/2015, de homologação e Publicação do Resultado Final classificatórios dos candidatos aprovados para provimento dos cargos relacionados no Edital 001/2015, de Concurso Público:

TORNA PÚBLICO:

1 A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS/CLASSIFICADOS, abaixo relacionados, para na data de 05 de outubro de 2015, as 07h30min, comparecerem junto a Unidade dos Recursos Humanos do Poder Executivo Municipal de Guarujá do Sul, sito a Rua Paraná, 338, Centro, para sua nomeação.

CARGO	NOME	
Técnica em Enfermagem	FABIANE SOMERA	40 h/s

2 O não comparecimento do candidato será considerado como desistência ao cargo, podendo a Administração municipal convocar o candidato classificado para o mesmo cargo, em ordem imediatamente posterior.

3 O não atendimento dos requisitos para investidura, estabelecidos no Edital de Concurso Público, e os demais requisitos eliminará a candidato a nomeação e posse.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 30 de Setembro de 2015.

64º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

- Registre-se e Publique-se.

### EDITAL Nº 004 CONSELHO TUTELAR 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

EDITAL Nº 004/2015

Defere os nomes dos candidatos aptos a Eleição do Conselho Tutelar, após Capacitação.

MARIA INÊS STRAUB, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, torna público que:

Resolve:

Tornar Público os nomes dos candidatos aptos a concorrer a vaga de Conselheiro Tutelar, deferidas pela Comissão Especial Eleitoral, após Curso de Capacitação que ocorreu entre os dias 22 a 25 de setembro, conforme lista que segue em ordem alfabética:

ANA PAULA KAPPES VOGEL  
CÂNDIDA TANARA SPRANDEL  
CLARICE THEIS  
CLEUSA TEREZINHA AMANN  
DIONILCE GOMES DOS SANTOS

FRANCIELE MATTUELLA

JOSEANE KLEIN

REGIANE ALINE SALLES CICHELEIRO

SONIA LUCIA KUHN ROSENBAACH

SUELI PIRES

Guarujá do Sul – SC, 30 de Setembro de 2015.

Maria Inês Straub

Presidente do Conselheiro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Guarujá do Sul / SC

### EXTRATO DE CONTRATO - PREF 82/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 81/2015

PROCESSO LICITATORIO Nº. 55/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: DELTAPAV CONSTRUTORA LTDA

OBJETO: Locação de Rolo Compactador para recuperação da malha viária do interior do município de Guarujá do Sul.

VALOR TOTAL: R\$ 16.000,00

PRAZO DE LOCAÇÃO: 02 meses

VIGENCIA: 31/12/2015.

Guarujá do Sul, SC, 30 de setembro de 2015.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3.451 /2015

DECRETO Nº 3.451 /2015.

Dispõe sobre medidas de contenção de despesas com pessoal na Administração Pública Municipal e dá outras providências.

PREFEITO DE HERVAL D'OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSIDERANDO O RESULTADO NEGATIVO DA CRISE ECONÔMICA INCIDENTE SOBRE A RECEITA DOS MUNICÍPIOS; PRINCIPALMENTE DECORRENTE DO AGRAVAMENTO NA REDUÇÃO DOS REPASSES DO FPM E ICMS E A NECESSIDADE DE CUMPRIR COM OS LIMITES DE GASTOS COM PESSOAL (54%) DA RCL, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidas as seguintes medidas administrativas e de restrições orçamentárias para o efetivo controle da despesa pública, sem prejuízos de outras análogas:

I - Fica vedada a contratação de horas extraordinárias a todo o quadro de servidores municipais, exceto nos casos autorizados de forma expressa e justificada pelo superior hierárquico, o que deverá ser apresentado juntamente com o respectivo controle de jornada, sob pena de indeferimento;

II - Ficam suspensos de forma temporária:

- a) Novos afastamentos ou cedências de servidores, com ônus para o Município, para órgãos federais, estaduais ou municipais;
- b) a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual;
- c) Concessão de licenças para tratar de interesses particulares, quando implicarem em nomeações para substituição;
- d) Pagamento e o gozo de Licença Prêmio, este último quando implicar em substituições ou convocações, respeitado o direito adquirido do servidor;
- e) Pagamento de indenizações por férias não gozadas;
- f) Novas nomeações de servidores efetivos e cargos em comissão, contratações, convocações para regime especial e contratações de estágios, ressalvados as situações de necessidade excepcional prévia e devidamente justificada, incluindo-se aqueles cargos necessários para o funcionamento da máquina pública com vistas ao interesse público;
- g) Adicionais de produtividade de que trata o art. 75 da LC 281/2011 sem o efetivo cumprimento do disposto no Decreto n. 3.278/2014.

Art. 2º Fica fixada meta de redução de gastos em 25% com diárias, combustíveis, água, luz e telefone, levando em consideração a média das despesas nos 3 (três) meses anteriores ao mês vigente, devendo no primeiro mês a redução atingir o mínimo de 15%, no segundo mês 20% e a partir do terceiro mês alcançar a meta fixada de 25%.

Art. 3º Deverá ser fixada cópia deste decreto em todas as repartições públicas, para conhecimento e aplicação por seus respectivos gestores.

Art. 4º As medidas de que trata o presente Decreto terão vigência até 31 de dezembro de 2015.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste 29 de setembro de 2015

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 3450/2015

DECRETO Nº 3.450/2015.

INFORMA OS PERÍODOS DE PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL PARA O EXERCÍCIO DE 2013, 2014 E 2015.

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Informo que as publicações relativas aos Relatórios de Gestão Fiscal do Município de Herval d'Oeste, para o exercício de 2013, 2014 e 2015 serão efetuadas quadrimestralmente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 29 de setembro de 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito

### PORTARIA Nº 1092/2015

PORTARIA Nº 1092/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora ANDRÉIA DORINI GIACOMINI (Matr. 356), nascida aos 25/09/1976, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Secretário Administrativo, Nível/Referência – 8/E anexo XII, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 9/A, anexo XI, a partir de 28 de setembro de 2015, de conformidade com os artigos 25, 26 e 27 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 28 de Setembro de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1093/2015**

PORTARIA Nº 1093/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora IEDA SALETE VERGANI (Matr. 2565), nascida aos 23/09/1978, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/E anexo XI, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, para o Nível/Referência – 7/A, anexo XI, a partir de 24 de setembro de 2015, de conformidade com os artigos 25, 26 e 27 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 28 de Setembro de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1094/2015**

PORTARIA Nº 1094/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora ARLETE MENEGUZZI RÁTICO (Matr. 27), nascida aos 22/09/1962, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 3/A anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 3/B, anexo XI, a partir de 22 de setembro de 2015, de conformidade com os artigos 25, 26 e 27 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 28 de Setembro de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1095/2015**

PORTARIA Nº 1095/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora JUNE BAÚ ROVÊA (Matr. 332), nascida aos 24/09/1963, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 9/A anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas

semanais, para o Nível/Referência – 9/B, anexo XI, a partir de 24 de setembro de 2015, de conformidade com os artigos 25, 26 e 27 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 28 de Setembro de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1096/2015**

PORTARIA Nº 1096/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora MACLEISE MARI-NELLO (Matr. 3589) ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Psicólogo, Nível – 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02 de julho de 2013 e 01 de julho de 2014, para serem gozadas a contar de 28 de setembro de 2015 a 27 de outubro de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 28 de Setembro de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1097/2015**

PORTARIA Nº 1097/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora MACLEISE MARI-NELLO (Matr. 3589) ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Psicólogo, Nível – 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02 de julho de 2013 e 01 de julho de 2014, para serem gozadas a contar de 28 de setembro de 2015 a 27 de outubro de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 28 de Setembro de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1098/2015**

PORTARIA Nº 1098/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

EXONERAR a pedido conforme requerimento anexo, e DECLARAR a Vacância do cargo ocupado pela Servidora LACIRA REGINA PALAVECINI (Matr. 3755), a qual exercia as funções inerentes ao Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "A", Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 28 de setembro de 2015, de conformidade com o disposto nos artigos 44 e 45, da LC Nº 281/2011. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 28 de Setembro de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1099/2015**

PORTARIA Nº 1099/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora ELIZABETE DA CRUZ (Matr. 3875), a contar de 29 de setembro de 2015, a qual exerce a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", 40 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Setembro de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1100/2015**

PORTARIA Nº 1100/2015

Nelson Guindani, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Incorporação de Adicional de Insalubridade, no percentual de 40,00% sobre o menor vencimento pago pelo Município para cargo de provimento efetivo, referente ao período aquisitivo compreendido entre julho de 1995 a junho de 2008, ao Servidor CELITO BRANDALISE (Matr. 155), ocupante do Cargo de

Provimento Efetivo de Motorista, Nível - 7, Classe "I", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal; conforme dispõe as Leis Complementares nº 006/1994, nº 191/2005 e nº 197/2006.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Setembro de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1101/2015**

PORTARIA Nº 1101/ 2015

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**RESOLVE:**

CONCEDER Abono de Permanência ao Servidor Público Municipal CELITO BRANDALISE, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Motorista, do Quadro Geral de Carreira deste Município, Matrícula nº 155, Nível - 7, Referência "I", 40 horas semanais, com fundamento nos termos da Emenda Constitucional nº 41/2003, combinado com o art. 7º da Lei Federal 10.887/2004 e nos termos da Lei Complementar nº 179/2005; a partir de 30 de março de 2015, mediante opção expressa do servidor ao cumprir todas as exigências para a aposentadoria, previstas no Art. 2º da E.C 41/2003 - Regra de Transição - Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição; conforme o quadro de composição do tempo de contribuição no Regime Próprio de Previdência Social e no Regime Geral de Previdência Social, com data base de 03 de agosto de 2015:

COMPOSIÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO			
ANOS	MESES	DIAS	ESPECIFICAÇÃO
02	06	--	Serviço Privado
06	03	--	Serviço Público Municipal - RGPS
25	07	11	Serviço Público Municipal - RPPS
--	--	--	Outros Públicos - RPPS / RGPS
01	--	--	Tempo Ficto Público
35	04	06	TOTAL DO TEMPO

IDADE DO SERVIDOR: 65 anos

TEMPO DE SERVIÇO NO CARGO ATUAL: 31 anos, 10 meses e 11 dias;

TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO: 31 anos, 10 meses e 11 dias

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste (SC), 29 de Setembro de 2015.

NELSON GUINDANI  
Prefeito de Herval d'Oeste



**PORTARIA Nº 1102/2015**

PORTARIA Nº 1102/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 29 de setembro de 2015, da servidora IVONE DEBUS COSTA BEBER (Matr. 2859) ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, Nível – 8, Referência "B", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Setembro de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1103/2015**

PORTARIA Nº 1103/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora VERANICE ELAINE THEISEN (Matr. 3625) ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Analista de Instrumentos do Planejamento Público, Nível – 11, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 13 de novembro de 2013 e 12 de novembro de 2014, para serem gozadas a contar de 29 de setembro de 2015 a 28 de outubro de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Setembro de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1104/2015**

PORTARIA Nº 1104/2015

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**RESOLVE,**

AVERBAR O TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO, do Servidor Celito Brandalise (matr. 155), ocupante do cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de Motorista, Nível – 7, Referência – "I", conforme Certidão nº 20022040.1.00036/04-0 de 05/05/2014, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, referente aos períodos de

01/09/1980 a 28/02/1983, de 01/10/1983 a 31/12/1989 (totalizando 08 anos e 09 meses); aos períodos de 01/01/1990 a 30/09/2015, (totalizando 25 anos, 09 meses e 09 dias), conforme Certidão nº 143 de 28/09/2015, expedida pela Prefeitura de Herval d' Oeste e homologada pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d' Oeste – IPREVI-HO; e, ao período certificado pela Prefeitura, averba-se o período de 01 ano de tempo ficto relativo a duas licenças-prêmio não usufruídas (de acervo até 19/12/1998), referente ao período aquisitivo compreendido entre 01/10/1988 a 30/09/1998, com fundamento nas Leis Complementares nº 1.157/1990 e nº 006/1994; gerando um cômputo parcial de 26 anos, 09 meses e 09 dias de efetivo Tempo de Contribuição; perfazendo para fins de Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição – Comum, um cômputo geral de 35 anos, 06 meses e 04 dias de tempo de contribuição.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 30 de setembro de 2015.

NELSON GUINDANI  
Prefeito de Herval d' Oeste

**PORTARIA Nº 1105/2015**

PORTARIA Nº 1105/2015

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**RESOLVE,**

AVERBAR O TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO, da Servidora Roze Mari Besbati (matr. 1091), ocupante do cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de Auxiliar Administrativo, Nível – 6/2, Referência – "D", conforme Certidão nº 20022040.1.00064/15-9 de 17/09/2015, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, referente ao período de 27/03/1976 a 10/10/1977, (totalizando 01 ano, 06 meses e 14 dias); aos períodos de 02/02/2004 a 30/09/2015, (totalizando 11 anos, 08 meses e 04 dias), conforme Certidão nº 144 de 29/09/2015, expedida pela Prefeitura de Herval d' Oeste; perfazendo para fins de aposentadoria, um cômputo geral de efetivo tempo de contribuição de 13 anos, 02 meses e 13 dias.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 30 de setembro de 2015.

NELSON GUINDANI  
Prefeito de Herval d' Oeste

**PORTARIA Nº 1106/2015**

PORTARIA Nº 1106/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

DESIGNAR o Servidor NELSON SUTIL VARELA (Matr. 813), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Edificações e Manutenção, Nível/Referência – 5/F, Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, para exercer suas atividades junto às dependências da Secretaria Municipal de Obras, a partir de 30 de setembro

de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Setembro de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1107/2015**

PORTARIA Nº 1107/2015

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE,

AVERBAR O TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO, do Servidor JOÃO DA SILVA (matr. 207), ocupante do cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência – "L", conforme Certidão nº 20022040.1.00019/10-2 de 23/03/2010, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, referente aos períodos de 15/03/1976 a 12/03/1977, de 27/04/1977 A 30/04/1977, de 22/09/1987 a 28/02/1990 (totalizando 03 anos, 05 meses e 13 dias); aos períodos de 01/03/1990 a 30/09/2015, (25 anos, 07 meses e 11 dias), conforme Certidão nº 145 de 29/09/2015, expedida pela Prefeitura de Herval d' Oeste; perfazendo para fins de aposentadoria, um cômputo geral de efetivo tempo de contribuição de 29 anos e 12 dias.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 30 de setembro de 2015.

NELSON GUINDANI  
Prefeito de Herval d' Oeste

#### **PORTARIA Nº 1108/2015**

PORTARIA Nº 1108/2015

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

CONCEDER Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição – Comum ao Servidor Público Municipal CELITO BRANDALISE e DECLARAR a vacância do cargo ocupado, o qual exercia as funções inerentes ao cargo de Provimento Efetivo de Motorista do Quadro Geral de Carreira deste Município, Matrícula nº 155, Nível 7, Referência "I", 40 horas semanais, com fundamento nos termos do Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e nos termos da Lei Complementar nº 179/2005, a partir de 01 de outubro de 2015.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste (SC), 01 de outubro de 2015.

NELSON GUINDANI  
Prefeito de Herval d' Oeste

#### **PORTARIA Nº 1109/2015**

PORTARIA Nº 1109/2015

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

CONCEDER Aposentadoria por Invalidez Permanente Decorrente de Doença Grave, na Forma da Lei, e DECLARAR a vacância do cargo ocupado pela Senhora ROZE MARI BESBATI (Matr. 1091), a qual exercia as funções inerentes ao cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível 6/2, Referência "D", 40 horas semanais, com fundamento nos termos do Art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, a partir de 01 de outubro de 2015.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste (SC), 01 de outubro de 2015.

NELSON GUINDANI  
Prefeito de Herval d' Oeste

#### **PORTARIA Nº 1110/2015**

PORTARIA Nº 1110/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

REVOGAR OS EFEITOS da Portaria nº 828/2015, que designou o Servidor ADEMIR RAFAEL ZABOTT (Matr. 2866), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível/Referência – 9/B, anexo V da LC Nº 280/2011, para atuar como responsável pelo PROCON, sem ônus ao erário público, a partir de 01 de outubro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Outubro de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1111/2015**

PORTARIA Nº 1111/2015

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE,

CONCEDER Aposentadoria Compulsória, e DECLARAR a vacância do cargo ocupado pela Senhora NADIR SILVA MAFRA, Servidora Pública Municipal, Matrícula 4111, ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Agente de Serviços Gerais do Quadro Geral de Carreira deste Município, Nível 3 – Classe "A", 40 horas semanais, com fundamento no art. 40, § 1º, inciso II, da Constituição Federal e nos artigos 34 e 60 da Lei Complementar 179/2005, a partir de 01 de outubro de 2015.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Herval d'Oeste (SC), em 01 de Outubro de 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito de Herval d' Oeste

**PORTARIA Nº 1112/2015**

PORTARIA Nº 1112/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 500/2012, a qual designou a Servidora IVONE ESQUINA (Matr. 659), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível/Referência - 8/G, 40 horas semanais, para ocupar o Cargo de Secretário do Fundo Municipal de Saúde, Nível – Agente Político, a partir de 01 de outubro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Outubro de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

# Ibiam

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2832/2015

DECRETO Nº 2832, DE 14 DE AGOSTO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0559/2014:

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro consolidado no valor de R\$ 3.971,83 (Três mil, novecentos e setenta e um reais e oitenta e três centavos) no orçamento de 2015 do Fundo Municipal de Saúde de Ibiam, nas seguintes programações de despesas:

#### Suplementação:

Órgão: 03 – FUNDOS MUNICIPAIS

Unidade Orçamentária: 0301 – Fundo Municipal da Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 305– Vigilância Epidemiológica

Programa: 1001 – Saúde com Qualidade

Atividade: 2043– Manut. Vigilância em Saúde Epidemiológica

Modalidade de Aplicação: 44900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1338 – Superávit Financeiro Recursos SUS União

Valor R\$ 3.971,83

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro consolidado apurado no exercício anterior do Município de Ibiam.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 14 DE AGOSTO DE 2015.  
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA  
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

### DECRETO Nº 2835/2015

DECRETO Nº 2835, DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 559/2014.

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0208 SEC. MUN. DESENV. COMUM.CULT.ESPORTE

Função: 13 CULTURA

Sub-Função: 392 DIFUSÃO CULTURAL

Programa: 1301 DESENVOLVIMENTO CULTURAL

Projeto/Atividade: 2032 MAN.FESTIVIDADES E ATIV.CULTURAIS

Modalidade de Aplicação: 33900000 APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 100- RECURSOS ORDINÁRIOS

Valor: R\$ 1.000,00

Art. 2º Para suporte do crédito de que trata o artigo anterior fica anulada a importância de R\$

1.000,00 (Hum mil reais) na seguinte rubrica orçamentária:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0208 SEC. MUN. DESENV. COMUM.CULT.ESPORTE

Função: 13 CULTURA

Sub-Função: 392 DIFUSÃO CULTURAL

Programa: 1301 DESENVOLVIMENTO CULTURAL

Projeto/Atividade: 2032 MAN.FESTIVIDADES E ATIV.CULTURAIS

Modalidade de Aplicação: 31900000 APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 100- RECURSOS ORDINÁRIOS

Valor: R\$ 1.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 24 DE AGOSTO DE 2015.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

### DECRETO Nº 2837/2015

DECRETO Nº 2837, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0559/2014:

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), no orçamento de 2015 da Prefeitura Municipal de Ibiam, na seguinte programação de despesa:

#### Suplementação:

Órgão: 02 Chefia Do Executivo

Unidade: 0206 Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 Educação

Sub-Função: 364 Ensino Superior

Programa: 1201 Desenvolvimento Educacional

Projeto/Atividade: 2029 Apoio ao Ensino Superior

Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas



Fonte: 1300- Superávit Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 5.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro consolidado apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 01 DE SETEMBRO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado

### DECRETO Nº 2838/2015

DECRETO Nº 2838, DE 04 DE SETEMBRO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 559/2014.  
DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade: 0208 SEC. MUN. DESENV. COMUM.CULT.ESPORTE  
Função: 13 CULTURA  
Sub-Função: 392 DIFUSÃO CULTURAL  
Programa: 1301 DESENVOLVIMENTO CULTURAL  
Projeto/Atividade: 2032 MAN.FESTIVIDADES E ATIV.CULTURAIS  
Modalidade de Aplicação: 31900000 APLICAÇÕES DIRETAS  
Fonte: 100- RECURSOS ORDINÁRIOS  
Valor: R\$ 1.000,00

Art. 2º Para suporte do crédito de que trata o artigo anterior fica anulada a importância de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) na seguinte rubrica orçamentária:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade: 0208 SEC. MUN. DESENV. COMUM.CULT.ESPORTE  
Função: 13 CULTURA  
Sub-Função: 392 DIFUSÃO CULTURAL  
Programa: 1301 DESENVOLVIMENTO CULTURAL  
Projeto/Atividade: 2032 MAN.FESTIVIDADES E ATIV.CULTURAIS  
Modalidade de Aplicação: 33900000 APLICAÇÕES DIRETAS  
Fonte: 100- RECURSOS ORDINÁRIOS  
Valor: R\$ 1.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 04 DE SETEMBRO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

### LEI Nº 575/2015

LEI Nº 575 DE 04 DE SETEMBRO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 88, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 163.740,00 ( cento e sessenta e três mil, setecentos e quarenta reais ), no orçamento de 2015 da Prefeitura Municipal de Ibiã, nas seguintes programações de despesas:

02.06 – Secretaria Municipal de Educação  
12.361.1201.1008 – Ampliação da Rede Física Fundamental  
44900000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 155.000,00  
12.362.1201.2028 – Apoio ao Ensino Médio  
33900000 – Aplicações Diretas Fonte "1137" ..... R\$ 8.740,00  
Total ..... R\$ 163.740,00

Art. 2º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 ( trinta mil reais ), no orçamento de 2015 do Fundo Municipal de Saúde de Ibiã, nas seguintes programações de despesas:

0301 – Fundo Municipal da Saúde  
10.301.1001.1014 – Ampliação da Rede Física de Saúde  
44900000-Aplicações Diretas Fonte "0102" ..... R\$ 30.000,00  
Total do Fundo de Saúde ..... R\$ 30.000,00

Art. 3º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será anulada parcialmente a dotação e programação de despesa abaixo especificada, do orçamento vigente, da Prefeitura Municipal de Ibiã, totalizando R\$ 193.740,00 (Cento e noventa e três mil, setecentos e quarenta reais), a saber:

0201 – Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito  
28.846.2800.0000- Amortização da Dívida e Encargos Especiais  
46900000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 9.918,20  
04.122.0401.2016 – Manutenção das Ativ. Gabinete do Prefeito e Vice  
31900000- Aplicações Diretas Fonte "0100" ..... R\$ 14.000,00  
33900000- Aplicações Diretas Fonte "0100" ..... R\$ 25.000,00  
Total ..... R\$ 48.918,20

02.04 – Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente  
18.541.1801.2049-Manutenção das Atividades de Proteção Ambiental  
33900000- Aplicações Diretas Fonte "0100" ..... R\$ 3.300,00  
20.606.2001.2021 – Manutenção Ativ. De Apoio ao Agricultor  
31710000- Transf. A Cons. Públicos Fonte "0100" ..... R\$ 1.500,00  
33710000- Transf. A Cons. Públicos Fonte "0100" ..... R\$ 2.000,00  
33930000- Aplicações Diretas a Cons. Públicos Fonte "0100" ..... R\$ 11.174,15  
44710000- Transf. a Cons. Públicos Fonte "0100" ..... R\$ 1.000,00

Total ..... R\$ 18.974,15

0205 – Secretaria Munic. De Infraestrutura, Obras e Transportes  
06.181.0601.2024- Manutenção do Fundo de Defesa Civil  
33900000- Aplicações Diretas Fonte "0100" ..... R\$ 3.300,00  
44900000- Aplicações Dirteas Fonte "0100" ..... R\$ 500,00  
15.452.1501.1004 – Obras de Infraestrutura Urbana

44900000 – Aplicações Diretas Fonte "0100" ..... R\$ 30.000,00  
17.511.1701.1007 – Apoio ao Sistema de Água Potável  
44900000- Aplicações Diretas Fonte "0100" ..... R\$ 25.000,00  
17.512.1701.1005- Saneamento Básico em Geral  
44900000-Aplicações Diretas Fonte "0100" ..... R\$ 5.000,00  
17.512.1701.2050- Limpeza Pública  
33900000 – Aplicações Diretas Fonte "0100" ..... R\$ 9.782,24  
26.782.2601.1002- Obras de Infraestrutura Rural  
44900000- Aplicações Dretas Fonte "0100" ..... R\$ 6.525,41  
Total ..... R\$ 80.107,65

02.06 – Secretaria Municipal de Educação  
12.361.1201.2026 – Manutenção das ativ. Ensino Fundamental  
33900000- Aplicações Diretas Fonte "1137" ..... R\$ 6.500,00  
12.365.1201.2030- Manutenção da Educação Infantil  
33900000-Aplicações Diretas Fonte "1137" ..... R\$ 2.240,00  
  
Total ..... R\$ 8.740,00

0207 – Secretaria Munic. De Assistência Social  
08.244.0801.1011 – Obras de Infraestrutura Social  
44900000 – Aplicações Diretas Fonte "0100" ..... R\$ 5.000,00  
Total ..... R\$ 5.000,00

0208 – Secretaria Munic. Do Desen.Comunitário, Cultura e Esporte  
13.392.1301.2032- Manutenção Festividades e Atividades Culturais  
31900000 – Aplicações Diretas .....R\$ 8.000,00  
23.695.0801.2035 – Manutenção das Ativ. Voltadas ao Turismo  
33900000 – Aplicações Diretas Fonte "0100" ..... R\$ 2.000,00  
Total ..... R\$ 10.000,00

0209 – Secretaria da Indústria, Com. Turismo e Serviços  
22.661.0901.1012 – Promoção da Indústria e Comércio  
44900000 – Aplicações Diretas Fonte "0100" ..... R\$ 1.000,00  
45900000 – Aplicações Diretas Fonte "0100" ..... R\$ 10.000,00  
Total ..... R\$ 11.000,00

0210 – Fundo Municipal de Habitação  
16.481.1601.1013 – Apoio ao sistema Habitacional  
44900000 – Aplicações Diretas Fonte "0100" ..... R\$ 2.000,00  
Total ..... R\$ 2.000,00

0212 – Previdência Social  
09.271.0901.2013 – Encargos Previdenciários do Regime Geral  
33900000 – Aplicações Diretas Fonte "0100" ..... R\$ 9.000,00  
Total ..... R\$ 9.000,00

Art. 4o. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revoga-  
das as disposições em contrário.

Centro Administrativo de Ibiã, SC, 04 de Setembro de 2015.  
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO  
PREFEITO MUNICIPAL

# Imbituba

## PREFEITURA

### DECRETO PMI Nº 201, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO PMI Nº 201, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

GABINETE DO PREFEITO – GAB			
Manutenção da Secretaria de Governo			
04.122.0002-2.002			
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0002)	Aplicações Diretas	230.000,00	
Total		230.000,00	

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Excesso de Arrecadação de Recursos Próprios, referente exercício 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de setembro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

### EDITAL SEAGP Nº 144/2015

EDITAL SEAGP Nº 144/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2014.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2014, divulgado através do Edital nº 001/2014, de 10 de outubro de 2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014, de 05 de Janeiro de 2015, que homologou os resultados do referido Concurso.

#### RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2014, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 01 de Outubro a 30 de Outubro de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 30 de setembro de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 144/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Agente Comunitário de Saúde área 16

Elizangela Couto de Souza Raulino

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PROCESSO Nº. 06/2015 PR (SRP) 05/2015 - (FUNREBOM)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

FUNREBOM

PROCESSO Nº 06/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015

A Prefeitura Municipal de Imbituba, comunica, que realizará às 15:00 horas do dia 14 de Outubro de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial, com registro de preços, do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para possível "Aquisição de equipamentos para serviço operacional do corpo de bombeiros militar de Imbituba".

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 01 de Outubro de 2015.

Rafael Fortunato Camilo  
Comandante da 2ª/8ª BBM

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PROCESSO Nº. 93/2015 PR (SRP) 56/2015 - (PMI - SETEC)**

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 93/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2015

A Prefeitura de Imbituba, comunica, que realizará, às 14:00 horas, do dia 14 de Outubro de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "Contratação de empresa para prestação de serviços de sonorização para atender as necessidades da SETEC".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 01 de Outubro de 2015.

Paulo Juchem Sefton

Secretário Municipal da SETEC

**PORTARIA PMI/GGP Nº 534/2015**

PORTARIA PMI/GGP Nº 534, de 30 de setembro de 2015.

Dispõe sobre a nomeação de servidora de carreira em função gratificada de Gerente do Centro Dia do Idoso Izabel Pires Elias, do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, ainda com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear a servidora de carreira abaixo descrita, na função gratificada de Gerente do Centro Dia do Idoso Izabel Pires Elias, para a atuação junto ao respectivo órgão superior.

GERENTE – LC nº 4.514/2015				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Gerente do Centro Dia do Idoso Izabel Pires Elias	SEAST	Vanessa Gomes Rafael	029.836.929-06	01/10/2015

Art. 2º A servidora de carreira nomeada para a função gratificada de Gerente, perceberá a gratificação de 50% (cinquenta por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 31, § 2º, III da LC nº 4.514/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de outubro de 2015.

Imbituba, 30 de setembro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**PORTARIA PMI/GGP Nº 535/2015**

PORTARIA PMI/GGP Nº 535, de 30 de setembro de 2015.

Dispõe sobre a nomeação de servidora de carreira em função gratificada de Coordenadora de Expedição, do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, ainda com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear a servidora de carreira abaixo descrita, na função gratificada de Coordenadora de Expedição, para a atuação junto ao respectivo órgão superior.

COORDENADORA – LC nº 4.514/2015				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Coordenadora de Expedição	SEAGP	Eduarda da Silva Carvalho	060.158.779-01	01/10/2015

Art. 2º A servidora de carreira nomeada para a função gratificada de Coordenadora, perceberá gratificação de 33% (trinta e três por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 31, § 2º, II da LC nº 4.514/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de outubro de 2015.

Imbituba, 30 de setembro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **PORTARIA PMI/GGP Nº 536/2015**

PORTARIA PMI/GGP Nº 536, de 30 de setembro de 2015.

Dispõe sobre a nomeação de Chefe de Departamento de Apoio Operacional, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. CRISTINE FRANCISCO OLIVEIRA SÉRGIO, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 032.612.829-83, para exercer o cargo de Chefe de Departamento de Apoio Operacional, junto a Superintendência de Desenvolvimento Regional Sul da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura – SEAPI, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 02 de outubro de 2015.

Imbituba, 30 de setembro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **PORTARIA PMI/GGP Nº 537/2015**

PORTARIA PMI/GGP Nº 537, de 30 de setembro de 2015.

Dispõe sobre a admissão de Balseiro, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital - 01/2013, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Florisvaldo Costa de Castro	Balseiro	019.713.859-48	01/10/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de setembro de 2015.

Nicolau Corsino Bento  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente de Gestão de Pessoas



**PORTARIA PMI/GGP Nº 538/2015**

PORTARIA PMI/GGP Nº 538, de 30 de setembro de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora ARILDA PACHECO DA ROSA SOARES, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 398.348.839-00, admitida em 02 de março de 1979, contrato nº 62, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2010 a 2015	01.09.2015 a 29.11.2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de setembro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**PORTARIA PMI/GGP Nº 539/2015**

PORTARIA PMI/GGP Nº 539, de 30 de setembro de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora MARTA FLORES RIST, Fisioterapeuta, inscrita no CPF sob o n.º 632.949.900-49, admitida em 17 de julho de 2000, contrato nº 1050, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2010 a 2015	04.01.2016 a 02.02.2016
	02.01.2017 a 31.01.2017
	02.01.2018 a 31.01.2018

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de setembro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**PORTARIA PMI/SEAGP Nº 032, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 032, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e,

Considerando a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 222 de 1º de Outubro de 2014;

Considerando as informações no Processo nº 17519/2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública situada na Avenida Álvaro Catão em frete ao Bar e Restaurante Bacardi e em frente ao Hotel Imbituba, Centro, à entidade Lanche da Amizade de Imbituba, CNPJ nº 78624947/0001-60 representada pela Sra. Ivone Lopes de Oliveira, inscrito no CPF nº 036.595.889-11, residente a Rua Osmar Florentino Machado nº 42, Vila Nova, Loteamento Rimsa, Imbituba/SC, para explorar a referida área no período de 31 de Dezembro de 2015 a 01 de janeiro de 2016, com a finalidade de angariar fundos para a entidade supra citada.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de 31 de Dezembro de 2015 a 01 de janeiro de 2016, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de Setembro de 2015.

NICOLAU CORSSINO BENTO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

ELIETE MATIAS MEDEIROS

Diretoria do Departamento de Documentação e Patrimônio

**RESOLUÇÃO 008/2015 DA COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR**

RESOLUÇÃO 008/2015 DA COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Dispõe sobre as condutas vedadas aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar durante o processo de escolha unificado no Município de Imbituba e dá outras providências.

A PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Imbituba, no uso de suas atribuições estabelecidas por meio da Resolução 003/2015 do CMDCA e Edital 001/2015 do Processo de Escolha em Data Unificada dos Membros do Conselheiro Tutelar:

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) e pela Lei Municipal nº 4110/2012, e,

CONSIDERANDO que o art. 133, inciso I do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê ser um dos requisitos para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, a idoneidade moral;

CONSIDERANDO que idoneidade moral é conceito jurídico indeterminado, compreendido genericamente como atributo ou qualidade de determinada pessoa de ter suas ações pautadas pelos preceitos éticos e morais vigentes em dado local e época, sendo, assim, bem conceituada onde reside e recomendada à consideração pública;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente não descreve o que caracteriza a idoneidade moral, inclusive no período do pleito eleitoral, gerando interpretações subjetivas que causam insegurança jurídica ao processo de escolha para o cargo de Conselheiro Tutelar;

CONSIDERANDO que as condutas vedadas, elencadas nesta Resolução, tornarão objetiva a aferição do requisito da idoneidade moral, quanto ao processo da eleição unificada;

CONSIDERANDO que o candidato ao cargo de membro do Conselho Tutelar que não comprovar qualquer um dos requisitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente e/ou na Lei Municipal, terá sua candidatura impugnada;

CONSIDERANDO que o art. 7º, § 1º, "c", da Resolução Conanda nº 170/14, dispõe que ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente cabe definir as condutas permitidas e vedadas aos candidatos a membros do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que o art. 11, §6º, incisos III e IX, da Resolução Conanda nº 170/14, aponta também ser atribuição da Comissão Eleitoral do CMDCA, analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação, bem como resolver os casos omissos;

CONSIDERANDO que o art. 11, § 6º, inciso I, da Resolução Conanda nº 170/14, prevê a realização de reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local, a ser realizada pela Comissão Especial encarregada de realizar o processo de escolha.

RESOLVE:

Capítulo I

DAS CONDUTAS VEDADAS

Art. 1º Considera-se violação da idoneidade moral, para os fins do art. 133, inciso I c/c art. 135, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), pelos candidatos devidamente habilitados ao processo de escolha para o cargo de Conselheiro Tutelar, durante o dia da votação, as seguintes condutas:

I – a promoção do transporte de eleitores;

II – doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor (art. 139, §3º, do Estatuto da Criança e do Adolescente), desde o registro da candidatura até o dia da eleição;

III – perturbar o sossego público, inclusive com o uso alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreata;

IV – realizar propaganda de qualquer natureza, inclusive a propaganda de boca de urna;

V – caluniar, difamar ou injuriar quaisquer pessoas, bem como órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública;

VI – prejudicar a higiene e a estética urbana ou desrespeitar posturas municipais ou que impliquem qualquer restrição de direito;

VII – até o término do horário da votação, contribuir, de qualquer forma, para aglomeração de pessoas utilizando vestuários padronizados, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem a utilização de veículos;

VIII – padronizar, nos trabalhos de votação, o vestuário de seus respectivos fiscais, quando permitido a presença destes por meio de Lei Municipal ou Resolução do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Art. 2º A incidência em alguma das condutas apontadas no art. 1º desta Resolução caracterizará inidoneidade moral, deixando o candidato passível de impugnação da candidatura, por conta da inobservância do requisito previsto no art. 133, inciso I, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

#### Capítulo II

#### DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DA CONDUTA INIDÔNEA

Art. 3º Qualquer cidadão poderá denunciar à Comissão Eleitoral, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou ao Ministério Público a prática das condutas constantes no art. 1º desta Resolução.

Art. 4º Os candidatos que praticarem quaisquer das condutas relacionadas nos itens anteriores, durante e/ou depois da campanha, inclusive no dia da votação, terão cassado seu registro de candidatura ou diploma de posse, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade civil e mesmo criminal, inclusive de terceiros que com eles colaborem.

Art. 5º No prazo de 01 (um) dia contado do recebimento da notícia da infração às condutas vedadas previstas nesta Resolução, a Comissão Eleitoral deverá instaurar procedimento administrativo para a devida apuração de sua ocorrência, expedindo-se notificação ao infrator para que, se o desejar, apresente defesa no prazo de 02 (dois) dias contados do recebimento da notificação (art. 11, §3º, inciso I, da Resolução Conanda nº 170/14).

Parágrafo único. O procedimento administrativo também poderá ser instaurado de ofício pela Comissão Eleitoral ou pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, assim que tomar conhecimento por qualquer meio, da prática da infração.

Art. 6º A Comissão Eleitoral, no prazo de 02 (dois) dias do término do prazo da defesa, poderá:

I – arquivar o procedimento administrativo se entender não configurada a infração ou não houver provas suficientes da autoria, notificando-se o representado e o representante, se for o caso;



II – determinar a produção de provas em reunião designada no máximo em 02 (dois) dias contados do decurso do prazo para defesa (art. 11, §3º, inciso II, da Resolução Conanda nº 170/14).

Art. 7º Encerrada a reunião designada para a produção das provas indicadas pelas partes, a Comissão Eleitoral decidirá, fundamentadamente, em 02 (dois) dias, notificando-se, em igual prazo, o representado e, se for o caso, o representante, que terão também o mesmo prazo para interpor recurso, sem efeito suspensivo, à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (art. 11, §4º, da Resolução Conanda nº 170/14).

Parágrafo único. A Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente decidirá em 02 (dois) dias do término do prazo da interposição do recurso, reunindo-se, se preciso for, extraordinariamente (art. 11, § 4º, da Resolução CONANDA nº 170/14).

Art. 8º No prazo máximo de 02 (dois) dias do término do prazo para apreciação do recurso eventualmente interposto, a Comissão Eleitoral, fará publicar a relação dos candidatos habilitados, enviando, em igual prazo, cópia ao Ministério Público. (art. 11, § 5º, da Resolução CONANDA nº 170/14).

Art. 9º O representante do Ministério Público deverá ser cientificado de todas as decisões, no prazo de 02 (dois) dias de sua prolação.

### Capítulo III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Para que o teor desta Resolução seja de conhecimento de todos os munícipes e candidatos, ela deverá ter ampla publicidade, sendo publicada no Diário Oficial do Município ou meios equivalentes, além de ser afixada em locais de grande acesso ao público e noticiada em rádios, jornais e outros meios de divulgação, inclusive e se possível, pela internet.

§1º A Comissão Eleitoral realizará reunião, no prazo de 02 (dois) dias a contar da publicação desta Resolução, destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, conforme preconiza o art. 11, § 6º, inciso I, da Resolução Conanda nº 170/14.

Art. 11. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 15 de setembro de 2015.

Simone Hipólito Martins  
Presidente da Comissão Especial

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Israel Pedroso Rocha  
Controlador Geral do Município

# Indaial

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 202/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 202/2015

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITAL BEATRIZ RAMOS.

OBJETO DO CONTRATO: O presente Contrato tem por objeto integrar a CONTRATADA ao Sistema Único de Saúde – SUS e definir a sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde, visando à garantia da atenção integral à saúde dos munícipes que integram a região de saúde na qual a CONTRATADA está inserida e de acordo com o Plano Operativo de Serviços Ambulatoriais e Hospitalares (ANEXO I) e as Metas Qualitativas (ANEXO II) e os previamente definidos entre as partes.

PRAZO: 16 de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 16/09/2015.

### RESCISÃO AO CONTRATO Nº 056/2015

RESCISÃO AO CONTRATO Nº 056/2015

Pelo presente instrumento a FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS – FIC, inscrita no CNPJ sob nº 79.373.940/0001-86, com sede na Rua Dr. Blumenau, nº 05, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sra. Siegrid Wanser Ribeiro, Diretora Executiva, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 291.136.959-91 e Cédula de Identidade nº 3/R 223.734, residente e domiciliada à Rua Rio de Janeiro, nº 777, Bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ASSOCIAÇÃO FOLCLÓRICA DE TERNO DE REIS ESTRELA DO ORIENTE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.563.121/0001-90, estabelecida à Rua Santa Catarina, nº 159 – Bairro dos Estados, no município de Indaial – Estado de Santa Catarina, representada, neste ato, pelo Sr. Carlos Augusto Maçaneiro, brasileiro, casado, inscrita no CPF sob nº 248.439.899-91, e RG nº 914.523-SSP/SC, residente à Rua Firmo José da Silva, 185 – Bairro Estrada das Areias, na cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a Rescisão Contratual mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. O contrato firmado entre as partes fica rescindido a partir do dia 28 de setembro de 2015, de acordo com o artigo 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93, dando-se geral e total quitação do mesmo.

E, por estarem justos e acordados assinam o presente Termo de Rescisão em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins.

Indaial/SC, 28 de setembro de 2015.

FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS Siegrid Wanser Ribeiro Contratante	ASSOCIAÇÃO FOLCLÓRICA DE TERNO DE REIS ESTRELA DO ORIENTE Carlos Augusto Maçaneiro Contratada
PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmaria Fruet OAB/SC nº 13.215	

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

### RESCISÃO AO CONTRATO Nº 057/2015

RESCISÃO AO CONTRATO Nº 057/2015

Pelo presente instrumento a FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS – FIC, inscrita no CNPJ sob nº 79.373.940/0001-86, com sede na Rua Dr. Blumenau, nº 05, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sra. Siegrid Wanser Ribeiro, Diretora Executiva, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 291.136.959-91 e Cédula de Identidade nº 3/R 223.734, residente e domiciliada à Rua Rio de Janeiro, nº 777, Bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a ASSOCIAÇÃO CULTURAL CORO DE INDAIAL CORO MISTO INDAIÁ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 16.416.818/0001-20, estabelecida à Rua Maranhão, nº 540, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu representante legal Sr. Mara Rubia Caglioni, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 003.941.249-01 e Cédula de Identidade nº 3705389-SSP/SC, residente à Rua Adolfo Miguel, nº 070, Bairro Estrada das Areias, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a Rescisão Contratual mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. O contrato firmado entre as partes fica rescindido a partir do dia 28 de setembro de 2015, de acordo com o artigo 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93, dando-se geral e total quitação do mesmo.

E, por estarem justos e acordados assinam o presente Termo de Rescisão em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins.

Indaial/SC, 28 de setembro de 2015.

FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS Siegrid Wanser Ribeiro Contratante	ASSOCIAÇÃO CULTURAL CORO DE INDAIAL CORO MISTO INDAIÁ Mara Rubia Caglioni Contratada
--	--

PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO

Silmaria Fruet  
OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**RESCISÃO AO CONTRATO Nº 058/2015****RESCISÃO AO CONTRATO Nº 058/2015**

Pelo presente instrumento a FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS – FIC, inscrita no CNPJ sob nº 79.373.940/0001-86, com sede na Rua Dr. Blumenau, nº 05, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sra. Siegrid Wanser Ribeiro, Diretora Executiva, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 291.136.959-91 e Cédula de Identidade nº 3/R 223.734, residente e domiciliada à Rua Rio de Janeiro, nº 777, Bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a ASSOCIAÇÃO CULTURAL INDAIALENSE DE VIOLA CAIPIRA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 97.551.323/0001-05, estabelecida à Rua Fortaleza, nº 205, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu representante legal Sr. Mario Demetrio, brasileiro, casado, inscrita no CPF sob nº 222.454.649-15 e Cédula de Identidade nº 521.847-SSP/SC, residente à Rua Fortaleza, nº 205, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a Rescisão Contratual mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. O contrato firmado entre as partes fica rescindido a partir do dia 28 de setembro de 2015, de acordo com o artigo 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93, dando-se geral e total quitação do mesmo.

E, por estarem justos e acordados assinam o presente Termo de Rescisão em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins.

Indaial/SC, 28 de setembro de 2015.

FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS Siegrid Wanser Ribeiro Diretora Executiva	ASSOCIAÇÃO CULTURAL INDAIALENSE DE VIOLA CAIPIRA Mario Demetrio Contratada
---	--

PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmaria Fruet OAB/SC nº 13.215
--

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**RESCISÃO AO CONTRATO Nº 071/2015****RESCISÃO AO CONTRATO Nº 071/2015**

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, BLOCOPAV PAVIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.319.481./0001-53, com sede, na rua General Osório, nº 4.568, sala 02, bairro Salto Weissbach, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Tarquinio Chiquetti, brasileiro, casado, comerciante, inscrito no CPF sob nº 767.501.249/68 e Cédula de Identidade nº 2.250.093-6/SESP-SC, residente domiciliado na rua General Osório, nº 4.699, Apto 603, bairro Salto Weissbach, cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a Rescisão Contratual mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. O contrato firmado entre as partes fica rescindido a partir do dia 30 de setembro de 2015, de acordo com o artigo 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93, dando-se geral e total quitação do mesmo.

E, por estarem justos e acordados assinam o presente Termo de Rescisão em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins.

Indaial/SC, 30 de setembro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	BLOCOPAV PAVIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA Tarquinio Chiquetti Contratada
SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmaria Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

## RESCISÃO AO CONTRATO Nº 083/2015

### RESCISÃO AO CONTRATO Nº 083/2015

Pelo presente instrumento a FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS – FIC, inscrita no CNPJ sob nº 79.373.940/0001-86, com sede na Rua Dr. Blumenau, nº 05, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sra. Siegrid Wanser Ribeiro, Diretora Executiva, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 291.136.959-91 e Cédula de Identidade nº 3/R 223.734, residente e domiciliada à Rua Rio de Janeiro, nº 777, Bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, BISSOM SONORIZAÇÃO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 82.171.430/0001-30, com sede na Rua 25 de Janeiro, nº 49, bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Cláudio Roberto Atanazio, brasileiro, comerciante, inscrito no CPF sob nº 522.875.999-91 e Cédula de Identidade nº 3R/981.715, residente e domiciliado na Rua 25 de Janeiro, nº 49, bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a Rescisão Contratual mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. O contrato firmado entre as partes fica rescindido a partir do dia 28 de setembro de 2015, de acordo com o artigo 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93, dando-se geral e total quitação do mesmo.

E, por estarem justos e acordados assinam o presente Termo de Rescisão em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins.

Indaial/SC, 28 de setembro de 2015.

FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS Siegrid Wanser Ribeiro Diretora Executiva	BISSOM SONORIZAÇÃO LTDA ME Cláudio Roberto Atanazio Contratada
---	--

PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215
---

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

## RESCISÃO AO CONTRATO Nº 084/2015

### RESCISÃO AO CONTRATO Nº 084/2015

Pelo presente instrumento a FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS – FIC, inscrita no CNPJ sob nº 79.373.940/0001-86, com sede na Rua Dr. Blumenau, nº 05, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sra. Siegrid Wanser Ribeiro, Diretora Executiva, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 291.136.959-91 e Cédula de Identidade nº 3/R 223.734, residente e domiciliada à Rua Rio de Janeiro, nº 777, Bairro dos Estados, nesta cidade de

Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, LIND GUIMAR MACHADO - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 18.010.737/0001-50, com sede na rua Rodolfo Engelhardt, nº 162, sala 01, bairro do Salto, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Mário Balland Júnior, brasileiro, músico, inscrito no CPF sob nº 920.979.529/68 e Cédula de Identidade nº 1721509-9, residente e domiciliado na Rua Rodolfo Engelhardt, nº 162, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a Rescisão Contratual mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. O contrato firmado entre as partes fica rescindido a partir do dia 28 de setembro de 2015, de acordo com o artigo 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93, dando-se geral e total quitação do mesmo.

E, por estarem justos e acordados assinam o presente Termo de Rescisão em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins.

Indaial/SC, 28 de setembro de 2015.

FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS Siegrid Wanser Ribeiro Diretora Executiva	LIND GUIMAR MACHADO ME Mário Balland Júnior Contratada
---	--

PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215
---

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

## RESCISÃO AO CONTRATO Nº 086/2015

### RESCISÃO AO CONTRATO Nº 086/2015

Pelo presente instrumento a FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS – FIC, inscrita no CNPJ sob nº 79.373.940/0001-86, com sede na Rua Dr. Blumenau, nº 05, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sra. Siegrid Wanser Ribeiro, Diretora Executiva, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 291.136.959-91 e Cédula de Identidade nº 3/R 223.734, residente e domiciliada à Rua Rio de Janeiro, nº 777, Bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ASSOCIAÇÃO DA CULTURA ALEMÃ DE INDAIAL BOGEN BRÜKE VOLKSTRANGRUPPEN, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 15.343.456/0001-21, estabelecida à Rua Carlos Fritz, nº 297, Bairro Warnow, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu representante legal Sr. Wladimir Lemkuhl, brasileiro, solteiro, motorista, inscrito no CPF sob nº 006.143.209-17 e Cédula de Identidade nº 3.871.925-SSP/SC, residente à Rua Palotina, nº 700, Bairro Encano do Norte, na cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA,

tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a Rescisão Contratual mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. O contrato firmado entre as partes fica rescindido a partir do dia 28 de setembro de 2015, de acordo com o artigo 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93, dando-se geral e total quitação do mesmo.

E, por estarem justos e acordados assinam o presente Termo de Rescisão em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins.

Indaial/SC, 28 de setembro de 2015.

FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS Siegrid Wanser Ribeiro Contratante	ASSOCIAÇÃO DA CULTURA ALEMÃ DE INDAIAL BOGEN BRÜKE VOLKSTRANGRUPPEN Wladimir Lemkuhl Contratada
--	---

PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmaria Fruet OAB/SC nº 13.215
--

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

## RESCISÃO AO CONTRATO Nº 096/2015

### RESCISÃO AO CONTRATO Nº 096/2015

Pelo presente instrumento a FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS – FIC, inscrita no CNPJ sob nº 79.373.940/0001-86, com sede na Rua Dr. Blumenau, nº 05, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sra. Siegrid Wanser Ribeiro, Diretora Executiva, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 291.136.959-91 e Cédula de Identidade nº 3/R 223.734, residente e domiciliada à Rua Rio de Janeiro, nº 777, Bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, MDR PRODUÇÕES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 14.993.756/0001-93, com sede na Servidão Chrispim Felisbino Jacques, nº 291, fundos, bairro Vargem Grande, na cidade de Florianópolis – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Valmir Alberto da Silva, brasileiro, solteiro, músico, inscrito no CPF sob nº 893.433.959/49 e Cédula de Identidade nº 3.282.153 SSP/SC, residente domiciliado na Rua Chrispim Felisbino Jacques, nº 34, bairro Vargem Grande – na cidade de Florianópolis – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a Rescisão Contratual mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. O contrato firmado entre as partes fica rescindido a partir do dia 28 de setembro de 2015, de acordo com o artigo 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93, dando-se geral e total quitação do mesmo.

E, por estarem justos e acordados assinam o presente Termo de Rescisão em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins.

Indaial/SC, 28 de setembro de 2015.

FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS Siegrid Wanser Ribeiro Contratante	MDR PRODUÇÕES LTDA - ME Valmir Alberto da Silva Contratada
--	--

PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmaria Fruet OAB/SC nº 13.215
--

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

# Ipumirim

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº. 395/2015 DE 24 DE SETEMBRO DE 2015.**

CONCEDE FERIAS A COMISSIONADO A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A ADELAR MAURO CANTON, matrícula 1632-2, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 07/06/2014 a 06/06/2015 e gozo de 01/10/2015 a 30/10/2015 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01/10/2015.

Ipumirim - SC, 24 de Setembro de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim



# Irineópolis

## PREFEITURA

### 2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2014

ATA Nº 16/2015

2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2014

2º Termo Aditivo de Contrato de fornecimento que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Companhia Brasileira de Soluções e Serviços.

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, CNPJ/MF nº 06.089.125/0001-16, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sra. Giseli Kempinski, brasileira, solteira, no exercício do cargo de Gestora do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Avenida 22 de Julho, nº. 798, centro, neste município, inscrito no CPF nº 037.800.599-59, de ora em diante denominado de Contratante, e a empresa Companhia Brasileira de Soluções e Serviços, estabelecida na Alameda Rio Negro, número 161, Pavimentos 17º e 18º, Bairro Alphaville, Cidade de Barueri – São Paulo, CNPJ 04.740.876/0001-25 pelas seus representantes, Sr. Roberto Ribeiro Miranda, brasileiro, casado, administrador de empresas, Gerente Executivo Comercial, RG 997.128 SSP-DF, CPF 410.244.191-34 e Priscila Coghi Medina, brasileira, casada, administradora de empresas Superintendente, RG 20.453.924 SSP – SP CPF 114.265.288-25, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00 e Decreto Municipal nº 1777/2008 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 08/2014, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 17/2014, modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica prorrogado por 30 (trinta) dias o fornecimento de vales alimentação em forma de cartão magnético/eletrônico, aos servidores do Fundo Municipal de Saúde, em conformidade com o Ofício nº 757/2015 do Senhor Sidnei Wagner, Secretário do Desenvolvimento Econômico, e deferido pelo Sr. Juliano Pozzi Pereira, Prefeito Municipal, na data de 24 de setembro de 2015.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MENSAL	VALOR TOTAL R\$
ÚNICO	FORNECIMENTO DE CARTÕES ALIMENTAÇÃO	72	15.384,58

Total: R\$ 15.384,58 (Quinze mil, trezentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos)

CLÁUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 24 de setembro de 2015.

GISELI KEMPINSKI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Roberto Ribeiro Miranda	Priscila Coghi Medina
-------------------------	-----------------------

COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUÇÕES E SERVIÇOS

EMPRESA DETENTORA DA ATA

Testemunhas:

Nome: Giozani Regina Crestani

CPF: 025.021.629-98

Nome: Igor Daniel dos Santos

CPF: 082.464.699-15

### ATA RP PROC 06/2015 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 28/2014

PREGÃO PRESENCIAL 15/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 28/2014, Pregão Presencial nº 15/2014, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Reinaldo Stasiak e Sra. Andressa Bendlin - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 320/2014 e Sra. Cassiana Lais Brand; Sr. Marcos Zemir Grepfrie - representante da empresa Angeomed - Com de Prod. Méd. Hosp. Eireli; Sr. Reginaldo Jose de Almeida - representante da empresa Prosaúde Distribuidora de Medicamentos Ltda; Sr. Alex Oliveira de Almeida - representante da empresa Promefarma Representações Comerciais Ltda; Sr. Antônio Cordova Pereira representante da empresa Altermed Mat. Med Hosp. Ltda; Sr. Andre Trzcinski representante da empresa Dimaster Com. De Prod. Hosp Ltda; Sr. Wilson Luiz Cortiano - representante da empresa Mauro Marciano Comércio de Medicamentos Ltda; Sr. Diego Gili - representante da empresa Centermedi Comercio de Produtos Hospitalares; Gesse Bonfim - representante da empresa Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda; Sr. Everaldo Fallero Falk - representante da empresa Licimed Distribuidora de Medicamentos Ltda. As empresas que encaminharam seus envelopes através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos: Aglon Comércio e Representações Ltda, SEDEX SF 50774780 8 BR; Cirúrgica Jaw Com. De Mat. Med.Hosp. Ltda, SEDEX DG885233901BR; A empresa Dist. Med. Andromeda Ltda encaminhou através da empresa Bauer Express Nota Fiscal nº 9391; A empresa Wincorp Farmacêutica Comercial



Ltda deixou seus envelopes através de seu representante. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Angeomed - Com de Prod. Méd. Hosp. Eireli; Prosaúde Distribuidora de Medicamentos Ltda; Promefarma Representações Comerciais Ltda; Altermed Mat. Med Hosp. Ltda; Dimaster Com. De Prod. Hosp Ltda; Mauro Marciano Comércio de Medicamentos Ltda; Centermedi Comercio de Produtos Hospitalares; Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda; Licimed Distribuidora de Medicamentos Ltda. seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. A empresa Cirurgica Jaw Com. De Mat. Méd. Hosp. Ltda, foi desclassificada por não abrir o CD de propostas. A empresa Wincorp Farmacêutica Comercial Ltda, foi desclassificada por não apresentar carimbo do CNPJ na proposta de preços. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentos de Habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 28/2014, Pregão Presencial nº 15/2014, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Reinaldo Stasiak e Sra. Andressa Bendlin - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 320/2014 e Sra. Cassiana Lais Brand; Sr. Marcos Zemir Grepfrie - representante da empresa Angeomed - Com de Prod. Méd. Hosp. Eireli; Sr. Reginaldo Jose de Almeida - representante da empresa Prosaúde Distribuidora de Medicamentos Ltda; Sr. Alex Oliveira de Almeida - representante da empresa Promefarma Representações Comerciais Ltda; Sr. Antônio Cordova Pereira representante da empresa Altermed Mat. Med Hosp. Ltda; Sr. Andre Trzcinski representante da empresa Dimaster Com. De Prod. Hosp Ltda; Sr. Nilton Luiz Cortiano - representante da empresa Mauro Marciano Comércio de Medicamentos Ltda; Sr. Diego Gili - representante da empresa Centermedi Comercio de Produtos Hospitalares; Gesse Bonfim - representante da empresa Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda; Sr. Everaldo Fallero Falk - representante da empresa Licimed Distribuidora de Medicamentos Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Prosaúde Distribuidora de Medicamentos Ltda; Promefarma Representações Comerciais Ltda; Altermed Mat. Med Hosp. Ltda; Mauro Marciano Comércio de Medicamentos Ltda; Centermedi Comercio de Produtos Hospitalares; Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda, e foi constatado que as empresas acima apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 06 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. As empresas Andromeda Distribuidora de Medicamentos Ltda; Dimaster Com. De Prod. Hosp Ltda; Licimed Distribuidora de Medicamentos Ltda; Angeomed - Com de Prod. Méd. Hosp. Eireli, apresentaram documentação em desacordo com o item 06 subitem 6.4 alínea "c" do edital, sendo consideradas INABILITADAS. A empresa Mauro Marciano pede a desclassificação do item 71, tal pedido fica sob a decisão do Sr. Juliano Pozzi Pereira Prefeito Municipal. Os representantes das empresas INABILITADAS manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. De acordo com a Lei 8666/93 Art. 109 Inciso I abre-se o prazo de 05(cinco) dias úteis, os demais representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Presentes à Sessão Pública para análise de Recurso, relativo ao Processo Licitatório nº 28/2014, Pregão Presencial nº 15/2014, os membros da Comissão de Licitação designados através da Portaria nº 540/2014, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin e Sra. Cassiana Lais Brand Rodrigues - equipe de apoio, para analisar o Parecer Jurídico, solicitado a Advogada, Sra. Ana Maria Onevecht. A causídica fez a análise dos recursos e, de acordo com o Parecer, opinou pela manutenção da decisão da Comissão Permanente de Licitação, pelos seus próprios fundamentos, em razão do seguinte: As Recorrentes: Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda e Licimed Distribuidora de Medicamentos Correlatos e Produtos Medicos e Hospitalares Ltda apresentaram o documento do item 6.4, letra c, em desacordo com o solicitado no edital. Em razão do exposto, a comissão de Licitação, através de seus membros presentes, decidem em comum acordo com o Parecer Jurídico emitido pela Sra. Ana Maria Onevecht, manter a inabilitação das empresas Recorrentes (Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda e Licimed Distribuidora de Medicamentos Correlatos e Produtos Medicos e Hospitalares Ltda.), declarando habilitadas apenas as demais empresas. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Lech & Cia Ltda

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	MARCA	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	150	Unidade	Bolo de cenoura – forma grande	TRIGO'S	19,94	2.991,00
03	100	Kg	Bolos variados	TRIGO'S	18,48	1.848,00
06	80	Cento	Mini Coxinha	TRIGO'S	48,50	3.880,00
07	80	Cento	Mini Pastel	TRIGO'S	34,99	2.799,20
09	4000	Unidade	Mini sanduíche natural	TRIGO'S	0,90	3.600,00
10	4000	Unidade	Mini sonho	TRIGO'S	0,42	1.680,00
12	5000	Unidade	Sanduche de queijo e presunto (inteiro)	TRIGO'S	1,73	8.650,00
TOTAL R\$						25.448,20

João Silvestre Jacobovski – ME

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	MARCA	Valor unitário R\$	Valor Total R\$
02	50	Unidade	Bolo nega maluca – forma grande	TRIUNFO	25,50	8.925,00
04	500	Unidade	Carolina	TRIUNFO	0,60	1.500,00
05	50	Unidade	Empadão – forma grande	TRIUNFO	45,50	9.100,00
08	50	Cento	Mini risóles	TRIUNFO	46,00	3.680,00
11	1000	Unidade	Pão de queijo	TRIUNFO	0,74	2.960,00
13	100	Unidade	Torta de frutas	TRIUNFO	16,65	3.330,00
TOTAL R\$						29.495,00

Irineópolis, 30 de setembro de 2015.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 2.866/2015**

Decreto nº 2.866/2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.828/2014 de 17 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada e suplementada no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos no montante de R\$ 8.250,00 (Oito mil duzentos e cinquenta reais).

03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS		
04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.040 – Manutenção Vigilância Epidemiológica Ambiental em Saúde		
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0217.0000	Aplicações Diretas	R\$ 8.250,00
T O T A L ..... R\$ 8.250,00		

Art. 2º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, fica anulada a dotação a seguir especificada:

03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS		
04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.040 – Manutenção Vigilância Epidemiológica Ambiental em Saúde		
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0223.0000 (99)	Aplicações Diretas	R\$ 4.250,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0217.0000 (69)	Aplicações Diretas	R\$ 4.000,00
T O T A L ..... R\$ 8.250,00		

Art. 3º - Fica criada e suplementada parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos no montante de R\$ 8.600,00 (Oito mil e seiscentos reais).

03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS		
04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.039 – Manutenção do Programa Vigilância Sanitária		
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0218.00000	Aplicações Diretas	R\$ 8.600,00
T O T A L ..... R\$ 8.600,00		

Art. 4º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, fica anulada a dotação a seguir especificada:

03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS		
04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.039 – Manutenção do Programa Vigilância Sanitária		
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0218.00000	Aplicações Diretas	R\$ 8.600,00
T O T A L ..... R\$ 8.600,00		

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 30 de setembro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2015 - FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2015

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 19 de outubro de 2015, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço Global, de acordo com a Lei nº 8.666/93, visando a "CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE UM FACILITADOR (A) COM EXPERIÊNCIA EM ATIVIDADES DE MUSICA PARA O CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS, COM O OBJETIVO DE TRABALHAR COM OS GRUPOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – SCFV, COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL". O edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, nº 200, Centro, Irineópolis SC, Fone 47 3625-1111, no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 30 de setembro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

**LEI Nº 1.858/2015**

Lei nº 1.858/2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte.

LEI:

Art. 1º - Fica criada e suplementada no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos no montante de R\$ 8.250,00 (Oito mil duzentos e cinquenta reais).

03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS		
04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.040 – Manutenção Vigilância Epidemiológica Ambiental em Saúde		
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0217.0000	Aplicações Diretas	R\$ 8.250,00
T O T A L ..... R\$ 8.250,00		

Art. 2º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, fica anulada a dotação a seguir especificada:

03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS		
04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.040 – Manutenção Vigilância Epidemiológica Ambiental em Saúde		
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0223.0000 (99)	Aplicações Diretas	R\$ 4.250,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0217.0000 (69)	Aplicações Diretas	R\$ 4.000,00
T O T A L ..... R\$ 8.250,00		

Art. 3º - Fica criada e suplementada parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos no montante de R\$ 8.600,00 (Oito mil e seiscentos reais).

03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS		
04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.039 – Manutenção do Programa Vigilância Sanitária		
3.1.90.00.00.00.00.01.0218.00 0000	Aplicações Diretas	R\$ 8.600,00
T O T A L ..... R\$ 8.600,00		

Art. 4º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, fica anulada a dotação a seguir especificada:

03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS		
04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.039 – Manutenção do Programa Vigilância Sanitária		
4.4.90.00.00.00.00.01.0218.0 00000	Aplicações Diretas	R\$ 8.600,00
T O T A L ..... R\$ 8.600,00		

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 30 de setembro de 2015.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

## PORTARIA N º 330/2015

PORTARIA N º. 330/2015.

"DESIGNA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001, consoante o anexo VI, quadro III – Quadro de Gratificação de Funções Específicas, da Lei Complementar n º 057/2012, de 27/03/2012, com redação dada pela Lei Complementar nº 075/2013, de 20/11/2013,

### RESOLVE:

Art 1st - DESIGNAR REICHARDT WAGNER ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal, para exercer a Função Específica de Operador de Retroescavadeira percebendo gratificação mensal de acordo com os percentuais previstos em Lei.

Parágrafo único. A gratificação ora concedida será paga em estrita observância aos critérios e disposições contidas na Lei Complementar nº 075/2013, de 20/11/2013.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/09/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 30 de Setembro de 2015.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

## HOSPITAL BOM JESUS

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 07/2015.

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONTRATO Nº 07/2015.

Contratante: Hospital Municipal Bom Jesus.

Contratado: Danielli Aline Giacomini.

Objeto: Credenciamento para prestação de serviços na área médica, para a realização de assistência e acompanhamento nas internações de pacientes do SUS.

Vigência: 29/09/2015 a 29/09/2016.

Base Legal – Processo Licitatório nº 08/2015 – Inexigibilidade de Licitação nº 03/2015.

Lei nº 8.666/93, art. 24, inciso XXIII.

WIANEY DE CASSIA OLIVERA GODOY TELES DOS SANTOS  
Presidente HMBJ

# Itaiópolis

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PR Nº 37/2015**

Processo Licitatório nº 52/2015 – Pregão Presencial nº 37/2015 – Objeto: aquisição de equipamentos, móveis e utensílios de cozinha, para a Secretaria de Educação e Unidades Escolares. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 16 de outubro de 2015, até as 09h20min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 16 de outubro de 2015, as 09h30min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site [www.itaiopolis.sc.gov.br](http://www.itaiopolis.sc.gov.br). Itaiópolis, 29 de setembro de 2015. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE CONTRATO – TP Nº 5/2015**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2015 – TOMADA DE PREÇOS Nº 5/2015 – OBJETO: contratação de empresa para prestar serviços de mão de obra para pavimentação com lajotas nas Ruas José Schmokel e Costa Carvalho, sem fornecimento de materiais – Convênio nº 2015TR001147, Processo nº SDR25 00004799/2014. CONTRATO nº 117/2015. CONTRATADA: F. F. Ramos Construção Civil Ltda. Valor Total: R\$ 38.944,50. PRAZO: até 31-12-2015, a contar da Ordem de Serviço. Itaiópolis, 29/09/2015. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal.

### **EXTRATOS DE CONTRATOS - PR Nº 35/2015**

Processo Licitatório nº 49/2015 - Pregão Presencial nº 35/2015 – Objeto: aquisição de materiais para pavimentação nas Ruas José Schmokel e Costa Carvalho – Convênio nº 2015TR001147, Processo nº SDR25 00004799/2014. Contratos nºs - Contratadas: 114/2015 – Artefatos de Cimento Alto Paraguaçu Ltda. ME. Valor Total: R\$ 649,00. 115/2015 – Cimentela Indústria de Telas e Artefatos de Concreto Ltda. EPP. Valor R\$ 130.107,90. 116/2015 – Comércio de Areia Accordi Ltda. ME. Valor Total: R\$ 18.156,00. Prazo de Entrega: até 31/12/2015. Itaiópolis, 18 de setembro de 2015. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal

# Itapiranga

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 151/2015/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 151/2015/RH

PARTES: Município de Itapiranga e RAFAEL SCHNEIDER WELTER.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2014

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 10 horas semanais, como Professor de Educação Física.

Nível salarial: 578

Classe - Referência: B-01

VIGÊNCIA: 01/10/2015 a 14/12/2015

Itapiranga – SC, 01 de outubro de 2015

Milton Simon

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO DISTRATO Nº 151/2015/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DO DISTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO DISTRATO Nº 151/2015/RH

PARTES: Município de Itapiranga e DEBORA ADRIANA DE BRUM.

OBJETO: Distrato do Contrato Temporário nº 89/2015/RH de 18/05/2015, como Professor Ensino Fundamental e Educação Infantil de em 20 horas semanais.

Itapiranga – SC. 30 de setembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

### PREGÃO Nº 156/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL PARA

REGISTRO DE PREÇOS

Nº 156/2015

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 156/2015, cujo objeto é a aquisição de pneus novos destinados para veículos da Polícia Civil de Itapiranga. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 15 de outubro de 2015. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: [www.itapiranga.sc.gov.br/](http://www.itapiranga.sc.gov.br/)

Itapiranga – SC, 30 de setembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

# Itapoá

## PREFEITURA

### **DECRETO MUNICIPAL Nº 2551/2015 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO.**

DECRETO MUNICIPAL nº 2551/2015

Data: 29 de setembro de 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, e Lei Municipal nº 611/2015, de 29 de setembro de 2015,

#### DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar por anulação de dotação, em conformidade com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, conforme abaixo:

#### Suplementação

03.00 Gabinete do Prefeito

03.01 Gabinete do Prefeito

00401220002.2004 Manutenção do Gabinete do Prefeito

34490 Aplicações Diretas (152) FR 10000 ..... R\$ 37.000,00

#### Anulação

05.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

05.01 Departamento de Administração

00401220003.2009 Subvenção Social

33350 Transf a Inst Privadas s/ fins Lucrativos (42) FR 10000 ..... R\$ 37.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 28 de setembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

### **LEI MUNICIPAL Nº611/2015 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO.**

LEI MUNICIPAL Nº 611/2015

Data: 29 de setembro de 2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR anulação de dotação.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar por anulação de dotação, em conformidade com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, conforme abaixo:

#### Suplementação

03.00 Gabinete do Prefeito

03.01 Gabinete do Prefeito

00401220002.2004 Manutenção do Gabinete do Prefeito

34490 Aplicações Diretas (152) FR 10000 ..... R\$ 37.000,00

#### Anulação

05.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

05.01 Departamento de Administração

00401220003.2009 Subvenção Social

33350 Transf a Inst Privadas s/ fins Lucrativos (42) FR 10000 ..... R\$ 37.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 29 de setembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal



# Joaçaba

## PREFEITURA

### FISCALIZAÇÃO CONTRATO 257/2015/PMJ ALTERAÇÃO DE FISCAL

Considerando o teor do memorando nº 275/2015, emitido pela Secretaria de Educação, ficam responsáveis pela fiscalização do contrato nº 257/2015/PMJ – proveniente do PL 61/2015/PMJ – TP 11/2015/PMJ, cujo objeto é a “execução pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a reforma da rede elétrica, sistema de alarme para detecção de incêndio, sistema de proteção contra descargas atmosféricas e cabeamento estruturado (internet), da Escola Municipal Rotary Fritz Lucht, no Município de Joaçaba, SC”, os senhores DENIR NARCISO ZULIAN e GEFERSON FARINA.

### HOMOLOG PL 80/2015 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA  
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 80/2015/PMJ  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2015/PMJ

O Prefeito do Município de Joaçaba, Rafael Laske, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 80/2015/PMJ.

- Modalidade: PP 51/2015/PMJ.

Objeto: Registro de Preços para contratação eventual e futura de viagens especiais destinadas ao transporte da delegação do Município para participação em eventos e competições a nível regional, estadual e interestadual.

-Empresas Vencedoras:

SIDNEI RAMELLA TRANSPORTES - ME

VALOR R\$ 37.790,00

Fiscal: Julio V. Ferreira

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 22 de setembro de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Prefeito Municipal

Rafael Laske

### HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO DE REMOÇÃO - PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO DE REMOÇÃO DESTINADO AOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

O Município de Joaçaba, através do Sr. Prefeito, Rafael Laske torna público:

Art. 1º - Em consonância com a legislação vigente, bem como considerando o Edital n. 01/2015/SME, que trata do Processo de Remoção destinado aos professores da rede pública municipal de ensino, ainda diante do fato de terem sido aplicados todos os princípios constitucionais, tais quais a publicidade e a isonomia, inerentes a todo processo, ficam HOMOLOGADAS as inscrições constantes no Anexo I, surtindo todos os efeitos legais.

Parágrafo único – Nos termos do Item 2.6 do Edital n. 01/2015/SME, Processo de Remoção, podem os interessados interpor recurso, devidamente protocolado, no prazo de 01 (um) dia útil, após a publicação do presente.

Art. 2º - Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital, que será afixado no mural da Prefeitura Municipal, na Imprensa Oficial do Município e no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 30 de setembro de 2015.

Marcos Weiss

Prefeito em Exercício

### ANEXO I

#### LISTA DE INSCRIÇÕES DEFERIDAS PARA PROCESSO DE REMOÇÃO DE PROFESSORES

CRISTIANE TURRA
DÉBORA MARIA CRESTANI TONET
FATIMA APARECIDA ANTUNES RODRIGUES
JULIO CEZAR ALBERGUINI
LEA GABRIEL PIRES DIAS
LIANE ORSATTO PEROSA
MARISETE MACHADO ZAGONEL
MARIVETE PIRES
PATRICIA PELISSER
PATRICIA TEREZINHA MARTINAZZO DOS SANTOS
REGINA ALVES PADILHA BERNARDINI
RUTH SPECHT
VERA LÚCIA RADAVELLI WOLFF

#### LISTA DE INSCRIÇÕES INDEFERIDAS PARA PROCESSO DE REMOÇÃO DE PROFESSORES

FRANCIELI CARICIMO LAGO
WALDEMAR RONSSEM JUNIOR



**22/2015 PMJ**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

Página: 1/3

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2015****Número do Registro de Preços: 22/2015****Data do Registro: 22/09/2015****Válido até: 22/09/2016****Objeto da Compra:** Registro de Preços para contratação eventual e futura de viagens especiais destinadas ao transporte da delegação do Município para participação em eventos e competições a nível regional, estadual e interestadual.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Transporte descontinuado de passageiros para eventos esportivos no Estado de Santa Catarina, com veículo tipo VAN, de capacidade mínima para 15 passageiros sentados, dotado de som ambiente, climatizador quente/frio e reboque.	KM	SIDNEI RAMELLA TRANSPORTES - ME (11481)		0	2,8400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

Página: 2/3

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2015**

Número do Registro de Preços: 22/2015      Data do Registro: 22/09/2015      Válido até: 22/09/2016  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para contratação eventual e futura de viagens especiais destinadas ao transporte da delegação do Município para participação em eventos e competições a nível regional, estadual e interestadual.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	Transporte descontinuado de passageiros para eventos esportivos interestaduais, comKM veículo tipo VAN, de capacidade mínima para 15 passageiros sentados, dotado de som ambiente, climatizador quente/frio e reboque.		SIDNEI RAMELLA TRANSPORTES - ME (11481)		0	2,7400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

Página: 3/3

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2015**

Número do Registro de Preços: 22/2015      Data do Registro: 22/09/2015      Válido até: 22/09/2016  
Objeto da Compra: Registro de Preços para contratação eventual e futura de viagens especiais destinadas ao transporte da delegação do Município para participação em eventos e competições a nível regional, estadual e interestadual.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**

REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2015

PROCESSO Nº 80/2015

(11481) - SIDNEI RAMELLA TRANSPORTES - ME

Joaçaba, 22 de Setembro de 2015.

**IMPRES****PORTARIA 166/2015 - ELISABET MARIA ZANELA SARTORI**

PORTARIA 166/2015 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

A Diretora de Previdência e Atuária do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 79, da Lei Complementar nº 099/2005, de 24 de junho de 2005, e suas alterações, e tendo em vista o que consta do Requerimento nº 0179 de 17 de setembro de 2015, resolve:

Art. 1º. Conceder aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, a ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, inscrita no CPF sob o nº 386.948.169-20, portadora do RG nº 582.728, inscrita no PASEP sob o nº 106.26765.61-4, ocupante do cargo de Administradora, lotada na Diretoria Administrativa, do quadro efetivo do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, matrícula funcional nº 003, nos termos do art. 22, da Lei Complementar

nº 99/2005 c/c art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Art. 2º. Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) da última remuneração da servidora.

Parágrafo único. Os proventos serão reajustados nos termos do art. 53 da Lei Complementar nº 99/2005.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de outubro de 2015.

Joaçaba-SC, 30 de setembro de 2015.

Vania Brandalize

Diretora de Previdência e Atuária do IMPRES

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****PORTARIA JHL 247/2015**

PORTARIA SIMAE JHL- Nº 247/15 DE 30.09.2015

Aluir Flemming, Diretor Adjunto do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar por motivo de Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, a Servidora Elisabet Maria Zanela Sartori, matrícula 03, ocupante do Cargo de provimento efetivo de Administrador, lotado na Diretoria Administrativa, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, do quadro de pessoal desta Autarquia, conforme Portaria do IMPRES 166/15 de 30/09/2015.

Art. 2º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Art. 34, inciso IV, da Lei Complementar nº 76 de 11/12/03.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Joaçaba-SC, 30 de Setembro de 2015.

Aluir Flemming  
Diretor Adjunto

**PORTARIA JHL 248/2015**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 248/2015 DE 01/10/2015

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Designar o servidor Paulo César Lamin, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 047.099.739-70, residente e domiciliado em Joaçaba, ocupante do cargo de Químico, Padrão-8, Nível-1, Referência H-2 para responder pela função de confiança de Diretor Adjunto do

SIMAE, cumulativamente com a função de confiança de Diretor Administrativo e atribuições de seu cargo, com direito a percepção da Função Gratificada Adicional, Nível FGA-2, de acordo com Art.16, parágrafo 3º da Lei Complementar 193 de 06/09/10.

Art. 2º- De acordo com as atribuições mencionadas no Item II, do ANEXO VI, da referida LC 193/10, o servidor terá como atribuições planejar, implementar, controlar e avaliar todos os trabalhos da Diretoria Adjunta, atendendo aos seguintes objetivos:

- Assessorar o Gabinete do Diretor Presidente;
- Coordenar as atividades técnicas e administrativas da Autarquia;
- Solicitar ao Diretor Presidente a autorização para a realização de licitações e compras de materiais e contratação de serviços;
- Autorizar as compras de pronto pagamento ou com dispensa de licitação, com base nos incs. I e II, do art. 24 da Lei Federal n. 8666/93;
- Supervisionar a aplicação de leis, normas e regulamentos;
- Elaborar planos e programas de trabalho;
- Pesquisar e propor a implantação de novas técnicas e métodos, visando aprimorar a eficiência dos serviços e práticas administrativas e operacionais da autarquia;
- Elaborar projetos de normas e regulamentos e submetê-los à apreciação do Diretor Presidente;
- Promover simplificações de rotinas de trabalho;
- Coordenar o trabalho de coleta de informações e a elaboração dos projetos do Plano Plurianual – PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei de Orçamento Anual – LOA, encaminhando propostas ao Diretor Presidente;
- Apresentar relatórios mensais ao Diretor Presidente sobre as receitas e despesas orçadas e as executadas e a previsão sobre a execução até o fim do exercício em cada rubrica;
- Realizar estudos sobre padronização, especificação, compras, recebimentos, guarda, estocagem, suprimento e alienação de material;
- Programar e supervisionar trabalhos administrativos e técnicos;
- Supervisionar e controlar os trabalhos da área jurídica, contábil e de engenharia;
- Consolidar os dados estatísticos das atividades do SIMAE, fornecidos pelos setores administrativo e técnico; fazer a análise de medição de desempenho, dos resultados apontados e dos planos de ações e de melhorias propostos visando o alcance de metas;

- Apresentar relatórios solicitados pelo Diretor Presidente;
- Programar as publicações institucionais da Autarquia, visando o esclarecimento e a orientação dos consumidores;
- Substituir o Diretor nos seus impedimentos e afastamentos temporários, acumulando o exercício de suas funções;
- Submeter as atividades e procedimentos administrativos do SIMAE ao controle interno do Município;
- No interesse do SIMAE, conduzir veículos da Autarquia, quando habilitado e necessário para o exercício da função;
- Executar outras tarefas que lhe forem atribuídas.

Art. 3º- Também de acordo com as atribuições mencionadas no Item IV, do ANEXO VI, da referida LC 193/10, o servidor terá como atribuições planejar, implementar, controlar e avaliar todos os trabalhos da Diretoria Administrativa, atendendo aos seguintes objetivos:

- Assessorar o Diretor Adjunto no exercício de suas funções;
- Coordenar as atividades administrativas da Autarquia;
- Supervisionar a eficiência dos trabalhos executados pelas gerências da área administrativa;
- Apresentar relatórios estatísticos periódicos, solicitados pela Diretoria Adjunta;
- Avaliar o funcionamento das rotinas administrativas;
- Adotar medidas de simplificação e de melhoria das atividades administrativas;
- Distribuir serviços, fornecer informações, implantar rotinas de trabalho, orientar e assegurar a eficiência das atividades de cada setor;
- Estabelecer as escalas de trabalho e de férias dos servidores do SIMAE, com base nas informações recebidas da área técnica e das gerências do setor administrativo, observadas as regulamentações e determinações legais pertinentes, bem como da administração superior;
- Informar sobre papéis e processos, instruir sobre o andamento e dar encaminhamento aos assuntos tratados;
- Coordenar e supervisionar o regular encaminhamento das informações rotineiras ao Tribunal de Contas e demais órgãos públicos;
- Supervisionar os procedimentos de controle do material do almoxarifado e coordenar a aquisição de materiais e contratação dos serviços;
- Encaminhar ao Diretor Presidente através do Diretor Adjunto os pedidos para aquisição de materiais e contratação de serviços;
- Determinar aos setores de Licitações e Compras a realização dos procedimentos para a aquisição de materiais e equipamentos e contratação de serviços;
- Organizar, distribuir e orientar os trabalhos a serem executados na área administrativa, com base em normas e ordens de serviço;
- Elaborar e verificar a exatidão de qualquer documento administrativo;
- Examinar processos de assuntos gerais da Autarquia, através da interpretação de textos legais, reunindo ou preparando informações de expedientes, para instrução de decisões na esfera administrativa;
- Elaborar planos de trabalho, relatórios, propostas orçamentárias, juntamente com os setores competentes;
- Orientar as gerências da área administrativa na solução de problemas administrativos;
- Aplicar e fazer observar as normas do SIMAE e a legislação pertinente a todos os setores administrativos;
- No interesse do SIMAE, conduzir veículos da Autarquia, quando habilitado e necessário para o exercício da função;
- Executar outras tarefas que lhe forem atribuídas.

Art. 4º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 01 de outubro de 2015.

Aluir Flemming  
Diretor Presidente

### **PORTARIA JHL 249/2015**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 249/2015 DE 01.10.2015

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º- Designar o servidor Valdinei Antônio Gusatto, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 004.941.659-60, residente e domiciliado em Herval D'Oeste, ocupante do cargo de Mecânico de Manutenção, Padrão-4, Nível-2, Referência C-4 para responder pela função de confiança de Gerente de Manutenção Eletromecânica, e que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo efetivo, com direito a percepção da Função Gratificada Adicional, Nível FGA-4, de acordo com o índice estabelecido pelo ANEXO IV dessa mesma LC nº 193/10.

Art. 2º- De acordo com as atribuições mencionadas no Item VII, do ANEXO VI, da referida LC 193/10, o servidor terá como atribuições planejar, implementar, controlar e avaliar todos os trabalhos do setor de Manutenção Eletromecânica, atendendo aos seguintes objetivos:

- Assessorar os superiores hierárquicos no exercício de suas funções e atribuições e executar e coordenar a implementação das diretrizes deles emanadas;
- Distribuir tarefas aos servidores lotados no setor sob sua responsabilidade, dando assistência e orientação, objetivando a busca da eficiência;
- Cumprir e fazer cumprir as normas sobre higiene, segurança de trabalho, limpeza e ordem nos locais de trabalho, assim como conservação de materiais, utensílios e equipamentos utilizados;
- Fazer cumprir as normas de proteção individual dos servidores, mediante o uso de equipamentos e tomada das cautelas recomendáveis;
- Cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente ao seu setor e no que lhe diz respeito, as demais legislações relativas a recursos humanos, tais como Estatuto dos Servidores Públicos, Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos, Regime Próprio de Previdência (IMPRES) e Plano de Saúde (PLASS);
- Requisitar materiais, utensílios e equipamentos necessários ao andamento normal dos serviços, recebendo, conferindo e dando o aceite final;
- Prestar informações aos superiores hierárquicos, sobre o desenvolvimento do trabalho de equipes sob sua chefia;
- Promover e coordenar treinamentos dos servidores sob sua chefia;
- Elaborar planos de trabalho e relatórios das atividades do setor;
- Organizar escalas de trabalho de plantão ou sobreaviso do seu setor, de acordo com as necessidades;
- Discutir com as equipes subordinadas problemas administrativos, técnicos, operacionais e de condições de trabalho, buscando aperfeiçoamento e/ou correções;
- Avaliar o desempenho dos servidores sob sua responsabilidade, propondo medidas administrativas, visando a superação de dificuldades;
- Manter unidade e coesão de equipes subordinadas e desempenhar atividades correlatas às suas funções;
- No interesse do SIMAE, conduzir veículos da Autarquia, quando habilitado e necessário para o exercício da função;
- Executar outras tarefas inerentes à função, estabelecidas pela administração do SIMAE.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 01 de outubro de 2015.

Aluir Flemming

Diretor Presidente

## **PORTARIA JHL 250/2015**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 250/2015 DE 01.10.2015

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

### **RESOLVE:**

Art. 1º- Designar a servidora Valdirene Aparecida Dorini, brasileira, inscrita no CPF sob nº 733.092.309-53, residente e domiciliada em Joaçaba, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, Padrão-3, Nível-3, Referência F-5 para responder pela função de Assessora da Qualidade, e que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo efetivo, com direito a percepção da Função Gratificada Adicional, Nível FGA-4, de acordo com o índice estabelecido pelo ANEXO IV dessa mesma LC nº 193/10.

Art. 2º- De acordo com as atribuições mencionadas no Item V, do ANEXO VI, da referida LC 193/10, a servidora terá como atribuições planejar, implementar, controlar e avaliar todos os trabalhos da Gestão da Qualidade, atendendo aos seguintes objetivos:

- Assessorar os níveis superiores hierárquicos no exercício de suas funções e atribuições, executar e coordenar a implementação das diretrizes deles emanadas;
- Participar juntamente com a direção na definição de ações de Gestão da Qualidade;
- Coordenar as ações da qualidade visando a maximizar os recursos e minimizar os custos relacionados a gestão da organização;
- Propor processos e meios necessários para implementar o Sistema de Gestão para a Excelência Organizacional do SIMAE;
- Propor, planejar e implementar auditorias internas dos diversos programas de Gestão da Qualidade adotados pelo SIMAE;
- Analisar e controlar os resultados da área da Autarquia e quando estes não atingirem a meta, cobrar a elaboração e implementação de planos de ações, dos setores competentes;
- Conduzir e desenvolver ações de melhoria contínua do Sistema da Qualidade do SIMAE;
- Elaborar documentos técnicos relativos à área da qualidade;
- Propor formas de melhoria para a organização, baseadas em novos modelos de Gestão da Qualidade;
- Prestar informações aos superiores hierárquicos, sobre o desenvolvimento dos trabalhos sob sua responsabilidade;
- Estabelecer contatos e parcerias com organizações sociais e/ou congêneres visando a estabelecer ações conjuntas na área da qualidade e do desenvolvimento socioambiental;
- Elaborar relatórios técnicos, atas de reunião e outros documentos inerentes a função de assessor da qualidade;
- Cumprir e fazer cumprir as normas sobre higiene, segurança de trabalho, limpeza e ordem nos locais de trabalho, assim como conservação de materiais, utensílios e equipamentos utilizados;
- Fazer cumprir as normas de proteção individual dos servidores, mediante o uso de equipamentos e tomada das cautelas recomendáveis;
- Cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente ao seu setor e no que lhe diz respeito as demais legislações relativas a recursos humanos, tais como Estatuto dos Servidores Públicos, Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos, Regime Próprio de Previdência

(IMPRES) e Plano de Saúde dos Servidores (PLASS);

- Requisitar materiais, utensílios e equipamentos necessários ao andamento normal dos serviços, recebendo, conferindo e dando o aceite final;
- Promover e coordenar treinamentos para todos os Servidores e quando pertinente aos seus familiares;
- Avaliar o desempenho de servidores sob sua responsabilidade, propondo medidas administrativas, visando a superação de dificuldades;
- Manter unidade e coesão de equipes e desempenhar atividades correlatas às suas funções;
- No interesse do SIMAE, conduzir veículos da Autarquia, quando habilitado e necessário para o exercício da função;
- Executar outras tarefas inerentes à função, estabelecidas pela administração do SIMAE.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 01 de outubro de 2015.

Aluir Flemming

Diretor Presidente

## **PORTARIA JHL 251/2015**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 251/2015 DE 01.10.2015

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

### **RESOLVE:**

Art. 1º- Designar o servidor Nilson Araújo, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 829.000.359-53, residente e domiciliado em Joaçaba, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, Padrão-2, Nível-3, Referência H-5 para responder pela Função de Gerente de Operação Manutenção de Água, cumulativamente com as atribuições de seu cargo, com direito a Função Gratificada Adicional, Nível FGA-4, com o índice estabelecido pelo ANEXO IV da LC nº 193/10, e de acordo com Art.16 parágrafo 4º da Lei Complementar 193 de 06/09/10.

Art. 2º- De acordo com as atribuições mencionadas no Item VI, do ANEXO VI, da referida LC 193/10, o servidor terá como atribuições planejar, implementar, controlar e avaliar trabalhos do Setor de Operação Manutenção de Água visando atender aos seguintes objetivos:

- Assessorar os superiores hierárquicos no exercício de suas funções e atribuições e executar e coordenar a implementação das diretrizes deles emanadas;
- Distribuir tarefas aos servidores lotados no setor sob sua responsabilidade, dando assistência e orientação, objetivando a busca da eficiência;
- Cumprir e fazer cumprir as normas sobre higiene, segurança de trabalho, limpeza e ordem nos locais de trabalho, assim como conservação de materiais, utensílios e equipamentos utilizados;
- Fazer cumprir as normas de proteção individual dos servidores, mediante o uso de equipamentos e tomada das cautelas recomendáveis;
- Cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente ao seu setor e no que lhe diz respeito, as demais legislações relativas a recursos humanos, tais como Estatuto dos Servidores Públicos, Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos, Regime Próprio de Previdência (IMPRES) e Plano de Saúde (PLASS);
- Requisitar materiais, utensílios e equipamentos necessários ao



andamento normal dos serviços, recebendo, conferindo e dando o aceite final;

- Prestar informações aos superiores hierárquicos, sobre o desenvolvimento do trabalho de equipes sob sua chefia;
- Promover e coordenar treinamentos dos servidores sob sua chefia;
- Elaborar planos de trabalho e relatórios das atividades do setor;
- Organizar escalas de trabalho de plantão ou sobreaviso do seu setor, de acordo com as necessidades;
- Discutir com as equipes subordinadas problemas administrativos, técnicos, operacionais e de condições de trabalho, buscando aperfeiçoamento e/ou correções;
- Avaliar o desempenho dos servidores sob sua responsabilidade, propondo medidas administrativas, visando a superação de dificuldades;
- Manter unidade e coesão de equipes subordinadas e desempenhar atividades correlatas às suas funções;
- No interesse do SIMAE, conduzir veículos da Autarquia, quando habilitado e necessário para o exercício da função;
- Executar outras tarefas inerentes à função, estabelecidas pela administração do SIMAE.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 01 de outubro de 2015.

Aluir Flemming  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA JHL 252/2015**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 252/2015 DE 01.10.2015

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º- Designar o servidor Valdesir Spier, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 758.885.059-00, residente e domiciliado em Herval d Oeste, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico, Padrão-5, Nível-2, Referência H-7 para responder pela Função de confiança Gerente de Operação, Manutenção de Esgoto, e que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo efetivo, com direito a percepção da Função Gratificada Adicional, Nível FGA-4, de acordo com o índice estabelecido pelo ANEXO IV dessa mesma LC nº 193/10.

Art. 2º- De acordo com as atribuições mencionadas no Item VII, do ANEXO VI, da referida LC 193/10, o servidor terá como atribuições planejar, implementar, controlar e avaliar todos os trabalhos de Operação, Manutenção de Esgoto, atendendo aos seguintes objetivos:

- Assessorar os superiores hierárquicos no exercício de suas funções e atribuições e executar e coordenar a implementação das diretrizes deles emanadas;
- Distribuir tarefas aos servidores lotados no setor sob sua responsabilidade, dando assistência e orientação, objetivando a busca da eficiência;
- Cumprir e fazer cumprir as normas sobre higiene, segurança de trabalho, limpeza e ordem nos locais de trabalho, assim como conservação de materiais, utensílios e equipamentos utilizados;
- Fazer cumprir as normas de proteção individual dos servidores, mediante o uso de equipamentos e tomada das cautelas

recomendáveis;

- Cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente ao seu setor e no que lhe diz respeito, as demais legislações relativas a recursos humanos, tais como Estatuto dos Servidores Públicos, Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos, Regime Próprio de Previdência (IMPRES) e Plano de Saúde (PLASS);
- Requisitar materiais, utensílios e equipamentos necessários ao andamento normal dos serviços, recebendo, conferindo e dando o aceite final;
- Prestar informações aos superiores hierárquicos, sobre o desenvolvimento do trabalho de equipes sob sua chefia;
- Promover e coordenar treinamentos dos servidores sob sua chefia;
- Elaborar planos de trabalho e relatórios das atividades do setor;
- Organizar escalas de trabalho de plantão ou sobreaviso do seu setor, de acordo com as necessidades;
- Discutir com as equipes subordinadas problemas administrativos, técnicos, operacionais e de condições de trabalho, buscando aperfeiçoamento e/ou correções;
- Avaliar o desempenho dos servidores sob sua responsabilidade, propondo medidas administrativas, visando a superação de dificuldades;
- Manter unidade e coesão de equipes subordinadas e desempenhar atividades correlatas às suas funções;
- No interesse do SIMAE, conduzir veículos da Autarquia, quando habilitado e necessário para o exercício da função;
- Executar outras tarefas inerentes à função, estabelecidas pela administração do SIMAE.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 01 de outubro de 2015.

Aluir Flemming  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA JHL 253/2015**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 253/2015 DE 01.10.2015

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º- Designar a servidor Giane Maria Marquezze Lecher, brasileira, inscrito no CPF sob nº 614.258.349-49, residente e domiciliado em Luzerna, ocupante do cargo Escriturária, Padrão-5, Nível-3, Referência J-8 para responder pela Função de confiança Gerente dos Serviços Administrativos, cumulativamente com as atribuições de seu cargo, com direito a Função Gratificada Adicional, Nível FGA-4, com o índice estabelecido pelo ANEXO IV da LC nº 193/10, e de acordo com Art.16, parágrafo 4º, da Lei Complementar 193 de 06/09/10.

Art. 2º- De acordo com as atribuições mencionadas no Item VII, do ANEXO VI, da referida LC 193/10, a servidora terá como atribuições planejar, implementar, controlar e avaliar todos os trabalhos dos serviços Administrativos, atendendo aos seguintes objetivos:

- Assessorar os superiores hierárquicos no exercício de suas funções e atribuições e executar e coordenar a implementação das diretrizes deles emanadas;
- Distribuir tarefas aos servidores lotados no setor sob sua responsabilidade, dando assistência e orientação, objetivando a busca da eficiência;



- Cumprir e fazer cumprir as normas sobre higiene, segurança de trabalho, limpeza e ordem nos locais de trabalho, assim como conservação de materiais, utensílios e equipamentos utilizados;
- Fazer cumprir as normas de proteção individual dos servidores, mediante o uso de equipamentos e tomada das cautelas recomendáveis;
- Cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente ao seu setor e no que lhe diz respeito, as demais legislações relativas a recursos humanos, tais como Estatuto dos Servidores Públicos, Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos, Regime Próprio de Previdência (IMPRES) e Plano de Saúde (PLASS);
- Requisitar materiais, utensílios e equipamentos necessários ao andamento normal dos serviços, recebendo, conferindo e dando o aceite final;
- Prestar informações aos superiores hierárquicos, sobre o desenvolvimento do trabalho de equipes sob sua chefia;
- Promover e coordenar treinamentos dos servidores sob sua chefia;
- Elaborar planos de trabalho e relatórios das atividades do setor;
- Organizar escalas de trabalho de plantão ou sobreaviso do seu setor, de acordo com as necessidades;
- Discutir com as equipes subordinadas problemas administrativos, técnicos, operacionais e de condições de trabalho, buscando aperfeiçoamento e/ou correções;
- Avaliar o desempenho dos servidores sob sua responsabilidade, propondo medidas administrativas, visando a superação de dificuldades;
- Manter unidade e coesão de equipes subordinadas e desempenhar atividades correlatas às suas funções;

-No interesse do SIMAE, conduzir veículos da Autarquia, quando habilitado e necessário para o exercício da função;  
- Executar outras tarefas inerentes à função, estabelecidas pela administração do SIMAE.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 01 de outubro de 2015.

Aluir Flemming

Diretor Presidente

#### **PORTARIA JHL 254/2015**

PORTARIA SIMAE. JHL – Nº 254/2015 DE 01.10.2015

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR: Francielli Wendland Guaragni Fiorin, Auxiliar Administrativo, Padrão-3, Nível-1, Referência E-1 para responder pela Função de Encarregado de Serviço de Recursos Humanos, cumulativamente com as atribuições de seu cargo, com direito a percepção da Função Gratificada Adicional, Nível FGA-5 de acordo com Art.16, parágrafo 3º, da Lei Complementar 193 de 06/09/10, com a redação dada pela Lei Complementar 221/2012 de 03/04/2012.

Art. 2º- De acordo com as atribuições mencionadas no Item VIII do ANEXO 6, da referida Lei Complementar 193/10, a servidora terá como atribuições planejar, implementar, controlar e avaliar todos os trabalhos de Recursos Humanos, atendendo aos seguintes objetivos:

- Assessorar os superiores hierárquicos no exercício de suas funções e atribuições e executar as diretrizes deles emanadas;

- Cumprir e fazer cumprir as normas sobre higiene, segurança de trabalho, limpeza e ordem nos locais de trabalho, assim como conservação de materiais, utensílios e equipamentos utilizados;
- Cumprir e fazer cumprir as normas de proteção individual dos servidores, mediante o uso de equipamentos e tomada das cautelas recomendáveis;
- Cumprir e fazer cumprir as legislações pertinentes e relacionadas com as suas atividades;
- Requisitar materiais, utensílios e equipamentos necessários ao andamento normal dos serviços, recebendo, conferindo e dando o aceite final;
- Prestar informações aos superiores hierárquicos, sobre o desenvolvimento dos trabalhos sob sua responsabilidade;
- Elaborar planos de trabalho e relatórios das atividades de seu encargo;
- Orientar e ou elaborar escalas de trabalho de plantão ou sobreaviso, de acordo com as necessidades;
- Executar outras tarefas inerentes à função, estabelecidas pela Direção do SIMAE.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 01 de outubro de 2015.

Aluir Flemming

Diretor Presidente

#### **PORTARIA JHL 255/2015**

PORTARIA SIMAE. JHL – Nº 255/2015 DE 01.10.2015

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR: Silvane Maier, Auxiliar Administrativo, Padrão-3, Nível-2, Referência C-4, para responder pela Função de Encarregado de Serviço da Tesouraria, cumulativamente com as atribuições de seu cargo, com direito a percepção da Função Gratificada Adicional, Nível FGA-5 de acordo com Art.16, parágrafo 3º, da Lei Complementar 193 de 06/09/10, com a redação dada pela Lei Complementar 221/2012 de 03/04/2012.

Art. 2º- De acordo com as atribuições mencionadas no Item VIII do ANEXO 6, da referida Lei Complementar 193/10, a servidora terá como atribuições planejar, implementar, controlar e avaliar todos os trabalhos da Tesouraria, atendendo aos seguintes objetivos:

- Assessorar os superiores hierárquicos no exercício de suas funções e atribuições e executar as diretrizes deles emanadas;
- Cumprir e fazer cumprir as normas sobre higiene, segurança de trabalho, limpeza e ordem nos locais de trabalho, assim como conservação de materiais, utensílios e equipamentos utilizados;
- Cumprir e fazer cumprir as normas de proteção individual dos servidores, mediante o uso de equipamentos e tomada das cautelas recomendáveis;
- Cumprir e fazer cumprir as legislações pertinentes e relacionadas com as suas atividades;
- Requisitar materiais, utensílios e equipamentos necessários ao andamento normal dos serviços, recebendo, conferindo e dando o aceite final;
- Prestar informações aos superiores hierárquicos, sobre o desenvolvimento dos trabalhos sob sua responsabilidade;
- Elaborar planos de trabalho e relatórios das atividades de seu encargo;
- Orientar e ou elaborar escalas de trabalho de plantão ou sobreaviso, de acordo com as necessidades;

- Executar outras tarefas inerentes à função, estabelecidas pela Direção do SIMAE.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 01 de outubro de 2015.

Aluir Flemming

Diretor Presidente

### **PORTARIA JHL 256/2015**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 256/2015 DE 01.10.2015

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º- Designar o servidor Evald Hommerding Junior, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 660.614.159-15, residente e domiciliado em Joaçaba, ocupante do cargo de Operador de ETA, Padrão-6, Nível-3, Referência J-9 para responder pela Função de Gerente de Operação de ETA/ETEs, do SIMAE, cumulativamente com as atribuições de seu cargo, com direito a Função Gratificada Adicional, Nível FGA-4, com o índice estabelecido pelo ANEXO IV da LC nº 193/10, e de acordo com Art.16 parágrafo 4º da Lei Complementar 193 de 06/09/10.

Art. 2º- De acordo com as atribuições mencionadas no Item VI, do ANEXO VI, da referida LC 193/10, o servidor terá como atribuições planejar, implementar, controlar e avaliar todos os trabalhos do Setor de Tratamento de Água e Tratamento de Esgoto, atendendo aos seguintes objetivos:

- Programar e controlar análises físico-químicas e bacteriológicas, de água e esgoto, inclusive dos sistemas com fossa e filtro;
- Orientar equipes de operadores de ETA e ETEs e auxiliares, visando melhorar a qualidade de água, e a eficiência das instalações;
- Coordenar treinamento, em serviço, de Operadores de ETA e ETEs recém admitidos, nas atividades básicas do cargo, bem como orientar e acompanhar atividades adicionais de servidores lotados nas Estações de Tratamento de Água ou Esgoto;
- Pesquisar, propor ou opinar sobre equipamentos e instrumentos mais adequados a execução dos trabalhos nas ETA/ETEs;
- Compilar dados anotados em relatórios diários de operação efetuar cálculos complementares, elaborar boletins mensais de ETA/ETEs, utilizando o programa de controle da ETA e propor melhorias;
- Coordenar montagens e instalações de equipamentos de operação e controle e qualidade da água e esgoto;
- Discutir com a equipe problemas técnicos operacionais e de condições de trabalho, buscando aperfeiçoamento e ou correção;
- Transmitir à chefia imediata, as sugestões da equipe para o melhor desenvolvimento das atividades de operação de ETA e ETEs;
- Efetuar e orientar pesquisas no sentido de melhorar técnicas de tratamento, controle, informatização e automação;
- Organizar escalas de trabalho de servidores lotados nas ETA e ETEs, com assistência da Coordenação Técnica, conforme legislação pertinente;
- Observar, supervisionar e fazer cumprir normas de higiene e segurança nos trabalhos executados na ETA/ETEs, casas de química e laboratórios;
- Manter a limpeza e organização interna da ETA, ETE e casa de química;
- Manter a limpeza dos pátios ETA/ETEs, e captação;
- Observar e fazer cumprir legislação das esferas municipais estaduais e federais, referentes à água esgoto;
- Supervisionar a alimentação do DELAB e fornecer informações

gerenciais;

- Atender a visitas técnicas e de estudos, prestando as informações requeridas;

- Atender solicitações de palestras referentes aos sistemas de tratamento de água e esgoto e controle de qualidade de água, por parte de educandários e outras entidades;

- Prestar informações referentes à qualidade de água ao SISAGUA e às demais esferas governamentais, em decorrência de legislação vigente;

- Propor programa de capacitação dos membros de sua equipe;

- Avaliar o desempenho dos membros de sua equipe;

- Executar outras atividades inerentes à função ou por solicitação de chefias superiores.

- Execer e cumprir outras atribuições específicas de sua área, emanadas da legislação, do Estatuto dos servidores Públicos de Joaçaba, dos superiores e dos ordenamentos legais do SIMAE.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 01 de outubro de 2015.

Aluir Flemming

Diretor Presidente

### **PORTARIA JHL 257/2015**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 257/2015 DE 01.10.2015

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º- Designar a servidora Graciela Pratto Bordin da Rosa, brasileira, inscrita no CPF sob nº 033.369.969-61, residente e domiciliada em Joaçaba, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, Padrão-3, Nível-1, Referência H-2 para responder pela Função de confiança Gerente de Materiais, Transportes e Patrimônio, do SIMAE, cumulativamente com as atribuições de seu cargo, com direito a Função Gratificada Adicional, Nível FGA-4, com o índice estabelecido pelo ANEXO IV da LC nº 193/10, e de acordo com Art.16 parágrafo 4º da Lei Complementar 193 de 06/09/10.

Art. 2º- De acordo com as atribuições mencionadas no Item VII, do ANEXO VI, da referida LC 193/10, o servidor terá como atribuições planejar, implementar, controlar e avaliar todos os trabalhos do Setor de Materiais, Transportes e Patrimônio, atendendo aos seguintes objetivos:

- Assessorar os superiores hierárquicos no exercício de suas funções e atribuições e executar e coordenar a implementação das diretrizes deles emanadas;
- Distribuir tarefas aos servidores lotados no setor sob sua responsabilidade, dando assistência e orientação, objetivando a busca da eficiência;
- Cumprir e fazer cumprir as normas sobre higiene, segurança de trabalho, limpeza e ordem nos locais de trabalho, assim como conservação de materiais, utensílios e equipamentos utilizados;
- Fazer cumprir as normas de proteção individual dos servidores, mediante o uso de equipamentos e tomada das cautelas recomendáveis;
- Cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente ao seu setor e no que lhe diz respeito, as demais legislações relativas a recursos humanos, tais como Estatuto dos Servidores Públicos, Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos, Regime Próprio de Previdência

(IMPRES) e Plano de Saúde (PLASS);

- Requisitar materiais, utensílios e equipamentos necessários ao andamento normal dos serviços, recebendo, conferindo e dando o aceite final;
- Prestar informações aos superiores hierárquicos, sobre o desenvolvimento do trabalho de equipes sob sua chefia;
- Promover e coordenar treinamentos dos servidores sob sua chefia;
- Elaborar planos de trabalho e relatórios das atividades do setor;
- Organizar escalas de trabalho de plantão ou sobreaviso do seu setor, de acordo com as necessidades;
- Discutir com as equipes subordinadas problemas administrativos, técnicos, operacionais e de condições de trabalho, buscando aperfeiçoamento e/ou correções;
- Avaliar o desempenho dos servidores sob sua responsabilidade, propondo medidas administrativas, visando a superação de dificuldades;
- Manter unidade e coesão de equipes subordinadas e desempenhar atividades correlatas às suas funções;
- No interesse do SIMAE, conduzir veículos da Autarquia, quando habilitado e necessário para o exercício da função;
- Executar outras tarefas inerentes à função, estabelecidas pela administração do SIMAE.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 01 de outubro de 2015.

Aluir Flemming

Diretor Presidente

## **PORTARIA JHL 258/2015**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 258/2015 DE 01.10.2015

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Designar a servidora Andréa Reisdorfer Camaroto, brasileira, inscrita no CPF sob nº 021.524.979-88, residente e domiciliada em Luzerna, ocupante do cargo Desenhista/Projetista, Padrão-5, Nível-3, Referência I-6 para responder pela Função de confiança de Gerente do Setor Comercial do SIMAE, cumulativamente com as atribuições de seu cargo, com direito a Função Gratificada Adicional, Nível FGA-4, com o índice estabelecido pelo ANEXO IV da LC nº 193/10, e de acordo com Art.16 parágrafo 4º da Lei Complementar 193 de 06/09/10.

Art. 2º- De acordo com as atribuições mencionadas no Item VII, do ANEXO VI, da referida LC 193/10, a servidora terá como atribuições planejar, implementar, controlar e avaliar todos os trabalhos do Setor Comercial, atendendo aos seguintes objetivos:

- Assessorar os superiores hierárquicos no exercício de suas funções e atribuições e executar e coordenar a implementação das diretrizes deles emanadas;
- Distribuir tarefas aos servidores lotados no setor sob sua responsabilidade, dando assistência e orientação, objetivando a busca da eficiência;
- Cumprir e fazer cumprir as normas sobre higiene, segurança de trabalho, limpeza e ordem nos locais de trabalho, assim como conservação de materiais, utensílios e equipamentos utilizados;
- Fazer cumprir as normas de proteção individual dos servidores, mediante o uso de equipamentos e tomada das cautelas

recomendáveis;

- Cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente ao seu setor e no que lhe diz respeito, as demais legislações relativas a recursos humanos, tais como Estatuto dos Servidores Públicos, Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos, Regime Próprio de Previdência (IMPRES) e Plano de Saúde (PLASS);
- Requisitar materiais, utensílios e equipamentos necessários ao andamento normal dos serviços, recebendo, conferindo e dando o aceite final;
- Prestar informações aos superiores hierárquicos, sobre o desenvolvimento do trabalho de equipes sob sua chefia;
- Promover e coordenar treinamentos dos servidores sob sua chefia;
- Elaborar planos de trabalho e relatórios das atividades do setor;
- Organizar escalas de trabalho de plantão ou sobreaviso do seu setor, de acordo com as necessidades;
- Discutir com as equipes subordinadas problemas administrativos, técnicos, operacionais e de condições de trabalho, buscando aperfeiçoamento e/ou correções;
- Avaliar o desempenho dos servidores sob sua responsabilidade, propondo medidas administrativas, visando a superação de dificuldades;

- Manter unidade e coesão de equipes subordinadas e desempenhar atividades correlatas às suas funções;
- No interesse do SIMAE, conduzir veículos da Autarquia, quando habilitado e necessário para o exercício da função;
- Executar outras tarefas inerentes à função, estabelecidas pela administração do SIMAE.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 01 de outubro de 2015.

Aluir Flemming

Diretor Presidente

## **PORTARIA JHL 259/2015**

PORTARIA SIMAE JHL – Nº 259/2015 DE 01.10.2015

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR: Lindolvander José Machado, Pedreiro, Padrão-4, Nível-1, Referência A-1, para responder pela Função de Encarregado de Serviços de Infraestrutura, cumulativamente com as atribuições de seu cargo, com direito a percepção da Função Gratificada Adicional, Nível FGA-5 de acordo com Art.16, parágrafo 3º, da Lei Complementar 193 de 06/09/10, com a redação dada pela Lei Complementar 221/2012 de 03/04/2012.

Art. 2º- De acordo com as atribuições mencionadas no Item VIII do ANEXO 6, da referida Lei Complementar 193/10, o servidor terá como atribuições:

- Construção, manutenção e conservação de unidades operacionais do SIMAE, compreendendo: reparos em alvenaria, reboco, piso, palanque, tela, arame liso e farpado, pintura, corte de grama, plantio ou poda de árvores e arbustos, limpeza em geral, etc;
- Construção de caixas/abrigos em alvenaria para proteção de válvula redutora de pressão – VRP e demais equipamentos instalados no sistema de distribuição de água;
- Montagem de ferragens e execução de pré-moldados (tampas para caixas de válvulas gavetas, estações pitométricas e outros

modelos conforme necessidade);

- Construção de blocos de concreto para ancoragem de conexões/tubulações no sistema de distribuição de água;
- Reposição de calçada, decorrente de intervenções realizadas pelo SIMAE para manutenção ou ampliação do sistema de distribuição de água;
- Emissão e preenchimento de ordens de serviços.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 01 de Outubro de 2015.

Aluir Flemming  
Diretor Presidente

### **PORTARIA JHL 260/2015**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 260/2015 DE 01.10.2015

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º- Designar o servidor André Francisco Fiorin, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 947.432.319-49, residente e domiciliado em Joaçaba, ocupante do cargo de Auxiliar Controle Operacional, Padrão-5, Nível-3, Referência I-6 para responder pela função de confiança de Diretor Técnico do SIMAE, cumulativamente com as atribuições de seu cargo, com direito a percepção da Função Gratificada Adicional, Nível FGA-3, de acordo com Art.16, parágrafo 3º da Lei Complementar 193 de 06/09/10.

Art. 2º- De acordo com as atribuições mencionadas no Item III, do ANEXO VI, da referida LC 193/10, o servidor terá como atribuições planejar, implementar, controlar e avaliar todos os trabalhos da Diretoria Técnica, atendendo aos seguintes objetivos:

- Assessorar o Diretor Adjunto no exercício de suas funções;
- Coordenar as atividades técnicas da Autarquia;
- Participar e elaborar estudos sobre a necessidade de revisão de projetos, melhorias, ampliações e evoluções tecnológicas dos sistemas de água e esgoto;
- Estudar os projetos dos sistemas de água e esgoto e propor ações e programas que devam constar do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual;
- Planejar as atividades da área técnica, avaliando as necessidades de mão-de-obra, materiais, ferramentas e equipamentos e prazos de execução;
- Encaminhar ao Diretor Administrativo as requisições de compra de materiais, equipamentos e contratação de serviços para a área técnica, com as devidas justificativas;
- Supervisionar a eficiência dos trabalhos executados pelos setores da área técnica;
- Apresentar relatórios estatísticos periódicos, solicitados pela Diretoria Adjunta;
- Organizar e supervisionar a execução das atividades operacionais de instalação, manutenção e conserto de adutoras, redes e ramais e obras relacionadas ao setor técnico;
- Coordenar e participar de trabalhos referentes às atividades de operação e manutenção, planejamento, projeto e construção de novas instalações técnicas;
- Supervisionar a organização das escalas de trabalho da área técnica, pelos gerentes de setor;
- Encaminhar ao Diretor Administrativo a proposta de escala de

férias de servidores da área técnica, com base em regulamentações pertinentes e em decisões superiores, atendendo determinações legais;

- Tomar medidas que objetivem a prestação de serviços adequados, eficientes, seguros e contínuos aos consumidores;
- Estudar e sugerir medidas destinadas a simplificar trabalhos, aumentar eficiência e reduzir custos de operação;
- Promover inspeção de equipamentos e estabelecer testes a serem realizados, de acordo com o tipo e o uso de cada equipamento, controlando a sua qualidade, observadas as suas especificações;
- Realizar estudos sobre sistemas de abastecimento de água sistemas de coleta e tratamento de esgoto, cálculos, medições e outras operações oportunas, para colaborar em trabalhos de pesquisa e aperfeiçoamento relativos aos sistemas operados pelo SIMAE;
- Orientar as gerências sob sua responsabilidade na solução de problemas administrativos e técnicos de responsabilidade da Diretoria Técnica e manter a coesão e harmonia entre os setores;
- Supervisionar o regular cumprimento do uso de equipamentos de proteção à segurança e à saúde dos servidores;
- Orientar, supervisionar e rever trabalhos de equipes técnicas auxiliares;
- Aplicar e fazer observar as normas do SIMAE na área técnica;
- No interesse do SIMAE, conduzir veículos da Autarquia, quando habilitado e necessário para o exercício da função;
- Executar outras tarefas que lhe forem atribuídas.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 01 de outubro de 2015.

Aluir Flemming  
Diretor Presidente



# Lages

## PREFEITURA

### EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 43/2014 SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 043/2014 SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: GILSON ROBERTO PETRY ME, inscrito no CNPJ sob n.º 17.769.360/0001-55, com sede Rua Cel Córdova 458 – Ed Ezteca Sala 610 – Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Execução de Serviços de Manutenção dos Próprios para Secretaria Municipal de Águas e Saneamento – SEMASA, em conformidade com as especificações prescritas em CD e no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução: de acordo com parecer Jurídico nº 1485, fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias;

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

de acordo com parecer Jurídico nº 1485, fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias.

Lages, 21 de Setembro de 2015.

Benjamin Schultz

### EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 061/2014 FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 061/2014 FMAS.

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC – CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: B & P CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP inscrita no CNPJ sob nº 07.052.006/0001-51, estabelecida na Avenida Armando Pereira de Souza, 101 – sala 2 – Bairro Poço Rico, Otacilio Costa/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para a Construção do Espaço Físico para Implantação do CRAS no Bairro Conta Dinheiro.

De acordo com solicitação de reprogramação de itens, efetuada pela secretaria do Planejamento, sob ofício 225/2015, com anuência da Secretaria da Fazenda sob nº 235/2015 e com parecer Jurídico (PROGEM) nº1486/2015 favorável, ADITA-SE o valor de 28.044,01 (vinte e oito mil e quarenta e quatro reais e um centavo);

Considerando o reajuste anual e com base na Cláusula Quinta do contrato, fica reajustado em 3,9370% conforme índice IGP-DI de maio de 2014 a Abril de 2015, gerando um aditivo de 3.014,25 (três mil e catorze reais e vinte e cinco centavos);

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 29 de setembro de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito em Exercício

### EXTRATO CONTRATO 382/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 382/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC..

CONTRATADO: ORLEANS INFORMÁTICA EIRELLI EPP, inscrita no CNPJ: 02.315.593/0001-00 com sede a Rua barão do Rio Branco, 312 – Bairro Centro – CEP 88870-000 – Orleans/SC

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 201/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 87/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Utensílios Domésticos e Eletrodomésticos para o CEIM Bairro da Várzea e CEIM Bairro Pró-Morar, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega(s): em até 20 (vinte) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), à Av. Belizário Ramos, 5.043 Bairro São Cristóvão, nesta cidade.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, que será emitida pela Secretaria de Administração, conforme solicitação da Secretaria Requisitante CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 7.699,16 (sete mil seiscentos e noventa e nove reais e dezesseis centavos).

Lages, 23 de setembro de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

### EXTRATO CONTRATO 383/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 383/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC..

CONTRATADO: CÉLIA REGINA W. SANI - ME inscrita no CNPJ n.º 04.195.853/0001-87, com sede Av. Beira Rio, 730 – Galpão Centro – CEP 88.450-000 – Alfredo Wagner/SC

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 201/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 87/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Utensílios Domésticos e Eletrodomésticos para o CEIM Bairro da Várzea e CEIM Bairro Pró-Morar, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega(s): em até 20 (vinte) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), à Av. Belizário Ramos, 5.043 Bairro São Cristóvão, nesta cidade.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais será feita mediante

Autorização de Fornecimento fracionada, que será emitida pela Secretaria de Administração, conforme solicitação da Secretaria Requisitante CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 1.049,00 (um mil e quarenta e nove reais).

Lages, 23 de setembro de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

### **EXTRATO CONTRATO 385/2015 PML**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 385/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC..

CONTRATADO: SANDRO VILMAR PIRES, inscrita no CNPJ sob n.º 09.253.952/0001-91, com sede a Rua João Teófilo Deucher, 29 – Centro – CEP 88680-000 – Bom Retiro/SC

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 201/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 87/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Utensílios Domésticos e Eletrodomésticos para o CEIM Bairro da Várzea e CEIM Bairro Pró-Morar, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega(s): em até 20 (vinte) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), à Av. Belizário Ramos, 5.043 Bairro São Cristóvão, nesta cidade.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, que será emitida pela Secretaria de Administração, conforme solicitação da Secretaria Requisitante CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 30.383,00 (trinta mil trezentos e oitenta e três reais).

Lages, 23 de setembro de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

### **EXTRATO CONTRATO 386/2015 PML**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 386/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC..

CONTRATADO: RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME INSCRITA NO CNPJ N.º 21.304.312/0001-69, Com Sede a Rua Amsterdam, 891 – Itoupavazinha – Cep 89.070-490 – Blumenau/SC

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 201/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 87/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Utensílios Domésticos e Eletrodomésticos para o CEIM Bairro da Várzea e CEIM Bairro Pró-Morar, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega(s): em até 20 (vinte) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), à Av. Belizário Ramos, 5.043 Bairro São Cristóvão, nesta cidade.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, que será emitida pela Secretaria de Administração, conforme solicitação da Secretaria Requisitante CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 985,60 (novecentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos).

Lages, 23 de setembro de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

### **EXTRATO CONTRATO 387/2015 PML**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 387/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: MICANTO MÓVEIS SOB MEDIDA LTDA - EPP inscrita No CNPJ N.º 11.074.257/0001-04, Com Sede a Rua Edmundo Koch, 1515 – Nereu Ramos – Jaraguá do Sul/SC – Cep 89.265-515 Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 220/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 99/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de lixeiras de 50 litros para Diversas Avenidas, Ruas e Praças do Município de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega(s): em até 30 dias da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), conforme a necessidade da Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos, no(s) local(is) definido(s) na(s) Solicitação(ões) delimitado(s) ao perímetro urbano.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, que será emitida pela Secretaria de Administração, conforme solicitação da Secretaria Requisitante CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 22.470,00 (vinte e dois mil quatrocentos e setenta reais).

Lages, 24 de agosto de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

### **EXTRATO CONTRATO 388/2015 PML**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 388/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: ORLEANS INFORMÁTICA EIRELLI EPP, inscrita no CNPJ: 02.315.593/0001-00 com sede a Rua barão do Rio Branco, 312 – Bairro Centro – CEP 88870-000 – Orleans/SC

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 220/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 99/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de lixeiras de 50 litros para Diversas Avenidas, Ruas e

Praças do Município de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega(s): em até 30 dias da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), conforme a necessidade da Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos, no(s) local(is) definido(s) na(s) Solicitação(ões) delimitado(s) ao perímetro urbano.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, que será emitida pela Secretaria de Administração, conforme solicitação da Secretaria Requisitante

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)**  
O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 9.750,00 (nove mil setecentos e cinquenta reais).

Lages, 24 de agosto de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO CONTRATO 389/2015 PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 389/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: PARTNER COMERCIAL LTDA ME inscrita no CNPJ sob nº 08.234.845/0001-53, estabelecida na Rua. Papanduva, 08– Esquina com a rua Jaraguá do Sul– Petrópolis, Lages/SC – CEP. 88.505-366

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 225/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 103/2015.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Aquisição de Notebooks e projetor Multimídia para uso do Corpo de Bombeiros, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega: em até 15 (quinze) dias a contar da solicitação, no Corpo de Bombeiros de Lages, à Rua Mato Grosso nº 171, Bairro São Cristóvão, nesta cidade, no horário das 13:00 às 19:00 horas.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, que será emitida pela Secretaria de Administração, conforme solicitação da Secretaria Requisitante

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)**  
O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 2.490,00 (dois mil e quatrocentos e noventa reais).

Lages, 11 de setembro de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO CONTRATO 390/2015 PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 390/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: SANDRO VILMAR PIRES, inscrita no CNPJ sob n.º 09.253.952/0001-91, com sede a Rua João Teófilo Deucher, 29 – Centro – CEP 88680-000 – Bom Retiro/SC

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 225/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 103/2015.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Aquisição de Notebooks e projetor Multimídia para uso do Corpo de Bombeiros, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega: em até 15 (quinze) dias a contar da solicitação, no Corpo de Bombeiros de Lages, à Rua Mato Grosso nº 171, Bairro São Cristóvão, nesta cidade, no horário das 13:00 às 19:00 horas.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, que será emitida pela Secretaria de Administração, conforme solicitação da Secretaria Requisitante

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)**  
O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 15.014,30 (quinze mil e catorze reais e trinta centavos).

Lages, 11 de setembro de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO ERRATA CONTRATO 294/2015 PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ERRATA AO CONTRATO 294/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: MADEIREIRA FONTANA LTDA inscrita no CNPJ sob n.º 83.216.598/0001-88, estabelecida a Rua Eng. Paulo ribeiro, 505 – Área Industrial, Lages/SC, CEP 88514-010.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 180/2015, correlato a Pregão Presencial nº 74/2015

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Aquisição de Materiais para Conservação e Manutenção dos Abrigos de Passageiros de Ônibus urbano, e para atender as necessidades da Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

**LEIA-SE****CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).

Lages, 16 de junho de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício



**CÂMARA MUNICIPAL****EDITAL 014/2015**

EDITAL Nº. 014/2015

ADILSON APPOLINÁRIO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Lages/SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais e de conformidade com a Lei nº. 2545/1999, fará realizar Audiência Pública, conforme segue:

Data: 29/10/2015.

Horário: 19h00min(dezenove horas)

Pauta: Audiência Pública no Bairro Sagrado Coração de Jesus para tratar de assuntos referentes a obras, educação, saúde e meio ambiente.

Local: Auditório da Igreja Sagrado Coração de Jesus  
Rua: Humberto de Campos  
Bairro: Sagrado Coração de Jesus - Lages , SC

Inscrições: até o início dos trabalhos.

Obs.: Maiores informações na secretaria da casa ou no site [www.camaralages.sc.gov.br](http://www.camaralages.sc.gov.br).

Lages, 29 de setembro de 2015.  
ADILSON APPOLINÁRIO  
Presidente

**LEI 4128/2015**

LEI Nº 4128/2015

De 29 de setembro de 2015.

DISPÕE SOBRE A AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ATENDIMENTO EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E DEMAIS LOCAIS DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO, COM A IMPLANTAÇÃO DE SENHAS SONORAS E EM BRAILLE, SIMULTANEAMENTE ÀS SENHAS ELETRÔNICAS JÁ EXISTENTES.

JOSÉ VOLNIR SCHEUERMANN, Vice-Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Lages, Estado de Santa Catarina, FAÇO SABER, que a edilidade, em sessão Plenária aprovou e eu promulgo nos termos do artigo 69, parágrafo 6º da Lei Orgânica Municipal a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Os estabelecimentos de atendimento ao público, de qualquer natureza, que disponibilizem senhas aos clientes, deverão adotar medidas que viabilizem a percepção auditiva e tátil dos portadores de necessidades especiais, notadamente:

I- Disponibilização senhas sonoras para atendimento aos portadores de necessidades especiais, em conformidade com as normas técnicas;

II- Disponibilização de senhas em braille para atendimento aos portadores de necessidades especiais, em conformidade com as normas técnicas.

Art.2º. Os estabelecimentos terão um prazo de 90 dias para se adequar ao disposto nesta Lei.

Art.3º. O descumprimento desta lei acarretará em multa de 3 ( três ) UFML.

Art.4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 29 de setembro de 2015.

JOSÉ VOLNIR SCHEUERMANN  
Vice-Presidente

Registre-se. Publique-se.

JOSÉ VOLNIR SCHEUERMANN  
Vice-Presidente

# Laguna

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 1213/2015**

PORTARIA RH Nº 1213/2015

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS, INÁCIA DA ROSA MACHADO Engenheiro Ambiental, do dia 09.09.2015 a 08.10.2015, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 09 de Setembro de 2015.

ALINE TRICHÊS SAVI

Presidente de Fundação

**PORTARIA Nº 1239/2015**

PORTARIA RH Nº 1239/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS, ROSILEI LUIZ VALÉRIO Auxiliar de Serviços Gerais, do dia 08.09.2015 a 07.10.2015, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Setembro de 2015.

RAQUEL XAVIER

Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 1240/2015**

PORTARIA RH Nº 1240/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014, e processo protocolado sob o nº 4777/2015;

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 28 de Agosto de 2015 a 25 de Novembro de 2015, ao Servidor JULIANA BIROLO TEIXEIRA, Odontólogo, referente ao período 2007/2012, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Setembro de 2015.

RAQUEL XAVIER

Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 1247/2015**

PORTARIA RH Nº 1247/2015

O SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS, LEYDIANA SILVA AGOSTINHO Coordenador, do dia 17.09.2015 a 16.10.2015, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Setembro de 2015.

LORENA BARBOSA DE ANDRADE

Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 1248/2015**

PORTARIA RH Nº 1248/2015

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS, LUCIANO FERREIRA VALÉRIO Guarda Municipal, do dia 17.09.2015 a 16.10.2015, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Setembro de 2015.

LUIZ PAULO DE REZENDE

Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 1249/2015**

PORTARIA RH Nº 1249/2015

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014, e processo protocolado sob o nº 4359/2015;

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 18 de Setembro de 2015 a 16 de Dezembro de 2015, ao Servidor VALDIR PEDRO REBELO FILHO, Professor, referente ao período 2005/2010, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 18 de Setembro de 2015.

KLEVYS LOPES ROSA

Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 1250/2019**

PORTARIA RH Nº 1250/2015

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014, e processo protocolado sob o nº 3918/2015;

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 18 de Setembro de 2015 a 16 de Dezembro de 2015, ao Servidor CRISTINA MARIA DE OLIVEIRA NASCIMENTO, Professor, referente ao período 2005/2010, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 18 de Setembro de 2015.  
KLEVYS LOPES ROSA  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 1251/2015**

PORTARIA RH Nº 1251/2015

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014, e processo protocolado sob o nº 4100/2015;

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 18 de Setembro de 2015 a 16 de Dezembro de 2015, ao Servidor MARINÊZ MONTEMEZZO, Professor, referente ao período 2007/2012, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 18 de Setembro de 2015.  
KLEVYS LOPES ROSA  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 1252/2015**

PORTARIA RH Nº 1252/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 21.09.2015 a 20.10.2015, com lotação na Secretaria de Saúde.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Anderson da Silva Laureano	2014/2015
Felipe Batista Gordo	2013/2015

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 21 de Setembro de 2015.  
RAQUEL XAVIER  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 1253/2015**

PORTARIA RH Nº 1253/2015

O SECRETÁRIO DE OBRAS E SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS, MARQUES SANDRO AGOSTINHO Motorista, do dia 21.09.2015 a 20.10.2015, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 21 de Setembro de 2015.  
RENATO DE OLIVEIRA  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 1254/2015**

PORTARIA RH Nº 1254/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

**RESOLVE:**

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor CARLA CARVALHO NUNES Técnico em Enfermagem, do período de 05/03/2012 a 20/09/2015, lotado na Secretaria de Saúde, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 21 de Setembro de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1255/2015**

PORTARIA RH Nº 1255/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014, e processo protocolado sob o nº 5134/2015;

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 21 de Setembro de 2015 a 20 de Outubro de 2015, ao Servidor VERA LÚCIA DE OLIVEIRA, Auxiliar de Consultório Dentário, referente ao período 2007/2012, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 21 de Setembro de 2015.  
RAQUEL XAVIER  
Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 1256/2015**

PORTARIA RH Nº 1256/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS, LINDOMAR GIUSTI JÚNIOR Motorista, do dia 21.09.2015 a 05.10.2015, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 21 de Setembro de 2015.

RAQUEL XAVIER

Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 1257/2015**

PORTARIA RH Nº 1257/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO, JÚLIA MACIEL do Cargo de Assistente Social, de Provimento efetivo, com lotação na Secretaria de Assistência Social - CRAS, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 21 de Setembro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1258/2015**

PORTARIA RH Nº 1258/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

ADMITIR, em caráter temporário CAMILA FIDELIX DE SOUZA para exercer o Cargo de Professor Auxiliar, 20 horas, HAB 010, em substituição a Sra. Ângela Maria Cardoso da Silva que se encontra em Auxílio-doença, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 23/09/2015, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 23 de Setembro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1259/2015**

PORTARIA RH Nº 1259/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

ADMITIR, em caráter temporário AILSON JOSÉ PAULINO JÚNIOR

para exercer o Cargo de Professor de Geografia, 10 horas, HAB 100, em substituição a Sra. Ângela Maria Cardoso da Silva que se encontra em Auxílio-doença, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 23/09/2015, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 23 de Setembro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1260/2015**

PORTARIA RH Nº 1260/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS, ADRIANA TEODORO Técnico em Enfermagem, do dia 28.09.2015 a 27.10.2015, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 28 de Setembro de 2015.

RAQUEL XAVIER

Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 1261/2015**

PORTARIA RH Nº 1261/2015

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS, LUIS FERNANDO NANDI VICENTE Advogado, do dia 28.09.2015 a 27.10.2015, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 28 de Setembro de 2015.

LUIZ PAULO DE REZENDE

Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 1262/2015**

PORTARIA RH Nº 1262/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

EXONERAR, WALLASTON DE OLIVEIRA do Cargo em comissão de Assessor de Planejamento e Marketing Turístico, AS 2, com lotação na Secretaria de Turismo, Lazer e Desenvolvimento Econômico e Social, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 28 de Setembro de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

# Lauro Muller

## PREFEITURA

### COMUNICADO AUDIENCIA

#### COMUNICADO

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, Prefeito Municipal de Lauro Müller/SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 48, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, consoante Lei Municipal, COMUNICA as entidades civis organizadas e a população em geral, que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA, às 16h00min do dia 30 de Setembro de 2015, no Auditório Municipal da Prefeitura, sito à Rua Walter Vetterli, nº 239, Centro, Lauro Müller, Santa Catarina, para discussão sobre a elaboração da LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2016 e AVALIAÇÃO DO 2º QUADRIMESTRE DE 2015, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, Fundação Ambiental Municipal de Lauro Müller, Fundo Municipal de Saúde e Hospital Municipal Henrique Lage.

Lauro Müller/SC, 25 de Setembro de 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

### RESOLUÇÃO CMDCA Nº 04/2015

#### RESOLUÇÃO CMDCA Nº04/2015

Dispõe sobre a criação de Comissão Eleitoral responsável pelo processo de escolha unificada para Conselheiros Tutelares no Município de Lauro Müller.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições estabelecidas na lei municipal nº 1.855/2015 e deliberação dos membros do CMDCA presentes em reunião ordinária realizada no dia 29 de setembro de 2015.

CONSIDERANDO resolução 170 de 10 de dezembro de 2014 que Altera a Resolução nº 139, de 17 de março de 2010 para dispor sobre o processo de escolha em data unificada em todo o território nacional dos membros do Conselho Tutelar.

CONSIDERANDO o Guia de Orientações do processo de escolha unificada dos Membros do Conselho Tutelar, que prevê estabelecer parâmetros comuns para eleições em todos os municípios brasileiros, elaborado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

CONSIDERANDO o edital CMDCA nº 01/2015 que dispõe sobre o processo de escolha unificada para Conselheiros Tutelares no Município de Lauro Müller.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Criar a Comissão Eleitoral responsável pelo processo de escolha unificada para Conselheiros Tutelares no Município de Lauro Müller.

Art. 2º - Informar que a composição será paritária e sua atribuição principal é a realização do Processo de Escolha para Conselheiros Tutelares.

Paragrafo único - A Comissão terá seu trabalho encerrado após a divulgação no Diário Oficial ou em meio equivalente, do nome dos cinco conselheiros tutelares titulares escolhidos e suplentes em ordem decrescente de votação.

Art. 3º - Fica constituída a comissão eleitoral, com os seguintes membros, representantes do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente:

- a) Rosimeri Candido
- b) Juliana Leandro Ramos Benedet

- c) Rosilene Barbosa Vicente
- d) Luzia Madeira Salvador

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

Lauro Muller, 29 de setembro de 2015.

Suzamara Vieira

Presidente do CMDCA



# Lebon Régis

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 23/2015

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 23/2015

Licitação: PR03/2015.

Objeto: Adequação do item 179 (Gás de Cozinha P13) do contrato em epígrafe ao preço de mercado, nos termos do art. 65, inciso II, alínea "d", da lei 8.666/93. Passando o valor do botijão para R\$51,80, reajuste de 12,6%.

Contratante: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

Contratado: COMPANHIA ULTRAGÁS S.A. CNPJ 61.602.199/0232-44

Vigência: 28/09/2015. Término: 31/12/2015

Lebon Régis, 30/09/2015.

Ludovino Labas-Prefeito Municipal

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO 2015

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Nº PR19/2015\_RP06 PROCESSO 38/2015

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a elaboração de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para eventual compra escalonada de materiais e serviços gráficos, visando atender as necessidades das Secretarias de Agricultura, Administração, Educação e Juventude Lazer e Esportes, conforme especificações técnica contidas no Anexo I deste edital. Data de Homologação: 29/09/2015. Licitantes Homologados: POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA Lotes 1,3,9 valor total de R\$ 9.095,00. GRÁFICA BS LTDA-ME Lotes 2,4,5 valor total de R\$ 9.610,00. BUSINESS EDITORA E PUBLICAÇÃO DE INFORMATIVOS LTDA-EPP 6,7,8 valor total de R\$ 13.915,00.

Lebon Régis, 29/09/2015

Ludovino Labas - Prefeito Municipal

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº06/2015: licitação: PR19/2015.

Objeto: Eventual compra escalonada de materiais e serviços gráficos, visando atender as necessidades das Secretarias de Agricultura, Administração, Educação e Juventude Lazer e Esportes, conforme especificações técnica contidas no Anexo I do edital.

Contratante: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

Contratado: POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA ME. Valor: 9.095,00 (nove mil e noventa e cinco reais). Vigência: 21/09/2015. Término: 21/09/2016. Lebon Régis, 30/09/2015.

Ludovino Labas-Prefeito Municipal

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº06/2015: licitação: PR19/2015.

Objeto: Eventual compra escalonada de materiais e serviços gráficos, visando atender as necessidades das Secretarias de Agricultura, Administração, Educação e Juventude Lazer e Esportes, conforme especificações técnica contidas no Anexo I do edital.

Contratante: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

Contratado: GRÁFICA BS LTDA-ME. Valor: 9.610,00 (nove mil e seiscentos e dez reais). Vigência: 21/09/2015. Término: 21/09/2016. Lebon Régis, 30/09/2015.

Ludovino Labas-Prefeito Municipal

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº06/2015: licitação: PR19/2015.

Objeto: Eventual compra escalonada de materiais e serviços gráficos, visando atender as necessidades das Secretarias de Agricultura, Administração, Educação e Juventude Lazer e Esportes,

conforme especificações técnica contidas no Anexo I do edital.

Contratante: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

Contratado: BUSINESS EDITORA E PUBLICAÇÕES DE INFORMATIVOS LTDA-EPP. Valor: 13.915,00 (treze mil novecentos e quinze reais). Vigência: 21/09/2015. Término: 21/09/2016. Lebon Régis, 30/09/2015.

Ludovino Labas-Prefeito Municipal

### LEI MUNICIPAL Nº 1.526/2015

Lei Municipal nº 1.526/2015, de 25 de setembro de 2015

"AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional no orçamento geral do município de Lebon Régis no valor de R\$ 3.010.939,00 (três milhões, dez mil e novecentos e noventa e trinta e nove reais) com as seguintes classificações orçamentárias.

Unidade Orçamentária:	2020 - GABINETE DO PREFEITO	
Função:	4 - Administração	
Subfunção:	122 - Administração Geral	
Programa:	2 - Administração	
Ação:	2.2 - Manutenção do Gabinete do Prefeito	
Despesa 8	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	40.000,00
Unidade Orçamentária:	2050 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Subfunção:	122 - Administração Geral	
Programa:	2 - Administração	
Ação:	2.10 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	
Despesa 16	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	360.000,00
Despesa 17	3.3.72.00.00 Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de	10.000,00
Despesa 18	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	205.000,00
Ação:	2.9 - Contribuições em Geral	
Despesa 14	3.3.50.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	21.000,00
Ação:	2.5 - Pagamento de Pasep	
Despesa 34	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	11.000,00
Unidade Orçamentária:	2060 - SECRETARIA EDUCACAO CULT. DESPORTO	
Função:	12 - Educação	
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental	
Programa:	11 - Educação Básica	
Ação:	2.16 - Manutenção da Educação Básica	
Despesa 37	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	141.000,00

Ação:	2.17 - Manutenção do Transporte Escolar	
Despesa 50	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	105.000,00
Ação:	2.57 - Aplicação Recursos FUNDEB	
Despesa 63	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	817.939,00
Unidade Orçamentária:	2065 - SECRET. JUVENTUDE LAZER E ESPORTES	
Função:	27 - Desporto e Lazer	
Subfunção:	812 - Desporto Comunitário	
Programa:	8 - Desporto Amador	
Ação:	2.13 - Manutenção das Atividades Esportivas e Recreativas	
Despesa 84	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	60.000,00
Despesa 85	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	30.000,00
Unidade Orçamentária:	2080 - SECRETARIA SERVICOS MUNICIPAIS	
Programa:	19 - Serviços Urbanos	

Ação:	1.12 - Pavimentação de Ruas	
Despesa 120	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	157.000,00
Ação:	2.32 - Manutenção dos Serviços Urbanos	
Despesa 115	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	150.000,00
Programa:	21 - Estradas Vicinais	
Ação:	2.34 - Manutenção da Malha Rodoviária Municipal	
Despesa 133	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	87.000,00
Unidade Orçamentária:	93030 - FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL	
Função:	8 - Assistência Social	
Subfunção:	242 - Assistência ao Portador de Deficiência	
Programa:	26 - Assistência Social Geral	
Ação:	2.39 - Manutenção do Fundo de Assistência Social	
Despesa 201	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	25.000,00
Unidade Orçamentária:	91000 - FUNDO MUNIC. DE SAUDE - LEBON REGIS	
Função:	10 - Saúde	
Subfunção:	301 - Atenção Básica	
Programa:	28 - Saúde Básica	
Ação:	1.40 - Construções, Ampliações e Reforma de UBS	
Ação:	2.41 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
Despesa 168	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	243.000,00
Despesa 259	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	18.000,00
Despesa 181	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	237.000,00
Ação:	2.44 - Aplicação Recursos do PSF	
Despesa 183	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	200.000,00
Despesa 258	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	26.000,00
Programa:	30 - Assistência Social	
Ação:	2.66 - Manutenção da Secretaria de Assistência Social	
Despesa 210	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	42.000,00
Despesa 201	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	25.000,00
TOTAL R\$.		3.010.939,00

Art. 2º - Para cobertura de crédito suplementar no valor de R\$. 3.010.939,00 (três milhões, dez mil e novecentos e noventa e trinta e nove reais) ficam anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária:	2050 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	
Função:	4 - Administração	

Subfunção:	121 - Planejamento e Orçamento	
Programa:	3 - Controle Interno	
Ação:	2.7 - Manutenção do Controle Interno	
Despesa 12	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	4.900,00
Subfunção:	122 - Administração Geral	
Programa:	2 - Administração	
Ação:	2.10 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	
Despesa 22	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	440,00
Programa:	4 - Contribuições	
Ação:	2.8 - Contribuições a Entidades Municipais	
Despesa 13	3.3.50.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	21.400,00
Função:	28 - Encargos Especiais	
Subfunção:	846 - Outros Encargos Especiais	

Programa:	0 - Operações Especiais	
Ação:	2.3 - Pagamento da Dívida Interna Fundada	
Despesa 31	3.2.90.00.00 Aplicações Diretas	50.000,00
Despesa 32	4.6.90.00.00 Aplicações Diretas	220.000,00
Ação:	2.4 - Pagamento de Precatórios	
Despesa 33	3.2.90.00.00 Aplicações Diretas	69.500,00
Unidade Orçamentária:	2060 - SECRETARIA EDUCACAO CULT. DESPORTO	
Função:	12 - Educação	
Subfunção:	361 - Ensino Fundamental	
Programa:	11 - Educação Básica	
Ação:	2.16 - Manutenção da Educação Básica	
Despesa 38	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	200.000,00
Despesa 39	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	825.000,00
Despesa 40	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	2.675,00
Despesa 41	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	119.000,00
Ação:	2.17 - Manutenção do Transporte Escolar	
Despesa 53	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	30.000,00
Despesa 54	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	21.400,00
Despesa 55	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	10.700,00
Despesa 56	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	3.210,00
Ação:	2.55 - Aplicação Recursos Salário Educação	
Despesa 62	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	40.757,00
Ação:	2.57 - Aplicação Recursos FUNDEB	
Despesa 64	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	270.000,00
Despesa 65	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	50.000,00
Programa:	12 - Desporto Estudantil	
Ação:	1.45 - Construção, Ampliação e Reformas de Escolas	
Despesa 66	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	10.000,00
Ação:	2.18 - Manutenção do Desporto Estudantil	
Despesa 68	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	5.350,00
Despesa 69	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	1.070,00
Subfunção:	364 - Ensino Superior	
Programa:	13 - Ensino Superior	
Ação:	2.19 - Promoção e Extensão do Ensino Superior	
Despesa 70	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	7.645,00
Despesa 71	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	1.000,00
Ação:	2.20 - Apoio Financeiro a Estudantes	
Despesa 72	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	26.750,00
Subfunção:	367 - Educação Especial	
Programa:	14 - Educação Infantil	



Ação:	1.8 - Construção, Reformas e Ampliações de Creches	
Despesa 77	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	10.700,00
Unidade Orçamentária:	2065 - SECRET. JUVENTUDE LAZER E ESPORTES	
Função:	27 - Desporto e Lazer	
Subfunção:	812 - Desporto Comunitário	
Programa:	8 - Desporto Amador	
Ação:	2.59 - Manutenção do Estádio Tira-dentes	
Despesa 94	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	1.000,00
Unidade Orçamentária:	2080 - SECRETARIA SERVICOS MUNICIPAIS	
Função:	15 - Urbanismo	
Subfunção:	451 - Infra-Estrutura Urbana	
Programa:	18 - Serviços de Utilidade Publica	

Ação:	1.13 - Construção de Praças Calçadas e Passeios	
Despesa 123	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	10.700,00
Despesa 125	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	10.700,00
Ação:	2.26 - Manutenção da Iluminação Publica	
Despesa 102	3.1.71.00.00 Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de	5.350,00
Despesa 104	4.4.71.00.00 Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de	10.700,00
Despesa 236	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	64.200,00
Ação:	2.28 - Conservação do Cemitério e Capela Mortuária	
Ação:	2.29 - Manutenção de Praças e Jardins	
Despesa 107	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	5.350,00
Despesa 108	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	2.140,00
Ação:	2.31 - Sinalização de Trânsito	
Despesa 111	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	5.350,00
Despesa 112	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	5.350,00
Programa:	19 - Serviços Urbanos	
Ação:	1.12 - Pavimentação de Ruas	
Despesa 260	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	9.100,00
Programa:	20 - Saneamento Urbano	
Ação:	1.18 - Programa de Saneamento Básico	
Despesa 127	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	5.350,00
Subfunção:	452 - Serviços Urbanos	
Programa:	18 - Serviços de Utilidade Publica	
Ação:	2.25 - Manutenção da Limpeza Publica e Coleta de Lixo	
Ação:	2.32 - Manutenção dos Serviços Urbanos	
Despesa 118	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	11.170,00
Função:	26 - Transporte	
Subfunção:	782 - Transporte Rodoviário	
Programa:	18 - Serviços de Utilidade Publica	
Ação:	2.30 - Construção, Conservação de Abrigos de Passageiros	
Despesa 109	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	5.350,00
Despesa 110	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	5.350,00
Programa:	21 - Estradas Vicinais	
Ação:	2.34 - Manutenção da Malha Rodoviária Municipal	
Unidade Orçamentária:	2085 - SECRETARIA PLANEJ. E HABITACAO	
Função:	4 - Administração	
Subfunção:	121 - Planejamento e Orçamento	
Programa:	25 - Habitação Popular	

Ação:	2.60 - Manutenção da Secretaria de Planejamento e Habitação	
Despesa 136	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	46.010,00
Despesa 138	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	10.700,00
Despesa 240	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	10.700,00
Função:	16 - Habitação	
Subfunção:	482 - Habitação Urbana	
Programa:	25 - Habitação Popular	
Ação:	2.33 - Manutenção do Fundo Municipal de Habitação	
Despesa 140	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	10.700,00
Despesa 144	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	10.700,00
Unidade Orçamentária:	2090 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
Função:	17 - Saneamento	
Subfunção:	512 - Saneamento Básico Urbano	
Programa:	20 - Saneamento Urbano	
Ação:	1.18 - Programa de Saneamento Basico	

Despesa 163	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	10.700,00
Despesa 166	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	10.700,00
Função:	18 - Gestão Ambiental	
Subfunção:	541 - Preservação e Conservação Ambiental	
Programa:	22 - Meio Ambiente	
Ação:	2.35 - Manutenção das Atividades de Meio Ambiente	
Despesa 146	3.1.71.00.00 Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de	2.140,00
Despesa 147	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	46.010,00
Despesa 148	3.3.71.00.00 Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de	16.050,00
Despesa 150	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	10.700,00
Despesa 151	4.4.71.00.00 Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de	1.070,00
Despesa 152	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	5.350,00
Função:	20 - Agricultura	
Subfunção:	606 - Extensão Rural	
Programa:	23 - Promoção e Extensão Rural	
Ação:	2.36 - Manutenção da Secretaria de Agricultura	
Despesa 154	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	64.000,00
Despesa 158	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	9.500,00
Ação:	2.37 - Manutenção da Patrulha Agrícola	
Despesa 160	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	15.000,00
Despesa 162	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	10.700,00
Despesa 251	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	1.000,00
Unidade Orçamentária:	91010 - FUNDO MUNIC. DE SAUDE - LEBON REGIS	
Função:	10 - Saúde	
Subfunção:	301 - Atenção Básica	
Programa:	28 - Saúde Básica	
Ação:	2.41 - Manutenção do Fundo Municipal de Saude	
Despesa 176	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	50.000,00
Ação:	2.73 - Recursos do Estado - Co-Financi - E.S.F	
Despesa 197	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	40.000,00
Despesa 198	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	24.650,00
Ação:	2.42 - Aplicação Recursos do PAB Fixo	
Despesa 180	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	40.000,00
Ação:	2.43 - Aplicação Recursos do PACS	
Despesa 182	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	32.000,00

Ação:	2.50 - Aplicação Recursos do PROCIS	
Despesa 192	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	40.000,00
Unidade Orçamentária:	93030 - FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL	
Função:	8 - Assistência Social	
Subfunção:	243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	
Programa:	26 - Assistência Social Geral	
Ação:	2.80 - Manutenção da Casa Lar	
Despesa 215	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	25.000,00
Subfunção:	244 - Assistência Comunitária	
Programa:	26 - Assistência Social Geral	
Ação:	2.39 - Manutenção do Fundo de Assistência Social	
Despesa 207	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	21.400,00
Ação:	2.63 - Manutenção do Programa - SCFV	
Despesa 241	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	100.000,00

Programa:	30 - Assistencia Social	
Ação:	2.66 - Manutenção da Secretaria de Assistencia Social	
Despesa 211	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	21.400,00
Unidade Orçamentária:	92020 - FUNDO MUN. CRIANCA E ADOLESCENTE	
Função:	8 - Assistência Social	
Subfunção:	243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	
Programa:	27 - Atenção a Criança e ao Adolescente	
Ação:	2.40 - Manutenção do Fundo da Criança e do Adolescente	
Despesa 216	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	25.000,00
Despesa 218	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	5.350,00
Ação:	2.81 - Manutenção do Conselho Tutelar	
Despesa 219	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	5.350,00
Despesa 237	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	15.000,00
Ação:	2.82 - Transferencias a Casa Lar	
Despesa 220	3.3.50.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	12.000,00
Unidade Orçamentária:	94010 - HOSPITAL E MAT. SANTO ANTONIO	
Função:	10 - Saúde	
Subfunção:	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa:	29 - Saude Médica e Sanitaria	
Ação:	2.65 - Manutenção das Atividades do Hospital	
Despesa 223	3.2.90.00.00 Aplicações Diretas	10.700,00
Despesa 225	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	32.002,00
Despesa 227	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	25.000,00
Despesa 228	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	25.000,00
Despesa 231	4.6.90.00.00 Aplicações Diretas	10.700,00
TOTAL		3.010.939,00

Lebon Régis, 25 de setembro de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## RGF 2º QUADRIMESTRE 2015



## MUNICIPIO DE LEBON REGIS

PODER EXECUTIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Setembro/2014 a Agosto/2015



RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	11.792.789,76	0,00
Pessoal ativo	11.582.795,36	0,00
Pessoal inativo e pensionistas	209.994,40	0,00
Outras Despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de decisão judicial de período anterior ao de apuração	0,00	0,00
Despesas de exercícios anteriores de período anterior ao de apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com recursos vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>11.792.789,76</b>	<b>0,00</b>
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	22.673.349,39	---
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	11.792.789,76	52,01
LIMITE MÁXIMO (VI) (inciso I, II e III, art. 20 da LRF)	12.243.608,67	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95xVI) (parágrafo único do art.22 da LRF)	11.631.428,24	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90xVI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	11.019.247,80	48,60

FONTE: Sistema e-Pública (1498-6082-720). Unidade Responsável: . Data da emissão: 29/09/2015 e hora de emissão: 11:53.

Nota: 1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

**LUDOVINO LABAS**  
PREFEITO MUNICIPAL  
CHEFIA DO EXECUTIVO

**CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI**  
SECRETARIA  
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**ADAIR DA SILVA MATTOS**  
TÉCNICO CONTÁBIL  
CRC/SC 16.115/O-7

**SÉRGIO INHAIA**  
CONTROLADOR  
CONTROLE INTERNO



## MUNICÍPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Quadrimestre Maio-Agosto



RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.004.940,97	816.066,30	746.941,24	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	567.537,38	421.982,66	277.538,26	
Interna	567.537,38	421.982,66	277.538,26	
Externa	0,00	0,00	0,00	
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	430.600,47	387.280,52	387.280,52	
Outras Dívidas	6.803,12	6.803,12	82.122,46	
CELESC S/A	6.803,12	6.803,12	6.803,12	
INSS - PARCELAMENTO HOSPITAL	0,00	0,00	78.881,04	
INSS - PARCELAMENTO PREFEITURA	0,00	0,00	-3.561,70	
DEDUÇÕES (II) <sup>1</sup>	2.457.112,17	4.149.631,46	2.670.560,97	
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.173.971,49	4.154.396,41	2.638.143,29	
Demais Haveres Financeiros	0,00	25.850,26	34.427,70	
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	716.859,32	30.615,21	2.010,02	
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I-II)</b>	<b>-1.452.171,20</b>	<b>-3.333.565,16</b>	<b>-1.923.619,73</b>	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>22.465.381,74</b>	<b>22.313.986,82</b>	<b>22.673.349,39</b>	
<b>% DA DC SOBRE A RCL (I/RCL)</b>	<b>4,47</b>	<b>3,66</b>	<b>3,29</b>	
<b>% DA DCL SOBRE A RCL (III/RCL)</b>	<b>-6,46</b>	<b>-14,94</b>	<b>-8,48</b>	
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>26.958.458,09</b>	<b>26.776.784,18</b>	<b>27.208.019,27</b>	
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>24.262.612,28</b>	<b>24.099.105,77</b>	<b>24.487.217,34</b>	

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	567.537,38	421.982,66	277.538,26	
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	
De Tributos	0,00	0,00	0,00	
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	567.537,38	421.982,66	277.538,26	
Interna	567.537,38	421.982,66	277.538,26	
Externa	0,00	0,00	0,00	
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	
DEPÓSITOS	0,00	0,00	0,00	
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	317.003,29	251.273,87	247.436,12	
ANTECIPAÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	

## REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	0,00	0,00	0,00	
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	

1 / 2

**MUNICIPIO DE LEBON REGIS**

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA****ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Quadrimestre Maio-Agosto



Continuação

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

**R\$ 1,00**

Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (X) <sup>1</sup>	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX-X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE: Sistema e-Pública (1478-8145-525). Unidade Responsável: , Data da emissão: 29/09/2015 e hora de emissão: 11:55.

<sup>1</sup> Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta somada aos Demais Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada – DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

**LUDOVINO LABAS**PREFEITO MUNICIPAL  
CHEFIA DO EXECUTIVO**CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI**SECRETARIA  
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**ADAIR DA SILVA MATTOS**TECNICO CONTABIL  
CRC/SC 16.115/O-7**SÉRGIO INHAIA**CONTROLADOR  
CONTROLE INTERNO

**MUNICIPIO DE LEBON REGIS**

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES****ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Quadrimestre Maio-Agosto



RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

**R\$ 1,00**

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF <sup>1</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF <sup>1</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>22.465.381,74</b>	<b>22.313.986,82</b>	<b>22.673.349,39</b>	
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 32,00%</b>	<b>7.188.922,16</b>	<b>7.140.475,78</b>	<b>7.255.471,80</b>	
<b>LIMITE DE ALERTA (Inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 28,80%</b>	<b>6.470.029,94</b>	<b>6.426.428,20</b>	<b>6.529.924,62</b>	

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF <sup>1</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF <sup>1</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE: Sistema e-Pública (2227-3855-884). Unidade Responsável: . Data da emissão: 29/09/2015 e hora de emissão: 11:59.

<sup>1</sup> Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.**LUDOVINO LABAS**PREFEITO MUNICIPAL  
CHEFIA DO EXECUTIVO**CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI**SECRETARIA  
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**ADAIR DA SILVA MATTOS**TECNICO CONTABIL  
CRC/SC 16.115/O-7**SÉRGIO INHAIA**CONTROLADOR  
CONTROLE INTERNO



## MUNICIPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Quadrimestre Maio-Agosto



RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras operações de crédito não sujeitas ao limite	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>Valor</b>	<b>% Sobre a RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	22.673.349,39	-
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
<b>Do Período de Referência (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
De Períodos Anteriores ao de Referência	0,00	0,00
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV)=(Ia+III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	3.627.735,90	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF)	3.264.962,31	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.587.134,46	7,00
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE: Sistema e-Pública (2628-2190-736). Unidade Responsável: . Data da emissão: 29/09/2015 e hora de emissão: 14:44.

**LUDOVINO LABAS**  
PREFEITO MUNICIPAL  
CHEFIA DO EXECUTIVO

**CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI**  
SECRETARIA  
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**ADAIR DA SILVA MATTOS**  
TÉCNICO CONTÁBIL  
CRC/SC 16.115/O-7



**MUNICÍPIO DE LEBON REGIS**

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO****ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Quadrimestre Maio-Agosto



Continuação

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

**R\$ 1,00**

---

**SÉRGIO INHAIA**CONTROLADOR  
CONTROLE INTERNO



# MUNICÍPIO DE LEBON REGIS

PODER EXECUTIVO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

## DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015



RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS		DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) = (a - (b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
				Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (f)			
				De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)						
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM EFETIVO EXERCÍCIO) (BÁSICA)		255.715,51	0,00	21.695,96	0,00	-655.579,69	889.599,24	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)		141.499,55	0,00	23.104,61	0,00	-79.969,34	198.364,28	39.292,41	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/SAÚDE		2.620,42	0,00	0,00	0,00	0,00	2.620,42	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASSISTÊNCIA SOCIAL)		16.124,21	0,00	0,00	0,00	0,00	16.124,21	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUS/UNIÃO		-77.360,13	0,00	24.346,89	0,00	0,00	-101.707,02	63.750,00	0,00	0,00	
SALÁRIO-EDUCAÇÃO		285.354,79	0,10	19.911,20	861,02	-4.088,49	268.670,96	56.542,95	0,00	0,00	
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FUNDE (NÃO REPASSADAS POR MEIO DE CONVÊNIOS)		288.494,74	0,00	22.658,00	0,00	0,00	265.836,74	19.144,37	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/UNIÃO		186.243,52	0,00	0,00	244.500,00	-10.991,35	-47.265,13	71.451,49	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - ESTADO/ASSISTÊNCIA SOCIAL		492.199,44	686,00	62.653,53	838,72	-61.079,91	489.101,10	60.400,50	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - ESTADO/EDUCAÇÃO		-4.332,39	0,00	1.475,00	0,00	0,00	-5.807,39	9.113,75	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - ESTADO/SAÚDE		36.294,02	0,00	7.040,25	0,00	0,00	29.253,77	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - ESTADO/OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASSISTÊNCIA SOCIAL)		131.813,86	0,00	9.957,90	0,00	0,00	121.855,96	9.192,94	0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS DESTINADOS A PROGRAMAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA		254.413,58	0,00	0,00	0,00	-10.217,86	264.631,44	97.500,00	0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS DESTINADOS A PROGRAMAS DE SAÚDE		22.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.450,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)		34.880,00	686,10	192.843,34	246.199,74	-821.926,64	34.880,00	426.386,41	0,00	0,00	
RECURSOS ORDINÁRIOS		-58.754,66	873,92	97.700,08	883,68	-398.076,03	239.863,69	109.334,22	0,00	0,00	
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO		1.048.798,68	0,00	101.262,19	233,99	-17.946,65	965.249,15	61.669,70	0,00	0,00	
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - SAÚDE		-180.748,76	0,00	61.567,42	0,00	-170.494,84	-71.821,34	306.495,01	0,00	0,00	
CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO - CIDE		1.960,74	0,00	1.094,25	0,00	0,00	956,49	0,00	0,00	0,00	
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP		33.849,07	0,00	0,00	0,00	0,00	33.849,07	0,00	0,00	0,00	
FIA IMPOSTO DE RENDA		75,87	0,00	0,00	0,00	0,00	75,87	0,00	0,00	0,00	
CONVÊNIO DE TRANSITO - MILITAR		14.952,04	0,00	0,00	0,00	0,00	14.952,04	0,00	0,00	0,00	
CONVÊNIO DE TRANSITO - CIVIL		26.366,26	0,00	0,00	0,00	0,00	26.366,26	0,00	0,00	0,00	
CONVÊNIO DE TRANSITO - PREFEITURA		40.283,08	0,00	0,00	0,00	0,00	40.283,08	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/UNIÃO		-144.899,57	450,00	0,00	0,00	0,00	-145.349,57	0,00	0,00	0,00	
FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO E TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS		3.972,08	0,00	2.930,00	0,00	0,00	1.042,08	6.045,01	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - ESTADO/SAÚDE		-1.464,54	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.464,54	0,00	0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS DESTINADOS A OUTROS PROGRAMAS		99.331,65	0,00	100,11	0,00	0,00	99.231,54	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)		883.721,94	1.323,92	264.564,05	1.117,67	-586.512,52	1.203.233,82	483.543,94	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)		2.950.133,06	2.010,02	457.407,39	247.317,41	-1.408.444,16	3.651.842,40	909.932,35	0,00	0,00	

FONTE: Sistema e-Pública (1915-9161-119). Unidade Responsável: . Data de emissão: 29/09/2015 e hora de emissão: 14:37.

Nota: \*A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

**MUNICÍPIO DE LEBON REGIS**

PODER EXECUTIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR****ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015



RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

Continuação  
**R\$ 1,00****LUDOVINO LABAS**  
PREFEITO MUNICIPAL  
CHEFE DO EXECUTIVO**CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI**  
SECRETARIA  
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**ADAIR DA SILVA MATTOS**  
TÉCNICO CONTÁBIL  
CRC/SC 16.115/O-7**SERGIO INHAIA**  
CONTROLADOR  
CONTROLE INTERNO

**MUNICIPIO DE LEBON REGIS**

PODER EXECUTIVO

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL****DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Quadrimestre Maio-Agosto



LRF, art. 48 - ANEXO 06

**R\$ 1,00**

<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>		<b>VALOR ATÉ O BIMESTRE</b>	
Receita Corrente Líquida		22.673.349,39	
<b>DESPESA COM PESSOAL</b>		<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Despesa Total com Pessoal - DTP		11.792.789,76	52,01
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		12.243.608,67	54,00
Limite Prudencial (Parag. Único, art. 22 da LRF)		11.631.428,24	51,30
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA</b>		<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Dívida Consolidada Líquida		-1.923.619,73	-8,48
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		27.208.019,27	120,00
<b>GARANTIA DE VALORES</b>		<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		7.255.471,80	32,00
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>		<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Operações de Crédito Externas e Internas		0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		3.627.735,90	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		1.587.134,46	7,00
<b>RESTOS A PAGAR</b>		<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO</b>	<b>DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)</b>
Valor Total			

FONTE: Sistema e-Pública (1482-3134-081). Unidade Responsável: . Data da emissão: 29/09/2015 e hora de emissão: 14:09.

**LUDOVINO LABAS**  
PREFEITO MUNICIPAL  
CHEFIA DO EXECUTIVO

**CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI**  
SECRETARIA  
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**ADAIR DA SILVA MATTOS**  
TECNICO CONTABIL  
CRC/SC 16.115/O-7

**SÉRGIO INHAIA**  
CONTROLADOR  
CONTROLE INTERNO

## RREO 4º BIMESTRE 2015



**MUNICÍPIO DE LEBON REGIS**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
 Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto



RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)</b>	<b>23.540.720,90</b>	<b>23.540.720,90</b>	<b>3.537.068,59</b>	<b>15,03</b>	<b>14.607.779,86</b>	<b>62,05</b>	<b>8.932.941,04</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>23.460.118,50</b>	<b>23.460.118,50</b>	<b>3.537.068,59</b>	<b>15,08</b>	<b>14.507.779,86</b>	<b>61,84</b>	<b>8.952.338,64</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	795.657,00	795.657,00	93.757,14	11,78	442.984,92	55,68	352.672,08
Impostos	641.470,00	641.470,00	74.559,20	11,62	303.869,12	47,37	337.680,88
Taxas	100.687,00	100.687,00	19.197,94	19,07	139.115,80	138,17	-38.428,80
Contribuição de Melhoria	53.500,00	53.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.500,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	236.470,00	236.470,00	53.686,80	22,70	173.594,49	73,41	62.875,51
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	236.470,00	236.470,00	53.686,80	22,70	173.594,49	73,41	62.875,51
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	21.432,05	21.432,05	43.517,56	203,05	182.947,18	853,61	-161.515,13
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	21.432,05	21.432,05	43.517,56	203,05	182.947,18	853,61	-161.515,13
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	22.260.279,45	22.260.279,45	3.288.025,17	14,77	13.521.179,04	60,74	8.739.100,41
Transferências Intergovernamentais	21.911.311,31	21.911.311,31	3.205.900,11	14,63	13.335.170,84	60,86	8.576.140,47
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pesas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	346.968,14	346.968,14	82.125,06	23,33	186.008,20	53,30	162.959,94
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 4



**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS**  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto



RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)											Continuação
											Em Reais
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	146.280,00	146.280,00	58.081,92	39,71	189.204,23	127,89	-40.794,23				
Multas e Juros de Mora	50.000,00	50.000,00	7.414,75	14,83	25.706,76	51,41	24.293,24				
Indenizações e Restituições	1.070,00	1.070,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.070,00				
Receita da Dívida Ativa	81.000,00	81.000,00	25.575,11	31,57	85.783,12	105,91	-4.783,12				
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Receitas Correntes Diversas	14.210,00	14.210,00	25.092,06	176,58	75.584,35	531,91	-61.374,35				
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>80.602,40</b>	<b>80.602,40</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>124,07</b>	<b>-19.397,60</b>				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	32,10	32,10	0,00	0,00	0,00	0,00	32,10				
Operações de Crédito Internas	32,10	32,10	0,00	0,00	0,00	0,00	32,10				
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
ALIEIÇÃO DE BENS	6.420,00	6.420,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.420,00				
Alienação de Bens Móveis	6.420,00	6.420,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.420,00				
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	74.150,30	74.150,30	0,00	0,00	100.000,00	134,86	-25.849,70				
Transferências Intergovernamentais	70.620,00	70.620,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.620,00				
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Transferências de Outras Instit. Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Transferências de Convênios	3.530,30	3.530,30	0,00	0,00	100.000,00	2.832,	-96.469,70				
Transferências para o Contábil à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Div. Ativa Prov. da Anord. Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>				
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>23.540,720,90</b>	<b>23.540,720,90</b>	<b>3.537,068,59</b>	<b>15,03</b>	<b>14.607,779,86</b>	<b>62,05</b>	<b>8.932,941,04</b>				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Mobilização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Mobilização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>23.540,720,90</b>	<b>23.540,720,90</b>	<b>3.537,068,59</b>	<b>15,03</b>	<b>14.607,779,86</b>	<b>62,05</b>	<b>8.932,941,04</b>				
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>---</b>	<b>---</b>	<b>---</b>	<b>---</b>	<b>728.158,17</b>	<b>---</b>	<b>---</b>				
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>23.540,720,90</b>	<b>23.540,720,90</b>	<b>3.537,068,59</b>	<b>15,03</b>	<b>15.335.948,03</b>	<b>65,15</b>	<b>8.204,772,87</b>				

Continua 2 / 4



**Continuação**  
**Em Reais**

|||

Continua 3 / 4





**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS**  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto



RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

Continuação  
Em Reais

**LUDOVINO LABAS**  
PREFEITO MUNICIPAL  
CHEFE DO EXECUTIVO

**CLEUZA MARIA REDOLFTOMACHEUSKI**  
SECRETÁRIA  
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**ADAIR DA SILVA MATTOS**  
TÉCNICO CONTÁBIL  
CRC/SC 16.115/O-7

**SÉRGIO INHAIA**  
CONTROLADOR  
CONTROLE INTERNO



**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS**  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto



RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)		No Bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	23.540.720,90	26.594.720,90	4.228.416,21	16.450.167,95	100,00	10.134.552,95	4.360.536,25	15.335.946,03	100,00	11.246.772,87
LEGISLATIVA	1.070.000,00	1.070.000,00	151.932,50	635.724,92	3,86	434.275,08	151.932,50	635.724,92	4,15	434.275,08
Ação Legislativa	1.070.000,00	1.070.000,00	151.932,50	635.724,92	3,86	434.275,08	151.932,50	635.724,92	4,15	434.275,08
ADMINISTRAÇÃO	1.416.642,61	1.416.642,61	195.313,12	1.235.304,27	7,51	181.338,34	199.781,60	1.194.551,14	7,79	222.091,47
Planejamento e Orçamento	85.008,97	84.582,37	0,00	12.247,00	0,07	72.335,37	0,00	12.247,00	0,08	72.335,37
Administração Geral	1.331.613,64	1.332.060,24	195.313,12	1.223.057,27	7,43	108.002,97	199.781,60	1.182.304,14	7,71	149.756,10
SEGURANÇA PÚBLICA	152.720,00	167.720,00	12.791,80	56.495,75	0,34	111.224,25	11.358,23	54.401,68	0,35	113.318,32
Policiamento	120.720,00	120.720,00	12.791,80	42.107,01	0,26	78.612,99	11.358,23	40.012,94	0,26	80.070,06
Defesa Civil	32.000,00	47.000,00	0,00	14.388,74	0,09	32.611,26	0,00	14.388,74	0,09	32.611,26
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.107.735,00	1.157.735,00	109.904,35	586.765,60	3,57	570.969,40	123.575,82	559.342,77	3,65	598.392,23
Assistência ao Portador de Deficiência	18.190,00	18.190,00	0,00	17.900,00	0,11	790,00	2.990,00	10.150,00	0,07	8.040,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	172.901,00	172.901,00	1.693,77	66.597,28	0,41	106.025,72	1.943,77	66.625,28	0,43	106.275,72
Assistência Comunitária	916.644,00	966.644,00	108.210,58	502.490,32	3,05	464.153,68	118.732,05	482.567,49	3,15	484.076,51
SAÚDE	5.795.320,30	5.811.320,30	896.428,78	4.209.117,44	25,59	1.602.212,86	941.868,77	3.271.326,86	24,59	2.040.003,44
Atenção Básica	4.113.256,20	4.129.256,20	595.010,49	3.007.451,18	18,28	1.121.805,02	641.907,51	2.387.992,80	16,88	1.541.263,40
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.682.074,10	1.682.074,10	301.418,29	1.201.666,26	7,30	480.407,84	299.961,26	1.183.334,06	7,72	498.740,04
EDUCAÇÃO	9.944.809,99	10.405.809,99	1.454.084,96	6.394.913,59	38,57	4.060.896,40	1.577.673,31	5.579.213,69	38,99	4.436.596,30
Alimentação e Nutrição	228.514,92	228.514,92	1.749,42	220.997,46	1,34	7.517,46	4.314,09	208.562,46	1,36	19.952,46
Ensino Fundamental	9.254.094,37	9.254.094,37	1.420.178,44	5.508.716,88	33,49	3.745.377,49	1.432.799,10	5.301.227,85	34,57	3.952.866,52
Ensino Superior	38.520,00	38.520,00	585,00	3.055,00	0,02	35.465,00	585,00	3.055,00	0,02	35.465,00
Educação Infantil	405.690,00	405.690,00	14.993,05	213.309,97	1,30	192.380,03	23.345,57	182.533,68	1,19	223.156,32
Educação de Jovens e Adultos	7.280,00	7.280,00	0,00	614,92	0,00	6.665,08	0,00	614,92	0,00	6.665,08
Educação Especial	10.710,70	471.710,70	16.579,05	398.219,36	2,42	73.491,34	116.629,55	283.219,78	1,85	188.490,92
CULTURA	2.140,00	2.140,00	320,00	350,00	0,00	1.790,00	320,00	350,00	0,00	1.790,00
Difusão Cultural	2.140,00	2.140,00	320,00	350,00	0,00	1.790,00	320,00	350,00	0,00	1.790,00
URBANISMO	1.398.580,95	3.418.580,95	711.859,02	1.464.313,09	8,90	1.954.367,86	767.080,20	1.456.299,61	9,37	1.982.181,34
Infra-Estrutura Urbana	443.049,55	2.523.049,55	568.236,88	768.270,94	4,67	1.754.378,61	667.655,51	756.501,54	4,94	1.766.148,01
Serviços Urbanos	955.531,40	895.531,40	143.622,14	695.542,15	4,23	199.989,25	159.424,69	679.398,07	4,43	216.333,33
HABITAÇÃO	21.421,40	21.421,40	0,00	0,00	0,00	21.421,40	0,00	0,00	0,00	21.421,40
Habituação Urbana	21.421,40	21.421,40	0,00	0,00	0,00	21.421,40	0,00	0,00	0,00	21.421,40
SANEAMENTO	21.421,40	21.421,40	0,00	0,00	0,00	21.421,40	0,00	0,00	0,00	21.421,40
Saneamento Básico Urbano	21.421,40	21.421,40	0,00	0,00	0,00	21.421,40	0,00	0,00	0,00	21.421,40



**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS**  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto



RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Continuação  
Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o bimestre (b)		No Bimestre	Até o bimestre (d)	
				(b/total b)	%		(d/total d)	%
<b>GESTÃO AMBIENTAL</b>								
Preservação e Conservação Ambiental	81.341,40	81.341,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	81.341,40	81.341,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	438.742,80	570.742,80	142.243,95	333.232,11	2,03	81.374,90	237.800,29	1,55
INDÚSTRIA	438.742,80	570.742,80	142.243,95	333.232,11	2,03	81.374,90	237.800,29	1,55
Promoção Industrial	133.550,70	133.550,70	87.204,08	109.702,91	0,67	89.386,08	101.034,91	0,66
COMÉRCIO E SERVIÇOS	133.550,70	133.550,70	87.204,08	109.702,91	0,67	89.386,08	101.034,91	0,66
Turismo	14.980,00	14.980,00	0,00	14.338,00	0,09	642,00	14.296,00	0,09
TRANSPORTE	14.980,00	14.980,00	0,00	14.338,00	0,09	642,00	14.296,00	0,09
Transporte Rodoviário	635.590,70	885.590,70	340.826,31	834.596,21	5,07	50.994,49	728.519,59	4,75
DESPORTE E LAZER	186.921,65	286.921,65	16.633,15	93.337,80	0,57	289.154,58	728.519,59	4,75
Desporto Comunitário	86.910,95	186.910,95	16.633,15	83.236,13	0,51	17.178,07	80.908,64	0,53
Lazer	100.010,70	100.010,70	0,00	10.101,67	0,06	89.909,03	10.101,67	0,07
ENCARGOS ESPECIAIS	1.108.092,00	1.108.092,00	108.372,19	532.076,26	3,23	108.372,19	532.076,26	3,47
Outros Encargos Especiais	1.108.092,00	1.108.092,00	108.372,19	532.076,26	3,23	108.372,19	532.076,26	3,47
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.700,00	10.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	10.700,00	10.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>23.540.720,90</b>	<b>26.594.720,90</b>	<b>4.228.416,21</b>	<b>16.460.167,95</b>	<b>100,00</b>	<b>10.134.552,95</b>	<b>4.360.536,25</b>	<b>100,00</b>
							<b>15.335.946,03</b>	<b>11.246.727,87</b>

Continua 2 / 3



MUNICIPIO DE LEBON REGIS  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto



RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Continuação  
Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1747-109-703). Unidade Responsável: . Data da emissão: 29/09/2015 e hora de emissão: 14:55.

LUDOVINO LABAS PREFEITO MUNICIPAL CHEFE DO EXECUTIVO	CLEUZA MARIA REDOLFF TOMACHEUSKI SECRETÁRIA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	ADAIR DA SILVA MATTOS TÉCNICO CONTÁBIL ORÇSC 16.1150-7	SÉRGIO INHAIA CONTROLADOR CONTROLE INTERNO
--	--	--	--



**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS**  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto



RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso 1)

R\$ 1,00

RECEITAS CORRENTES (1)	ESPECIFICAÇÃO									
	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses									
	Setembro/2014	Outubro/2014	Novembro/2014	Dezembro/2014	Janeiro/2015	Fevereiro/2015	Março/2015			
Receita Tributária	1.896.979,20	2.212.464,53	2.039.794,45	2.874.488,21	2.163.902,18	2.083.827,50	1.857.191,45			
IPTU	51.003,53	52.201,72	51.044,11	308.568,76	28.011,50	53.348,89	69.250,69			
ISS	11.658,43	8.518,19	4.479,62	4.206,48	564,00	0,00	0,00			
ITBI	15.272,58	24.179,67	33.552,90	79.473,34	21.567,18	17.583,48	16.052,95			
IRRF	13.858,04	9.453,60	4.116,67	4.729,58	451,02	3.542,47	9.391,66			
Outras Receitas Tributárias	985,61	981,32	1.246,32	94.332,53	2.567,78	3.755,62	2.389,01			
Receitas de Contribuições	9.228,87	9.068,94	7.648,60	125.756,83	3.061,52	28.467,32	41.437,07			
Receita Patrimonial	47.501,01	34.130,44	3.325,11	368,35	2.105,36	1.997,39	40.822,51			
Receita Agropecuária	30.727,78	27.344,16	23.856,89	20.757,32	19.259,67	18.962,72	23.643,68			
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências Correntes	1.726.373,15	2.076.832,66	1.934.427,18	2.527.458,67	2.096.251,55	1.994.515,42	1.702.122,28			
Cota-Parte FPM	524.110,57	465.338,47	655.613,81	1.054.541,43	799.114,21	815.740,81	594.147,34			
Cota-Parte do ICMS	358.477,94	369.591,25	407.758,90	392.762,04	407.444,81	363.215,98	364.777,46			
Cota-Parte do IPVA	54.213,01	41.845,67	32.725,05	27.496,46	25.371,37	35.907,30	51.619,00			
Cota-Parte do ITR	22.120,39	138.975,06	10.161,79	8.222,61	7.134,92	175,97	2.444,22			
Transferências da LC 87/1996	0,00	1.492,20	1.492,20	2.984,40	0,00	0,00	0,00			
Transferências da LC 61/1989	6.744,17	5.624,44	6.458,53	6.372,68	8.503,57	5.059,12	4.962,81			
Transferências do FUNDEB	502.583,01	524.740,38	548.208,35	544.671,07	550.787,03	509.491,99	496.878,17			
Outras Transferências Correntes	258.124,06	499.225,19	271.978,55	490.407,98	297.895,64	264.924,25	187.293,28			
Outras Receitas Correntes	41.373,73	21.955,55	27.141,16	17.335,11	18.274,10	15.003,08	21.352,29			
DEDUÇÕES (11)	193.133,00	210.573,21	222.847,84	231.602,81	249.513,55	244.019,67	203.589,97			
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	193.133,00	210.573,21	222.847,84	231.602,81	249.513,55	244.019,67	203.589,97			
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (1-11)	1.703.846,20	2.001.891,32	1.816.946,61	2.642.885,40	1.914.388,63	1.839.807,83	1.653.601,48			



**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS**  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto



RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso 1)

Continuação  
**R\$ 1,00**

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses					
	Abril/2015	Maio/2015	Junho/2015	Julho/2015	Agosto/2015	Total Últimos 12 Meses / Previsão atualizada 2015
<b>RECEITAS CORRENTES (1)</b>	<b>2.051.320,37</b>	<b>2.188.710,24</b>	<b>2.011.027,83</b>	<b>2.007.816,24</b>	<b>1.916.786,15</b>	<b>25.304.308,35</b>
Receita Tributária	78.177,32	61.408,13	59.031,25	55.077,45	38.679,69	905.803,04
IPTU	0,00	0,00	229,42	0,00	1.047,88	30.704,02
ISS	24.103,39	33.200,10	21.622,48	37.487,47	17.779,42	341.674,96
ITBI	33.132,24	14.717,83	20.732,52	10.107,56	5.528,82	129.831,81
IRRF	1.315,88	1.304,75	1.306,14	1.305,19	1.303,06	112.773,21
Outras Receitas Tributárias	19.625,81	12.185,45	15.140,69	6.177,43	13.020,51	290.819,04
Receitas de Contribuições	2.761,49	46.154,42	26.066,52	25.140,61	28.546,19	258.919,40
Receita Patrimonial	24.832,86	22.766,00	29.964,69	24.499,33	19.018,23	285.633,33
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	1.923.277,65	2.040.218,10	1.862.037,17	1.865.312,88	1.810.246,09	23.559.072,80
Cota-Parte FPM	641.242,44	788.599,34	686.117,85	508.048,76	594.198,55	8.156.793,58
Cota-Parte do ICMS	392.117,29	371.042,85	355.577,04	358.964,98	344.823,53	4.486.554,07
Cota-Parte do IPVA	56.892,84	63.174,46	58.884,17	58.837,74	56.048,99	563.016,06
Cota-Parte do ITR	237,45	349,56	584,24	0,00	3.024,72	193.430,93
Transferências da LC 87/1996	6.208,48	1.552,12	1.552,12	1.552,12	1.552,12	18.385,76
Transferências do FUNDEB	5.197,78	5.863,67	5.585,15	5.145,05	5.474,59	70.991,56
Transferências do FUNDEF	537.660,00	542.609,54	515.558,27	493.609,03	507.379,19	6.274.176,03
Outras Transferências Correntes	283.721,37	267.076,56	238.178,33	439.155,20	297.744,40	3.795.724,81
Outras Receitas Correntes	22.271,05	18.163,59	33.928,20	37.785,97	20.295,95	294.879,78
<b>DEDUÇÕES (11)</b>	<b>220.379,05</b>	<b>246.106,17</b>	<b>221.659,89</b>	<b>186.509,52</b>	<b>201.024,28</b>	<b>2.630.958,96</b>
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	220.379,05	246.106,17	221.659,89	186.509,52	201.024,28	2.630.958,96
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (1-11)</b>	<b>1.830.941,32</b>	<b>1.942.604,07</b>	<b>1.789.367,94</b>	<b>1.821.306,72</b>	<b>1.715.761,87</b>	<b>22.673.349,39</b>
						<b>22.460.118,50</b>

FONTE: Sistema e-Pública (2011-9361-439), Unidade Responsável: Data da emissão: 29/09/2015 e hora de emissão: 15:02.

LUDOVINO LABAS  
PREFEITO MUNICIPAL  
CHEFE DO EXECUTIVOCLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
SECRETÁRIA  
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇASADAIR DA SILVA MATTOS  
TÉCNICO CONTÁBIL  
CRC/SC 16.115/O-7SÉRGIO INHAIA  
CONTROLADOR  
CONTROLE INTERNO



**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS**  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto



RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

Em Reais

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS						RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (a + b)	
	Inscritos			Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos			Liquidados	Pagos	Cancelados		Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014	Pagos				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014	Liquidados					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	960,42	715.898,90	711,476,42	3.372,88		2.010,02	0,00	317.003,29	68.877,61	68.877,61	689,56	247,436,12	249,446,14	
EXECUTIVO														
Município de Lebon Régis	0,00	394.939,37	392.495,69	1.763,68		680,00	0,00	260.722,32	14.972,57	14.972,57	132,08	245.617,67	246.297,67	
Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis	274,32	221.490,65	219.705,77	1.609,20		450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	450,00	
Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio d	686,00	38.239,27	38.239,27	0,00		686,00	0,00	52.449,67	50.934,76	50.934,76	557,48	957,43	1.643.413,76	
Fundo Municipal de Assistência Social de Lebon R	0,10	61.229,61	61.035,69	0,00		194,02	0,00	3.831,30	2.970,28	2.970,28	0,00	861,02	1.055.04	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	960,42	715.898,90	711,476,42	3.372,88		2.010,02	0,00	317.003,29	68.877,61	68.877,61	689,56	247.436,12	249.446,14	

FONTE: Sistema e-Pública (2088-5539-099), Unidade Responsável: . Data da emissão: 29/09/2015 e hora de emissão: 11:11:0.

**LUDOVINO LABAS**  
PREFEITO MUNICIPAL  
CHEFE DO EXECUTIVO

**CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI**  
SECRETÁRIA  
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**ADAIR DA SILVA MATTOS**  
TÉCNICO CONTÁBIL  
CRC/SC 16.115/O-7

**SÉRGIO INHAIA**  
CONTROLADOR  
CONTROLE INTERNO



**MUNICIPIO DE LEBON REGIS**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**RESULTADO NOMINAL****ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto



RREO - ANEXO 05 (LRF, Art. 53, inciso III)

**R\$ 1,00**

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/12/2014 (a)	Bimestre Anterior (b)	Bimestre Atual (c)
Dívida Consolidada (I)	1.004.940,97	825.127,54	746.941,24
Deduções(II)	2.457.112,17	3.590.348,78	2.698.620,93
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.173.971,49	3.560.981,10	2.666.203,25
Demais Haveres Financeiros	0,00	34.427,70	34.427,70
( - ) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	716.859,32	5.060,02	2.010,02
Dívida Consolidada Líquida (III = I - II)	-1.452.171,20	-2.765.221,24	-1.951.679,69
Receita Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
<b>Dívida Fiscal Líquida (VI = III + IV - V)</b>	<b>-1.452.171,20</b>	<b>-2.765.221,24</b>	<b>-1.951.679,69</b>

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	813.541,55	-499.508,49

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
Meta de resultado nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência	-131.083,18

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/12/2014	Bimestre Anterior	Bimestre Atual
Dívida consolidada previdenciária (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
Deduções (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
( - ) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
Dívida consolidada líquida previdenciária (IX = VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00
<b>Dívida Fiscal Líquida Previdenciária (XI = IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE: Sistema e-Pública (1239-0159-427). Unidade Responsável: . Data da emissão: 25/09/2015 e hora de emissão: 15:06.

**LUDOVINO LABAS**PREFEITO MUNICIPAL  
CHEFE DO EXECUTIVO**CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI**SECRETARIA  
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**ADAIR DA SILVA MATTOS**TECNICO CONTABIL  
CRC/SC 16.115/O-7**SÉRGIO INHAIA**CONTROLADOR  
CONTROLE INTERNO



**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**RESULTADO PRIMÁRIO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
 Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto



RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

Em Reais

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	23.438.686,45	14.324.832,68	14.105.922,79
Receitas Tributárias	795.657,00	442.984,92	510.419,33
IPTU	160.500,00	1.841,30	117.280,71
ISS	270.000,00	189.196,47	152.371,01
ITBI	74.900,00	97.603,92	67.759,92
IRRF	135.000,00	15.227,43	2.866,02
Outras Receitas Tributárias	155.257,00	139.115,80	170.141,67
Receitas de Contribuições	236.470,00	173.594,49	93.513,78
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	236.470,00	173.594,49	93.513,78
Receita Patrimonial Líquida	236.470,00	173.594,49	93.513,78
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
(-) Aplicações Financeiras	21.432,05	182.947,18	193.884,42
Transferências Correntes	22.260,279,45	182.947,18	193.884,42
FPM	21.432,05	13.521.179,04	13.348.475,67
ICMS	7.313,251,80	4.341.727,61	4.114.438,20
Convênios	4.217.650,70	2.366.371,84	2.157.388,15
Outras Transferências Correntes	346.968,14	186.008,20	724.450,71
Demais Receitas Correntes	10.380.438,91	6.627.071,39	6.352.218,61
Dívida Ativa	146.280,00	187.074,23	153.514,01
Diversas Receitas Correntes	81.000,00	85.783,12	57.819,01
	65.280,00	101.291,11	95.695,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	80.602,40	100.000,00	2.321.630,05
Operações de Crédito (III)	32,10	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	6.400,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	74.150,30	100.000,00	2.321.630,05
Convênios	3.530,30	100.000,00	373.180,00
Outras Transferências de Capital	70.620,00	0,00	1.948.450,05
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	74.150,30	100.000,00	2.321.630,05
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	23.512.836,75	14.424.832,68	16.427.552,84



**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS**  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**RESULTADO PRIMÁRIO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto



RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III) Continuação  
Em Reais

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	22.346.128,77	15.043.132,54	12.884.526,29	14.126.528,17	12.320.264,44
Pessoal e Encargos Sociais	10.691.962,30	8.244.105,64	7.230.085,13	8.223.678,57	7.216.359,89
Juros e Encargos da Dívida (IX)	401.892,00	74.560,10	118.812,23	74.560,10	118.812,23
Outras Despesas Correntes	11.251.274,47	6.724.466,80	5.535.628,93	5.828.289,50	4.985.092,32
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	21.943.236,77	14.968.572,44	12.765.714,06	14.051.968,07	12.201.452,21
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	4.228.892,13	1.407.002,91	1.834.454,05	1.209.387,36	1.331.645,14
Investimentos	3.683.192,13	1.096.460,76	1.528.732,87	898.845,21	1.024.223,55
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquis. Títulos Capital já Integralizado (XIII)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	—	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	545.700,00	310.542,15	305.721,18	310.542,15	307.421,59
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.683.192,13	1.096.460,76	1.528.732,87	898.845,21	1.024.223,55
Reserva de Contingência (XVI)	10.700,00	—	—	—	—
Reserva RPPS (XVII)	0,00	—	—	—	—
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>25.637.128,90</b>	<b>16.065.033,20</b>	<b>14.294.446,93</b>	<b>14.950.813,28</b>	<b>13.225.675,76</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-2.124.292,15</b>	<b>-1.640.200,52</b>	<b>2.133.105,91</b>	<b>-525.980,60</b>	<b>3.201.877,08</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>832.000,00</b>	<b>0,00</b>

**DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL**

VALOR CORRENTE
919.677,85

FONTE: Sistema e-Pública (1238-377-998). Unidade Responsável: . Data da emissão: 29/09/2015 e hora de emissão: 11:02.

Continua 2 / 3



**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS**  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**RESULTADO PRIMÁRIO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto



RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

Continuação  
Em Reais

**LUDOVINO LABAS**  
PREFEITO MUNICIPAL  
CHEFE DO EXECUTIVO

**CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI**  
SECRETÁRIA  
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**ADAIR DA SILVA MATTOS**  
TÉCNICO CONTÁBIL  
CRC/SC 16.1150-7

**SÉRGIO INHAIA**  
CONTROLADOR  
CONTROLE INTERNO



## MUNICIPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

## ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto



RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100
1-Receita de impostos	771.400,00	771.400,00	411.978,49	53,41
1.1-Receita resultante do IPTU	261.500,00	261.500,00	74.713,15	28,57
1.1.1-IPTU	160.500,00	160.500,00	1.841,30	1,15
1.1.2-Multas, Juros e outros encargos do IPTU	0,00	0,00	290,52	0,00
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	81.000,00	81.000,00	51.948,19	64,13
1.1.4-Multas, Juros, Outros encargos Dívida Ativa do IPTU	20.000,00	20.000,00	20.633,14	103,17
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2-Receita resultante do ITBI	74.900,00	74.900,00	103.815,03	138,60
1.2.1-ITBI	74.900,00	74.900,00	97.603,92	130,31
1.2.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITBI	0,00	0,00	561,91	0,00
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	5.013,83	0,00
1.2.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITBI	0,00	0,00	635,37	0,00
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3-Receita resultante do ISS	300.000,00	300.000,00	209.209,45	69,74
1.3.1-ISS	270.000,00	270.000,00	189.196,47	70,07
1.3.2-Multas, Juros e Outros encargos do ISS	30.000,00	30.000,00	133,01	0,44
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	0,00	0,00	19.807,67	0,00
1.3.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ISS	0,00	0,00	72,30	0,00
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4-Receita resultante do IRRF	135.000,00	135.000,00	15.227,43	11,28
1.4.1-IRRF	135.000,00	135.000,00	15.227,43	11,28
1.4.2-Multas, Juros e Outros encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5-Receita resultante do ITR	0,00	0,00	9.013,43	0,00
1.5.1-ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	9.013,43	0,00
1.5.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2-Receitas de transferências constitucionais e legais	15.245.892,50	15.245.892,50	8.864.018,89	58,14
2.1-Cota Parte FPM	9.389.051,80	9.389.051,80	5.427.159,30	57,80
2.1.1-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea b	9.068.051,80	9.068.051,80	5.427.159,30	59,85
2.1.2-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea d	321.000,00	321.000,00	0,00	0,00
2.2-Cota Parte ICMS	5.073.620,70	5.073.620,70	2.957.963,94	58,30
2.3-ICMS Desoner. L.C. nº 87/96	20.000,00	20.000,00	12.416,96	62,08
2.4-Cota Parte IPI-Exportação	64.200,00	64.200,00	45.791,74	71,33
2.5-Cota-Parte ITR	96.300,00	96.300,00	13.951,08	14,49
2.6-Cota-Parte IPVA	602.720,00	602.720,00	406.735,87	67,48
2.7-Cota-Parte IOF-Outro	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)</b>	<b>16.017.292,50</b>	<b>16.017.292,50</b>	<b>9.275.997,38</b>	<b>57,91</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100
4-Receita da aplicação financeira de outros recursos de impostos vinculados ao ensino	1.070,00	1.070,00	1.467,49	137,15
5-Transferências do FNDE	917.603,86	917.603,86	650.409,94	70,88
5.1-Transferências do Salário-Educação	588.500,00	588.500,00	470.036,81	79,87
5.2-Transferências Diretas - PDDE	700,00	700,00	420,00	60,00
5.3-Transferências Diretas - PNAE	174.624,00	174.624,00	103.188,00	59,09

1 / 4



## MUNICIPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

## ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto



Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

5.4-Transferências Diretas - PNATE	89.880,00	89.880,00	37.776,45	42,03
5.5-Outras transferências do FNDE	57.998,80	57.998,80	0,00	0,00
5.6-Aplicações financeiras de recursos do FNDE	5.901,06	5.901,06	38.988,68	660,71
6-Transferências de convênios	535,00	535,00	0,00	0,00
6.1-Transferências de convênios	535,00	535,00	0,00	0,00
6.2-Aplicações financeiras dos recursos de convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
7-Receita de Operações de créditos	0,00	0,00	0,00	0,00
8-Outras receitas para financiamentos do ensino	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>9-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO (4+5+6+7+8)</b>	<b>919.208,86</b>	<b>919.208,86</b>	<b>651.877,43</b>	<b>70,92</b>

## FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100
10-Receitas destinadas ao FUNDEB	2.749.620,00	2.749.620,00	1.772.802,10	64,47
10.1-Cota Parte FPM (20% de 2.1.1)	1.754.800,00	1.754.800,00	1.085.431,69	61,86
10.2-Cota Parte ICMS (20% de 2.2)	856.000,00	856.000,00	591.592,10	69,11
10.3-ICMS Desoneração (20% de 2.3)	4.000,00	4.000,00	2.483,37	62,08
10.4-Cota Parte IPI-Exportação (20% de 2.4)	12.840,00	12.840,00	9.158,31	71,33
10.5-Cota Parte ITR ou ITR destinado Fundeb (20% de (1.5 + 2.5))	19.260,00	19.260,00	2.790,15	14,49
10.6-Cota-Parte IPVA (20% de 2.6)	102.720,00	102.720,00	81.346,48	79,19
11-Receitas recebidas do FUNDEB	5.780.140,00	5.780.140,00	4.161.643,50	72,00
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	5.778.000,00	5.778.000,00	4.153.973,22	71,89
11.2-Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3-Receita de Aplicação Financ. Recursos do FUNDEB	2.140,00	2.140,00	7.670,28	358,42
<b>12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>3.028.380,00</b>	<b>3.028.380,00</b>	<b>2.381.171,12</b>	<b>78,63</b>

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			Até o bimestre (e)	% f=(e/d)x100	Até o bimestre (g)	% h=(g/d)x100	
13-PAGTO PROFISSIONAIS MAGISTÉRIO	4.045.670,00	4.045.670,00	3.053.854,92	75,48	3.053.854,92	75,48	0,00
13.1-Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2-Com Ensino Fundamental	4.045.670,00	4.045.670,00	3.053.854,92	75,48	3.053.854,92	75,48	0,00
14-OUTRAS DESPESAS	1.734.470,00	1.734.470,00	1.290.701,22	74,41	1.241.148,48	71,56	0,00
14.1-Com Educação Infantil	107.000,00	107.000,00	105.281,25	98,39	105.281,25	98,39	0,00
14.2-Com Ensino Fundamental	1.627.470,00	1.627.470,00	1.185.419,97	72,84	1.135.867,23	69,79	0,00
<b>15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)</b>	<b>5.780.140,00</b>	<b>5.780.140,00</b>	<b>4.344.556,14</b>	<b>75,16</b>	<b>4.295.003,40</b>	<b>74,31</b>	<b>0,00</b>

## DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB

	Valor
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS SEM DISPON. FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1- FUNDEB 60%	0,00
16.2- FUNDEB 40%	0,00
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
17.1- FUNDEB 60%	0,00
17.2- FUNDEB 40%	0,00
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	0,00
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18) <sup>1</sup>	4.295.003,40
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	73,38
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %	29,82
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100- (19.1 + 19.2)) %	-3,20

## CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE

	Valor
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 <sup>2</sup>	0,00

Continua 2 / 4



## MUNICÍPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

## ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto



Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				
			Até o Bimestre (b)		% c = (b/a)x100		
22-Impostos e transf. destinadas à MDE (25% de 3) <sup>3</sup>	4.004.323,12	4.004.323,12	2.318.999,34		57,91		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			Até o Bimestre (e)	% f= (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h=(g/d)x10	
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	296.390,00	296.390,00	195.706,21	66,03	176.780,49	59,64	0,00
23.1-Creche	296.390,00	296.390,00	195.706,21	66,03	176.780,49	59,64	0,00
23.1.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	107.000,00	107.000,00	105.281,25	98,39	105.281,25	98,39	0,00
23.1.2-Custeadas com outros recursos de impostos	189.390,00	189.390,00	90.424,96	47,75	71.499,24	37,75	0,00
23.2-Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2-Custeadas com outros recursos de impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24-ENSINO FUNDAMENTAL	8.247.625,18	8.247.625,18	4.936.420,08	59,85	4.817.378,27	58,41	0,00
24.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	5.673.140,00	5.673.140,00	4.239.274,89	74,73	4.189.722,15	73,85	0,00
24.2-Custeadas com outros recursos de impostos	2.574.485,18	2.574.485,18	697.145,19	27,08	627.656,12	24,38	0,00
25-Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26-Ensino Superior	38.520,00	38.520,00	3.055,00	7,93	3.055,00	7,93	0,00
27-Ensino Profissional nao integrado ao ensino regular	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28-Outras	228.514,92	228.514,92	220.997,46	96,71	208.562,46	91,27	0,00
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	8.811.050,10	8.811.050,10	5.356.178,75	60,79	5.205.776,22	59,08	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL						Valor	
30-Resultado líquido das transferências do FUNDEB = (12)						2.381.171,12	
31-Despesas custeadas com a complementação do FUNDEB no exercício						0,00	
32-Receita de aplicação financeira dos recursos do FUNDEB até o bimestre = (50h)						7.670,28	
33-Despesas custeadas com o superávit financeiro, do exercício anterior, do FUNDEB						0,00	
34-Despesas custeadas com superávit financeiro, do exercício anterior, de outros recursos impostos						0,00	
35-Restos a pagar inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino						0,00	
36-Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com dispon financ de rec de impostos vinculados ao ensino = (46g)						1.606,15	
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)						2.390.447,55	
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))						2.603.711,21	
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38) / (3) x 100) %						28,07	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			Até o Bimestre (e)	% f= (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h=(g/d)x10	
40-Custeadas com aplic finan de outros rec de imposto vinculadas ao ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41-Custeadas com contrib social salário-educação	589.570,00	589.570,00	308.226,54	52,28	278.561,58	47,25	0,00
42-Custeadas com operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43-Custeadas com outras receitas para finan do ensino	544.189,89	788.189,89	526.254,23	66,77	380.981,61	48,34	0,00
44-TOTAL OUTRAS DESPESAS (40+41+42+43)	1.133.759,89	1.377.759,89	834.480,77	60,57	659.543,19	47,87	0,00
45-TOTAL GERAL DESPESAS COM MDE (29+44)	9.944.809,99	10.188.809,99	6.190.659,52	60,76	5.865.319,41	57,57	0,00
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM (g)	
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE					0,00	1.606,15	
46.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino					0,00	1.140,00	
46.2-Executadas com Recursos do FUNDEB					0,00	466,15	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS					VALOR		
					FUNDEB (h)		FUNDEF
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014					8.894,85	0,00	
48-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE					4.153.973,22	0,00	
49-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE					3.925.321,68	0,00	

Continua 3 / 4



**MUNICIPIO DE LEBON REGIS****RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)		<b>R\$ 1,00</b>
49.1-Orçamento do Exercício (+ extras)	3.916.526,87	0,00
49.2 Restos a Pagar (+ extras)	8.794,81	0,00
50-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	7.670,28	0,00
51-(=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	245.216,67	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1798-8532-446). Unidade Responsável: . Data da emissão: 29/09/2015 e hora de emissão: 11:13.

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

\_\_\_\_\_  
**LUDOVINO LABAS**  
PREFEITO MUNICIPAL  
CHEFIA DO EXECUTIVO

\_\_\_\_\_  
**CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI**  
SECRETARIA  
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

\_\_\_\_\_  
**ADAIR DA SILVA MATTOS**  
TECNICO CONTABIL  
CRC/SC 16.115/O-7

\_\_\_\_\_  
**SÉRGIO INHAIA**  
CONTROLADOR  
CONTROLE INTERNO



**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS**  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015



RREO - ANEXO 9 (LRF, art. 53, § 1º, inciso 1)

Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (1)	32,10		0,00		
			32,10		
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	3.426.610,13	1.432.284,89	1.302.795,57	129.489,32	1.994.325,24
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	3.426.610,13	1.432.284,89	1.302.795,57	129.489,32	1.994.325,24
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	(a - d)	(b - e)	-	-	(c - f)
	-3.426.578,03	-1.432.284,89			-1.994.293,14

FONTE: Sistema e-Pública (1093-6434-385). Unidade Responsável: . Data da emissão: 29/09/2015 e hora de emissão: 11:21.

Notas:

¹ &lt; Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III &gt;



**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS**  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015



RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)					SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	5.350,00					8.212,73	-2.862,73
Alienação de Bens Móveis	5.350,00					8.212,73	-2.862,73
Alienação de Bens Imóveis	0,00					0,00	0,00
DESPESAS							
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g) = (d - e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.750,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.750,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.750,00	0,00
Investições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SALDO FINANCEIRO A APLICAR</b>	<b>2014 (h)</b>	<b>2015 (i) = (Id - (Ile + IIIf))</b>					<b>SALDO ATUAL (j) = (IIIf + IIIj)</b>
	148.768,92						-86.537,27
							62.231,65

FONTE: Sistema e-PM (1475-7889-827). Unidade Responsável: . Data da emissão: 29/09/2015 e hora de emissão: 11:26.  
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:  
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

<b>LUDOVINO LABAS</b> PREFEITO MUNICIPAL CHEFE DO EXECUTIVO	<b>CLEUZA MARIA REDOLFTOMACHEUSKI</b> SECRETÁRIA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	<b>ADAIR DA SILVA MATTOS</b> TÉCNICO CONTÁBIL CRC/SC 16.1150-7	<b>SÉRGIO INHATA</b> CONTROLADOR CONTROLE INTERNO
---	---	--	---



## MUNICÍPIO DE LEBON REGIS



RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	771.400,00	771.400,00	411.978,49	53,41
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	160.500,00	160.500,00	1.841,30	1,15
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	74.900,00	74.900,00	97.603,92	130,31
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	270.000,00	270.000,00	189.196,47	70,07
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	135.000,00	135.000,00	15.227,43	11,28
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	30.000,00	30.000,00	985,44	3,28
Dívida Ativa dos Impostos	81.000,00	81.000,00	85.783,12	105,91
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	20.000,00	20.000,00	21.340,81	106,70
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	14.924.892,50	14.924.892,50	8.864.018,89	59,39
Cota-parte FPM	9.068.051,80	9.068.051,80	5.427.159,30	59,85
Cota-parte ITR	96.300,00	96.300,00	13.951,08	14,49
Cota-parte IPVA	602.720,00	602.720,00	406.735,87	67,48
Cota-parte ICMS	5.073.620,70	5.073.620,70	2.957.963,94	58,30
Cota-parte do IPI - Exportação	64.200,00	64.200,00	45.791,74	71,33
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	20.000,00	20.000,00	12.416,96	62,08
Desoneração ICMS (LC 87/96)	20.000,00	20.000,00	12.416,96	62,08
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>15.696.292,50</b>	<b>15.696.292,50</b>	<b>9.275.997,38</b>	<b>59,10</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	2.611.366,41	2.611.366,41	1.437.874,05	55,06
Provenientes da União	2.030.888,40	2.030.888,40	1.097.722,84	54,05
Provenientes dos Estados	291.050,70	291.050,70	137.399,78	47,21
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	289.427,31	289.427,31	202.751,43	70,05
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	32,10	32,10	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>2.611.398,51</b>	<b>2.611.398,51</b>	<b>1.437.874,05</b>	<b>55,06</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PRECATORIOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)x100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)x100	
DESPESAS CORRENTES	5.403.348,36	5.404.348,36	4.189.453,99	77,52	3.754.712,41	69,48	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	2.539.037,90	2.490.037,90	2.156.655,97	86,61	2.145.924,93	86,18	0,00
Juros e Encargos da Dívida	10.700,00	10.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.853.610,46	2.903.610,46	2.032.798,02	70,01	1.608.787,48	55,41	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	368.227,94	368.227,94	19.663,45	5,34	16.614,45	4,51	0,00
Investimentos	357.527,94	357.527,94	19.663,45	5,50	16.614,45	4,65	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	10.700,00	10.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>5.771.576,30</b>	<b>5.772.576,30</b>	<b>4.209.117,44</b>	<b>72,92</b>	<b>3.771.326,86</b>	<b>65,33</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PRECATORIOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.323.009,10	2.282.009,10	1.469.340,41	34,91	1.380.886,11	0,00	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	2.321.939,10	2.280.939,10	1.469.340,41	34,91	1.380.886,11	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 3



## MUNICIPIO DE LEBON REGIS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

## ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto



Continuação

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

Outros Recursos	1.070,00	1.070,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>2.323.009,10</b>	<b>2.282.009,10</b>	<b>1.469.340,41</b>	<b>34,91</b>	<b>1.380.886,11</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	<b>3.448.567,20</b>	<b>3.490.567,20</b>	<b>2.739.777,03</b>	<b>65,09</b>	<b>2.390.440,75</b>	<b>63,38</b>	<b>0,00</b>

**PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% <sup>4+5</sup>** **25,77**

**VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI - (15 x IIIb)/100]⁶** **999.041,14**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em Exercícios Anteriores a 2011 (Somatório)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2011	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores a 2011 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
<b>Total (VIII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2012	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2011	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2010	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores a 2010 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
<b>Total (IX)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PRECESSADOS
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x100	
Atenção Básica	4.089.502,20	4.090.502,20	2.988.851,18	71,01	2.569.392,80	68,13	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.682.074,10	1.682.074,10	1.201.666,26	28,55	1.183.334,06	31,38	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 3

**MUNICIPIO DE LEBON REGIS**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE****ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

**R\$ 1,00**

Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,00	18.600,00	0,44	18.600,00	0,49	0,00
<b>Total</b>	5.771.576,30	5.772.576,30	4.209.117,44	100,00	3.771.326,86	100,00	0,00

**DESPA COM SAÚDE EXECUTADA EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS**

DESPESAS COM SAÚDE EXECUTADAS EM CONSÓRCIO PÚBLICO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISAMAR <sup>1</sup>	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100	Até o Bimestre (c)	% (c/a)x100
DESPESAS CORRENTES	0,00	18.600,00	0,00	18.600,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	3.600,00	0,00	3.600,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (I)</b>	0,00	18.600,00	0,00	18.600,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
	Até o Bimestre (d)	% (d/Ib)x100	Até o Bimestre (f)	% (f/Ic)x100
DESPA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (II)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = (I - II)</b>	18.600,00	100,00	18.600,00	100,00

FONTE: Sistema e-Pública (1479-6332-667). Unidade Responsável: . Data da emissão: 29/09/2015 e hora de emissão: 11:28.

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "I" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total J".<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "I" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[VI/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$ .

**LUDOVINO LABAS**  
PREFEITO MUNICIPAL  
CHEFE DO EXECUTIVO

**CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI**  
SECRETARIA  
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**ADAIR DA SILVA MATTOS**  
TECNICO CONTABIL  
CRC/SC 16.115/O-7

**SÉRGIO INHAIA**  
CONTROLADOR  
CONTROLE INTERNO



**MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS**  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto



RREO - ANEXO 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22,25 e 28)

**R\$ 1,00**

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31/12/2014 (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		Saldo Total (c) = (a+b)							
		No bimestre	Até o bimestre(b)								
TOTAL DE ATIVOS											
Direitos Futuros											
Ativos Contabilizados na SPE											
Contrapartida para Provisões de PPP											
TOTAL DE PASSIVOS(I)											
Obrigações Não Relacionadas a Serviços											
Contrapartida para Ativos da SPE											
Provisões de PPP											
GARANTIAS DE PPP(II)											
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP(III)=(I-II)											
PASSIVOS CONTINGENTES											
Contraprestações Futuras											
Riscos Não Provisonados											
Outros Passivos Contingentes											
ATIVOS CONTINGENTES											
Serviços Futuros											
Outros Ativos Contingentes											
DESPESAS DE PPP	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Do Ente Federado (IV)											
Das Estadais Não-dependentes											
TOTAL DAS DESPESAS											
RECEITAS CORRENTES LÍQUIDA(RCL)(V)											
TOTAL DAS RECEITAS/RCL(%)=(VI)=(IV)/(V)											

FONTE: Sistema e-Pública (1582-8077-273). Unidade Responsável: . Data da emissão: 29/09/2015 e hora de emissão: 11:32.

**LUDOVINO LABAS**  
PREFEITO MUNICIPAL  
CHEFEIA DO EXECUTIVO

**CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI**  
SECRETÁRIA  
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**ADAIR DA SILVA MATTOS**  
TÉCNICO CONTÁBIL  
CRC/SC 16.1150-7

**SÉRGIO INHAIA**  
CONTROLADOR  
CONTROLE INTERNO





## MUNICIPIO DE LEBON REGIS



RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

LRF, Art. 48 – Anexo 14

Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre			
RECEITAS					
Previsão Inicial		23.540.720,90			
Previsão Atualizada		23.540.720,90			
Receitas Realizadas		14.607.779,86			
Déficit Orçamentário		728.135,67			
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados por Créditos Adicionais)		832.000,00			
DESPESAS					
Dotação Inicial		23.540.720,90			
Créditos Adicionais		3.044.000,00			
Dotação Atualizada		26.584.720,90			
Despesas Empenhadas		16.450.135,45			
Despesas Liquidadas		15.335.915,53			
Despesas Pagas		14.665.221,23			
Superávit Orçamentário		0,00			
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre			
Despesas Empenhadas		16.450.135,45			
Despesas Liquidadas		15.335.915,53			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL		Até o Bimestre			
Receita Corrente Líquida		22.673.349,39			
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores					
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00			
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00			
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00			
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal		-131.083,18	-471.448,53	359,66	
Resultado Primário		919.677,85	-525.980,60	-57,19	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		716.859,32	3.372,88	711.476,42	2.010,02
Poder Executivo		716.859,32	3.372,88	711.476,42	2.010,02
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		317.003,29	689,56	68.877,61	247.436,12
Poder Executivo		317.003,29	689,56	68.877,61	247.436,12
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		1.033.862,61	4.062,44	780.354,03	249.446,14
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de impostos em MDE		2.603.711,21	25,00	28,07	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		3.053.854,92	60,00	73,38	
Complementação da União ao FUNDEB		0,00	10,00	0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		2.390.440,75	15,00	25,77	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor Apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas/RCL (%)		0,00			

FONTE: Sistema e-Pública (1220-6320-710). Unidade Responsável: . Data da emissão: 29/09/2015 e hora de emissão: 11:50.

1: Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

**MUNICIPIO DE LEBON REGIS**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

LRF, Art. 48 – Anexo 14

Continuação

**Em Reais**

\_\_\_\_\_  
**LUDOVINO LABAS**  
PREFEITO MUNICIPAL  
CHEFIA DO EXECUTIVO

\_\_\_\_\_  
**CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI**  
SECRETARIA  
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

\_\_\_\_\_  
**ADAIR DA SILVA MATTOS**  
TECNICO CONTABIL  
CRC/SC 16.115/O-7

\_\_\_\_\_  
**SÉRGIO INHAIA**  
CONTROLADOR  
CONTROLE INTERNO

**Leoberto Leal****PREFEITURA****DECRETO N.º 109/2015**

DECRETO Nº 109, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.182, de 29 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotação do Orçamento Fiscal, no valor de R\$ 1.400,00, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	1.400,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	1.400,00
Função	12	Educação	1.400,00
Sub-função	364	Ensino Superior	1.400,00
Programa	04	Educação é Tudo	1.400,00
Projeto/ Atividade	2.013	Apoio ao Transporte de Alunos Universitários	1.400,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	1.400,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Investimentos	1.400,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	1.400,00
Fonte de Recurso	0.1.0000.0	Recursos Ordinários	1.400,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR .....			1.400,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, nas seguintes dotações com a seguinte classificação e valores:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO	1.400,00
Unidade Orçamentária	01	GABINETE DO PREFEITO	1.400,00
Função	04	Administração	1.400,00
Sub-Função	122	Administração Geral	1.400,00
Programa	0002	Gestão com Excelência	1.400,00
Projeto/ Atividade	2.002	Funcionamento e Manutenção do Gabinete do(a) Prefeito(a)	1.400,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	1.400,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	1.400,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	1.400,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos ordinários	1.400,00
TOTAL DA ANULAÇÃO .....			1.400,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 30 de setembro de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

**DECRETO N.º 110/2015**

DECRETO Nº 110, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

**“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL”**

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.184, de 29 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo autorizada a abrir crédito adicional especial no orçamento da Seguridade Social, no valor de R\$ 1.000,00, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1.000,00
Função	10	Saúde	1.000,00
Sub-função	304	Vigilância Sanitária	1.000,00
Programa	006	Saúde com Excelência	1.000,00
Atividade	2.017	Vigilância em Saúde – Comp. Vigilância Epidemiológica e Ambulatorial em Saúde	1.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	1.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com pessoal e Encargos Sociais	1.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	1.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0066.00031	Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde	1.000,00
TOTAL DO CRÉDITO ESPECIAL ....			1.000,00
.....			
.....			

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação da dotação com a seguinte estrutura e respectivo valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1.000,00
Função	10	Saúde	1.000,00
Sub-função	304	Vigilância Sanitária	1.000,00
Programa	006	Saúde com Excelência	1.000,00
Atividade	2.017	Vigilância em Saúde – Comp. Vigilância Epidemiológica e Ambulatorial em Saúde	1.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	1.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	1.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	1.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0066.00031	Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde	1.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO .....			1.000,00
.....			
.....			

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 30 de setembro de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2015 - PMLL**

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2015

Tipo: “Menor Preço por Item”. REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de serviços, materiais de consumo e materiais permanentes, visando à execução do Trabalho Técnico Social, do empreendimento Residencial Jardim das Colinas, através do Programa Minha Casa Minha Vida, conforme relacionado no Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 043/2015. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14h00min (quatorze horas), do dia 15 de outubro de 2015. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 30/09/2015. TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA - Prefeita Municipal.

# Luzerna

## PREFEITURA

### DECRETO 2118

DECRETO Nº 2118 de 29 de setembro de 2015.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O EXERCÍCIO DE 2015".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19 da Lei nº 1311 de 11 de novembro de 2014,

#### DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), à conta do superávit financeiro do exercício de 2014, apurado na fonte e detalhamento abaixo relacionada, criando Fonte, e Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2015, atribuído à Atividade:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA  
Atividade - 13.001.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Man. do Fundo Municipal de Saúde  
Modalidade de Aplicação - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte 363 - Transferências de Convênios - Estado/Saúde .....R\$ 1.000,00  
Detalhamento de Recursos: 201 - Participa SUS

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2014.

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 29 de setembro de 2015.

MOISES DIERSMANN  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 079/2015 - PP 051/2015 - MATERIAL DE CONSTRUÇÃO - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO  
Processo Licitatório 079/2015 - PML  
Pregão Presencial nº 051/2015 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 079/2015, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial
- Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preços, de forma parcelada, de materiais de construção destinada à realização de serviços, reparos, conservação e manutenção diversos, destinados a Unidade Gestora - Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais, em conformidade com as especificações em Anexo.
- Proponente(s) Vencedora(s):
  - \* ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA;
  - \* BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA;
  - \* LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME;
  - \* BELEGANTE E CARNIEL MAT. DE CONSTR. LTDA - EPP.
- Valor total: R\$ 187.218,35

Luzerna (SC), 30 de setembro de 2015.

MOISES DIERSMANN  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 080/2015 - PP 052/2015 - PLACAS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO  
Processo Licitatório nº 080/2015 - PML  
Pregão Presencial nº 052/2015 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 080/2015, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço
- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para fornecimento e implantação de materiais para sinalização viária (placas, semi pórtilhos, tachas e tachões), conforme quantitativos estimados no anexo I do presente edital, destinados as atividades desenvolvidas pela Secretaria de Obras e Serviços do Município de Luzerna/SC.
- Proponente(s) Vencedora(s):
  - \* SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA EPP
- Valor total: R\$ 45.045,00

Luzerna (SC), 1 de outubro de 2015.

MOISES DIERSMANN  
Prefeito Municipal

### RESOLUÇÃO CMS 002 2015

RESOLUÇÃO CMS LUZERNA 002/2015

"DISPÕE SOBRE O PLANO DE APLICAÇÃO REFERENTE A PORTARIA Nº 1073 DE 23 DE JULHO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE do MUNICÍPIO DE LUZERNA, conforme aprovado em reunião realizada em 28 de setembro de 2015, constante da Ata nº 008/2015,e, CONSIDERANDO a Portaria 1.073, de 23 de julho de 2015, que dispõe sobre a reprogramação e o remanejamento, no âmbito dos blocos de financiamento de que trata o art. 4º da Portaria 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, de saldos financeiros disponíveis até 31 de dezembro de 2014 nos Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; CONSIDERANDO a responsabilidade conjunta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios pelo financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS); Considerando a pactuação ocorrida na região da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) de 20 de agosto de 2015,

#### RESOLVE:

Art. 1º - AUTORIZAR o MUNICÍPIO DE LUZERNA a realizar a reprogramação e o remanejamento, no âmbito dos blocos de financiamento de que trata a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, conforme descrição do artigo 4º, de eventuais saldos financeiros disponíveis em 31 de dezembro de 2014, elevados a superávit financeiro em 2015, no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art 2º - A reprogramação e o remanejamento de eventuais saldos financeiros disponíveis em 31 de dezembro de 2014 poderão ser realizados no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE nas seguintes hipóteses:

I - a reprogramação poderá ser realizada para o custeio de ações e serviços de saúde no mesmo bloco de financiamento no qual houve saldo financeiro disponível; e

II - o remanejamento poderá ser realizado para blocos de financiamento diversos daquele no qual houve saldo financeiro disponível.

Art 3º - Do saldo financeiro disponível em 31 de dezembro de 2014, remanescente em 31 de agosto de 2015, no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, no Bloco de Vigilância em Saúde, componente Piso Fixo de Vigilância em Saúde - PFVS, registrados nas fontes de recursos, no total de R\$ 64.462,96 (sessenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e noventa e seis centavos), remanejando o valor para pagamento de despesas de pessoal e encargos financeiros da atenção básica.

Art 4º - O Plano de Aplicação conterá cronograma para a utilização de recursos financeiros remanejados em até 12 (doze) meses de sua respectiva aprovação, conforme preconizado no Art 10º, Parágrafo Único, da Portaria 1.073, de 23 de julho de 2015.

Art. 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 28 de setembro de 2015.

Valmor Reisdorfer

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Luzerna

# Mafra

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 48/2015

PORTARIA Nº 48/2015, de 30 de setembro de 2015.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA.

O Vereador Eder Gielgen, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e, no Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Concede férias à servidora SIMONE EVERS DIAS, ocupante de cargo de Assistente Legislativo, do quadro de provimento efetivo da Câmara Municipal de Mafra.

Parágrafo Único As férias referem-se ao período de aquisição de 01 janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014, que será gozada de 13 de outubro de 2015 a 22 de outubro de 2015, voltando as atividades em 23 de outubro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra/SC, 30 de setembro de 2015.

Vereador Eder Gielgen

Presidente

### RESOLUÇÃO Nº 19/2015

RESOLUÇÃO Nº 19/15, de 30 de setembro de 2015.

CONSTITUI COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 30 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MAFRA E NOS ARTIGOS 52 e ss. DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA/SC.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar supostas irregularidades sobre a filmagem realizada no mês de junho, o qual chegou ao conhecimento dos Vereadores na data do dia 14 de setembro de 2015, que flagra um caminhão com logotipo do município de Mafra fazendo o transporte e o descarregamento, em propriedade particular, no interior do município de Mafra, de manilhas de concreto, de aproximadamente 1 metro de diâmetro cada. As imagens levam a crer que o bem público (caminhão) estava sendo utilizado para fins particulares, assim como em tese as próprias manilhas pudessem estar sendo desviadas do depósito público.

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de no máximo 120 (cento e vinte) dias para apresentação de suas conclusões ao Plenário.

Art. 3º A Comissão Parlamentar de Inquérito fica composta dos seguintes Vereadores:

Presidente : Vereador Ednilson Schelbauer

Vice-Presidente : Vereador João Acir Petters Padilha

Relator : Vereador Clesiomar Witt

Suplente : Vereadora Márcia Cristiane Nassif

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 30 de setembro de 2015.

VER. EDER GIELGEN

Presidente



# Maracajá

## PREFEITURA

### LEI 1036/2015

LEI Nº 1036 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

AUTORIZA O PAGAMENTO DE MULTAS APLICADAS A VEÍCULO DA FROTA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a pagar débitos de infrações de trânsito no valor de R\$ 2.596,33 (dois mil, quinhentos e noventa e seis reais, trinta e três centavos) mais juros e multas existentes, ao veículo pertencente a frota municipal de Maracajá, Placas MAR-7943, renavam 883436370, veículo tipo caminhonete Fiat Ducato TH Ambulância, capacidade para 8 passageiros, ano de fabricação 2006, ano modelo 2006, cor branca, carroceria ambulância.

Parágrafo único - Anexo, extrato das infrações deste veículo, emitido pelo sistema do DETRAN/SC.

Art. 2º As despesas com o pagamento deste auto de infração serão custeadas com dotação própria.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 30 de Setembro de 2015.

Wagner da Rosa

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração em 30 de setembro de 2015.

Valmir Carradore

Secretário de Administração

### LEI 1037/2015

LEI Nº 1037 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

AUTORIZA O PAGAMENTO DE VALOR REMANESCENTE DE INDENIZAÇÃO DE IMÓVEL QUE MENCIONA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar o pagamento no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) como valor remanescente na indenização da aquisição por desapropriação de área de terra e respectivas benfeitorias de domínio ou posse de pessoas do imóvel de propriedade da MITRA DIOCESANA DE CRICIÚMA/SC, localizado nesta cidade, a seguir descrito e caracterizado: ÁREA nº 1: imóvel registrado no 1º Tabelionato de Notas, Registro de Imóveis e Protesto da Comarca de Araranguá, Livro nº2, fls. 01 em 1985 sob a matrícula nº 26.571, com área total de 8.240,50 (oito mil, duzentos e quarenta metros e cinquenta e dois centímetros quadrados), com área a desapropriar de 3.409,40 m² (três mil, quatrocentos e nove metros e quarenta centímetros quadrados), de propriedade da Mitra Diocesana de Criciúma, inscrita no CNPJ sob o nº 02.681.642/0001-29.

Art. 2º A indenização no valor de R\$ 15.342,30 (quinze mil, trezentos e quarenta e dois reais, trinta centavos) referente a aquisição por desapropriação de que trata o art. 1º desta lei foi autorizado através da Lei Municipal nº 1033 de 24 de junho de 2015 e encontra-se depositado judicialmente nos autos nº 0302089-43.2015.8.24.0004.

§ 1º As áreas a que se refere o inciso do artigo 1º desta Lei destina-se a construção de uma escola.

§ 2º Fica então o valor total da indenização por desapropriação do imóvel constante no art. 1º desta lei, fixada em R\$ 21.342,50 (vinte e um mil, trezentos e quarenta e dois reais, cinquenta centavos).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 30 de Setembro de 2015.

Wagner da Rosa

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração em 30 de setembro de 2015.

Valmir Carradore

Secretário de Administração

# Maravilha

## PREFEITURA

### Decreto nº 161/2015

DECRETO Nº 161, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

Exonera servidor público municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme art. 40, inciso VI, da Lei Complementar Municipal nº 042, de 20 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora pública municipal CLASI TERESINHA LUCCA, ocupante do cargo de Diretor de Colégio de Educação Infantil, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Parágrafo único. A rescisão dá-se em razão de aposentadoria por tempo de contribuição, benefício nº 166.822.881-2.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 30 de setembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto nº 162/2015

DECRETO Nº 162, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

Constitui Comissão Especial de Inventário Patrimonial e da outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Especial de Inventário Patrimonial que será composta pelos referidos servidores:

I - Presidente: Rodrigo José Motter;  
II - Membros: Neiva Fátima Carnette,  
Taise Maiara de Souza Leite,  
Rozinei Hoss Qickert,  
Sandra Maria Morin,  
Cátia Agostini,  
Joice Cristiane dos Santos,  
Marisete Maihack Perondi,  
Angela Cristiane de Oliveira Krause,  
Márcio de Oliveira Camargo,  
Gilvan Lyneburger,  
Márcia Scherer,  
Juliano Fagan.

Art. 2º A finalidade da referida Comissão é identificar, conferir e numerar os bens móveis e imóveis que formam o Patrimônio

Municipal, com poderes para reavaliar os bens que não possuam valor declarado ou registrado, utilizando como parâmetro os preços praticados no mercado e as condições de uso e estado de conservação do bem.

Art. 3º Para realização dos trabalhos de levantamento, cadastramento, identificação e avaliação dos bens, a comissão utilizará formulário próprio e etiquetas de identificação, conforme estabelecido no Decreto nº 91, de 13 de agosto de 2014.

Art. 4º Todos os atos da comissão serão formalizados em ata e far-se-á ao término dos trabalhos o Inventário Patrimonial do Município de Maravilha/SC.

Art. 5º Caberá ao responsável pelo Controle Interno, sempre que possível, o acompanhamento dos serviços.

Art. 6º Os serviços prestados pelos membros da Comissão são de caráter relevante não onerando os cofres públicos com qualquer despesa.

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 30 de setembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto nº 163/2015

DECRETO Nº 163, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

Contrata servidor municipal em caráter emergencial e excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, conforme art. 12, inciso III da Lei Complementar nº 003/2002, e Lei nº 3.694, de 7 de outubro de 2013,

CONSIDERANDO,

A homologação do Processo Seletivo 002/2014 e que foram chamados todos os candidatos aprovados, e mesmo assim há necessidade de profissionais de Auxiliar de Serviços Gerais para a Educação;

Que foram chamados todos os candidatos aprovados no Concurso Público 001/2014, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais;

A previsão expressa no art.37, Inciso IX, da Constituição Federal, que autoriza a contratação por tempo determinado para atender a necessidade de excepcional interesse público;

Que está sendo preparado um novo Processo Seletivo para o Cargo;

A solicitação da Secretária de Educação do dia 29/09/2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada, DAIANA SUELEN HOHENSEE MORAES, brasileira, inscrita no CPF sob nº 088.600.599-09, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 30 de setembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

#### **PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 4.013/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Administrativo n. 4.013/2014 – Dispensa por Justificativa n. 1.282/2015.

Contrato Administrativo n. 070/2015

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que celebrou contrato administrativo com a Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina – FUNOESC, para organizar e promover processo seletivo. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas. Maravilha - SC, 01 de setembro de 2015. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

#### **PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 4.026/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Administrativo n. 4.026/2015

Dispensa por Inexigibilidade n. 019/2015

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que deflagrou processo de dispensa por inexigibilidade para contratação do espetáculo circense denominado "spiritis", em decorrência da programação natalina, para apresentação no dia 06/12/2015. Empresa contratada: Sander & Machado Produções Artísticas Ltda - ME. Valor do contrato: R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais). ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

#### **PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 4.027/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Administrativo n. 4.027/2015

Dispensa por Justificativa n. 1.284/2015

O Senhor Prefeito Interino de Maravilha - SC, SANDRO DONATI, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que deflagrou processo de dispensa por justificativa para contratação em caráter emergencial, de empresa especializada para execução de muro para contenção de aterro de cabeceiras de pontes. Decreto Municipal n. 089/2015 – situação de emergência. Empresa contratada: JK Imóveis Ltda. Valor global da obra: R\$ 34.729,82. SANDRO DONATI – Prefeito Interino do Município de Maravilha.

#### **PROCESSO LICITATÓRIO N. 4.031/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Processo Licitatório n. 4.031/2015 - Modalidade Pregão Presencial n. 037/2015 – Sistema de Registro de Preços – SRP.

A Excelentíssima Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de licitação, na modalidade de pregão presencial, sistema de registro de preço - SRP, para aquisição, conforme necessidade, de material gráfico, para o Município de Maravilha, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 16 de outubro de 2015 até às 09h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min. e das 13h 30 min. às 18 horas. Maravilha - SC, 28 de setembro de 2015. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

#### **RETIFICAÇÃO N. 001/2015 CP 004/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 4.016/2015 – Modalidade de Concorrência Pública n. 004/2015.

Retificação n. 001/2015.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que o Edital de Concorrência n. 004/2015 foi retificado, alterando-se o dimensionamento dos lotes industriais, aumentando, por consequência, a quantidade de lotes disponíveis para concessão de direito real de uso, em caráter precário, com cláusula de reversão, localizados na área industrial do Município de Maravilha – SC, tipo melhor oferta, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 8.666/93, Lei Complementar Federal n. 123/2006, Lei Complementar Municipal n. 034/2010 e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até as 09h do dia 18 de novembro de 2015, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas. Maravilha - SC, 30 de setembro de 2015. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

# Massaranduba

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 3166 DE 28 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº. 3166 DE 28 DE SETEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0400 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401.006.182.0040.2017 – Manutenção da Segurança Pública

0401 - 33900000 – Aplicações Diretas

0401 – 11003 – Convênio Transito Fumpom ..... R\$ 5.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0400 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401.006.182.0040.2017 – Manutenção da Segurança Pública

0401 - 44900000 – Aplicações Diretas

0401 – 11003 – Convênio Transito Fumpom ..... R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 28 de Setembro de 2015

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

# Meleiro

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 009-2015

PORTARIA nº 009/2015

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal CARLOS ALBERTO DA SILVA – matrícula 014, ocupante do cargo de Operador de Estação, referente ao período aquisitivo de 09/03/2014 a 08/03/2015.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Setembro de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### PORTARIA Nº 354-2015

PORTARIA n.º 354/2015

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, ao servidor público municipal PEDRO ALÉSSIO ZANELATTO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 02 de Maio de 2009 a 30 de Abril de 2014, conforme dispõe o caput do artigo 96 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Setembro de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### PORTARIA Nº 355-2015

PORTARIA n.º 355/2015

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 79, inciso VII seguintes da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal ZULEIDE POLLÁ, ocupante do cargo de Professora Efetiva, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 30 de Janeiro de 2005 a 28 de Janeiro de 2010, conforme dispõe o caput do artigo 79 inciso VII, da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Setembro de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### PORTARIA Nº 356-2015

PORTARIA n.º 356/2015

PRORROGA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA ACT POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e em conformidade com a Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

PRORROGAR



Art. 1º A Portaria nº 272/2015 da Senhorita THAÍS PERUCHI SCARPARI, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, vinculada à Secretaria da Educação, por um período de 30(trinta) dias, em substituição a servidora Zueleide Polla em virtude de Licença Prêmio

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 02/10/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Setembro de 2015.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

### **PORTARIA Nº 357-2015**

PORTARIA n.º 357/2015

PRORROGA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA ACT POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e em conformidade com a Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

PRORROGAR

Art. 1º A Portaria nº 324/2015 da Senhora FERNANDA NICOLETTI, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, vinculada à Secretaria da Educação, por um período de 30(trinta) dias, em substituição a servidora Zuleide Pirolla em virtude de Licença Prêmio

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 02/10/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Setembro de 2015.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

### **PORTARIA Nº 358-2015**

PORTARIA nº 358/2015

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal Clênio Borges – matrícula 10123, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, referente ao período aquisitivo de 01/09/2014 a 31/08/2015.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Setembro de 2015.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

### **PORTARIA Nº 359-2015**

PORTARIA nº 359/2015

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias à servidora pública municipal Mariléia Vitorino – matrícula 10087, ocupante do cargo de Psicóloga, referente ao período aquisitivo de 07/04/2014 a 06/04/2015.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Setembro de 2015.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº 360-2015**

PORTARIA n.º 360/2015

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

**CONTRATAR**

Art. 1.º A Senhora SONIA DA CUNHA VIANA, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária total de 20 (dez) horas semanais, sendo 10(dez) horas na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini, e as outras 10 (dez) na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Setembro de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº 361-2015**

PORTARIA n.º 361/2015

TRATA DA EXONERAÇÃO DE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

**EXONERAR**

Art. 1.º O Senhor HÉLIO CARBONI, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Portarias nº 122/2015 e nº 340/2015.

Meleiro, 30 de Setembro de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº 362-2015**

PORTARIA n.º 362/2015

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

**EXONERAR**

Art. 1.º A Senhora SANTINA MANOEL FERNANDES, do cargo de Professora ACT, com carga horária total de 30 (trinta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em virtude do retorno da servidora Sonia Elzi Sartori Manfredini, da Licença Saúde.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 190/2015.

Meleiro, 30 de Setembro de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças



# Modelo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 0242/2015

DECRETO Nº 242/2015 DE 30/09/2015  
DISPOE SOBRE A APROVAÇÃO DO "LOTEAMENTO RESIDENCIAL BEDIN", CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais,

Considerando as disposições da LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 2060/2012, INSTITUI A LEI DE PARCELAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE MODELO, CONFORME ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando em especial a LEI MUNICIPAL Nº 2194/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014 que DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA APROVAÇÃO DO PROJETO DE PARCELAMENTO DE SOLO, "LOTEAMENTO RESIDENCIAL BEDIN", CONFORME ESPECIFICA E Á OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando a análise técnica de projeto sendo APROVADO, conforme análise nº 1235/2014 de 29/10/2014 e demais disposições legais;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o Projeto de Parcelamento de Solo, para fins residenciais, sendo este o "LOTEAMENTO RESIDENCIAL BEDIN", de propriedade do Senhor Hamilton Luiz Bedin, constante da Matrícula do Imóvel nº 4.346, localizado nesta cidade de Modelo SC, conforme ART – Anotação de Responsabilidade Técnica nº 5222597-6, substituída pelas ART's 5226394-6 e 5365176-0, do Engenheiro Idacir Antonio Siviero – CREA 035727-0, Mapa e Memorial Descritivo, anexos integrantes deste Decreto.

Art. 2º - O Loteamento de que trata este Decreto, para fins de registro, fica denominado como "Loteamento Residencial Bedin".

Parágrafo único – A destinação, ou seja, o uso predominante de ocupação dos lotes, conforme disposto no Projeto, é Residencial.

Art. 3º - Fica incluída a área do Loteamento Residencial Bedin, no Bairro Iguaçu, incluída a área no perímetro urbano do Município de Modelo – SC e no respectivo setor de que dispõe a planta de valores do Município de Modelo SC.

Art. 4º - A liberação do alvará de aprovação do loteamento será efetuada de acordo com a legislação própria municipal, observada igualmente a legislação estadual, federal, e da ambiental.

Art. 5º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, estão consignadas em dotação própria do orçamento vigente e subsequente.

Art. 6º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,  
aos 30 de setembro de 2015.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

### EXTRATO DE CONTRATO 96/2015

Extrato de Contrato nº 96/2015  
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO  
Processo Licitatório n. 106/2015  
Contrato n. 96/2015  
Contratado: NC TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME  
Valor: R\$ 24.237,82

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato com a empresa NC TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME, Pessoa jurídica de direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº. 14.429.601/0001-29, objetivando contratação de serviços de horas máquinas pesadas e caminhões, para atender as atividades das secretarias de obras, estradas e agricultura, do Município De Modelo - SC.

Modelo (SC), 30 de setembro de 2015.  
RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 97/2015

Extrato de Contrato nº 97/2015  
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO  
Processo Licitatório n. 84/2015  
Contrato n. 97/2015  
Contratado: ARTEFATOS DE CIMENTO CESCO LTDA ME  
Valor: R\$ 8.013,10

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato com a empresa ARTEFATOS DE CIMENTO CESCO LTDA ME, Pessoa jurídica de direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº. 13.079.750/0001-42, objetivando aquisição de tubos de concreto para manutenção das atividades do Departamento de Obras e Serviços Urbanos e DMER do Município De Modelo - SC.

Modelo (SC), 30 de setembro de 2015.  
RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO 001/2015 AO CONTRATO ADM 110/2014**

Extrato de Termo Aditivo 01/2015 ao Contrato Administrativo nº 110/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Contratada: ICAP – INSTITUTO DE CONSULTORIA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA

Valor: 3.650,00

O Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados que realizou aditamento do contrato 110/2014 de 17/11/2014, com ampliação do objeto constante da cláusula primeira, sendo o que fica aditado o seguinte:

Item	Descrição	Und.	Valor
1	Concurso nível superior. Avaliação Objetiva	1	2.000,00
8	Concurso nível fundamental. Avaliação Objetiva	1	1.650,00

O valor do presente aditivo corresponde a R\$ 3.650,00.

Modelo (SC), 30 de setembro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 0146/2015**

PORTARIA Nº 0146/2015 DE 30.09.2015.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE SERVIDORES PARA CUMPRIMENTO DE ESCALA DE TRABALHO NO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO/SC, RELATIVO AO MÊS DE OUTUBRO DE 2015, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal do Município de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, em especial as de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nº 971/90, 1.906/2010, e em especial as disposições dos art. 53, 54 e 56 da Lei Municipal 1.513/2002, Portarias nº 0107/2015 e 0122/2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica aprovada a escala de trabalho dos servidores ocupantes do cargo de motorista, no Departamento Municipal de Saúde, para desempenho das atividades da jornada normal e de sobreaviso.

Parágrafo Único: A jornada de trabalho conforme dispõe a Portaria nº 0122/2015 será cumprida pelos servidores mencionados no Art. 1º, atribuída de acordo com o mencionado na escala de trabalho na forma do Anexo I, sendo representada pelas legendas:

I – CH02: Jornada 02

II – SM02: Jornada 02

III – HEM01: Jornada 01

IV – Normal01: Jornada 01

V – VE03: Jornada 03

VI – SA03: Sobreaviso/Jornada 03

Art. 2º - Ficam convocados os Servidores Públicos Municipais ocupantes do cargo de motorista do Departamento Municipal de Saúde, para cumprirem a Escala de Trabalho relativo ao mês de outubro de 2015, constante no Anexo I integrante desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),

aos 30 de setembro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

MARCIA TERESINHA JACOBY

Diretora Municipal de Saúde

Registrada e publicada na data supra: FRANCIELI PAVALICINI

Assessora de Departamento

**ANEXO I****ESCALA DE TRABALHO – MÊS DE OUTUBRO/2015**

DIA DA SEMANA	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado	Domingo	Segunda-feira	Terça-feira	
MOTORISTA/DIA	30/set	1	2	3	4	5	6	
MAURICIO RAUBER	-	HEM01	HEM01	-	-	HEM01	HEM01	
PAULO SALVATORI	-	VE03	VE03	-	-	VE03	VE03	
GLEISON DONIDA	SA A partir das 17h30min	SA	SA	SA	SA	SA	SA até 17h30min	

GILSON HISTER	-	CH02	CH02	-	-	CH02	CH02	
ERI EVALDO SIMÃO	-	SM02	SM02	-	-	SM02	SM02	
DIA DA SEMANA	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado	Domingo	Segunda-feira	
MOTORISTA/DIA	6	7	8	9	10	11	12	
MAURICIO RAUBER	-	SM02	SM02	SM02	-	-	SM02	
PAULO SALVATORI	-	HEM01	HEM01	HEM01	-	-	HEM01	
GLEISON DONIDA	-	VE03	VE03	VE03	-	-	VE03	
GILSON HISTER	SA A partir das 17h30min	SA	SA	SA	SA	SA	SA até 17h30min	
ERI EVALDO SIMÃO	-	CH02	CH02	CH02	-	-	CH02	
DIA DA SEMANA	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado	Domingo	
MOTORISTA/DIA	12	13	14	15	16	17	18	
MAURICIO RAUBER	-	CH02	CH02	CH02	CH02	-	-	
PAULO SALVATORI	-	SM02	SM02	SM02	SM02	-	-	
GLEISON DONIDA	-	HEM01	HEM01	HEM01	HEM01	-	-	
GILSON HISTER	-	VE03	VE03	VE03	VE03	-	-	
ERI EVALDO SIMÃO	SA A partir das 17h30min	SA	SA	SA	SA	SA	SA até 17h30min	
DIA DA SEMANA	Domingo	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado	
MOTORISTA/DIA	18	19	20	21	22	23	24	
MAURICIO RAUBER	SA A partir das 17h30min	SA	SA	SA	SA	SA	SA até 17h30min	
PAULO SALVATORI	-	CH02	CH02	CH02	CH02	CH02	-	
GLEISON DONIDA	-	SM02	SM02	SM02	SM02	SM02	-	
GILSON HISTER	-	HEM01	HEM01	HEM01	HEM01	HEM01	-	
ERI EVALDO SIMÃO	-	VE03	VE03	VE03	VE03	VE03	-	
DIA DA SEMANA	Sábado	Domingo	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado
MOTORISTA/DIA	24	25	26	27	28	29	30	31
MAURICIO RAUBER	-	-	VE03	VE03	VE03	VE03	VE03	-
PAULO SALVATORI	SA A partir das 17h30min	SA	SA	SA	SA	SA	SA	SA até 17h30min
GLEISON DONIDA	-	-	CH02	CH02	CH02	CH02	CH02	-
GILSON HISTER	-	-	SM02	SM02	SM02	SM02	SM02	-
ERI EVALDO SIMÃO	-	-	HEM01	HEM01	HEM01	HEM01	HEM01	-

LEGENDAS: CH02: Jornada 02 SM02: Jornada 02 HEM01: Jornada 01 Normal01: Jornada 01  
VE03: Jornada 03 SA03: Sobreaviso – Jornada 03

CIENTES E DE ACORDO:

ERI EVALDO SIMÃO: \_\_\_\_\_

GILSON HISTER: \_\_\_\_\_

GLEISON DONIDA: \_\_\_\_\_

MAURICIO RAUBER: \_\_\_\_\_

PAULO SALVATORI: \_\_\_\_\_

Márcia Teresinha Jacoby  
Diretora Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 0146/2015 – Modelo/SC, aos 30 de setembro de 2015.

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### LEI Nº 1708/2015

LEI Nº 1708/2015

ALTERA A LEI MUNICIPAL 1.330 DE 26 DE AGOSTO DE 2009 QUE INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E TURISMO - FMET, E A COMISSÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO – C.M.E. TUR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça; Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O § 1º DO art. 1º da Lei 1.330 de 26 de agosto de 2009 passa a ter a seguinte redação:

§ 1º - O Fundo Municipal de Esporte e Turismo - FMET será administrado pelo:

I – Chefe do Poder Executivo; ou

II – Gestor do Fundo, a ser nomeado, dentre os servidores, pelo Chefe do Poder Executivo; e

III – tesoureiro do Fundo, a ser nomeado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 30 de Setembro de 2015.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA  
Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

### LEI Nº 1709/2015

LEI Nº 1709/2015

ALTERA A LEI MUNICIPAL 1.023 DE 20 DE AGOSTO DE 2001 QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO E A POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça; Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 23 da Lei 1.023 de 20 de agosto de 2001 passa a ter a seguinte redação:

Art. 23 - A Secretaria Municipal a qual estiver vinculado as atividades institucionais de desenvolvimento social é responsável pela estrutura de execução do Fundo, sendo que seus controles contábeis serão realizados pelo setor de contabilidade do Município de Morro da Fumaça, inclusive a prestação de contas na forma da Lei.

Art. 2º O Parágrafo Único do art. 23 da Lei 1.023 de 20 de Agosto

de 2001 passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo único – Serão coordenadores das despesas:

I – o Chefe do Poder Executivo; ou

II – Gestor do Fundo, a ser nomeado, dentre os servidores, pelo Chefe do Poder Executivo; e

III – O tesoureiro do Fundo, a ser nomeado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 30 de Setembro de 2015.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA  
Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

### LEI Nº 1710/2015

LEI Nº 1710/2015

DENOMINA "GINÁSIO DE ESPORTES OCTAVIO DE PELLEGRIN", JUNTO A ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MAURINA DE SOUZA PATRÍCIO.

O Excelentíssimo Senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça; Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Ginásio de Esportes Anexo a Escola de Educação Básica Maurina de Souza Patrício situado a Rua Miguel Teixeira, s/n, Bairro Graziela fica denominado:

"GINÁSIO DE ESPORTES OCTÁVIO DE PELLEGRIN"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 30 de Setembro de 2015.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA  
Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA PREGÃO PRESENCIAL 53/2015 FMS

PREGÃO PRESENCIAL 53/2015 FMS

ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DO LICITANTE SERMEDICAL DEVIDAMENTE CREDENCIADO E POSSUIDOR DO BENEFÍCIO DE ME/EPP, APOS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE O PREGOEIRO DEU INICIO A ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS EM SEGUIDA PASSOU PARA ETAPA DE LANCES E APOS FOI ABERTO O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO, FOI CONSTATADO QUE O LICITANTE SERMEDICAL ATENDEU COM TODAS AS EXIGENCIAS DO EDITAL SENDO HABILITADA. MOMENTO EM QUE ENCERRA O PRESENTE CERTAME E ENCAMINHA OS AUTOS À AUTORIDADE COMPETENTE PARA A DEVIDA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO.

DOUGLAS LEMOS – PREGOEIRO

NAVEGANTES 30 DE SETEMBRO DE 2015.

### ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2015 FUNREBOM

EXTRATO \* ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FUNR 14/2015.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 14/2015, relativa ao Pregão Presencial nº 14/2015 - contendo os preços registrados pelas empresa/fornecedor abaixo: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS (LIQUIDO GERADOR DE ESPUMA, PROPORCIONADOR DE ESPUMA, ESGUICHO REGULAVEL, ESCADA EM FIBRA EXTENSIVEL, FLUTUADOR LIFE BELT) A SEREM UTILIZADOS EM COMBATES A INCENDIOS EM LIQUIDOS INFLAMAVEIS E SALVAMENTOS AQUATICOS PELAS GUARNIÇÕES DA 2ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC, conforme Pregão Presencial nº 14/2015.

FORNECEDOR: SERMEDICAL EQUIPAMENTOS HOSPITALARES

VALOR TOTAL: R\$ 43.830,00

Vigência: 28.09.2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 28 de setembro de 2015.

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 56/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2015 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ESPECIALIDADE DE DERMATOLOGIA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 14/10/2015 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 14/10/2015 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. Navegantes, 30 de setembro de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 78/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO DE TELEFONIA FIXA, PROGRAMAÇÃO, ORIENTAÇÃO, INFRAESTRUTURA DE DADOS E AFINS, PARA ATENDIMENTO À SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 14/10/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 14/10/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. Navegantes, 30 de setembro de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

### CONVOCAÇÕES SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Navegantes, 20 de julho de 2015

Ilma Sra

TAMIREZ GOMES SILVEIRA OLIVEIRA ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 005/2014, para o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo 005/2014

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco

Secretaria de Administração e Logística

Navegantes, 24 de Julho de 2015

Ilma Sra

TALIEN ELINE ATOFELLI (CANDIDATO)

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 005/2014, para o cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20H MAGISTERIO HABILITADO.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo 005/2014.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.



Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretaria de Administração e Logística

Navegantes, 27 de julho de 2015

Ilma Sra  
MARIANA MAZILDA ANACLETO DA GRAÇA (CANDIDATO)

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 005/2014, para o cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20H MAGISTERIO HABILITADO.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo 005/2014.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretaria de Administração e Logística

Navegantes, 31 de julho de 2015

Ilma Sra  
TATIANA NERI SIMÕES (CANDIDATO)

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 005/2014, para o cargo de PROFESSORA DE HISTORIA 20H NÃO HABILITADO.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo 005/2014.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretaria de Administração e Logística

Navegantes, 04 de agosto de 2015

Ilma Sra  
CINTIA CRISTIANE NUNES DA COSTA (CANDIDATO)

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 005/2014, para o cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20H MAGISTERIO HABILITADO.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo 005/2014.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretaria de Administração e Logística

Navegantes, 04 de agosto de 2015

Ilma Sra  
ANDREA ISABEL STEKLAIN MARQUES DOS SANTOS (CANDIDATO)

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 005/2014, para o cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20H MAGISTERIO HABILITADO.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo 005/2014.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretaria de Administração e Logística

Navegantes, 04 de agosto de 2015

Ilma Sra  
RENATA CARINE PICKET DOS SANTOS DA SILVA (CANDIDATO)

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 005/2014, para o cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20H MAGISTERIO HABILITADO.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo 005/2014.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretaria de Administração e Logística

Navegantes, 04 de agosto de 2015

Ilma Sra  
LEONILDA DE SOUZA (CANDIDATO)

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 005/2014, para o cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20H MAGISTERIO HABILITADO.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo 005/2014.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretaria de Administração e Logística

Navegantes, 04 de agosto de 2015

Ilma Sra  
GISLEINE MACHADO (CANDIDATO)

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 005/2014, para o cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20H MAGISTERIO HABILITADO.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo 005/2014.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretaria de Administração e Logística

Navegantes, 04 de agosto de 2015

Ilma Sra  
FERNANDA DA ROSA LAGUNA (CANDIDATO)

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 005/2014, para o cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20H MAGISTERIO HABILITADO.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo 005/2014.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretaria de Administração e Logística

Navegantes, 05 de agosto de 2015

Ilma Sra  
MIRIAN DA SILVA VIEIRA (CANDIDATO)

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 005/2014, para o cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20H MAGISTERIO HABILITADO.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo 005/2014.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretaria de Administração e Logística

Navegantes, 05 de agosto de 2015

Ilma Sra  
SELONI APARECIDA RAMOS (CANDIDATO)

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 005/2014, para o cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20H MAGISTERIO HABILITADO.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo 005/2014.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretaria de Administração e Logística

Navegantes, 05 de agosto de 2015

Ilma Sra  
THAIS SANTOS SCHUMANN (CANDIDATO)

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 005/2014, para o cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20H MAGISTERIO HABILITADO.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo 005/2014.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretaria de Administração e Logística

Navegantes, 05 de agosto de 2015

Ilma Sra  
KELLY LUCIA DE LIMA CABRAL (CANDIDATO)

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 005/2014, para o cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20H MAGISTERIO HABILITADO.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo 005/2014.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,



Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretaria de Administração e Logística

Navegantes, 06 de agosto de 2015

Ilma Sra  
MAYRA CRISTINA GARCIA COSTA (CANDIDATO)

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 005/2014, para o cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo 005/2014.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretaria de Administração e Logística

Navegantes, 06 de agosto de 2015

Ilma Sra  
DANIELE MIRANDA RODRIGUES (CANDIDATO)

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 005/2014, para o cargo de PROFESSOR DE HISTORIA 20H NÃO HABILITADO.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo 005/2014.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretaria de Administração e Logística

Navegantes, 12 de agosto de 2015

Ilma Sra  
DEBORA DOS ANJOS SANTOS (CANDIDATO)

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 005/2014, para o cargo de PROFESSOR DE HISTORIA 20H NÃO HABILITADO.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo 005/2014.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretaria de Administração e Logística

Navegantes, 27 de Agosto de 2015.

Ilmo(a) Sr(a).  
MAYRA CRISTINA GARCIA COSTA

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADO(A) para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, para tratar da CONTRATAÇÃO através do PROCESSO SELETIVO nº 005/2014, para o cargo de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 30H.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado de até 48 horas uteis implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,  
Vera Lucia Luçolli da Costa  
Dir. de Dep. Administrativo RH - SME

Navegantes, 27 de Agosto de 2015.

Ilmo(a) Sr(a).  
EDICLEIA MARGARETE MENDONÇA NASCIMENTO

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADO(A) para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, para tratar da CONTRATAÇÃO através do PROCESSO SELETIVO nº 005/2014, para o cargo de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 30H.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado de até 48 horas uteis implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,  
Vera Lucia Luçolli da Costa  
Dir. de Dep. Administrativo RH - SME

Navegantes, 27 de Agosto de 2015.

Ilmo(a) Sr(a).  
PERSIA LUIZA FEIRREIRA

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADO(A) para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, para tratar da CONTRATAÇÃO através do PROCESSO SELETIVO nº 005/2014, para o cargo de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 30H.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado de até 48 horas uteis implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Vera Lucia Luçolli da Costa  
Dir. de Dep. Administrativo RH - SME

Navegantes, 27 de Agosto de 2015.

Ilmo(a) Sr(a).  
FRANCISCA ELISANDRA DOS SANTOS SOUSA SILVA

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADO(A) para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, para tratar da CONTRATAÇÃO através do PROCESSO SELETIVO nº 005/2014, para o cargo de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 30H.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado

de até 48 horas uteis implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Vera Lucia Luçolli da Costa  
Dir. de Dep. Administrativo RH - SME

Navegantes, 27 de Agosto de 2015.

Ilmo(a) Sr(a).  
MERIELI DA COSTA

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADO(A) para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, para tratar da CONTRATAÇÃO através do PROCESSO SELETIVO nº 005/2014, para o cargo de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 30H.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado de até 48 horas uteis implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Vera Lucia Luçolli da Costa  
Dir. de Dep. Administrativo RH - SME

Navegantes, 27 de Agosto de 2015.

Ilmo(a) Sr(a).  
MARCIA DA SILVA PECHARKA

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADO(A) para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, para tratar da CONTRATAÇÃO através do PROCESSO SELETIVO nº 005/2014, para o cargo de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 30H.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado de até 48 horas uteis implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Vera Lucia Luçolli da Costa  
Dir. de Dep. Administrativo RH – SME

Navegantes, 27 de Agosto de 2015.

Ilmo(a) Sr(a).  
RAFAELA ALINE CRUZ DE SOUZA

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADO(A) para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, para tratar da CONTRATAÇÃO através do PROCESSO SELETIVO nº 005/2014, para o cargo de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 30H.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado de até 48 horas uteis implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Vera Lucia Luçolli da Costa  
Dir. de Dep. Administrativo RH - SME

Navegantes, 27 de Agosto de 2015.

Ilmo(a) Sr(a).  
RICARDO ISMAEL TESTONI

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADO(A) para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, para tratar da CONTRATAÇÃO através do CONCURSO PUBLICO nº 001/2014, para o cargo de AGENTE DE EDUCAÇÃO 40H.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado de até 48 horas uteis implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Vera Lucia Luçolli da Costa  
Dir. de Dep. Administrativo RH - SME

### CONVOCAÇÕES SECRETARIA DE SAÚDE

Navegantes, 04 de setembro de 2015.

Ilm Sr  
ADRIAN JAN SCRENSKI ( CANDIDATO )

Pelo presente, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA no setor de RECURSOS HUMANOS da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (quarenta e oito) horas para tratar da nomeação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de FISCAL DE VIGILANCIA SANITARIA.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 28 de agosto de 2015

Ilma Sra  
THAYSE CRISTINA POLEZZA ( CANDIDATO )

Pelo presente, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no setor de RECURSOS HUMANOS da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) horas, para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 005/2014, para o cargo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO ESF

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 04 de setembro de 2015

Ilm Sr  
KELLY CRISTINA DE AUGUSTINHO DE BANDEIRA ( CANDIDATO )

Pelo presente, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para

comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração e Logística, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 005/2014, para o cargo de AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO ESF

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 28 de agosto de 2015

Ilma Sra  
FABIANE PIERRE DOS PASSOS ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração e Logística, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 005/2014, para o cargo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO ESF

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 21 de agosto de 2015

Ilm Sr  
ANDERSON ALVES COLZANI ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração e Logística, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da nomeação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS DA SAUDE.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 21 de agosto de 2015

Ilma Sra  
TATHIANE ROCHA ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração e Logística, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da nomeação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de RECEPCIONISTA

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 07 de agosto de 2015

Ilm Sr  
JACQUELINE TALITA DOS SANTOS ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração e Logística, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 002/2012, para o cargo de ATENDENTE DE POSTO DE SAUDE

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 21 de agosto de 2015

Ilm Sr  
JOSE JOAO DA SILVA ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração e Logística, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, , para tratar da nomeação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 21 de agosto de 2015

Ilm Sr  
SIDNEI ALVES MOREIRA ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 21 de agosto de 2015

Ilm Sr  
EDVALDO COUTO ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 21 de agosto de 2015

Ilm Sr  
GILBERTO ANTONIO PIVA ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de RECEPCIONISTA

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 21 de agosto de 2015

Ilma Sra  
TEREZINHA DA APARECIDA DOMINGUES ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS DA SAUDE

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 10 de setembro de 2015

Ilm Sr  
JULIA GRAZIELA BITTENCOURT LEDRA BORTOLUZZI ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO)

, para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de NUTRICIONISTA

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado

implicará na perda automática da vaga do Concurso Público. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 21 de agosto de 2015

Ilm Sr  
RAFAEL MARCHAND ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2013, para o cargo de MOTORISTA SOCORRISTA DO SAMU

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 10 de setembro de 2015

Ilma Sra  
AMANDA FERNANDA MIRANDA ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE ESF

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 13 de agosto de 2015

Ilm Sr  
ISABELLY FERREIRA PINHEIRO DE MELLO ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de RECEPCIONISTA

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 13 de agosto de 2015



Ilma Sra  
BARBARA DOS SANTOS ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de RECEPCIONISTA

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 03 de agosto de 2015

Ilma Sra  
MARINA AMARAL CAMARGO ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 07 de agosto de 2015

Ilma Sra  
DEBORA ONEIA DA SILVA ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 002/2012, para o cargo de ATENDENTE DE POSTO DE SAUDE.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 07 de agosto de 2015

Ilm Sr  
JAISON DOS SANTOS ROCHA ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 002/2012, para o cargo de

ATENDENTE DE POSTO DE SAUDE.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 07 de agosto de 2015

Ilma Sra  
JACQUELINE TAITA DOS SANTOS ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 002/2012, para o cargo de ATENDENTE DE POSTO DE SAUDE.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 07 de agosto de 2015

Ilm Sr  
GIORGIO ANDRE ANGIOLETTI ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2013, para o cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 23 de junho de 2015

Ilma Sra  
GISELA DA SILVA GARCEZ ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 002/2012, para o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE ESF

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 23 de junho de 2015

Ilma Sra  
MARIA BERENILDA MARTINS DA SILVA ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2013, para o cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM .

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 07 de agosto de 2015

Ilma Sra  
ELIANA POLUCENA HOWE ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2013, para o cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 23 de junho de 2015

Ilm Sr  
RICARDO BEZERRA DE OLIVEIRA ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 005/2014, para o cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 23 de junho de 2015

Ilma Sra  
ANA MARTA SANTOS OLIVEIRA ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no

prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 005/2014, para o cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 03 de julho de 2015

Ilma Sra  
FERNANDA EUCLYDES TAVARES ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do concurso publico de Nº 005/2014, para o cargo de VETERINARIO.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Publico. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 03 de agosto de 2015

Ilm Sr  
PAULO ROBERTO COUTO ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 06 de agosto de 2015

Ilma Sra  
ANDREIA DO CARMO BORGES DOLESKI ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 03 de agosto de 2015

Ilma Sra  
DIOLENE MEDEIROS VALIN ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 23 de junho de 2015

Ilm Sr  
CARLOS EDUARDO DE FIGUEIREDO ANDRADE ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 005/2014, para o cargo de ORIENTADOR SOCIAL.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 06 de agosto de 2015

Ilma Sra  
ODETE PETUCO FERREIRA ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE ESF.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 13 de agosto de 2015

Ilma Sra  
KAREN RAEDER GALM ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A)

para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de RECEPCIONISTA.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 13 de agosto de 2015

Ilma Sra  
IZABELY CRISTHINY BOCUTTI ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 001/2014, para o cargo de RECEPCIONISTA.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 13 de agosto de 2015

Ilm Sr  
KELEN CRISTINA SILVA DOS SANTOS ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 005/2014, para o cargo de RECEPCIONISTA.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 28 de agosto de 2015

Ilma Sra  
FABIANE PIERRE DOS PASSOS ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 005/2014, para o cargo de AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO ESF.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.



Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 13 de Agosto de 2015

Ilm Sr  
LAUDINEIA APARECIDA DE OLIVEIRA ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de RECEPCIONISTA.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 13 de agosto de 2015

Ilma Sra  
JESSICA ALVES COLZANI ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de RECEPCIONISTA.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 21 de agosto de 2015

Ilma Sra  
SHEILA REGINA DA SILVA SANTOS ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de RECEPCIONISTA.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 13 de agosto de 2015

Ilma Sra

DANIELA ESPERANDIO LUDOVINO ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de RECEPCIONISTA.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 13 de agosto de 2015

Ilma Sra  
ADRIANA MAZETTO ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 005/2014, para o cargo de RECEPCIONISTA.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 13 de agosto de 2015

Ilma Sra  
MIRIAN GOES DOS SANTOS ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de RECEPCIONISTA.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 23 de junho de 2015

Ilma Sra  
PRISCILA ADRIANO ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de RECEPCIONISTA.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado

implicará na perda automática da vaga do Concurso Público  
Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 23 de junho de 2015

Ilma Sra  
CARLA DE SOUZA GABRIEL ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de RECEPCIONISTA.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 23 de junho de 2015

Ilm Sr  
JANAINA KLAUS ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de RECEPCIONISTA

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 23 de junho de 2015

Ilma Sra  
CRISTIANE BASTOS DE ALMEIDA ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 005/2014, para o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 06 de agosto de 2015

Ilma Sra  
WANDEREIA DOS SANTOS SANTHIAGO ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2013, para o cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE ESF.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 06 de agosto de 2015

Ilma Sra  
KARINE SILVA LEMOS ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE ESF

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 06 de agosto de 2015

Ilma Sra  
KAOANE PILAR DE LIMA ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE ESF

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Recursos Humanos

Navegantes, 16 de setembro de 2015

Ilma Sra  
VANIA SANCHEZ PRETTE GODO ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) para tratar da nomeação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de MEDICO

**CLINICO GERAL**

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 16 de setembro de 2015

Ilm Sr  
SERGIO JORDAN ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da nomeação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de MEDICO CLINICO GERAL

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 23 de setembro de 2015

Ilma Sra  
BRUNA CAROLINE PEREIRA ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da nomeação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de RECEPCIONISTA

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 16 de setembro de 2015

Ilma Sra  
CAROLINE FERNANDES FREITAS ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da nomeação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de MEDICO CLINICO GERAL

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 16 de setembro de 2015

Ilma Sra  
VALNIDA DE OLIVEIRA ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) , para tratar da nomeação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de RECEPCIONISTA

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 16 de setembro de 2015

Ilma Sra  
LUCIANA SANTANA DOS SANTOS( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de RECEPCIONISTA

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 16 de setembro de 2015

Ilma Sra  
ELLEHN LECZKO ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) da nomeação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de VETERINARIO

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 25 de setembro de 2015

Ilm Sr  
ANDRE ALEXEY POLIDORO ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de

Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 005/2014, para o cargo de MEDICO ESF

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

Navegantes, 25 de setembro de 2015

Ilm Sr  
JAIME RIBEIRO FREITAS ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 005 /2014, para o cargo de MEDICO ESF

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humano

Navegantes, 25 de setembro de 2015

Ilma Sra  
ANELISE PERONDI ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 005/2014, para o cargo de MEDICO ESF

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Sueli Mafra  
Diretora de Recursos Humanos

### **EXONERAÇÃO EDUCAÇÃO 2691,2692**

PORTARIA 2691 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015  
EXONERA POR MOTIVO DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,  
RESOLVE:

I EXONERAR por motivo de aposentadoria, conforme a processo administrativo nº.2015.04.01263 do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes - NavegantesPREV, a servidora LILIANE APARECIDA ANACLETO PEREIRA do cargo de PROFESSORA, pertencente ao quadro dos servidores públicos efetivos, a partir de 1º/10/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo

seus efeitos a partir de 1º de outubro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE SETEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2.692 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A)

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,  
RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) BRUNA CAROLINE PEREIRA, do cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, pertencente ao quadro de servidores acts, com 30 horas semanais, a partir de 1º de outubro de 2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 1º/10/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **EXTRATO CONTRATUAL Nº 182/2015.**

Extrato Contratual PMN 182/2015.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: ICAE – INSTITUTO COROADOS DE APRENDIZAGEM E ESTÁGIO.

Vigência ..... : Início: 18/09/2015 Término: 18/09/2016.

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 108/2015.

Valor: R\$ 5.640,00 (cinco mil seiscentos e quarenta reais).

Recursos ..... : Dotação: 2.114 3..3.90.00. 2.105. 3.3.90.00

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS ESPECIALIZADA EM RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E ADMINISTRAÇÃO/GERENCIAMENTO DE ESTAGIÁRIOS (NÍVEL FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR), PARA A PREFEITURA, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, CONFORME PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2015.

Navegantes, 18 de setembro de 2015.

### **EXTRATO CONTRATUAL Nº 202/2015.**

Extrato Contratual.

Prefeitura Municipal de Navegantes

Secretaria de Administração

Contrato Nº...: FMS 202/2015.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES.

Contratada...: INSTITUTO DE SAÚDE E EDUCAÇÃO VIDA – ISEV  
CNPJ: nº 07.503.752/0001-78

Vigência ..... : Início: 04/10/2015 Término: 04/10/2020 \* 60 meses.

Valor Total: R\$ 37.586.762,82 (trinta e sete milhões quinhentos e



oitenta e seis mil setecentos e sessenta e dois reais e oitenta e dois centavos).

Licitação ..... :CC07/2015 FMS.

Recursos ..... : Dotação: 2.093 3.3.90.00.00.00.00.2.1073.3.90.00.00

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE HOSPITALAR PRESTADORAS DE SERVIÇOS EM ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTENCIA À SAÚDE PARA ATENDIMENTO DE URGENCIA E EMERGENCIA, INTERNAÇÕES HOSPITALARES E ATENDIMENTO AMBULATORIAL COM A FINALIDADE DE ATENDIMENTO AOS PACIENTES DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC , CONFORME CONCORRÊNCIA Nº 07/2015.

Navegantes, 21 de setembro de 2015.

### **LICENÇA SE VENCIMENTO 2119,2283,2416,2537,2536,2576,2590,2616**

PORTARIA N º 2.119 DE 13 DE AGOSTO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I CONCEDER a licença para tratar de assuntos particulares ao (a) servidor (a) MARILEUSA BETTONI, Monitora de Educação Infantil, com 30 horas semanais, pelo período de 07/08/2015 a 07/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos retroativos a partir de 07/08/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, DE 13 DE AGOSTO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, de 13 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2.283 DE 18 DE AGOSTO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I CONCEDER a licença para tratar de assuntos particulares ao (a) servidor (a) MARIA CRISTINA SANTOS ALVES, Professora MAG II, com 20 horas semanais, pelo período de 06/08/2015 a 06/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos retroativos a partir de 06/08/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, DE 18 DE AGOSTO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, de 18 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2.416 DE 25 DE AGOSTO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I CONCEDER a licença para tratar de assuntos particulares a pedido ao (a) servidor (a) JANILTE ORTENCIA RAULINO DA SILVA, AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 horas semanais, pelo período de 24/08/2015 a 24/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos retroativos a partir de 24/08/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, de 25 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2.537 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I CONCEDER a pedido licença para tratar de assuntos particulares a pedido ao (a) servidor (a) MARIA OTÍLIA FURTADO matrícula 1882/13, PROFESSORA MAG III, com 20 horas semanais, pelo período de 01/09/2015 a 30/09/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos retroativos a partir de 01/09/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, de 11 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2.536 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de

Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

**RESOLVE:**

I CONCEDER a pedido licença para tratar de assuntos particulares a pedido ao (a) servidor (a) MARIA OTÍLIA FURTADO matrícula 1882/07, PROFESSORA MAG III, com 20 horas semanais, pelo período de 01/09/2015 a 30/09/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos retroativos a partir de 01/09/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, de 11 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2.576 DE 15 DE SETEMBRO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

**RESOLVE:**

I CONCEDER a pedido licença para tratar de assuntos particulares a pedido ao (a) servidor (a) TAISA CRISTIANA PADILHA BENDER matrícula 62466/01, AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 horas semanais, pelo período de 21/09/2015 a 21/09/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 21/09/2015 até 21/09/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, de 15 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2.590 DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

**RESOLVE:**

I CONCEDER licença para tratar de assuntos particulares a pedido ao (a) servidor (a) ELISANGELA RÉGIS matrícula 655/01, PROFESSORA, pelo período de 16/09/2015 a 16/09/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos retroativos a partir de 16/09/2015 até 16/09/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, de 17 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2.616 DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

CONCEDE A PEDIDO LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

**RESOLVE:**

I CONCEDER licença para tratar de assuntos particulares a pedido ao (a) servidor (a) LUCIANA ADRIANO ROSA matrícula 3392/04, MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, pelo período de 15/09/2015 a 15/09/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos retroativos a 15/09/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, de 18 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **NOMEAÇÕES 2413 E 2595**

“PORTARIA 2413 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.”

“NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

**RESOLVE:**

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. JULIA NATIELI DE LIMA FREITAS, para exercer a função de Agente de Educação do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 12/08/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 12 agosto de 2015.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 25 DE AGOSTO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

“PORTARIA 2595 DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.”

“NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

**RESOLVE:**

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014 a SRª. VIVIAN CRISTINA DA SILVA, para exercer a função de Agente de Educação do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

a partir de 09/09/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 09 de setembro de 2015.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 17 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA DE EXONERAÇÃO 2690**

PORTARIA 2690 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

EXONERA SERVIDOR (A)

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I EXONERAR o (a) servidor (a) ROBSON LUIZ GASTALDI, do cargo de MOTORISTA SOCORRISTA DO SAMU, admitido em caráter temporário, a partir de 02 de outubro de 2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 02/10/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE SETEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA EXONERAÇÃO 2226 A 2674**

PORTARIA 2.226 DE 17 DE AGOSTO DE 2015.

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) NELCI MARIA VIEIRA ALBINO, da função de Professora MAG II ACT com carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais a partir de 17/08/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 17/08/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE AGOSTO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2.301 DE 18 DE AGOSTO DE 2015.

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe

são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) DANIELE CAROLINA DE OLIVEIRA ROSA, da função de Professora MAG II ACT com carga horária de 20 (vinte) horas semanais a partir de 17/08/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 17/08/2015

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE AGOSTO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2.227 DE 17 DE AGOSTO DE 2015.

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) ROBERSON CARLOS KOLLN, da função de Professora MAG II ACT com carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais a partir de 17/08/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 17/08/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE AGOSTO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2.228 DE 17 DE AGOSTO DE 2015.

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) LUCIANA TRAMONTIN NOLLI, da função de Professora MAG II ACT com carga Horária de 20 (vinte) horas semanais a partir de 17/08/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 17/08/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE AGOSTO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2.229 DE 17 DE AGOSTO DE 2015.

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos



Servidores Públicos Municipais de Navegantes,  
RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) JOSIANE DOS SANTOS VICTOR, da função de Professora MAG II ACT com carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais a partir de 17/08/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 17/08/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE AGOSTO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2.230 DE 17 DE AGOSTO DE 2015.

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) ARLETE TEREZINHA AZILIERO FERREIRA, da função de Professora MAG II ACT com carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais a partir de 17/08/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 17/08/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE AGOSTO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2.287 DE 14 DE AGOSTO DE 2015.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR o (a) servidor (a) JULIA NATIELI, da função de monitora de educação especial ACT com carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais a partir de 03/08/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 03/08/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE AGOSTO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2.331 DE 19 DE AGOSTO DE 2015.

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) DENICE SILVA ROSA

FERREIRA, da função de PROFESSORA MAG II ACT com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais a partir de 19/08/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 19/08/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE AGOSTO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2.334 DE 19 DE AGOSTO DE 2015.

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) ANGELA TREVISANI CABRAL, do cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, pertencente ao quadro dos servidores públicos efetivos, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais a partir de 24/08/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 24/08/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE AGOSTO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2.351 DE 19 DE AGOSTO DE 2015.

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) JÉSSICA ALINE CONRRADO DOS SANTOS, do cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, pertencente ao quadro dos servidores públicos efetivos, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais a partir de 17/08/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 17/08/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE AGOSTO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2.350 DE 19 DE AGOSTO DE 2015.

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos

Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:  
I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) ISADORA DIAS, do cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, pertencente ao quadro dos servidores públicos efetivos, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais a partir de 19/08/2015.  
II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 19/08/2015.  
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE AGOSTO DE 2015.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO  
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 19 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2.349 DE 19 DE AGOSTO DE 2015.  
EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA  
O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:  
I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) KEITY LIMA PALOMBO, do cargo de PROFESSORA MAG II admitida em caráter temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais a partir de 03/08/2015.  
II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 03/08/2015.  
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE AGOSTO DE 2015.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO  
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 19 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2.347 DE 19 DE AGOSTO DE 2015.  
EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA  
O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:  
I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) NAIARA REIS, do cargo de PROFESSORA MAG II admitida em caráter temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais a partir de 03/08/2015.  
II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 03/08/2015.  
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE AGOSTO DE 2015.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO  
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 19 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2.348 DE 19 DE AGOSTO DE 2015.  
EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA  
O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos

Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:  
I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) NAIARA REIS, do cargo de PROFESSORA MAG II admitida em caráter temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais a partir de 03/08/2015.  
II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 03/08/2015.  
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE AGOSTO DE 2015.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO  
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 19 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2.345 DE 19 DE AGOSTO DE 2015.  
EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA  
O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:  
I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) ALBA SUSANA CARDOSO DA SILVEIRA, do cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL admitida em caráter temporário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais a partir de 17/08/2015.  
II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 17/08/2015.  
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE AGOSTO DE 2015.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO  
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 19 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA  
PORTARIA 2.346 DE 19 DE AGOSTO DE 2015.  
EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA  
O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:  
I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) ARIANA ZIMMERMANN RÉGIS PROPODOSKI, do cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, pertencente ao quadro dos servidores públicos efetivos, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais a partir de 17/08/2015.  
II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 17/08/2015.  
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE AGOSTO DE 2015.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO  
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 19 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2.409 DE 24 DE AGOSTO DE 2015.  
EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA  
O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo

com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) ANDRÉA ISABEL STEKLAIN MARQUES DOS SANTOS, do cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL ACT, com 20 horas, semanais a partir de 11/08/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 11/08/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE AGOSTO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2.442 DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) CAROLINE DA SILVA FIGUEIREDO COUTO, do cargo de PROFESSORA MAG II, com 20 horas, semanais a partir de 1º/09/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 1º/09/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE AGOSTO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2.471 DE 04 DE SETEMBRO DE 2015.

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) BRUNA DE OLIVEIRA, do cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com 30 horas, semanais a partir de 1º/09/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 1º/09/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2.503 DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) DANIELA ESPERÂNDIO LUDOVINO, do cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com 30 horas, semanais a partir de 10/09/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 10/09/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2.619 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) DANIELA MARA CORREA, do cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais efetivos, com 30 horas, semanais a partir de 02/09/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 02/09/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2.543 DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) KELEN CRISTINA SILVA DOS SANTOS, do cargo de INSTRUTORA DE INFORMÁTICA ACT, com 40 horas semanais a partir de 01/09/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 01/09/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2.544 DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) JANETE ORTENCIA RAULINO DA SILVEIRA, do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS,



pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais efetivos, com 40 horas, semanais a partir de 01/09/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 01/09/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2.545 DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) CATIA CELESTE JULIO MARTINS, do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais efetivos, com 40 horas, semanais a partir de 01/09/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 01/09/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2.546 DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) CRISTIANE SOUZA SANTOS, do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais efetivos, com 40 horas, semanais a partir de 01/09/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 01/09/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2.548 DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) RENATA RICOBOM PIVATTO, do cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais efetivos, com

30 horas, semanais a partir de 03/09/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 03/09/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2.549 DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR o (a) servidor (a) CASSANDRA DA SILVA LOPES CAMPOS, do cargo de PROFESSORA MAG II, admitida em caráter temporário, com 20 horas, semanais a partir de 15/09/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 15/09/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2.558 DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) NAYARA TEIXEIRA, do cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, admitida em caráter temporário, com 30 horas, semanais a partir de 14/09/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 14/09/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2.563 DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) PATRÍCIA HERING DOS SANTOS, do cargo de PROFESSORA MAG II DE EDUCAÇÃO INFANTIL, admitida em caráter temporário, com 40 horas semanais a partir de 1º de setembro de 2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 1º/09/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE SETEMBRO DE 2015.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2.564 DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.  
EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) MARLI DOMINGUES DE ARAÚJO MARTINS, do cargo de PROFESSORA MAG II, admitida em caráter temporário, com 20 horas semanais a partir de 08 de setembro de 2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 08/09/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE SETEMBRO DE 2015.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2.567 DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.  
EXONERA POR FALECIMENTO O (A) SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR por falecimento, o (a) servidor (a) DEVANIR MARIA ZAMARIOLA, do cargo de AGENTE DE EDUCAÇÃO, com 20 horas semanais, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais efetivos, a partir de 21 de agosto de 2015, conforme certidão de óbito nº.10737501552015400106118003956879.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 21/08/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE SETEMBRO DE 2015.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2.565 DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.  
EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo

com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) MARIA DE LOURDES GOMES, do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais efetivos, com 40 horas semanais a partir de 08 de setembro de 2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 08/09/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE SETEMBRO DE 2015.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2.578 DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.  
EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA  
O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) TAINA ARANHA SILVA, do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais efetivos, com 40 horas semanais a partir de 15 de setembro de 2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 15/09/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE SETEMBRO DE 2015.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2.598 DE 17 DE SETEMBRO DE 2015  
EXONERA POR MOTIVO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO SERVIDORA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I EXONERAR por motivo de aposentadoria conforme o Processo Administrativo nº.2015.02.01267 deferida pelo Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes, a servidora ELIZETE TEREZINHA REBELLO do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro dos servidores públicos efetivos, a partir de 17/09/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 17/09/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE SETEMBRO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2.603 DE 18 DE SETEMBRO DE 2015.  
EXONERA O (A) SERVIDOR (A) ADMITIDO (A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR o (a) servidor (a) DAMARIS CORREA, matrícula 19853/09, do cargo de PROFESSORA MAG I, admitida em caráter temporário, com 20 horas semanais a partir de 08 de setembro de 2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 08/09/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2.617 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A)

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) KARLA CRISTIANE BRANDÃO BRUNO, matrícula 632999/01, do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro dos servidores efetivos, com 40 horas semanais, a partir de 1º de setembro de 2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 1º/09/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2.618 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A) ADMITIDO (A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR o (a) servidor (a) LEOMAR JOSÉ DA SILVA, matrícula 62155/03, do cargo de INSTRUCTOR DE INFORMÁTICA, com 20 horas, admitido em caráter temporário, com 20 horas semanais, a partir de 1º de setembro de 2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 1º/09/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2.623 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A) ADMITIDO (A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR o (a) servidor (a) SOLANGE GORETI DA SILVA DOS SANTOS, matrícula 4767/05, do cargo de PROFESSORA MAG II, admitido em caráter temporário, com 20 horas semanais, a partir de 21 de setembro de 2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 21/09/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2.630 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) ADMITIDO (A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) ZORAIDE WALDETE DA SILVA, do cargo de PROFESSORA MAG II, admitido em caráter temporário, com 20 horas semanais, a partir de 21 de setembro de 2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 21/09/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2.674 DE 25 DE SETEMBRO DE 2015.

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A)

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) ELENICE TEREZINHA FAUST, do cargo de PROFESSORA MAG III, pertencente ao quadro de servidores efetivos, com 10 horas semanais, a partir de 24 de julho de 2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 24/07/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de



Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 25 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA LICENÇA MATERNIDADE 2116,2382,2399  
A 2401,2430,2431,2555 A 2557**

PORTARIA Nº. 2116 DE 13 DE AGOSTO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. ALICE DA SILVA matrícula nº. 4289/09, que exerce a função de PROFESSORA MAG III, com 40 horas semanais pelo período de 12/08/2015 a 07/02/2016 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 12/08/2015 a 07/02/2016, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 12 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE AGOSTO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº. 2382 DE 21 DE AGOSTO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. PALOMA CRISTIANE DA SILVA matrícula nº. 63289501, que exerce a função de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL ACT, com 30 horas semanais pelo período de 20/08/2015 a 15/02/2016 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 20/08/2015 a 15/02/2016, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 20 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE AGOSTO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº. 2399 DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de

18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. MELISSA PONTES REBELLO matrícula nº. 63284901, que exerce a função de PROFESSORA ACT, com 20 horas semanais pelo período de 24/08/2015 a 19/02/2016 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 24/08/2015 a 19/02/2016, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 24 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE AGOSTO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº. 2400 DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. MELISSA PONTES REBELLO matrícula nº. 63284902, que exerce a função de PROFESSORA ACT, com 20 horas semanais pelo período de 24/08/2015 a 19/02/2016 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 24/08/2015 a 19/02/2016, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 24 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE AGOSTO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº. 2401 DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. TABATA LEONTINA DE OLIVEIRA matrícula nº. 63291901, que exerce a função de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL ACT, com 30 horas semanais pelo período de 24/08/2015 a 19/02/2016 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 24/08/2015 a 19/02/2016, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 24 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE AGOSTO DE 2015.



ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 24 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº. 2430 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. GIZANDRA PRIMON matrícula nº. 63263002, que exerce a função de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, pertencente ao quadro de servidores públicos municipais efetivos, com 30 horas semanais pelo período de 24/08/2015 a 19/02/2016 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 24/08/2015 a 19/02/2016, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 24 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE AGOSTO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº. 2431 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. JAQUELINE SANTOS MELO matrícula nº. 6191501, que exerce a função de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, pertencente ao quadro de servidores públicos municipais efetivos, com 30 horas semanais pelo período de 25/08/2015 a 20/02/2016 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 25/08/2015 a 20/02/2016, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 25 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE AGOSTO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº. 2555 DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de

18/11/2003,  
RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. ROSELANE ADRIANA MIGUEL matrícula nº. 63292401, que exerce a função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, admitida em caráter temporário, com 40 horas semanais pelo período de 01/09/2015 a 27/02/2016 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 01/09/2015 a 27/02/2016, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 01 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº. 2556 DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. CLAUDINÉIA PEDRO matrícula nº. 492106, que exerce a função de PROFESSORA, admitida em caráter temporário, com 20 horas semanais pelo período de 01/09/2015 a 27/02/2016 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 01/09/2015 a 27/02/2016, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 01 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº. 2557 DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. CLAUDINÉIA PEDRO matrícula nº. 492105, que exerce a função de PROFESSORA, admitida em caráter temporário, com 20 horas semanais pelo período de 01/09/2015 a 27/02/2016 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 01/09/2015 a 27/02/2016, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 01 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 14 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA PROGRESSÃO CAPACITAÇÃO 2689**

PORTARIA Nº 2689 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015  
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR CAPACITAÇÃO  
O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,  
RESOLVE:

I PROMOVER MARIA FERNANDA BATISTA DE OLIVEIRA no quadro geral de servidores por capacitação no cargo de ODONTOLOGA ESF, posicionando para a referência "A", referente ao curso de Pós-graduação em nível de especialização em, saúde da família, com carga horária de 510 horas.

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.  
IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 25/09/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE SETEMBRO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza

PREFEITO  
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 30 de setembro de 2015.

SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA PROGRESSÃO FUNCIONAL 2686 A 2688**

PORTARIA Nº 2.686 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.  
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL  
O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,  
RESOLVE:

I PROMOVER SILVIA RENATA DOS SANTOS NASCIMENTO no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR, com 40 horas, posicionando para a referência "M".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, e o período avaliado é de 2013/2015..

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 01/10/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE SETEMBRO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza

PREFEITO  
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 30 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2.687 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL  
O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,  
RESOLVE:

I PROMOVER IZALENE TEREZINHA ROCHA no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, com 40 horas, posicionando para a referência "M".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, e o período avaliado é de 2013/2015..

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 01/10/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE SETEMBRO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza

PREFEITO  
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 30 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2.688 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL  
O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,  
RESOLVE:

I PROMOVER ALEXSANDRO ADEMAR BORBA no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AUXILIAR DE FISCAL DE TRIBUTOS, com 40 horas, posicionando para a referência "L".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, e o período avaliado é de 2013/2015..

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 01/10/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE SETEMBRO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza

PREFEITO  
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 30 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA PROMOÇÃO VERTICAL 2487 A 2493**

PORTARIA Nº. 2487 DE 09 DE SETEMBRO DE 2015  
"PROMOÇÃO VERTICAL POR TITULAÇÃO DO PROFESSOR (A) QUE ESPECÍFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 18 de novembro de 2003 e Lei Complementar 072 de 08 de janeiro de 2010 seção III.

RESOLVE:  
I – Alterar o nível da Profª. EDINÉIA MONICA DE ANDRADE, sob matrícula nº 19770/04, Professora de Educação Infantil MAG 02-01, carga horária 20 (vinte) horas semanais, para MAG 03-01, mediante ao término do Curso de Pós Graduação/especialização, presencial, em educação infantil – pré-escola e alfabetização.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 01 de setembro de 2015, revogadas as

disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de setembro de 2015.

SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº. 2488 DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

"PROMOÇÃO VERTICAL POR TITULAÇÃO DO PROFESSOR (A) QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 18 de novembro de 2003 e Lei Complementar 072 de 08 de janeiro de 2010 seção III.

RESOLVE:

I – Alterar o nível da Profª. LUCIMAR VEQUI ANDREANI, sob matrícula nº 1202/12, Professora de Educação Infantil MAG 02-01, carga horária 20 (vinte) horas semanais, para MAG 03-01, mediante ao término do Curso de Pós Graduação lato-sensu, especialização em supervisão escolar.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 01 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de setembro de 2015.

SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº. 2489 DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

"PROMOÇÃO VERTICAL POR TITULAÇÃO DO PROFESSOR (A) QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 18 de novembro de 2003 e Lei Complementar 072 de 08 de janeiro de 2010 seção III.

RESOLVE:

I – Alterar o nível da Profª. SHIRLEY SCHNEIDER SCHREIBER DA COSTA, sob matrícula nº 3647/14, Professora de Educação Infantil MAG 02-02, carga horária 20 (vinte) horas semanais, para MAG 03-02, mediante ao término do Curso de Pós Graduação lato-sensu, em supervisão escolar.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 01 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de setembro de 2015.

SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº. 2490 DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

"PROMOÇÃO VERTICAL POR TITULAÇÃO DO PROFESSOR (A) QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 18 de novembro de 2003 e Lei Complementar 072 de 08 de janeiro de 2010 seção III.

RESOLVE:

I – Alterar o nível da Profª. MARIS STELLA CORREA, sob matrícula nº 626/01, Professora de Educação Infantil MAG 02-20, carga horária 40 (quarenta) horas semanais, para MAG 03-20, mediante ao término do Curso de Pós Graduação lato-sensu em educação infantil, anos iniciais e gestão escolar.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 01 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de setembro de 2015.

SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº. 2491 DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

"PROMOÇÃO VERTICAL POR TITULAÇÃO DO PROFESSOR (A) QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 18 de novembro de 2003 e Lei Complementar 072 de 08 de janeiro de 2010 seção III.

RESOLVE:

I – Alterar o nível do Prof. ROBERTO NICOLÓDI, sob matrícula nº 3233/06, Professor de Educação Infantil MAG 02-02, carga horária 20 (vinte) horas semanais, para MAG 04-02, mediante ao término do Curso de Mestrado em ensino de ciências naturais e matemática.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 01 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de setembro de 2015.

SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº. 2492 DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

"PROMOÇÃO VERTICAL POR TITULAÇÃO DO PROFESSOR (A) QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 18 de novembro de 2003 e Lei Complementar 072 de 08 de janeiro de 2010 seção III.

RESOLVE:

I – Alterar o nível do Prof. RODRIGO PEDRO DIAS, sob matrícula nº 4055/03, Professor de Educação Infantil MAG 02-04, carga horária 30 (trinta) horas semanais, para MAG 03-04, mediante ao término do Curso de Pós Graduação lato-sensu, intitulado treinamento desportivo: jogos, testes e provas.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 01 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE SETEMBRO DE 2015.



ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 09 de setembro de 2015.

SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº. 2493 DE 09 DE SETEMBRO DE 2015  
"PROMOÇÃO VERTICAL POR TITULAÇÃO DO PROFESSOR (A) QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 18 de novembro de 2003 e Lei Complementar 072 de 08 de janeiro de 2010 seção III.

RESOLVE:

I – Alterar o nível do Prof. SANDRA BARBARA RUMOR, sob matrícula nº 50832/04, Professor de Educação Infantil MAG 02-01, carga horária 30 (trinta) horas semanais, para MAG 03-01, mediante ao término do Curso de Pós Graduação lato-sensu, denominado metodologia do ensino-aprendizagem da história no processo educativo.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 01 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de setembro de 2015.

SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA READAPTAÇÃO 2550 A 2553, 2606 A 2608**

PORTARIA Nº 2550 DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.

"READAPTA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11 /11/2003, Capítulo IV.

RESOLVE:

I. Readaptar o (a) servidor (a) Sr.(a). MARCIA REGINA COUTO DE SOUZA, matrícula 699/01 que exerce o cargo de PROFESSORA, pertencente ao quadro dos servidores públicos efetivos, conforme ofício nº.45 da Junta Médica Oficial do Município de Navegantes.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria dar-se-á pelo período de um ano, a partir de 08 de setembro de 2015 .

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 08 de setembro de 2015 , revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de setembro de 2015.

SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2551 DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.

"READAPTA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar

Nº. 007 de 11 /11/2003, Capítulo IV.

RESOLVE:

I. Readaptar o (a) servidor (a) Sr.(a). ADEMIR LIBÓRIO, matrícula 864/02, que exerce o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro dos servidores públicos efetivos, conforme ofício nº.43 da Junta Médica Oficial do Município de Navegantes.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria dar-se-á pelo período de um ano, a partir de 25 de agosto de 2015 .

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 25 de agosto de 2015 , revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de setembro de 2015.

SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2552 DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.

"READAPTA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11 /11/2003, Capítulo IV.

RESOLVE:

I. Readaptar o (a) servidor (a) Sr.(a). DOMINGOS FRANCISCO HERMÓGENES, matrícula 867/03, que exerce o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro dos servidores públicos efetivos, conforme ofício nº.42 da Junta Médica Oficial do Município de Navegantes.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria dar-se-á pelo período de um ano, iniciando em 25 de agosto de 2015 .

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 25 de agosto de 2015 , revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de setembro de 2015.

SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2553 DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.

"READAPTA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11 /11/2003, Capítulo IV.

RESOLVE:

I Readaptar o (a) servidor (a) Sr.(a). ZENAIDE BARON, matrícula 3343/01, que exerce o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro dos servidores públicos efetivos, conforme ofício nº.40 da Junta Médica Oficial do Município de Navegantes.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria dar-se-á pelo período de um ano, iniciando em 24 de agosto de 2015 .

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 24 de agosto de 2015 , revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 14 de setembro de 2015.

SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2606 DE 18 DE SETEMBRO DE 2015.

“READAPTA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11 /11/2003, Capítulo IV.

RESOLVE:

I Readaptar o (a) servidor (a) Sr.(a). MARIA JOSÉ NUNES, matrícula 2700/02, que exerce o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro dos servidores públicos efetivos, conforme ofício nº.38 da Junta Médica Oficial do Município de Navegantes.

IV. A concessão de que trata o item I desta portaria dar-se-á pelo período de um ano, iniciando em 24 de agosto de 2015 .

V. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 24 de agosto de 2015 , revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de setembro de 2015.

SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2607 DE 18 DE SETEMBRO DE 2015.

“READAPTA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11 /11/2003, Capítulo IV.

RESOLVE:

I Readaptar o (a) servidor (a) Sr.(a). MARIA REGINA DOS PASSOS PEREIRA, matrícula 1971/04, que exerce o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro dos servidores públicos efetivos, conforme ofício nº.39 da Junta Médica Oficial do Município de Navegantes.

VI. A concessão de que trata o item I desta portaria dar-se-á pelo período de um ano, iniciando em 24 de agosto de 2015 .

VII. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 24 de agosto de 2015 , revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de setembro de 2015.

SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2608 DE 18 DE SETEMBRO DE 2015.

“READAPTA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11 /11/2003, Capítulo IV.

RESOLVE:

I Readaptar o (a) servidor (a) Sr.(a). MAURO SÉRGIO NASCIMENTO, matrícula 2110/03, que exerce o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro dos servidores públicos

efetivos, conforme ofício nº.50 da Junta Médica Oficial do Município de Navegantes.

VIII. A concessão de que trata o item I desta portaria dar-se-á pelo período de 16 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

IX. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 16 de setembro de 2015 , revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de setembro de 2015.

SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA RETORNO LICENÇA PREMIO 2483**

PORTARIA Nº 2.483 DE 08 DE SETEMBRO DE 2015.

“RETORNA A PEDIDO DA LICENÇA PRÊMIO”

O Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11 /11/2003, Capítulo IV.

RESOLVE:

I - Retorna a pedido da Licença Prêmio, a servidora Sra. MARCIA DA COSTA OLIVEIRA LIBÓRIO, que exerce o cargo de SUPERVISORA ESCOLAR, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será a partir de 08 de setembro de 2015.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 08 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE SETEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de SETEMBRO de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIAS DE NOMEAÇÃO 2391,2392,2408,2414,2441,2532,2596**

PORTARIA Nº. 2391 DE 21 DE AGOSTO DE 2015.

“CONTRATA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes e de acordo com a lei 2265 de 8/1/2010,

RESOLVE:

I CONTRATAR, pelo Processo Seletivo 005/2014, o (a) senhor (a) LEONILDA DE SOUZA para exercer a função de Professora de Educação Infantil MAG I, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Profª Maria Tereza Leal, no período de 12/8/2015 a 18/12/2015.

II Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 12/8/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE AGOSTO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº. 2392 DE 21 DE AGOSTO DE 2015.

“CONTRATA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes e de acordo com a lei 2265 de 8/1/2010,

RESOLVE:

I CONTRATAR, pelo Processo Seletivo 005/2014, o (a) senhor (a) MARIANA MAZILDA ANACLETO DA GRAÇA para exercer a função de Professora de Educação Infantil MAG I, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Profª Rosana Fatima Gaya Barreto, no período de 03/8/2015 a 18/12/2015.

II Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 3/8/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE AGOSTO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº. 2.408 DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

“CONTRATA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes e de acordo com a lei 2265 de 8/1/2010,

RESOLVE:

I CONTRATAR, pelo Processo Seletivo 005/2014, o (a) senhor (a) ANDRÉIA ISABEL STEKLAIN MARQUES DOS SANTOS para exercer a função de Professora de Educação Infantil MAG I, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Profª Solange Pasquali de Souza, no período de 06/08/2015 a 18/12/2015.

II Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 06/08/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE AGOSTO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº. 2.414 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

“CONTRATA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com

a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes e de acordo com a lei 2265 de 8/1/2010,

RESOLVE:

I CONTRATAR, pelo Processo Seletivo 005/2014, o (a) senhor (a) AMANDA NAYRA PEREIRA DA CRUZ para exercer a função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar na E.M. Profª Solange Pasquali de Souza, no período de 05/08/2015 a 18/12/2015.

II Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 05/08/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE AGOSTO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº. 2.441 DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

“CONTRATA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes e de acordo com a lei 2265 de 8/1/2010,

RESOLVE:

I CONTRATAR, pelo Processo Seletivo 005/2014, o (a) senhor (a) MIRIAM DA SILVA VIEIRA para exercer a função de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na C.E.M.I. Profª Nerezilda Pinheiro Ferreira, no período de 10/08/2015 a 18/12/2015.

II Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 10/08/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE AGOSTO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº. 2.532 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015.

“CONTRATA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes e de acordo com a lei 2265 de 8/1/2010,

RESOLVE:

I CONTRATAR, pelo Processo Seletivo 005/2014, o (a) senhor (a) DEBORA DOS ANJOS SANTOS para exercer a função de Professora MAG NH na disciplina de história, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na C.E.M.I. Profª Maria de Lourdes Couto Cabral, no período de 17/08/2015 a 18/12/2015.

II Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 17/08/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE SETEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.



Navegantes, 11 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº. 2.596 DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.  
"CONTRATA SERVIDOR(A) EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes e de acordo com a lei 2265 de 8/1/2010,  
RESOLVE:

I CONTRATAR, pelo Processo Seletivo 005/2014, o (a) senhor (a) DAIANE CRISTINA DE ASSIS para exercer a função de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 30 (TRINTA) horas semanais, para atuar na Secretaria de educação, pelo período de 11/09/2015 a 18/12/2015.

II Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 11 de setembro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE SETEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIAS LICENÇA PREMIO 2677 A 2288**

PORTARIA 2288 DE 18 DE AGOSTO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora IZABEL CRISTINA GREFFE DE RAMOS, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de agente de serviços gerais, com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 60 (sessenta) dias desta licença, pelo período de 10/08/2015 a 08/10/2015, referente ao serviço público prestado entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de agosto de 2015 a 08 de outubro de 2015. Fazendo gozo de 60 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 10 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE AGOSTO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2289 DE 18 DE AGOSTO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora SANDRA MARIA DE ALMEIDA CALDERON, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de agente de serviços gerais, com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 12/08/2015 a 09/11/2015, referente ao serviço público prestado entre 2009/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 12 de agosto de 2015 a 09 de novembro de 2015. Fazendo gozo dos 90 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 12 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE AGOSTO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2291 DE 18 DE AGOSTO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora MARIA ELIZETE CARDOSO LOPES, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de agente de serviços gerais, com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 17/08/2015 a 14/11/2015, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 17 de agosto de 2015 a 14 de novembro de 2015. Fazendo gozo de 90 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 17 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE AGOSTO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de agosto de 2015.



Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2294 DE 18 DE AGOSTO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora ANA GRAZIELA DE SOUZA DA LUZ, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de professora MAG III, com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 18/08/2015 a 15/11/2015, referente ao serviço público prestado entre 2005/2010.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 18 de agosto de 2015 a 15 de novembro de 2015. Fazendo gozo de 90 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 18 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE AGOSTO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2295 DE 18 DE AGOSTO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora MARA RUBIA NUNES, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de MONITORA DE EDUC INFANTIL, com carga horária de 30 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/08/2015 a 07/11/2015, referente ao serviço público prestado entre 2002/2007.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de agosto de 2015 a 07 de novembro de 2015. Fazendo gozo de 90 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 10 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE AGOSTO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2324 DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora ROSIMAR DE SOUZA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 12/08/2015 a 09/11/2015, referente ao serviço público prestado entre 2009/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 12 de agosto de 2015 a 09 de novembro de 2015. Fazendo gozo de 90 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 12 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE AGOSTO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2389 DE 21 DE AGOSTO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora MIRIAN ERAÍDES FAUSTINO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA MAG III, com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 03/08/2015 a 31/10/2015, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 03 de agosto de 2015 a 31 de outubro de 2015. Fazendo gozo de 90 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 03 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE AGOSTO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2456 DE 04 DE SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora ROSILDA APARECIDA DA COSTA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA MAG II, com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 01/09/2015 a 29/11/2015, referente ao serviço público prestado entre 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 01 de setembro de 2015 a 29 de novembro de 2015. Fazendo gozo de 90 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2455 DE 04 DE SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora SILVIA HELENA MAÇANEIRO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal

efetivo no cargo de PROFESSORA MAG III, com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 01/09/2015 a 29/11/2015, referente ao serviço público prestado entre 2009/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 01 de setembro de 2015 a 29 de novembro de 2015. Fazendo gozo de 90 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2454 DE 04 DE SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora LUCILEIA MARTINS FAJARDO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA MAG III, com carga horária de 20 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 01/09/2015 a 29/11/2015, referente ao serviço público prestado entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 01 de setembro de 2015 a 29 de novembro de 2015. Fazendo gozo de 90 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2453 DE 04 DE SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos

Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

#### CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

##### RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora LUCILEIA MARTINS FAJARDO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA MAG III, com carga horária de 20 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 01/09/2015 a 29/11/2015, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 01 de setembro de 2015 a 29 de novembro de 2015. Fazendo gozo de 90 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

#### PORTARIA 2452 DE 04 DE SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

#### CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

##### RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora ELIANE DE SOUZA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 30 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 01/09/2015 a 29/11/2015, referente ao serviço público prestado entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 01 de setembro de 2015 a 29 de novembro de 2015. Fazendo gozo de 90 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

#### PORTARIA 2451 DE 04 DE SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

#### CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

##### RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora LEDA ISABEL GHISI PAVI, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 30 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 01/09/2015 a 29/11/2015, referente ao serviço público prestado entre 2009/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 01 de setembro de 2015 a 29 de novembro de 2015. Fazendo gozo de 90 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

#### PORTARIA 2450 DE 04 DE SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

#### CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

##### RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora JELCY LENARA CARDOSO DA SILVA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 01/09/2015 a 29/11/2015, referente ao serviço público prestado entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 01 de setembro de 2015 a 29 de novembro de 2015. Fazendo gozo de 90 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 04 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

#### PORTARIA 2449 DE 04 DE SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

#### CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

##### RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora LORENI MARIA CARDOSO SOUZA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 01/09/2015 a 29/11/2015, referente ao serviço público prestado entre 2009/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 01 de setembro de 2015 a 29 de novembro de 2015. Fazendo gozo de 90 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

#### PORTARIA 2505 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

#### CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

##### RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora ELIZABETH ZIMMERMANN, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA MAG III, com carga horária de 20 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/09/2015 a 08/12/2015, referente ao serviço público prestado entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de setembro de 2015 a 08 de dezembro de 2015. Fazendo gozo de 90 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 10 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

#### PORTARIA 2506 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

#### CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

##### RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora CLOTILDE RAMOS, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA MAG III, com carga horária de 20 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/09/2015 a 08/12/2015, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de setembro de 2015 a 08 de dezembro de 2015. Fazendo gozo de 90 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 10 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

#### PORTARIA 2507 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

#### CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

##### RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora ADRIANA BORTOLATTO GUAREZI FELET, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA MAG III, com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/09/2015 a 08/12/2015, referente ao serviço público prestado entre 2010/2015.



II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de setembro de 2015 a 08 de dezembro de 2015. Fazendo gozo de 90 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 10 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2508 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora MARISTELA REISER ROSA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA MAG III, com carga horária de 20 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/09/2015 a 08/12/2015, referente ao serviço público prestado entre 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de setembro de 2015 a 08 de dezembro de 2015. Fazendo gozo de 90 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 10 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2509 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora MARISTELA REISER ROSA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA MAG III, com carga horária de 20 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/09/2015 a 08/12/2015, referente ao serviço público prestado entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de setembro de 2015 a 08 de dezembro de 2015. Fazendo gozo de 90 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 10 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2510 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora MARISTELA FELÍCIO MAC-CARINI, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA MAG III, com carga horária de 20 horas semanais, para usufruir de 30 (TRINTA) dias desta licença, pelo período de 10/09/2015 a 09/10/2015, referente ao serviço público prestado entre 1999/2004.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de setembro de 2015 a 09 de outubro de 2015. Restando 30 dias deste período aquisitivo para gozo posterior.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 10 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2511 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe

confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

#### CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

##### RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora JOYCE DA SILVA POPOVISK, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA MAG III, com carga horária de 20 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/09/2015 a 08/12/2015, referente ao serviço público prestado entre 2009/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de setembro de 2015 a 08 de dezembro de 2015. Fazendo gozo de 90 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 10 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

#### PORTARIA 2512 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

#### CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

##### RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora MARIA LUCIANA DE OLIVEIRA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA MAG III, com carga horária de 20 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/09/2015 a 08/12/2015, referente ao serviço público prestado entre 2009/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de setembro de 2015 a 08 de dezembro de 2015. Fazendo gozo de 90 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 10 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

#### PORTARIA 2513 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

#### CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

##### RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora MARIA LUCIANA DE OLIVEIRA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA MAG III, com carga horária de 20 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/09/2015 a 08/12/2015, referente ao serviço público prestado entre 2006/2011.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de setembro de 2015 a 08 de dezembro de 2015. Fazendo gozo de 90 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 10 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

#### PORTARIA 2514 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

#### CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

##### RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora ORLANDO NAVARRO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA MAG II, com carga horária de 20 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/09/2015 a 08/12/2015, referente ao serviço público prestado entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de setembro de 2015 a 08 de dezembro de 2015. Fazendo gozo de 90 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 10 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2515 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora MARÍLIA MOSER, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA MAG III, com carga horária de 20 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 08/09/2015 a 07/12/2015, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 08 de setembro de 2015 a 06 de dezembro de 2015. Fazendo gozo de 90 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 08 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2516 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora MARÍLIA MOSER, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA MAG III, com carga horária de 20 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 08/09/2015 a 06/12/2015, referente ao serviço público prestado entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 08 de setembro de 2015 a 06 de dezembro de 2015. Fazendo gozo de 90 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 08 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2517 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora LEILA LEOCÁDIA SOUZA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA MAG II, com carga horária de 20 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 08/09/2015 a 06/12/2015, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 08 de setembro de 2015 a 06 de dezembro de 2015. Fazendo gozo de 90 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 08 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2518 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora GILMARA PATRÍCIO MAES, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária



de 30 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/09/2015 a 08/12/2015, referente ao serviço público prestado entre 2009/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de setembro de 2015 a 08 de dezembro de 2015. Fazendo gozo de 90 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 10 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2519 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora ARLETE DALMARCO CANUTO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 30 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/09/2015 a 08/12/2015, referente ao serviço público prestado entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de setembro de 2015 a 08 de dezembro de 2015. Fazendo gozo de 90 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 10 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2520 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora MAGALI DOS SANTOS, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 30 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/09/2015 a 08/12/2015, referente ao serviço público prestado entre 2009/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de setembro de 2015 a 08 de dezembro de 2015. Fazendo gozo de 90 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 10 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2521 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora MARCELLE BONETTI HEUSI ANGONESE, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 30 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 21/09/2015 a 19/12/2015, referente ao serviço público prestado entre 2009/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 21 de setembro de 2015 a 19 de dezembro de 2015. Fazendo gozo de 90 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 21 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 2522 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

**CONCEDE LICENÇA PRÊMIO****RESOLVE:**

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora ELIANE DORACI REIS, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 30 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/09/2015 a 08/12/2015, referente ao serviço público prestado entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de setembro de 2015 a 08 de dezembro de 2015. Fazendo gozo de 90 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 10 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 2523 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

**CONCEDE LICENÇA PRÊMIO****RESOLVE:**

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora KATIA ROSANGELA BENTO DA COSTA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de SUPERVISORA ESCOLAR, com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/09/2015 a 08/12/2015, referente ao serviço público prestado entre 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de setembro de 2015 a 08 de dezembro de 2015. Fazendo gozo de 90 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 10 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 11 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 2524 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

**CONCEDE LICENÇA PRÊMIO****RESOLVE:**

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora PEDRO OLIVEIRA DA SILVA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de ADMINISTRADORA ESCOLAR, com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/09/2015 a 08/12/2015, referente ao serviço público prestado entre 2009/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de setembro de 2015 a 08 de dezembro de 2015. Fazendo gozo de 90 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 10 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 2525 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

**CONCEDE LICENÇA PRÊMIO****RESOLVE:**

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora MARIA JOSÉ POLICARPO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/09/2015 a 08/12/2015, referente ao serviço público prestado entre 2009/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de setembro de 2015 a 08 de dezembro de 2015. Fazendo gozo de 90 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 10 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2526 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora VANESSA DE SOUZA DE CARVALHO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/09/2015 a 08/12/2015, referente ao serviço público prestado entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de setembro de 2015 a 08 de dezembro de 2015. Fazendo gozo de 90 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 10 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2527 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora EVANICE FELICIO LAURENTINO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/09/2015 a 08/12/2015, referente ao serviço público prestado entre 2009/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de setembro de 2015 a 08 de dezembro de 2015. Fazendo gozo de 90 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 10 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2528 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora ANA CECÍLIA MACHADO DA SILVEIRA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/09/2015 a 08/12/2015, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de setembro de 2015 a 08 de dezembro de 2015. Fazendo gozo de 90 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 10 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2529 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora JUCIMAR DOMINGOS ANACLETO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/09/2015 a 08/12/2015, referente ao serviço público prestado entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de setembro de 2015 a 08 de dezembro de 2015. Fazendo gozo de 90 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 10 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2530 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora EDITE WESTRUP DE OLIVEIRA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 11/09/2015 a 09/12/2015, referente ao serviço público prestado entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 11 de setembro de 2015 a 09 de dezembro de 2015. Fazendo gozo de 90 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 11 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2531 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe

confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora CREUSA NARDIELE DE OLIVEIRA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 30 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 11/09/2015 a 09/12/2015, referente ao serviço público prestado entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 11 de setembro de 2015 a 09 de dezembro de 2015. Fazendo gozo de 90 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 11 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2538 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora JANETE BENTO DA SILVA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 30 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 14/09/2015 a 12/12/2015, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 14 de setembro de 2015 a 12 de dezembro de 2015. Fazendo gozo de 90 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir 14 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de setembro de 2015.



Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2541 DE 14 DE SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora LUCIANA MACHADO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA MAG III, com carga horária de 20 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 14/09/2015 a 12/12/2015, referente ao serviço público prestado entre 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 14 de setembro de 2015 a 12 de dezembro de 2015. Fazendo gozo de 90 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir 14 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2542 DE 14 DE SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora LUCIANA MACHADO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA MAG III, com carga horária de 20 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 14/09/2015 a 12/12/2015, referente ao serviço público prestado entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 14 de setembro de 2015 a 12 de dezembro de 2015. Fazendo gozo de 90 dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir 14 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2580 DE 15 DE SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora MONICA LEAL CUNHA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA MAG III, com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 30 (TRINTA) dias desta licença, pelo período de 16/09/2015 a 15/10/2015, referente ao serviço público prestado entre 2006/2011.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 16 de setembro de 2015 a 15 de outubro de 2015. Fazendo gozo de 30 (trinta) dias, restando 60 (sessenta) dias para gozo posterior.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir 16 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2584 DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora DANIELA ANTONIO PEREIRA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA MAG III, com carga horária de 10 horas semanais, para usufruir de 90 (NOVENTA) dias desta licença, pelo período de 03/09/2015 a 01/12/2015, referente ao serviço público prestado entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 03 de setembro de 2015 a 01 de dezembro de 2015. Fazendo gozo de 90 (NOVENTA) dias da referida licença.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir 03 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2585 DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora DANIELA ANTONIO PEREIRA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA MAG III, com carga horária de 10 horas semanais, para usufruir de 90 (NOVENTA) dias desta licença, pelo período de 03/09/2015 a 01/12/2015, referente ao serviço público prestado entre 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 03 de setembro de 2015 a 01 de dezembro de 2015. Fazendo gozo de 90 (NOVENTA) dias da referida licença.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir 03 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2591 DE 17 DE SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora ROSMEIRE PEREIRA FRIGO DE SOUZA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA MAG II, com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 90 (NOVENTA) dias desta

licença, pelo período de 1º/09/2015 a 29/11/2015, referente ao serviço público prestado entre 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 1º de setembro de 2015 a 29 de novembro de 2015. Fazendo gozo de 90 (NOVENTA) dias da referida licença.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir 1º de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2644 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a senhora IZABEL CRISTINA GREFFE RAMOS, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 30 (TRINTA) dias desta licença, pelo período de 29/10/2015 a 27/11/2015, referente ao serviço público prestado entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 29 de outubro de 2015 a 27 de novembro de 2015. Fazendo gozo dos 30 (trinta) dias restantes deste período.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir 29 de outubro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2676 DE 25 DE SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

**RESOLVE:**

I - Conceder Licença Prêmio, ao senhor EUCLIDES MENDES, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSOR MAG II, com carga horária de 20 horas semanais, para usufruir de 30 (TRINTA) dias restantes desta licença, pelo período de 28/09/2015 a 27/10/2015, referente ao serviço público prestado entre 2002/2007.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 28 de setembro de 2015 a 27 de outubro de 2015. Fazendo gozo dos 30 (trinta) dias restantes deste período.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir 28 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2677 DE 25 DE SETEMBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

**CONCEDE LICENÇA PRÊMIO****RESOLVE:**

I - Conceder Licença Prêmio, ao senhor EUCLIDES MENDES, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSOR MAG II, com carga horária de 20 horas semanais, para usufruir de 60 (SESSENTA) dias restantes desta licença, pelo período de 28/10/2015 a 26/12/2015, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 28 de outubro de 2015 a 26 de dezembro de 2015. Fazendo gozo dos 60 (sessenta) dias, restando 30 (trinta) dias para gozo posterior.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir 28 de outubro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE SETEMBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIAS LICENÇA SAUDE 2325 A 2658**

PORTARIA Nº. 2325 DE 19 DE AGOSTO DE 2015.

**"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"**

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

**RESOLVE:**

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a CINTIA CARDOSO, sob matrícula nº 6278701, no cargo de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pertencente ao quadro dos servidores efetivos, pelo período de 09/05/2015 à 27/07/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 09 de maio de 2015 à 27 de julho de 2015.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 09 de maio de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE AGOSTO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 2340 DE 19 DE AGOSTO DE 2015.

**"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"**

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

**RESOLVE:**

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a CINTIA CARDOSO, sob matrícula nº 6278702, no cargo de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pertencente ao quadro dos servidores efetivos pelo período de 09/05/2015 à 27/07/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 09 de maio de 2015 à 27 de julho de 2015.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 09 de maio de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE AGOSTO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 2326 DE 19 DE AGOSTO DE 2015.

**"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"**

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso



de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a SUSANA ARRUIZ LIMA, sob matrícula nº 1680702, no cargo de agente de serviços gerais, com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro dos servidores efetivos, pelo período de 01/12/2014 à 04/08/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 01 de dezembro de 2014 à 04 de agosto de 2015.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 01 de dezembro de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE AGOSTO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 2327 DE 19 DE AGOSTO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a CARLOS AUGUSTO MACIEL, sob matrícula nº 1977201, no cargo de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pertencente ao quadro dos servidores efetivos, pelo período de 13/05/2015 à 07/08/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 13 de maio de 2015 à 07 de agosto de 2015.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 13 de maio de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE AGOSTO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 2328 DE 19 DE AGOSTO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a LUCIANA ADRIANO ROSA, sob matrícula nº 339204, no cargo de Monitora de Educação

Infantil, com carga horária de 30 horas semanais, pertencente ao quadro dos servidores efetivos, pelo período de 25/04/2015 à 14/08/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 25 de abril de 2015 à 14 de agosto de 2015.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 25 de abril de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE AGOSTO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 2329 DE 19 DE AGOSTO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a LUIZIANE VENTURINI GONÇALVES, sob matrícula nº 63267003, no cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 15/08/2015 à 17/08/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 15 de agosto de 2015 à 17 de agosto de 2015.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 15 de agosto de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE AGOSTO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 2330 DE 19 DE AGOSTO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a ANTONIO CARLOS LUIZ ARAGÃO, sob matrícula nº 471207, no cargo de professor, com carga horária de 10 horas semanais, pertencente ao quadro dos servidores efetivos, pelo período de 28/07/2015 à 14/08/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 28 de julho de 2015 à 14 de agosto de 2015.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 28 de julho de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE AGOSTO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 19 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 2341 DE 19 DE AGOSTO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a ANTONIO CARLOS LUIZ ARAGÃO, sob matrícula nº 471208, no cargo de professor, com carga horária de 10 horas semanais, pertencente ao quadro dos servidores efetivos, pelo período de 28/07/2015 à 14/08/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 28 de julho de 2015 à 14 de agosto de 2015.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 28 de julho de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE AGOSTO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 19 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 2393 DE 21 DE AGOSTO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a CHARLENE OLIVEIRA BRAZ, sob matrícula nº 1679709, no cargo de professor, com carga horária de 20 horas semanais, pertencente ao quadro dos servidores efetivos, pelo período de 28/05/2015 à 18/08/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 28 de maio de 2015, revogados

as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE AGOSTO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 21 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 2.403 DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a KALINKA METTE FEYTH, sob matrícula nº 198101, no cargo de professor, com carga horária de 20 horas semanais, pertencente ao quadro dos servidores efetivos, pelo período de 11/08/2015 à 15/08/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 11 de agosto de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE AGOSTO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 24 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 2.404 DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a KALINKA METTE FEYTH, sob matrícula nº 198105, no cargo de professor, com carga horária de 20 horas semanais, pertencente ao quadro dos servidores efetivos, pelo período de 11/08/2015 à 15/08/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 11 de agosto de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE AGOSTO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 24 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 2.406 DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a VANESKA FERREIRA DE LIMA, sob matrícula nº 63291201, no cargo de professor, com carga horária de 20 horas semanais, pertencente ao quadro dos servidores efetivos, pelo período de 14/07/2015 à 03/08/2015.  
II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 14 de julho de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE AGOSTO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 24 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 2.407 DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a ELOISA FERNANDES RODRIGUES, sob matrícula nº 330810, no cargo de professor, com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro dos servidores efetivos, pelo período de 14/07/2015 à 29/07/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 14 de julho de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE AGOSTO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 24 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 2.554 DE 14 DE SETEMBRO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a ROSELANE ADRIANA MIGUEL sob matrícula nº 63292401, no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, contratada em caráter temporário, pelo período de 24/06/2015 à 31/08/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 24 de junho de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE SETEMBRO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 14 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 2.588 DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a DANIELA ANTONIO PEREIRA sob matrícula nº 2856/10, no cargo de PROFESSORA, com carga horária de 10 horas semanais, pertencente ao quadro de servidores públicos efetivos, pelo período de 22/08/2015 à 02/09/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 22 de agosto de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE SETEMBRO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 17 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 2.589 DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

## RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a DANIELA ANTONIO PEREIRA sob matrícula nº 2856/11, no cargo de PROFESSORA, com carga horária de 10 horas semanais, pertencente ao quadro de servidores públicos efetivos, pelo período de 22/08/2015 à 02/09/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 22 de agosto de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE SETEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 2.586 DE 17 DE SETEMBRO DE 2015.

## "CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

## RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a ROSMEIRE PEREIRA FRIGO DE SOUZA sob matrícula nº 2679/13, no cargo de PROFESSORA, com carga horária de 30 horas semanais, pertencente ao quadro de servidores públicos efetivos, pelo período de 26/05/2015 à 28/08/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 26 de maio de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE SETEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 2.646 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

## "CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

## RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a MARIA ISAURA PEREIRA DA SILVA sob matrícula nº 62010/02, no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de servidores públicos efetivos, pelo

período de 16/06/2015 à 16/09/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 16 de junho de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE SETEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 2.647 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

## "CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

## RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a ANDREA CRISTINA DAS NEVES sob matrícula nº 637/03, no cargo de PROFESSORA, com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de servidores públicos efetivos, pelo período de 17/09/2015 à 17/09/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 17 de setembro de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE SETEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 2.648 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

## "CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

## RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a ALINE GARCIA LAZZARIS sob matrícula nº 61906/01, no cargo de PROFESSORA, com carga horária de 20 horas semanais, pertencente ao quadro de servidores públicos efetivos, pelo período de 25/08/2015 à 07/09/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 25 de agosto de 2015, revogados as disposições em contrário.



REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE SETEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 2.664 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a ALINE GARCIA LAZZARIS sob matrícula nº 61906/03, no cargo de PROFESSORA, com carga horária de 20 horas semanais, pertencente ao quadro de servidores públicos efetivos, pelo período de 25/08/2015 à 07/09/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 25 de agosto de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE SETEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 2.649 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a LUIZA RAMOS LIMA COUTO nº 1572/14, no cargo de PROFESSORA, com carga horária de 20 horas semanais, pertencente ao quadro de servidores públicos efetivos, pelo período de 13/08/2015 à 14/09/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 13 de agosto de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE SETEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 2.651 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a FRANCIELE CRISTINA BORBA sob matrícula nº 633050/01, no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de servidores públicos efetivos, pelo período de 22/08/2015 à 01/09/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 22 de agosto de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE SETEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 2.653 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a ANA MATILDE DA SILVA sob matrícula nº 2228/11, no cargo de PROFESSORA, com carga horária de 20 horas semanais, pertencente ao quadro de servidores públicos efetivos, pelo período de 01/09/2015 à 08/09/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 01 de setembro de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE SETEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 2.665 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a ANA MATILDE DA SILVA sob matrícula nº 2228/12, no cargo de PROFESSORA, com carga horária de 10 horas semanais, pertencente ao quadro de servidores públicos efetivos, pelo período de 01/09/2015 à 08/09/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 01 de setembro de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE SETEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 2.654 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a SHIRLEY SCHNEIDER SCHREIBER DA COSTA sob matrícula nº 3647/14, no cargo de PROFESSORA, com carga horária de 20 horas semanais, pertencente ao quadro de servidores públicos efetivos, pelo período de 22/08/2015 à 02/09/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 22 de agosto de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE SETEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 2.666 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a SHIRLEY SCHNEIDER

SCHREIBER DA COSTA sob matrícula nº 3647/17, no cargo de PROFESSORA, com carga horária de 20 horas semanais, admitida em caráter temporário, pelo período de 22/08/2015 à 02/09/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 22 de agosto de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE SETEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 2.656 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a CHARLENE OLIVEIRA BRAZ sob matrícula nº 16797/10, no cargo de PROFESSORA, com carga horária de 20 horas semanais, admitida em caráter temporário, pelo período de 12/06/2015 à 11/09/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 12 de junho de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE SETEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 2.657 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a LUCIANA ANDREA ALMEIDA sob matrícula nº 62453/02, no cargo de PROFESSORA, com carga horária de 20 horas semanais, pertencente ao quadro de servidores públicos efetivos, pelo período de 08/09/2015 à 17/09/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 08 de setembro de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE SETEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 2.658 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a SALMA SANDRA DA CONCEIÇÃO MOREIRA sob matrícula nº 3126/05, no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de servidores públicos efetivos, pelo período de 21/10/2014 à 31/08/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 21 de outubro de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE SETEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretária Municipal de Administração e Logística

## **PREGÃO PRESENCIAL 54/2015 FMS APROVAÇÃO AMOSTRA**

ATA- verificação DE AMOSTRAS – ATA FINAL

PREGÃO 54/2015 FMS

a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES informa aos interessados o resultado das análises as amostras edital 54/2015 FMS, conforme segue:

RP Comercio e Representações – item 03 ( Bota Militar, contraforte [...] ) Aprovado

Cleiton R. Vieira – SAMU  
Navegantes, 30 de setembro de 2015

## **PRORROGAÇÃO LICENÇA SEM VENCIMENTO 2114 E 2115**

PORTARIA Nº. 2114 DE 12 DE AGOSTO DE 2015.

“CONCEDE PRORROGAÇÃO DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11/11/2003 Capítulo IV Seção III, Artigo 89.

RESOLVE:

I. Prorroga a Portaria Nº 2979/2013 que Concede Licença Para tratar de Interesses Particulares, a servidora Srª. SIMARA MARIA ADÃO, que exerce o cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotado na Secretaria, Municipal de Educação.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida a prorrogação da licença para tratar de interesses particulares de 30 (trinta) horas semanais a partir de 10 de agosto de 2015 a 10 de agosto de 2017.

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE AGOSTO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

PORTARIA Nº.2.115 DE 12 DE AGOSTO DE 2015.

“CONCEDE PRORROGAÇÃO DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11/11/2003 Capítulo IV Seção III, Artigo 89.

RESOLVE:

I. Prorroga a Portaria Nº 3057/2013 que Concede Licença Para tratar de Interesses Particulares, o (a) servidor (a) Srª. OSMAURO LUIZ FASSBINDER, que exerce o cargo de professor MAG II, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, Lotado na Secretaria, Municipal de Educação.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida a prorrogação da licença para tratar de interesses particulares de 10 (dez) horas semanais a partir de 05 de agosto de 2015 a 05 de agosto de 2017.

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE AGOSTO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA



**RETORNO LICENÇA ACOMPANHAMENTO DE CONJUGE 2293**

PORTARIA Nº. 2.293 DE 18 DE AGOSTO DE 2015.

"RETORNA A PEDIDO DE LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO DE CÔNJUGE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001,

RESOLVE:

I. Retorna a pedido da portaria nº 172/2015 que Concedeu Licença Para Acompanhamento de Cômjuge, à servidora Srª. SUZAN CRISTINA LEAL, no cargo de agente de educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18 de agosto de 2015.

II. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 18 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE AGOSTO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**RETORNO LICENÇA SEM VENCIMENTO 2284,299,2332,2333,2387,2418,2426,2482**

PORTARIA Nº 2284 DE 18 DE AGOSTO DE 2015.

"RETORNA A PEDIDO DA LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES"

O Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11 /11/2003, Capítulo IV.

RESOLVE:

I - Retorna a pedido da portaria nº 1275/2014 que Concede Licença Para Tratar de Assuntos Particulares, a servidora Sra. JANETE ORTENCIA RAULINO SILVEIRA, que exerce o cargo de Agente de serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será a partir de 18 de agosto de 2015.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito a partir de 18 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE AGOSTO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2299 DE 18 DE AGOSTO DE 2015.

"RETORNA A PEDIDO DA LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES"

O Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11 /11/2003, Capítulo IV.

RESOLVE:

Retorna a pedido da portaria nº 1914/2015 que concedeu Licença

Para Tratar de Assuntos Particulares, ao servidor Sr. SEBASTIÃO DELAMAR DE SOUZA TORRES, que exerce o cargo de Professor MAG III, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será a partir de 11 de agosto de 2015.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 11 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE AGOSTO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2.332 DE 19 DE AGOSTO DE 2015.

"RETORNA A PEDIDO DA LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES"

O Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11 /11/2003, Capítulo IV.

RESOLVE:

I - Retorna a pedido da portaria nº 052/2014 que concedeu Licença Para Tratar de Assuntos Particulares, ao servidor Sr. DENICE SILVA ROSA FERREIRA, que exerce o cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será a partir de 18 de agosto de 2015.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 18 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE AGOSTO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2.333 DE 19 DE AGOSTO DE 2015.

"RETORNA A PEDIDO DA LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES"

O Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11 /11/2003, Capítulo IV.

RESOLVE:

I - Retorna a pedido da Licença Para Tratar de Assuntos Particulares, a servidora Sra. ANGELA TREVISANI CABRAL, que exerce o cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será a partir de 12 de agosto de 2015.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 12 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE AGOSTO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2.387 DE 21 DE AGOSTO DE 2015.

"RETORNA A PEDIDO DA LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES"

O Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11 /11/2003, Capítulo IV.

RESOLVE:

I - Retorna a pedido da Licença Para Tratar de Assuntos Particulares, a servidora Sra. NELCI MARIA VIEIRA ALBINO, que exerce o cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será a partir de 18 de agosto de 2015.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 18 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE AGOSTO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2.418 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

"RETORNA A PEDIDO DA LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES"

O Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11 /11/2003, Capítulo IV.

RESOLVE:

I - Retorna a pedido da Licença Para Tratar de Assuntos Particulares, a servidora Sra. SUELI SOBIERAI, que exerce o cargo de PROFESSORA MAG II, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será a partir de 03 de agosto de 2015.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 03 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.

-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE AGOSTO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2.426 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

"RETORNA A PEDIDO DA LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES"

O Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11 /11/2003, Capítulo IV.

RESOLVE:

I - Retorna a pedido da Licença Para Tratar de Assuntos Particulares, a servidora Sra. ARLETE TEREZINHA AZILIERO FERREIRA, que exerce o cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será a partir de 18 de agosto de 2015.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 18 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE AGOSTO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 2.482 DE 08 DE SETEMBRO DE 2015.

"RETORNA A PEDIDO DA LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES"

O Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11 /11/2003, Capítulo IV.

RESOLVE:

I - Retorna a pedido da Licença Para Tratar de Assuntos Particulares, a servidora Sra. JANILTE ORTÊNCIA RAULINO DA SILVA, que exerce o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria será a partir de 08 de setembro de 2015.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 08 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE SETEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de SETEMBRO de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

# Nova Trento

## PREFEITURA

### LEI Nº 2.589/2015

Lei Nº 2.589, de 30 de setembro de 2015

Dispõe sobre A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE NOVA TRENTO/SC

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal de Nova Trento, em exercício, usando das atribuições que lhe confere a Lei, Faz saber a todos os habitantes deste município que a câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

#### TÍTULO I

#### DA EDUCAÇÃO E DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

##### SEÇÃO I

##### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Sistema Municipal de Ensino, organizado pela presente Lei, é uma instituição jurídica integrante do Serviço Público Municipal, responsável pelo planejamento, execução, supervisão, avaliação e controle dos programas e ações correlacionadas com a educação e com o ensino na jurisdição do Município, observadas a composição prevista em Lei e os mecanismos, procedimentos e formas de colaboração com a União, o Estado de Santa Catarina, para assegurar a universalização do ensino obrigatório e gratuito e a erradicação do analfabetismo, atendidas as prioridades constantes desta Lei.

Art. 2º O Sistema Municipal de Ensino observará o conjunto dos princípios e normas do Direito Educacional Brasileiro, em especial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e demais Leis pertinentes, as normas gerais de educação nacional, o Plano Nacional de Educação, os Planos Estadual e Municipal de Educação e, no que couber, a legislação concorrente do Estado de Santa Catarina, respeitadas as competências comuns e suplementares do Poder Público Municipal, por seus órgãos e instâncias competentes.

Art. 3º O Sistema Municipal de Ensino incumbir-se-á, prioritariamente, da execução dos seguintes programas e ações educacionais:

- I. Educação Infantil, destinada às crianças na faixa etária de 0 (zero) a 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses, em creches e pré-escolas; e
- II. Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito na faixa etária de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

Parágrafo único. Atendidas as prioridades previstas neste artigo, o Poder Público Municipal poderá promover, no Sistema Municipal de Ensino:

- I. Atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, na forma da legislação aplicável;
- II. Desenvolvimento de programa especial de apoio à criança e ao adolescente, assegurando-lhes, com absoluta prioridade os direitos estabelecidos no ordenamento jurídico;
- III. Programa de preparação ou qualificação para o trabalho, inclusive em regime de colaboração com outras instituições públicas ou privadas, valorizando a co-relação entre a escola, o mundo do trabalho e as práticas sociais;
- IV. Programas de erradicação do analfabetismo;
- V. Programas de incentivo às artes, à cultura, ao lazer e ao desporto em suas diferentes modalidades.

#### SEÇÃO II

#### DO OBJETIVO

Art. 4º O Sistema Municipal de Ensino, inspirado nos princípios da democracia e respeito à liberdade e à solidariedade humana, tem como objetivos essenciais no que tange a educação e ao ensino, proporcionar diretrizes administrativo-pedagógicas ao Município de Nova Trento e a sua comunidade civil pelos meios legais e institucionais; disciplinando a educação escolar que se desenvolve, predominantemente através do ensino, em instituições próprias, vinculando-se ao mundo do trabalho e a prática social.

#### SEÇÃO III

#### DA NATUREZA

Art. 5º O Sistema Municipal de Ensino do Município de Nova Trento como um todo orgânico, abrange:

- I. A política educacional;
  - II. As formas de relacionamento entre os vários níveis da Administração Federal, Estadual, Municipal e Particular da educação e do ensino;
  - III. Os órgãos da administração direta da educação e do ensino;
  - IV. A legislação da educação e do ensino com seus componentes filosóficos doutrinários e curriculares, bem como, de estrutura, de organização e de decisão relativos à educação e ao ensino e de orientação didática e pedagógica, disciplinar e de obediência pública e privada;
  - V. Os alunos, pais, professores, gestores, profissionais do ensino e da educação e funcionários;
  - VI. O currículo entendido na variedade e na soma total das diversas situações de aprendizagem;
  - VII. Os processos de controles qualitativos e quantitativos de educação e de ensino respeitada a variedade de incentivos e de demanda escolar incluindo a obrigatoriedade e o direito a educação e ao ensino;
  - VIII. A população do Município tomada como um todo, com atenção especial aquela em idade escolar; e,
  - IX. A criação e manutenção da rede escolar nos níveis do ensino fundamental seguida de educação infantil, pública.
- X.

#### TÍTULO II

#### DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO

##### SEÇÃO ÚNICA

Art. 6º A educação, direito de todos, do Estado e da família, será promovida e inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 7º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios e fins da educação nacional:

- I. Igualdade de condições para o acesso, inclusão, permanência e sucesso na escola;
- II. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III. Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV. Respeito à liberdade e aos direitos;
- V. Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI. Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII. Valorização do profissional da educação escolar;

- VIII. Gestão democrática do ensino público, na forma da legislação e normas do Sistema de Educação;
- IX. Garantia de padrão de qualidade;
- X. Valorização da experiência extra-escolar;
- XI. Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; e
- XII. Consideração com a diversidade étnico-racial.

### TÍTULO III

#### DAS RESPONSABILIDADES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL COM A EDUCAÇÃO ESCOLAR

##### SEÇÃO ÚNICA

Art. 8º São incumbências primordiais do Poder Público Municipal, nos termos da Lei 9.394/96, cumpridas às determinações do artigo 30, inciso VI, da Constituição Federal:

- I. Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do Sistema de Ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais do município, do Estado e da União;
- II. Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;
- III. Exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;
- IV. Baixar normas complementares para o Sistema de Ensino;
- V. Autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do Sistema de Ensino;
- VI. Oferecer a educação infantil e ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino, somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência, com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino; e
- VII. Assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal.

Art. 9º A responsabilidade do Município com a educação escolar pública será efetivada mediante a garantia de:

- I. Ensino Fundamental, com duração de 9 (nove) anos, iniciando aos 6 (seis) anos de idade, obrigatório e gratuito, inclusive para os que não tiveram acesso, na idade própria, a essa etapa da educação básica;
- II. Atendimento educacional gratuito e especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais: a) formação para os professores; b) acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos mobiliários, nos equipamentos e nos transportes; c) articulação das políticas públicas educacionais; e d) acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares, disponível para o respectivo nível do ensino regular;
- III. Atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses de idade;
- IV. Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do aluno;
- V. Oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso, permanência e qualidade na escola;
- VI. Atendimento ao aluno na Educação Infantil e no Ensino Fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático e tecnológico, transporte, alimentação e assistência à saúde e segurança, em colaboração com outros órgãos, em nível federal, estadual e municipal;
- VII. Garantia de padrões mínimos de qualidade de ensino definido como a variedade e quantidades mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem;
- VIII. Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um, independente da escolarização anterior;
- IX. Promoção progressiva de ampliação do atendimento à Educação Infantil, a universalização do Ensino Fundamental e a erradicação do analfabetismo mediante colaboração técnica e financeira da União, do Estado, inclusive, da iniciativa privada;

- X. Assegurar o cumprimento da legislação vigente no que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários e regulamentar o Estatuto do Magistério Público do Município, respectivamente; e
- XI. Cumprir e fazer cumprir os objetivos e metas do Plano Municipal de Educação.

Parágrafo único. Qualquer cidadão ou grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda o Ministério Público, poderá acionar o Poder Público Municipal, para exigir o atendimento da Educação Básica nos termos da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Art. 10 É direito dos pais, responsáveis e conviventes, terem ciência do processo pedagógico das instituições educacionais integrantes deste Sistema de Educação, bem como conhecer o Projeto Pedagógico correspondente, sendo-lhes asseguradas, sistematicamente, as informações pertinentes à frequência e rendimento de seus filhos.

### TÍTULO IV

#### DA ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

##### SEÇÃO I

##### DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 11 A Administração do Sistema Municipal de Ensino será exercida pela Secretaria Municipal de Educação, esta com as atribuições do Poder Público Municipal, e pelo Conselho Municipal de Educação, o qual exercerá as funções de órgão normativo, deliberativo, consultivo e fiscalizador da Educação e do Ensino.

Art. 12. O Sistema Municipal de Ensino tem a seguinte composição:

- I. As unidades escolares criadas, incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público Municipal;
- II. As unidades escolares criadas, mantidas e administradas pelo Poder Público Municipal em regime de colaboração com outros sistemas ou com a iniciativa privada;
- III. Os órgãos e serviços municipais normativos, administrativos, técnicos e de apoio integrantes da estrutura da Secretaria Municipal de Educação, com as funções e competências detalhadas no Regimento próprio previsto no caput deste artigo;
- IV. As unidades escolares da educação infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada, na jurisdição municipal observadas as normas aplicáveis; e
- V. Entidades vinculadas à Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. As unidades escolares oficiais, órgãos e serviços de que trata este artigo, integram para todos os efeitos, a estrutura da Secretaria Municipal de Educação, que representará o Poder Público Municipal em matéria de Educação e Ensino.

Art. 13. As unidades escolares públicas municipais serão criadas por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, por indicação da Secretaria de Educação aprovada pelo Conselho Municipal de Educação, para garantir à sociedade o ensino fundamental e educação infantil, após levantamento e diagnóstico da correspondente demanda.

§ 1º As unidades escolares terão administração própria, subordinadas à Secretaria Municipal de Educação, observadas as normas estabelecidas para o Sistema Municipal de Ensino e pelo Poder Público Municipal.

§ 2º O quantitativo de cargos e funções necessários a cada unidade escolar oficial será estabelecido no ato de criação da unidade, podendo ser alterado de acordo com o número de alunos, na forma e para os fins da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.

§ 3º Mediante crédito especial, poderão ser atendidas despesas que resultem da ampliação das unidades escolares, até a sua efetiva integração na próxima Lei de Diretrizes Orçamentárias ou do orçamento anual respectivo.



§ 4º Haverá na Secretaria Municipal de Educação o Quadro Docente, com a edição da Lei do Plano de Carreira do Professor Municipal, observadas a titulação do professor, a carga horária semanal inerente a seu cargo e as demais especificações constantes do referido Plano.

Art. 14 O Ensino, nos diversos níveis e modalidades, será ministrado em estabelecimentos autorizados, existentes no município, sob critérios que assegurem a plena utilização de seus recursos materiais e humanos, locais e regionais.

Art. 15 No Sistema Municipal de Ensino, considerar-se-á cada um dos estabelecimentos escolares, para efeito de relacionamento funcional, como unidade autônoma, ainda que legalmente subordinada à Rede Municipal de Ensino ou entidade mantenedora. Parágrafo único. O disposto no presente artigo não exime da responsabilidade legal da respectiva entidade mantenedora.

Art. 16 As unidades que constituírem a rede pública municipal terão denominação e tipologia próprias, que constarão do ato de criação emanado do Chefe do Poder Executivo.

Art. 17 O Sistema Municipal de Ensino poderá adotar Regimento Escolar Comum para toda a Rede Pública Municipal ou parte desta, para assegurar uniformidade de diretrizes, potencializando a racionalização dos processos.

Art. 18 A matrícula para a rede oficial do Sistema Municipal de Ensino será realizada pela Secretaria Municipal de Educação em ação conjunta e integrada com o Sistema Estadual de Educação, a partir de prévia e anual convocação e cadastramento da demanda escolar, para que assegure a melhor utilização da capacidade física e docente instaladas e sob critérios de qualidade, e dos meios disponíveis ou programados.

Art. 19 A movimentação de aluno entre unidades municipais, integrantes do Sistema Municipal de Ensino, far-se-á na forma como estabelecer o Conselho Municipal de Educação, seguindo-se ato do Secretário Municipal de Educação.

Art. 20 Os documentos e históricos escolares emitidos pelas unidades de ensino serão assinados pelos seus respectivos Diretores e Secretários de Unidades.

## SEÇÃO II DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

Art. 21 O Sistema Municipal de Ensino compreenderá:

- I. As escolas oficiais de ensino fundamental, mantidas pelo Poder Público Municipal, nas modalidades: educação regular (parcial e integral); educação de jovens e adultos; educação especial e educação no campo, educação à distância e educação complementar.
- II. Os Centros de Educação Infantil, mantidos pelo Poder Público Municipal;
- III. As instituições de educação infantil, instituídas e mantidas pela iniciativa privada;
- IV. Os órgãos municipais de educação da Secretaria Municipal de Educação:
  - a) Conselho Municipal de Educação;
  - b) Conselho Municipal da Alimentação Escolar;
  - c) Conselho Municipal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb; e o
  - d) Fórum Municipal de Educação.

## SEÇÃO III DA DENOMINAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

Art. 22 As escolas oficiais de educação básica e outras modalidades de ensino ofertadas são aquelas criadas, mantidas e administradas pelo Poder Público do Município de Nova Trento, assim, denominadas:

- I. Escola Municipal de Educação Básica – que oferece o ensino

fundamental completo ou parte dele, atendendo crianças, adolescentes e adultos; podendo ofertar inclusive, turmas de educação infantil;

II. Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI - que oferece a educação infantil para crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos e 11 meses de idade; Pré-Escola – que oferece a educação infantil para crianças de 4 e 5 anos de idade;

III. Creche Municipal – que oferece a educação infantil para crianças de 0 (zero) a 3 anos;

§ 1º A nomenclatura prevista neste artigo aplica-se em todos os casos da Educação Básica e que tiver sido adotada no Projeto Pedagógico do respectivo estabelecimento.

§ 2º Os estabelecimentos de ensino que se destinam à Educação Especial, à Educação de Jovens e Adultos, ou a Atividades Complementares poderão adotar a nomenclatura prevista nos incisos acima, em conformidade com nível de ensino que ministram.

§ 3º As alterações na denominação poderão se dar por decreto do Chefe do Poder Executivo ou por autorização do Conselho Municipal de Educação.

§ 4º Os estabelecimentos de ensino designados na forma desta lei completarão sua denominação com:

- I. Nomes de vultos eminentes da ciência, das artes, da educação e da política de expressão mundial, nacional, estadual ou municipal, observando-se o artigo 37 da Constituição Federal;
- II. Datas Memoráveis para a ciência, as artes, a educação e a política de expressão mundial, nacional, estadual ou municipal;
- III. Topônimos (nomes próprios de lugares); ou
- IV. Nome fantasia que indiquem representação para o nível e/ou modalidade de ensino ofertada pela unidade escolar e de acordo com a legislação em vigor.

## TÍTULO V DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 23 A Secretaria Municipal de Educação será administrada e representada, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, pelo Secretário Municipal de Educação, de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo, subordinado diretamente ao Chefe do Executivo Municipal e em articulação com os Conselhos organizados por esta Lei.

Art. 24 O Regimento Interno da Secretaria Municipal de Educação, aprovado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, conterá as atribuições e níveis de responsabilidades do Secretário Municipal de Educação, no exercício de seu cargo.

Art. 25 A Secretaria Municipal de Educação, órgão de gestão do Sistema Municipal de Educação, tem por finalidade precípua, elaborar as políticas educacionais do Município, com a participação do Conselho Municipal de Educação, quais sejam:

- I. O planejamento, a execução, a supervisão e o controle da ação educacional e do ensino;
- II. Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do seu sistema de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União, e do Estado;
- III. A orientação, supervisão e inspeção dos estabelecimentos de educação e ensino, nos vários níveis e modalidades, públicos e particulares;
- IV. O apoio técnico e didático-pedagógico para as iniciativas educacionais e de ensino e o relacionamento com os demais sistemas de ensino: federal e estadual, em matéria de políticas e de legislação educacionais, incluindo os aspectos: financeiro e técnico;
- V. Os estudos e pesquisas permanentes para a avaliação dos recursos financeiros de custeio e investimento do Sistema Municipal de Ensino;
- VI. A assistência e amparo ao estudante, garantindo-lhe o acesso

e a permanência em estabelecimentos de educação ou ensino, em atenção ao nível de sua formação, bem como, de sua idade e desenvolvimento;

VII. A constante busca pela melhoria e qualidade da educação e do ensino, nos diferentes níveis e/ou modalidades ofertados à comunidade pela sua rede de ensino;

VIII. As formas de colaboração com a União e os Estados na oferta do ensino obrigatório, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

IX. As políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações;

X. A elaboração e o acompanhamento do cumprimento do Estatuto do Magistério Público Municipal e o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério e da Educação atuantes na Rede Municipal de Educação e Ensino, ouvindo o Conselho Municipal de Educação;

XI. Oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino;

XII. A garantia do ensino fundamental obrigatório preferencialmente à população em idade escolar correspondente;

XIII. O atendimento à população, especialmente, àquela em idade escolar, garantindo a gratuidade do ensino nos estabelecimentos de educação básica do Município;

XIV. Assegurar a integração das iniciativas de caráter organizacional e administrativa da educação e do ensino com os programas de financiamento e de planejamento com os órgãos públicos federais;

XV. Desenvolver a pesquisa e/ou o planejamento para a formação dos professores, e especialistas em educação e ensino;

XVI. Zelar pela observância da legislação vigente e pelo cumprimento das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação nas instituições que integram o Sistema Municipal de Ensino;

XVII. Realizar anualmente, o levantamento da população em idade escolar, procedendo a sua chamada para a matrícula;

XVIII. Manter atualizado os dados necessários ao gerenciamento da Rede Municipal de Ensino, no que se refere ao corpo discente, ao corpo docente, aos prédios e seus equipamentos, aos níveis e modalidades oferecidos;

XIX. Elaborar e executar planos, programas e projetos educacionais no âmbito municipal, obedecendo às diretrizes e prioridades estabelecidas pelo governo local, em consonância com as diretrizes de políticas educacionais definidas nos níveis federal e estadual; e

XX. Participar na elaboração, execução e avaliação do Plano Municipal de Educação, Plano Plurianual/PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentária/LDO e do Orçamento Municipal da Educação.

Art. 26 A Secretaria Municipal de Educação zelará pela observância das leis federais, estaduais e municipais relativas à educação e ao ensino, bem como pelo cumprimento das decisões do Conselho Municipal de Educação.

Art. 27 A estrutura organizacional e administrativa interna da Secretaria Municipal da Educação, a especificação do seu quadro de pessoal e suas respectivas competências, serão definidas em lei própria, regulamentada no Regimento Interno aprovada pelo Executivo.

Art. 28 A estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Educação deverá possibilitar sua presença administrativa e pedagógica nos estabelecimentos de educação e ensino que abrangem a Rede Municipal de Ensino e as instituições de Educação Infantil do setor Particular, em assuntos relacionados à educação e ao ensino e, com instituições privadas de educação.

## TÍTULO VI

### DOS CONSELHOS DA EDUCAÇÃO

#### SEÇÃO I

##### DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 29 O Conselho Municipal de Educação é órgão colegiado da estrutura da Secretaria Municipal de Educação, com funções e competências consultiva, deliberativa, normativa propositiva, fiscalizadora e mobilizadora, exercidas no âmbito do Sistema Municipal de Ensino, na forma do Regimento próprio.

§ 1º A função precípua do Conselho Municipal de Educação é de ser interlocutor e representante dos interesses da sociedade, atuando na defesa dos direitos sociais à educação assegurada na Constituição Federal, artigos 205, 206 e 208, como direito de toda à garantia de um ensino de qualidade.

§ 2º A finalidade do Conselho Municipal de Educação é fortalecer e institucionalizar a participação dos setores organizados da sociedade civil, na elaboração de diretrizes e normas para definição de políticas públicas educacionais, no âmbito do Município.

Art. 30 Compete ao Conselho Municipal de Educação:

I. Baixar normas relacionadas sobre a educação e o ensino na forma da legislação vigente, aplicáveis no âmbito do sistema;

II. Baixar normas complementares para regular o funcionamento do Sistema Municipal de Ensino;

III. Proceder à avaliação do funcionamento do Sistema Municipal de Ensino, assegurando o fiel cumprimento dos princípios, leis e normas pertinentes, inclusive estabelecendo mecanismos de integração, no processo avaliativo, dos Sistemas Federal e Estadual de Ensino, nos termos da Lei;

IV. Credenciar e supervisionar o funcionamento das unidades escolares integrantes do Sistema Municipal de Ensino, adotando ou determinando as medidas de controle pertinentes, para a garantia do padrão de qualidade e para o saneamento das deficiências identificadas;

V. Aprovar a indicação para a oferta de outras modalidades de ensino que não se incluam nas prioridades constitucionalmente estabelecidas, observados os recursos orçamentários próprios alocados previamente de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentária;

VI. Elaborar ou reformular o seu Regimento Interno submetendo-o à aprovação do Chefe do Poder Executivo, através do Secretário Municipal de Educação;

VII. Determinar estudos para a reformulação de currículos e programas educacionais para adequá-los às peculiaridades locais e regionais e às expectativas da comunidade;

VIII. Deliberar sobre propostas pedagógicas ou curriculares que lhe sejam submetidas através da Secretaria Municipal de Educação;

IX. Deliberar sobre a proposta de tipologia escolar e a de suas reformulações;

X. Estabelecer critérios para a expansão da rede municipal de ensino, de conformidade com a tipologia escolar adotada;

XI. Propor medidas que visem ao aperfeiçoamento do ensino no município;

XII. Aprovar calendários escolares por ano letivo, adequando-os às peculiaridades regionais, especialmente para as atividades de educação do campo, através dos planos de matrícula;

XIII. Manter intercâmbio com o Conselho Estadual de Educação e com os demais os Conselhos Municipais de Educação;

XIV. Articular-se com o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e demais Conselhos Municipais que abrangam crianças, adolescentes e jovens para adoção coletiva de medidas que lhes assegurem o acesso ao processo educativo e a permanência na escola;

XV. Aprovar o Regimento Escolar Comum para a Rede Municipal de Ensino, de abrangência geral ou parcial, das unidades integrantes do Sistema Municipal de Ensino e suas alterações;

XVI. Aprovar os currículos, matrizes curriculares e suas reformulações do ensino fundamental das unidades do Sistema Municipal de Ensino;

XVII. Estabelecer normas sobre validação, convalidação, aproveitamento de estudos, classificação e reclassificação, recuperação, adaptação e avaliação dos conhecimentos e das aprendizagens;

XVIII. Deliberar sobre experiências pedagógicas inovadoras, avaliando seus resultados;

XIX. Avaliar e aprovar critérios e procedimentos para matrícula, transferência e movimentação do aluno no âmbito do Sistema Municipal de Ensino, inclusive para ações conjuntas com o Sistema Estadual de Ensino relacionadas com a chamada escolar indispensável ao atendimento da demanda;

XX. Emitir pareceres sobre:

a) Assuntos e questões de natureza educacional que lhe forem submetidos pela Secretaria Municipal de Educação, inclusive quanto à observância da legislação específica;

b) Regularização de vida escolar e de equivalência de estudos;

c) Acordos, contratos e convênios relativos a assuntos educacionais;

d) Outras matérias de interesse local e regional, relacionadas com o Sistema Municipal de Ensino que lhe sejam submetidas.

XXI. Deliberar, como instância final administrativa, sobre recursos interpostos contra decisões de natureza pedagógica e didática, adotadas pelos titulares de órgãos executivos e administrativos da Secretaria Municipal de Educação, bem como, nas unidades integrantes da estrutura do Sistema Municipal de Ensino, observados os níveis de competências e prazos constantes do Regimento Escolar e do Regimento da Secretaria Municipal de Educação e do Regimento do Conselho; e

XXII. Exercer outras competências inerentes à natureza do órgão.

§ 1º Demais atribuições inerentes ao Conselho Municipal de Educação, estão descritos em regimento interno próprio.

§ 2º As Resoluções, os Pareceres e Indicações do Conselho Municipal de Educação terão eficácia a partir da homologação por ato do Poder Executivo, que poderá determinar de forma motivada e fundamentada o reexame sobre qualquer matéria se for justificado pelas peculiaridades do processo educativo, no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 31 A organização interna do Conselho Municipal de Educação, a especificação de sua competência e dos seus serviços, o seu funcionamento, as formas sob as quais são baixados os seus atos, as relações com os demais órgãos da administração pública e privada; o recebimento, o encaminhamento de consultas, processos e proposições, as formas de votação e demais atividades inerentes às suas finalidades, serão fixadas em regimento próprio, elaborado pelo Conselho, homologado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Educação constituir-se-á de membros, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, escolhidos dentre educadores de diferentes graus de ensino, representatividade da diversidade social de reputação ilibada e de notável saber, e experiência em matéria de educação e ensino, e percepção da realidade social, consideradas as suas funções como de relevante interesse público, com prioridade sobre qualquer outra.

## SEÇÃO II

### DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Art. 32 O Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE, é órgão colegiado responsável pela operacionalização da política governamental destinada a programas suplementares de alimentação escolar nas unidades de ensino integrantes do Sistema Municipal de Ensino, inclusive adotando procedimentos de controle social e de fiscalização, em conjunto com o Secretário Municipal de Educação, para a observância da legislação especial aplicável, dentre as quais:

I. Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

II. Participar de todas as fases do processo de compra dos

alimentos escolares, desde a elaboração até o acompanhamento dos processos licitatórios das aquisições realizadas para a alimentação escolar;

III. Aprovar e participar da elaboração dos cardápios pelo nutricionista responsável, com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região e na alimentação saudável e adequada.

IV. Realizar visitas periódicas, observando sempre:

1. O estoque de alimentos.

2. As condições de armazenagem.

3. Verificar as condições de transporte dos alimentos.

4. Acompanhar a oferta das refeições aos alunos, que deverá condizer com o cardápio planejado.

5. Avaliar a satisfação e a aceitação dos alunos em relação ao que está sendo servido, e se a quantidade oferecida está sendo suficiente.

6. Solicitar esclarecimentos ao nutricionista, quanto aos cardápios utilizados, quando necessário.

7. Solicitar à vigilância sanitária local que realize o controle de qualidade dos alimentos, conforme termo de compromisso firmado entre a Escola e o FNDE.

8. Verificar preparo/manuseio das refeições.

V. Receber e analisar a prestação de contas do PNAE, enviada pela entidade executora e remeter ao FNDE o Demonstrativo Sintético Anual da execução Física-Financeira, com parecer conclusivo sobre a regularidade da prestação de contas.

VI. Zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como à acessibilidade dos cardápios oferecidos.

VII. Comunicar ao FNDE, aos Tribunais de Contas, à Controladoria-Geral da União, ao Ministério Público e aos demais órgãos de controle qualquer irregularidade identificada na execução do PNAE, inclusive em relação ao apoio para funcionamento do CAE, sob pena de responsabilidade solidária de seus membros.

VIII. Fornecer informações e apresentar relatórios acerca do acompanhamento da execução do PNAE, sempre que solicitado.

IX. Realizar reunião específica para apreciação da prestação de contas com a participação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares.

Art. 33 O Regimento Interno a ser aprovado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal conterá as normas de funcionamento do Colegiado.

Art. 34 O Conselho Municipal de Alimentação Escolar emitirá para o Secretário Municipal de Educação e para os órgãos ministeriais competentes, na forma da legislação especial aplicável, relatórios sobre o nível de desempenho do programa no Município, sugerindo as medidas que julgar pertinentes.

## SEÇÃO III

### DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Art. 35 O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb é um colegiado, cuja função principal é proceder ao acompanhamento e controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo, no âmbito de cada esfera Municipal, Estadual ou Federal. O Conselho não é uma unidade administrativa do Governo, assim, sua ação deve ser independente e, ao mesmo tempo, harmônica com os órgãos da Administração Pública local.

Art. 36 São atribuições do Conselho de acompanhamento e controle social do Fundeb:



I. Reunir-se periodicamente, pelo menos uma vez por mês, para analisar os demonstrativos e relatórios que são colocados pelo Poder Executivo à disposição do colegiado para acompanhamento permanente das ações realizadas com os recursos financeiros recebidos do Fundo;

II. Acompanhar e controlar a distribuição, transferência e aplicação dos recursos do Fundeb;

III. Requisitar do Poder Executivo, quando necessário, cópias dos documentos para esclarecimento de quaisquer fatos relacionados à aplicação dos recursos do Fundeb;

IV. Supervisionar a realização do censo escolar;

V. Acompanhar a elaboração da proposta orçamentária anual, no âmbito de suas respectivas esferas governamentais de atuação;

VI. Instruir, com parecer, as prestações de contas a serem apresentadas ao respectivo Tribunal de Contas.

VII. Apresentar o parecer ao Poder Executivo em até 30 dias antes do vencimento do prazo para apresentação da prestação de Contas ao Tribunal;

VIII. Realizar visitas a obras, escolas e outras localidades onde estejam sendo realizados ou oferecidos serviços com a utilização de recursos do Fundo, com o objetivo de verificar a efetiva e regular aplicação dos recursos e a adequabilidade, finalidade e utilidade do bem ou serviço resultante dessa aplicação; e

IX. Acompanhar e controlar a execução dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, verificando os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais relativos aos recursos repassados, responsabilizando-se:

a) Pelo recebimento e análise da Prestação de Contas desses Programas, encaminhando ao FNDE o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira, acompanhado de parecer conclusivo; e

b) Notificar o órgão Executor dos Programas e o FNDE quando houver ocorrência de eventuais irregularidades na utilização dos recursos.

Art. 37 O Município poderá integrar o Conselho do Fundeb ao Conselho Municipal de Educação, instituindo câmara específica para o acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo, conforme prevê legislação vigente, porém essa Câmara deve atender os mesmos critérios e impedimentos estabelecidos para criação do Conselho do Fundeb.

Art. 38 O Conselho não é o gestor ou administrador dos recursos do Fundeb. Seu papel é acompanhar toda a gestão dos recursos do Fundo, seja com relação à receita, seja com relação à despesa ou uso desses recursos. A administração dos recursos do Fundo é de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo e do Secretário de Educação, que têm a responsabilidade de aplicá-los em favor da educação básica pública, na forma estabelecida nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal.

#### SEÇÃO IV DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 39 O Sistema Municipal de Educação promoverá ampla mobilização social, visando colher subsídios para a elaboração do Plano Municipal de Educação, com diretrizes e metas para o respectivo decênio, articulado e em regime de colaboração com o Plano Nacional e o Plano Estadual de Educação.

Art. 40 O Plano Municipal de Educação será elaborado com a participação da sociedade, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, em ação conjunta com o Conselho Municipal de Educação e o Fórum Municipal de Educação, consonante com os Planos: Nacional e Estadual de Educação, nos termos estabelecidos nas Leis vigentes tendo como diretrizes:

I. erradicação do analfabetismo;

II. universalização do atendimento escolar;

III. superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV. melhoria da qualidade da educação;

V. formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI. promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII. promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do município;

VIII. estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX. valorização dos(as) profissionais da educação;

X. promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

§ 1º O Plano Municipal de Educação expressará a política educacional do Município, definindo diretrizes, metas e estratégias de implementação, responsáveis, prazo e origem dos recursos, a partir do diagnóstico do contexto sócio-educacional, cultural e histórico do Município.

§ 2º Compete a Secretaria Municipal de Educação, em parceria com o Conselho Municipal de Educação e o Fórum Municipal de Educação, a mobilização pelo acompanhamento e a avaliação da execução do Plano em ação articulada com o Poder Legislativo e Organizações Sociais atuantes no Município.

§ 3º O Plano Municipal de Educação será acompanhado e avaliado continuamente, sendo asseguradas avaliações periódicas em fórum próprio, anualmente, na perspectiva da construção do Plano Municipal subsequente.

§ 4º A avaliação do Plano Municipal de Educação valer-se-á, também, de dados e análises demandadas por Sistemas de Avaliação Nacional e da própria avaliação institucional da Secretaria Municipal de Educação.

#### TÍTULO VII DAS FORMAS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

Art. 41 A gestão democrática do ensino público, entendida como ação coletiva e prática político-filosófica, norteará todas as ações de planejamento, formulação, implementação e avaliação das políticas educacionais e alcançará todas as entidades e organismos integrantes do Sistema Municipal de Educação.

#### SEÇÃO I DA ESCOLA E DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Art. 42 A gestão democrática do ensino público, nas duas esferas da administração – Escola e Secretaria Municipal de Educação - reger-se-á, na forma da Lei, pelos seguintes preceitos:

I. Na Escola:

a) participação de toda a comunidade escolar no planejamento da Unidade Escolar;

b) envolvimento da comunidade escolar na elaboração, execução e discussão do Projeto Político – Pedagógico e Regimento Interno;

c) participação dos alunos no Grêmio Estudantil;

d) conselho de classe participativo;

e) participação da comunidade escolar e local nas Associações de Pais e Professores e nos Conselhos Escolares; e

f) As diretrizes gerais para o processo de escolha de diretores de instituições educacionais da rede pública municipal de ensino,

serão dispostas em normatização específica a ser baixada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, articulado com a Secretaria Municipal de Educação e com o Conselho Municipal de Educação.

## II. Na Secretaria Municipal de Educação

- a) participação dos profissionais da educação na elaboração do planejamento da Secretaria Municipal de Educação;
- b) envolvimento, participação, discussão e execução da Proposta Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação;
- c) participação e envolvimento do Conselho Municipal de Educação – CME e do Fórum Municipal de Educação na tomada de decisões referentes as políticas educacionais;
- d) funcionamento dos conselhos de acompanhamento e controle social Conselho de Alimentação Escolar - CAE e Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB); e
- e) Elaboração do Plano Plurianual (PPA) e Plano Municipal de Educação de forma participativa.

Art. 43 A gestão democrática do ensino público municipal será definida em legislação própria, com observância dos seguintes princípios:

- I. Autonomia progressiva das unidades educacionais na gestão administrativa, financeira e pedagógica;
- II. Participação colegiada nos níveis deliberativo, normativo e executivo, garantindo a descentralização das decisões do processo educacional através do projeto pedagógico e do regimento escolar;
- III. Valorização da escola como espaço privilegiado de planejamento e execução do processo educacional;
- IV. Transparência nos procedimentos pedagógicos, administrativos e financeiros, garantindo o zelo pelos bens públicos; e
- V. Adoção de mecanismos que garantam precisão, segurança e confiabilidade nos procedimentos de registro relativos à vida escolar, nos aspectos pedagógico, administrativo, contábil e financeiro, de forma a permitir a eficácia da participação da comunidade escolar;

§1º O projeto pedagógico, instância de construção coletiva, constitui meio de viabilizar a escola democrática para todos e de qualidade social.

§2º O regimento escolar, discutido e aprovado pela comunidade escolar e conhecido por todos, constitui-se em um dos instrumentos de execução do projeto pedagógico, com transparência e responsabilidade.

§3º Integra a comunidade escolar, os educandos, seus pais, responsáveis ou conviventes, os profissionais da educação, servidores públicos em exercício na unidade escolar e voluntários.

Art. 44 A Secretaria Municipal de Educação reconhecerá a autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira dos estabelecimentos de ensino mantidos pelo Governo Municipal.

Parágrafo único . O cumprimento das normas legais do Sistema Municipal de Ensino e do direito financeiro público, bem como, de orientações regulamentares será considerado no reconhecimento da autonomia de que trata este artigo.

## SEÇÃO II

### DO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 45 Fórum Municipal de Educação (FME) é órgão colegiado da estrutura da Secretaria Municipal de Educação, de caráter permanente, tendo por finalidade coordenar Conferências Municipais de Educação, acompanhar e avaliar a implementação de suas deliberações, e promover as articulações necessárias entre os correspondentes do Fórum Estadual e Nacional de Educação.

Art. 46 Compete ao Fórum Municipal de Educação:

- I. convocar, planejar e coordenar a realização de Conferências Municipais de Educação, bem como divulgar suas deliberações;
- II. elaborar seu Regimento Interno, bem como o da Conferência Municipal de Educação;

III. oferecer suporte técnico para a organização e a realização das conferências Municipais de Educação;

IV. acompanhar e avaliar o processo de implementação das deliberações da Conferência Municipal de Educação;

V. zelar para que as conferências de educação do município estejam articuladas com a Conferência Estadual e Nacional de Educação;

VI. planejar e organizar espaços de debates sobre a política municipal de educação;

VII. acompanhar, junto à Câmara Municipal de Vereadores, a tramitação de projetos legislativos relativos à política municipal de educação; e

VIII. elaborar, acompanhar e avaliar a implementação do Plano Municipal de Educação juntamente com o Conselho Municipal de Educação.

Art. 47 O Fórum Municipal de Educação será integrado por membros representantes dos seguintes segmentos:

I. Secretaria Municipal de Educação

II. Câmara de Vereadores

III. Gestores da Educação da Rede Municipal

IV. Gestores da Educação da Rede Estadual

V. Trabalhadores em Educação

VI. Equipe de Apoio Técnico Pedagógico

VII. Pais de alunos

VIII. Estudantes

IX. Conselho Municipal de Educação

X. Conselho Escolar da Rede Municipal de Ensino

XI. Conselho Deliberativo da Rede Estadual de Ensino

XII. Sociedade Civil

Art. 48 Os representantes de que trata o caput do art. 48 desta lei, serão indicados pelos dirigentes dos órgãos e entidades a que pertencem e nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 49 A estrutura e os procedimentos operacionais do Fórum Municipal de Educação serão definidos no seu Regimento Interno, aprovados em reunião convocada para esse fim, observadas as disposições do Decreto de sua criação.

Art. 50 O Fórum e a Conferência Municipal de Educação estarão administrativamente vinculados a Secretaria Municipal Educação e receberão suporte técnico e administrativo do Secretário Municipal de Educação, para garantir seu funcionamento.

Art. 51 Os representantes de que trata o art. 48 desta lei deste Decreto não receberão qualquer tipo de remuneração por sua atuação, sendo o exercício de suas atividades considerado de relevante interesse público.

## SEÇÃO III

### DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES - APP

Art. 52 Associação de Pais e Professores é uma entidade jurídica de direito privado, criada com a finalidade de:

I. Atuar, em conjunto com o Conselho Escolar, na gestão da unidade escolar, participando das decisões relativas à organização e funcionamento escolar nos aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros.

II. Colaborar para o aperfeiçoamento do processo educacional, para a assistência ao escolar e para a integração escola-comunidade.

III. Promover o intercâmbio entre a família do aluno, os Professores, a Direção de Escolas, Creches ou de Centros de Educação Infantil.

IV. Propor medidas que visem ao aprimoramento do ensino ministrado e à assistência de modo geral ao corpo discente.

§ 1º A organização e o funcionamento da Associação de Pais e Professores serão definidos em Estatuto próprio, de conformidade

com a legislação em vigor.

§ 2º O Estatuto da Associação de Pais e Professores será registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Município ou região.

Art. 53 É facultado ao município criar Conselhos Escolares em sua Rede Municipal de Ensino ou integrar as ações da Associação de Pais e Professores com a do Conselho Escolar.

Parágrafo único. Para o cumprimento do caput do artigo, a Secretaria Municipal de Educação deverá expedir documento a ser aprovado pelo Conselho Municipal de Educação com todos os requisitos necessários para tal procedimento.

#### SEÇÃO IV DO CONSELHO ESCOLAR

Art. 54 As instituições da Rede Pública Municipal de Ensino contarão na sua estrutura organização e funcionamento com Conselhos Escolares, propondo-se expressão de gestão democrática e instância máxima deliberativa, consultiva, propositiva e fiscalizadora.

Parágrafo único. O Conselho Escolar, órgão colegiado integrante da organização e funcionamento da escola e instituições de Educação Infantil, terá como finalidades básicas:

- I. Concorrer para consolidar o processo educativo, buscando co-responsabilidade e socialização do processo decisório pelo fortalecimento, enriquecimento e qualificação do Projeto Pedagógico (PPP) e Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE);
- II. promover a integração entre os vários segmentos que participam do processo educativo na escola, viabilizando o exercício democrático, como forma de aprendizado e exigência de cidadania.
- III. potencializar mecanismos para promover o ingresso, permanência com sucesso do aluno na escola.

Art. 55 As diretrizes gerais quanto à eleição, atribuições, composição e funcionamento do Conselho Escolar, serão dispostos em normatização específica a ser baixada pela Secretaria Municipal de Educação, asseguradas, nos termos cabíveis, a autonomia do Regimento Interno da Escola.

Art. 56 As instituições educacionais, comunitárias e/ou filantrópicas, integrantes do Sistema Municipal de Educação, contemplado, sistematicamente, com recursos públicos, providenciarão na sua organização e funcionamento, a constituição de Conselhos Escolares, no que dispõe a lei municipal 2.289/2008.

#### TÍTULO VIII DA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 57 As bases que dão sustentação ao projeto nacional de educação responsabilizam o poder público, a família, a sociedade e a escola pela garantia a todos os educandos de um ensino ministrado de acordo com os princípios de:

- I. Igualdade de condições para o acesso, inclusão, permanência e sucesso na escola;
- II. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III. Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV. Respeito à liberdade e aos direitos;
- V. Coexistência das instituições públicas e privadas;
- VI. Gratuidade do ensino em estabelecimentos oficiais;
- VII. Valorização do profissional da educação escolar;
- VIII. Gestão democrática do ensino público, na forma desta legislação e das normas do sistema municipal de ensino;
- IX. Garantia de padrão de qualidade ;

X. Valorização e aproveitamento da experiência extraescolar; e  
XI. Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Art. 58 A Educação Básica é direito universal e alicerce indispensável para o exercício da cidadania em plenitude, da qual depende a possibilidade de conquistar todos os demais direitos, definidos na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na legislação ordinária e nas demais disposições que consagram o direito do cidadão.

Art. 59 Na Educação Básica, é necessário considerar as dimensões do educar e do cuidar, em sua inseparabilidade, buscando recuperar, para a função social desse nível da educação, a sua centralidade, que é o educando, pessoa em formação na sua essência humana.

Art. 60 A Educação Infantil tem por objetivo o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, afetivo, psicológico, intelectual, social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 61 O Sistema Municipal de Ensino de Nova Trento envidará esforços no sentido de promover ações a partir das quais as unidades de educação infantil sejam dotadas de condições para acolher as crianças, em estreita relação com a família e com a sociedade.

Art. 62 Os vínculos de família, os laços de solidariedade humana e do respeito mútuo em que se assenta a vida social devem iniciar-se na educação infantil e sua intensificação deve ocorrer ao longo da educação básica.

Art. 63 O Ensino Fundamental na rede pública municipal de Nova Trento, atendido as normas gerais da educação nacional, será organizado de acordo com as seguintes regras comuns:

- I. A carga horária anual observará o mínimo de 800 horas e 200 dias de efetivo trabalho escolar, de acordo com a legislação nacional vigente, resguardando margem de segurança para além desse mínimo;
- II. A classificação em qualquer ano, exceto o primeiro ano do ensino fundamental, pode ser feita:
  - a) por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a ano ou fase anterior, na própria escola;
  - b) por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas;
  - c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição no ano adequado, conforme regulamentação do Sistema de Ensino;
- III. Nos estabelecimentos de ensino que adotam formas de progressão parcial, desde que preservada a sequência do currículo, observadas as normas estabelecidas pelo Sistema de Ensino, devidamente regulamentada pelo Conselho Municipal de Educação;
- IV. Por reclassificação, para o adequado ano, etapa e/ou equivalente organização, no caso de modelo curricular diferente do original, considerada a faixa etária própria, mediante avaliação com base nas normas curriculares gerais, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no país e no exterior, de acordo com a legislação vigente;
- V. Poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de anos distintos, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de língua estrangeira, arte, ou outros componentes curriculares;
- VI. A verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:
  - a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
  - b) a possibilidade de aceleração de estudos para alunos com

defasagem idade/ano escolar;

c) possibilidade de avanço nos anos ou equivalente organização do ensino, durante e ao final do período letivo, mediante verificação de aprendizado;

d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

e) obrigatoriedade de estudos de recuperação paralela ao ano letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

VII. O controle da frequência dos alunos, conforme o disposto no seu regimento e as normas do Sistema Municipal de Ensino, exigida frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação;

VIII. A data da matrícula do aluno na escola, em qualquer época do ano letivo, será referência para cálculo do percentual de frequência;

IX. A definição da parte diversificada do currículo da Rede Municipal, em complementação à base comum nacional, nos termos da legislação vigente, observará a inclusão de pelo menos uma língua estrangeira conforme as possibilidades do Sistema;

X. A inclusão de componentes curriculares que atendam à proposta pedagógica do Sistema, definidos em conjunto com os órgãos do Sistema Municipal de Educação;

XI. A jornada escolar no Ensino Fundamental será de pelo menos quatro horas diárias de sessenta minutos de trabalho efetivo sob a orientação do (a) professor (a) e com a frequência exigida, de acordo com a legislação, ressalvados os cursos noturnos;

XII. São ressalvados os cursos noturnos e as formas alternativas de organização devidamente autorizadas pelo órgão responsável do Sistema Municipal de Educação;

XIII. A jornada de Educação da escola de tempo Integral será de no mínimo 7 (sete) horas diárias de 60 (sessenta) minutos de trabalho efetivo sob a orientação de professor(a) respeitada a exigência de frequência prevista em lei;

XIV. São ressalvados os cursos noturnos e as formas alternativas de organização devidamente autorizadas pelo órgão responsável do Sistema Municipal de Educação;

XV. Cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de série e diplomas ou certificados de conclusão de cursos, com as especificações cabíveis.

Parágrafo único. A jornada escolar diária será ampliada, gradativamente, com o desenvolvimento das atividades de acompanhamento pedagógico, experimentação e investigação científica, cultura e artes, esporte e lazer, cultura digital, educação econômica, comunicação e uso de mídias, meio ambiente, direitos humanos, práticas de prevenção aos agravos à saúde, promoção da saúde e da alimentação saudável, entre outras atividades.

Art. 64 A organização escolar da Educação Básica, em todos os seus níveis, será regulamentada por normas editadas pelo Conselho Municipal de Educação que atenderá as legislações federais.

Art. 65 A organização administrativa, didática e disciplinar de cada estabelecimento de ensino e educação, em nível interno escolar, será regulada nos respectivos documentos: regimento escolar e projeto pedagógico; sendo necessária aprovação do Conselho Municipal de Educação.

Art. 66 A organização de escolas, cursos ou classes experimentais com currículos, métodos didático-pedagógicos e períodos escolares próprios, serão permitidos, dependendo o seu funcionamento, para fins de validade legal, de ato autorizatório expedido pela Secretaria Municipal de Educação, após parecer favorável do Conselho Municipal de Educação.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Educação organizará documento próprio com os requisitos mínimos a ser considerados para a autorização das indicações registradas no caput do artigo e o encaminhará para parecer e consequente aprovação do Conselho

Municipal de Educação.

Art. 67 O número de alunos por classe deverá obedecer aos critérios pedagógicos que visam compatibilizar a otimização do rendimento e da aprendizagem com a demanda escolar.

Art. 68 Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento.

§1º cabe ao Sistema Municipal de Ensino, à vista das condições disponíveis e das características locais, estabelecer parâmetro para atendimento do disposto neste artigo.

§2º Instrumento normativo será elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e deverá ter parecer e aprovação do Conselho Municipal de Educação para regulamentar o disposto neste artigo e sendo definido na Campanha de Matrícula para as escolas da Rede Municipal de Ensino.

Art. 69 Cabe à escola expedir históricos escolares, declarações de conclusão de anos, conforme classificação para efeito de transferência, guia de transferência com as especificações necessárias, na forma do regulamento curricular.

Art. 70 O regimento escolar das instituições educacionais, deverá normatizar o funcionamento interno do estabelecimento de ensino, regulamentar todo o trabalho pedagógico, administrativo e institucional, respeitadas as normas legais.

Art. 71 O regimento escolar é o documento normativo da Instituição Educacional, elaborado pela comunidade escolar, que rege sua organização pedagógica, técnico-administrativa, financeira e disciplinar deverá conter:

- I. identificação da Instituição Educacional e de sua mantenedora;
- II. missão, visão e valores do estabelecimento de ensino;
- III. organização técnico-administrativa, financeira e pedagógica;
- IV. organização da rotina da escola e da vida escolar do aluno;
- V. código de Ética dos participantes do processo educativo; e
- VI. normas e medidas disciplinares para os profissionais da educação e dos alunos.

## SEÇÃO II DAS ETAPAS

Art. 72 São etapas correspondentes a diferentes momentos constitutivos do desenvolvimento educacional:

- I. A Educação Infantil, que corresponde: a Creche, englobando as diferentes etapas do desenvolvimento da criança até 3 (três) anos e 11 (onze) meses; e a Pré-Escola, com duração de 2 (dois anos) – 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idade, respectivamente.
- II. O Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, com duração de 9 (nove) anos, é organizado e tratado em duas fases: anos iniciais com duração de 5 (cinco) anos, e anos finais, com duração de 4 (quatro) anos.
- III. O Ensino Médio, com duração mínima de 3 (três) anos.

Parágrafo único. Essas etapas e fases têm previsão de idades próprias, as quais, no entanto, são diversas quando se atenta para sujeitos com características que fogem à norma, como é o caso, entre outros:

- I. De atraso de matrícula e/ou no percurso escolar;
- II. De retenção, repetência e retorno de quem havia abandonado os estudos;
- III. De sujeitos com deficiência limitadora;
- IV. De jovens e adultos sem escolarização ou com esta incompleta;
- V. De habitantes de zonas rurais; e
- VI. De adolescentes em regime de acolhimento ou internação, jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.



### SEÇÃO III DOS CURRÍCULOS DE ENSINO

Art. 73 A escola de Educação Básica é o espaço de formação humana onde se constrói, reconstrói e ressignifica conhecimentos, se recria a cultura herdada, reconstruindo-se as identidades culturais, em que se aprende a valorizar as raízes próprias das diferentes territorialidades.

Parágrafo único. Essa concepção de escola exige a superação do rito escolar, desde a construção do currículo até os critérios que orientam a organização do trabalho escolar em sua multidimensionalidade, privilegia trocas, acolhimento e aconchego, para garantir o bem-estar de crianças, jovens, adolescentes e adultos, no relacionamento entre todas as pessoas.

Art. 74 A base nacional comum na Educação Básica constitui-se de conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades desportivas e corporais; na produção artística; nas formas diversas de exercício da cidadania; e nos movimentos sociais.

§1º Integram a base comum nacional;

- a) a Língua Portuguesa;
- b) a Matemática;
- c) o conhecimento do mundo físico, natural, da realidade social e política, especialmente do Brasil, incluindo-se o estudo da História e das Culturas Afro-Brasileira e Indígena.
- d) a Arte, em suas diferentes formas de expressão, incluindo-se a música;
- e) a Educação Física;
- f) o Ensino Religioso.

§2º Tais componentes curriculares serão organizados em forma de áreas de conhecimento, disciplinas, eixos temáticos, preservando-se a especificidade dos diferentes campos do conhecimento, por meio dos quais se desenvolvem as habilidades indispensáveis ao exercício da cidadania, em ritmo compatível com as etapas do desenvolvimento integral do cidadão.

§3º A organização da base nacional comum e da parte diversificada, em formas de áreas de conhecimento em disciplinas, eixos temáticos em Proposta Pedagógica, compete à Secretaria Municipal da Educação e aprovada pelo Conselho Municipal da Educação.

Art. 75 São elementos constitutivos para a operacionalização desta Proposta Pedagógica: o projeto pedagógico, o regimento escolar, o sistema de avaliação, a gestão democrática, a organização da escola, o professor e o programa de formação docente.

Art. 76 Os currículos, como parte do Projeto Pedagógico, em todos os níveis de ensino, respeitadas as idades próprias de cada nível, deverão promover o desenvolvimento das capacidades físicas, mentais, emocionais, sociais, culturais, políticas e religiosas, bem como, toda a variedade de conhecimentos e habilidades profissionais, respeitando o processo natural de crescimento e desenvolvimento da criança e do adolescente.

Art. 77 A unidade escolar utilizará a Proposta Pedagógica do município como referência para a elaboração de seu Projeto Pedagógico, propiciando, de maneira específica, a introdução de projetos e atividades do interesse de suas comunidades, assegurando os princípios da qualidade do ensino, do relacionamento entre as diversas atividades educacionais, em vista da formação integral dos sujeitos.

Art. 78 O Projeto Pedagógico - base orientadora das atividades desenvolvidas por todos os segmentos da comunidade escolar - definirá, de forma participativa, as responsabilidades pessoais e coletivas a serem assumidas para a consecução dos objetivos

educacionais estabelecidos e devem ser observados para a sua elaboração.

Art. 79 No Sistema Municipal de Ensino, os currículos serão organizados conforme normas do Conselho Municipal de Educação, com observância das seguintes especificações:

- I. Observância dos mínimos curriculares estabelecidos pelas diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Educação;
- II. O ensino de língua estrangeira moderna, sendo uma obrigatória, no ensino fundamental, podendo ter mais uma de livre opção do estabelecimento de ensino;
- III. O Ensino Religioso, será obrigatório nos estabelecimentos oficiais, ao nível do ensino fundamental, sendo facultativo para os alunos no ato da matrícula;
- IV. Especificação da vinculação da formação escolar às atividades no mundo do trabalho;
- V. No âmbito de todo currículo escolar deverão ser ministrados conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira e dos povos indígenas brasileiros, nos termos das Leis manifestas na Proposta Pedagógica Municipal de Nova Trento.

Art. 80 A formação artística e outras atividades de capacitação e formação cultural, humana e social destinada a atender a jornada ampliada na escola de tempo integral e, as que são voltadas para o trabalho, estarão incluídas no projeto pedagógico e poderão ser realizadas em convênio ou parceria com outras instituições educacionais congêneres ou instituições civis e sociais.

Parágrafo único. As atividades referentes ao caput deste artigo, poderão ser desenvolvidas dentro do espaço escolar, de acordo com a disponibilidade da escola, ou fora dele sob orientação pedagógica da escola, mediante o uso dos equipamentos públicos e do estabelecimento de parcerias com órgãos ou instituições locais.

Art. 81 O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

Art. 82 Os currículos escolares terão a base comum de conteúdos fixados pela Proposta Pedagógica Municipal, organizados em anos de estudo, e serão complementados com a especificação de conteúdos do Projeto Pedagógico de cada escola e no planejamento didático de cada turma, considerando o estágio de desenvolvimento dos alunos.

§ 1º Para o atendimento das disposições constantes deste artigo, os currículos e Projetos Político-Pedagógicos poderão atender também os interesses da comunidade escolar.

§2º Compõe a comunidade escolar o conjunto de:

- I. Docentes e especialistas em exercício nas unidades escolares;
- II. Pessoal técnico-administrativo e de serviços em exercício nas unidades de escolar;
- III. Pais, responsáveis pelos educandos; e
- IV. Educandos matriculados e com frequência regular na Unidade Educacional.

### SEÇÃO IV DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 83 A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 84 A Educação Infantil será oferecida em creches e pré-escolas; as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 (zero) a

5 (cinco) anos e 11 (onze) meses de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação – órgãos competentes do sistema de ensino e, submetidos a controle social.

Art. 85 O currículo da educação Infantil deverá estar em consonância com a Proposta Pedagógica Municipal para a Educação Infantil, levando em consideração a integralidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural das crianças e a indivisibilidade do cuidar e educar, ampliando o repertório cultural.

Parágrafo único. Na Educação Infantil a dimensão do cuidado, é orientada pela perspectiva de promoção da qualidade e sustentabilidade da vida e pelo princípio do direito e da proteção integral da criança. Educar e cuidar significa dar condições para as crianças explorarem o ambiente de diferentes maneiras e construir sentidos pessoais e significados coletivos, à medida que vão se constituindo como sujeitos e se apropriando de um modo singular das formas culturais de agir, sentir e pensar.

Art. 86 A educação infantil poderá ser oferecida em:

- I. Creches, para crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade;
- II. Pré-Escolas, para as crianças de quatro a 5 (cinco) e 11 (onze) meses de idade;
- III. Centros Municipais de Educação Infantil para crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) e 11 (onze) meses de idade.

Art. 87 A Educação Infantil, na Rede Municipal de Ensino de Nova Trento, terá por objetivos:

- I. O desenvolvimento integral da criança até os 05 (cinco) anos e 11 (onze) meses de idade, em seus aspectos físico, afetivo, psicológico, intelectual, social, complementando a ação da família e da comunidade;
- II. Proporcionar à criança o desenvolvimento de sua auto-imagem e o convívio no seu processo de socialização com a percepção das diferenças e contradições sociais, com base nos princípios da individualidade, igualdade, liberdade, diversidade e pluralidade.

Art. 88 A educação Infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

- I avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;
- II carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;
- III atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral;
- IV controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;
- V expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.”

Parágrafo único. Todas as unidades de ensino da Educação Infantil oportunizarão aos pais, responsáveis ou conviventes, o acompanhamento de seu desenvolvimento, mediante boletins ou formulários de acompanhamento definidos em seus Projetos Político-Pedagógicos.

Art. 89 O Sistema Municipal de Ensino permitirá a definição de critérios para o acesso à Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Nova Trento, através de Editais de Matrícula expedidos pela Secretaria Municipal de Educação com anuência do Conselho Municipal de Educação, a cada final de ano letivo para as matrículas do ano subsequente.

Parágrafo único. As crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e/ou superdotação, serão matriculadas nas Instituições de educação infantil, recebendo atendimento educacional especializado para complementar e/ou suplementar o processo de ensino e aprendizagem.

Art. 90 As concepções, os objetivos, as metodologias e a avaliação da Educação Infantil deverão estar explicitadas no projeto pedagógico das unidades educacionais, atendendo a legislação vigente.

Art. 91 A autorização para funcionamento de unidades de Educação Infantil, públicos ou privados, vinculados ao Sistema Municipal de Ensino, será concedida pela Secretaria Municipal de Educação mediante a apresentação de processo próprio, aprovada pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 92 Serão garantidos, em normas próprias, padrões básicos de infra-estrutura para o funcionamento das instituições de Educação Infantil, públicas e privadas do Sistema Municipal de Ensino, que considerando a diversidade regional assegurem atendimento das características das diferentes faixas etárias e necessidades do processo educativo, na perspectiva da inclusão.

Art. 93 A instituição de Educação Infantil deverá manter arquivada a escrituração com o registro sistemático dos fatos relativos à sua organização seu funcionamento e a avaliação das crianças.

Art. 94 A expedição de documentos é de exclusiva responsabilidade das instituições de Educação Infantil, respeitadas as normas legais.

Parágrafo único. Os documentos que comprovam que a criança frequentou a instituição de Educação Infantil, com os direitos que deles decorrem, são entre outros:

- I. Ficha de Matrícula;
- II. Avaliação da criança; e
- III. Declaração de frequência.

Art. 95 Todas as unidades de Educação Infantil serão organizadas com base no Regimento Escolar enquanto documento normativo da instituição educacional, elaborado pela comunidade escolar, observada a legislação vigente.

## SEÇÃO V

### DO ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 96 O Ensino Fundamental com 9 (nove) anos de duração, de matrícula obrigatória para as crianças a partir dos 6 (seis) anos de idade, tem duas fases seguintes com características próprias, chamada de anos iniciais, com 5 (cinco) anos de duração, em regra para estudantes de 6 (seis) a 10 (dez) anos de idade; e anos finais, com 4 (quatro) anos de duração, para os de 11 (onze) a 14 (catorze) anos.

Parágrafo único. No Ensino Fundamental, acolher significa também cuidar e educar, como forma de garantir a aprendizagem dos conteúdos curriculares, para que o estudante desenvolva interesses e sensibilidades que lhe permitam usufruir dos bens culturais disponíveis na comunidade, na sua cidade ou na sociedade em geral, e que lhe possibilitem ainda sentir-se como produtor valorizado desses bens.

Art. 97 Os objetivos da formação básica das crianças, definidos para a Educação Infantil, prolongam-se durante os anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente no primeiro segmento, e completam-se nos anos finais, ampliando e intensificando, gradativamente, o processo educativo, mediante:

- I. desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita, do raciocínio lógico e do cálculo ;



- II. foco central na alfabetização, ao longo dos 3 (três) primeiros anos;
- III. compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da economia, da tecnologia, das artes, da cultura e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- IV. o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- V. fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de respeito recíproco em que se assenta a vida social.

Art. 98 O currículo do Ensino Fundamental deverá estar em consonância com a Proposta Pedagógica para o Ensino Fundamental, levando em consideração a integralidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural das crianças e a indivisibilidade do cuidar e educar, ampliando o repertório cultural, considerando:

- I. o desenvolvimento da capacidade de aprender e de socializar o que aprendeu, tendo como meios básicos o domínio da leitura, da escrita, do raciocínio lógico e do cálculo;
- II. a compreensão do ambiente natural e social, dos sistemas políticos e da autodeterminação dos povos, dos valores em que se fundamenta a sociedade, da tecnologia e das artes;
- III. o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV. a formação da consciência crítica e a aquisição de capacidade de organização para a transformação social;
- V. o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social;
- VI. fortalecimento de uma língua estrangeira, escolhida pela comunidade escolar, conforme as possibilidades do sistema;
- VII. educação Integral;
- VIII. inseparabilidade dos conceitos referenciais cuidar e educar, devendo ser uma concepção norteadora do Projeto Pedagógico da escola.
- IX. o reconhecimento e respeito à diversidade étnico-racial.

§ 1º A Educação Básica que compreende o Ensino Fundamental, será organizada em nove anos e poderá ter turmas organizadas por ciclos de estudos a partir da alfabetização.

§ 2º O Ensino Fundamental regular será ministrado em Língua Portuguesa e em processos próprios de aprendizagem definidos a partir do Projeto Pedagógico da Escola.

§ 3º O Ensino Fundamental será presencial, sendo o ensino à distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.

§ 4º O controle de frequência do aluno fica a cargo da escola, conforme disposições do regimento escolar, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas ministradas.

§ 5º O total de horas letivas, nos termos desta Lei, compreenderá o tempo de atividades escolares desenvolvidas pelo aluno, sob a orientação direta do professor e avaliação na escola.

§ 6º A escola estimulará a frequência do aluno, e analisará de imediato, os casos de ausência persistente, juntamente com os pais ou responsáveis, programando alternativas de solução.

§ 7º Em caso de reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares, a escola junto com o Conselho Tutelar e Ministério Público, procurará resolver a questão.

Art. 99 O Sistema Municipal de Ensino do Município de Nova Trento

deve estabelecer especial forma de colaboração visando à oferta do Ensino Fundamental e à articulação sequente entre a primeira fase, assumida pelo Município e pelo Estado, para evitar obstáculos ao acesso de estudantes que se transfiram de uma escola para outra; ou uma rede para outra para completar esta escolaridade obrigatória, garantindo a organicidade e a totalidade do processo formativo do escolar.

Parágrafo único . Nas unidades de ensino, os profissionais da educação deverão zelar pelo acesso e permanência com sucesso do educando na escola.

Art. 100 O Ensino Fundamental na Rede Pública Municipal, atendido as normas gerais da educação nacional, será organizado de acordo com as seguintes com o artigo 64 desta lei.

## SEÇÃO VI

### DA JORNADA ESCOLAR

Art. 101 A jornada escolar na educação básica incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola a partir da estruturação que a Secretaria Municipal de Educação, oportunizar para as Unidades Escolares.

Art. 102 A educação infantil terá Carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional.

§1º Atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral.

§2º A educação infantil, ministrada em qualquer uma das formas de oferta, terá 30 (trinta) minutos de recreio.

Art.103 O ensino fundamental terá carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar.

§1º A jornada escolar no Ensino fundamental será de pelo menos quatro horas diárias de sessenta minutos de trabalho efetivo sob a orientação do(a) professor (a) e com a frequência exigida, de acordo com a legislação vigente.

§ 2º O Ensino Fundamental anos iniciais terá 15 (quinze) minutos de recreio, incluídos nas 04 (quatro) horas de Trabalho Escolar Efetivo; desde que haja atividade de acompanhamento das atividades junto aos alunos; nos anos finais terá 10 (dez) minutos de recreio excluído das 04 (quatro) horas de Trabalho Escolar Efetivo, especificado no Projeto Político - Pedagógico da unidade escolar.

Art. 104 A jornada de educação na Escola de Tempo Integral será de no mínimo 7 (sete) horas diárias de 60 (sessenta) minutos de trabalho efetivo, sob a orientação do (a) professor (a), respeitada a exigência de frequência prevista em lei.

## TÍTULO IX

### DAS MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

#### SEÇÃO I

#### DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Art. 105 A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade; ancora-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

Art. 106 O Poder Público dispensará especial atenção à oferta de

educação básica para a população rural, que será adaptada as suas peculiaridades mediante regulamentação específica e levará em conta:

- I. O envolvimento dos órgãos municipais de educação, órgãos e entidades da agricultura, de pesquisa, assistência técnica e extensão rural, escolas, famílias e a comunidade na formulação de políticas educacionais específicas e na oferta do ensino;
- II. A elaboração de currículos com conteúdos curriculares apropriados para atender às reais necessidades e interesses dos alunos, a articulação entre a cultura local e as dimensões gerais do conhecimento e aprendizagem;
- III. Adoção de metodologias, programas e ações voltados para a superação e transformação das condições de vida no meio rural, proporcionando a estas a auto-sustentação e autodeterminação;
- IV. Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- V. Formação pedagógica dos docentes, buscando superar o isolamento do docente rural, estabelecendo formas que reúnam docentes de diversas escolas, para estudo, planejamento e avaliação das atividades pedagógicas;
- VI. A oferta de alfabetização e elevação da escolaridade para jovens e adultos do campo, com o apoio de entidades educacionais parceiras;
- VII. Melhoramento das condições didático-pedagógicas no meio rural;
- VIII. Manutenção de programas de transporte escolar;
- IX. Organização de cursos ou escolas experimentais, com currículos, métodos e períodos próprios para dar atendimento ao ensino fundamental do meio rural;
- X. O desenvolvendo de atividades práticas que estimulem a pesquisa e o planejamento da propriedade rural, voltadas para o trabalho;
- XI. Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.

Art. 107 As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394 de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia, identificada no Projeto Pedagógico das instituições de ensino.

Art. 108 O Sistema de Ensino, através de regulamentação da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação, fixará as estratégias específicas de atendimento escolar do campo e a flexibilização da organização do calendário escolar, salvaguardando, nos diversos espaços pedagógicos e tempos de aprendizagem, os princípios da política de igualdade.

§ 1º O ano letivo, observado o disposto no artigo 64 desta lei, e poderá ser estruturado independente do ano civil.

§ 2º As atividades constantes das propostas pedagógicas das escolas, preservadas as finalidades de cada etapa da educação básica e da modalidade de ensino prevista, poderão ser organizadas e desenvolvidas em diferentes espaços pedagógicos, sempre que o exercício do direito à educação escolar e o desenvolvimento da capacidade dos alunos de aprender e de continuar aprendendo assim o exigirem.

Art. 109 Além dos princípios e diretrizes que orientam a Educação Básica, o Sistema de Ensino, normatizará a formação de professores para o exercício da docência nas escolas do campo, contemplando os seguintes componentes:

- I. Estudos a respeito da diversidade e o efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social da vida individual e coletiva no município de Nova Trento;

II. Indicadores para as Propostas Pedagógicas das escolas rurais que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico; e, respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas.

Parágrafo único. A formação de professores das escolas do campo acontecerá nos horários estabelecidos nos programas de formação continuada estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 110 As orientações para a matrícula dos alunos será definida na campanha de matrícula da rede municipal de ensino e atenderá aos critérios indicados nas diretrizes curriculares municipais para as Escolas do Campo dos níveis de ensino que atendem.

## SEÇÃO II DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Art. 111 A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental em idade própria.

Parágrafo único . Será atribuição do sistema de ensino de Nova Trento:

- I. Assegurar gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do estudante, seus interesses, condições de vida e de trabalho;
- II. Ofertar, mediante cursos e exames promovidos através de ações integradas e complementares realizados a partir de convênios e projetos com órgãos especializados ou, até mesmo, por iniciativa da própria Rede Municipal de Ensino;
- III. Viabilizar e estimular, em qualquer tempo, o acesso e a permanência com êxito do trabalhador na escola, garantindo o compromisso do Poder Público com a Educação plena do cidadão.

Art. 112 O Sistema Municipal de Ensino oferecerá a Educação de Jovens de Adultos para contemplar a formação no Ensino Fundamental.

Art. 113 As Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental, estabelecida e vigente e que estende sua competência para a modalidade da Educação de Jovens e Adultos no ensino fundamental, será a base legal para a regulamentação das atividades na modalidade da Educação de Jovens e Adultos.

§ 1º Os componentes curriculares da educação de jovens e adultos obedecerão ainda, aos princípios, aos objetivos e às diretrizes curriculares nacionais.

§ 2º Cabe à Secretaria Municipal de Educação e ao Conselho Municipal de Educação a normatização dos estabelecimentos e a regulamentação para a formulação das Propostas Pedagógicas da Educação de Jovens e Adultos, bem como, parecer e aprovação para a celebração de convênios para a oferta dessa modalidade de ensino.

Art.114 A regulamentação para a formulação das Propostas Pedagógicas da Educação de Jovens e Adultos, elaborada pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação definirá ainda a estrutura e a duração dos cursos da Educação de Jovens e Adultos, respeitando a identidade desta modalidade de educação.

Art.115 Obedecido o disposto no Art. 4º, incisos I e VII da LDB 9.394/96 e a regra da prioridade para o atendimento da escolarização universal obrigatória, será considerada idade mínima para a

inscrição e realização de exames supletivos de conclusão do ensino fundamental a de 15 anos completos.

§ 1º Fica vedada, em cursos de Educação de Jovens e Adultos, a matrícula e a assistência de crianças e de adolescentes da faixa etária compreendida na escolaridade universal obrigatória, ou seja, de seis a quatorze anos completos.

§ 2º Para que haja oferta variada para o pleno atendimento dos adolescentes, jovens e adultos situados na faixa etária de 15 (quinze) anos ou mais, com defasagem idade-série, tanto sequencialmente no ensino regular, quanto na Educação de Jovens e Adultos, assim como nos cursos destinados à formação profissional, nos termos do § 3º do artigo 37 da Lei nº 9.394/96, torna-se necessário:

I. Fazer a chamada ampliada de estudantes para o Ensino Fundamental em todas as modalidades, tal como se faz a chamada das pessoas de faixa etária obrigatória do ensino;

II. Estabelecer, de forma colaborativa, política própria para o atendimento dos estudantes adolescentes de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, garantindo a utilização de mecanismos específicos para esse grupo de estudantes que considerem suas potencialidades, necessidades, expectativas em relação à vida, às culturas juvenis e ao mundo do trabalho;

III. Incentivar a oferta de EJA nos períodos escolares: diurno e noturno, com avaliação no processo.

Art. 116 A duração dos cursos presenciais de EJA atenderá a formulação da legislação vigente, acrescentando o total de horas a serem cumpridas, independentemente da forma de organização curricular:

I. Para os anos iniciais do Ensino Fundamental, a duração deve ficar a critério dos sistemas de ensino;

II. Para os anos finais do Ensino Fundamental, a duração mínima deve ser de 1.600 (mil e seiscentas) horas;

Parágrafo único. Para a definição do disposto no inciso I do caput do artigo, deverá haver aprovação do Conselho Municipal de Educação do Projeto Pedagógico para o atendimento a essa modalidade de ensino.

Art. 117 O sistema Municipal de ensino se responsabilizará diretamente com o princípio de publicidade:

I. Divulgar a relação dos cursos e dos estabelecimentos autorizados à aplicação de exames supletivos, bem como das datas de validade dos seus respectivos atos autorizadores.

II. Acompanhar, controlar e fiscalizar os estabelecimentos que ofertarem esta modalidade de educação básica, bem como no caso de exames supletivos.

Art. 118 As unidades ofertantes desta modalidade de ensino, quando da autorização dos seus cursos, apresentarão à Secretaria Municipal de Educação e ao Conselho Municipal de Educação, o regimento escolar para efeito de análise e avaliação.

Parágrafo único. A proposta pedagógica deve ser apresentada para efeito de registro e arquivo histórico.

Art. 119 Os estabelecimentos de ensino que ofertam a Educação de Jovens e Adultos expedirão históricos escolares e declarações de conclusão e, registrarão os respectivos certificados, ressalvados os casos dos certificados de conclusão emitidos por instituições estrangeiras, a serem revalidados pelo Conselho Municipal de Educação.

### SEÇÃO III

#### Da Educação Especial

Art. 120 Entende-se por educação especial, para efeito desta lei,

modalidade de educação escolar para alunos com necessidades especiais, oferecida, preferencialmente, nas escolas de ensino fundamental, nas creches, nos centros de educação infantil e na modalidade da educação de jovens e adultos.

Art. 121 A Educação Especial, como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, é parte integrante da educação regular, devendo ser prevista no Projeto Político - Pedagógico da unidade escolar.

Art. 122 O Sistema Municipal de Ensino deverá garantir a matrícula aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização, ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de AEE da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, nas escolas de ensino fundamental, nas creches, educação de jovens e adultos, bem como nos centros de educação infantil para atender as peculiaridades dos educandos com necessidades especiais.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função de condições específicas dos alunos, não for possível sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta da educação especial é dever constitucional do Estado, tendo início na faixa etária de zero a cinco anos, durante a educação infantil, prolongando-se por todo o ensino fundamental.

Art. 123 Poderão receber apoio técnico e financeiro do Poder Público Municipal, as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, atendendo a alunos sem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, que:

I. Comproven finalidade não-lucrativa e não distribuam resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto;

II. Apliquem seus excedentes financeiros em educação;

III. Garantam à destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional ou ao Poder Público no caso de encerramento de suas atividades;

IV. Assegurem qualidade dos serviços prestados, em consonância com a política do município para o atendimento as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação; e

V. Prestem contas ao Poder Público Municipal dos recursos recebidos.

Art. 124 O sistema municipal de ensino assegurará aos alunos com deficiência:

I. Espaços adequados e facilitados, currículos próprios, métodos, técnicas e recursos pedagógicos e tecnológicos para atender às necessidades dos educandos com necessidades especiais;

II. Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

III. Terminalidade específica para aqueles que não puderam atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

IV. Temporalidade flexível do ano letivo, para atender às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência mental ou com graves deficiências múltiplas, de forma que possam concluir em tempo maior o currículo previsto para o ano/etapa escolar, principalmente nos anos finais do ensino fundamental, conforme

estabelecido por normas dos sistemas de ensino, procurando-se evitar grande defasagem idade/ano;

V. Professores com especialização adequada em nível superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

VI. Articulação com os órgãos oficiais afins, para oferta da educação especial para o trabalho;

VII. Conhecimento da demanda real de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, mediante a criação de sistemas de informação e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos;

VIII. Setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e dêem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva; e

IX. Atendimento Educacional Especializado (AEE), com a função de complementar ou suplementar à formação do aluno, por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para a plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

Art. 125 Nas escolas especiais, os currículos devem ajustar-se às condições do educando e ao disposto no Capítulo II da LDB nº 9.394/96 e as resoluções emanadas pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 126 Esse Sistema de Ensino poderá constituir parcerias com instituições de ensino superior para a realização de pesquisas e estudos de caso relativos ao processo de ensino e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais, visando ao aperfeiçoamento desse processo educativo.

## TÍTULO X

### DAS POSSIBILIDADES DE AMPLIAÇÃO DO CURRÍCULO ESCOLAR

#### SEÇÃO I

##### DA EDUCAÇÃO INFORMAL

Art. 127 A Educação Informal poderá ocorrer no ensino regular, destinando-se à formação e aprendizagem do saber e das artes relacionados, entre outros campos e áreas como música, canto, dança, ginástica olímpica, esportes em geral, artes marciais, cursos especiais de desenho, informática, folclore, culturas diversas relacionadas com o saber científico, prática de conhecimentos agro técnicos e tecnológicos, trabalhos manuais e todos os campos de formação humana, individual e social.

§ 1º A Educação Informal será oferecida aos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino, promovendo o permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e, oportunizando de forma indireta, algum tipo de profissionalização.

§ 2º A implantação de projetos de educação informal nos termos do caput desse artigo, dependerá de prévia aprovação da Secretaria Municipal de Educação.

#### SEÇÃO II

##### DO REGIME DE PROGRESSÃO E DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES PARA OS CURRÍCULOS DE ENSINO

Art. 128 A Parte Diversificada é componente obrigatório do currículo escolar, devendo estar organicamente articulada à Base Nacional Comum, tornando o currículo um todo significativo e integrado.

Art. 129 Os componentes da Matriz Curricular de horário parcial estão distribuídos entre a Base Nacional Comum e a Parte Diversificada, podendo ser acrescidos de Atividades Complementares no horário ampliado e integral.

Parágrafo único. O planejamento da Parte Diversificada constará do Projeto Pedagógico da escola, oportunizando o exercício da autonomia e retratando a identidade da unidade escolar.

Art.130 O funcionamento, a carga horária e os turnos para o desenvolvimento da jornada ampliada deverão considerar:

I. Atividades Complementares Curriculares devem ser desenvolvidas em contraturno, com uma carga horária máxima de quatro horas/aulas semanais por aluno.

II. Ampliação da jornada de efetivo trabalho escolar deve ser desenvolvida de acordo com o Projeto Pedagógico da unidade escolar;

III. Escola em Tempo Integral com carga horária diária de 8 horas/aula durante todos os dias letivos da semana;

§ 1º Os horários estabelecidos pela Escola, deverão respeitar o turno em que foi autorizado, tendo em vista o benefício do aluno, cumprindo o Calendário Escolar.

§ 2º O horário de funcionamento das atividades devem ser prioritariamente nos turnos manhã, tarde e noturno.

§ 3º A escola poderá realizar parcerias com outras instituições e desenvolver a atividade complementar em outro local disponível na comunidade, desde que não ofereça risco a integridade dos alunos.

Art. 131 As vagas e critérios de participação dos alunos matriculados atenderão aos critérios gerais para a formação das turmas de atividade complementar e nas escolas de tempo integral:

I. O projeto do curso/atividade proposta deverá indicar o número mínimo de alunos por turma, levando em consideração a complexidade da atividade e a relação professor/alunos;

II. Caso haja desistência de alunos inscritos nas atividades, a vaga deverá ser imediatamente ocupada por outro participante;

III. As atividades deverão contemplar alunos da Educação Especial, sendo que o número mínimo de participantes na atividade será estabelecido conforme as necessidades dos alunos e legislação específica;

IV. Poderão participar das atividades somente alunos regularmente matriculados na Rede Pública Municipal, não havendo, a princípio necessidade de manter as mesmas turmas do ensino regular;

V. As atividades poderão ocorrer em locais diversos da escola de matrícula regular do aluno, desde que haja condições para o seu transporte e segurança;

VI. A escola deverá priorizar a participação de alunos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, bem como as necessidades sócioeducacionais e considerar o contexto social descrito no Projeto Político-Pedagógico da Escola;

VII. Os alunos do ensino fundamental menores de 14 anos não poderão participar de atividades propostas no período noturno; e

VIII. As Atividades Complementares Curriculares em contraturno poderão ser socializadas por alunos e professores em eventos promovidos pela escola ou em âmbito municipal.

Art.132 As unidades escolares poderão inscrever atividades complementares diversas das propostas pela Rede Municipal de Ensino, desde que a Associação de Pais e Professores e o Conselho Escolar de cada estabelecimento de ensino realizem reunião para selecionar e aprovar a proposta de Atividade Complementar Curricular.

Parágrafo único. A Escola deverá encaminhar uma cópia da Ata desta reunião à Secretaria Municipal de Educação juntamente com a proposta da atividade aprovada. Cada escola poderá inscrever 01 (uma) Atividade Complementar Curricular em Contraturno, por nível de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental. Outras atividades que já estão incorporadas ao cotidiano e a cultura escolar ou já possuem materiais e equipamentos para o desenvolvimento das atividades podem se propostas pela escola e serão analisadas pela Secretaria Municipal de Educação.



Art. 133 A Proposta de Atividade Complementar Curricular em Contraturno encaminhada pela escola deverá conter, no mínimo:

- I. Nome da escola,
- II. Modalidade de Ensino,
- III. Turmas/Turnos para o desenvolvimento das atividades complementares;
- IV. Número de alunos mínimos para a formação das turmas;
- V. Relação de materiais necessários;
- VI. Carga horária total da atividade complementar, carga horária diária e carga horária semanal por aluno;
- VII. Conteúdos/Atividades propostos,
- VIII. Objetivos Gerais da escola e da atividade complementar,
- IX. Encaminhamentos Metodológicos,
- X. Perfil do Professor para atuar nessa ação;
- XI. Propostas de Avaliação,
- XII. Resultados Esperados para os alunos, escola e comunidade;
- XIII. Referências Bibliográficas.

§ 1º Só serão autorizados professores ou instrutores, após a aprovação da Secretaria Municipal de Educação no que se refere a proposta encaminhada pela unidade escolar.

§ 2º Após aprovada a proposta de atividade complementar, a Secretaria Municipal de Educação procederá ao registro da atividade no Sistema de Informação Escolar para que haja registro no histórico escolar do aluno e para emissão do diário de classe.

§ 3º Cada aluno poderá ser matriculado em até 3 atividades propostas pela escola, a qualquer momento do período letivo, de forma alternada ou concomitante desde que haja compatibilidade de horários;

§ 4º Caso a escola ofereça mais do que uma atividade complementar para a mesma etapa de ensino, existe a possibilidade de o aluno transitar de uma atividade para a outra, se for do interesse dele.

§ 5º No Histórico Escolar do aluno será registrado no campo Observações o total da carga horária cumprida no Programa no ano letivo, que será obtida somando-se a carga horária frequentada em cada atividade na qual esteve matriculado.

§ 6º A observação a ser apostilada no Histórico Escolar terá a seguinte redação: "O aluno cumpriu X horas no Programa de Atividades Complementares Curriculares em Contraturno, no ano letivo".

Art. 134 A Secretaria Municipal de Educação deve realizar acompanhamento pedagógico, monitorar e avaliar as Atividades Complementares Curriculares em Contraturno. Poderá ainda solicitar a qualquer tempo o cancelamento da atividade quando comprovadas irregularidades e o não cumprimento da legislação vigente.

Parágrafo único. Para solicitar o cancelamento da atividade, a escola deverá consultar a Associação de Pais e Professores e o Conselho Escolar, protocolar junto ao Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, ofício assinado pelo diretor e cópia da ata da reunião constando a justificativa da decisão.

Art. 135 O professor ou instrutor de cada atividade complementar curricular em contraturno deverá elaborar o seu planejamento, o qual deverá conter: conteúdo que será trabalhado, encaminhamentos metodológicos que serão adotados, recursos utilizados, procedimentos avaliativos e referências bibliográficas utilizadas pelo professor ou instrutor para elaboração de suas aulas.

§ 1º Ainda que não sejam atribuídas notas para estas atividades, é importante que o professor defina, anteriormente, expectativas de aprendizagens condizentes com o conteúdo trabalhado.

§ 2º As atividades complementares curriculares, bem como o

conteúdo a ser trabalhado devem constar no Projeto Político-Pedagógico e, portanto, na Proposta Pedagógica Curricular. Nesse sentido, é fundamental a atuação do Especialista em Assuntos Educacionais na realização da articulação entre os conteúdos curriculares e os conteúdos trabalhados nas atividades complementares.

Art. 136 A Rede Municipal de Ensino poderá ofertar educação em tempo integral, parcial ou com jornada ampliada desde que o Projeto Pedagógico seja previamente analisado e aprovado pelo Conselho Municipal de Educação.

## TÍTULO XI

### DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

#### SEÇÃO I

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 137 É dever do Sistema Municipal de Ensino, através da sua Secretaria Municipal da Educação e do seu Conselho Municipal de Educação tomar as providências para a devida organização da sua rede escolar.

Art. 138 O Ensino, nos diversos níveis e modalidades, será ministrado em estabelecimentos autorizados, existentes no município, sob critérios que assegurem a plena utilização de seus recursos materiais e humanos, locais e regionais.

Art. 139 Os estabelecimentos de ensino incluídos aqueles de educação e ensino informal serão mantidos no Sistema Municipal de Ensino, quando integrados à Rede Municipal de Ensino.

Art. 140 No Sistema Municipal de Ensino, considerar-se-á cada um dos estabelecimentos escolares, para efeito de relacionamento funcional, como unidade autônoma, ainda que legalmente subordinada à Rede Municipal de Ensino ou entidade mantenedora. Parágrafo único. O disposto no presente artigo não exime da responsabilidade legal da respectiva entidade mantenedora.

#### SEÇÃO II

#### DA INTEGRAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

Art. 141 Para que haja a efetiva integração dos estabelecimentos no Sistema Municipal, é indispensável a existência dos seguintes atos:

- I. Ato de Criação, de responsabilidade do Mantenedor, no caso a Prefeitura.
- II. Ato de Autorização de Funcionamento, de responsabilidade do Sistema de Ensino, através do Conselho Municipal de Educação.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, entende-se:

- a) Por ato de criação, o documento expresso e específico pelo qual o interessado cria o estabelecimento de ensino e manifesta a intenção de mantê-lo, sujeitando o seu funcionamento às disposições legais e normativas do Sistema Municipal de Ensino.
- b) Por ato de autorização de funcionamento o documento da autorização municipal competente, pelo qual o interessado é autorizado a pôr em funcionamento, por tempo determinado ou indeterminado o respectivo estabelecimento de ensino, independentemente de sua natureza, se de ensino ou educação formal ou informal, após inspeção e atendimento às normas legais.

Parágrafo único. O reconhecimento de níveis da educação básica e modalidades estão incluso no ato de autorização.

I. A autorização para a educação infantil e ensino fundamental será concedida pelo Conselho Municipal de Educação nos termos do art. 8º da Lei nº 9.394/96.

II. A autorização da modalidade educação de jovens e adultos, nos níveis de ensino fundamental, e da educação especial será concedida pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 142 É vedada a oferta da educação infantil, do ensino fundamental, da educação de jovens e adultos e da educação especial sem a devida autorização emitida pelo órgão competente.

Art. 143 O pedido para a autorização de funcionamento deverá ser instruído pelo Conselho Municipal de Educação, segundo normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação.

### SEÇÃO III DA CRIAÇÃO

Art. 144 A criação de estabelecimentos de ensino obedece aos seguintes preceitos:

- I. Os mantidos e administrados pelo Poder Público Municipal e são criados por atos do Poder Executivo Municipal;e
- II. Os mantidos por pessoas físicas ou jurídicas são criados na obediência à legislação específica no âmbito do direito civil e comercial.

### SEÇÃO IV DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO

Art. 145 A autorização de funcionamento dos estabelecimentos de Educação Básica, nos níveis de Educação Infantil e Ensino Fundamental ou, demais instituições do Sistema Municipal de Ensino, pertencentes à Rede Municipal serão atribuições do Sistema de Ensino, mediante avaliação do Conselho Municipal de Educação.

§ 1º Os pedidos de autorização para funcionamento de estabelecimento de Educação Infantil, mantidos pela iniciativa privada, deverão ser instruídos como pré-requisito com a documentação de sua criação.

§ 2º A criação de estabelecimento de Educação Infantil, mantido pela iniciativa privada, deverá atender as determinações especificadas pela Secretaria Municipal de Educação e aprovadas pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 146 A normatização relativa à criação, autorização de funcionamento, é competência do sistema de ensino, reservado ao Conselho Municipal de Educação e o Poder Legislativo a cooperação supletiva, para os casos omissos nesta matéria.

§ 1º O processo de solicitação de transformação da unidade escolar deverá ser protocolado no Conselho Municipal de Educação até o último dia útil do mês de setembro de cada ano.

§ 2º Demais orientações deverão ser emanadas pelo Conselho Municipal de Educação de Nova Trento.

Art. 147 A redução de turmas no âmbito das unidades escolares do Sistema Municipal de Ensino de Nova Trento terá sua autorização concedida pelo Conselho Municipal de Educação, desde que sejam observados:

- I. A Unidade Educacional conta com mais de uma turma do mesmo ano.
- II. A turma reduziu o número de alunos para menos de 15 (quinze) alunos.
- III. Não se registram matrículas nos 4 bimestres anteriores para a mesma turma.

§ 1º A redução pode ser temporária ou definitiva dependendo o fluxo de matrículas.

§ 2º Os professores de carreira serão automaticamente relatados em escolas da rede de ensino, conforme dispuser o Estatuto do Magistério, e os professores temporários atuando na vaga, serão dispensados.

§ 3º os critérios para a relação dos professores e a indicação da

condição permanente ou temporária serão definidos em documento próprio a ser elaborado pela Secretaria Municipal de Educação.

### TÍTULO XII DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SEÇÃO I DA DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR

Art.148 Considera-se documentação escolar o conjunto ordenado de papéis que documentam e comprovam o registro dos fatos relativos à vida escolar dos alunos e da instituição de ensino.

Art. 149 A secretaria da escola é o departamento que se encarrega da documentação escolar, dos arquivos, da correspondência e dos registros escolares, devendo organizá-lo de forma que possa ser consultado, com facilidade.

§ 1º Cada estabelecimento de ensino terá espaço físico adequado destinado aos serviços da secretaria e que seja um local de fácil acesso para melhor atendimento a todos os membros da comunidade escolar e local.

§ 2º Seu papel é o de proceder, segundo determinadas normas, ao registro:

- I. Da vida escolar dos alunos.
- II. Da vida funcional dos professores, dos técnicos e administrativos, bem como, demais servidores da unidade escolar.
- III. Dos fatos escolares.
- IV. Dos registros financeiros da escola e da Associação de Pais e Professores.
- V. Da organização legal do ensino e da educação.

Art. 150 O arquivamento de documentos escolares, das instituições de ensino, observará as seguintes modalidades:

- I. O próprio documento no original ou em fotocópia autenticada;
- II. Documentos em fotograma obtidos por microfilmagem;
- III. Gravados em arquivos de sistema computadorizado.

Art. 151 Quando o arquivamento obedecer ao inciso I do artigo anterior será organizado em duas modalidades:

- I. Arquivo Ativo, para pronta consulta e escrituração;
- II. Arquivo Passivo, quando concluída a escrituração pela conclusão de curso, transferência, trancamento de matrícula ou abandono do curso, encerramento do ano letivo.

Art. 152 O arquivamento microfilmado, ou gravado a partir de sistema computadorizado, pelo reduzido espaço que ocupa no arquivo, possibilita condições especiais de armazenamento e facilidade de consulta e reprodução será sempre da modalidade de Arquivo Ativo.

Art. 153 Sob a supervisão da Direção da Escola, a pessoa responsável pelo manuseio e reprodução dos documentos arquivados será do Secretário da Unidade Escolar, pessoalmente ou por pessoa habilitada, por ele autorizada.

Parágrafo único. O documento reproduzido, de preferência em suas cores originais, será autenticado pelo Secretário da Unidade, com o carimbo do órgão emissor do documento com o nome, cargo e registro do emitente, com a declaração: "Cópia de Xerox", "Cópia de Microfilme" ou "Cópia do Computador".

Art. 154 As provas parciais e os exames finais serão registrados em atas, com o nome do aluno, sua assinatura, a data de realização da prova ou exame, a disciplina, período e a avaliação em graus numéricos e alfabéticos por extenso, com a assinatura do professor, visadas pelo Coordenador Escolar, ou outra autoridade equivalente autorizada, e do Diretor da Unidade, reunidas as atas e organizadas por curso, período letivo e ano de realização da avaliação.



Art. 155 O Conselho Municipal de Educação, mediante prévia identificação do seu representante, terá acesso aos arquivos escolares para verificar a regularidade dos registros.

Art. 156 Os documentos de identificação pessoal, certificados militares e CPF serão registrados pelos seus números, órgão emissor e data de emissão, nos requerimentos de matrículas nas unidades escolares.

§ 1º Os documentos dos alunos serão transferidos para o arquivo passivo por motivo de conclusão de curso, transferência para outra unidade de ensino, trancamento de matrícula ou abandono de curso.

§ 2º Será fornecida pelo Secretário e visada pelo Diretor da Unidade, certidão ou cópia do documento arquivado, mediante requerimento do interessado ou órgão reconhecidamente legal.

Art. 157 Os livros de ata dos órgãos colegiados, textos de estatuto ou regimento, resoluções e normas regimentais, documentos dos servidores e demais documentos que possam ser encadernados ou arquivados em pastas, facilmente identificáveis não precisam passar pelo processo de microfilmagem ou computação, desde que possam ser localizados com facilidade.

Art.158 O estabelecimento de ensino regulamentará em seu regimento escolar demais formas de organização e manutenção da escrituração escolar e do arquivo.

Parágrafo único. A escrituração e o arquivamento dos documentos deverão assegurar, em qualquer tempo, a verificação:

- I. Da identidade de cada aluno;
- II. Da regularidade de seus estudos;
- III. Da autenticidade da vida escolar.

## SEÇÃO II

### DO REGISTRO, ESCRITURAÇÃO E ARQUIVOS ESCOLARES

Art.159 Os atos escolares serão escriturados, de acordo com a lei, em livros e formulários padronizados para efeito de registro, comunicação dos resultados e arquivamento.

Art.160 Os livros de escrituração escolar conterão termos de abertura e de encerramento.

Art.161 A autenticidade e certificação dos documentos e escrituração escolar se verificarão pela aposição da assinatura da Direção da unidade escolar, cabendo a responsabilidade por toda a escrituração e expedição de documentos escolares.

Art.162 São os seguintes os livros de registro e escrituração:

- I. Livro de atas de reuniões, exames e Conselhos de Classe;
- II. Livro de atas de incineração de documentos;
- III. Livros de expedição de Certificação;
- IV. Livros caixa;
- V. Livros de Atas do Conselho Escolar e APP;e
- VI. Livro Ponto e de Avisos.

## SEÇÃO III

### DA INCINERAÇÃO

Art. 163 Periodicamente, a Direção do estabelecimento, determinará a seleção dos documentos existentes no arquivo, a fim de serem excluídos os considerados sem relevância comprobatória.

Parágrafo único. Os documentos passíveis de incineração ou destruição serão especificados no regimento escolar, que indicará, também, a forma e o momento de fazê-lo.

Art. 164 Na oportunidade da incineração de documentos escolares deverão ser feitos registros competentes, mediante lavratura das respectivas atas.

Parágrafo único. Constarão, explicitamente, das atas de incineração a natureza e o número dos atos e/ou documentos, nomes dos antigos alunos, o ano letivo, a série/ano ou período, o grau e a modalidade de ensino a que se referem, bem como os outros dados que atualmente possam auxiliar na identificação dos documentos incinerados ou destruídos.

Art. 165 Lavradas as atas, podem ser incinerados os seguintes documentos escolares e escrituração:

- I. Diário de classe 05 (cinco) anos
- II. Planejamento didático-pedagógico a critério do estabelecimento de ensino
- III. Calendários escolares a critério do estabelecimento de ensino
- IV. Provas finais 01 (um) ano após a sua aplicação
- V. Ficha individual o tempo em que o aluno permanecer na instituição
- VI. Requerimento de matrícula 01 (um) ano
- VII. Guia de transferência recebida 01 (um) ano
- VIII. Requerimento de transferência 01 (um) ano

Art. 166 São documentos de guarda obrigatória:

- I. Referentes ao estabelecimento de ensino:
  - a) Atos de criação, autorização de funcionamento, reconhecimento, ampliação da oferta educacional,
  - b) Aprovação e/ou reformulação do regimento escolar e de matrizes curriculares,
  - c) Desativação de cursos, habilitações e/ou modalidades de ensino, etc.
  - d) Leis, pareceres, resoluções;
- II. Relativos ao corpo discente:
  - a) Livros de registro de matrículas, de expedição de certificados, de atas de reuniões, de atas de incineração de documentos, de atas de exames e processos especiais de avaliação, de registros de recuperações, de termos de visita de supervisores etc.
  - b) Relatórios finais, pasta individual de alunos, documentos onde são transcritos os dados de identificação do aluno (envelope, pasta, formulário, etc.),
  - c) Histórico escolar do aluno expedido pela escola de origem, no caso de aluno transferido;
  - d) Histórico escolar de aluno referente à(s) série/ano(s) ou período(s) cursado(s) no estabelecimento;
  - e) Cópia de certificado se for o caso;
  - f) Outros documentos que possam ter possibilitado o ingresso do aluno naquele estabelecimento de ensino, tais como pareceres do Conselho Municipal de Educação e,
  - g) Documentos relativos a estudos feitos no estrangeiro.

## SEÇÃO IV

### DA DESATIVAÇÃO DAS ATIVIDADES ESCOLARES

Art.167 Desativação é o ato pelo qual o Conselho Municipal de Educação determinará o encerramento, total ou parcial de unidade escolar e/ou curso autorizado, em observância da lei.

Art.168 O encerramento de atividades de estabelecimento de ensino, no seu todo ou em parte pode ocorrer:

- I. Por decisão expressa da entidade mantenedora;
- II. Por cassação da autorização de funcionamento, em ato expresso da autoridade competente, em qualquer tempo, ainda que de estabelecimento já credenciado e mesmo reconhecido.

Parágrafo único . Em qualquer dos casos:

- a) Deverão ser resguardados, rigorosamente, os direitos adquiridos dos alunos que em hipótese alguma, poderão ser prejudicados em seus estudos;

- b) Amplo direito de defesa deverá ser oportunizado à(s) entidade(s) mantenedora(s);
- c) O procedimento de cassação, ouvido o Conselho Municipal de Educação, será atribuição da Secretaria Municipal de Educação.
- d) Os recursos de que terão direito a(s) entidade(s) mantenedora(s) deverão ser encaminhados, em primeira instância, ao Conselho Municipal de Educação; e.
- e) Poderá haver recurso em segunda instância, ao Ministério Público, superado o primeiro recurso de parecer prévio denegatório.

## SEÇÃO V DOS PRÉDIOS ESCOLARES

Art. 169 Os prédios escolares deverão oferecer condições técnico-pedagógicas adequadas ao desenvolvimento integral do processo educativo.

Parágrafo único. A adequação técnico-pedagógica a que se refere este artigo abrangerá todas as dependências escolares necessárias ao atendimento dos corpos docente e discente, técnico-administrativo e da participação comunitária.

Art. 170 O Prédio Escolar é uma construção composta de salas de aula e demais dependências de apoio necessárias ao perfeito funcionamento da escola.

Art.171 A manutenção e conservação envolvem gastos com material, mão-de-obra, cronograma de execução e contrato com a empresa prestadora de serviço (se necessário), eleita nos termos da legislação vigente.

Art.172 Nos prédios escolares são obrigatórias instalações para o atendimento da recreação e da prática da educação física e, ainda assegurar condições de acesso e movimentação de portadores de deficiências físicas.

Parágrafo único. Para cumprimento do disposto neste artigo, os estabelecimentos de ensino e educação atenderão às normas expedidas pelo Conselho Municipal de Educação, e das normas emanadas dos órgãos de: higiene, segurança e saúde pública.

Art. 173 Caberá à Secretaria Municipal de Educação em relação à manutenção:

- I. Cooperar no controle e uso adequado do recurso, quando esse for encaminhado pelo poder municipal;
- II. Nos serviços de manutenção do tipo não programável – supervisionar a operacionalização dos serviços ou o desempenho da Associação de Pais e Professores e direção de escola, conforme o caso;
- III. Nos serviços de manutenção programável – supervisionar a operacionalização dos serviços da firma contratada ou definir o atendimento, emitindo a solicitação de serviços e supervisionar a operacionalização do serviço da firma contratada, conforme o caso.

Art. 174 Caberá à unidade escolar:

- I. Identificar a ação a ser executada;
- II. Reunir-se com a Associação de Pais e Professores/ Conselho Escolar e definir orçamento e plano de ação;
- III. Organizar ações para a fonte dos recursos;
- IV. Acompanhar a execução do serviço;
- V. Receber o material e/ou serviço; e
- VI. Informar a Secretaria Municipal de Educação qualquer irregularidade na execução do serviço.

## SEÇÃO VI DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE

Art. 175 O Sistema de Ensino de Nova Trento deverá organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a

valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos.

Parágrafo único. A acessibilidade deve ser assegurada mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliários – e nos transportes escolares, bem como as barreiras nas comunicações e informações.

Art. 176 Será responsabilidade do Sistema Municipal de ensino, efetivar a promoção de ações visando à articulação intersetorial na implementação das políticas públicas que garantam acessibilidade em todos os prédios escolares em prazo determinado em plano de trabalho específico.

## SEÇÃO VII DO ANO, DO SEMESTRE E DOS PERÍODOS LETIVOS

Art. 177 O ano, o semestre e os períodos letivos independem do ano civil.

Art. 178 Os estabelecimentos de ensino, independentemente do seu nível escolar, poderão funcionar entre os períodos letivos e de férias escolares, proporcionando:

- I. Cursos especiais da natureza suplementar aos ministrados durante o ano letivo;
- II. Atividades de recuperação para alunos que não tenham apreendido os conteúdos de aprendizagem, durante o ano letivo, ou para jovens e adultos em considerável atraso, proporcionando-lhes avanços úteis e até necessários;
- III. Suplementação de atividades escolares para acompanhamento de crianças, adolescentes, jovens e adultos com dificuldades psicossociais e ou de deficiências múltiplas;
- IV. Atendimento aos alunos de ensino fundamental, proporcionando-lhes aceleração, especialmente, para correção do avanço etário;
- V. Cursos de aperfeiçoamento dos Corpos Docente e Administrativo.

Parágrafo único. As direções dos estabelecimentos de ensino, que oferecerem atividades escolares nos períodos de férias, deverão atender a viabilidade do cumprimento do regime de trabalho dos seus professores e funcionários, em vista dos preceitos trabalhistas e legais correspondentes.

Art. 179 Os estabelecimentos de ensino, independentemente do nível de ensino, ou da modalidade e forma, adotados para encerrar o ano letivo e todas as atividades didático-pedagógicas deverão comprovar como efeito de regra comum:

- I. O cumprimento de no mínimo 200 dias letivo, correspondentes 800 horas de aula, de efetivo trabalho escolar; e
- II. O cumprimento integral dos conteúdos de aprendizagem mínimos previstos no respectivo projeto pedagógico.

§ 1º Pelo menos duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído atividades de planejamento, capacitação em serviço, dias de estudo, reuniões pedagógicas, conselhos de classe e exames finais, quando houver.

§ 2º Carga horária mínima anual de oitocentas horas, envolvendo a participação de docentes e educandos, excluído o tempo reservado a exames finais, quando houver.

§ 3º O calendário escolar será determinado pela Secretaria Municipal de Educação, aprovado pelo Conselho Municipal de Educação, garantirá a adequação às peculiaridades da comunidade a ser atendida, considerando os fatores climáticos e econômicos que envolvam o modo de vida das comunidades rurais ou urbanas, sem reduzir o número mínimo de horas de efetivo trabalho escolar dos educandos, previstos nesta Lei.

§ 4º Nos afastamentos legais do membro do magistério, em exercício na escola, o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas é de responsabilidade da respectiva unidade escolar.

§ 5º O não cumprimento do disposto neste artigo, submete a direção do estabelecimento de ensino, juntamente com os professores a atividades complementares até a satisfação plena do presente artigo.

### TÍTULO XIII

#### DA VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR

#### DA PROMOÇÃO E EXPEDIÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR

#### SEÇÃO I

#### DA AVALIAÇÃO ESCOLAR

Art.180 A verificação do rendimento escolar é da responsabilidade dos estabelecimentos de ensino, na forma do seu regimento interno e do projeto pedagógico compreendendo a avaliação do aproveitamento e da apuração da assiduidade, a partir das determinações da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Municipal da Educação.

Art.181 Na Rede Municipal de Educação do Município de Nova Trento a avaliação do processo de formação do aluno será processual, participativa, formativa, cumulativa, diagnóstica e redimensionadora da ação pedagógica, observado:

I. Avanços e dificuldades do aluno para redefinir a ação educativa;

II. Domínio da leitura, da escrita e do cálculo como fundamental para o processo de aprendizagem em todas as áreas;

III. Prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos do desempenho do aluno, devendo levar em consideração a sua formação nos aspectos cognitivo, biológico, cultural, psicológico, afetivo e social;

IV. Avanço de estudos, quando apresentar potencialidades e progressos, mediante verificação da aprendizagem;

V. Correção de fluxo, corrigindo distorções de idade e ano/etapa de escolaridade;

VI. Recuperação paralela e periódica com intervenção pedagógica e procedimentos didáticos específicos para o aluno com baixo e alto rendimento escolar; e

VII. Verificação do rendimento escolar e controle da frequência.

Parágrafo único. Os estabelecimentos de Educação Básica, observados e cumpridos os prazos mínimos estabelecidos na Legislação do Ensino e da Educação; e, regulamentado pelo Conselho Municipal de Educação, deverão proporcionar estudos de recuperação aos seus alunos, que demonstrem aproveitamento insuficiente, no decorrer do ano escolar e letivo, mediante programas e atividades especiais e respeitando os critérios de implantação dos Estudos de Recuperação, determinada pela Secretaria Municipal de Educação.

Art.182 O conselho de classe é um colegiado constituído por professor, aluno, direção e equipe técnica, e tem por objetivo o acompanhamento e avaliação do processo de ensino e da aprendizagem.

Parágrafo único. O conselho de classe deverá convocar os pais ou responsáveis pelo aluno, quando necessário.

Art. 183 Poderão ser adotados critérios que permitam avanços sucessivos dos alunos pela conjugação dos elementos de idade e rendimento escolar, de acordo com normas que o Conselho Municipal de Educação vier a estabelecer.

Parágrafo único. O Conselho Municipal da Educação deverá elaborar de instrumentos e procedimentos de observação, de acompanhamento contínuo, de registro e de reflexão permanente sobre o processo de ensino e aprendizagem.

Art. 184 A avaliação do aluno será continua, de forma global,

através da verificação da aprendizagem, em atividades realizadas dentro ou fora da sala de aula e através da apuração da frequência.

§ 1º Na avaliação dos alunos será dada maior ênfase aos resultados obtidos no decorrer do ano escolar que contará com a recuperação de estudos, aplicada a partir dos critérios estabelecidos nesta lei;

§ 2º Os estabelecimentos de ensino, ao fixarem em seus regimentos e projetos pedagógicos, os critérios para a verificação do rendimento escolar, deverão atender aos pressupostos básicos de avaliação, previsto na legislação superior e o disposto nesta Lei, com atenção especial para as condições do crescimento humano e das situações sociais dos alunos;

Art. 185 A concepção de avaliação, os instrumentos e critérios; o conceito, estratégias da recuperação paralela e procedimentos; e a avaliação do rendimento escolar da rede municipal de ensino, serão estabelecidos em comum acordo com os docentes, especialistas em assuntos educacionais, sob a coordenação da Secretaria Municipal da Educação, e aprovados pelo órgão competente.

Parágrafo único. A forma de expressar o resultado do rendimento escolar deverá ser previsto no Projeto Pedagógico e respectivo regimento escolar.

Art.186 Os estabelecimentos de ensino, ao fixarem em seus regimentos e projetos pedagógicos, os instrumentos e critérios para verificação do rendimento escolar, deverão atender aos pressupostos básicos de avaliação, previsto na legislação superior e ao dispositivo da lei, com atenção especial para as condições do crescimento humano e das situações sociais dos educandos.

Art.187 O Projeto Pedagógico deverá prever adequações curriculares e adoção de estratégias, recursos e procedimentos diferenciados, quando necessário, para a avaliação da aprendizagem dos alunos com deficiência, altas habilidades/superdotação, atendida regulamentação específica.

Art. 188 É facultado ao Sistema Municipal de Ensino a adoção da progressão - parcial (leia-se dependência) a partir do 6º (sexto) ano escolar, em até duas disciplinas da grade curricular.

Parágrafo único. O Conselho Municipal da Educação regulamentará a oferta de que trata o caput deste artigo.

Art. 189 O processo de promoção dos alunos, ao final de cada ano e na conclusão dos respectivos níveis de ensino, ficará na dependência de critérios estabelecidos por este Sistema Municipal de Ensino e será em todos os casos, um processo decorrente da competente avaliação do rendimento escolar, previsto também no projeto pedagógico e no respectivo regimento escolar.

Art. 190 Para que o aluno obtenha aprovação e conseqüente promoção, é necessário que tenha frequentado, pelo menos, 75 % (setenta e cinco) do total de horas da respectiva série e curso.

Art. 191 Na Educação Infantil, em Creches, Centros de Educação Infantil e Pré-Escolas, o processo de avaliação deverá incidir predominantemente sobre os aspectos físico, afetivo, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade, facultados os avanços progressivos, sem caráter de repetência. Parágrafo único. A avaliação em nível de Educação Infantil deverá ser realizada de acordo com o estabelecido no Projeto Pedagógico das unidades escolares, desde que se garanta que o registro contemple os diferentes aspectos do desenvolvimento e aprendizagem do aluno de acordo com sistema de informação específico.

Art. 192 No caso em que um aluno se vir impedido, por razões comprovadas, de cumprir o mínimo de frequência previsto na Lei

de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) poderá haver recurso ao Conselho Municipal de Educação.

Art. 193 Cabe ao Conselho Municipal de Educação aprovar a fixação das normas específicas para a regulamentação da matrícula, promoção e de transferências, asseguradas as peculiaridades do Sistema Municipal de Ensino e das unidades escolares.

Art. 194 Ficam instituídos exames classificatórios ou de equivalência para aqueles alunos que, não podendo comprovar escolaridade anterior, pretendam matricular-se em ano, exceto o primeiro do Ensino Fundamental.

§ 1º Os exames classificatórios de que trata o presente artigo, não poderão habilitar a matrícula além do 6º (sexto) ano do Ensino Fundamental.

§ 2º É competência do Conselho Municipal de Educação aprovar a regulamentação da forma e da extensão dos exames classificatórios, no Sistema Municipal de Ensino.

Art. 195 Comprovada a promoção do estudante, é competência dos estabelecimentos de ensino, uma vez credenciados ou reconhecidos, expedir a competente titulação, mediante certificados.

§ 1º Os estabelecimentos de ensino poderão expedir certificados de conclusão dos anos de escolaridade, lavrando o respectivo registro, garantida sua guarda e condição de arquivo.

§ 2º A autenticidade da documentação escolar expedida, é da estrita responsabilidade da direção dos estabelecimentos de ensino.

## SEÇÃO II DA RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS

Art. 196 A recuperação de estudos é um processo obrigatório de atendimento especial ao aluno cuja aprendizagem não se realizou de maneira satisfatória, conforme determinações da lei de diretrizes e bases.

Art. 197 A recuperação de estudos deverá constituir um conjunto especial integrado ao processo ensino-aprendizagem, além de se adequar às dificuldades do aluno ao longo do período letivo.

Art. 198 A recuperação de estudos no decorrer do período letivo destina-se a corrigir as deficiências que persistam após a aplicação de verificação do conhecimento, para os casos de baixo rendimento escolar.

Parágrafo único. Os estabelecimentos de ensino deverão oferecer recuperação paralela, durante o período letivo de maneira contínua, prevista no calendário escolar, com fundamentação legal na LDB nº 9.394/96, Art. 24 – Inciso V, e em conformidade com o artigo 183 desta lei.

## TÍTULO XIV DO PESSOAL EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SEÇÃO I DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Art. 199 Consideram-se profissionais da educação escolar, no Sistema Municipal de Ensino, os profissionais que exercem atividades de docência e os que oferecem suporte técnico-pedagógico e administrativo a essas atividades, incluídas as de gestão, planejamento, supervisão, orientação e coordenação pedagógica, e sido formados em cursos reconhecidos, são:

I. Professores habilitados em nível médio – modalidade magistério ou superior para a docência na educação infantil e no ensino fundamental;

II. Trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão

e orientação educacional, bem como títulos de mestrado ou doutorado nas diversas áreas;

III. Trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim.

Parágrafo único. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção da unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico.

## SEÇÃO II DA ADMISSÃO

Art. 200 Nas instituições da rede pública, a admissão do pessoal técnico-administrativo e pedagógico será feito por concurso público, regulamentado pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O pessoal docente, técnico-administrativo e pedagógico será lotado na Secretaria Municipal de Educação e/ou nas unidades escolares de acordo com legislação municipal específica.

§ 2º Em situações de falta de profissionais habilitados para as diversas atividades e funções, a administração oficial do Município poderá compor o quadro do Corpo Técnico-Administrativo e Pedagógico, para os seus estabelecimentos, em caráter temporário, por contrato e de profissionais em formação de nível superior através de competente processo seletivo.

Art. 201 Nas instituições da rede privada de ensino para a Educação Infantil a que se refere à competência do Município, a admissão obedecerá às disposições do seu regimento e ou estatuto, ressalvado o que, sobre a matéria, dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sob o TÍTULO VI - "Dos Profissionais da Educação".

Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diversas etapas e modalidades da educação básica, é obtida em cursos e estabelecimentos de ensino ajustados às finalidades terão como fundamentos:

I. A presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;

II. A associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;

III. O aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades.

## SEÇÃO III DA FORMAÇÃO

Art. 202 A formação de docente para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal (Art. 62 Lei nº 9394/96).

§ 1º O Município, em regime de colaboração, deverá promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério.

§ 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a



distância.

§ 3º A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação à distância.

§ 4º O Município adotará mecanismos facilitadores de acesso e permanência em cursos de formação de docentes em nível de pós-graduação para atuar na educação básica pública, regulamentada em Lei Própria.

Art. 203 A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional, conforme preconiza o artigo 64 da Lei de diretrizes e bases da educação nacional.

#### SEÇÃO IV DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Art. 204 A formação continuada, entendida como aperfeiçoamento e atualização profissional, faz parte da valorização dos profissionais do magistério e da educação e deverá ser assegurada nos termos dos estatutos e planos de carreira do magistério público.

Art. 205 A formação continuada, direito e dever dos profissionais do magistério e da educação, terá a definição, o apoio, o planejamento e a coordenação geral do órgão executivo do Sistema Municipal de Ensino.

§ 1º O Poder Público proporcionará o acesso à formação continuada a todo o seu quadro de profissionais em atividade na educação de forma rotativa, priorizando as áreas mais necessitadas.

§ 2º Os profissionais do magistério e da educação integrantes da Rede Pública Municipal de Ensino que frequentam programas de formação continuada, fora dos programas oficiais ou conveniada, deverão ter seus títulos avaliados por comissão especial, se utilizados para progresso de carreira.

§ 3º Cabe às instituições executoras expedir a titulação correspondente.

Art. 206 A Formação Continuada realizada em instituições da rede privada, suposto o credenciamento e ou reconhecimento, e sua titulação por elas expedido, tem idêntico valor à da Rede Pública Municipal de Ensino e sua validade é nacional.

Art. 207 A formação dos profissionais a que se refere o inciso III do art. 200 desta lei far-se-á por meio de cursos de conteúdo técnico-pedagógico, em nível médio ou superior, incluindo habilitações tecnológicas.

Parágrafo único. Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput deste artigo, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação.

#### SEÇÃO V DA VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO E DA EDUCAÇÃO

Art. 208 O Sistema Municipal de Ensino, promoverá a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos do estatuto e do plano de carreira do magistério público:

I. Ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II. Oferta de aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licença periódica e remunerado para esse fim, conforme regulamentação própria;

III. Piso salarial profissional;

IV. Estatuto e Plano de Carreira definidos em lei própria;

V. Progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

VI. Condições adequadas de trabalho ao exercício profissional nas instituições educacionais do sistema de ensino e atualização constante quanto à relação teoria/prática em estudos e pesquisas; e

VII. Período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga horária de trabalho, com percentual especificado na legislação própria.

Parágrafo único. A efetiva experiência no Magistério de, no mínimo 3 (três) anos é pré-requisito para o exercício de quaisquer outras funções de Magistério ou atividades técnicas em estabelecimento de ensino nos termos das normas do sistema vigente.

Art. 209 As unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino, já existentes, e as que forem criadas deverão estabelecer o quadro dos seus profissionais de magistério e educação, cujas vagas serão preenchidas por concurso público de provas e títulos.

#### TÍTULO XV DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO E DA EDUCAÇÃO QUE ATUAM NAS UNIDADES ESCOLARES

Art. 210 Os serviços de docência e apoio técnico-pedagógico para o acompanhamento da ação educativa e didático-pedagógica dos estabelecimentos de ensino, integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Nova Trento, ao nível da Educação Básica, serão feitos harmonicamente, mediante os seguintes serviços:

I. Direção de Escola

II. Direção Adjunta

III. Direção de Centro de Educação Infantil

IV. Secretário Escolar

V. Coordenador Escolar

VI. Psicopedagogo

VII. Professores

VIII. Atendente de Creche

IX. Auxiliar de Educação Especial

X. Instrutor de Informática

Parágrafo único. Os deveres e atribuições dos profissionais do magistério e da educação que atuam nas unidades escolares serão definidas em lei própria.

#### TÍTULO XVI DOS RECURSOS FINANCEIROS E A FORMA DE SUA APLICAÇÃO SEÇÃO I DA ORIGEM DOS RECURSOS

Art. 211 São recursos públicos destinados à educação os originários de:

I. Receita de impostos próprios do Estado e do Município;

II. Receita de transferências constitucionais e outras transferências;

III. Receita do Salário-Educação e de outras contribuições sociais;

IV. Receita de incentivos fiscais;

V. Outros recursos previstos em lei;

VI. Produto das aplicações financeiras das disponibilidades dos recursos públicos destinados à educação.

#### SEÇÃO II DA DESTINAÇÃO

Art. 212 O Município aplicará, anualmente, nunca menos de 25% (vinte e cinco por cento) ou o que constar na Constituição Estadual

e da Lei Orgânica do Município, resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público, na Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Art. 213 Para a manutenção e o desenvolvimento do ensino serão realizadas despesas em vista da consecução de objetivos básicos de instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam à:

- I. Remuneração e aperfeiçoamento de pessoal docente e técnico-administrativo;
- II. Aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;
- III. Uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;
- IV. Levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas, visando principalmente ao aprimoramento da qualidade e para a expansão do ensino;
- V. Realização de atividades-meio necessária ao funcionamento do Sistema Municipal de Ensino;
- VI. Concessão de bolsas de estudo e de trabalho à alunos em escolas públicas e privadas e para estas últimas, respeitando o disposto sob o artigo 213 da Constituição Federal;
- VII. Aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

Art. 214 Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:

- I. Pesquisas, quando não vinculadas às instituições de ensino, ou, quando efetivamente fora do Sistema Municipal de Ensino de que não visem ao aprimoramento da qualidade do ensino ou à sua expansão;
- II. Subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;
- III. Formação de quadros especiais para a administração pública ou privada, militares ou civis, inclusive, diplomáticas;
- IV. Programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutico-psicológica, e outras formas de assistência social;
- V. Obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar; e
- VI. Pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividades alheias à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 215 A Secretaria Municipal de Educação participará da elaboração do Plano Plurianual, das leis de diretrizes orçamentárias e das leis orçamentárias anuais, cabendo-lhe definir a destinação dos recursos vinculados e outros que forem reservados para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Educação participará das discussões da proposta orçamentária e acompanhará a sua execução, zelando pelo cumprimento dos dispositivos legais.

Art. 216 A Secretaria Municipal de Educação é a gestora dos recursos financeiros destinados à respectiva área, sendo responsável, juntamente com as autoridades competentes do Município, pela sua correta aplicação.

Art. 217 Cabe à Secretaria Municipal de Educação autorizar, de acordo com a lei específica, os repasses a serem feitos diretamente às escolas municipais, acompanhando e orientando sua correta aplicação.

Art. 218 Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos às escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, nos termos previstos no artigo 213 da Constituição Federal.

## TÍTULO XVII DO REGIME DE COLABORAÇÃO

Art. 219 Poder Público Municipal, com a cooperação do Estado e assistência da União, desenvolverá através do órgão executivo da educação, em ação articulada, formas de colaboração para assegurar, a universalização de 4 (quatro) anos a 16 (dezesesseis) anos de idade do ensino obrigatório:

- I. Formulação de políticas e planos educacionais, e repartição das matrículas no ensino fundamental;
  - II. Recenseamento e chamada pública da população para o ensino fundamental e controle da frequência dos alunos;
  - III. Definição de padrões mínimos de qualidade do ensino, avaliação institucional, organização da educação básica, proposta de padrão referencial de currículo e elaboração do calendário escolar;
  - IV. Valorização e formação dos recursos humanos da educação;
  - V. Expansão e utilização da rede escolar de educação básica;
  - VI. Programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação, uniforme escolar e assistência à saúde.
- Parágrafo único. A colaboração de que trata este artigo, deve garantir a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada esfera.

Art. 220 O Sistema Municipal de Ensino buscará atuar em articulação com o Sistema Nacional e Estadual na elaboração de normas complementares, com vistas à unidade normativa, respeitadas as peculiaridades das redes de ensino dos respectivos sistemas.

Art. 221 O Poder Público Municipal estabelecerá colaboração com outros municípios, inclusive por meio de consórcios, visando qualificar a educação pública de sua responsabilidade.

## TÍTULO XVIII DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 222 O número mínimo e máximo de alunos em salas de Educação Infantil e Ensino Fundamental será definido na Campanha de Matrícula pela Secretaria Municipal de Educação, a cada final de ano letivo para aplicação no letivo subsequente.

Art. 223 As instituições de educação infantil, municipais e particulares diante da presente lei, terão o prazo máximo de 1 (um) ano, a contar da publicação desta lei, para procederem a sua integração no respectivo Sistema Municipal de Ensino.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto neste artigo, os estabelecimentos de educação infantil, deverão solicitar, em processo próprio a Secretaria Municipal de Educação e a quem compete regularmente à matéria e sua vinculação ao Sistema Municipal de Ensino.

Art. 224 Os estabelecimentos de educação e ensino, respeitado o que sobre a matéria dispõe a Lei e Diretrizes e Bases da Educação Nacional, terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a publicação desta lei, para adaptarem seus estatutos e regimentos escolares, a legislação da educação e do ensino nacional e desta lei; bem como, a regulamentação e normas específicas editadas pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 225 A falta de material ou de uniforme escolar, quando este for exigido, não constituirá impedimento para que o aluno possa participar das atividades escolares nas escolas da Rede Pública Municipal de Ensino, observadas as normas dos respectivos regimentos.

Art. 226 Caberá aos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade, e zelar pela frequência escolar, punida a inobservância na forma da lei.



Art. 227 Os filhos de profissionais cuja atividade seja itinerante, terão assegurado a transferência da matrícula de seus filhos e a consequentemente vaga nas escolas mantidas pelo Poder Público Municipal, independentemente, do nível ou modalidade conforme sua idade e progresso escolar.

Parágrafo único. A matrícula de que trata o presente artigo será garantida em qualquer época do ano letivo, independente de vaga na Rede Pública Municipal de Ensino.

Art. 228 Os estabelecimentos de ensino somente poderão efetuar matrícula de aluno estrangeiro, quando a situação de permanência de seus pais ou responsáveis ou do respectivo aluno, maior de idade, estiver devidamente legalizada pela autoridade competente do país.

Art. 229 Cabe ao Conselho Municipal de Educação em cooperação com a Secretaria Municipal Educação, fixar os critérios de aproveitamento de estudos realizados em regimes diversos aos previstos na presente lei.

Art. 230 Os estabelecimentos de ensino e educação submetidos às disposições da presente Lei são aqueles definidos no artigo 22 desta lei, observadas, primordialmente, as diretrizes constantes da Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Art. 231 Ficam automaticamente ajustadas, quanto à nomenclatura as disposições da legislação anterior a vigência da presente lei.

Art. 232. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 233 Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as leis nº. 1.795/2001 e 2.283/2008.

Nova Trento/SC 30 de setembro de 2015.

Josemar Guilherme Franzoi  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário M. Administração e Finanças

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL FMS Nº 003/2015 - PR Nº 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 003/2015

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 001/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 001/2015

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 30/09/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DE CONSUMO, PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.

CONTRATADO: NOAL & TREVISOL LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 208,90 (Duzentos e oito reais e noventa centavos)

DATA: 30/09/2015 – DIRCEU MEZOMO - Secretario De Saúde E Promoção Social/Gestor Fms.

# Orleans

## PREFEITURA

### CHAMAMENTO

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO EM SUSSTITUIÇÃO A SERVIDOR AFASTADO EM AUXILIO DOENÇA DE ACORDO COM PROCESSO SELETIVO Nº006/2015, mediante o qual fica CONVOCADO (a), para nomeação, o(a) candidato(a) aprovado(a) no Processo Seletivo nº 006/2015, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 12h30min às 18h30min, no prazo de 05 dias, munidos de todos os documentos constantes do Edital de Processo Seletivo nº006/2015 (disponível no sitio eletrônico: [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br), ciente de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Edital de Processo Seletivo nº 006/2015, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 3886-0128, com o servidor Ariel Alberton.

NOME	CARGO	EM SUBSTITUIÇÃO AO SERVIDOR EM AXULIO DOENÇA	CH
DENISE ROSSETTI ZOMER	AGENTE COMUNITARIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA – MICRO AREA 02 – UNIDADE SANTO ANTONIO	LAURECI LUCIO	40 HS
ELIANA DALMAGRO	TECNICO DE ENFERMAGEM SOCORRISTA	ROSANE LEITE SOUZA	12 horas(doze) ininterruptas por 36 de Descanso

Orleans, 30 de setembro de 2015.  
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito de Orleans

### PREGÃO PRESENCIAL FMS 42/2015

FMS DE ORLEANS  
PROCESSO Nº 42/2015 FMS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 42/2015 FMS (REGISTRO DE PREÇO)  
Tipo: Menor Preço/Item  
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA.  
Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 15/10/2015 às 14h:30min.  
Abertura das Propostas: dia 15/10/2015, às 15h00min.  
Fundamento legal: Leis Federais 8.666/93 consolidada e 10.520/2002.

Orleans - SC, 29 de setembro de 2015.  
ANA REGINA ZOMER  
Secretária de Saúde

## Ouro Verde

## PREFEITURA

## RREO 4 BIMESTRE

## Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

## ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	13.350.000,00	13.350.000,00	2.834.844,87	21,23	9.306.532,43	69,71	4.043.467,57
RECEITAS CORRENTES	12.696.500,00	12.696.500,00	1.870.184,20	14,73	7.618.013,69	60,00	5.078.486,31
RECEITA TRIBUTÁRIA	373.330,88	373.330,88	164.992,65	44,19	361.576,09	96,85	11.754,79
Impostos	345.586,00	345.586,00	163.808,58	47,40	342.906,12	99,22	2.679,88
Taxas	26.744,88	26.744,88	1.184,07	4,43	18.669,97	69,81	8.074,91
Contribuição de Melhoria	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	45.463,53	45.463,53	11.270,85	24,79	39.720,97	87,37	5.742,56
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Contribuição de Iluminação Pública	43.463,53	43.463,53	11.270,85	25,93	39.720,97	91,39	3.742,56
RECEITA PATRIMONIAL	53.900,00	53.900,00	23.161,63	42,97	97.022,09	180,00	-43.122,09
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	53.900,00	53.900,00	23.161,63	42,97	97.022,09	180,00	-43.122,09
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	22.495,32	22.495,32	251,20	1,12	1.661,54	7,39	20.833,78
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	22.495,32	22.495,32	251,20	1,12	1.661,54	7,39	20.833,78
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	48.977,80	48.977,80	1.264,00	2,58	5.167,67	10,55	43.810,13
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.054.772,57	12.054.772,57	1.647.569,00	13,67	7.058.721,68	58,56	4.996.050,89
Transferências Intergovernamentais	11.932.030,04	11.932.030,04	1.647.569,00	13,81	6.995.288,63	58,63	4.936.741,41
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	122.742,53	122.742,53	0,00	0,00	63.433,05	51,68	59.309,48
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 3

## Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

## ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)	Em Reais						
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	97.559,90	97.559,90	21.674,87	22,22	54.143,65	55,50	43.416,25
Multas e Juros de Mora	14.750,00	14.750,00	1.449,25	9,83	4.996,66	33,88	9.753,34
Indenizações e Restituições	31.100,00	31.100,00	0,00	0,00	1.750,56	5,63	29.349,44
Receita da Dívida Ativa	6.709,90	6.709,90	1.134,00	16,90	2.505,22	37,34	4.204,68
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	45.000,00	45.000,00	19.091,62	42,43	44.891,21	99,76	108,79
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>653.500,00</b>	<b>653.500,00</b>	<b>964.660,67</b>	<b>147,61</b>	<b>1.688.518,74</b>	<b>258,38</b>	<b>-1.035.018,74</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	66.400,96	0,00	-66.400,96
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	66.400,96	0,00	-66.400,96
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	21.500,00	21.500,00	0,00	0,00	14.350,00	66,74	7.150,00
Alienação de Bens Móveis	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00	14.350,00	89,69	1.650,00
Alienação de Bens Imóveis	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	632.000,00	632.000,00	964.660,67	152,64	1.607.767,78	254,39	-975.767,78
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instit. Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	632.000,00	632.000,00	964.660,67	152,64	1.607.767,78	254,39	-975.767,78
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integração do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Ativa Prov. da Amortiz. Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>13.350.000,00</b>	<b>13.350.000,00</b>	<b>2.834.844,87</b>	<b>21,23</b>	<b>9.306.532,43</b>	<b>69,71</b>	<b>4.043.467,57</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>13.350.000,00</b>	<b>13.350.000,00</b>	<b>2.834.844,87</b>	<b>21,23</b>	<b>9.306.532,43</b>	<b>69,71</b>	<b>4.043.467,57</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>-----</b>	<b>-----</b>	<b>-----</b>	<b>-----</b>	<b>-----</b>	<b>-----</b>	<b>-----</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>13.350.000,00</b>	<b>13.350.000,00</b>	<b>2.834.844,87</b>	<b>21,23</b>	<b>9.306.532,43</b>	<b>69,71</b>	<b>4.043.467,57</b>

Continua 2 / 3

## Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

## ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

Em Reais

SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para créditos adicionais)

Superávit Financeiro

Reabertura de Créditos Adicionais

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	SALDO (i) = (e-h)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>13.350.000,00</b>	<b>15.966.386,40</b>	<b>1.808.083,32</b>	<b>9.376.553,55</b>	<b>6.589.832,85</b>	<b>1.953.801,27</b>	<b>8.463.809,88</b>	<b>7.997.147,02</b>	<b>7.502.576,52</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>11.383.751,18</b>	<b>11.960.907,62</b>	<b>1.734.168,53</b>	<b>8.182.817,11</b>	<b>3.778.090,51</b>	<b>1.865.645,87</b>	<b>7.290.799,22</b>	<b>6.825.471,36</b>	<b>4.670.108,40</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.535.740,02	6.550.601,53	1.023.461,70	4.260.527,87	2.290.073,66	1.023.461,70	4.260.527,87	4.037.006,87	2.290.073,66
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	163.680,00	163.680,00	15.346,93	50.258,72	113.421,28	6.379,62	40.520,22	40.520,22	123.159,78
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.684.331,16	5.246.626,09	695.359,90	3.872.030,52	1.374.595,57	835.804,55	2.989.751,13	2.747.944,27	2.256.874,96
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.961.248,82</b>	<b>4.000.478,78</b>	<b>73.914,79</b>	<b>1.193.736,44</b>	<b>2.806.742,34</b>	<b>88.155,40</b>	<b>1.173.010,66</b>	<b>1.171.675,66</b>	<b>2.827.468,12</b>
INVESTIMENTOS	1.104.848,82	3.164.078,78	15.317,83	864.270,33	2.299.808,45	11.036,30	851.538,50	850.203,50	2.312.540,28
INVERSÕES FINANCEIRAS	71.000,00	51.000,00	0,00	0,00	51.000,00	0,00	0,00	0,00	51.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	785.400,00	785.400,00	58.596,96	329.466,11	455.933,89	77.119,10	321.472,16	321.472,16	463.927,84
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>13.350.000,00</b>	<b>15.966.386,40</b>	<b>1.808.083,32</b>	<b>9.376.553,55</b>	<b>6.589.832,85</b>	<b>1.953.801,27</b>	<b>8.463.809,88</b>	<b>7.997.147,02</b>	<b>7.502.576,52</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>13.350.000,00</b>	<b>15.966.386,40</b>	<b>1.808.083,32</b>	<b>9.376.553,55</b>	<b>6.589.832,85</b>	<b>1.953.801,27</b>	<b>8.463.809,88</b>	<b>7.997.147,02</b>	<b>7.502.576,52</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>-----</b>	<b>-----</b>	<b>-----</b>	<b>-----</b>	<b>-----</b>	<b>-----</b>	<b>842.722,55</b>	<b>-----</b>	<b>-----</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>13.350.000,00</b>	<b>15.966.386,40</b>	<b>1.808.083,32</b>	<b>9.376.553,55</b>	<b>6.589.832,85</b>	<b>1.953.801,27</b>	<b>9.306.532,43</b>	<b>7.997.147,02</b>	<b>6.699.853,97</b>

FONTE: Sistema e-Pública (1491-2610-270). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 30/09/2015 e hora de emissão: 09:25.



**RREO 4 BIMESTRE ANEXO II****Município de Ouro Verde**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
 Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o bimestre (b)	%(b/total b)		No Bimestre	Até o bimestre (d)	%(d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.350.000,00	15.966.386,40	1.808.083,32	9.376.553,55	100,00	6.589.832,85	1.953.801,27	8.463.809,88	100,00	7.502.576,52
LEGISLATIVA	838.585,00	838.585,00	118.736,92	456.970,91	4,87	381.614,09	118.736,92	456.970,91	5,40	381.614,09
Ação Legislativa	838.585,00	838.585,00	118.736,92	456.970,91	4,87	381.614,09	118.736,92	456.970,91	5,40	381.614,09
ADMINISTRAÇÃO	2.602.017,76	2.425.017,76	248.325,98	1.530.889,45	16,33	894.128,31	334.200,76	1.230.358,30	14,54	1.194.659,46
Administração Geral	2.602.017,76	2.425.017,76	248.325,98	1.530.889,45	16,33	894.128,31	334.200,76	1.230.358,30	14,54	1.194.659,46
SEGURANÇA PÚBLICA	12.600,00	33.599,39	1.874,80	14.789,37	0,16	18.810,02	1.782,73	14.629,37	0,17	18.970,02
Policimento	11.600,00	21.327,75	1.874,80	3.517,73	0,04	17.810,02	1.782,73	3.357,73	0,04	17.970,02
Defesa Civil	1.000,00	12.271,64	0,00	11.271,64	0,12	1.000,00	0,00	11.271,64	0,13	1.000,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	937.630,54	1.437.810,13	157.067,77	813.572,31	8,68	624.237,82	200.966,06	752.621,08	8,89	685.189,05
Assistência à Criança e ao Adolescente	20.000,00	20.000,00	0,00	1.653,00	0,02	18.347,00	0,00	1.653,00	0,02	18.347,00
Assistência Comunitária	917.630,54	1.417.810,13	157.067,77	811.919,31	8,66	605.890,82	200.966,06	750.968,08	8,87	666.842,05
SAÚDE	2.591.977,79	2.799.132,80	391.895,01	1.976.219,05	21,08	822.913,75	374.407,03	1.655.966,90	19,57	1.143.165,90
Atenção Básica	2.539.329,79	2.742.132,05	386.777,37	1.966.463,71	20,97	775.668,34	373.238,51	1.651.186,67	19,51	1.090.945,38
Vigilância Sanitária	22.824,00	26.913,51	1.134,12	1.283,91	0,01	25.629,60	1.010,00	1.159,79	0,01	25.753,72
Vigilância Epidemiológica	22.824,00	23.087,24	3.983,52	8.471,43	0,09	14.615,81	158,52	3.620,44	0,04	19.466,80
Alimentação e Nutrição	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
EDUCAÇÃO	2.599.914,72	2.727.432,58	385.678,41	1.458.413,37	15,55	1.269.019,21	349.508,18	1.369.988,24	16,19	1.357.444,34
Alimentação e Nutrição	56.100,00	57.700,47	6.618,79	26.260,69	0,28	31.439,78	5.441,27	22.734,96	0,27	34.965,51
Ensino Fundamental	2.363.549,79	2.407.786,54	336.458,34	1.237.861,74	13,20	1.169.924,80	308.838,28	1.170.437,15	13,83	1.237.349,39
Ensino Médio	16.000,00	16.000,00	-200,00	1.000,00	0,01	15.000,00	200,00	600,00	0,01	15.400,00
Ensino Superior	15.000,00	35.000,00	11.600,00	26.500,00	0,28	8.500,00	4.500,00	15.000,00	0,18	20.000,00
Educação Infantil	127.264,93	199.445,57	31.201,28	166.790,94	1,78	32.654,63	30.528,63	161.216,13	1,90	38.229,44
Educação de Jovens e Adultos	11.000,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Educação Especial	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
CULTURA	58.000,00	58.000,00	22.443,00	25.943,00	0,28	32.057,00	10.918,00	10.918,00	0,13	47.082,00
Diffusão Cultural	58.000,00	58.000,00	22.443,00	25.943,00	0,28	32.057,00	10.918,00	10.918,00	0,13	47.082,00
URBANISMO	657.769,19	680.544,49	65.390,48	337.567,64	3,60	342.976,85	76.728,29	288.594,29	3,41	391.950,20
Infra-Estrutura Urbana	90.475,00	137.700,88	11.412,83	58.267,83	0,62	79.433,05	0,00	46.855,00	0,55	90.845,88
Serviços Urbanos	567.294,19	542.843,61	53.977,65	279.299,81	2,98	263.543,80	76.728,29	241.739,29	2,86	301.104,32
HABITAÇÃO	90.000,00	90.000,00	13.750,97	49.335,27	0,53	40.664,73	13.750,97	49.335,27	0,58	40.664,73
Habituação Urbana	90.000,00	90.000,00	13.750,97	49.335,27	0,53	40.664,73	13.750,97	49.335,27	0,58	40.664,73
SANEAMENTO	70.000,00	1.677.767,78	0,00	671.851,52	7,17	1.005.916,26	0,00	671.851,52	7,94	1.005.916,26
Saneamento Básico Urbano	70.000,00	1.677.767,78	0,00	671.851,52	7,17	1.005.916,26	0,00	671.851,52	7,94	1.005.916,26

1 / 3

## Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
GESTÃO AMBIENTAL	201.000,00	201.000,00	44.521,46	183.791,65	1,96	17.208,35	52.441,46	183.791,65	2,17	17.208,35
Preservação e Conservação Ambiental	201.000,00	201.000,00	44.521,46	183.791,65	1,96	17.208,35	52.441,46	183.791,65	2,17	17.208,35
AGRICULTURA	702.000,00	722.000,00	78.558,64	431.978,80	4,61	290.021,20	86.116,75	412.991,50	4,88	309.008,50
Extensão Rural	702.000,00	722.000,00	78.558,64	431.978,80	4,61	290.021,20	86.116,75	412.991,50	4,88	309.008,50
INDÚSTRIA	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Promoção Industrial	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
TRANSPORTE	878.600,00	1.165.591,47	215.932,10	923.949,37	9,85	241.642,10	251.192,19	912.515,74	10,78	253.075,73
Transporte Rodoviário	878.600,00	1.165.591,47	215.932,10	923.949,37	9,85	241.642,10	251.192,19	912.515,74	10,78	253.075,73
DESPORTO E LAZER	97.825,00	97.825,00	2.192,70	48.560,21	0,52	49.264,79	8.215,67	35.928,07	0,42	61.896,93
Desporto Comunitário	97.825,00	97.825,00	2.192,70	48.560,21	0,52	49.264,79	8.215,67	35.928,07	0,42	61.896,93
ENCARGOS ESPECIAIS	1.004.080,00	1.004.080,00	61.715,08	452.721,63	4,83	551.358,37	74.836,26	417.349,04	4,93	586.730,96
Serviço da Dívida Interna	784.080,00	784.080,00	61.715,08	298.163,90	3,18	485.916,10	61.715,08	298.163,81	3,52	485.916,19
Outros Encargos Especiais	220.000,00	220.000,00	0,00	154.557,73	1,65	65.442,27	13.121,18	119.185,23	1,41	100.814,77
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Reserva de Contingência	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>13.350.000,00</b>	<b>15.966.386,40</b>	<b>1.808.083,32</b>	<b>9.376.553,55</b>	<b>100,00</b>	<b>6.589.832,85</b>	<b>1.953.801,27</b>	<b>8.463.809,88</b>	<b>100,00</b>	<b>7.502.576,52</b>

Continua 2 / 3

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Continuação

Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1468-1016-098). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 30/09/2015 e hora de emissão: 10:19.

**RREO 4 BIMESTRE ANEXO III****Município de Ouro Verde**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**RECEITA CORRENTE LÍQUIDA****ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

**R\$ 1,00**

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses						
	Setembro/2014	Outubro/2014	Novembro/2014	Dezembro/2014	Janeiro/2015	Fevereiro/2015	Março/2015
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	1.112.387,89	990.267,86	2.118.119,54	1.429.941,23	1.273.979,77	1.759.089,61	344.751,07
Receita Tributária	126.975,61	30.914,63	101.298,15	67.880,76	21.217,15	26.131,65	21.718,78
IPTU	12.263,08	369,80	177,34	405,94	0,00	0,00	0,00
ISS	10.577,80	4.863,54	29.859,89	24.620,26	16.273,35	13.875,93	12.942,07
ITR	47.917,33	25.473,20	31.487,76	17.574,06	4.942,80	1.497,20	5.240,00
IRRF	55.840,45	0,00	39.768,96	24.430,78	0,00	119,70	0,00
Outras Receitas Tributárias	376,95	208,09	4,20	849,72	0,00	10.638,82	3.536,71
Receitas de Contribuições	3.604,70	4.316,25	4.238,14	4.599,45	4.673,09	4.119,92	4.201,40
Receita Patrimonial	11.290,65	11.923,24	9.527,53	14.213,38	13.486,04	11.325,13	15.949,47
Receita Agropecuária	512,47	333,46	279,06	141,00	94,60	112,32	251,20
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	80,60	0,00	600,00	0,00	0,00	2.820,80	214,60
Transferências Correntes	960.021,66	939.645,76	1.996.860,89	1.335.231,33	1.229.973,88	1.714.139,62	301.330,37
Cota-Parte FPM	393.082,94	371.503,84	491.732,86	540.132,51	599.335,67	611.805,61	445.610,52
Cota-Parte do ICMS	352.339,01	363.251,73	400.764,65	386.025,03	393.837,98	350.960,61	352.466,30
Cota-Parte do IPVA	16.067,53	17.092,75	10.012,16	5.648,24	6.233,19	12.791,90	22.189,35
Cota-Parte do ITR	3.903,31	19.191,79	764,42	426,39	200,29	0,00	474,23
Transferências da LC 87/1996	1.466,72	1.466,72	1.466,72	2.933,44	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	5.181,90	5.527,95	6.347,74	6.263,38	8.216,69	4.888,40	4.795,33
Transferências do FUNDEB	61.705,52	64.470,20	67.307,35	66.872,94	64.147,30	59.267,31	57.799,93
Outras Transferências Correntes	126.304,73	97.140,78	1.018.464,99	326.929,40	158.002,76	674.425,79	-582.005,29
Outras Receitas Correntes	9.902,20	3.134,52	5.315,77	7.874,41	4.533,01	440,17	1.085,25
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	154.402,07	155.606,79	182.217,54	188.285,60	201.564,57	196.089,10	165.106,94
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	154.402,07	155.606,79	182.217,54	188.285,60	201.564,57	196.089,10	165.106,94
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)</b>	957.985,82	834.661,07	1.935.902,00	1.241.655,63	1.072.415,20	1.563.000,51	179.644,13

**Município de Ouro Verde**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**RECEITA CORRENTE LÍQUIDA****ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

**R\$ 1,00**

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses						
	Abril/2015	Maior/2015	Junho/2015	Julho/2015	Agosto/2015	Total Últimos 12 Meses	Previsão atualizada 2015
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	1.106.581,50	1.176.335,23	1.201.073,03	1.141.319,60	1.040.825,19	14.694.671,52	15.167.155,23
Receita Tributária	33.518,66	16.880,59	77.116,61	110.839,13	54.153,52	688.645,24	373.330,88
IPTU	0,00	0,00	0,00	40.711,01	11.519,11	65.446,28	51.840,02
ISS	17.634,67	16.442,22	10.857,63	12.626,97	5.537,46	176.111,79	96.067,75
ITBI	13.460,40	0,00	12.774,60	36.633,08	36.245,74	233.247,17	72.797,39
IRRF	0,00	0,00	53.035,97	20.249,81	285,40	193.731,07	124.880,84
Outras Receitas Tributárias	2.423,59	438,37	448,41	618,26	565,81	20.108,93	27.744,88
Receitas de Contribuições	5.011,10	4.875,56	5.569,05	5.736,00	5.534,85	56.479,51	45.463,53
Receita Patrimonial	13.114,67	11.512,60	8.470,55	10.615,02	12.546,61	143.976,89	53.900,00
Receita Agropecuária	326,56	123,60	502,06	25,12	226,08	2.928,43	22.495,32
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	410,27	50,00	408,00	325,00	939,00	5.848,27	48.977,80
Transferências Correntes	1.050.425,72	1.136.193,70	1.093.070,11	1.007.848,43	951.681,16	13.716.422,63	14.525.427,80
Cota-Parte FPM	480.931,82	591.411,98	514.588,39	381.036,57	445.648,92	5.866.821,63	7.100.000,00
Cota-Parte do ICMS	378.885,12	358.521,84	343.577,92	346.851,53	333.187,30	4.360.659,02	5.020.000,00
Cota-Parte do IPVA	24.032,85	19.351,09	18.036,97	20.644,91	18.316,83	190.417,77	190.000,00
Cota-Parte do ITR	804,79	12,65	864,60	222,31	635,89	27.500,67	24.095,55
Transferências da LC 87/1996	5.998,97	1.499,74	1.499,74	1.499,74	1.499,74	19.331,53	19.181,37
Transferências da LC 61/1989	5.022,38	5.665,80	5.396,69	4.971,45	5.289,84	67.547,55	62.754,40
Transferências do FUNDEB	62.543,93	63.119,71	59.972,95	57.419,66	59.021,50	743.648,30	729.627,37
Outras Transferências Correntes	92.205,86	96.610,89	149.132,85	195.202,26	88.081,14	2.440.496,16	1.379.769,11
Outras Receitas Correntes	3.774,52	6.699,18	15.936,65	5.930,90	15.743,97	80.370,55	97.559,90
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	179.134,98	195.292,47	176.792,66	151.045,07	160.915,52	2.106.453,31	2.470.655,23
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	179.134,98	195.292,47	176.792,66	151.045,07	160.915,52	2.106.453,31	2.470.655,23
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)</b>	927.446,52	981.042,76	1.024.280,37	990.274,53	879.909,67	12.588.218,21	12.696.500,00

FONTE: Sistema e-Pública (1892-9176-627). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 30/09/2015 e hora de emissão: 10:23.

**RREO 4 BIMESTRE ANEXO IV 1****Município de Ouro Verde**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
PLANO PREVIDENCIÁRIO****ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)

Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RECEITAS PREV. RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuição dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREV. RPPS (INTRA-ORÇAM) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREV. RPPS (III)=(I+II)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev. do RPPS para a RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREV. RPPS (INTRA-ORÇAM) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREV. RPPS (VI)=(IV+V)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII)=(III-VI)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 3



**Município de Ouro Verde**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
PLANO PREVIDENCIÁRIO****ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)

**Em Reais**

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR		APORTES REALIZADOS					
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						0,00	
Plano Financeiro						0,00	
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00	
Recursos para Formação de Reserva						0,00	
Outros Aportes para o RPPS						0,00	
Plano Previdenciário						0,00	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00	
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00	
Outros Aportes para o RPPS						0,00	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS					PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor					0,00		
BENS E DIREITOS DO RPPS				PERÍODO DE REFERÊNCIA			
				2015	2014		
Caixa				0,00	0,00		
Bancos Conta Movimento				0,00	0,00		
Investimentos				0,00	0,00		
Outros Bens e Direitos				0,00	0,00		
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
				Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014		
RECEITAS CORRENTES (VIII)		0,00	0,00	0,00	0,00		
Receita de Contribuições		0,00	0,00	0,00	0,00		
Patronal		0,00	0,00	0,00	0,00		
Pessoal Civil		0,00	0,00	0,00	0,00		
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00		
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00		
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00		
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00	0,00		
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00		
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00		
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00		
Para Cobertura Déficit Atuarial		0,00	0,00	0,00	0,00		
Em Regime de Débitos e Parcelamentos		0,00	0,00	0,00	0,00		
Receita Patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00		
Receita de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE CAPITAL (IX)		0,00	0,00	0,00	0,00		
Alienação de Bens		0,00	0,00	0,00	0,00		
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL RECEITAS PREV INTRA-ORÇAM - RPPS (XI)=(VIII+IX-X)		0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
ADMINISTRAÇÃO (XII)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 3

**Município de Ouro Verde**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
PLANO PREVIDENCIÁRIO****ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

						Continuação
RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)						<b>Em Reais</b>
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREV. INTRA-ORÇAM - RPPS (XIII)=(XII)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1831-4641-665). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 30/09/2015 e hora de emissão: 10:24.

**RREO 4 BIMESTRE ANEXO IV 2****Município de Ouro Verde**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
PLANO PREVIDENCIÁRIO****ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)

Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RECEITAS PREV. RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuição dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREV. RPPS (INTRA-ORÇAM) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREV. RPPS (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev. do RPPS para a RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREV. RPPS (INTRA-ORÇAM) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV. RPPS (VI)=(IV+V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII)=(III-VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 3

**Município de Ouro Verde**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
PLANO PREVIDENCIÁRIO****ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)

**Em Reais**

<b>APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR</b>		<b>APORTES REALIZADOS</b>	
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS		0,00	
Plano Financeiro		0,00	
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras		0,00	
Recursos para Formação de Reserva		0,00	
Outros Aportes para o RPPS		0,00	
Plano Previdenciário		0,00	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro		0,00	
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial		0,00	
Outros Aportes para o RPPS		0,00	
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>		<b>PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	
Valor		0,00	
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>		<b>PERÍODO DE REFERÊNCIA</b>	
		<b>2015</b>	<b>2014</b>
Caixa		0,00	0,00
Bancos Conta Movimento		0,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00
Outros Bens e Direitos		0,00	0,00
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS</b>		<b>PREVISÃO INICIAL</b>	
		<b>PREVISÃO ATUALIZADA</b>	
		<b>RECEITAS REALIZADAS</b>	
		<b>Até o Bimestre 2015</b>	<b>Até o Bimestre 2014</b>
RECEITAS CORRENTES (VIII)		0,00	0,00
Receita de Contribuições		0,00	0,00
Patronal		0,00	0,00
Pessoal Civil		0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00
Pessoal Militar		0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00
Para Cobertura Déficit Atuarial		0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos		0,00	0,00
Receita Patrimonial		0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)		0,00	0,00
Alienação de Bens		0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00
<b>TOTAL RECEITAS PREV INTRA-ORÇAM - RPPS (XI)=(VIII+IX-X)</b>		0,00	0,00
<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS</b>		<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>	
		<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA</b>	
		<b>DESPESAS EMPENHADAS</b>	
		<b>Até o Bimestre 2015</b>	<b>Até o Bimestre 2014</b>
		<b>Até o Bimestre 2015</b>	<b>Até o Bimestre 2014</b>
ADMINISTRAÇÃO (XII)		0,00	0,00

Continua 2 / 3

**Município de Ouro Verde**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
PLANO PREVIDENCIÁRIO****ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

						Continuação
RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)						<b>Em Reais</b>
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREV. INTRA-ORÇAM - RPPS (XIII)=(XII)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1654-4925-128). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 30/09/2015 e hora de emissão: 10:25.

**RREO 4 BIMESTRE ANEXO VI****Município de Ouro Verde****RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RESULTADO PRIMÁRIO****ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)		Em Reais	
		RECEITAS REALIZADAS	
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	12.642.600,00	7.520.991,60	7.481.432,35
Receitas Tributárias	373.330,88	361.576,09	223.007,00
IPTU	51.840,02	52.230,12	36.228,61
ISS	96.067,75	106.190,30	53.072,59
ITBI	72.797,39	110.794,82	109.538,04
IRRF	124.880,84	73.690,88	5.626,45
Outras Receitas Tributárias	27.744,88	18.669,97	18.141,31
Receitas de Contribuições	45.463,53	39.720,97	27.246,67
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	45.463,53	39.720,97	27.246,67
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	53.900,00	97.022,09	60.229,26
(-) Aplicações Financeiras	53.900,00	97.022,09	60.229,26
Transferências Correntes	12.054.772,57	7.058.721,68	7.169.391,11
FPM	5.680.000,00	3.256.295,81	2.832.911,06
ICMS	4.016.000,00	2.286.631,66	2.118.216,47
Convênios	122.742,53	63.433,05	942.579,89
Outras Transferências Correntes	2.236.030,04	1.452.361,16	1.275.683,69
Demais Receitas Correntes	169.033,02	60.972,86	61.787,57
Dívida Ativa	6.709,90	2.505,22	4.171,12
Diversas Receitas Correntes	162.323,12	58.467,64	57.616,45
RECEITAS DE CAPITAL (II)	653.500,00	1.688.518,74	672.266,56
Operações de Crédito (III)	0,00	66.400,96	20.319,39
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	21.500,00	14.350,00	184.714,47
Transferência de Capital	632.000,00	1.607.767,78	467.232,70
Convênios	632.000,00	1.607.767,78	467.232,70
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	632.000,00	1.607.767,78	467.232,70
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>13.274.600,00</b>	<b>9.128.759,38</b>	<b>7.948.665,05</b>

1 / 2



**Município de Ouro Verde**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**RESULTADO PRIMÁRIO****ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

Em Reais

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	11.960.907,62	8.182.817,11	6.235.680,79	7.290.799,22	6.235.680,79
Pessoal e Encargos Sociais	6.550.601,53	4.260.527,87	3.770.301,86	4.260.527,87	3.770.301,86
Juros e Encargos da Dívida (IX)	163.680,00	50.258,72	51.701,50	40.520,22	51.701,50
Outras Despesas Correntes	5.246.626,09	3.872.030,52	2.413.677,43	2.989.751,13	2.413.677,43
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	11.797.227,62	8.132.558,39	6.183.979,29	7.250.279,00	6.183.979,29
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	4.000.478,78	1.193.736,44	1.089.402,31	1.173.010,66	1.089.402,31
Investimentos	3.164.078,78	864.270,33	702.418,55	851.538,50	702.418,55
Inversões Financeiras	51.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	-----	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquis. Títulos Capital já Integralizado (XIII)	-----	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	-----	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	785.400,00	329.466,11	386.983,76	321.472,16	386.983,76
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.215.078,78	864.270,33	702.418,55	851.538,50	702.418,55
Reserva de Contingência (XVI)	5.000,00	-----	-----	-----	-----
Reserva RPPS (XVII)	0,00	-----	-----	-----	-----
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	15.017.306,40	8.996.828,72	6.886.397,84	8.101.817,50	6.886.397,84
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	-1.742.706,40	131.930,66	1.062.267,21	1.026.941,88	1.062.267,21
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-----	0,00	0,00	445.401,33	0,00

**DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL****VALOR CORRENTE**

Meta de resultado primário fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência

872.280,00

FONTE: Sistema e-Pública (2209-9883-375). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 30/09/2015 e hora de emissão: 10:27.

**RREO 4 BIMESTRE ANEXO X****Município de Ouro Verde**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE  
 PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**  
 Período de referência: Janeiro a Setembro 2015

RREO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

**R\$ 1,00**

<b>EXERCÍCIO</b>	<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)</b>	<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)</b>	<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)</b>	<b>SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)</b>
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 2

**Município de Ouro Verde**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE  
PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**  
Período de referência: Janeiro a Setembro 2015

					Continuação
RREO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)					<b>R\$ 1,00</b>
2064	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1874-6307-900). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 30/09/2015 e hora de emissão: 10:32.

**RREO 4 BIMESTRE ANEXO XI****Município de Ouro Verde**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

							Em Reais
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS					SALDO A REALIZAR
	(a)	(b)					(c) = (a - b)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00						0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00						0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00						0,00

  

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR	SALDO A PAGAR
	(d)			(e)		(f)	(g) = (d - e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

  

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2014 (h)	2015 (I) = (Ib - (IIe + IIff))					SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIj)
VALOR (III)	0,00						0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1444-8498-486). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 30/09/2015 e hora de emissão: 10:32.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

« Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

« Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

**RREO 4 BIMESTRE ANEXO XII****Município de Ouro Verde**

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

**R\$ 1,00**

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)×100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	353.245,90	353.245,90	346.025,24	97,96
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	51.840,02	51.840,02	52.230,12	100,75
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	72.797,39	72.797,39	110.794,82	152,20
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	96.067,75	96.067,75	106.190,30	110,54
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	124.880,84	124.880,84	73.690,88	59,01
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.000,00	2.000,00	574,09	28,70
Dívida Ativa dos Impostos	4.509,90	4.509,90	2.180,95	48,36
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	1.150,00	1.150,00	364,08	31,66
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	12.416.031,32	12.416.031,32	7.129.714,44	57,42
Cota-parte FPM	7.100.000,00	7.100.000,00	4.070.369,48	57,33
Cota-parte ITR	24.095,55	24.095,55	3.214,76	13,34
Cota-parte IPVA	190.000,00	190.000,00	141.597,09	74,52
Cota-parte ICMS	5.020.000,00	5.020.000,00	2.858.288,60	56,94
Cota-parte do IPI - Exportação	62.754,40	62.754,40	44.246,58	70,51
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	19.181,37	19.181,37	11.997,93	62,55
Desoneração ICMS (LC 87/96)	19.181,37	19.181,37	11.997,93	62,55
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>12.769.277,22</b>	<b>12.769.277,22</b>	<b>7.475.739,68</b>	<b>58,54</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)×100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	1.090.576,74	1.090.576,74	618.214,31	56,69
Provenientes da União	490.712,56	490.712,56	392.324,05	79,95
Provenientes dos Estados	52.800,00	52.800,00	39.877,64	75,53
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	547.064,18	547.064,18	186.012,62	34,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	66.400,96	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>1.090.576,74</b>	<b>1.090.576,74</b>	<b>684.615,27</b>	<b>62,78</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PRECRESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)×100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)×100	
DESPESAS CORRENTES	2.250.977,79	2.350.849,57	1.693.579,22	72,04	1.382.070,93	58,79	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.240.020,61	1.260.094,44	828.930,57	65,78	828.930,57	65,78	0,00
Juros e Encargos da Dívida	33.000,00	33.000,00	20.228,81	61,30	10.490,31	31,79	0,00
Outras Despesas Correntes	977.957,18	1.057.755,13	844.419,84	79,83	542.650,05	51,30	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	197.000,00	304.283,23	179.021,08	58,83	170.277,22	55,96	0,00
Investimentos	65.000,00	172.283,23	117.688,96	68,31	116.938,96	67,88	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	132.000,00	132.000,00	61.332,12	46,46	53.338,26	40,41	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>2.447.977,79</b>	<b>2.655.132,80</b>	<b>1.872.600,30</b>	<b>70,53</b>	<b>1.552.348,15</b>	<b>58,47</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PRECRESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	540.712,56	747.867,57	483.024,34	25,79	413.597,64	0,00	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	535.712,56	666.034,34	406.266,73	21,70	336.840,03	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	66.395,58	66.395,58	3,55	66.395,58	0,00	0,00

1 / 3

## Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

Outros Recursos	5.000,00	15.437,65	10.362,03	0,55	10.362,03	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA <sup>1</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS <sup>2</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES <sup>3</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	547.712,56	754.867,57	483.024,34	25,79	413.597,64	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	1.900.265,23	1.900.265,23	1.389.575,96	74,21	1.138.750,51	73,36	0,00

**PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%<sup>4 e 5</sup>** **15,23**

**VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]<sup>6</sup>** **17.389,56**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em Exercícios Anteriores a 2011 (Somatório)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2011	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores a 2011 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
<b>Total (VIII)</b>	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2012	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2011	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2010	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores a 2010 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
<b>Total (IX)</b>	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x100	
Atenção Básica	2.395.329,79	2.598.132,05	1.862.844,96	99,48	1.547.567,92	99,69	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 3



**Município de Ouro Verde**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE****ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

**R\$ 1,00**

Vigilância Sanitária	22.824,00	26.913,51	1.283,91	0,07	1.159,79	0,07	0,00
Vigilância Epidemiológica	22.824,00	23.087,24	8.471,43	0,45	3.620,44	0,23	0,00
Alimentação e Nutrição	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>2.447.977,79</b>	<b>2.655.132,80</b>	<b>1.872.600,30</b>	<b>100,00</b>	<b>1.552.348,15</b>	<b>100,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE: Sistema e-Pública (1936-9655-414). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 30/09/2015 e hora de emissão: 10:33.

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[VI(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$ .

RREO 4 BIMESTRE ANEXO XIII

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22,25 e 28) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31/12/2014 (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		Saldo Total (c) = (a+b)							
		No bimestre	Até o bimestre(b)								
TOTAL DE ATIVOS											
Direitos Futuros											
Ativos Contabilizados na SPE											
Contrapartida para Provisões de PPP											
TOTAL DE PASSIVOS(I)											
Obrigações Não Relacionadas a Serviços											
Contrapartida para Ativos da SPE											
Provisões de PPP											
GARANTIAS DE PPP(II)											
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP(III)=(I-II)											
PASSIVOS CONTINGENTES											
Contraprestações Futuras											
Riscos Não Provisionados											
Outros Passivos Contingentes											
ATIVOS CONTINGENTES											
Serviços Futuros											
Outros Ativos Contingentes											
DESPESAS DE PPP	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Do Ente Federado (IV)											
Das Estadais Não-dependentes											
TOTAL DAS DESPESAS											
RECEITAS CORRENTES LÍQUIDA(RCL)(V)											
TOTAL DAS RECEITAS/RCL(%)(VI)=(IV)/(V)											

FONTE: Sistema e-Pública (1563-9839-788). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 30/09/2015 e hora de emissão: 10:35.

**RREO 4 BIMESTRE ANEXO XIV****Município de Ouro Verde**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

LRF, Art. 48 – Anexo 14

Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		13.350.000,00		
Previsão Atualizada		13.350.000,00		
Receitas Realizadas		9.306.532,43		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados por Créditos Adicionais)		445.401,33		
DESPESAS				
Dotação Inicial		13.350.000,00		
Créditos Adicionais		2.616.386,40		
Dotação Atualizada		15.966.386,40		
Despesas Empenhadas		9.376.553,55		
Despesas Liquidadas		8.463.809,88		
Despesas Pagas		7.997.147,02		
Superávit Orçamentário		842.722,55		
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		9.376.553,55		
Despesas Liquidadas		8.463.809,88		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		12.588.218,21		
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		43.638,01	-777.490,75	-1.781,68
Resultado Primário		872.280,00	1.026.941,88	117,73
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	451.493,00	0,00	451.493,00	0,00
Poder Executivo	451.493,00	0,00	451.493,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	973.469,74	0,00	804.837,07	168.632,67
Poder Executivo	973.469,74	0,00	804.837,07	168.632,67
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.424.962,74	0,00	1.256.330,07	168.632,67
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de impostos em MDE		2.017.219,07	25,00	26,98
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		471.344,76	60,00	97,16
Complementação da União ao FUNDEB		0,00	10,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		1.138.750,51	15,00	15,23
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor Apurado no Exercício Corrente		
Total das Despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE: Sistema e-Pública (1317-3316-171). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 30/09/2015 e hora de emissão: 10:36.

1 Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

**RREO 4 BIMESTRE IX****Município de Ouro Verde**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL****ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015

RREO - ANEXO 9 (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)

Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>66.400,96</b>			<b>-66.400,96</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	3.855.588,03	1.853.292,69	1.417.695,06	435.597,63	2.002.295,34
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)</b>	<b>3.855.588,03</b>	<b>1.853.292,69</b>	<b>1.417.695,06</b>	<b>435.597,63</b>	<b>2.002.295,34</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>(a - d)</b>	<b>(b - e)</b>	-	-	<b>(c - f)</b>
	<b>-3.855.588,03</b>	<b>-1.786.891,73</b>			<b>-2.068.696,30</b>

FONTE: Sistema e-Pública (2093-1103-847). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 30/09/2015 e hora de emissão: 10:31.

Notas:

\*: &lt;Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III&gt;

**RREO 4 BIMESTRE V****Município de Ouro Verde**

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**RESULTADO NOMINAL****ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 05 (LRF, Art. 53, inciso III)

**R\$ 1,00**

<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</b>	<b>SALDO</b>		
	Em 31/12/2014 (a)	Bimestre Anterior (b)	Bimestre Atual (c)
Dívida Consolidada (I)	1.000.427,43	822.475,33	745.356,23
Deduções(II)	1.676.102,43	1.438.691,67	2.198.521,98
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.127.595,43	1.426.590,90	2.190.454,80
Demais Haveres Financeiros	0,00	12.100,77	8.067,18
( - ) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	451.493,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida (III = I - II)	-675.675,00	-616.216,34	-1.453.165,75
Receita Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
<b>Dívida Fiscal Líquida (VI = III + IV - V)</b>	<b>-675.675,00</b>	<b>-616.216,34</b>	<b>-1.453.165,75</b>
<b>RESULTADO NOMINAL</b>	<b>PERÍODO REFERÊNCIA</b>		
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)	
VALOR	-836.949,41	-777.490,75	
<b>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</b>			<b>VALOR CORRENTE</b>
Meta de resultado nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência			43.638,01

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</b>	<b>SALDO</b>		
	Em 31/12/2014	Bimestre Anterior	Bimestre Atual
Dívida consolidada previdenciária (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
Deduções (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
( - ) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
Dívida consolidada líquida previdenciária (IX = VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00
<b>Dívida Fiscal Líquida Previdenciária (XI = IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE: Sistema e-Pública (1907-0514-667). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 30/09/2015 e hora de emissão: 10:26.

RREO 4 BIMESTRE VII

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

Em Reais

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (a + b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	451.493,00	451.493,00	0,00	0,00	0,00	973.469,74	804.837,07	804.837,07	0,00	168.632,67	168.632,67
EXECUTIVO												
Fundo Municipal de Saúde de Ouro Verde	0,00	548,00	548,00	0,00	0,00	0,00	150.297,04	74.363,42	74.363,42	0,00	75.933,62	75.933,62
Município de Ouro Verde	0,00	450.945,00	450.945,00	0,00	0,00	0,00	823.172,70	730.473,65	730.473,65	0,00	92.699,05	92.699,05
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	451.493,00	451.493,00	0,00	0,00	0,00	973.469,74	804.837,07	804.837,07	0,00	168.632,67	168.632,67

FORNTE: Sistema e-Pública (1997-0690-700). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 30/09/2015 e hora de emissão: 10:29.



**RREO 4 BIMESTRE VIII****Município de Ouro Verde**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

**R\$ 1,00**

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100
1-Receita de impostos	353.245,90	353.245,90	346.025,24	97,96
1.1-Receita resultante do IPTU	55.760,76	55.760,76	55.227,69	99,04
1.1.1-IPTU	51.840,02	51.840,02	52.230,12	100,75
1.1.2-Multas, Juros e outros encargos do IPTU	1.000,00	1.000,00	505,09	50,51
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	1.920,74	1.920,74	2.128,40	110,81
1.1.4-Multas, juros, Outros encargos Dívida Ativa do IPTU	1.000,00	1.000,00	364,08	36,41
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2-Receita resultante do ITBI	72.797,39	72.797,39	110.794,82	152,20
1.2.1-ITBI	72.797,39	72.797,39	110.794,82	152,20
1.2.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3-Receita resultante do ISS	99.806,91	99.806,91	106.311,85	106,52
1.3.1-ISS	96.067,75	96.067,75	106.190,30	110,54
1.3.2-Multas, Juros e Outros encargos do ISS	1.000,00	1.000,00	69,00	6,90
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	2.589,16	2.589,16	52,55	2,03
1.3.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ISS	150,00	150,00	0,00	0,00
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4-Receita resultante do IRRF	124.880,84	124.880,84	73.690,88	59,01
1.4.1-IRRF	124.880,84	124.880,84	73.690,88	59,01
1.4.2-Multas, Juros e Outros encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5-Receita resultante do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1-ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2-Receitas de transferências constitucionais e legais	12.416.031,32	12.416.031,32	7.129.714,44	57,42
2.1-Cota Parte FPM	7.100.000,00	7.100.000,00	4.070.369,48	57,33
2.1.1-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea b	7.100.000,00	7.100.000,00	4.070.369,48	57,33
2.1.2-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2-Cota Parte ICMS	5.020.000,00	5.020.000,00	2.858.288,60	56,94
2.3-ICMS Desoner. L.C. nº 87/96	19.181,37	19.181,37	11.997,93	62,55
2.4-Cota Parte IPI-Exportação	62.754,40	62.754,40	44.246,58	70,51
2.5-Cota-Parte ITR	24.095,55	24.095,55	3.214,76	13,34
2.6-Cota-Parte IPVA	190.000,00	190.000,00	141.597,09	74,52
2.7-Cota-Parte IOF-Outro	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)</b>	<b>12.769.277,22</b>	<b>12.769.277,22</b>	<b>7.475.739,68</b>	<b>58,54</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100
4-Receita da aplicação financeira de outros recursos de impostos vinculados ao ensino	0,00	0,00	0,00	0,00
5-Transferências do FNDE	148.300,00	148.300,00	164.477,68	110,91
5.1-Transferências do Salário-Educação	66.000,00	66.000,00	67.553,93	102,35
5.2-Transferências Diretas - PDDE	1.000,00	1.000,00	420,00	42,00
5.3-Transferências Diretas - PNAE	31.000,00	31.000,00	7.656,00	24,70

1 / 4

## Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

## ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

5.4-Transferências Diretas - PNATE	36.000,00	36.000,00	88.210,16	245,03
5.5-Outras transferências do FNDE	9.900,00	9.900,00	0,00	0,00
5.6-Aplicações financeiras de recursos do FNDE	4.400,00	4.400,00	637,59	14,49
6-Transferências de convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1-Transferências de convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2-Aplicações financeiras dos recursos de convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
7-Receita de Operações de créditos	0,00	0,00	66.400,96	0,00
8-Outras receitas para financiamentos do ensino	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>9-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO (4+5+6+7+8)</b>	<b>148.300,00</b>	<b>148.300,00</b>	<b>230.878,64</b>	<b>155,68</b>

## FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c = (b/a)x100
10-Receitas destinadas ao FUNDEB	2.470.655,23	2.470.655,23	1.425.941,31	57,72
10.1-Cota Parte FPM (20% de 2.1.1)	1.420.000,00	1.420.000,00	814.073,67	57,33
10.2-Cota Parte ICMS (20% de 2.2)	1.004.000,00	1.004.000,00	571.656,94	56,94
10.3-ICMS Desoneração (20% de 2.3)	3.836,20	3.836,20	2.399,55	62,55
10.4-Cota Parte IPI-Exportação (20% de 2.4)	0,00	0,00	8.849,34	0,00
10.5-Cota Parte ITR ou ITR destinado Fundeb (20% de (1.5 + 2.5))	4.819,03	4.819,03	642,91	13,34
10.6-Cota-Parte IPVA (20% de 2.6)	38.000,00	38.000,00	28.318,90	74,52
11-Receitas recebidas do FUNDEB	731.827,37	731.827,37	485.099,38	66,29
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	729.627,37	729.627,37	483.292,29	66,24
11.2-Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3-Receita de Aplicação Financ. Recursos do FUNDEB	2.200,00	2.200,00	1.807,09	82,14
<b>12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-1.741.027,86</b>	<b>-1.741.027,86</b>	<b>-942.649,02</b>	<b>54,14</b>

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			Até o bimestre (e)	% f=(e/d)x100	Até o bimestre (g)	% h=(g/d)x100	
13-PAGTO PROFISSIONAIS MAGISTÉRIO	731.827,37	731.827,37	471.344,76	64,41	471.344,76	64,41	0,00
13.1-Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2-Com Ensino Fundamental	731.827,37	731.827,37	471.344,76	64,41	471.344,76	64,41	0,00
14-OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1-Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2-Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)</b>	<b>731.827,37</b>	<b>731.827,37</b>	<b>471.344,76</b>	<b>64,41</b>	<b>471.344,76</b>	<b>64,41</b>	<b>0,00</b>
<b>DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB</b>							<b>Valor</b>
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS SEM DISPON. FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							0,00
16.1- FUNDEB 60%							0,00
16.2- FUNDEB 40%							0,00
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							2.787,68
17.1- FUNDEB 60%							0,00
17.2- FUNDEB 40%							2.787,68
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							2.787,68
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18) <sup>1</sup>							468.557,08
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							97,16
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							-0,57
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100- (19.1 +19.2)) %							3,41
<b>CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE</b>							<b>Valor</b>
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							2.787,68
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 <sup>2</sup>							2.787,68

Continua 2 / 4

## Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB								
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS					
			Até o Bimestre (b)		% c= (b/a)x100			
22-Impostos e transf. destinadas à MDE (25% de 3) <sup>3</sup>	3.192.319,30	3.192.319,30	1.868.934,92		58,54			
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
			Até o Bimestre (e)	% f= (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h=(g/d)x100		
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	125.764,93	125.764,93	94.610,30	75,23	89.035,49	70,80	0,00	
23.1-Creche	125.764,93	125.764,93	94.610,30	75,23	89.035,49	70,80	0,00	
23.1.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.1.2-Custeadas com outros recursos de impostos	125.764,93	125.764,93	94.610,30	75,23	89.035,49	70,80	0,00	
23.2-Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.2.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.2.2-Custeadas com outros recursos de impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
24-ENSINO FUNDAMENTAL	1.532.807,26	1.543.307,26	1.054.205,29	68,31	990.129,33	64,16	0,00	
24.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	731.827,37	731.827,37	471.344,76	64,41	471.344,76	64,41	0,00	
24.2-Custeadas com outros recursos de impostos	800.979,89	811.479,89	582.860,53	71,83	518.784,57	63,93	0,00	
25-Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
26-Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
27-Ensino Profissional nao integrado ao ensino regular	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
28-Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.658.572,19	1.669.072,19	1.148.815,59	68,83	1.079.164,82	64,66	0,00	
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							Valor	
30-Resultado líquido das transferências do FUNDEB = (12)							-942.649,02	
31-Despesas custeadas com a complementação do FUNDEB no exercício							0,00	
32-Receita de aplicação financeira dos recursos do FUNDEB até o bimestre = (50h)							1.807,09	
33-Despesas custeadas com o superávit financeiro, do exercício anterior, do FUNDEB							2.787,68	
34-Despesas custeadas com superávit financeiro, do exercício anterior, de outros recursos impostos							0,00	
35-Restos a pagar inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino							0,00	
36-Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com dispon financ de rec de impostos vinculados ao ensino = (46g)							0,00	
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)							-938.054,25	
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))							2.017.219,07	
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38) / (3) x 100) %							26,98	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE								
OUTRAS DESPESAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
			Até o Bimestre (e)	% f= (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h=(g/d)x100		
40-Custeadas com aplic finan de outros rec de imposto vinculadas ao ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
41-Custeadas com contrib social salário-educação	67.100,00	75.521,98	75.429,70	99,88	74.072,00	98,08	0,00	
42-Custeadas com operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
43-Custeadas com outras receitas para finan do ensino	67.100,00	75.521,98	75.429,70	99,88	74.072,00	98,08	0,00	
44-TOTAL OUTRAS DESPESAS (40+41+42+43)	134.200,00	151.043,96	150.859,40	99,88	148.144,00	98,08	0,00	
45-TOTAL GERAL DESPESAS COM MDE (29+44)	1.792.772,19	1.820.116,15	1.299.674,99	71,41	1.227.308,82	67,43	0,00	
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM (g)		
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE					0,00	0,00		
46.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino					0,00	0,00		
46.2-Executadas com Recursos do FUNDEB					0,00	0,00		
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS					VALOR			
					FUNDEB (h)		FUNDEF	
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014					2.787,68		0,00	
48-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE					483.292,29		0,00	
49-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE					468.272,44		0,00	

Continua 3 / 4

**Município de Ouro Verde**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE****ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Agosto 2015/Bimestre Julho-Agosto

		Continuação
RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)		<b>R\$ 1,00</b>
49.1-Orçamento do Exercício (+ extras)	468.272,44	0,00
49.2 Restos a Pagar (+ extras)	0,00	0,00
50-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.807,09	0,00
51-(=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	19.614,62	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1603-4637-990). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 30/09/2015 e hora de emissão: 10:30.

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

# Palhoça

## PREFEITURA

### RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº139/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL

139/2015

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 139/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de mármore para colocação em móveis, para o Fundo Municipal de Assistência Social de Palhoça, incluindo mão de obra para instalação, através de Registro de Preços.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

ÍTEM 1: - PEIXER COM. SERV. E ALUGUEIS LTDA ME foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais).

Palhoça, 30 de Setembro de 2015.

André José Silveira

Pregoeiro

## CÂMARA MUNICIPAL

### PROJETO DE LEI Nº 619/2015.

PROJETO DE LEI Nº 619/2015.

“DOAÇÃO. autoriza o Poder legislativo MUNICIPAL a DOAR BENS MÓVEIS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis os bens móveis pertencentes ao patrimônio municipal, assim descritos:

I) 01 (uma) mesa para computador em ferro preto e formica marfim e com porta teclado – Número de Patrimônio 0308;

II) 01 (uma) cadeira fixa em madeira estofada em tecido vermelho – Número de Patrimônio 00065;

III) 01 (uma) lavadora de roupas marca Electrolux turbo compacta 7.0 Kg – Número de Patrimônio 00575.

Art. 2º Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a doar, sem condições ou encargos, ao Poder Executivo Municipal, com sede nesta Cidade e Comarca, os seguintes bens móveis:

I) 01 (um) climatizador de ar marca Consul 7500 BTUS – Número de Patrimônio 0176;

II) 01 (um) ar condicionado marca Electrolux 7500 BTUS – Número de Patrimônio 0634;

III) 01 (um) climatizador de ar marca Electrolux 7500 BTUS – Número de Patrimônio 0197;

IV) 01 (um) ar condicionado marca Electrolux 7500 BTUS – Número de Patrimônio 0288;

V) 01 (um) ar condicionado marca Consul 7500 BTUS – Número de Patrimônio 0370;

VI) 01 (um) computador marca Pauta – Número de Patrimônio 0414;

VII) 01 (um) climatizador de ar marca Electrolux 7500 BTUS – Número de Patrimônio 0120;

VIII) 01 (uma) longarina em ferro e estofado de courvin creme com 3 (três lugares) – Número de Patrimônio 0392;

IX) 01 (um) ar condicionado marca Consul 7500 BTUS – Número de Patrimônio 0352;

X) 01 (um) climatizador de ar marca Electrolux 7500 BTUS – Número de Patrimônio 0223;

XI) 01 (um) climatizador de ar marca Electrolux 7500 BTUS – Número de Patrimônio 0177;

XII) 01 (uma) cadeira fixa em madeira estofada em tecido vermelho – Número de Patrimônio 0065;

XIII) 01 (um) climatizador de ar marca York 7000 BTUS – Número de Patrimônio 0322;

XIV) 01 (um) monitor de vídeo LCD marca Philips de 17 polegadas – Número de Patrimônio 0333;

XV) 01 (um) ar condicionado marca Consul 7500 BTUS – Número de Patrimônio 0286;

XVI) 01 (um) ar condicionado marca Consul 7500 BTUS – Número de Patrimônio 0380;

XVII) 01 (um) ar condicionado marca Electrolux 7500 BTUS – Número de Patrimônio 0647;

XVIII) 01 (um) climatizador de ar marca Electrolux 7500 BTUS – Número de Patrimônio 0180;

XIX) 01 (um) climatizador de ar marca Electrolux 7500 BTUS – Número de Patrimônio 0121;

XX) 01 (um) climatizador de ar marca Electrolux 7500 BTUS – Número de Patrimônio 0224;

XXI) 01 (um) climatizador de ar marca Electrolux 7500 BTUS – Número de Patrimônio 0151;

XXII) 01 (um) ar condicionado marca Consul 18000 BTUS – Número de Patrimônio 0486;

XXIII) 01 (um) ar condicionado marca Consul 7500 BTUS – Número de Patrimônio 0353;

XXIV) 01 (um) climatizador de ar marca Electrolux 7500 BTUS – Número de Patrimônio 0213;

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de setembro de 2015.  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze.

## **PROJETO DE LEI Nº615/2015.**

PROJETO DE LEI Nº615/2015.

Dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento da Empresa Palhocense – PALHOÇA INVESTE e institui o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Inovação no Município de Palhoça – FADEP e estabelece outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, No uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I

PALHOÇA INVESTE e FADEP

Art. 1º O Programa de Desenvolvimento da Empresa Palhocense – PALHOÇA INVESTE - e o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Inovação do Município de Palhoça - FADEP serão regidos pelo disposto nesta Lei.

Art. 2º O PALHOÇA INVESTE, vinculado à Secretaria de Municipal do Desenvolvimento Econômico e Planejamento, tem como objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico palhocense, por intermédio da concessão de financiamentos de incentivo ao investimento e à operação ou da participação no capital de empresas instaladas em Palhoça.

Art. 3º A concessão de incentivos dar-se-á a empreendimentos prestadores de serviço que atendam pelo menos a um dos seguintes requisitos:

I – gerem emprego e renda à sociedade palhocense;

II – incrementem os níveis de tecnologia e competitividade da economia do município;

III – contribuam para o desenvolvimento sustentado do meio ambiente, para a desconcentração econômica e espacial das atividades produtivas e para o desenvolvimento local;

IV – sejam direcionados a obras de infraestrutura no município de Palhoça.

V – integrem as cadeias produtivas em nível local e regional, caracterizadas como Arranjos Produtivos Locais (APLs).

§ 1º Os incentivos concedidos pela PALHOÇA INVESTE terão redução de 50% (cinquenta por cento) no índice de atualização da moeda adotado pelo município para atualização dos tributos nos seguintes casos:

I – quando se tratar de empreendimento:

a) Localizado em região deprimida economicamente no Município ou em área considerada “Parque Tecnológico” nos termos da Lei n. 3.762 de 20 de dezembro de 2012;

b) dos setores e segmentos econômicos considerados estratégicos pelo município; e.

II – quando se tratar de empreendimentos que venha a prestar serviços inexistentes na cadeia produtiva municipal;

§ 2º Os incentivos concedidos pelo PALHOÇA INVESTE terão ampliação de 50% (cinquenta por cento) no prazo de fruição nos seguintes casos:

I – quando se tratar de empreendimento:

a) localizado em região deprimida economicamente no Município ou em área considerada “Parque Tecnológico” nos termos da Lei n. 3.762 de 20 de dezembro de 2012;

b) de um dos setores considerados estratégicos pelo município;

II – quando se tratar de empreendimentos que venham a prestar serviço inexistente na cadeia produtiva no município, independente do local que venha a se instalar.

Art. 4º O PALHOÇA INVESTE terá sua estrutura administrativa e instância superior no Conselho Deliberativo, que será composto:

I – pelo Secretário de Municipal do Desenvolvimento Econômico e Planejamento, seu Presidente;

II – pelo Secretário Municipal da Receita, seu Vice-Presidente;

III – pelo Secretário Municipal de Finanças;

IV – pelo Secretário Municipal de Administração e Serviços Compartilhados;

V – pelo Procurador-Geral do Município;

VI – por um representante da Associação Comercial e Industrial de Palhoça;

VII – por um representante do INATEC;

§ 1º A participação no Conselho Deliberativo do PALHOÇA INVESTE será considerada função pública relevante, não-remunerada, exercida por representante formal da instituição nominada.

§ 2º Em caso de empate, caberá ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 5º Compete ao Conselho Deliberativo do PALHOÇA INVESTE conhecer, avaliar e julgar ao emitir decisões sobre:

I – o regimento interno;

II – as diretrizes e normas operacionais do PALHOÇA INVESTE;

III – os projetos de investimento;

IV – a definição de quais regiões serão consideradas deprimidas economicamente no Município e que carecem de incentivos para o desenvolvimento; e

V – os demais assuntos que lhe forem submetidos.

Art. 6º O Conselho Deliberativo somente poderá deliberar sobre os assuntos submetidos à sua apreciação com a presença da maioria simples dos seus membros.

Art. 7º Os incentivos concedidos pelo PALHOÇA INVESTE obedecerão os seguintes limites:

I – montante equivalente a até setenta e cinco por cento do valor do incremento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN gerado pelo empreendimento incentivado;

II – até cento e vinte meses para fruição dos incentivos, contados

a partir do início das operações do empreendimento incentivado; e

III – até quarenta e oito meses de carência para o início da amortização, contados a partir do início da fruição dos benefícios, devendo cada parcela liberada ser quitada ao final do prazo de carência.

§ 1º Os valores liberados serão atualizados pelo mesmo índice adotado para atualização de tributos municipais, sobre eles incidindo juros de no máximo:

I – 6% (seis por cento) ao ano, quando se tratar de empreendimento relacionado no § 6º; e

II – 12% (doze por cento) ao ano, nos demais casos.

III – 0% (zero por cento) ao ano, quando se tratar de empreendimento:

a) Localizado em região deprimida economicamente no Município ou em área considerada "Parque Tecnológico" nos termos da Lei n. 3.762 de 20 de dezembro de 2012;

IV – zero por cento ao ano, quando se tratar de empreendimentos que venham a serviço inexistente na cadeia produtiva de Palhoça.

§ 2º Respeitados os limites previstos neste artigo, o montante do incentivo não poderá ultrapassar o equivalente ao somatório das seguintes parcelas:

I – valor do investimento fixo do projeto incentivado realizado pela empresa;

II – valor do investimento em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, incluindo gastos com equipe própria, registro da marca e patentes, contratação de serviços de consultoria, despesas com a comercialização inicial do produto ou serviços, de demais itens desde que relacionados ao projeto incentivado;

III – valor dos produtos fabricados ou adquiridos para fins de demonstração relacionados ao projeto incentivado.

IV – equivalente a 50% (cinquenta por cento) do contrato de locação da sede e/ou instalações da empresa no município de Palhoça, desde que o referido contrato de locação seja firmado pelo prazo mínimo de 48 (quarenta e oito meses) e máximo de 180 (cento e oitenta) meses.

§ 3º Os termos e condições dos incentivos serão estabelecidos em regulamento, que definirá os critérios para a concessão dos incentivos, priorizando:

I – empreendimentos que se caracterizem por apresentar elevado impacto econômico, inclusive com relação à perspectiva de alavancagem da economia do município;

II – empreendimentos com maior índice de absorção de mão-de-obra;

III – a desconcentração econômica e espacial das atividades produtivas;

IV – o incremento nos níveis tecnológicos das atividades produtivas; e

V – empreendimentos industriais não poluentes ou voltados à preservação do meio ambiente.

VI – empreendimentos com remuneração dos funcionários superior a última média salarial apurada no município.

VII – empreendimentos localizados em região deprimida economicamente no Município ou em área considerada "Parque Tecnológico" nos termos da Lei n. 3.762 de 20 de dezembro de 2012;

§ 4º Alternativamente à liberação mensal do financiamento, poderá ser concedido prazo especial de até quarenta e oito meses para o recolhimento da parte do ISSQN devido no período de apuração respectivo equivalente ao valor da parcela mensal do incentivo, na forma como dispuser o regulamento.

§ 5º Na hipótese do parágrafo anterior, considera-se data da liberação das parcelas, para efeito de aplicação do disposto no § 1º deste artigo, a data normal do encerramento do período de apuração do imposto.

§ 6º O prazo para a fruição dos incentivos poderá ser de até 200 (duzentos) meses quando se tratar de empreendimentos dos setores:

I – semicondutores;

II – cooperativa de trabalho médico ou centro médico hospitalar

III – operação de serviços compartilhados e/ou centro de serviços compartilhados;

IV – centro de inovação, pesquisa e desenvolvimento;

V – microeletrônica;

VI – biomassa e energia alternativa;

VIII – biotecnologia;

IX – nanotecnologia;

X – serviços de micro e mini geração distribuída de energia elétrica;

XI – serviços de eficiência energética;

XII – tecnologia da informação e comunicação – TIC;

XIII – central de tele vendas ou de tele atendimento, denominado "call center";

§ 7º O rol do § 6º é meramente exemplificativo, podendo abranger outros setores econômicos relevantes a serem reconhecidos por ato discricionário do Chefe do Poder Executivo Municipal ou do Secretário de Desenvolvimento Econômico e Planejamento;

§ 8º Quando a liberação da parcela mensal do financiamento não ocorrer, será autorizada a compensação da mesma com o ISSQN devido pela empresa beneficiária, no período de apuração respectivo, conforme se dispuser em regulamento;

§ 9º Salvo deliberação em contrário do Conselho Deliberativo, o início da fruição dos benefícios dependerá da conclusão da implantação do projeto ou da primeira fase do projeto, desde que apresente incremento na geração de ISSQN;

§ 10º Fica autorizada a inclusão de ampliação de investimentos em projetos já liberados e contratados, após reexame e aprovação do Conselho Deliberativo, por meio de aditamento contratual, acrescentando ao limite originalmente concedido o valor aditivo;

Art. 8º A critério do Conselho Deliberativo, observado o disposto em regulamento, poderá ser concedido desconto de até 40% (quarenta por cento) no pagamento da parcela mensal do incentivo a



empreendimentos:

I – localizado em região deprimida economicamente no Município ou em área considerada “Parque Tecnológico” nos termos da Lei n. 3.762 de 20 de dezembro de 2012;

II – que venham a produzir mercadorias inexistentes na cadeia produtiva do município de Palhoça;

§ 1º O desconto:

I – será aplicado sobre o valor efetivamente recolhido até a data de seu vencimento, a título de amortização;

II – incidirá, na hipótese do Art. 7, § 4º, sobre o valor do ISSQN equivalente ao valor da parcela mensal do incentivo, observado o disposto no inciso I deste parágrafo; e

Art. 9º O FADEP, vinculado à Secretaria de Municipal da Receita, constituir-se-á na estrutura financeira do PALHOÇA INVESTE, cujos recursos serão aplicados na promoção do desenvolvimento socioeconômico do município de Palhoça, mediante apoio a empreendimentos que gerem inovação de produtos e/ou processos, empregos e incremento de renda à população, incentivo a formalização e apoio aos microempreendedores, podendo também ser aplicados na sustentação financeira do Programa de Parcerias Público-Privadas do município.

Art. 10. Constituem recursos do FADEP:

I – as dotações consignadas no Orçamento Geral do Município e os créditos adicionais abertos em seu favor;

II – os rendimentos provenientes de depósitos bancários e aplicações financeiras do FADEP;

III – as doações, os auxílios, as contribuições e os legados destinados ao FADEP;

IV – os valores provenientes de operações de crédito internas e externas;

V – os valores provenientes da União, diretamente ou através de seus órgãos;

VI – o produto relativo a amortizações e encargos financeiros de suas aplicações, assim como o volume da venda, do resgate e da recompra de participações acionárias e de debêntures, conforme definido em regulamento, de acordo com a Resolução do Conselho Deliberativo do PALHOÇA INVESTE;

VII – os dividendos e juros sobre o capital próprio provenientes das participações societárias;

VIII – os valores excedentes dos índices máximos de faturamento atribuídos aos contratos de concessão e permissão de serviço ou obra pública, no âmbito do Programa de Parcerias Público-Privadas de que trata a Lei nº 12.930, de 2004; e

IX – outros recursos ou valores que lhes forem atribuídos.

§ 1º As empresas beneficiárias do PALHOÇA INVESTE recolherão os valores das parcelas devidas diretamente ao FADEP através de instituição financeira oficial devidamente designada como agente financeiro.

§ 2º O FADEP recolherá ao Tesouro Municipal, e este registrará sob a rubrica de Receitas Correntes Tributárias - ISSQN após a quitação integral do contrato de mútuo, o valor nominal correspondente ao somatório das parcelas pagas pela empresa beneficiária

do PRODEP.

§ 3º Na hipótese dos §§ 4º ou 9º do art. 7º, não ocorrendo o recolhimento das parcelas liberadas no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de seu vencimento, os valores passarão a ser exigidos na forma prevista na legislação tributária, não se aplicando o disposto no § 1º.

§ 4º Na hipótese do § 3º, incidirão sobre os valores devidos, a partir do vencimento da parcela, multa, juros e atualização previstos na legislação tributária.

Art. 11. Os recursos financeiros do FADEP, visando sua segregação, serão depositados em conta especial em instituição financeira oficial devidamente designada como agente financeiro.

§ 1º A remuneração do agente financeiro, a que se refere este artigo, será pactuada através de uma porcentagem não excedente a 3% (três por cento), incidente sobre o patrimônio do FADEP, mantido em depósito no agente financeiro.

§ 2º Os valores mantidos em depósito deverão ser aplicados pelo agente financeiro, preferencialmente, em títulos e créditos securitizados de emissão do Tesouro Nacional, com boa liquidez no mercado financeiro.

§ 3º Os rendimentos decorrentes de aplicações de recursos do FADEP serão a este creditados.

§ 4º Fica designado o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, como agente financeiro do FADEP, que deverá movimentar os recursos exclusivamente em contas especiais próprias, obedecendo às decisões tomadas pelo Conselho Deliberativo.

§ 5º O registro, o controle contábil e financeiro do FADEP será realizado por setor próprio do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE.

Art. 12. Poderão ser cedidos ao FADEP:

I – ativos de propriedade do município, em montante e condições definidos por ato do Prefeito Municipal observada a legislação em vigor; e

II – bens móveis, imóveis, direitos creditórios, participações acionárias, na forma definida em regulamento.

§ 1º Os recursos excedentes às necessidades financeiras do FADEP, decorrentes de alienação ou recebimento dos ativos de que tratam os incisos I e II, poderão ser transferidos ao Tesouro Municipal, com as finalidades de capitalizar fundo de previdência de servidores municipais e para pagamento do serviço da dívida pública.

§ 2º A não utilização dos recursos nas finalidades previstas no parágrafo anterior, dentro do prazo de sessenta dias de seu recebimento pelo Tesouro municipal, implicará em devolução ao FADEP.

Art. 13. O FADEP, na condição de Fundo para a operacionalização das Parcerias Público-Privadas do município, de forma não excludente, poderá liberar recursos para os parceiros contratados ou oferecer garantias que lhes assegurem a viabilidade financeira da obra ou serviço.

§ 1º As condições para a liberação de recursos e a concessão de garantias pelo FADEP serão estabelecidas em contrato próprio, observadas as normas regulamentares.

§ 2º O pagamento a que faz jus o parceiro privado dependerá deste haver realizado os investimentos e de ter cumprido com as

demaís obrigações, nas condições e qualidade previstas em contrato, devidamente atestadas por órgão de fiscalização previamente designado.

§ 3º As garantias contratuais de que trata o caput deste artigo poderão ser oferecidas com os ativos de que trata o art. 11 ou, adicionalmente, através de um fundo fiduciário ou garantidor, especialmente criado e administrado pela instituição financeira selecionada para este fim.

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado a, diretamente ou por intermédio do FADEP, com o propósito de viabilizar projetos estruturados no território catarinense na área de desenvolvimento urbano em infraestrutura, habitação, comércio e serviços, a constituir e integralizar cotas de Fundos de Investimento Imobiliário, Fundos de Investimento em Participações e de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, estes lastreados em recebíveis originados de contratos de mútuo, de compromisso de compra e de venda, de aluguéis, de taxas ou tarifas de serviços, de créditos tributários constituídos, inscritos ou não em dívida ativa.

§ 1º A integralização de cotas por investidores nos fundos de investimentos de que trata o caput poderá ser feita com títulos e direitos de créditos transferíveis que contenham, de forma expressa, poder liberatório para pagamento de tributos do município.

§ 2º Aplicar-se-ão aos fundos constituídos na forma do caput deste artigo as regras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN - e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Art. 15. Fica o FADEP autorizado a integralizar, inclusive com os ativos não-financeiros de sua propriedade, cotas de sociedades de propósito específico, instituídas com a finalidade de viabilizar projetos estruturados no território do município de Palhoça para o desenvolvimento econômico, social, ambiental, turístico, tecnológico e urbano, nos segmentos de saneamento básico, infraestrutura, energia elétrica, gás, telecomunicações, rodovias, sistemas de irrigação e drenagem, portos e serviços de transporte em geral, habitação, comércio e serviços.

§ 1º As sociedades constituídas sob a forma deste artigo poderão associar-se a outras empresas para o cumprimento do seu objeto social, e com as quais poderão partilhar tarifas, taxas ou preços relativos à exploração do projeto ou serviço concedido à exploração, nas modalidades admitidas em lei.

§ 2º As cotas integralizadas ou as participações societárias poderão ser alienadas, a qualquer tempo, em processo de leilão conduzido em ambiente de bolsa de valores, sempre que houver interesse público em diminuir ou retirar a participação do Município no empreendimento, visando a entrada de sócio ou parceiro estratégico.

Art. 16. Os recursos do FADEP poderão ser utilizados para constituir "Fundo de Aval" ou "Fundo para Equalização de Taxa de Juros" para empréstimos concedidos por instituições financeiras oficiais, bancos de desenvolvimento ou agências de fomento, a empresas e microempreendedores que possuam domicílio fiscal no município de Palhoça, ou projetos de investimento neste município.

Art. 17. Fica designado o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE como agente operacional do PALHOÇA INVESTE e do FADEP, para fins de análise econômica, financeira, cadastral e de viabilidade técnica dos projetos enquadrados no PALHOÇA INVESTE, segundo as condições estabelecidas em convênio.

Art. 18. O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei por meio de decreto regulamentar no prazo de 60 (sessenta) dias após sua publicação.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Sala das Sessões, 22 de setembro de 2015.  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze.

## **PROJETO DE LEI Nº 616/2015.**

PROJETO DE LEI Nº 616/2015.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Servidão Das Araras Azuis.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:  
Art. 1º Fica denominada de Servidão Das Araras Azuis, com extensão de 100 metros de comprimento e 3,50 metros de largura, localizada no Bairro Guarda do Cubatão, neste Município. A via pública a ser denominada está localizada em paralelo a Rua Cândido Isidoro da Silva. Tendo início na Servidão "974" que liga a Rua Cândido Isidoro da Silva à Rua Regina Tomásia Alves.

Parágrafo único À localização da referida via pública de que trata o artigo anterior, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de setembro de 2015.  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze.

## **PROJETO DE LEI Nº 617/2015.**

PROJETO DE LEI Nº 617/2015.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Servidão Areias da Guarda.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado de Servidão Areias da Guarda, via pública com extensão de 98,00 metros de comprimento e 3,20 metros de largura. A referida via pública tem início na Rua José João de Quadros, no Bairro Guarda do Cubatão neste Município.  
Parágrafo único À localização da referida via pública de que trata o artigo anterior, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de setembro de 2015.  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze.

**PROJETO DE LEI Nº 453/2014.**

(com 02 emendas)

**PROJETO DE LEI Nº 453/2014.**

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 016, DE 07 DE ABRIL DE 1993 E LEI 2.850, DE 23 DE ABRIL DE 2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso V do art. 42 da lei nº 016, de 07 de abril de 1993, alterado pela lei nº 2850, de 23 de abril de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 42 (...)

V – sacadas privativas de cada unidade autônoma desde que não vinculadas às dependências de serviço e com área de até 10% (dez por cento) da área do pavimento onde se situarem.” (NR)

Art. 2º O inciso V do art. 44 da lei nº 016, de 07 de abril de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 44 (...)

V – sacadas e balcões com até 1,20 m (um metro e vinte centímetros) de profundidade, engastada em até dois lados e com área de até 10% (dez por cento) da área do pavimento onde se situarem.” (NR)

Art. 3º O artigo 45 da lei nº 017, de 07 de abril de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 45 (...)

§ 1º Consideram-se residências isoladas as habitações unifamiliares com 1 (um), 2 (dois) ou 3 (três) pavimentos, ou em função da topografia, em vários níveis, obedecendo a projetos especiais, com o direito de uso de sub-solo.” (NR)

Art. 4º O artigo 209 da lei nº 017, de 07 de abril de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 209 (...)

Pavimentos	Até 4	5 ou mais
Número mínimo de elevadores	Isento	1

§ 5º Os elevadores não poderão ser o único modo de acesso aos pavimentos superiores e inferiores de qualquer edificação; (NR)

§ 6º É de responsabilidade do setor de Fiscalização de Obras a verificação das especificações informadas na nota fiscal e no projeto aprovado.” (NR)

Art. 5º O artigo 210 da lei nº 017, de 07 de abril de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 210. Em qualquer dos casos de obrigatoriedade de assentamento de elevadores, deverá ser satisfeito o cálculo do tráfego nos elevadores, na forma prevista pela norma adequada da NBR 5665/83.” (NR)

“Parágrafo único. Será exigido, para expedição do “habite-se”, nota fiscal do elevador, contrato de manutenção dos elevadores, firmado entre o proprietário ou proprietários do edifício e firma especializada, devidamente credenciada pelo CREA e com a competente anotação de responsabilidade técnica, conforme projeto aprovado e cálculo do tráfego nos elevadores.” (NR)

Art. 6º O anexo II da lei nº 016, de 07 de abril de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

**ADEQUAÇÃO DOS USOS E ATIVIDADES AS ÁREAS**

ADEQUAÇÕES DOS USOS E ATIVIDADES ÀS ÁREAS														
ADEQUAÇÃO ÀS ÁREAS														
1. Usos residenciais		ACI	ARE	ARP	AMC	AMR	AMS	AIE	ATE	ATR	APL	AER	ZEIS	AVL
1.1 Residências unifamiliares	NI	P	A	A	A	A	A	P	P	A	A	A	A	P
1.2 Condomínios residenciais unifamiliares	NI	P	A	A	P	P	P	P	P	A	P	P	A	P

ADEQUAÇÕES DOS USOS E ATIVIDADES ÀS ÁREAS														
ADEQUAÇÃO ÀS ÁREAS														
1.3 Con- domínios residenciais multifami- liares	NI	P	P	A	A	P	T	P	P	A	P	P	A	P
1.4 Sítios de recreio	NI	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	A	P	P
1.5 Hotéis	NI	P	P	A	A	T	A	P	P	A	A	P	A	P
1.6 Hotéis- residência	NI	P	P	A	A	T	P	P	P	A	T	P	A	P
1.7 Hotéis de lazer	NI	P	P	P	P	P	P	P	P	A	A	A	P	P
1.8 Motéis	NI	P	P	P	P	P	P	A	P	P	P	T	P	P
1.9 Alber- gues de turismo e paradouros	NI	P	P	A	A	A	P	P	P	A	T	T	A	P
1.10 Orfana- tos, asilos, conventos	NI	A	A	A	T	A	P	P	P	T	A	T	A	P
2. Usos recreativos e esportivos		ACI	ARE	ARP	AMC	AMR	AMS	AIE	ATE	ATR	APL	AER	ZEIS	AVL
2.1 Circos e parques de diversão	I	T	P	T	T	A	A	P	T	T	P	A	T	T
2.2 Zoológi- cos, hortos e parques	I	A	P	P	P	T	P	P	A	P	T	A	P	A
2.3 Recrea- ção infantil	NI	A	A	A	A	A	A	P	A	A	T	A	A	A
2.4 Estádios, ginásios cobertos e similares	I	T	P	T	T	T	A	T	P	A	P	T	T	P
2.5 Aca- demia de ginástica e esportes, piscinas, sa- las de jogos e quadras descobertas para espor- tes	I	P	T	A	A	A	T	T	P	A	T	T	A	P
2.6 Locais para lazer noturno, salões de bailes, boate e similares	I	P	P	P	A	A	T	P	P	A	T	T	P	P
2.7 Clubes, associações e similares	I	A	P	T	A	A	T	P	P	A	T	T	T	P
3. Usos de saúde		ACI	ARE	ARP	AMC	AMR	AMS	AIE	ATE	ATR	APL	AER	ZEIS	AVL
3.1 Ambu- latórios, laboratórios e similares	I	T	P	T	A	A	A	P	P	P	P	P	T	P

ADEQUAÇÕES DOS USOS E ATIVIDADES ÀS ÁREAS														
ADEQUAÇÃO ÀS ÁREAS														
3.2 Clínicas, postos de saúde, hospitais, pronto-socorros e similares	NO	A	P	A	A	T	T	P	P	P	T	T	A	P
4. Usos educacionais		ACI	ARE	ARP	AMC	AMR	AMS	AIE	ATE	ATR	APL	AER	ZEIS	AVL
4.1 Creches, jardins de infância, pré-escolar, escolas de 1º grau	I	A	A	A	T	A	T	P	P	A	T	T	A	P
4.2 Escolas de 2º grau, supletivos, escolas especiais, profissionalizantes, cursinhos e escolas superiores	I	A	T	A	A	T	A	T	P	P	T	T	A	P
5. Usos culturais		ACI	ARE	ARP	AMC	AMR	AMS	AIE	ATE	ATR	APL	AER	ZEIS	AVL
5.1 Salas públicas, museus, galerias, bibliotecas	NI	A	P	T	A	A	A	P	P	A	T	T	T	P
5.2 Centro de convenções, centros culturais, auditórios, teatros, cinemas e similares	I	A	P	T	A	T	T	P	P	A	T	P	T	T
5.3 Bancas de jornais e revistas, floristas	A	A	A	A	A	A	A	P	T	A	P	T	A	A
6. Usos de cultos		ACI	ARE	ARP	AMC	AMR	AMS	AIE	ATE	ATR	APL	AER	ZEIS	AVL
6.1 Igrejas, templos, locais de culto	NI	A	P	A	A	A	A	P	P	A	T	T	A	P
7. Usos comerciais		ACI	ARE	ARP	AMC	AMR	AMS	AIE	ATE	ATR	APL	AER	ZEIS	AVL
7.1 Comércio vicinais, armazéns, açougues, fruteiros, mercearias, mini-mercados, farmácias, padarias, etc...	NI	P	T	A	A	A	A	P	P	A	P	A	A	P
7.2 Lojas de departamentos	I	P	P	P	A	P	A	P	P	T	P	P	P	P

ADEQUAÇÕES DOS USOS E ATIVIDADES ÀS ÁREAS														
ADEQUAÇÃO ÀS ÁREAS														
7.3 Varejistas em geral, lojas, magazines, livrarias, boutiques, etc...	NI	P	P	T	A	A	A	P	P	A	P	T	T	T
7.4 Varejista em barraca ou veículos		T	T	T	A	T	A	P	P	A	T	T	T	P
7.5 Mercados, supermercados e hipermercados	I	P	P	A	A	A	A	P	P	A	P	T	A	P
7.6 Galerias e centros comerciais	NI	P	P	P	A	P	T	P	P	A	P	P	P	P
7.7 Shopping centers	I	P	P	P	A	P	T	P	P	A	P	P	P	P
7.8 Varejista de produtos perigosos, explosivos, inflamáveis, tóxicos, corrosivos ou radioativos.	PE	P	P	P	T	T	T	T	P	P	P	P	P	P
7.9 Varejistas de materiais de grande porte, máquinas, acessórios, concessionárias de veículos, materiais de construção, barcos	I	P	P	T	A	A	A	T	P	T	P	T	T	P
7.10 Atacadista e depósito em geral (terminais, armazens, macros, etc...)	I	P	P	T	T	A	A	P	P	P	P	T	T	P
7.11 Atacadista e depósitos de produtos perigosos, (explosivos, inflamáveis, tóxicos, corrosivos ou radioativos)	PE	P	P	T	P	P	T	T	P	P	P	T	P	P
7.12 Pavilhões para feiras, parques de exposições e similares	I	T	P	P	T	A	A	T	P	A	P	T	P	P

ADEQUAÇÕES DOS USOS E ATIVIDADES ÀS ÁREAS														
ADEQUAÇÃO ÀS ÁREAS														
8. Usos e serviços		ACI	ARE	ARP	AMC	AMR	AMS	AIE	ATE	ATR	APL	AER	ZEIS	AVL
8.1 Serviços vicinais (oficinas de pequenos reparos, encanadores, eletricitistas)	NI	P	T	A	A	A	A	P	P	T	P	T	A	P
8.2 Serviços pessoais (cabeleireiros, alfaiates, massagistas, sapateiros)	NI	P	T	A	A	A	A	A	P	A	T	A	A	P
8.3 Serviços de alimentação (bares, lanchonetes, sorveterias, confeitarias, cantinas, restaurantes, pizzaria, choparias, etc...)	NI	P	T	A	A	A	A	P	T	A	T	T	A	T
8.4 Serviços profissionais (consultórios, escritórios, estúdios de profissionais autônomos e liberais, ou empresas individuais)	NI	P	T	A	A	A	A	P	P	A	P	T	A	P
8.5														
8.5 Serviços financeiros e administrativos (bancos, financeiras, escritórios de administração pública e privada, etc...)	NI	A	P	T	A	T	A	T	P	A	P	P	T	P
8.6														
8.6 Serviços de manutenção em geral (consertos de eletrodomésticos, instrumentos e aparelhos em geral)	I	P	T	A	A	A	A	P	P	A	P	T	A	P



ADEQUAÇÕES DOS USOS E ATIVIDADES ÀS ÁREAS														
ADEQUAÇÃO ÀS ÁREAS														
8.7 Serviços de manutenção pesada (maquina, ar condicionado, barcos, motores, estruturas metálicas e todos que utilizem produtos perigosos de galvanoplastia ou pintura por aspersão)	NO	P	P	P	P	T	A	T	P	P	P	T	P	P
8.8 Serviços de manutenção do tráfego rodoviário (oficinas mecânicas, borracharias, guinchos, etc...)	I	P	P	T	T	A	A	T	P	A	T	P	T	T
8.9 Postos de abastecimento de combustíveis	NO	P	P	T	A	A	A	A	P	A	P	T	T	P
8.10 Estacionamentos, edifícios, garagens e garagens comerciais, locadoras	I	P	P	T	A	T	A	T	P	T	P	P	T	P
8.11 Garagens de frota e transportadoras	I	P	P	T	T	T	A	T	P	T	P	T	T	P
9. Usos industriais (classificação segundo Tabela de Classificação das Indústrias)		ACI	ARE	ARP	AMC	AMR	AMS	AIE	ATE	ATR	APL	AER	ZEIS	AVL
9.1 Indústria	NI	P	T	T	A	A	A	A	P	T	P	T	T	P
9.2 Indústria	I	P	P	P	T	T	A	A	P	P	P	T	P	P
9.3 Indústria	NO	P	P	P	T	T	T	T	A	P	P	T	P	P
9.4 Indústria	PE	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	T	P	P
10. Usos rurais		ACI	ARE	ARP	AMC	AMR	AMS	AIE	ATE	ATR	APL	AER	ZEIS	AVL
10.1 Construções com finalidade rurais	P	P	P	P	P	A	P	P	P	P	P	A	P	P

Art. 7º O anexo III da lei nº 016, de 07 de abril e 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

PERICULOSIDADE DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS

**CONVENÇÕES:**

NI - não incômodo

I - incômodo

NO - nocivo

P - perigoso

\* somente admitida em AAS

TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DAS INDÚSTRIAS	PERICULOSIDADE
1 - Indústria de Extração e Tratamento de Minerais (*)	
1.1 - Atividades de extração, com ou sem beneficiamento, de minerais sólidos, líquidos ou gasosos, que se encontrem em estado natural, com exceção do carvão mineral	NO
1.2 - Todas as atividades de extração de produtos vegetais, oleaginosos, ceríficos, tanantes e tintoriais, medicinais, tóxicos e combustíveis	I
2- Indústria de Produtos Minerais não Metálicos.	
2.1 – Aparelhamento de pedras para construção e execução de trabalhos em mármore, ardósia, granito e outras pedras	NI
2.2 - Britamento de pedras	NO
2.3 - Fabricação de cal virgem, hidratada ou extinta	I
2.4 - Fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de barro cozido exclusive cerâmica	I
2.5 - Fabricação de material cerâmico glazurado	PE
2.6 - Fabricação de cimento	PE
2.7 - Fabricação de Peças, ornatos e estruturas de cimento, gesso e amianto	I
2.8 - Fabricação e elaboração de vidro e cristal	PE
2.9 - Beneficiamento e preparação de minerais não metálicos, não associados à extração	I
2.10 - Fabricação e utilização de produtos e sub-produtos derivados de minerais não metálicos	I
2.11 – Beneficiamento de vidros e afins	I
2.12 – Fabricação de argamassas para construção civil, aditivos para a concreto e argamassas, auxiliares para desmoldes	NI
3. Indústria Metalúrgica	
3.1 - Produção de fios e arames de metais não ferrosos exclusive fios, cabos e condutores elétricos sem fusão	I
3.2 - Relaminação de metais não ferroso - inclusive ligas	I
3.3 - Metalúrgica dos metais preciosos	NO
3.4 - Metalúrgica do pó - inclusive peças moldadas	NO
3.5 - Fabricação de estruturas metálicas, com tratamento químico superficial e ou galvanotécnico	PE
3.6 - Fabricação de estruturas metálicas, com pintura por aspersão	NO
3.7 - Fabricação de estruturas metálicas, sem tratamento químico superficial galvanotécnico ou pintura por aspersão	I
3.8 - Fabricação de artefatos de trefilados de ferro e aço e de metais não ferrosos, com tratamento químico superficial, e/ou galvanotécnico	PE
3.9 - Fabricação de artefatos de trefilados de ferro e aço, e de metais não ferrosos, com pintura por aspersão	NO
3.10 - Fabricação de artesanatos de trefilados de ferro e aço, e de metais não ferrosos, sem tratamento químico superficial galvanotécnico ou pintura por aspersão	I
3.11 - Estamparia, funilaria e latoaria, com tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico	PE
3.12 - Estamparia, funilaria e latoaria, com pintura por aspersão ou esmaltação	NO
3.13 - Estamparia, funilaria e latoaria sem tratamento químico superficial, galvanotécnico e pintura por aspersão ou esmaltação	I
3.14 - Serralheria, fabricação de tanques, reservatórios e outros recipientes metálicos e de artigos de caldeireiro com tratamento químico superficial e /ou galvanotécnico	PE
3.15 - Serralheria, fabricação de tanques, reservatórios e outros recipientes metálicos e de artigos de caldeireiro com pintura por aspersão	NO
3.16 - Serralheria, fabricação de tanques, reservatórios e outros recipientes metálicos e de artigos de caldeireiro sem tratamento químico superficial, galvanotécnico e pintura por aspersão ou emaltação	NI
3.17 - Fabricação de artigos de cutelaria, armas, ferramentas manuais e fabricação de artigos de metal para escritório, uso pessoal e doméstico, com tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico	PE
3.18 - Fabricação de artigos de cutelaria, armas, ferramentas manuais e fabricação de artigos de metal p/ escritório, usos pessoal e doméstico, com pintura por aspersão	NO
3.19 - Fabricação de artigos de cutelaria, armas, ferramentas manuais e fabricação de artigos de metal para escritório, usos pessoal e doméstico, sem tratamento químico superficial, galvanotécnico e pintura por aspersão	I
3.20 - Demais atividades da indústria metalúrgica, principalmente aquelas com tratamento químico superficial ou galvanotécnico	PE
4. Indústria Mecânica	
4.1 - Fabricação de máquinas, aparelhos, peças e acessórios sem tratamento galvanotécnico e fundição	NO

TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DAS INDÚSTRIAS	PERICULOSIDADE
4.2 - Demais atividades da indústria mecânica	PE
5. Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e de comunicações	
5.1 - Fábrica de pilhas, baterias e acumuladores	PE
5.2 - Montagem de equipamentos eletrônicos	NI
5.3 - Fabricação de equipamentos eletrônicos sem geração de afluentes industriais perigosos	NI
5.4 - Fabricação de equipamentos eletrônicos com geração de afluentes industriais perigosos	I
5.5 - Demais atividades da indústria de material elétrico, eletrônico e de comunicação	I
6. Indústria de Material de Transporte	
6.1 - Fabricação de máquina, aparelhos, peças e acessórios com tratamento térmico, tratamento galvanotécnico e fundição	NO
6.2 - Demais atividades da indústria de material de transporte	PE
7. Indústria de Madeira	
7.1 - Desdobramento da madeira, inclusive serrarias	NI
7.2 - Fabricação de estruturas de madeira e artigos de carpintaria	I
7.3 - Fabricação de chapas e placas de madeira aglomerada ou prensada	NO
7.4 - Fabricação de chapas de madeira compensada revesti da ou não de material plástico	I
	I
7.5 - Fabricação de artigos de tanoaria e de madeira arqueada	I
7.6 - Fabricação de cabos para ferramentas e utensílios	I
7.7 - Fabricação de artefatos de madeira torneada	I
7.8 - Fabricação de saltos e solados de madeira	I
7.9 - Fabricação de formas e modelos de madeira - exclusive de madeira arqueada	I
7.10 - Fabricação de molduras e execução de obras de talha exclusive artigos de mobiliário	NI
7.11 - Fabricação de artigos de madeira para usos domésticos, industrial e comercial	I
7.12 - Fabricação de artefatos de bambu, vime, junco, xaxim ou palha trançada, exclusive móveis e chapéus	NI
7.13 - Fabricação de artigos de cortiça	NI
8. Indústria de Mobiliário	
8.1 - Fabricação de móveis de madeira, vime e junco	NI
8.2 - Fabricação de móveis de metal ou com predominância de metal, revestidos ou não com lâminas plásticas – inclusive estofados	I
8.3 - Fabricação de artigos de colchoaria	NI
8.4 - Fabricação de armários embutidos de madeira	I
8.5 - Fabricação de acabamento de artigos diversos do mobiliário	I
8.6 - Fabricação de móveis e artigos de mobiliário não especificados ou não classificados	I
9. Indústria de Papel e Papelão	
9.1 - Fabricação de celulose	PE
9.2 - Fabricação de pasta mecânica	PE
9.3 - Fabricação de papel	PE
9.4 - Fabricação de papelão e cartão	PE
9.5 - Fabricação de artefatos de papel não associada à produção de papel	NI
9.6 - Fabricação de artefatos de papelão, cartolina e cartão, impressos ou não, simples ou plastificados não associada à produção de papelão, cartolina e cartão.	NI
9.7 - Fabricação de artigos de papel, papelão, cartolina e cartão, para revestimento, não associado à produção de papel, papelão, cartolina e cartão	NI
9.8 - Fabricação de artigos diversos de fibra prensada ou isolantes inclusive peças e acessórios para máquinas e veículos	I
10. Indústria de Borracha	
10.1 - Todas as atividades de beneficiamento e fabricação da borracha natural, e artigos de borracha em geral	NO
11. Indústria de Couros e Peles e Produtos Similares	
11.1 - Secagem e salga de couros e peles	PE
11.2 - Curtimento e outras preparações de couros e peles	PE
11.3 - Fabricação de artigos de selaria e correria	NI

TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DAS INDÚSTRIAS	PERICULOSIDADE
11.4 - Fabricação de malas, valises e outros artigos para viagem	NI
11.5 - Fabricação de artefatos diversos de couros e peles exclusive calçados e artigos do vestuário	NI
12. Indústria Química	
12.1 - Todas as atividades dedicadas à fabricação de produtos químicos	PE
12.2 - Indústria de tintas a base de água (tintas acrílicas e PVA) sem uso de produtos químicos como solvente	NI
12.3 - Indústria de tintas a base de produtos químicos com solventes	NO
13. Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários	
13.1 - Todas as atividades dedicadas à fabricação de produtos farmacêuticos e veterinários	PE
14. Indústria de Perfumaria, Sabões e Velas	
14.1 - Fabricação de produtos de perfumaria	NO
14.2 - Fabricação de sabões, detergentes e glicerina	PE
14.3 - Fabricação de velas	NO
14.4 - Mistura de sabões, detergentes e similares	NI
15. Indústria de Produtos de Matéria Plástica	
15.1 - Todas as atividades industriais que produzem artigos diversos de material plástico, injetado, extrudados, laminados, prensados, em outras formas, exceto fabricação de resinas plásticas, fibras artificiais e matérias plásticas ...	I
15.2 - Todas as atividades industriais que produzem artigo de resinas plásticas, fibras artificiais e matérias plásticas	NO
16. Indústria Têxtil	
16.1 - Beneficiamento de fibras têxteis vegetais e matérias têxteis vegetais e matérias têxteis de origem animal ou artificiais	PE
16.2 - Todas as atividades da indústria têxtil que utilizem tinturaria e/ou tingimento com corantes	PE
16.3 - Fabricação de estopa, de materiais para estofados e recuperação de resíduos têxteis	NI
16.4 - Fiação e tecelagem	I
16.5 - Malharia e fabricação de tecidos elásticos	NI
16.6 - Fabricação de artigos de passamaria, fitas, filós, rendas e bordados	I
16.7 - Fabricação de tecidos especiais	I
16.8 - Acabamento de fios e tecidos, não processado em fiação e tecelagens	I
16.9 - Fabricação de artefatos têxteis produzidos nas fiações e tecelagens	NI
17. Indústria de Vestuário e Artefatos de Tecidos	
17.1 - Todas as atividades industriais ligados à produção de artigos do vestuário, artefatos de tecidos e acessórios do vestuário, não produzidos nas fiações e tecelagens	NI
17.2 - Fabricação de calçados	NI
18. Indústria de produtos Alimentares	
18.1 - Beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação produtos alimentares	I
18.2 - Fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais, e fabricação de doces, exclusive de confeitaria	I
18.3 - Abate de animais em matadouros, frigoríficos e charqueadas, preparação de conservas de carnes, e produção de banha de porco e de outras gorduras domésticas de origem animal	PE
18.4 - Preparação do pescado e fabricação de conservas do pescado	I
18.5 - Industrialização do leite e subprodutos	I
18.6 - Fabricação e refinação de açúcar	PE
18.7 - Fabricação de balas, caramelos, pastilhas, drops, bombons e chocolates, etc. inclusive gomas de mascar	I
18.8 - Fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria, sorvetes e tortas geladas	NI
18.9 - Fabricação de massas alimentícias e biscoitos	NI
18.10 - Refinação e preparação de óleos e gorduras vegetais, produção de manteiga de cacau e de gorduras de origem animal destinadas à alimentação	NO
18.11 - Fabricação de vinagre	NO
18.12 - Fabricação de fécula, amido e seus derivados	I
18.13 - Fabricação de fermentos leveduras, especiarias e condimentos	NO
18.14 - Fabricação de rações balanceadas e de alimento preparados para animais inclusive farinhas de carne, sangue, ossos, peixe e pena	NO
18.15 - Fabricação de produtos alimentares, não especificados ou não classificados	I
19. Indústria de Bebidas	

TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DAS INDÚSTRIAS	PERICULOSIDADE
19.1 - Fabricação de vinhos e licores	I
19.2 - Fabricação de aguardentes e outras bebidas destiladas	NO
19.3 - Fabricação de cerveja, chopes e malte	I
19.4 - Fabricação de bebidas não alcoólicas-inclusive engarrafamento de gaseificação de águas minerais	I
19.5 - Demais atividades da indústria de bebidas	PE
20. Indústria de Fumo	
20.1 - Preparação do fumo, fabricação de cigarros, charutos e cigarrilhas, e outras atividades de elaboração do tabaco não especificado ou não classificado	NO
21. Indústria Editorial e Gráfica	
21.1 - Todas as atividades da indústria editorial e gráfica	NI
22. Outras Atividades	
22.1 - Destilarias de álcool carburante	PE
22.2 - Usinas de produção de concreto	NO
22.3 - Usinas de produção de concreto asfáltico	NO
22.4 - Atividades que utilizem combustível sólido, líquido ou gasoso para fins comerciais ou de serviços	NO
22.5 - Serviços de reparação, manutenção e conservação ou qualquer tipo de atividade comercial ou de serviços que utilizem processos/operações galvanotécnicas ou de tratamento químico para cobertura de superfícies metálicas	NO
22.6 - Serviços de reparação, manutenção e conservação ou qualquer tipo de atividade comercial ou de serviços que utilizem processos/operações de pintura por aspersão	I
22.7 - Atividades que utilizem incinerador ou outro dispositivo para queima de lixo e materiais, ou resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, exceto hospitais e congêneres	PE
22.8 - Hospitais, Casas de Saúde e congêneres	NO
22.9 - Clínicas, Ambulatórios e Laboratórios	NI
22.10 - Armazenagens e depósitos para carvão mineral e derivados, e produtos perigosos (explosivos, inflamáveis, tóxicos, corrosivos ou radiativos)	I
22.11 - Depósitos de carvão mineral, e derivados, e de quaisquer produtos perigosos (explosivos, inflamáveis, tóxicos, corrosivos ou radioativos)	PE
22.12 - Fabricação de carvão vegetal e ativo	PE
22.13 - Terminais de distribuição de combustíveis e lubrificantes-inclusive postos de gasolina	NO
22.14 - Oficinas mecânicas	I
22.15 - Atividades de criação de aves e animais confinados	I
22.16 - Atividades da indústria de biotecnologia e de transformação genética	I
22.17 - Uso não Definido	I
NOTA: As atividades classificadas neste anexo são aquelas constantes dos mesmos grupos, do código de atividades do Centro de Informações Econômico-Fiscais da Secretaria da Receita Federal do Ministério da fazenda.	

Art. 8º O anexo V da lei nº 016, de 07 de abril de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO V		
PADRÕES DE ESTACIONAMENTO		
	NORMAL	PGT-1
Atacadista, macros, depósitos em geral e galpão para usos: comerciais, depósitos ou industriais	1 vaga/125 m² de área construída	1 vaga para carga/descarga por 100 m² de área construída, com o mínimo de 20% do terreno

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 22 de setembro de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze.

**PROJETO DE LEI Nº 458/2014.**

PROJETO DE LEI Nº 458/2014.

COMPIRP. Altera dispositivos da Lei nº 3.343, de 31 de agosto de 2010, que instituiu o Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial de Palhoça.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O parágrafo único do artigo 1º, da Lei nº 3.343, de 31 de agosto de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

Parágrafo único. “O Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial de Palhoça – COMPIRP ficará vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS).” (NR)

Art. 2º O caput e § 2º do artigo 21, da Lei nº 3.343, de 31 de agosto de 2010, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 21 O Fórum Municipal da Promoção da Igualdade Racial será convocada pelo Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial e pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), no período de até noventa dias anteriores à data dos eventos relacionados à temática.

§ 2º Em caso de não convocação, por parte do COMPIRP e SMAS, no prazo referido no caput deste artigo, a iniciativa poderá ser realizada por 1/5 das instituições registradas no Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial, que formarão comissão paritária para a organização e coordenação da Conferência.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 22 de setembro de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze.

**PROJETO DE LEI Nº 609/2015.**

PROJETO DE LEI Nº 609/2015.

INOVA PALHOÇA. Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Competitividade e Inovação – Inova Palhoça, que institui benefícios fiscais e econômicos para empresas inovadoras e de base tecnológica instaladas no Município de Palhoça, altera dispositivos da Lei Municipal nº 3.762, de 20 de dezembro de 2012 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Competitividade e Inovação do Município de Palhoça – INOVA PALHOÇA, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico sustentável do município, bem como o fomento do empreendedorismo inovador, incentivo a atividades de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, processo e modelos de negócio, a atração de empresas

de base tecnológica e a geração de emprego e renda.

Art. 2º Considera-se inovação para os fins desta lei, a concepção de novo produto, processo de fabricação ou modelo de negócio, bem como a agregação de novas funcionalidades ou características ao produto ou processo que implique melhorias incrementais e efetivo ganho de qualidade ou produtividade, resultando maior competitividade no mercado.

Art. 3º Consideram-se “segmentos estratégicos” para o Município de Palhoça e para os fins do que dispõem os artigos 4º e Artigos 5º desta lei, os seguintes setores e atividades econômicas:

a) setor automotivo e de autopeças;

b) setor aeroespacial;

c) setores fármacos, biofármacos e cosméticos;

d) setor de telecomunicações

e) setor tecnologia da informação e comunicação;

f) setor de óleo e gás;

g) nanotecnologia;

h) setor de desenvolvimento de softwares;

i) pesquisa e desenvolvimento em ciência e tecnologia;

j) produção, distribuição e montagem de equipamentos de diagnósticos médicos e hospitalares;

k) produção, distribuição e montagem de equipamentos de defesa nos termos da Lei Federal 12.598/12;

l) máquinas e equipamentos;

m) produção e distribuição de eletroeletrônicos;

n) planos de saúde e cooperativas médicas.

§ 1º A descrição das atividades de que trata o caput deste artigo será estabelecida por Decreto;

§ 2º Consideram-se estratégicos para os fins de que trata esta Lei, especialmente para a concessão de incentivos fiscais e subsídios econômicos, a implantação de Centros de Inovação para pesquisa, desenvolvimento e prestação de serviços nos segmentos de que trata este artigo.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal concederá incentivos fiscais e econômicos, especialmente, mas não somente, os relativos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), ao Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e no que couber ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) observados os requisitos e condições constantes nesta Lei e nas demais legislações aplicáveis.

Parágrafo Único. Os incentivos de que trata o caput deste artigo, serão concedidos exclusivamente para os segmentos econômicos considerados estratégicos nos termos do artigo 3º, para os segmentos exportadores e microempresas, observado ainda o conceito de inovação contido no art. 2º e nas demais disposições e condições estabelecidas nesta Lei.

Art. 5º Os incentivos fiscais de que trata o artigo 4º acima serão os seguintes:



I – isenção de até 100% (cem por cento) do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU referente ao imóvel ocupado pelo contribuinte incentivado, a partir do ano seguinte ao da data da homologação da declaração a que se refere o art. 6º, pelo prazo de até 10 (dez) anos observados os critérios a serem estabelecidos por Decreto;

II – isenção de até 100% (cem por cento) do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI na aquisição de imóvel pelo contribuinte incentivado, ocorrida após a homologação da declaração a que se refere o art. 6º desta lei;

III – isenção de 60% do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS incidente sobre os serviços de construção civil, quando vinculados à execução da construção ou reforma de imóvel de propriedade do contribuinte incentivado, para obras iniciadas a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da homologação da declaração a que se refere o art. 6º desta lei;

IV – isenção de 60% (sessenta por cento) do ISS incidente sobre os serviços incentivados referidos no art. 3º desta Lei, pelo prazo de até 20 (vinte anos), observados os critérios a serem estabelecidos em Decreto.

V – aos empreendimentos industriais, comerciais e de serviços dos segmentos econômicos dispostos no artigo 3º desta Lei e que venham a gerar valor adicionado do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, poderão ser concedidos via cota parte municipal de retorno de ICMS até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor arrecado pelo Município através do repasse estadual da cota parte municipal do retorno do referido ICMS, oriundo da empresa que fez o investimento no Município e gerou a arrecadação do referido imposto.

§ 1º A transferência do repasse do ICMS de que trata o inciso V do acima, será efetivada de acordo com as regras previstas na Lei Complementar Federal nº 63/1990 e demais legislações aplicadas a espécie.

§ 2º O Chefe do Poder Executivo, mediante ato específico, fixará e regulamentará o percentual de investimento mencionado nesta Lei, a título de retorno do ICMS, após parecer do Grupo Gestor do Programa INOVA PALHOÇA.

§ 3º Após análise e deliberação do Grupo Gestor do Programa INOVA PALHOÇA caberá ao Chefe do Poder Executivo acatar ou não o parecer final dos conselheiros, mediante decisão fundamentada.

§ 4º A lei orçamentária fixará anualmente o valor máximo destinado ao Programa Municipal de Competitividade e Inovação - INOVA PALHOÇA especificamente em relação ao disposto no “inciso V do artigo 5º” desta Lei ficando desde já o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover as adequações necessárias a implementação do referido dispositivo legal.

§ 5º O incentivo de que trata o “inciso I do Art. 5º” para a hipótese de imóvel locado será concedido somente se constar do contrato de locação cláusula de transferência do encargo tributário ao locatário nos termos de normas regulamentadoras

Art. 6º A inclusão no Programa Municipal de Competitividade e Inovação - INOVA PALHOÇA dar-se-á por opção do contribuinte incentivado mediante declaração, cabendo à autoridade administrativa competente a sua homologação, desde que atendidas as condições desta lei, conforme dispuser o regulamento.

§ 1º Deverá a Secretaria Municipal de Finanças exigir do interessado declaração periódica, acompanhada de outros dados e documentos a critério da autoridade administrativa, comprobatórios do cumprimento das condições estabelecidas para a permanência no

Programa.

§ 2º A falta de cumprimento da exigência a que se refere o § 1º deste artigo acarretará:

I – a suspensão dos benefícios até que regularizada a exigência, observado o inciso II deste parágrafo;

II – a exclusão do Programa quando o contribuinte incentivado deixar de entregar a declaração por duas vezes, consecutivas ou não.

Art. 8º O incentivo concedidos pelo “inciso V do artigo 5º” não poderá ultrapassar o equivalente ao somatório das seguintes parcelas:

I – valor do investimento no ativo fixo/imobilizado do projeto/empreendimento incentivado realizado pela empresa;

II – valor do investimento em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, registro da marca e patentes, relacionados ao projeto incentivado;

III – 50% (cinquenta por cento) do contrato de locação da sede e/ou instalações da empresa no município de Palhoça, desde que o referido contrato de locação seja firmado pelo prazo mínimo de 48 (quarenta e oito meses) e máximo de 120 (cento e vinte) meses.

§ 1º Os termos e condições de fruição dos incentivos serão estabelecidos em regulamento, que definirá os critérios para a concessão dos incentivos, priorizando:

I – empreendimentos que se caracterizem por apresentar elevado grau de inovação e impacto econômico, inclusive com relação à perspectiva de alavancagem da economia palhocense, catarinense e brasileira;

II – empreendimentos com maior índice de absorção de mão-de-obra;

III – a desconcentração econômica e espacial das atividades produtivas;

IV – o incremento nos níveis tecnológicos das atividades produtivas; e

V – empreendimentos industriais não poluentes ou voltados à preservação do meio ambiente.

§ 2º Os valores serão creditados observando-se as exatas condições de arrecadação de ICMS pelo município em razão do incremento gerado pela empresa incentivada, bem como as demais disposições contidas do regulamento e nas legislação aplicada a hipótese.

§ 3º O projeto e/ou empreendimento incentivado nos termos do “inciso V do artigo 5º” concedido nos termos do que dispõe o “inciso I do artigo Art. 8º”, somente fará jus a fruição do referido benefício após conclusão do projeto de investimento aprovado pelo Comitê Gestor com a comprovação do efetivo investimento.

§ 4º O projeto e/ou empreendimento incentivado nos termos do “inciso V do artigo 5º” concedido nos termos do que dispõe o “inciso III do artigo Art. 8º”, somente fará jus a fruição do referido benefício após apresentação de “Contrato de Locação” devidamente registrado em cartório nos termos do que dispõe essa Lei.

§ 5º No caso de rescisão por parte do projeto/empreendimento incentivado, do contrato de locação de que trata o “inciso III do artigo Art. 8º” antes do prazo mínimo de 48 (quarenta e oito meses),



ficará o empreendedor e seus representantes legais obrigados a devolver os valores creditados acrescido de juros e multa nos termos do que dispuser o regulamento.

§ 6º Os valores concedidos via cota parte municipal de retorno de ICMS nos termos do que dispõe o "inciso V do artigo 5º" e desde que comprovados os investimentos conforme disposto no "parágrafo terceiro do artigo 8º" serão considerados para todos os efeitos legais como subvenção para investimento.

## II – DO ISS TECNOLÓGICO

Art. 9º O Poder Executivo fixará, anualmente, o valor total a ser objeto deste incentivo, não podendo este ultrapassar a importância de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), que poderão ser corrigidos na mesma proporção em que forem corrigidos os débitos inscritos na dívida ativa do Município.

Art. 10. Poderão participar do "Programa ISS Tecnológico", as empresas prestadoras de serviços, que tenham recolhido regularmente o Imposto Sobre Serviços – ISS, durante, no mínimo, 12 meses consecutivos, anteriores à data de apresentação do projeto.

Parágrafo Único. Os benefícios de que tratam os artigos 9º a 16º desta Lei, não se restringem ao rol de segmentos de que trata o artigo 3º acima.

Art. 11. O valor máximo de incentivo por contribuinte será calculado sobre o Imposto Sobre Serviços – ISS, recolhido nos 12 meses anteriores ao da apresentação do projeto, observando-se os seguintes limites:

I – até 10% (dez por cento) do valor recolhido, para empresas com recolhimento médio mensal de Imposto Sobre Serviços - ISS igual ou superior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

II – até 20% (vinte por cento) do valor recolhido, para empresas com recolhimento médio mensal de Imposto Sobre Serviços - ISS inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e superior a R\$10.000,00; e

III – até 40% (quarenta por cento) do valor recolhido, para empresas com recolhimento médio mensal de Imposto Sobre Serviços – ISS igual ou inferior a R\$10.000,00.

Parágrafo Único. Todos os projetos serão submetidos ao Grupo Gestor do Programa INOVA PALHOÇA, que aprovará os projetos até o valor limite estipulado pelo Executivo, observados os seguintes critérios, dentre outros determinados pela referido Grupo Gestor, a que alude o art. 11:

I – ordem de protocolo dos projetos;

II – preferência às micro e pequenas empresas;

III – aumento na contratação de mão de obra;

IV – aumento de faturamento da beneficiada;

V – os projetos não poderão contemplar mais de 49% (quarenta e nove por cento) dos gastos em máquinas, equipamentos e infraestrutura.

VI – do valor estipulado pelo executivo, fixa-se um mínimo de 40%, que deverá ser destinado para incentivo às Micro e Pequenas Empresas.

Art. 12. Após a aprovação do projeto, o contribuinte receberá um certificado que o habilitará a deduzir do seu Imposto Sobre Serviços - ISS devido, mensalmente, a importância correspondente

aos percentuais fixados no artigo anterior, até o total constante do certificado.

Art. 13. Os valores do incentivo deverão ser aplicados na aquisição de equipamentos (exceto veículos), formação e capacitação de recursos humanos, serviços de consultoria, aquisição de softwares ou na infraestrutura física necessária à implantação do projeto.

Parágrafo Único. Todos os gastos, a que se referem o caput do presente artigo, deverão ser realizados em empresas estabelecidas no Município de Palhoça, há no mínimo, 6 (seis) meses.

Art. 14. O prazo máximo para execução dos projetos apresentados deverá ser de 12 (doze) meses, podendo o certificado, a que alude o art.12º, ser utilizado, para fins de dedução do imposto, até o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses.

Art. 15. É vedada a cumulatividade de incentivos, durante o período de captação de recursos para execução do projeto.

Art. 16. Ficam excluídas, para obtenção deste benefício fiscal, as seguintes atividades:

I – Instituições financeiras;

II – Transporte coletivo;

III – Coleta ou entrega de correspondências;

IV – Exploração de rodovias, mediante pedágio;

V – Registros públicos, cartórios;

VI – Telefonia fixa e móvel;

VII – Prestadores de serviço de coleta, armazenagem e destinação de resíduos sólidos urbanos;

VIII – Prestadores de serviço de abastecimento de água e tratamento de esgoto.

Parágrafo Único. Empresas optantes do "SIMPLES" nacional não poderão obter o incentivo ISS Tecnológico.

Art. 17. O contribuinte que não aplicar ou aplicar indevidamente os valores deduzidos, ou, ainda, deduzir indevidamente valores de ISS, a título de incentivo decorrente desta lei, terá lançada a diferença do imposto recolhido a menor, na forma e com os acréscimos previstas na legislação vigente, e ficará, ainda, sujeito às seguintes penalidades:

I – multa de 75% (setenta e cinco por cento) sobre a diferença lançada, no caso de falta de aplicação dos valores deduzidos, ou dedução fora dos limites previstos nesta lei;

II – multa de 50% (cinquenta por cento) sobre a diferença lançada, no caso de dedução fora dos estritos limites do projeto apresentado pelo contribuinte, mas sem que tenha havido extrapolação dos limites previstos nesta lei;

III – a vedação de aprovação por parte da Grupo Gestor do Programa INOVA PALHOÇA, de novo projeto apresentado pelo contribuinte, para os fins desta lei, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

§ 1º O percentual de multa prevista no inciso I poderá ser duplicado, caso verificada a existência de fraude, visando à evasão fiscal.

§ 2º As penalidades previstas neste artigo não excluem a aplicação de outras cabíveis, no âmbito administrativo ou criminal.

§ 3º No caso de o contribuinte desistir, na forma do regulamento, do cumprimento integral do projeto aprovado, desde que não observadas as hipóteses dos incisos I e II, ficará ele sujeito, apenas, ao recolhimento do valor do ISS deduzido, atualizado monetariamente e com juros de mora na forma da legislação, sendo excluída a aplicação de quaisquer das multas previstas nesta lei e da multa de mora prevista na legislação, aplicando-se, no mais, a previsão do § 2º, se for o caso.

Art. 18. Fica criada o Grupo Gestor encarregada de determinar a operacionalização do "Programa INOVA PALHOÇA", avaliar o mérito, os investimentos e os resultados dos projetos apresentados.

§ 1º O pedido de enquadramento no programa será analisado pelo Grupo Gestor do Programa INOVA PALHOÇA, nomeada pelo Executivo, será composto por 5 (cinco) membros preferencialmente indicados pelas seguintes entidades, poder executivo e legislativo, respectivamente:

I – 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Receita, indicado por seu titular;

II – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Planejamento, indicado por seu titular;

III – 01 (um) representante da Associação Comercial e Industrial de Palhoça (ACIP) indicado por seu presidente;

IV – 01 (um) representante do Instituto de Tecnologia de Palhoça (INAITEC), indicado por seu presidente;

IV – 01 (um) representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico (COMDES), indicado por seu presidente;

§ 2º O mandato dos membros será de dois anos, sendo permitida uma recondução.

§ 3º O Poder Executivo estabelecerá o regulamento para o funcionamento do Grupo Gestor.

Art. 19. O Poder Executivo estabelecerá normas complementares para a efetiva implantação do "ISS Tecnológico", de modo a garantir que os valores aplicados sejam efetivamente revertidos à geração de empregos, à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico e econômico no Município de Palhoça.

Parágrafo Único. Os incentivos fiscais de que trata o artigo 11º desta Lei, não poderão resultar na redução da alíquota mínima de 2% (dois por cento).

Art. 20. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

### III – DOS INCENTIVOS ECONÔMICOS E SUBVENÇÕES

Art. 21. Para projetos de investimento que tenham como objetivo a instalação, ampliação, diversificação ou modernização de atividades relacionadas aos setores automotivo, aeronáutico, aeroespacial e de defesa, além dos demais tratamentos previstos nesta Lei e sem prejuízo das demais legislações aplicáveis, podem ser concedidos os seguintes benefícios a critério do Chefe do Executivo Municipal:

I – doação ou concessão de uso de bens imóveis;

II – subvenção econômica para aquisição de terrenos, locação de imóvel durante a fase pré-operacional e realização de obras de infraestrutura;

III – execução de obra de infraestrutura, compreendendo:

a) terraplanagem de terreno;

b) abertura de ruas e sua pavimentação;

c) colocação de meio-fio;

d) instalação, adequação e transferência das redes de energia elétrica de alta e baixa tensão, hidráulica, pluvial, cloacal e de telecomunicações; e

e) demais obras e serviços necessários ao adequado funcionamento do empreendimento.

§ 1º A concessão de qualquer dos benefícios previstos depende de prévia celebração de termo de compromisso ou instrumento congênere com o Chefe do Poder Executivo, que conterá os parâmetros para enquadramento no Programa.

§ 2º Os benefícios previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo podem ser operacionalizados por meio:

I – de operações de crédito realizadas com os seguintes agentes financeiros:

a) Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (BADESC); e

b) Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE); ou

Art. 22. Para obtenção dos benefícios de que trata o art. 21 desta Lei, a empresa beneficiária deverá observar os seguintes requisitos:

I – geração de incremento mínimo na arrecadação do ICMS para o município em valor equivalente ao benefício previsto no art. 21, incisos I a III, desta Lei, no prazo de até 8 (oito) anos contados:

a) do início da atividade objeto do benefício, quando se tratar da instalação de novos empreendimentos; e

b) da ampliação, diversificação e modernização, em caso de empreendimento existente no município;

II – ações visando o desenvolvimento sustentável do meio ambiente, para a desconcentração econômica e espacial das atividades produtivas e para o desenvolvimento local;

III – a assunção da responsabilidade de:

a) iniciar a construção, ampliação, diversificação ou modernização do empreendimento no prazo máximo de 1 (um) ano, a contar da data de obtenção de todas as licenças e autorizações legais necessárias ao início dessas atividades;

b) iniciar as atividades nos prazos previstos em cronograma de execução, após a conclusão da construção, ampliação, diversificação ou modernização do empreendimento mencionada na alínea "a" deste inciso; e

c) manter a destinação do imóvel no desenvolvimento da atividade principal e o exercício de sua atividade pelo prazo de 4 (quatro) anos após o evento do incremento da arrecadação de que trata o inciso I deste artigo

### IV – DA EXCLUSÃO DO PROGRAMA

Art. 23. O contribuinte incentivado será excluído do Programa diante da inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta

lei, conforme dispuser o regulamento.

§ 1º A exclusão do contribuinte incentivado do Programa implica a perda de todos os benefícios desta lei, acarretando a exigibilidade dos tributos a que se refere o art. 3º desta lei, com os acréscimos legais previstos na legislação municipal, inclusive multa moratória, desde a data em que a condição deixou de ser atendida.

§ 2º Caso seja verificada hipótese de dolo, fraude, simulação ou informações inexatas, com o intuito de ingressar ou permanecer no Programa, o tributo deverá ser recolhido com os devidos acréscimos legais previstos na legislação municipal, como se o benefício nunca tivesse sido concedido.

§ 3º Na hipótese a que se refere o § 2º deste artigo, independentemente das medidas administrativas e judiciais cabíveis, iniciado o procedimento fiscal, a falta ou o recolhimento a menor do imposto sujeitará o infrator à multa fixada em 100% (cem por cento) do valor do imposto devido e não recolhido ou pago a menor.

§ 4º Nas hipóteses previstas nos §§ 1º e 2º deste artigo quando o pagamento do ISS for de responsabilidade dos tomadores ou intermediários dos serviços incentivados, não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços no período compreendido entre a data em que a condição deixou de ser atendida e a data da exclusão do Programa, relativamente ao valor do incentivo fiscal usufruído.

§ 5º Ressalvado o disposto no § 6º deste artigo, o contribuinte excluído do Programa na forma do "caput" deste artigo poderá nele reingressar apenas uma vez, observado o prazo de adesão de que trata o § 2º do art. 1º desta lei.

§ 6º É vedado o reingresso do contribuinte excluído do Programa quando verificadas as hipóteses de dolo, fraude, simulação ou informações inexatas, com o intuito de ingressar ou permanecer no Programa.

§ 7º No caso de reingresso no Programa, será computado na contagem dos prazos a que se referem os incisos I e IV do "caput" do art. 3º desta Lei o período em que o contribuinte usufruiu os incentivos fiscais anteriormente à sua exclusão.

#### IV – DO CONSELHO MUNICIPAL DE INOVAÇÃO

Art. 24. O artigo 7º da Lei n. 3.762, de 20 de dezembro de 2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º Fica criado o Conselho Municipal de Inovação, como órgão de participação direta da comunidade na administração municipal, responsável por:

I – formular, propor, avaliar e fiscalizar ações e políticas públicas de promoção da inovação para o desenvolvimento do Município, a partir de iniciativas governamentais ou em parceria com agentes privados, sempre preservando o interesse público;

II – promover a geração, difusão e democratização do conhecimento, das informações e novas técnicas e incentivar a introdução e adaptação à realidade local de técnicas já existentes;

III – promover e incentivar estudos, eventos e pesquisas nas áreas de que trata esta Lei;

IV – contribuir na política de inovação a ser implementada pela administração pública municipal, visando à qualificação dos serviços públicos municipais;

V – sugerir políticas de captação e alocação de recursos para as finalidades da presente Lei;

VI – fiscalizar e avaliar o correto uso dos recursos do Fundo Municipal de Inovação, instituído pela Lei Complementar n. 192, de 10 de abril de 2015, bem como propor as bases e requisitos para a sua política de investimentos;

VII – deliberar sobre o reconhecimento e inclusão dos Arranjos Promotores de Inovação no Sistema Municipal de Inovação e nas políticas, programas e mecanismos municipais criados para realizar os objetivos desta Lei;

VIII – aprovar seu Regimento Interno;

IX – colaborar na articulação das ações entre vários organismos públicos e privados envolvidos na formulação da política de inovação com outros municípios, estados, União;

X – propor ao Executivo Municipal o aperfeiçoamento profissional e a introdução de métodos de trabalho e técnicas operacionais, visando à qualificação da esfera pública municipal na prestação de serviços públicos com aplicação de inovação;

XI – incentivar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico inovador voltados ao aperfeiçoamento dos serviços públicos municipais e ao uso e controle dos recursos naturais e à transição para a economia verde;

XII – promover estudos para prevenir e evitar os impactos sociais e ambientais negativos das inovações, através de políticas para o emprego e controle das condições de trabalho e de políticas de transição para a economia verde;

XIII – deliberar sobre a criação de grupos de trabalho e/ou a instituição de projetos, visando concretizar os objetivos nesta Lei. "(N.R.)

Art. 25. O artigo 8º da Lei n. 3.762, de 20 de dezembro de 2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º O Conselho Municipal de Inovação será constituído por até 25 (vinte e cinco) membros de livre nomeação do Chefe do Executivo a serem escolhidos preferencialmente da seguinte forma:

I – 01 (um) representante da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico e Planejamento

II – 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Receita;

III – 01 (um) representante da Procuradoria Geral do Município;

IV – 01 (um) representante da Universidade do Sul de Santa Catarina- UNISUL;

V – 01 (um) representante da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC;

VI – 01 (um) representante da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC;

VII – 01 (um) representante da Faculdade Municipal de Palhoça - FMP;

VIII – 01 (um) representante da Fundação de Amparo a Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina - FAPESC;

IX – 01 (um) representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável;

X – 01 (um) representante da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC;

XI – 01 (um) representante da Associação Comercial e Industrial de Palhoça - ACIP;

XII – 01 (um) representante da Associação Catarinense das Empresas de Tecnologia - ACATE;

XIII – 01 (um) representante do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI;

XIV – 01 (um) representante do Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE;

XV – 01 (um) representante do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE;

XVI – 01 (um) representante da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina - BADESC;

XVII – 01 (um) representante da Associação Brasileira de Empresas de Software;

XVIII – 01 (um) representante do Comitê para Democratização da Informática em Santa Catarina;

XIX – 01 (um) representante da Câmara dos Dirigentes Lojistas do Município de Palhoça – CDL Palhoça;

XX – 01 (um) representante do Instituto de Tecnologia do Município de Palhoça - INATEC;

XXI – 01 (um) representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômicos Sustentável;

XXII – 01 (um) representante da Rede Catarinense de Inovação – RECEPETI;

XXIII – 01 (um) representante do Conselho das Entidades de Tecnologia de Informação e Comunicação de Santa Catarina – CETI-C-SC

XXIV – 01 (um) representante do Sindicato das Indústrias de Informática de Santa Catarina - SIESC;

XXV – 01 (um) representante da Associação dos Usuários de Informática do Estado de Santa Catarina – SUCEUSU;

§ 1º A direção do Conselho Municipal de Inovação será exercida pelo Presidente, 01 (um) Vice-Presidente e 1 (um) Secretário(a) Executivo(a).

§ 2º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Inovação será de 2 (dois) anos, podendo ser renovado a critério do Chefe do Poder Executivo;

§ 3º O Conselho Municipal de Inovação reunir-se-á ordinariamente semestralmente ou extraordinariamente mediante convocação de seu Presidente ou por um terço de seus membros e deliberará por maioria simples de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

§ 4º Na primeira reunião ordinária de cada início de mandato do Poder Executivo Municipal, os membros do Conselho Municipal de Inovação elegerão o presidente e os demais integrantes da direção, por maioria simples, em turno único, dentre os membros indicados para compor o Conselho pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 5º O exercício de qualquer cargo de direção ou membro do Conselho Municipal de Inovação não será remunerado e será considerado relevante serviço público.” (N.R.).

## V – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26. Normas regulamentadoras estabelecerão os procedimentos pertinentes à prestação de contas, anual e obrigatória, e aos demais atos administrativos e tributários necessários ao acompanhamento e verificação do atendimento dos requisitos e condições desta Lei.

Art. 27. Compete ao Secretário Municipal da Receita, à vista do parecer emitido pelo Grupo Gestor, deferir o pedido de enquadramento mediante expedição de resolução definindo os benefícios concedidos à empresa ou projeto.

Parágrafo Único. A execução do projeto deverá ser iniciada no prazo de doze meses contados da data de publicação da resolução referida neste artigo.

Art. 28. O estabelecimento enquadrado deverá informar, no prazo e forma estabelecidos em regulamento, ao Grupo Gestor a execução do cronograma de implantação, expansão, reativação ou dos investimentos em pesquisa e tecnologia, o incremento dos níveis de produção ou de prestação de serviços e de absorção de mão de obra e os investimentos realizados, até a completa implantação do projeto-base do empreendimento.

Art. 29. O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá regulamentar esta Lei.

Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, 22 de setembro de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze.

## PROJETO DE LEI Nº. 392/2014.

PROJETO DE LEI Nº. 392/2014.

CÓDIGO DE POSTURA. Dá nova redação ao dispositivo da Lei nº 019, de 07 de abril de 1.993, que institui o Código de Postura Municipal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 11 da Lei nº 019, de 07 de abril 1.993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11 No caso de não ser reclamado e retirado dentro de 30 (trinta) dias, o material apreendido será absorvido pelo patrimônio da Prefeitura, sendo que aqueles que não fizerem úteis ao poder público serão doados à entidades sociais e/ou filantrópicas do município de acordo com o interesse público.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de setembro de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze.



**PROJETO DE LEI Nº595/2015.**

PROJETO DE LEI Nº595/2015.

DESAPROPRIAÇÃO. Desapropria áreas de terras situadas na localidade do Passa Vinte para ampliação do Cemitério Bom Jesus de Nazaré, neste Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a desapropriação amigável ou judicial, se for o caso, nos termos do art. 5º, letra "i", do Decreto-Lei nº 3.365/41, de faixa de terras de um imóvel lindeiro abaixo descrito, sendo de propriedade de GILBERT BRAULINO DE SOUZA e GISLENE DAURA DE SOUZA, destinado à ampliação do Cemitério Bom Jesus de Nazaré, a saber:

I – 1.901,00 m² (um mil, novecentos e um metros quadrados) do imóvel pertencente a GILBERT BRAULINO DE SOUZA e GISLENE DAURA DE SOUZA, inserido em uma área maior com 2.478,50 m² (dois mil, quatrocentos e setenta e oito metros e cinquenta centímetros quadrados), sendo que o imóvel a ser desapropriado possui as seguintes medidas e confrontações: Frente medindo 11,00 metros com área remanescente e 11,00 metros com terras de João Valentino; Fundos medindo 23,00 metros com terras de Teobaldo da Silva Borges; Laterais, de um lado medindo 80,00 metros com Stylo Indústria Comércio Prestação de Serviços Ltda. (anteriormente Caetano de Oliveira), e de outro lado medindo 97,50 metros com o Cemitério Bom Jesus de Nazaré e Escola Básica Vicente Silveira (anteriormente Salvador Marcos da Silveira), constante da matrícula 26.323, fls 178 do livro Nº 2-ER, no registro de imóveis da comarca de Palhoça.

Art. 2º O valor da indenização observará o Laudo de Avaliação, realizado pela Comissão Permanente de Avaliação da Prefeitura Municipal de Palhoça, no montante de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais).

Art. 3º A área descrita no inciso I do artigo 1º desta Lei foi declarada de utilidade pública através do Decreto nº 1.669, de 17 de junho de 2014.

Art. 4º A área descrita na presente Lei fica afetada para fins de ampliação do Cemitério Bom Jesus de Nazaré, neste Município.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desse Decreto correrão por conta de dotações próprias constantes do orçamento do Município:

Órgão: 07 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Unidade: 001 – Procuradoria Geral do Município

Função: 0002 – Judiciária

Subfunção: 0122 – Administração Geral

Programa: 0029 – Atos da Procuradoria

Ação: 1152 – Aquisição e Desapropriação de Terrenos

Elemento: 34490000000000000000 – Aplicações diretas

Vínculo: 01000142 – Recursos Ordinários Livres

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, 22 de setembro de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze.

**RESULTADO DA CARTA CONVITE N 05/2015**

COMUNICADO

**RESULTADO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº019/2015

CONVITE Nº 05/2015.

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento e instalação de cobertura do estacionamento externo da Câmara Municipal de Palhoça (CMP) incluindo material e mão de obra.

DIA: 30/09/2015

HORÁRIO DA SESSÃO: 10h00min.

ENCERRAMENTO: 11h21min.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC – Comunica que a empresa EDSON WILSON ESPÍNDOLA JUNIOR - ME, foi VENCEDORA DA CARTA CONVITE Nº 05/2015, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, conforme descrição constante do ANEXO I do EDITAL. Sendo a primeira classificada por ter cumprido todos os requisitos do edital e apresentar o menor preço. Maiores informações Rua Joci José Martins, nº 101, Pagani – Palhoça e no Site oficial [www.cmp.sc.gov.br](http://www.cmp.sc.gov.br) ou pelo telefone (48) 32421501- ramal 1212.

Palhoça, 30 de Setembro de 2015.

Cristiane Aparecida de Silva

Presidente

**SUBSTITUTIVO GLOBAL AO PROJETO DE LEI NºN606/2015.**

SUBSTITUTIVO GLOBAL AO PROJETO DE LEI NºN606/2015.

**PROÍBE UTILIZAÇÃO DE LINHA COM CEROL E LINHA CHILENA.**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. É proibida a utilização de linha com cerol, linha chilena ou qualquer produto industrializado nacional ou importado que possa ser aplicada nos fios ou linhas utilizados para manusear os brinquedos conhecidos como "PIPAS OU PAPAGAIOS".

Parágrafo 1º. Considera-se cerol para o fim desta lei, a mistura de pó de vidro ou material análogo (moído ou triturado) com a adição de cola de madeira ou outra substância glutinosa, passada na linha de "pipa ou papagaio".

Parágrafo 2º. Linha chilena trata-se de uma linha de algodão que recebe uma mistura de pó de quartzo e óxido de alumínio, produto usado na fabricação de facas.

Art. 2º. Aplica-se ao infrator, no que couber, o disposto na legislação penal brasileira.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 22 de setembro de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze.

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA****PORTARIA Nº 062/2015**

PORTARIA Nº 062/2015

Retifica a Portaria nº 069/2013, que Concede aposentadoria por Invalidez em caráter Proporcional, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e declara a vacância do cargo público do servidor Daniel Lopes.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

,  
Resolve:

Art. 1º - Retificar o Art. 1º da Portaria nº 069/2013, para aposentar, por invalidez, em caráter INTEGRAL, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/01, o servidor DANIEL LOPES, detentor da matrícula funcional nº 400231, inscrito no CPF sob o Nº 019.591.189-00 e no PIS/PASEP sob o nº 170.617.740-19, lotado na Secretaria da Saúde e Medicina Preventiva, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Retificar o Art. 2º da Portaria nº 069/2013, para autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por Invalidez em caráter INTEGRAL ao tempo de contribuição, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 28 c/c art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/2001, correspondente a 100,00% (cem por cento) da remuneração-de-contribuição, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Art. 3º As demais disposições contidas na Portaria nº 069/2013 permanecem inalteradas.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a 15/10/2013, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 25 de setembro de 2015.

Camilo Nazareno Pagani Martins  
Prefeito Municipal

Milton Luiz Espíndola  
Presidente do IPPA

# Palmitos

## PREFEITURA

### PROCESSO 37/2015 SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 37/2015. Modalidade: PREGÃO ELETRONICO 06/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS/EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS. Data da entrega dos envelopes: 15/10/2015 até as 08:00 horas. Data da abertura: 15/10/2015 até às 08:30 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 30 de Setembro de 2015. Tânia de Fátima Henchen – Gestora do Fundo.



# Papanduva

## CÂMARA MUNICIPAL

### ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2015

Ata de Audiência Pública Nº 003/2015

Ata da 3ª Audiência Pública do ano de 2015, correspondente à Prestação das Contas do Município de Papanduva, realizada em 29 de setembro de 2015 às 16:00 horas

Em 29 de setembro de 2015, às 16:00 horas na Sede da Câmara Municipal de Papanduva, o Senhor Vereador Valdecir Vaneski, Membro da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Papanduva, cumprimentando a todos os internautas e presentes, declarou aberta a presente Audiência Pública da prestação de contas do município, referente ao 2º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2015, abordando que esta Audiência Pública atende a exigência do Art. 9º, parágrafo 4º da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal). Na sequência o Senhor Valdecir Vaneski, passou a palavra para os representantes do Poder Executivo, responsável pela apresentação das informações patrimoniais, financeiras e orçamentárias do município. O senhor Fábio José Padilha, Secretário de Administração do Município de Papanduva, assumiu a responsabilidade pela continuação da audiência, cumprimentou todos os presentes e internautas e agradeceu o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Papanduva, pela oportunidade para realizar os esclarecimentos necessários, referente às contas do município, correspondente ao 2º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2015. O Senhor Fábio José Padilha fazendo o uso da palavra, começou a exposição das informações, declarando que objetivo de sua presença era de, apresentar a prestação de contas do município de Papanduva, referente ao 2º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2015, atendendo assim a exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal. Inicialmente foi focado o Princípio do Equilíbrio Orçamentário, onde foi esclarecido a todos os presentes que o montante das receitas devem sempre estar equilibrado ao montante das despesas. Com relação aos valores do 2º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2015, o Senhor Fábio José Padilha comentou que a previsão da receita para o período de janeiro a agosto era de R\$ 25.815.000,00 e que foram arrecadadas R\$ 28.768.778,42, sendo arrecadado R\$ 2.953.778,42 a mais que o previsto; as despesas foram autorizadas em R\$ 26.555.000,00, e executadas em R\$ 28.363.866,15, sendo R\$ 1.808.866,15 a mais que a despesa autorizada, sendo que a despesa foi maior que a prevista em decorrência da arrecadação também ser maior que a previsão; resultando assim, através do comparativo entre as receitas e as despesas no cumprimento das metas, um superávit de R\$ 404.912,27, ou seja, a arrecadação foi maior que as despesas. Com relação às metas do resultado primário, este era previsto na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) em (-) R\$ 3.300.000,00 e o realizado foi de R\$ 2.584.327,07, totalizando um resultado de (-) R\$ 5.884.327,07. O resultado nominal era previsto em R\$ 510.000,00 e o realizado foi de R\$ 849.368,00, totalizando um resultado de (-) R\$ 339.368,00. O Senhor Fábio José Padilha também abordou os gastos com investimentos, os quais estavam previstos até o mês de agosto em R\$ 4.540.000,00 e foram executados R\$ 2.816.740,83, restando uma diferença a executar de R\$ 1.723.259,17. Na saúde, foi informado que o mínimo a ser gasto é 15% da receita tributária do município, equivalente a R\$ 2.631.754,07, neste período foram gastos 26,69% equivalente a R\$ 4.682.735,84, ou seja, foram aplicados R\$ 2.050.981,78 a mais que o mínimo exigido pela Constituição Federal. Na educação foram gastos 24,04% equivalente a R\$ 4.232.307,48, onde o mínimo a ser gasto é de 25% da receita do município, equivalente a 4.400.217,47 neste período, ou seja, foram aplicados R\$ 167.909,99 a menos que o mínimo exigido

pela Constituição Federal. Com relação ao FUNDEB, o mínimo a ser gasto na valorização do magistério é de 60%, equivalente a R\$ 2.303.948,75 neste período, sendo gasto 62,33%, equivalente a R\$ 2.383.173,06, ou seja, foram aplicados R\$ 79.224,31 a mais que o mínimo exigido por lei. O Senhor Fábio José Padilha também comentou sobre as Despesas com pessoal do Poder Executivo, onde o máximo a ser gasto da Receita Corrente Líquida média dos últimos 12 meses (setembro/2014 à agosto/2015) é de 54% correspondente a R\$ 20.076.242,67, porém foram gastos 49,44%, equivalente a R\$ 18.379.102,40, ou seja, foram aplicados R\$ 1.697.140,27 a menos que o limite máximo estipulado em lei. Com relação ao Poder Legislativo o máximo a ser gasto da Receita Corrente Líquida do município, média dos últimos 12 meses é de 6% equivalente a R\$ 2.230.693,63 neste período, porém foram gastos 2,27%, representando R\$ 844.436,75, ou seja, foram gastos R\$ 1.386.256,88 a menos que o limite legal. Sobre a alienação de ativos ou venda de bens móveis do município, foi afirmado que no período esta possuía um saldo anterior de R\$ 160.300,00, houve uma receita de R\$ 6.800,00, a qual está aplicada originando um rendimento no valor de R\$ 1.122,63, e foram aplicados em equipamentos e materiais permanentes, conforme previsão legal R\$ 168.167,08 resultando em um saldo a aplicar de R\$ 55,55. Referente à dívida flutuante, esta possuía saldo anterior de R\$ 3.457.277,88, no decorrer do período houve a inscrição de R\$ 3.135.285,93, e foram pagas R\$ 4.677.457,85, onde o saldo a pagar ficou em R\$ 1.915.105,96, observando que tais dívidas se referem aos restos a pagar e os depósitos de diversas origens, ou seja, não se referem aos financiamentos. Com relação à dívida interna fundada, esta possuía um saldo inicial de R\$ 1.526.014,24, houve a inscrição de R\$ 1.422.120,87 e foram pagos até o mês de agosto R\$ 572.752,87, restando um saldo de R\$ 2.375.382,24, que é um índice de endividamento bem baixo, em comparação ao limite máximo determinado pelo Senado Federal que hoje seria aproximadamente R\$ 44.000.000,00, observando que a inscrição se refere à financiamentos do BADESC. Na sequência o Senhor Fábio José Padilha, comentou que as informações que a lei exige que sejam apresentadas em Audiência Pública são estas colocadas aqui; e para finalizar sua fala, agradeceu a Comissão e ao Poder Executivo pela oportunidade de representá-lo, informando que foi o Sistema de Controle Interno e a Contabilidade do município foram responsáveis pela elaboração e apresentação das informações. Na sequência foi aberto espaço para o público fazer questionamentos, porém não houve manifestações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Valdecir Vaneski, membro da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Papanduva, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente audiência Pública. A lista de presença em anexo possui valor de confirmação de presença das pessoas participantes. Plenário da Câmara Municipal de Papanduva, em 29 de setembro de 2015.

# Passos Maia

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO N. 0091/2015

EXTRATO CONTRATO n. 0097/2015

PROCESSO LICITATORIO n. 0053/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO n. 0012/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: CERTA SISTEMAS INFORMATIZADOS LTDA EPP

Objeto: O presente instrumento contratual tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação dos seguintes serviços:

- Instalação do Sistema E-SUS PEC modo de treinamento e definitivo;
- Treinamento para os servidores na instalação e importação do arquivo XML do CNES das Unidades de Saúde de Passos Maia;
- Ajuste dos cadastros domiciliares e cadastros individuais dos municípios de Passos Maia;
- Treinamento na Ficha de Cadastro Domiciliar e Cadastro Individual para o servidor administrador do E-SUS;
- Importação dos Cadastros domiciliares e cadastros individuais no sistema E-SUS;
- Treinamento ao Administrador do E-SUS nessas importações e interpretação das críticas;
- Treinamento no preenchimento das fichas de procedimentos, ficha odontológica, ficha de atendimento individual, ficha de atividades e ficha de visita domiciliar;
- Treinamento na interpretação das críticas das importações das referidas fichas e correções;

Valor: Para os serviços a serem feitos a CONTRATANTE pagara a CONTRATADA a quantia de R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais).

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura e terá validade até 31 de dezembro de 2015.

Passos Maia, SC, 30 de setembro de 2015.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, PROCESSO LICITATÓRIO N. 0024/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO N. 000024/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 0017/2015

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA – SC, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, sediado na Avenida Padre João Bottero, n. 485, centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Ivandre Bocalon, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob o n. 625.625.769-34 e RG n. 1.510.345, de ora em diante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado empresa MARTA ADAMIO ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 12.279.086/0001-12, sediada na Avenida Padre João Bottero, n. 68, Município de Passos Maia – SC, neste ato representada pela Sra. Marta Admio, inscrita no CPF sob o n. 687.779.069-34, doravante denominada de CONTRATADA, de comum acordo resolvem celebrar o Presente Termo Aditivo, amparado pelo Processo de Licitação n. 0024/2015, na modalidade de Pregão Presencial sob o n. 0017/2015, Sistema de Registro de Preços, nos termos das Cláusulas abaixo:

#### CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal n. 8.666/93, bem como no Edital de Licitação e na Ata de Registro de Preços n. 0001/2014.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

A empresa contratada, na data de 16 de setembro de 2015, protocolou requerimento administrativo postulando o reajuste do produto que fornece ao contratante.

Para tanto, aduziu que houve significativa alta no custo do produto licitado – Gás de Cozinha Botijão 13 kg, conforme se observa pelas notas fiscais acostadas ao requerimento.

Sobre a possibilidade de reajuste contratual, tem-se que tanto o Edital Licitatório quanto a Ata de Registro de Preços firmada com o fornecedor, ora requerente, trazem a previsão de reajuste para restabelecer o equilíbrio econômico – financeiro originariamente pactuado, nos exatos moldes previstos no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal n. 8.666/93.

Assim, conclui-se que a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro contratual deve ocorrer, eis que devidamente documentado e fundamentado, tendo-se por base as notas fiscais anexas ao requerimento formulado pelo fornecedor.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE

O preços fixado na Ata de Registro de Preços fica reajustado da seguinte forma:

Item 01 – Gás de Cozinha Botijão 13 kg - o valor previsto para este item fica reajustado em 18,81%, passando para o valor unitário de R\$ 59,28 (cinquenta e nove reais e vinte e oito centavos).

#### CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços e seus aditivos, às quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Ponte Serrada – Estado de Santa Catarina, para dirimir qualquer litígio oriundo deste Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos de Lei.

Passos Maia – SC, 21 de setembro de 2015.

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

IVANDRE BOCALON

Contratante

MARTA ADAMIO ME

Contratada

TESTEMUNHAS:

EDSON SALVADEGO

CPF: 067.004.859-32

DOUGLAS AIGNER

CPF: 009.844.399-27

# Paulo Lopes

## CÂMARA MUNICIPAL

**PORTARIA Nº. 15/2015**

PORTARIA Nº. 15/15

OZIEL EVALDO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, assim como lhe confere o art. 14 da Lei Orgânica do Município, resolve:

NOMEAR

JÚLIO CÉSAR BECK, brasileiro, casado, CPF 030.797.929-63, para o cargo de Assessor Jurídico, com vencimento mensal de R\$ 1.637,91 (Um mil e seiscentos e trinta e sete reais e noventa e um centavos), a partir de 01 de outubro de 2015.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de Paulo Lopes, 01 de outubro de 2015.

OZIEL EVALDO SILVA

Presidente

Publicada a presente Portaria em 01 de outubro de 2015.

# Penha

## PREFEITURA

### EDITAL 03/2015 - RETIFICAÇÃO LISTA DE INSCRITOS PROCESSO SELETIVO 03/2015

RETIFICAÇÃO -

INSCRITOS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 03/2015

#### HISTÓRIA

1-Denis Portela Pereira
50-Rafaela Patricia Ferreira

#### INGLÊS

2-Osvaldo Correa de Mello Junior
47-Jaqueline Wanderley Falbo

#### ENSINO RELIGIOSO

3-Dimas Carlos Pimentel
73-Fábio Schmitz Meyer
83-Ranieri Soares de Araujo

#### CIÊNCIAS

4-Dimas Carlos Pimentel
20-Cristiane Aparecido Alves Coelho

#### MATEMÁTICA

5-Isabel Cristina Corrêa de Oliveira
36-Vanessa Fonseca de Oliveira
51-Cristiane Marilena da Silva

#### LINGUA PORTUGUESA

7-Adriana Bernardes Cunha
67-Aline Karen Tanizawa Ferreira
79-Luis Gustavo Varela
86-Raffael Oliveira do Prado

#### EDUCAÇÃO INFANTIL

8-Alessandra Daniela Kostantiuk
11-Crislainny Mery Ficher
14-Jucélia Terezinha Martins da Silva
15-Camila Cristina Mangorra
16-Vivian Cristina Ferreira de Moraes
17-Maria Carolina Passos
19-Mayra Anne Duarte
21-Andressa do Nascimento
22-Roseli Valtrick Ponick
25-Elaine da Luz
30-Danuza Saruza dos Santos
34-Edna Beatriz Goulart de Avila
40-Fabíola Anli da Silva Assis
41-Danielli Cristini Pereira Vieira
42-Jéssica Ferni de Barros Pastorino
44-Aliane Bordallo dos Santos Voos
45-Evelin Cavalcante Conceição
46-Ana Paula Ranguetti
49-Bruna Suellen Leske
52-Taiane Nilsa Leite
53-Cristiane Amábile Flores
55-Roseni de Andrade Siqueira Matuzaki
57-Stephany Amarin dos Santos
59-Michelly Cristiane de Souza

62-Juliana Jacinto
63-Fabiana Aparecida Pereira de Almeida
64-Renata Terezinha da Silva
69-Roseneide França Flohr
70-Barbara Domeciano Parrado
71-Leila Maria do Nascimento Ferreira
72-Eddi Paula Pamella Souza Pereira
77-Amanda Borba Couto
80-Maria Alice Zimmermann
82-Andressa Rafaella Vieira Bonato
85-Aline Domeciano
13-Carla Irene Carlos
68-Isidoro Augusto Lunardelli
76-Taisa Eduarda Steil
6-Caroline Leite de Oliveira Nunes
33-Scheila Soares Pinheiro

#### ARTE

9-Claúdia Mehler Bot
29-Beatriz Mehler Bauer
18-Joelly Cenira Rachakoski
32-Sabrina Lemos Viana

#### ANOS INICIAIS

24-Beatriz Aparecida de França
26-Eliane de Chaves Dupla
27-Rodinéia Alves da Luz Linhares
35-Melquiades dos Santos Valentim
37-Andréa Ziehlsdorff
56-Danielle Abravanel
60-Chirslaine Roschel Nunes
84-Janaina Maniscalco Felício de S. Galhot

#### EDUCAÇÃO FÍSICA

31-Indianara dos Passos
39-Jenifer Herber
58-Jeniffer Krueger
65-Denise dos Santos Lopes
66-Tiago Lopes
74-Sabrina Aparecida Oneda
87-Fernanda Nascimento
12-Marcelo Correa Catarina
38-Nelson Oliveira da Cunha

#### AEE

43-Andressa Ristau Linhares
48-Ana Cristina de Souza Vieira
61-Verônica Aparecida de Oliveira
78-Elaine Borba Couto
23-Heloisa Fernanda de Borba

#### GEOGRAFIA

54-Bruno saraiva Câmara
75-Henrique Pitt

INDEFERIDO (especificação do cargo pretendido na ficha de inscrição não está de acordo com o edital)

10-Maria da Penha Santos da Silva
28-Edson Ednilson Linhares
81-Judite Cordeiro

Penha, 29 de setembro de 2015.  
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
PREFEITO MUNICIPAL DE PENHA/SC

**DL06/2015 - PMP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO 60/2015 – PMP

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 06/2015 – PMP

Contrato: 172/2015 - PMP

Contratado: Gilberto Domingo Reis portador do CPF de nº 624.208.109-10 e RG nº 1999806 – SSP/SC residente e domiciliado à Rua Arthur Silvino dos Reis, 130, Centro – Penha/SC.

Objeto: Locação de Imóvel para funcionamento de almoxarifado que será utilizado pela Secretaria de Educação do Município de Penha/SC, sendo um galpão de alvenaria medindo 250 m<sup>2</sup>, contendo banheiro, cozinha e estacionamento, localizado na Rua José João Batista, 465, Centro – Penha/SC e cadastrado no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Balneário Piçarras sob a matrícula de nº 34764.

Valor: R\$ 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais)

Vigência: 12 meses

Fund. Legal: Art. 24, Inciso X da Lei nº 8.666/93 e suas Alterações.

Penha, 30 de setembro de 2015.  
Evandro Eredos dos Navegantes - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 270/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 270/2015

EXONERA: a pedido a Sra. ALESSANDRA MONESTEL, do cargo de Nutricionista, com carga horária de 20 horas semanais, a contar desta data. Revogando a Portaria nº 250/2015.

Penha/SC, 29 de setembro de 2015.  
Evandro Eredos dos Navegantes - Prefeito Municipal

# Petrolândia

## PREFEITURA

### ATA PREGÃO 29/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 39/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA PREPARO DE MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DESTA MUNICIPALIDADE. Empresa ALFREDO COMÉRCIO VAREJISTA LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 21.593.746/0001-26, no valor de R\$ 7.287,50; Empresa SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXP. E IMP. LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 04.609.150/0001-58. Data: 22/09/2015. Petrolândia, 01 de outubro de 2015. Joel Longen – Prefeito Municipal.

# Pomerode

## SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE

### CONTRATO Nº 9912282436

4º (QUARTO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO Nº 9912282436 QUE ENTRE SI FAZEM O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

#### CONTRATANTE:

Razão Social: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE		
CNPJ: 85.461.804/0001-40	Inscrição Estadual: ISENTA	
Nome Fantasia: SAMAE POMERODE	Ramo de Atividade: CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIB. DE ÁGUA	
Endereço: AVENIDA 21 DE JANEIRO, 2.233 - CENTRO		
Cidade: POMERODE	UF: SC	CEP: 89107-000
Telefone: 47-3387 2550	FAX 47-3387 2550	
Endereço Eletrônico: frank.bauer@samaepomerode.com.br		
Nome do Responsável: MARCIO SCHEIDEMANTEL		
Cargo: PRESIDENTE	RG: 2.484.052-1 SSP/SC	CPF: 702.311.929-91

#### CONTRATADA:

ECT – Empresa Pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº. 509, de 20 de março de 1969.		
Nome da Diretoria Regional: Diretoria Regional de Santa Catarina	CNPJ/MF: 34.028.316/0028-23	
Endereço: Rua Romeu José Vieira, 90 – Bloco B – 7º andar – Nossa Senhora do Rosário		
Cidade: São José	UF: SC	CEP: 88.110-923
Telefone: (48) 3954-4211	FAX: (48) 3954-4225	
Endereço Eletrônico: scgesuv@correios.com.br		
Diretor Regional: Paulo Oliveira de Andrade		
RG: 1.723.100-0 SSP/SC	CPF: 609.711.699-34	
Gerente Macrorregião Comercial 4 da Vice Presidência de Encomendas: Carlos Henrique Richter		
RG: 1.919.622/PR	CPF: 392.695.319-53	

As partes, acima identificadas, têm, entre si, justo e avençado e celebram por força do presente instrumento, elaborado conforme disposto no art. 62, § 3º, II, da Lei 8.666/93, o 4º (QUARTO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO Nº 9912282436, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato original por mais 12 meses.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

Em conformidade com o art. 57, II da Lei nº. 8.666/93 e com a cláusula sétima do contrato ora aditado, as partes acordam em prorrogar o contrato por 12 (doze) meses, de 22/08/2015 até 22/08/2016.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo terá vigência a partir da data de sua assinatura.



**CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. Os recursos orçamentários previsto na Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária do contrato ora aditado para a cobertura das despesas decorrentes deste Contrato têm seu valor estimado em R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

4.2. A classificação destas despesas se dará da seguinte forma:

Elemento de Despesa: 333903947000000

Projeto/Atividade: 2058 – Manutenção dos Serviços Administrativos

Nº. do Empenho: 1742

Data do Empenho: 20/08/2015

Valor: R\$ 2.000,00

**CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO**

Caberá à CONTRATANTE, por sua conta, a publicação resumida do presente Termo Aditivo na imprensa oficial no prazo legal.

**CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO**

Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas pelo presente instrumento.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO**

Para dirimir as questões oriundas deste Termo Aditivo, será competente o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Florianópolis/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

São José/SC, 21 de agosto de 2015.

Pela CONTRATANTE: Pela ECT:

Marcio Scheidemantel		Paulo Oliveira de Andrade
Presidente		Diretor Regional
		Carlos Henrique Richter
		Gerente da Macrorregião Comercial – 4/VIENC

TESTEMUNHAS:

Nome: Laércio Tenfen		Nome:
CPF: 863.765.519-04		CPF:

**PORTARIA 51/2015**

PORTARIA Nº 051/2015 DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

AFASTA A SERVIDORA CARIN SCHWARTZ, EM FACE DA CONCESSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, MÁRCIO SCHEIDEMANTEL, nomeado pela Portaria Nº 17.768, de 28 de março de 2014, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 3º da lei ordinária 116/1966,

**RESOLVE:**

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, AFASTAR, por motivos da concessão de Auxílio Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão - FAP, da servidora CARIN SCHWARTZ, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações II, Padrão 02, Nível 01, Referência D com Regime de Trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, do Setor de Reciclagem, no período de 16 de setembro de 2015 a 16 de novembro de 2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 18 de setembro de 2015.

MÁRCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

**PORTARIA 52/2015**

PORTARIA Nº 052/2015 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015.

O Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, MÁRCIO SCHEIDEMANTEL, nomeado pela Portaria Nº 17.768, de 28 de março de 2014, no uso de suas atribuições, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 3º da lei ordinária 116/1966,

**RESOLVE:**

CESSAR os efeitos da Portaria nº POM-061/2014 de 01 de setembro de 2014 que concede gratificação por exercer funções além do descrito na atribuição de seu cargo efetivo ao servidor EDSON CARLOS SIEBERT.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 21 de setembro de 2015.

MÁRCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

**PORTARIA 53/2015**

PORTARIA Nº 053/2015 DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

REMOVED, O SERVIDOR EDSON CARLOS SIEBERT, LOTADO NO SETOR DE RECICLAGEM PARA SETOR ADMINISTRATIVO.

Considerando que o Almoxarifado possui nenhum servidor lotado;

O Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, MÁRCIO SCHEIDEMANTEL, nomeado pela Portaria Nº 17.768, de 28 de março de 2014, no uso de suas atribuições, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 3º da lei ordinária 116/1966,

**RESOLVE:**

REMOVED, de ofício, de acordo com o Artigo 52 da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, EDSON CARLOS SIEBERT ocupante do cargo de ESCRITURÁRIO, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, lotado no Setor de Reciclagem para o Setor de Administrativo/Almoxarifado do SAMAE localizado a Rua Heinrich Passold, nº 432, a partir de 21 de setembro de 2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 29 de setembro de 2015.

MÁRCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

**PORTARIA 54/2015**

PORTARIA Nº 054/2015 DE 29 DE SETEMBRO DE 2015

“INSTITUI HORÁRIO ESPECIAL DE VERÃO NO ÂMBITO DOS SETORES ADMINISTRATIVOS, TÉCNICOS E USINA DE TRIAGEM E DA COLETA DE RESÍDUOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO”.

O Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, MÁRCIO SCHEIDEMANTEL, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 3º da lei ordinária 116/1966, resolve, instituir horário especial de verão no âmbito da Autarquia Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, que

será realizado da seguinte forma:

1. Fica estabelecido jornada reduzida de trabalho dos servidores públicos municipal a partir de 1º de outubro de 2015, cujo horário será cumprido nos seguintes termos:

**Setor Administrativo**

I – Atendimento ao público - das 07h às 17h, em dois turnos ininterruptos de seis horas, com atendimento ao público presencial das 07h às 13h.

II – Compras, Licitações, Recursos Humanos, Patrimônio, Contabilidade, Financeiro, Almoxarifado e Serviços Gerais – das 07h às 13h.

III – Leituristas – das 07h às 13h.

IV – Estagiária – das 13h às 17h.

**Setor Técnico**

I – Operacional - das 07h às 17h, em dois turnos ininterruptos de seis horas, sendo das 07h às 13h e das 11h às 17h. O plantonista da semana irá cumprir o horário das 7.30h às 11.30h e das 13h às 17h. O turno das 11h às 17h será cumprido conforme escala de plantão.

II – Engenharia – das 07h às 13h.

III – Estagiária – das 07h às 13h.

**Setor de Reciclagem**

I – Triagem de resíduos – das 05h às 14h, com intervalo intrajornada entre às 11h às 12h.

II – Coleta de resíduos – das 05h às 14h, com intervalo intrajornada de 1 (uma) hora para alimentação e repouso.

2. Em função do regime de trabalho previsto no art. 1º desta portaria, a hora extra somente será devida em caso de excepcional necessidade e serão computadas após a oitava hora trabalhada e desde que previamente e expressamente autorizada, ficando como compensação, sem acréscimo adicional, o período laborado entre a sexta e a oitava hora.

3. Excetuam-se do horário previsto nesta portaria os servidores das Estações de Tratamento Água – ETA's.

4. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, 01 de outubro de 2015, com validade expressa até o dia 31/10/2015, podendo ser prorrogada.

5. Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode - SC, 29 de setembro de 2015.

MÁRCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

# Porto Belo

## PREFEITURA

### CONCORRÊNCIA PÚBLICA 004/2015 - PRORROGAÇÃO DE ABERTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Porto Belo

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2015 PMPB

A Prefeitura Municipal de Porto Belo, torna público, com referência a Concorrência Pública 004/2015 PMPB, cuja abertura prevista para o dia 01 de outubro de 2.015, as 14:00 hs, sendo o objeto a concessão de serviço de interesse público relativo a administração e operação do terminal rodoviário de passageiros urbano e interurbano do Município de Porto Belo, pelo período de 10 (dez) anos, conforme especificações constantes do anexo I do edital, prorrogar a data de abertura do edital, para 19 de outubro de 2015 às 14:00hs.

Maiores informações através do telefone (047) 3369-4111 ou email [licitacao@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@portobelo.sc.gov.br) das 12:00 às 18:00 horas de segunda à sexta-feira .

Porto Belo, 30 de setembro de 2015.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO Nº 031/2015

RESOLUÇÃO Nº 031/2015

“CRIA COMISSÃO PARLAMENTAR PROCESSANTE, NOMEIA MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

JONAS AMADEU RAULINO, no uso de suas atribuições asseguradas por Lei, na conformidade com o que dispõe o artigo 25, inciso I, alínea “j” do Regimento Interno e artigo 88º, § 2º da Lei Orgânica Municipal e em conformidade ao Decreto Lei 201/67, PROMULGA a presente RESOLUÇÃO resolve:

ART. 1º - Fica Constituída a Comissão Parlamentar Processante, composta pelos Vereadores Frank Max Marques (PTB), na qualidade de Presidente, Elias Cabral (SDD), na qualidade de Relator e o Vereador João Paulo Serpa (PP), na qualidade de Membro, para apurar as denúncias aprovadas pelo Plenário na Sessão Ordinária realizada no dia 28 de setembro de 2015.

Parágrafo Único – O escopo de constituição desta Comissão Parlamentar Processante é apurar a possível prática de infração político administrativa pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, nos termos da fundamentação e documentos de denúncia apresentar junto ao Poder Legislativo, nos termos do artigo 115-A, § 1º, inciso I da Lei Orgânica Municipal.

ART. 2º - A Comissão terá os atributos e os poderes constantes no Regimento Interno, Lei Orgânica do Município e de Decreto Lei 201/67.

ART. 3º - A Comissão constituída tem o prazo de 90 (noventa) dias contados da data em que se efetivar notificação oficial do denunciado, interrompendo-se no recesso parlamentar, na hipótese de coincidência.

ART. 4º - Toda a documentação relativa ao fato determinado deverá ser reunida em autos, cujo procedimento será numerado para efeito de controle arquivo na fase própria, bem como, autuação de autos suplementares, se necessário.

Art. 5º - Fica também nomeado como Membro Técnico do Poder Legislativo, com o intuito de assessorar juridicamente os trabalhos da presente Comissão, o Drº João José da Cruz Neto, inscrito na OAB/SC 22590, ocupante de Cargo de Diretor Jurídico.

ART. 6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 30 de setembro de 2015.

Jonas Amadeu Raulino

Presidente

Paço Legislativo Vereador Amadeu Serafim Raulino

“Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos”

# Porto União

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 777/2015

DECRETO Nº 777, de 29 de setembro de 2015.

Dispõe sobre prorrogação do prazo do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no Parágrafo único do artigo 5º da Lei Municipal nº 4.313, de 07 de abril de 2015,

DECRETA:

Art. 1º PRORROGA até a data de 30 de outubro de 2015 o prazo para o ingresso no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, nas condições constantes dos incisos III e IV do artigo 3º da Lei Municipal nº 4.313, de 07 de abril de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 29 de setembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI  
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

### DECRETO Nº 778/2015

DECRETO Nº 778, de 29 de setembro de 2015.

Dispõe sobre crédito suplementar por transposição, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 4.359, de 22 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Educação, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 1.320.000,00 (Um milhão, trezentos e vinte mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2009 – Manutenção Educação Infantil		
MODALIDADE	3190 – 104 – Aplicações Diretas	33	200.000,00
MODALIDADE	3191 – 104 – Aplicações Diretas – Operações Intraorçamentárias	36	50.000,00
ATIVIDADE	2010 – Manutenção Secretaria da Educação		
MODALIDADE	3190 – 104 – Aplicações Diretas	08	200.000,00
ATIVIDADE	2014 – Manutenção Ensino Fundamental		
MODALIDADE	3190 – 104 – Aplicações Diretas	15	600.000,00
MODALIDADE	3191 – 104 – Aplicações Diretas – Operações Intraorçamentárias	18	170.000,00
ATIVIDADE	2011 – Programa de Alimentação Escolar		
MODALIDADE	3390 – 100 – Aplicações Diretas	02	100.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		1.320.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito citado no artigo precedente serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e transposição das seguintes dotações orçamentárias, do Orçamento da Prefeitura Municipal:

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0207 – SEC. MUN. TRANSP. OBRAS E SERVS. PÚBLICOS		
PROJETO	1004 – Construção Pontes e Bueiros		
MODALIDADE	4490 – 170 – Aplicações Diretas	86	240.000,00

PROJETO	1007 – Obras de Saneamento em Geral		
MODALIDADE	4490 – 170 – Aplicações Diretas	56	300.000,00
PROJETO	1008 – Construção Ginásio/Campos/Canchas Esportivas		
MODALIDADE	4490 – 169 – Aplicações Diretas	97	240.000,00
MODALIDADE	4490 – 170 – Aplicações Diretas	98	240.000,00
PROJETO	1013 – Instalação/Ampliação e Sinalização de Vias Urbanas		
MODALIDADE	4490 – 169 – Aplicações Diretas	40	100.000,00
PROJETO	1015 – Readequação de Estradas Vicinais		
MODALIDADE	4490 – 170 – Aplicações Diretas	89	200.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		1.320.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 29 de setembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI Secretário Municipal de Finanças  
e Contabilidade

### DECRETO Nº 779/2015

DECRETO Nº 779, de 29 de setembro de 2015.

Dispõe sobre crédito suplementar por transposição, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 4.360, de 22 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0900 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
UNIDADE	0901 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2066 – Manutenção da Atenção Básica		
MODALIDADE	3390 – 103 – Aplicações Diretas	43	200.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		200.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de anulação, mediante transposição das seguintes dotações orçamentárias, do Orçamento da Câmara Municipal:

ÓRGÃO ORGÃO	0100 – PODER LEGISLATIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0101 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		
PROJETO	1030 – Aquisição de Veículo e Equipamento para o Legislativo		
MODALIDADE	4490 – 100 – Aplicações Diretas	1	50.000,00
ATIVIDADE	2001 – Manutenção das Atividades Legislativas		
MODALIDADE	3191 – 100 – Aplicações Diretas – Operações Intraorçamentárias	4	45.000,00
MODALIDADE	3350 – 100 – Transferência a Instit. Privadas sem fins lucrativos	5	55.000,00
MODALIDADE	3390 – 100 – Aplicações Diretas	6	50.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		200.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 29 de setembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI Secretário Municipal de Finanças  
e Contabilidade

**DECRETO Nº 781/2015**

DECRETO Nº 781, de 30 de setembro de 2015.

Dispõe sobre crédito especial, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 4.362, de 30 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito especial no orçamento próprio do Fundo Municipal de Saúde, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0900 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
UNIDADE	0901 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2075 – Manutenção Vigilância Epidemiológica e Ambiental		
MODALIDADE	3190 – 451 – Aplicações Diretas	novo	50.000,00
	TOTAL DO CRÉDITO		50.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito citado no artigo precedente, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação do exercício, na respectiva Fonte.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 30 de setembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI JAIR GIRALDI Secretário Municipal de Finanças Secretário Municipal de Saúde e Contabilidade

**DECRETO Nº 782/2015**

DECRETO Nº 782, de 30 de setembro de 2015.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 4.363, de 30 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no orçamento próprio do Fundo Municipal de Saúde, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 360.000,00 (Trezentos e sessenta mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0900 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
UNIDADE	0901 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2066 – Manutenção da Atenção Básica		
MODALIDADE	3190 – 103 – Aplicações Diretas	04	100.000,00
ATIVIDADE	2075 – Manutenção da Vigilância Epidemiológica		
MODALIDADE	3390 – 451 – Aplicações Diretas	29	100.000,00
ATIVIDADE	2097 – NASF – Núcleo Apoio Saúde da Família		
MODALIDADE	3190 – 450 – Aplicações Diretas	35	160.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		360.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito citado no artigo precedente, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação do exercício, nas respectivas Fontes.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 30 de setembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças

JAIR GIRALDI

Secretário Municipal de Saúde e Contabilidade

**DECRETO Nº 783/2015**

DECRETO Nº 783, de 30 de setembro de 2015.

Dispõe sobre crédito suplementar por transposição, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 4.364, de 30 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Saúde, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 1.600.000,00 (Um milhão e seiscentos mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0900 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
UNIDADE	0901 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2066 – Manutenção da Atenção Básica		
MODALIDADE	3190 – 103 – Aplicações Diretas	04	600.000,00
MODALIDADE	3390 – 103 – Aplicações Diretas	43	250.000,00
ATIVIDADE	2067 – Estratégia Saúde da Família		
MODALIDADE	3190 – 456 – Aplicações Diretas	08	550.000,00
ATIVIDADE	2072 – Centro de Atenção Psicossocial – CAPS		
MODALIDADE	3190 – 454 – Aplicações Diretas	15	100.000,00
ATIVIDADE	2073 – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência		
MODALIDADE	3190 – 462 – Aplicações Diretas	22	20.000,00
ATIVIDADE	2097 – NASF – Núcleo de Apoio Saúde da Família		
MODALIDADE	3190 – 450 – Aplicações Diretas	35	80.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		1.600.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito citado no artigo precedente serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e transposição das seguintes dotações orçamentárias do Orçamento da Prefeitura Municipal:

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0207 – SEC. MUN. TRANSP. OBRAS E SERVS. PÚBLICOS		
PROJETO	1024 – Construção Casa do Mel		
MODALIDADE	4490 – 100 – Aplicações Diretas	67	10.000,00
PROJETO	1025 – Implantação Poços Artesianos		
MODALIDADE	4490 – 170 – Aplicações Diretas	66	40.000,00
PROJETO	1042 – Construção Mini Terminal Rodoviário		
MODALIDADE	4490 – 170 – Aplicações Diretas	84	50.000,00
PROJETO	1045 – Implantação Parque Ambiental		
MODALIDADE	4490 – 170 – Aplicações Diretas	63	85.000,00
PROJETO	1048 – Construção Unidades Sanitárias		
MODALIDADE	4490 – 100 – Aplicações Diretas	60	10.000,00
MODALIDADE	4490 – 170 – Aplicações Diretas	61	40.000,00
PROJETO	1050 – Construção do Centro Administrativo Municipal		
MODALIDADE	4490 – 170 – Aplicações Diretas	26	215.000,00
UNIDADE	0209 – SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
PROJETO	1011 – Produção de Moradias		
MODALIDADE	4490 – 169 – Aplicações Diretas	116	400.000,00
MODALIDADE	4490 – 170 – Aplicações Diretas	117	750.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		1.600.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Porto União (SC), 30 de setembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI  
Secretário Municipal de Finanças

JAIR GIRALDI  
Secretário Municipal de Saúde e Contabilidade

### **EXTRATO DE CONTRATO 027/2015 - FAS**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 027/2015 – FAS  
Partes: Município de Porto União e VW Comércio Atacadista Ltda.  
Objeto: Aquisição de mobiliário para equipar o CREAS.  
Valor Total: R\$ 3.662,20 (três mil seiscentos e sessenta e dois reais e vinte centavos).  
Vigência: 02 (dois) meses.  
Base legal: Pregão Presencial 012/2015 - FAS, Lei 8.666/93.  
Porto União SC, 11 de setembro de 2015.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal  
VW Comércio Atacadista Ltda..  
Contratada

### **EXTRATO DE CONTRATO 028/2015 - FAS**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 028/2015 – FAS  
Partes: Município de Porto União e Comercial Menelli Ltda – EPP.  
Objeto: Aquisição de mobiliário para equipar o CREAS.  
Valor Total: R\$ 4.255,00 (quatro mil duzentos e cinquenta e cinco reais).  
Vigência: 02 (dois) meses.  
Base legal: Pregão Presencial 012/2015 - FAS, Lei 8.666/93.  
Porto União SC, 11 de setembro de 2015.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal  
Comercial Menelli Ltda – EPP.  
Contratada

### **JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2015 - SAÚDE**

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Processo Licitatório nº 069/2015 - SAÚDE  
Dispensa de Licitação n.º 005/2015

Caracterização da Situação: o Município, através da Secretaria Municipal de Saúde necessita locar o imóvel, situado na Rua Joaquim Nabuco, nº 244, bairro Cidade Nova, neste município, constante da matrícula nº 4217 do Registro de Imóveis da Comarca de Porto União SC, onde se encontra instalada a Farmácia Básica do SUS do Município de Porto União.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a locação de imóvel, situado na Rua Joaquim Nabuco, nº 244, bairro Cidade Nova, neste município, constante da matrícula nº 4217 do Registro de Imóveis da Comarca de Porto União SC, de responsabilidade do Condomínio Centro Empresarial de Porto União.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre o imóvel acima descrito, de responsabilidade do Condomínio Centro Empresarial de Porto União em razão da sua localização condicionar a escolha, bem como em razão de este estar dentro do preço praticado no mercado, uma vez que a Farmácia Básica do SUS do Município de Porto União já se encontra instalada no local.

Do Preço: O valor a ser pago será de R\$ 1.519,53 (hum mil quinhentos e dezenove reais e cinquenta e três centavos) mensais, pelo período de 12 (doze) meses.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.º:

Órgão 0900 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade 0901 – Fundo Municipal de Saúde  
Atividade 2066 – Manutenção da Atenção Básica  
Modalidade 3390-103 – Aplicações Diretas  
Cód. 43

Complemento 33903910 – Locação de Imóveis

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93, face os motivos já expostos.

Porto União, 29 de setembro de 2015.

VANESSA NALON DOS SANTOS  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações  
Decreto 717/2015

**JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 006/2015 - SAÚDE****JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório nº 070/2015 - SAÚDE

Dispensa de Licitação n.º 006/2015

Caracterização da Situação: o Município, através da Secretaria Municipal de Saúde necessita locar o imóvel, situado na Rua Coronel Belarmino, nº 232, centro, neste município, constante da matrícula nº 1731 do Registro de Imóveis da Comarca de Porto União SC, onde se encontra instalada a Vigilância Epidemiológica, Sanitária e Ambiental do Município.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a locação de imóvel, situado na Rua Coronel Belarmino, nº 232, centro, neste município, constante da matrícula nº 1731 do Registro de Imóveis da Comarca de Porto União SC, de propriedade de Carlos Antônio Tissiani. Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre o imóvel acima descrito, de propriedade de Carlos Antônio Tissiani em razão da sua localização condicionar a escolha, bem como em razão de este estar dentro do preço praticado no mercado, uma vez que a Vigilância Epidemiológica, Sanitária e Ambiental do Município já se encontra instalada no local.

Do Preço: O valor a ser pago será de R\$ 4.213,60 (quatro mil duzentos e treze reais e sessenta centavos) mensais, pelo período de 12 (doze) meses.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 0900 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade 0901 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 2075 – Manutenção da Vigilância Epidemiológica e Ambiental

Modalidade 3390-451 – Aplicações diretas

Cód. 29

Complemento 33903910 – Locação de imóveis

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93, face os motivos já expostos.

Porto União, 29 de setembro de 2015.

VANESSA NALON DOS SANTOS

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Decreto 717/2015

**LEI Nº 4.362/2015**

LEI Nº 4.362, de 30 de setembro de 2015.

Dispõe sobre crédito especial, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no orçamento próprio do Fundo Municipal de Saúde, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0900 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
UNIDADE	0901 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2075 – Manutenção Vigilância Epidemiológica e Ambiental		
MODALIDADE	3190 – 451 – Aplicações Diretas	novo	50.000,00
	TOTAL DO CRÉDITO		50.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito citado no artigo precedente, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação do exercício, na respectiva Fonte.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 30 de setembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças

JAIR GIRALDI

Secretário Municipal de Saúde e Contabilidade

**LEI Nº 4.363/2015**

LEI Nº 4.363, de 30 de setembro de 2015.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no orçamento próprio do Fundo Municipal de Saúde, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 360.000,00 (Trezentos e sessenta mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0900 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
UNIDADE	0901 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2066 – Manutenção da Atenção Básica		
MODALIDADE	3190 – 103 – Aplicações Diretas	04	100.000,00
ATIVIDADE	2075 – Manutenção da Vigilância Epidemiológica		
MODALIDADE	3390 – 451 – Aplicações Diretas	29	100.000,00
ATIVIDADE	2097 – NASF – Núcleo Apoio Saúde da Família		
MODALIDADE	3190 – 450 – Aplicações Diretas	35	160.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		360.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito citado no artigo precedente, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação do exercício, nas respectivas Fontes.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 30 de setembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito MunicipalPAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e EsporteRICARDO DRAGONI  
Secretário Municipal de FinançasJAIR GIRALDI  
Secretário Municipal de Saúde e Contabilidade**LEI Nº 4.364/2015**

LEI Nº 4.364, de 30 de setembro de 2015.

Dispõe sobre crédito suplementar por transposição, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Saúde, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 1.600.000,00 (Um milhão e seiscentos mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0900 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
UNIDADE	0901 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2066 – Manutenção da Atenção Básica		
MODALIDADE	3190 – 103 – Aplicações Diretas	04	600.000,00
MODALIDADE	3390 – 103 – Aplicações Diretas	43	250.000,00
ATIVIDADE	2067 – Estratégia Saúde da Família		
MODALIDADE	3190 – 456 – Aplicações Diretas	08	550.000,00
ATIVIDADE	2072 – Centro de Atenção Psicossocial – CAPS		
MODALIDADE	3190 – 454 – Aplicações Diretas	15	100.000,00
ATIVIDADE	2073 – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência		
MODALIDADE	3190 – 462 – Aplicações Diretas	22	20.000,00
ATIVIDADE	2097 – NASF – Núcleo de Apoio Saúde da Família		
MODALIDADE	3190 – 450 – Aplicações Diretas	35	80.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		1.600.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito citado no artigo precedente serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e transposição

das seguintes dotações orçamentárias do Orçamento da Prefeitura Municipal:

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0207 – SEC. MUN. TRANSP. OBRAS E SERVS. PÚBLICOS		
PROJETO	1024 – Construção Casa do Mel		
MODALIDADE	4490 – 100 – Aplicações Diretas	67	10.000,00
PROJETO	1025 – Implantação Poços Artesianos		
MODALIDADE	4490 – 170 – Aplicações Diretas	66	40.000,00
PROJETO	1042 – Construção Mini Terminal Rodoviário		
MODALIDADE	4490 – 170 – Aplicações Diretas	84	50.000,00
PROJETO	1045 – Implantação Parque Ambiental		
MODALIDADE	4490 – 170 – Aplicações Diretas	63	85.000,00
PROJETO	1048 – Construção Unidades Sanitárias		
MODALIDADE	4490 – 100 – Aplicações Diretas	60	10.000,00
MODALIDADE	4490 – 170 – Aplicações Diretas	61	40.000,00
PROJETO	1050 – Construção do Centro Administrativo Municipal		
MODALIDADE	4490 – 170 – Aplicações Diretas	26	215.000,00
UNIDADE	0209 – SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
PROJETO	1011 – Produção de Moradias		
MODALIDADE	4490 – 169 – Aplicações Diretas	116	400.000,00
MODALIDADE	4490 – 170 – Aplicações Diretas	117	750.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		1.600.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 30 de setembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças

JAIR GIRALDI

Secretário Municipal de Saúde e Contabilidade

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 012/2015 - FAS**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 013/2015 – FAS

Pregão Presencial 012/2015

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

VW Comércio Atacadista Ltda e

Comercial Menelli Ltda – EPP

Porto União SC, 11 de setembro de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### LEI 2623

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2623/2015 de 30/09/2015.

Recebe em doação terras para fins utilização de via de via pública e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o recebimento em doação de áreas de terras, conforme segue:

1. - Uma área de terras, medindo, 1.554,36m<sup>2</sup> (um mil e quinhentos e cinquenta e quatro metros e trinta e seis décimos quadrados), com as seguintes confrontações: Frente em 12,00 metros com a Rua João Custodio da Luz; Fundos em 12,40 metros com a Rua Bubi Reif; Lado Direito em 128,13 metros com terras de Claudir Herbs e Imóveis Maximiano; Lado Esquerdo em 130,93 metros com terras de Valdemar Borgueson, Adair Ricardo, Volnei Debacher, Vilmar Esser, Fernando Censi, Adriano Barcelos, Zila C. da Silva, Valdemir Goulart, Mario Israel e Edimilson Makoski.

1.1 – A área de terras faz parte de um todo registrado no CRI de Trombudo Central, sob a matrícula nº 16.966 e destina-se a Rua SILVESTRE KRAMEL, conforme termo de doação anexo.

2. Uma área de terras, medindo 1.301,34m<sup>2</sup> (um mil, trezentos e um metros e trinta e quatro décimos quadrados) com as seguintes confrontações: Frente em 12,00 metros com a Rua João Custodio da Luz; Fundos em 12,40 metros com a Rua Bubi Reif; Lado Direito em 106,94 metros com terras do Lote 16 e Imóveis Maximiano; Lado Esquerdo em 109,95 metros com terras de Artur Bodemuller e Imóveis Maximiano.

2.2 – A área de terras faz parte de um todo registrado no CRI de Trombudo Central, sob a matrícula nº 16.967 e destina-se a Rua LEOPOLDO KNOBLAUCH, conforme termo de doação anexo.

3. Uma área de terras, medindo 943,80m<sup>2</sup> (novecentos e quarenta e três metros e oitenta décimos quadrados) com as seguintes confrontações: Frente em 6,08 metros com a Rua Ralf Hebeda; Fundos em 6,00 metros com a área de A.P.P; Lado Direito em 158,50 metros com a Rua Vitorio Piseta; Lado Esquerdo em 156,10 metros com terras de Imóveis Maximiano.

3.3 - A área de terras faz parte de um todo registrado no CRI de Trombudo Central, sob a matrícula nº 10.270 e destina-se a Rua VITORIO PISETA, conforme termo de doação anexo.

Parágrafo único - As áreas de terras de que trata este artigo, encontram-se devidamente registradas no CRI de Trombudo Central, sob as matrículas nº 16.966, nº 16.967 e nº 10.270, de propriedade de Imóveis Maximiano, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o 18.616.575/0001-07, com sede a Rua Ralf Hebeda, 607, Bairro Leopoldo Mees, Município de Pouso Redondo/SC e destinam-se a utilização para vias públicas.

Art. 2 - Fica autorizado o recebimento de uma área medindo 957,90m<sup>2</sup>, (novecentos e cinquenta e sete metros e noventa décimos quadrados) com as seguintes confrontações: Frente em 6,08 metros com a Rua Ralf Hebeda; Fundos em 6,00 metros com área de A.P.P; Lado Direito em 158,50 metros com a Rua Vitorio Piseta; Lado Esquerdo em 160,80 metros com terras de Valdemiro de Oliveira.

Parágrafo único – A área de terra de que trata este artigo, encontra-se devidamente registrada no CRI de Trombudo Central, sob a Matrícula nº 10.271, de propriedade de Valdemiro de Oliveira, pessoa física de direito privado, inscrita no CPF sob o nº 574.280.939-53, residente e domiciliado na cidade de Pouso Redondo/SC.

Art. 3º - Fica o Executivo autorizado a proceder a transferência da área doada de forma definitiva, sem que para isso seja reivindicado presente ou futuramente, qualquer indenização ou pagamento por parte do declarante ou seus herdeiros.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotação própria consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 30 de setembro de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

### LEI 2624

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2624/2015 de 30/09/2015.

Autoriza o Poder Executivo a custear despesas com o intuito de realizar o Campeonato Municipal de Futsal e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a custear despesas no valor de até R\$ 5.329,00 (cinco mil trezentos e vinte e nove reais), com a finalidade de realizar o Campeonato Municipal de Futsal 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotação própria consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 30 de setembro de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

# Presidente Castello Branco

## PREFEITURA

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 136/2015

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 136/2015

CONTRATAN-TE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR EIRELLI EPP
OBJETO:	Os itens a serem aditivados, tiveram suas quantidades previamente definidas para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde durante o ano de 2015, ocorre que a distribuição e utilização desses itens superaram as quantidades previamente licitadas, assim, para que a população continue a ser atendida de forma digna, os medicamentos com as quantidades esgotadas devem ser acrescidas, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar a quantidade dos itens 24 e 50.
VALOR:	Em razão do acréscimo nas quantidades dos medicamentos fixados acima, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 9.800,40 (nove mil, oitocentos reais, com quarenta centavos) para R\$ 9.973,40 (nove mil, novecentos e setenta e três reais, com quarenta centavos) diante das quantidades acrescidas.
VIGÊNCIA:	30/09/2015 a 31/12/2015.

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 140/2015

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 140/2015

CONTRATAN-TE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	SEGANFREDO & SEGANFREDO LTDA EPP
OBJETO:	Os itens a serem aditivados, tiveram suas quantidades previamente definidas para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde durante o ano de 2015, ocorre que a distribuição e utilização desses itens superaram as quantidades previamente licitadas, assim, para que a população continue a ser atendida de forma digna, os medicamentos com as quantidades esgotadas devem ser acrescidas, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar a quantidade dos itens 12 e 66.
VALOR:	Em razão do acréscimo nas quantidades dos medicamentos fixados acima, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 11.913,00 (onze mil, novecentos e treze reais) para R\$ 13.342,70 (treze mil, trezentos e quarenta e dois reais, com setenta centavos) diante das quantidades acrescidas.
VIGÊNCIA:	30/09/2015 a 31/12/2015.

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 139/2015

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 139/2015

CONTRATAN-TE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
OBJETO:	Os itens a serem aditivados, tiveram suas quantidades previamente definidas para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde durante o ano de 2015, ocorre que a distribuição e utilização desses itens superaram as quantidades previamente licitadas, assim, para que a população continue a ser atendida de forma digna, os medicamentos com as quantidades esgotadas devem ser acrescidas, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar a quantidade dos itens 08, 14 e 28
VALOR:	Em razão do acréscimo nas quantidades dos medicamentos fixados acima, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 4.506,70 (quatro mil, quinhentos e seis reais, com setenta centavos) para R\$ 4.530,20 (quatro mil, quinhentos e trinta reais, com vinte centavos) diante das quantidades acrescidas.
VIGÊNCIA:	30/09/2015 a 31/12/2015.

### QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 43/2015

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 43/2015

CONTRATAN-TE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
OBJETO:	Os itens a serem aditivados, tiveram suas quantidades previamente definidas para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde durante todo o ano de 2015, ocorre que a distribuição e utilização desses itens superaram as quantidades previamente licitadas, assim, para que a população continue a ser atendida de forma digna, os medicamentos com as quantidades esgotadas devem ser acrescidas, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar as quantidades dos medicamentos, itens 02 e 471.
VALOR:	Em razão do acréscimo nas quantidades dos medicamentos fixados acima, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 29.223,14 (vinte e nove mil, duzentos e vinte e três reais, com quatorze centavos) para R\$ 29.149,89 (vinte e nove mil, cento e quarenta e nove reais, com oitenta e nove centavos) diante das quantidades acrescidas e rescisão parcial do presente contrato em 15 de setembro de 2015, pelo Decreto nº 3.304/2015.
VIGÊNCIA:	29/09/2015 a 31/12/2015.



**QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 44/2015**EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 44/2015

CONTRATAN-TE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR EIRELLI EPP
OBJETO:	Os itens a serem aditivados, tiveram suas quantidades previamente definidas para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde durante todo o ano de 2015, ocorre que a distribuição e utilização desses itens superaram as quantidades previamente licitadas, assim, para que a população continue a ser atendida de forma digna, os medicamentos com as quantidades esgotadas devem ser acrescidas, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar as quantidades dos medicamentos, itens 77, 95, 312 e 507.
VALOR:	Em razão do acréscimo nas quantidades dos medicamentos fixados acima, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 119.400,97 (cento e dezenove mil, quatrocentos reais, com noventa e sete centavos) para R\$ 119.713,37 (cento e dezenove mil, setecentos e treze reais, com trinta e sete centavos), diante das quantidades acrescidas.
VIGÊNCIA:	29/09/2015 a 31/12/2015.

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 46/2015**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 46/2015

CONTRATAN-TE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA
OBJETO:	O item a ser aditivado, teve suas quantidades previamente definidas para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde durante todo o ano de 2015, ocorre que a distribuição e utilização desse item superou a quantidade previamente licitada, assim, para que a população continue a ser atendida de forma digna, o medicamento com a quantidade esgotada deve ser acrescida, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar a quantidade do medicamento, prednisona 05mg, item 220.
VALOR:	Em razão do acréscimo nas quantidades do medicamento fixado acima, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 38.736,98 (trinta e oito mil, setecentos e trinta e seis reais, com noventa e oito centavos) para R\$ 38.754,48 (trinta e oito mil, setecentos e cinquenta e quatro reais, com quarenta e oito centavos) diante da quantidade acrescida.
VIGÊNCIA:	29/09/2015 a 31/12/2015.

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 45/2015**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 45/2015

CONTRATAN-TE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	BRUNO M. FAVERO PRODUTOS FARMACÊUTICOS EIRELLI EPP
OBJETO:	Os itens a serem aditivados, tiveram suas quantidades previamente definidas para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde durante todo o ano de 2015, ocorre que a distribuição e utilização desses itens superaram as quantidades previamente licitadas, assim, para que a população continue a ser atendida de forma digna, os medicamentos com as quantidades esgotadas devem ser acrescidas, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar as quantidades dos medicamentos, itens 169, 278, 359 e 493.
VALOR:	Em razão do acréscimo nas quantidades dos medicamentos fixados acima, cláusula terceira e alterações anteriores o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 117.383,53 (cento e dezessete mil, trezentos e oitenta e três reais, com cinquenta e três centavos) para R\$ 118.191,30 (cento e dezoito mil, cento e noventa e um reais, com trinta centavos), diante das quantidades acrescidas.
VIGÊNCIA:	29/09/2015 a 31/12/2015.

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 50/2015**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 50/2015

CONTRATAN-TE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA EPP
OBJETO:	O item a ser aditivado, teve suas quantidades previamente definidas para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde durante todo o ano de 2015, ocorre que a distribuição e utilização desse item superou as quantidades previamente licitadas, assim, para que a população continue a ser atendida de forma digna, o medicamento com as quantidades esgotadas deve ser acrescidas, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar a quantidade do medicamento "lírica 150mg", item 64.
VALOR:	Em razão do acréscimo na quantidade do medicamento fixado acima, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 98.036,30 (noventa e oito mil, trinta e seis reais, com trinta centavos) para R\$ 99.386,30 (noventa e nove mil, trezentos e oitenta e seis reais, com trinta centavos), diante da quantidade acrescida.
VIGÊNCIA:	29/09/2015 a 31/12/2015.



# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### LEI 1473/2015

LEI N.º 1473/2015, de 28 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E REGULAMENTA A CRIAÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e a fim de regulamentar a LEI COMPLEMENTAR Nº 33/2015 DE 01 DE JANEIRO DE 2015, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

#### LEI

Art. 1º - A Secretaria Municipal de Administração e Finanças – passará a ser denominada “Secretaria Municipal de Administração”.

Art. 2º – Cria a “Secretaria Municipal de Finanças” ora desmembrada da Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo Único: O cargo de Secretário Municipal de Finanças passará a ser vinculado a Secretaria Municipal de Finanças a partir do Exercício de 2016.

#### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º – Fica instituída a Secretaria Municipal de Finanças para tratar da finalidade das finanças públicas, da execução orçamentária, do equilíbrio das receitas e despesas, de verificar os limites constitucionais e legais das despesas e do ordenamento dos pagamentos, apoiada na Contadoria Geral do Município.

Art. 4º – A Secretaria Municipal de Finanças com a Contadoria Geral do Município preparará e apresentará o Relatório Resumido de Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal.

#### CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 5º - A Secretaria Municipal de Finanças – SEMFI com fundamento nas Normas de Contabilidade Pública brasileira tem o objetivo de organizar as finanças públicas municipais, assegurando a transparência e publicidade dos atos, ficando responsável pelas ordens de pagamentos, controle das contas e conciliação bancária, pagamento de fornecedores e da folha de pessoal e previsão orçamentária, preparar as prestações de contas e realizar a interlocução com a Controladoria Geral do Município, do Estado e da União e os Tribunais de Contas.

§1º - Cabe a Secretaria Municipal de Finanças acompanhar a execução dos Convênios, Contratos, Termos de Parceria e Consórcios, controlando as contas e o seu movimento, preparando as contrapartidas quando couber e suas prestações de contas.

§2º - A prestação de contas de instituições conveniadas que operam recursos do tesouro municipal serão efetuadas perante a Secretaria Municipal de Finanças.

§3º - As negociações das dívidas, a sua fundação, e tomadas de empréstimos, seus procedimentos, garantias, programação de pagamentos e comprometimento serão da responsabilidade da Secretaria Municipal de Finanças, apoiada pela Contadoria e

Procuradoria Geral do Município.

§4º - A situação do CAUC do município perante o Ministério de Estado do Planejamento, Finanças e Orçamento.

§5º As tomadas de contas especiais serão de orientação técnica da Secretaria Municipal de Finanças e Contadoria Geral do Município.

Art. 6º - Os trabalhos de tesouraria serão da responsabilidade da Secretaria Municipal de Finanças.

#### CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 7º - O Secretário Municipal de Finanças é o representante da municipalidade, para tratar junto aos Tribunais de Contas do Estado e da União, e as Controladorias Gerais do Estado e da União, sobre prestação de contas, balanços, orçamentos e finanças, Relatório Resumidos de Execução orçamentária e Gestão Fiscal, limites de despesas legais e constitucionais e certidões legais.

Parágrafo Único – O Secretário Municipal de Finanças tratará de todos os assuntos de ordem financeira e orçamentária, de dívidas e créditos com a Fazenda Nacional.

Art. 8º – Autoriza-se o Executivo Municipal a criar elemento de despesa, as atividades, custeio e projetos, quadro de receitas e despesas para a Secretaria Municipal de Finanças – SEMFI no orçamento para 2016, através de Decreto emanado do Prefeito Municipal.

Parágrafo Único – Autoriza-se a alteração da LDO para o exercício de 2016 e PPA para a execução da presente lei.

Art. 9º – Autoriza-se o Executivo Municipal a remanejar verbas orçamentárias para o quadro de receitas e despesas da Secretaria Municipal de Finanças – SEMFI.

Art. 10. – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 28 de setembro de 2015.  
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

### LEI 1474/2015

LEI Nº 1474/2015, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL COMO ESPECÍFICA.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

#### LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município de Presidente Nereu, crédito suplementar especial no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais), para a suplementação das seguintes modalidades de aplicação:

## 03.01 – DEP. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.001.028.123.1301.0006 – PRECATÓRIOS

33.90.00.00.00.00.01.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$. 5.000,00

SUBTOTAL ..... R\$ 5.000,00

TOTAL ..... R\$ 5.000,00

Art. 2º - Para suplementar o artigo 1º, fica o poder executivo municipal autorizado a anular o valor de R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais), nas seguintes modalidades de aplicação do orçamento vigente, abaixo discriminada:

## 03.01 – DEP. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.001.004.122.1301.2003 – Manutenção das atividades administrativas

44.90.00.00.00.00.01.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$. 3.000,00

SUBTOTAL ..... R\$ 3.000,00

## 02.01 – DEP. MUNICIPAL GABINETE E SECRETARIA GERAL

02.001.004.122.1201.2002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

44.90.00.00.00.00.01.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$. 2.000,00

SUBTOTAL ..... R\$ 2.000,00

TOTAL ..... R\$ 5.000,00

Art. 3º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Presidente Nereu, 28 de Setembro de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI

PREFEITO MUNICIPAL

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### ANA PAULA NUNES - 6º TERMO ADITIVO

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 284/2014, firmado em 01/04/2014, com término previsto para 30/09/2015. O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA NUNES, portador(a) do CPF nº 052.646.179-96, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 284/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 284/2014, iniciando-se a prorrogação em 01/10/2015 e encerrando-se em 06/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 29/09/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANA PAULA NUNES

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

### LORENZO MARTINS BONICONTRO - 2º TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 311/2015, firmado em 22/07/2015, com término previsto para 21/09/2015. O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LORENZO MARTINS BONICONTRO, portador(a) do CPF nº 035.467.799-32, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 311/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 311/2015, iniciando-se a prorrogação em 22/09/2015 e encerrando-se em 06/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18/09/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

LORENZO MARTINS BONICONTRO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

### ORANDINA RUAS - 4º TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 255/2015, firmado em 06/03/2015, com término previsto para 30/09/2015. O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ORANDINA RUAS, portador(a) do CPF nº 400.748.709-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 255/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 255/2015, iniciando-se a prorrogação em 01/10/2015 e encerrando-se em 06/11/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 29/09/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ORANDINA RUAS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

### PORTARIA CONJUNTA Nº 001/2015

PORTARIA CONJUNTA Nº 001/2015.

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração e CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO, Secretário Municipal da Fazenda do município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no inciso III do Parágrafo Único, do Art. 41, da Lei Orgânica do Município e no disposto nos Decretos Municipais nº 4657, de 16 de abril de 2015 e nº 4764, de 19 de junho de 2015 e considerando,

· o disposto no Decreto Municipal nº 4657, de 16 de abril de 2015, que dispõe sobre adoção de medidas administrativas para contenção de gastos do município de Rio do Sul, nos termos da Lei

Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece o princípio do equilíbrio das contas públicas e dá outras providências;

· o disposto no Decreto Municipal nº 4764, de 19 de junho de 2015, que define critérios e estabelece procedimentos sobre o empenhamento de despesas na administração pública municipal, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964, que estabelece os critérios e procedimentos de execução de despesas na Administração Pública e dá outras providências;

· a necessidade de adequar as despesas municipais à programação financeira de entrada de receitas para o corrente ano;

· ser imperativo estabelecer medidas visando à redução do custo administrativo, assegurando, todavia, o funcionamento contínuo dos serviços essenciais do Município

#### RESOLVEM:

Art. 1º – Fica estabelecido que a execução de qualquer despesa, prestação de serviços ou aquisição de materiais, obrigatoriamente deverá ser precedida de:

a) Aprovação conjunta dos Secretários de Administração e Fazenda para emissão da Requisição de Compras para fornecimento de materiais e serviços;

b) Obrigatoriedade de obediência da ordem cronológica dos serviços prestados para emissão da respectiva Requisição de Compras;

c) Cumprimento de todas as medidas para redução de gastos com água, luz e telefone por secretaria.

Art. 2º – Todas as secretarias e órgãos públicos municipais deverão:

I – abster-se de realizar despesa em desacordo com o estabelecido na presente Portaria Conjunta;

II – restringir o gasto com combustível de acordo com a programação mensal de cada secretaria;

III – não efetuar gastos acima do limite permitido para cada secretaria para custeio e manutenção;

Art. 3º – Toda despesa realizada em desacordo com o estabelecido nos decretos 4657, 4764 de 2015 e nesta Portaria Conjunta, será sumariamente glosada, sendo responsabilizado o ordenador da mesma.

Parágrafo Único: Ocorrendo esse tipo de infração, instaurar-se-á o respectivo processo de sindicância com o objetivo de investigar a razão dessa prática de pagamento sem prévio empenho, e, quando for o caso, a instauração de inquérito administrativo para punir os responsáveis.

Art. 4º – Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de setembro de 2015.  
Givanildo Silva  
Secretário Municipal de Administração

Cristiano Contreira Dias Lopes Segatto  
Secretário Municipal da Fazenda

#### PORTARIA n.º 0756/2015

PORTARIA Nº 0756/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, nos termos do Protocolo nº 155681/2015, Abono de Permanência ao(a) servidor(a) MARCIA PASSOS DE ANDRADE, matrícula nº. 92053, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, em virtude de ter direito a Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, a partir de 08/06/2014, de acordo com o Art. 40, § 1º, III, "a", da Constituição Federal, devido permanecer em atividade.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos financeiros a partir de 08/06/2014.

Rio do Sul, 30 de setembro de 2015.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
JOT

#### PORTARIA Nº 0747/2015

PORTARIA Nº. 0747/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder auxílio-funeral, para WALDEMAR KRAJESKI FILHO, (Protocolo 155612/2015), em virtude do falecimento ocorrido no dia 12/09/2015, da servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor (10h) – LEILA MARA AMORIM KRAJESKI, conforme Certidão de óbito Nº 0056751 28, do Cartório de Registro Civil do município e comarca de Blumenau, de acordo com o Art. 262, da Lei Complementar nº. 207/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de setembro de 2015.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Vf

#### PORTARIA Nº 0753/2015

PORTARIA Nº. 0753/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder auxílio-funeral, a CATARINA DA SILVA, (Protocolo 155709/2015), em virtude do falecimento ocorrido no dia 15/09/2015, do servidor público municipal inativo, PEDRO JOSÉ DA SILVA, conforme Certidão de óbito Nº 0017123 21, do Cartório de Registro Civil do município e comarca de Rio do Sul, de acordo com o Art. 262, da Lei Complementar nº. 207/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de setembro de 2015.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Ipm

**PORTARIA Nº 0754/RH**

PORTARIA Nº. 0754/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art.1º Remover para a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/10/2015, a servidora ELIANE JANETE DA SILVA RUBLESKI, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, nível "A", lotada no CEI Navegantes, em conformidade com o Art. 41, inciso II, Parágrafo 2º da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2011 e alterações posteriores e Memorando nº 561/2015 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de setembro de 2015.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Csvf

---

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL**

---

**1º TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL 026/2015 FMS**

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2015

O Fundo municipal de saúde de Rio do Sul torna público que fica retificado o edital pregão presencial para registro de preços nº 026/2015, nos seguintes termos:

Onde se lê:

15.6 – O pagamento será efetuado 30 dias após a entrega do OBJETO ora licitado e apresentação da respectiva nota fiscal;

Leia – se:

15.6 – A entrega do item deverá ser até 10 (dez) dias úteis após emissão da ordem de compra. O pagamento será efetuado 30 dias após a entrega do OBJETO ora licitado e apresentação da respectiva nota fiscal;

Rio do Sul, 01 de setembro de 2015  
Rodrigo Duarte  
Secretário Municipal de Saúde de Rio do Sul

# Santa Cecília

## PREFEITURA

### LEILÃO 01/2015

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/ 2015.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA.

O município de SANTA CECÍLIA, SC, com sede na Rua João Goethen Sobrinho, nº 555, Centro, na cidade de Santa Cecília, CEP 89.540/000, inscrito no CNPJ sob nº 85.997.237/0001-41, Telefone (49) 3244 2032, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE às 09:00 horas do dia 21 de OUTUBRO de 2015, tendo como local o CÂMARA DE VEREADORES, localizada na Av. Nereu Ramos, nº 897, Centro, Santa Cecília, SC. O leilão será conduzido pelos através dos Leiloeiros PÚBLICOS Oficiais SR. JÚLIO RAMOS LUZ, matrícula AARC/162 e SR. PAULO ROBERTO WORM, AARC/333 JUCESC, para venda à vista de bens móveis e imóveis inservíveis: LOTE 01: 01 CAMINHÃO BASCULANTE M. BENZ/L 1513, ano/modelo 1980, Placas MDZ 7700, cor branca, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 15.000,00. LOTE 02: 01 CAMINHÃO GM/CHEVROLET 14.000, ano/modelo 1990, Placas MBK 2465, cor branca, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 10.000,00. LOTE 03: 01 ÔNIBUS FORD/B 1618, ano 1995 modelo 1996, Placas MMT 7793, cor branca, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 10.000,00. LOTE 04: 01 CAÇAMBA LIBRELATO, 5 m³. LANCE INICIAL R\$ 5.000,00. LOTE 05: 01 PATROLA HUBER VACO HWB 140. LANCE INICIAL R\$ 30.000,00. LOTE 06: 01 COMPRESSOR PERFURADOR DE PEDRA, HOLMAN COMPAIR 175, cor amarela, diesel. LANCE INICIAL R\$ 3.000,00. LOTE 07: SUCATA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES. LANCE INICIAL R\$ 100,00. LOTE 08: SUCATA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA. LANCE INICIAL R\$ 100,00. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites WWW.JULIORAMOS.COM.BR ou WWW.SANTACECILIA.SC.GOV.BR, ou ainda pelos telefones Fone (49) 3244 2032, na Prefeitura ou (47) 3521 7730 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

SANTA CECÍLIA (SC), 30 de setembro de 2015.  
DOMINGOS SCARIOT JUNIOR  
PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

### ERRATA PL 82/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

#### ERRATA

Edital nº 082/2015-PR

PUBLICADO NO DOM EM 30/09/2015-EDIÇÃO Nº 1838 PG 935

Onde lê-se:

Da vigência: "Motor com Potencia Mínima de 85 CV".

Leia-se:

Da vigência: "Motor com Potencia Mínima de 88 CV".

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp Nº 400, Centro, Fone Fax: (0xx48) 534-1113 e e-mail: [liocitacao@santarosadosul.sc.gov.br](mailto:liocitacao@santarosadosul.sc.gov.br).

Nelson Cardoso de Oliveira.

Prefeito Municipal



# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### **PORTARIA Nº 163/2015 FERIAS SIMONE ROZANA KOPSEL**

PORTARIA Nº 163/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (TRINTA) dias, a servidora pública municipal Sra. SIMONI ROZANA KOPSEL, matrícula nº12645/01 e ocupante do cargo de GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO, lotado na Secretaria Municipal de ADMINISTRAÇÃO, relativamente ao período aquisitivo 04/07/2014 A 03/07/2015 a serem gozadas no período de 30/09/2015 A 29/10/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 30 de Setembro 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 223/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 223/2015

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 16 outubro de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: TRANSFORMAÇÃO DO VEICULO FURGÃO I / M. BENZ 415 CDI SPRINTER 15/16 COR BRANCA, EM AMBULÂNCIA AUTO SOCORRO DE URGÊNCIA-ASU, PARA USO NA SEDE DA 2ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE SAO BENTO DO SUL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO ANEXO I.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 07h30min às 12:00 e das 13h30min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 28 de setembro de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração – Autoridade Competente

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Pregoeiro

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 96/2015 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 96/2015 FMS

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 14 de outubro de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE CÂMARA VERTICAL PARA ARMAZENAMENTO DE VACINAS PARA O CVS, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 29 de setembro de 2015.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Pregoeiro

### AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA - TOMADA DE PREÇOS Nº 196/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

COMUNICADO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 196/2015

O Município de São Bento do Sul, através da Secretaria de Administração vem através deste comunicar que o Edital de Tomada de Preços acima especificado com o seguinte objeto: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE DRENAGEM PLUVIAL E RETALUDAMENTO DE ÁREA ERODIDA LOCALIZADA NA RUA ENGº ROBERTO KROEHNE, NO BAIRRO DONA FRANCISCA, NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL/SC, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO EM ANEXO, ficou deserto.

São Bento do Sul, 21 de setembro de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

### DECRETO Nº 1087/2015

DECRETO Nº 1087, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.459/2014 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 24.733,25 (vinte e quatro mil, setecentos e trinta e três reais e vinte e cinco centavos) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 – Administração Geral

Atividade: 2.008 – Gestão da Secretaria Municipal de Administração - SECAD

(223) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 11.340,00

Atividade: 2.009 – Gestão do Departamento de Recursos Humanos - DEREH

(233) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 4.093,25

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Unidade: 01 – Administração Financeira

Atividade: 2.007 – Gestão da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN

(263) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 9.300,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 – Administração Geral

Atividade: 2.008 – Gestão da Secretaria Municipal de Administração - SECAD

(226) 4.4.90.52.00.00.00 100 - Equip. Material Permanente R\$ 11.340,00

Atividade: 2.009 – Gestão do Departamento de Recursos Humanos - DEREH  
(231) 3.3.90.14.00.00.00 100 - Diárias - Civil R\$ 1.000,00  
(232) 3.3.90.14.00.00.00 100 - Material de Consumo R\$ 876,00  
(234) 4.4.90.52.00.00.00 100 - Equip. Material Permanente R\$ 2.217,25

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Unidade: 01 – Administração Financeira

Atividade: 2.007 – Gestão da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN

(254) 3.1.90.16.00.00.00 100 - Outras Desp. Variáveis - PC R\$ 400,00

(255) 3.1.90.94.00.00.00 100 - Indenizações e Rest. Trabalhistas R\$ 1.000,00

(256) 3.1.91.13.00.00.00 100 - Obrig. Patronais – Op. Intra-Orçam. R\$ 500,00

(259) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo. R\$ 1.500,00

(260) 3.3.90.33.00.00.00 100 - Passagens e Desp. Locomoção. R\$ 500,00

(265) 3.3.90.47.00.00.00 100 - Obrig. Tributárias e Contributivas. R\$ 400,00

(266) 4.4.90.52.00.00.00 100 - Equip. Material Permanente. R\$ 5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de setembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 1088/2015

DECRETO Nº 1088, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.459/2014 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.400,00 (cem mil e quatrocentos reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.023 – Coordenação, Manutenção e Ampliação do Ensino Fundamental

(520) 3.3.90.46.00.00.00 100 - Auxílio-Alimentação R\$ 93.000,00

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 – Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.029 – Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - SEMOB

(354) 3.3.90.47.00.00.00 100 - Obrigações Tribut. Contributivas R\$ 1.000,00

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 01 – Agricultura

Atividade: 2.017 – Gestão do Departamento de Agricultura - DE-AGRI

(433) 3.1.90.16.00.00.00 100 - Outras Desp. Variáveis PC R\$ 2.500,00

Unidade: 02 – Meio Ambiente

Atividade: 4.003 - Departamento de Meio Ambiente - DEMAM

(450) 3.1.90.16.00.00.00 100 - Outras Desp. Variáveis PC R\$ 600,00

(460) 3.3.90.46.00.00.00 100 - Auxílio-Alimentação R\$ 3.300,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.023 – Coordenação, Manutenção e Ampliação do Ensino Fundamental

(506) 3.1.90.11.00.00.00 100 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 93.000,00

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 – Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.029 – Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - SEMOB

(347) 3.3.90.14.00.00.00 100 - Diárias - Civil R\$ 1.000,00

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 01 – Agricultura

Atividade: 2.017 – Gestão do Departamento de Agricultura - DE-AGRI

(441) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 2.500,00

Unidade: 02 – Meio Ambiente

Atividade: 4.003 - Departamento de Meio Ambiente - DEMAM

(458) 3.3.90.36.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 3.900,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de setembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

## DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 221/2015

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 221/2015

OBJETO: Contratação emergencial de empresa/entidade para operação e manutenção dos serviços de acolhimento institucional - modalidade abrigo - municipal para atendimento de crianças e adolescentes, capacidade 20 crianças pelo prazo de até 90 dias ou homologação de novo processo licitatório.

CONTRATADO: Instituto de Desenvolvimento Integral - IDI.

VALOR: R\$ 222.833,19.

São Bento do Sul, 24 de setembro de 2015.

Edemilson Benedito de Assis – Diretor de Suprimentos e Patrimônio  
Rita Maria Dums – Secretária de Assistência Social

## EDITAL Nº 13/2015 - CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO BENTO DO SUL – CMDCA

EDITAL CMDCA Nº 13/2015

Torna público a relação dos servidores voluntários convidados para atuarem como mesários na eleição do Conselho Tutelar do município de São Bento do Sul.

A Comissão Eleitoral para a Eleição do Conselho Tutelar de São Bento no uso de suas atribuições legais e com base nas Recomendações do Grupo de Trabalho de Apoio ao Processo de Escolha

Unificada de Conselheiros Tutelares em Santa Catarina, emitido em 14 de setembro de 2015, TORNA PÚBLICO A RELAÇÃO dos servidores voluntários convidados a atuarem como mesários na eleição do Conselho Tutelar do município de São Bento do Sul.

I – Torna público o convite dos servidores abaixo relacionados, conforme indicação do Poder Executivo local, para atuarem como Presidentes de Mesa e Mesários na eleição do Conselho Tutelar de São Bento do Sul, no dia 04 de outubro de 2015, das 08h até o término da apuração dos votos, sendo:

Andrea Nunes da Rocha Popadiuk;  
Berselia da Silva;  
Bianca Filippi Chiella Santiago;  
Cinira Seidel Pilz;  
Cleide Regina Pereira;  
Cristina Mieke Akamatsu;  
Deyse Machado Braga;  
Elenara Sandra Camillo Pinto;  
Genesio Cristofolini;  
Ivete Viesniewsky;  
Janete Ana Heineck;  
Jennifer Matos;  
Josemari Cartano de Almeida;  
Karen Lili Fechner;  
Luciane Raimundo da Silva;  
Maiara Dufloth Pelissa;  
Marcia Schwalbe Bianchin;  
Marcia Vieira Alves Schwirkowski;  
Maria Luisa Keiser Grossl;  
Sandra Regina dos Santos Veiga;  
Sandy Pauli;  
Solange de Jesus Faustino Furst;  
Talita Hampel;  
Thamara Resende Ferraz;  
Thiffany Cristiyane Nogueira.

II – No dia da eleição, os servidores deverão estar nos respectivos locais de votação com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos.

III – A reunião com os servidores para orientar quanto aos procedimentos a serem adotados durante a votação e a apuração será realizado no dia 02 de outubro de 2015, às 13h30min, no auditório da Secretária Municipal de Assistência Social, situada a Rua João Mühlbauer, nº 169, nesta cidade.

São Bento do Sul, 29 de setembro de 2015.

Tiago Rogério Hilgenstieler  
Presidente da Comissão Organizadora

### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 161/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 161/2015

DA ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 173/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, em 26 de MAIO de 2014, conforme Edital de Tomada de Preços nº 102/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 173/2014, que consiste no fornecimento de material e mão de obra para execução de serviços de terraplanagem, drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação asfáltica da Rua Pedro Fleischmann, Bairro Oxford, conforme Memorial Descritivo, Projetos e de acordo com o Programa Juro Zero – BADESC / CIDADES;

Considerando que a substituição das bocas de lobo informadas no aditivo nº 121/2015 depende da aprovação do órgão financiador – BADESC, o qual está agendando nova vistoria da obra para averiguação, faz-se necessário prorrogar os prazos de execução e vigência do referido Contrato com base no Art. 57, parágrafo 1º,

inciso I e II nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 28 de maio de 2015 e com término em 27 de agosto de 2015.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 26 de junho de 2015 e com término em 25 de setembro de 2015.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 27 de maio de 2015.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

RAPHAEL BEDIN BUENO, como Engenheiro Civil.

EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, como Contratada.

### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 171/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 171/2015

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 028/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, em 28 de JANEIRO de 2015, conforme Edital de Concorrência Pública nº 310/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 028/2015, que constitui no fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para execução de serviços de terraplanagem, drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação asfáltica da Rua Alberto Torres, bairro Centenário, conforme memorial descritivo, projeto e de acordo com o Programa Fundo Estadual de Apoio aos Municípios – FUNDAM;

Considerando que a ordem de serviço foi emitida em 09 de fevereiro de 2015, dando início ao prazo de execução da obra;

Considerando que a empresa Paviplan Pavimentação Ltda entrou com mandado de segurança na data de 26 de fevereiro de 2015 e que foi concedida liminar em benefício à referida empresa na data de 12 de maio de 2015, nos autos do mandado de segurança nº 030044-15.2015.8.24.0058 que tramita na 1ª Vara Civil da Comarca de São Bento do Sul, fato este causador do impedimento da execução da obra, faz-se necessário prorrogar o prazo de execução do referido Contrato com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II e V nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 04 (quatro) meses, a contar de 09 de junho de 2015 e com término em 08 de outubro de 2015.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 08 de junho de 2015.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

SCHÉLIGA MONIA FOITT POLTRONIERI, como Engenheira Civil.

EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, como Contratada.

### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 228/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 228/2015

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 271/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa WBT INTERNET LTDA ME, em 16 de AGOSTO de 2013, conforme Edital de Pregão Presencial nº 188/2013.

Considerando o objeto do Contrato de nº 271/2013, que consiste na contratação de serviços de conexão com internet link IP dedicado com velocidade de 10 Mbps, incluindo locação e configuração de modems/routers e outros equipamentos necessários, com plena conectividade, conforme especificações em anexo ao Edital de



Pregão Presencial nº 188/2013;

Considerando o término do Contrato nº 271/2013 no dia 15 de agosto de 2015, e devido que os serviços prestados são de natureza contínua e passíveis de prorrogação, faz-se necessário prorrogar a vigência contratual, com base na Cláusula Sétima – Da Vigência do referido Contrato, de acordo com o Art. 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 16 de agosto de 2015 e com término em 15 de agosto de 2016.

Permanece o valor mensal de R\$ 1.640,00 (hum mil, seiscentos e quarenta reais), totalizando o valor do Contrato em R\$ 19.680,00 (dezenove mil, seiscentos e oitenta reais), referente ao período prorrogado para pagamentos de acordo com o Contrato original.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 14 de agosto de 2015.

Ass: ALCIONEI FRANÇA DA SILVA, pela Secretaria de Administração do Município.

WBT INTERNET LTDA ME, como Contratada.

### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 233/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 233/2015

DA ESPÉCIE: Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Locação de Equipamentos Novos para Fiscalização Eletrônica de nº 055/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa ELISEU KOPP & CIA LTDA, em 25 de JANEIRO de 2012, conforme Edital de Concorrência Pública nº 378/2011.

Considerando o objeto do Contrato a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de equipamentos novos para fiscalização eletrônica de: avanço do sinal vermelho do semáforo, parada sobre a faixa de pedestres na mudança do sinal luminoso, monitoramento do excesso de velocidade, através de leitura automática de placas com consulta on-line ao banco de dados, registros de fluxos de veículos, dados estatísticos, bem como o fornecimento de central de controle, fornecimento de relatórios estatísticos, fornecimento de relatórios de gestão de tráfego, de acordo com os projetos, especificações e demais elementos e condições que constituem os anexos deste edital, com instalação, manutenção preventiva e corretiva, incluindo atualização tecnológica, extração e transmissão de dados, para apoio ao órgão de trânsito da cidade na gestão das informações de tráfego;

Conforme solicitação enviada pelo Departamento de Trânsito - DETRU, Processo nº 4955/2015, foram implantadas alterações no trânsito em algumas vias juntamente com a Secretaria de Planejamento do Município, onde foi constatado que alguns equipamentos perderam sua finalidade, gerando prejuízo ao Município, bem como o Radar Móvel cuja utilização é realizada junto com a PM – Polícia Militar, que por falta de contingente está inoperante, gerando elevado custo.

Diante do exposto, pede-se a supressão destes equipamentos, pedido deferido conforme Parecer Jurídico nº 329/2015 anexo a este Termo Aditivo, fazendo-se necessário suprimir o Contrato conforme Art. 65 parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica suprimido o valor total de R\$ 66.000,52 (sessenta e seis mil e cinquenta e dois centavos) referente ao período de agosto/2015 a janeiro/2016 sendo o valor mensal de R\$ 11.397,40 (onze mil trezentos e noventa e sete reais e quarenta centavos) conforme equipamentos abaixo:

KR 271 - Radar Móvel.

SB001 – Equipamento Semafórico instalado na Av. Antônio Kase-model – B. Colonial

SB002 - Equipamento Semafórico instalado na Av. Antônio Kase-model - B. Colonial

SB003 - Equipamento Semafórico instalado na Av. Antônio Kase-model - B. Colonial

SB010 – Equipamento Semafórico instalado na rua José Fendrich – Centro

SB020 – Equipamento Semafórico instalado na rua Pref. Ornith Bollmann - B. Brasília

SB021 – Equipamento Semafórico instalado na rua Pref. Ornith Bollmann - B. Brasília

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 26 de agosto de 2015.

Ass: FERNANDO TURECK, como Prefeito Municipal.

ARNO OTWIN HEILMANN, como Diretor do Departamento de Trânsito.

ELISEU KOPP & CIA LTDA, como Contratada.

### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 234/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 234/2015

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 118/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o Sr. ULISSES DONIZETE RAMOS, em 14 de ABRIL de 2014, conforme Pregão Presencial nº 68/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 118/2014, que consiste na contratação de leiloeiro público oficial do Estado de Santa Catarina com vistas a realização, mediante Contrato específico, de leilão público de bens inservíveis da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul – SC;

Considerando o término do referido Contrato no dia 31 de agosto de 2015 e que o mesmo, conforme Cláusula Sexta – da Vigência, pode ser prorrogado a critério do Contratante e devido à necessidade de realização de novos leilões de bens inservíveis da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul no ano de 2015 e 2016, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos: Fica prorrogada a vigência do Contrato por 08 (oito) meses, a contar de 01 de setembro de 2015 e com término em 30 de abril de 2016.

Mantém-se a Cláusula Sétima – do Pagamento, onde consta:

“O Município não terá nenhuma despesa com pagamento do contratado, o qual terá seus serviços pagos pelos arrematantes através da comissão de 5 % (cinco por cento), sobre o valor de cada bem arrematado.

Parágrafo Único: o valor recebido pelo Leiloeiro ficará o mesmo responsável pelo recolhimento de todos os impostos e encargos obrigatórios por Lei.”

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 26 de agosto de 2015.

Ass: ALCIONEI FRANÇA DA SILVA, pela Secretaria de Administração do Município.

ULISSES DONIZETE RAMOS, como Contratada.

### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 236/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 236/2015

DA ESPÉCIE: Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 173/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, em 26 de MAIO de 2014, conforme Edital de Tomada de Preços nº 102/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 173/2014, que consiste no fornecimento de material e mão de obra para execução de serviços de terraplanagem, drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação asfáltica da Rua Pedro Fleischmann, Bairro Oxford, conforme Memorial Descritivo, Projetos e de acordo com o Programa Juro Zero – BADESC / CIDADES;

Considerando que ainda existem pendências exigidas pelo órgão financiador (BADESC) e a demora do mesmo para fiscalizar

o andamento da obra, faz-se necessário prorrogar os prazos de execução e vigência do referido Contrato com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo execução do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 28 de agosto de 2015 e com término em 27 de novembro de 2015.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 26 de setembro de 2015 e com término em 25 de dezembro de 2015.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 26 de agosto de 2015.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

RAPHAEL BEDIN BUENO, como Engenheiro Civil.

EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, como Contratada.

## **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 237/2015**

### **EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 237/2015**

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 267/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa NAGILA CRISTINA HINCKEL – ME, em 01 de SETEMBRO de 2014, conforme Edital de Pregão Presencial nº 242/2014.

Considerando o objeto de Contrato nº 267/2014, que tem por objetivo a contratação de empresa para elaboração de Oficinas conforme termo de referência anexo, para cumprimento da medida sócio-educativa referente ofício do MPSC nº 0001950/14, constante dos itens 1, 4, 5 e 6 do Pregão Presencial nº 242/2014;

Considerando que devido à realização de outros programas de capacitação dos usuários dos serviços socioassistenciais, não houve tempo hábil para a realização dos itens 4 e 5 do referido contrato, fazendo-se necessária a prorrogação do mesmo para conclusão dos cursos conforme Art. 57, parágrafo 1º, inciso II e Cláusula Nona- da Vigência, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do referido Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 01 de setembro de 2015 e com término em 31 de agosto de 2016.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 27 de agosto de 2015.

Ass: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

NAGILA CRISTINA HINCKEL – ME, como Contratada.

## **JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 221/2015**

### **JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: Contratação emergencial de empresa/entidade para operação e manutenção dos serviços de Acolhimento Institucional - Modalidade Abrigo - Municipal para atendimento de crianças e adolescentes, capacidade 20 crianças pelo prazo de até 90 dias ou homologação de novo processo licitatório.

II – Contratado: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL – IDI

III - Caracterização da Situação que Justifica a Dispensa: a Dispensa de Licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no inciso IV do Art. 24 da Lei 8.666/93 e se justifica pois a

Administração Municipal, em janeiro de 2014 implantou o Serviço de Acolhimento Institucional – Modalidade Abrigo, por exigência de um TAC nº 09.2011.000188-4 do MP/SC.

Para atender esta solicitação, o Município realizou em novembro/13, um processo licitatório, nº 332/2013, para contratar uma empresa para executar o Serviço de Acolhimento – Modalidade Abrigo, onde saiu vencedora o Instituto Estrela de Isabel, a qual executou o serviço até 05 de abril de 2015.

Em dezembro/14, a entidade que ora vinha desenvolvendo atividades no abrigo, informou que não daria mais continuidade ao serviço. Desta forma, o Município realizou um novo processo licitatório para este fim, de nº 39/2015, o qual ficou fracassado.

Em março de 2015, foi realizado um processo emergencial, dispensa de licitação nº 105/2015, pelo período de 180 dias para execução do Serviço de Acolhimento Institucional – modalidade Abrigo, tendo como vencedora a entidade IDI – Instituto de Desenvolvimento Integrado, que executará este serviço até 02 de outubro de 2015.

Paralelo a este período, foi formada uma comissão técnica que se reuniram periodicamente para estudar qual a melhor modalidade de contratação para este serviço, visto a complexidade. Decidiu-se pela modalidade técnica e preço. A comissão, formada por técnicos da assistência, jurídico, setor de compras e Fórum ( Andrigo, Karen, Sílvia, Tiago, Aline, Edemilson, Bersélia, Cleverson, Daniela, cfe lista) sugeriu alguns critérios objetivos que servirão de base para montagem do edital de licitação.

Ocorre que devido a análise aprofundada e a complexidade do assunto, não foi possível finalizar em tempo hábil o novo processo licitatório. Outro fator que contribuiu foi o quesito financeiro, que devido a situação econômica do país, necessitou de estudos minuciosos para compor a nova tabela de custos do serviço de acolhimento. Além destes, após análise da comissão, foi detectado a necessidade de mais dois profissionais que até então não eram exigidos, que são eles: 01 motorista e mais 01 vaga de cozinheira, o que também gerou mais estudos e levantamentos financeiros para inseri-los na tabela de valores que foi composta para o processo.

Assim, a Administração Municipal viu-se obrigada a realizar um novo processo de contratação emergencial para atender este serviço que é contínuo e de extrema necessidade para a municipalidade, bem como para o efetivo cumprimento do TAC acima mencionado. O prazo será de 90 dias ou até a homologação do processo licitatório que está em andamento.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: O Instituto de Desenvolvimento Integral – IDI foi quem demonstrou interesse e que melhor atende ao objeto ora contratado. Ademais, ressalta-se que para as crianças atualmente acolhidas, esta foi a melhor contratação, visto que a desmobilização e a mobilização de toda a equipe poderia ocasionar perda de vínculos e prejuízos emocional para as crianças e adolescentes.

Sendo assim, respeitou-se o critério do melhor valor, disponibilidade e bem estar dos acolhidos, sendo requisitada a contratação do Instituto de Desenvolvimento Integrado – IDI.

V - Justificativa do Preço: Para formar o presente processo foram buscados orçamentos nas seguintes entidades/empresas: 1- Grupo de Apoio a Infância e Adolescência Abrigada – GAIAA, 2-Associação Ecos de Esperança, 3-Instituto de Desenvolvimento Interado – IDI, 4-Lar Abdon Batista, 5-Lar da Menina, 6-Centro Cultura Escrava Anastácia, 7-ABAM, 8-Associação Casa do Pai, 9-Lar Moisés, 10-Associação Lar Criança Arteira, 11-Associação Paranaense Alegria de Viver – APAV, 12-Lar Mãe Maria, 13-Lar Amor Real, 14-Lar Criança Nossa Senhora de Fátima (Casa Pai Herói), 15-Creche Orfanato Vinde a Mim as Criançinhas, 16-Cretinha Casa Lar, 17- AGRI-DAS-Associação Cristão de Assistência Social, 18-Lar Bom Pastor, 19-Abrigo Frei Bruno, 20 - Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União e 21 – Lar da Monica.

a) Grupo de Apoio a Infância e Adolescência Abrigada – GAIAA – Gaspar – proposta no valor de R\$ 58.322,00 para 20 crianças/

adolescentes, mas alega não ter condições no momento de montar equipe mínima para atender em outra cidade, visto se tratar de um processo emergencial de no máximo 90 dias.

b) Associação Ecos de Esperança – Joinville – proposta de R\$ 68.090,00 para 20 crianças/adolescentes, manifestou interesse em participar do novo processo licitatório, mas para este emergencial de até 90 dias, não tem disponibilidade para assumir o serviço em outra cidade, devido ao curto espaço de tempo para montar equipe mínima, pois possui em Joinville 03 unidades de acolhimento, o que dificulta assumir esta responsabilidade fora do município sede.

c) Instituto de Desenvolvimento Interado – IDI – proposta de R\$ 74.277,73 mensais pra atender até 20 crianças/adolescentes;

d) Entidades que alegam não ter interesse neste momento em assumir o Serviço de Acolhimento Institucional no Município: Lar da Menina, ABAM, Lar da Mônica e Lar Bom Pastor.

e) Entidades que não responderam os e-mail: Lar Abdon Batista/Joinville, Centro Cultura Escrava Anastácia – CCEA /Florianópolis, Associação Casa do Pai/Curitiba, Lar Moises/Curitiba, Associação Lar Criança Arteira/Curitiba, Lar Amor Real – LAR/Curitiba, Associação Paranaense Alegria de Viver – APAV/Curitiba, Lar Mãe Maria/São José dos Pinhais, Lar Criança Nossa Senhora de Fátima (Casa Pai Herói)/São José, Creche Orfanato Vinde a Mim as Crianças/São José, Cretinha Casa Lar/São José, AGRIDAS-Associação

Cristão de Assistência Social/Curitiba, Abrigo Frei Bruno/Joaçaba e Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União/Porto União. Observa-se que das 21 entidades contactadas, apenas 06 responderam a solicitação, sendo que 3 delas com os respectivos orçamento e 4 justificando que não tem interesse, já as demais 14 entidades nem respondera a solicitação. Demonstra-se desta forma que houve um esforço por parte do Município em promover ampla concorrência em toda região.

Diante deste cenário e após análise de toda documentação e negativas das empresas que apresentaram menor valor não terem interesse e/ou disponibilidade em assumirem o Serviço de Acolhimento Institucional neste período emergencial, renascesse a entidade IDI - Instituto de Desenvolvimento Integrado, que reuni as condições de prestar adequadamente o serviço, no valor de R\$ 74.277,73 ( Setenta e quatro mil, duzentos e setenta e sete reais e setenta e três centavos), pelo período de até 90 dias ou a homologação do processo licitatório.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

RITA MARIA DUMS  
Secretária de Assistência Social

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 013/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº 013/2015

DA ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços nº 013/2015 firmado entre a Câmara Municipal de São Bento do Sul e Cidel Comércio, Representação e Assistência Técnica de Elevadores Ltda.

DO OBJETO: Contrato de prestação de serviços nº 013/2015, referente serviços de conservação e manutenção preventiva de um elevador social.

DO VALOR: R\$ 5.291,04 (Cinco mil duzentos e noventa e um reais e quatro centavos), divididos em doze parcelas mensais de R\$ 440,92 (Quatrocentos e quarenta reais e noventa e dois centavos)

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar de 15 de setembro de 2015 a 14 de setembro de 2016.

São Bento do Sul, 15 de setembro de 2015.

EDIMAR GERALDO SALOMON - Presidente da Câmara Municipal de

São Bento do Sul

WILSON ZAMIGNANI – pela Empresa Contratada

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 012/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 012/2015

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 001/2014 firmado entre a Câmara Municipal de São Bento do Sul e MEP Produções Ltda.

Considerando a previsão legal para alteração contratual, que tem como objeto Contratação de serviços de filmagem e transmissão das sessões da Câmara Municipal, se faz necessária à majoração dos valores inicialmente contratados em R\$ 4.382,35 (Quatro mil trezentos e oitenta e dois reais e trinta e cinco centavos) em relação à 47h30min de edição em arquivo digital e finalização em mídia DVD, além de mais 44 horas de filmagens internas no montante de 5.793,04 (cinco mil setecentos e noventa e três reais e quatro centavos) totalizando o valor de R\$ 10.175,39 (dez mil cento e setenta e cinco reais e trinta e nove centavos) em relação ao contrato original.

As demais cláusulas e condições previstas no contrato primitivo permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 14 de setembro de 2015.

EDIMAR GERALDO SALOMON – Presidente da Câmara Municipal de

São Bento do Sul

EDSON SCHROEDER – pela Empresa Contratada

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2015

A Câmara Municipal de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, através do Senhor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883 de 08.06.94 e Lei nº 9.648 de 27.05.98 que autorizou INEXIGIR licitação para aquisição/contratação de SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE UM ELEVADOR SOCIAL PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, conforme justificativa: a empresa contratada se justifica por já possuir um elevador instalado na sede deste poder e não pode prescindir dos serviços de manutenção e prevenção que, anteriormente, foram contratadas pela empresa em questão, o serviço não pode ser paralisado, pois, certamente, resultaria em danos ao equipamento aludido que, para garantir a segurança de seus usuários, deve estar sempre funcionando em perfeitas condições. Contratado: CIDEL COMÉRCIO, REPRESENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE ELEVADORES LTDA.

São Bento do Sul, 15 de setembro de 2015.

EDIMAR GERALDO SALOMON – Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

#### JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – OBJETO: Serviços de conservação e manutenção preventiva de um elevador social.

II – CONTRATADO: Cidel Comércio, Representação e Assistência Técnica de Elevadores Ltda.



III – CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO QUE JUSTIFICA A INEXIGIBILIDADE: A inexigibilidade de licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no caput do art. 25 da Lei 8.666/93(1) e se justifica pela empresa contratada já possuir um elevador instalado na sede deste poder e não pode prescindir dos serviços de manutenção e prevenção que, anteriormente, foram contratadas pela empresa em questão, o serviço não pode ser paralisado pois, certamente, resultaria em danos ao equipamento aludido que, para garantir a segurança de seus usuários, deve estar sempre funcionando em perfeitas condições.

IV – RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR/EXECUTANTE: A conservação e manutenção preventiva do elevador já instalado da empresa em questão por ser a única na região que presta serviços de manutenção a elevadores da marca Cidel e, considerando-se o atendimento aos princípios da economicidade e legalidade.

V – JUSTIFICATIVA DO PREÇO: O preço contratado de R\$ 5.291,04 (cinco mil duzentos e noventa e um reais e quatro centavos), divididos em doze parcelas mensais de R\$ 440,92 (Quatrocentos e quarenta reais e noventa e dois centavos) é compatível com os preços praticados no mercado.

Assim submeto a presente justificativa à autoridade competente, Vereador Edimar Geraldo Salomon, Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul.

Giancarlo Grossl

Presidente da Comissão Permanente de Licitação – Portaria nº 001/2015

RH. Ratifico a justificativa e determina a publicação no site da Câmara Municipal e, por extrato, no mural público e no Informativo Municipal em, no máximo, 5 dias.

EDIMAR GERALDO SALOMON

Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

# São José

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5047/2015

DECRETO Nº 5047/2015  
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Conceder ao servidor ROBSON PEREIRA CARPES, matrícula nº 23.139-8, a função gratificada de Coordenador de Setor, nível FG-CO.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de setembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 5081/2015

DECRETO Nº 5081/2015  
DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam dispensados os seguintes servidores, admitidos em Caráter Temporário -ACT.

NOME	CARGO	DATA	LOTAÇÃO
Agenor Affonso da Costa	Motorista	20/09/2015	Fund. do Meio Ambiente
Alvaro de Oliveira Tavares	Motorista	20/09/2015	Secretaria de Educação
Andre Luchtemberg	Motorista	20/09/2015	Secretaria de Ass. Social
Ary Alves Soares	Motorista	20/09/2015	Secretaria de Ass. Social
Cibele Helena dos Santos	Motorista	20/09/2015	Secretaria de Ass. Social
Claudionor Arruda Mariano Junior	Motorista	20/09/2015	Secretaria de Educação
Eduardo Espindola Bittencourt	Motorista	20/09/2015	Secretaria de Ass. Social
Eric Felipe Favero	Motorista	20/09/2015	Secretaria de Saúde
Fabio Correa da Silveira	Motorista	20/09/2015	Secretaria de Educação
Gabriel Werlich Coelho	Motorista	20/09/2015	Secretaria de Saúde
George Carlos Bohm	Motorista	20/09/2015	Secretaria de Saúde
Henrique Pinto Lisboa	Motorista	20/09/2015	Secretaria de Ass. Social
Henrique Ribeiro Junior	Motorista	20/09/2015	Secretaria de Ass. Social
Jilsoni Antonio Coelho	Motorista	20/09/2015	Fundação de Esportes
Joao Henrique da Silva	Motorista	20/09/2015	Secretaria de Ass. Social
Jose Calasans de Goes Filho	Motorista	20/09/2015	Secretaria de Ass. Social
Leodecio Blehm Tietbohl Junior	Motorista	20/09/2015	Secretaria de Saúde
Leonel Nilson Petersen	Motorista	20/09/2015	Secretaria de Educação
Luciria Machado	Motorista	20/09/2015	Secretaria de Saúde
Marcelo Nilton de Deus	Motorista	20/09/2015	Fund. do Meio Ambiente
Marcos Aurelio Santos	Motorista	20/09/2015	Secretaria de Saúde
Marcos Santos	Motorista	20/09/2015	Secretaria de Ass. Social
Mauricio Schwengber Antunes	Motorista	20/09/2015	Secretaria de Des. Econ.
Moises Jasper	Motorista	20/09/2015	Secretaria de Ass. Social
Paulo Roberto Mazarem	Motorista	20/09/2015	Secretaria de Ass. Social
Roberto Carlos Coelho	Motorista	20/09/2015	Secretaria de Segurança
Roberto Vilain de Andrade	Motorista	20/09/2015	Secretaria de Saúde
Rodrigo Henrique Leifer Nunes	Motorista	20/09/2015	Secretaria de Segurança
Rodrigo Medeiros da Silva	Motorista	20/09/2015	Secretaria de Educação
Rodrigo Silveira da Silva	Motorista	20/09/2015	Secretaria de Saúde
Ronaldo Vianna Rocca	Motorista	20/09/2015	Secretaria de Educação

Sandro Ricardo Vargas	Motorista	20/09/2015	Fundação de Cultura e Turismo
Tiago Roger da Silva	Motorista	20/09/2015	Secretaria de Serviços Públicos

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de setembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária Municipal de Administração

## DECRETO Nº 5082/2015

DECRETO Nº 5082/2015

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam dispensados os seguintes servidores, admitidos em Caráter Temporário - ACT.

NOME	CARGO	DATA	LOTAÇÃO
Abigail Santiago Cardoso	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Administração
Adelaide Kuhnen da Silva	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Adriana Aparecida Matos	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Assistência Social
Agenor Lima	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Alda Terezinha do Rosario Carolindo Vicente	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Aline dos Santos Reis	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Almira da Silva	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Assistência Social
Ana Aparecida do Nascimento	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Assistência Social
Ana Paula Melo Medeiros	Agente de Serviços Gerais	01/09/2015	Secretaria de Assistência Social
Andreza Pereira	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito
Anita Regina Ferreira	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Antonio Carlos dos Santos Pires	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Infra-Estrutura
Beatriz Pereira	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Berenice Vas	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação

Brenda Schappo Muniz	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Saúde
Camila Batista	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Cassia Maria de Souza Cristovao	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Saúde
Cindiomara Ferreira Rosa	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Cirley Aparecida de Almeida Padilha	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Saúde
Claodete Aparecida de Lima	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Clara Aparecida Xavier Mendes da Luz	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Fundação Municipal de Esportes
Clarissa Rodrigues de Oliveira	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Claudia Andreia da Silveira Bach	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Assistência Social
Claudia Helena Mariano Souza	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Claudia Regina Machado	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Claudia Regina Matias	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Claudio Marcio de Borba	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Assistência Social
Clauvete Maria dos Santos	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Saúde
Cleia Dalvira Joaquim	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Assistência Social
Cleites Lucia Roos	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Cristiane Hoepers Pulcena	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Dalmy Custodio dos Santos	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Assistência Social
Daniel Costa Euzebio	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Administração
Dayana Karoline da Conceicao Vilela	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Assistência Social
Deizi Bernardes	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Saúde
Deyse Terezinha Moreira	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Fundação Municipal de Esportes
Djalma Souza	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Infra-Estrutura

Eliane Pacheco Costa Hackbarth	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Assistência Social
Elionara Cardoso Lopes	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Administração
Eliza Izabel Schmitz de Sousa	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Emmanuelle de Paula Santos Cavalleiro Celestino	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Fundação Municipal Educacional

Enedina Souza Vieira	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Erci Pilger	Agente de Serviços Gerais	10/09/2015	Secretaria de Educação
Euro Tadeu Ezequiel	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Administração
Franciele Borges Moreira	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Saúde
Gabriela Iona Correa	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Giovana Rosa	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Saúde
Gisele Beatriz Paiva	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Assistência Social
Gisele Madalena de Souza	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Assistência Social
Graziane Carolina Maria	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Graziela Medeiros Waltrick	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Guilherme de Souza	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Administração
Helena Maria de Souza Rodrigues	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Heloisa Pires de Lima	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Isabel Beirao	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Ivo Venite	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Jaci Andrade	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Jacira Maria Iachitzki da Silva	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Jair Bueno Junior	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Administração
Jane Dilma de Oliveira	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Janice Terezinha Velter Medeiros	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Joice Rafaela Correa	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Jorge Luis dos Santos	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Fundação de Cultura e Turismo
Jose Carlos Antonini	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Jose Valmor Ferreira Nunes	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Infra-Estrutura
Julio Alcantara Paradedda Filho	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Assistência Social
Julio Cesar Antonini	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Kelly Sione Nunes	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Leonardo Senna de Melo	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Administração
Leonete Filomena de Souza	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Leonir Lopes	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Leonita Kuyasky	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Lucia Terezinha Ventura	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Lucimar da Rosa	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito
Luivanete Martins da Silva	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Luiz Antonio Pereira	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Assistência Social
Lurcineia Bosquete	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Magda do Prado Pereira	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Magna Nunes	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Marcelo Coelho	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Assistência Social
Marcia Alves Medeiros	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Marcia Leites dos Santos	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Saúde
Marcia Viana Silvano Anselmo	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Assistência Social
Margaret Weber Vieira	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Segurança
Maria Aparecida da Silva	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Maria Aparecida Hames Barcelos	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Maria de Fatima Ricardo da Silva	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Maria de Fatima de Melo Dutra	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Maria de Lourdes Souza da Silva I	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Maria de Lourdes Correia	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Saúde
Maria de Lourdes do Nascimento	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Maria Eucaristia de Souza Oliveira	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Assistência Social
Maria Edesia Borba	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Maria Helena Padilha	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Maria Margarete Ribeiro Silva	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Maria Marta Martins	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Maria Salete Mangrich	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Fundação Municipal Educacional
Maria Susana Perico	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Saúde
Maria Veronica de Medeiros Porto	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Saúde
Marileia Borba de Souza	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Marilene de Souza Oliveira	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Assistência Social
Marilucia Rosa Palacios	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Marisa Rita Andreolla Schmitt	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Assistência Social

Marlene Maria Venancio da Silva	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Assistência Social
Marli Stefens Gorges	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Mercia Simone Rachadel Kremer	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Fundação de Cultura e Turismo
Meri Luci de Souza	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Michele Souza Pereira	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Fundação de Cultura e Turismo
Milena Hauptti	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Saúde
Neilane Jesus Lima	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Assistência Social
Neiva Solange Knecht	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Olga Maria Verissimo	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Patricia Clecia Franceschina	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Patricia de Sousa Paraguai	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Assistência Social
Patricia Regina de Souza	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Raquel Paula da Silva Rodrigues	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Assistência Social
Rita de Cassia Bernardino	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Rita dos Santos	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Rita Duarte de Souza	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Assistência Social
Romario Joao Mariano	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Infra-Estrutura
Ronaldo Joao Mariano	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Infra-Estrutura
Rosa Salete Braatz Saatkamp	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Rosana Fatima da Silva	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Rosana Pereira Sarmento	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Rosangela Lino	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Segurança
Rosania Maria Oliveira da Silva	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Roseli Neckel	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Rosi Cleia de Souza	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Rosimeri Vieira Costa	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Ruth Helena Weber	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Sabrina Martins	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Sandra de Souza	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Fundação do Meio Ambiente
Saulo Jose Trilha	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Assistência Social
Sayonara Ricardo de Amorim	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Sergio Antonio Machado	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Assistência Social
Sergio Ricardo Pereira	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Administração
Silvana Lucia Cardoso Binotti	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Silvia Cardoso	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Saúde
Simone Ribeiro Fernandes	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Fundação de Cultura e Turismo
Sonia Maria Pereira Santos	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Stela Mary Macario	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Suraia da Silva	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Suzana Carla Schultz de Oliveira	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Fundação Municipal de Esportes
Tatiana Jeronimo Cardoso	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Saúde
Tatiana Salese da Silva	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Teresinha Martins da Silva	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Fundação de Cultura e Turismo
Terezinha Mazzucco Vinter	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Saúde
Thaine Aparecida Silva Machado	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Assistência Social
Thiago Carlos dos Santos	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Administração
Valmiria Machado	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Vanderleia Fernandes Lutz	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Vanessa da Rosa	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Vanessa Mendonca Thomaz	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Vanilde Germano	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Assistência Social
Vera Lucia Vieira	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Assistência Social
Vilneia das Gracas da Silva Paust	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação
Viviane Fernandes Lutz	Agente de Serviços Gerais	20/09/2015	Secretaria de Educação

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de setembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária Municipal de Administração

**DECRETO Nº 5092/2015**

DECRETO Nº 5092/2015

EMPOSSA OS CONSELHOS ESCOLARES DAS UNIDADES DE ENSINO MUNICIPAIS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela lei orgânica do município e, em conformidade com a lei nº 5257 de 2012, que dispõe sobre a criação dos conselhos escolares no município de São José, bem como da resolução nº 53/2015 do COMESJ/SC,

**DECRETA:**

Art. 1º. Ficam empossados, para o mandato 2015-2017, os conselheiros escolares das unidades de ensino municipais, com data de início a partir do término de mandato da gestão vigente.

Art. 2º. As responsabilidades, funções e demais compromissos dos conselheiros deverão estar estabelecidas no regimento interno de cada instituição, em conformidade com a resolução N.º 53/2015 do Conselho Municipal de Educação de São José- COMEJ.

Art. 3º. A composição dos conselheiros escolares eleitos na educação infantil e ensino fundamental da rede municipal de ensino, no dia 17 de setembro, encontram-se nos anexos I e II deste Decreto.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de setembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT Prefeita Municipal	MÉRI TEREZINHA DE MELO HANG Secretária Municipal de Educação
---	---

**ANEXO I****DIRETORIA ELEITA DOS CONSELHOS ESCOLARES DA EDUCAÇÃO INFANTIL - 2015**

INSTITUIÇÃO	SEGMENTO FUNCIONÁRIO	SEGMENTO MÃE/PAI
CEI José Nitro	Rosana Natália Anacleto Dulcicleia Aparecida Paust Jaqueline da Silva Paust	Edinalva Miranda Williany Soares Maria Cione R. Machado
CEI Zenir Kretzer Borges	Juliana Machado Fernandes Ivone Maria Ventura Bernardete Ferreira  SUPLENTE Elisandra Salete Valentin da Silva	Ana Claudia G. Agostinho Adriana Raitz Lilian Amorim
CEI Santa Inês	Paulo Cesar A'vila Deise Costa de Oliveira Mayer Tamara Cardoso Dias	Sabrina Martins Katiane de Souza Cristilene Leni da Siveira
CEI Los Angeles	Gisele Terezinha de Oliveira Janaina Antônia de Souza Oliveira Tânia Soares	Rosélia Santiago Stein Sergio Santos de Lima Junior Valter Alves dos Santos
CEI Santo Antônio	Fernanda Lopes Kretzer Patrícia Clecia Franceschina Maria Helena Locksc.	Grasiela Terezinha Porto Suelem Baldi Vanusa Valda Feijó
CEI Bom Jesus de Iguape	Jucilda Santos Margarete Hauser Alexandra Stopassol  SUPLENTE Sandra Mara Lohn da Silva, Mariane Cristine Castro	Simone Souza, Fernanda Alves, Mirella Borba da Rosa  SUPLENTE Carolina Cano da Costa, Andréa dos Santos Costa
CEI Maria Arlinda Cúrcio dos Santos (ACLAMAÇÃO)	Tatiana Branco Ferreira, Andresa Elza Corrêa Martins, Dorca Batista	Marilene Pereira Mendes dos Santos, Sabrina Amaral, Kelle dos Santos Fermiano
CEI Nossa Senhora de Fátima	Alice Hanni Blind Helena Beatriz de Araújo Dias Gisele Pereira Espíndola  SUPLENTE Tatiana Silveira de Souza	Marcela do Amaral Machado Aline Zoccoli Flávia Duarte  SUPLENTE Tatiane Gouveia Gonçalves
CEI Professora Maria Minervina Soares Cunha	Estefânia Patrícia Voss Maria Helena Vanz Mara Simone Furtuoso dos Anjos  SUPLENTE Jane Lúcia Santos da Luz	Nelmo de Jesus dos santos Angelita Machado Lilian da Silva  SUPLENTE Eliane Cortina



INSTITUIÇÃO	SEGMENTO FUNCIONÁRIO	SEGMENTO MÃE/PAI
CEI Nossa Senhora Aparecida	Aline de Assis Scherer Cristina da Silva Junckes Alessandra Stenger Burigo  SUPLENTEs Márcia Alves Cristiane Aparecida de Oliveira	Ana Paula Soares Raimundo Eduarda Inácio Espíndola Miriam da Rosa  SUPLENTEs Esther da Rosa de Oliveira Roberta Caroline Bion da Silva
CEI Antônio Joaquim de Souza	Tatiane Sewald da Silva Juliana Bastos Ferreira Bruna Schmidt	Helaine L. N. de Souza Silvano Manoel de Souza Juliana dos santos  SUPLENTEs Marilene Eli Ramos Andrey Márcio Cardoso
CEI Maria Ferreira	Adriana Rosana do Nascimento Oliveira Haiza Micaela Silveira de Paula Rosa Maria de Jesus da Silveira	Daniela Modesta Colônico Silvana da Silva Wellington Danilo Gatti
CEI São Judas Tadeu	Maria Angelica Albino Ingrid Fernandes Millene Rothstein Alves Luiz  SUPLENTEs  Michela da Silva Pereira Silva Isabel Cristina Vilen Edilene Silva do Vale Ana Clara Arruda Dias Marilene Regina do Amaral Patrícia Angelita de Oliveira da Silva Sarita de Souza Inácio Syomara Dalva Machado	Cleonice de Oliveira Sabrina Fronza Débora Helena Mendes  SUPLENTEs  Daiana de Jesus da Silva Geisilene Cristina de Jesus Brockveld Marcelino Alves
CEI Antonio de Quadros	Divanir de Fátima Ventura dos Santos Eliete Pereira da Silva Julliana Isabella da Silva Espíndola  SUPLENTEs Andrezza Damaceno Maria Aparecida V. de Matos	Ariana da Rosa de Jesus Cunha Vanusa dos Santos Sousa do Nascimento Cleonice Dutra Putzel  SUPLENTEs Thalia Cardoso da Silva Mauro Ferreira Andrade Junior Cleidimar de Oliveira da Silva
Lício Mauro da Silveira	Rute Gorete Gerber Dalmédico Ana Lucia Beirith Weber Ana Paula Ouriques Vieira  SUPLENTEs Karine Machado Gabriela Alexandre	Rosa de Lima Silva Jaqueline Furtado Leila Maria de Lima Queiroz  SUPLENTEs Juliana B. Torquato Kaminski
INSTITUIÇÃO	SEGMENTO FUNCIONÁRIO	SEGMENTO MÃE/PAI
CEI Flor de Nápolis	Ana Paula Castanheiro Gianni de Azevedo Catarina Maria da Cunha Helen Parícia C. Campos  SUPLENTEs Jeruza J. Barbosa Sabrina R. dos Santos Wanderléia D. Rodrigues Maria de Lourdes Freitas Aurélia Alaide Freitas Albina Vieira do Nascimento	Jaílson Silva Suelen Tavares Thalyne M. Oliveira Lima Alexandre D. Matos  SUPLENTEs Rosineide M. Espíndola Francisco S. Telles Junior
CEI Maria Arlinda Cúrcio dos Santos	Tatiana Branco Ferreira Andresa Elza Corrêa Martins Dorça Batista	Marilene Pereira Mendes dos Santos Sabrina Amaral Kelle dos Santos Fermiano
CEI Maria de Lourdes Bott Philippi	Luciana Aguiar Correa Robson Willian Isidoro Rodrigo Schmitdt	Manuela Quadros de Araújo Baungarten Tatiana Leo Spindola Gisele Matos de Lima Ventura

CEI APAM	Claudia Helena Bento Dacol Luzia Aparecida Prim Almeida Adriana Guarezi Zacaron Calegari	Aurea Bento dos Reis Schiimitt Cristiane Penkal Josiane Teresinha Fraga
CEI Eloi Nietzsche	Iara de Souza Rute Demarche Silvia Mara Deodato  SUPLENTE Salette de Oliveira Truppel	Luiz Fernandes de Oliveira Elice do Amaral de Brum Aparecida de Fátima D. de Castro
CEI Araci Olivia da Silva	Ana Lucia Fernandes Barreto Moraes Mirella Regina de Andrade Lúcia Constância  SUPLENTE Milene Domingues Barista Santini Silva Marques Bettiol Nathália Cristina Matos	Wilson Candido de Souza Filho Lara Kristian Scherer Maria Aparecida da Silva  SUPLENTE Ana Paula Gomes Nunes Sabrina Vicente de Moraes Tania Terezinha Jorge
CEI Ondina Schimitdt Gerlach	Hilda Alfien Elizabeth Terezinha Metz Renata Souza Rosa  SUPLENTE Bernadete Petry de Ávila	Mara Rubia P. Fernandes da Silva Raphaella D'ávila de Souza Lucileide de Souza  SUPLENTE Marenice Miller
INSTITUIÇÃO	SEGMENTO FUNCIONÁRIO	SEGMENTO MÃE/PAI
CEI São Francisco de Assis	Elisabete Laureci Senhorinho Schirley Teixeira Raquel Santos de Moraes  SUPLENTE Rita de Cássia Corrêa	Silvia Danielle de Oliveira Scheine Karolin Fabro de Andrade de Marques Valdir Antunes Lindoldo  SUPLENTE Andréia Mara Ramos Eduardo Pascoal Santos Brito
CEI São José	Claudianny Katheriny Vieira de Oliveira Nilzete Terezinha Neckel Karina Greyce Conrat Dirce Alves Teixeira da Silva  SUPLENTE Priscila da Costa Vieira Geovana Maria Pinheiro Xavier Carina de Oliveira Pulceno Juliana Moraes Mary Karyne dos Santos	Luciane de Souza Loch Valéria Damasceno do Carmo Fabrícia Velho Ribeiro Elaine Aparecida Damaceno da Silva  SUPLENTE Juliana Fernandes Débora Clave Luciano Ana Paula Medeiros Teixeira Paula Cecília Novaes Santos da Silva Lilium Guimarães de Barcelos
CEI Regina Bastos	Victor Morner Leite Janaina Fernandes Fraga Fernanda Cristina Pedroso  SUPLENTE Rosely Duarte de Souza Luzia dos Santos Perez	Fernanda Cristina Braga Ana Cristiana de Oliveira Lopes Roberta Gabana Zimmermann  SUPLENTE Eduardo Peterson de Miranda Estelita DE Cássia Oliveira da Rosa Fernandes Maiza Neuza de Oliveira dos Santos

CEI Manoel Cunha	Deyse Rosa do Nascimento Ivan Gabriel dos Santos Sandra Regina da Silva  SUPLENTE Cibele Ramos da Silva Graziela dos Santos Marisa de Melo	Giselli Ostroski de Souza Ferreira Daniela Cantuária Liliane Carla de Freitas Pereira  SUPLENTE Noeli Fátima da Costa Pâmela Regina da Silva
INSTITUIÇÃO	SEGMENTO FUNCIONÁRIO	SEGMENTO MÃE/PAI
CEI São Luiz	Tamires Regina Pedroso Pereira Erci Pilguer Mônica Rosângela Schneider	Ana Salete de Souza Maria Luiza Medeiros de Souza Simone Correa  SUPLENTE Osnilda Nair de Souza
CEI Jardim Pinheiros	Estela Correa de Macedo Prêtila Giseli Matielo Rosangela da Cruz Araújo da Silva	Suelen Medeiros Correa da Silva Josiane da Silva de Faveri Vagner João Sagas  SUPLENTE Desirêe Platt Guilherme de Souza Mchado
CEI Vila formosa	Andréa dos Santos Costa Márcia Regina da Silva e Silva Clarice Daiane Rosa de Lima	Fabiana Hoinaski Gabriela da Silva Florêncio Richard Dhevd
CEI Vida Nova	Norma Fernanda Bangiolo ELiziane de Oliveira Karla Regina Cunha da Silveira  SUPLENTE Marta Virginia Borges Capistrano Christiane Adriano Creuza Jeronima da Costa	Gumercindo Manoel Mariane dos Santos Botelho Marcio Alecio Costa  SUPLENTE Carolina Simões de Oliveira Rudolf Ferdinand Van Felten Gisele Goulart
CEI Nossa Senhora das Graças	Carmelina Cirimbelli Bitencourt Marli da Silveira Santana Rosana Gomes Nunes Terezinha da Silva	Marcio José Schmitt Ana Paula Costa Amaral Gabriela Aparecida Marçal Ferreira Flávia Fernanda Cardoso Novais

## ANEXO II

## DIRETORIA ELEITA DOS CONSELHOS ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 2015

UNIDADE	SEGMENTO FUNCIONÁRIOS	SEGMENTO PAIS/MÃES	SEGMENTO ESTUDANTES
CEM Santa Tere- zinha	Marli Geraci da Silva Rogério Marques Leite Luciana Muniz Farias Andrea Nascimento	Sabrina Lucas de Freitas Simone Aparecida Vieira Costa  SUPLENTE Elisandro Carlos da Rosa Oliveira Márcia Cristina Aristimundo Miguel Camacho de Souza Maria Auxiliadora Gonçalves	Michelle Vitória Vieira Costa Bruno de Freitas  SUPLENTE Melissa Silva Nazario Vitória Goes Muller Denilson Santos Nunes Kethelin Sara Cardoso da Silva
CEM Interativo Floresta	Cleonice Maria Steimbach João Batista de Oliveira Neto Georgia Martins Mendes	Clarisse da Luz Nascimento  SUPLENTE Neusa Almeida Santana Machado	Pedro Heitor Martins Mendes Julia Santana Machado  SUPLENTE Steffany Silveira Dias João Marcelo Cabral Zanela

CEM Araucária	Marize Richartz Josiane Aparecida Fagundes Mello Fabiano Furini Ugnácio Sandra Helena Santos Mendes da Silva	Gesiele Isidoro Rosa Matilde Batista dos Santos Prado  SUPLENTE Andrea Ramos Ascari	Tarlles David Mafra Souza Maicon Rafael Rodrigues  SUPLENTE Ester Mattos Rosa
CEM Luar	Eunice Maria de Souza Silvania Borba Rosa Alexandre de Souza Fernanda Kroth Medeiros  SUPLENTE  Suéllen Aparecida Costa Monguillott Tamara Narloch Nunes Karla Viviane Muller	Daiana Alves de Oliveira Josiane Aparecida de Moura  SUPLENTE Angela de Oliveira Machado Carmem Sandra Strapazon dos Santos Clarice Diamantina Nunes	Dirceu Willian Junco da Rosa Matheus Henrique dos Passos  SUPLENTE Pedro Henrique Espíndola Machado Matheus Nunes de Nacedo Barros Vitória Silva Melo Jayne da Costa Moreira Nathan de Oliveira dos Anjos
UNIDADE	SEGMENTO FUNCIONÁRIOS	SEGMENTO PAIS/MÃES	SEGMENTO ESTUDANTES
EBM Albertina Krumell Maciel	Mário Regis Gonçalves Mislene da Rosa Gilson Dias Pereira  SUPLENTE Adelaide Kuhn da Silva Eliane da Silva Patrícia Bosquette Espíndola	Simone Périco  SUPLENTE Sérgio Murilo Ramos	Junei da Silva Carvalho Lucas Matheus da Silva Souza
CEM Renascer	Mari Aparecida Morfim Silvy Rosilene V. Reinert  SUPLENTE Ester Cardoso Cleonice Franco Alves Denise Schoeder	Rogério Nascimento Josilene Rodrigues  SUPLENTE Anselmo L. Morais Janete P. dos Santos Cláudio Correia	Pâmela Andréia Rodrigues Douglas Bittencort Henrique  SUPLENTE Janaina Rodriguês Soares Gabriel Alves Barros Daiane Santos Patzel Taiane Oliveira da Silva
CEM Maria Iracema Martins de Andrade	Janaína Priscila Ricci Luciana Scheurer Brum Adão de Souza Ana Cláudia Brisola  SUPLENTE Chrystian Rodrigo Sarmiento Aderson Ubirajara Dalsen Jéssica Lopes Soares Gheller Rafael Rodrigo de Neto	Rosália Amante Vieira Juliana Zimmer de Cerqueira Cezar  SUPLENTE Rosana de Souza Solange Salete Vizzotto Flávia Ramos Fritch Rosélia Aparecida Castro	Yasmin Lemos Geovana da Silva Espíndola  SUPLENTE Sandro Luiz de Alcântara Júnior Silvana de Jesus Carvalho David Martins Ana Paula Mendes Laura Fritsch Amanda Silva Nunes Sabrina dos Passos Silva Gabriel Adilson Bernardo Ana Beatriz Martins Borges
CEM Vila Formosa	Cirley de Fátima Marques do Amaral Antônio Roberto Fernandes Cleites Lúcia Roas	Claudiomara R. dos Santos Gonçalves Marinelma das Graças Souza  SUPLENTE Ezequiel Angelo Marília de Assunção	Stefany Sadlowski dos Santos  SUPLENTE Emily Fernandes Fancanaro
UNIDADE	SEGMENTO FUNCIONÁRIOS	SEGMENTO PAIS/MÃES	SEGMENTO ESTUDANTES

CEM Escola do Mar	Nora Ney Terezinha Vieira Lopes Flávio dos Santos Gilmara L. do Amaral Maria Augusta Silveira da Silva  SUPLENTE Denanci L. do Prado Marcos J. O. Silva Geraldo A. Silva Afonso S. Neto	Maria Solange Firmino Guedes Rosemeri Rosa  SUPLENTE Sandra Dahmer Valdemar R. de Oliveira Sandro M. Bernardo Cláudia Alécio Vasconcelos Dinair da Silva	Maria Vitória Franscisco da Silva Manuela Grahl da Silva  SUPLENTE Kamille Alexandre da Rosa Lucas André de Deus
CEM Maria Hortência Pereira Furtado	Ivonete Maria R. da Rosa Lorena Helena da Silva Andréa Catarina A. Vieira Jane Valéria da Costa  SUPLENTE Alessandra Crozetta	Marivalda dos Santos Moraes Sandra Mara Martins	Vinícius E. Rocha Ribeiro Yasmin Lokh Corrêa  SUPLENTE Kauan R. dos Santos Amanda Fernandes Karoline Maciel Sara da Silva Luis Virgílio Maria Eduarda Dias Karoline Martins
CEM Docílio Vieira da Luz	Maysa Martins Raimundo Ana Mara Aparecida de Jesus Joyce Isabel da Silva	Edemilson Castor Pereira	Kaiani Castelhana da Silva Nataly da Silva Garcia
CEM Ceniros Martins	Vera Regina Nocera Myrna Jaqueline dos Santos Stela Mari Macário Marcos Leandro Espíndola  SUPLENTE Eduardo Teixeira Coelho Cleusa Aparecida Pedrozo Franciely Samistraro	Maria Jucélia Barbosa Flávia Janete Machado  SUPLENTE Lucimeri Alcina Elias Edivane Espíndola Marildes de Paula Espieske Patrícia Amaral Fagundes da Silva	Thais de Oliveira Vandlei da Silva Trindade  SUPLENTE Rebeca Veríssimo Ramos Jean Carlos Espíndola
UNIDADE	SEGMENTO FUNCIONÁRIOS	SEGMENTO PAIS/MÃES	SEGMENTO ESTUDANTES
CEM José Nitro	Kátia Regina Ventura Sônia Maria Pereira Santos Cristiane Hoerpers Pulcena Maria Gorete Livramento  SUPLENTE Renato Gomes Fontoura Mara Gonçalves Martins	Sandra Mara Vieira Andreia da Luz  SUPLENTE Luzia Aparecida Lopes Moreira Carline Cardoso Juliano Rodrigues Azevedo	Juliana Cabral Erik Felício da Silva  SUPLENTE Henrique Pedroso Garcia
CEM Antônio Francisco Machado	Fabiana Hoffmann Ferreira Elisangela Schwinden Rachadel Gláucia Aparecida de Souza Simone de Abreu  SUPLENTE Glauco martorano V. Filho Ricardo Comini Barcelos	Jandir da Roda Jane Cristina de Souza  SUPLENTE Débora Maria Coutinho de Lyra Gerson da Silva Marcelo Rivadavia Traglia Perea Rosane Ribeiro Branco	Suiany Padilha dos Santos Iris Cristina de Paula  SUPLENTE Bruna Sangaletti Ingrid Vergil Albano Lucas Sangaletti Elen Cristina da Rosa
EEF Califórnia	Denise Dias Alberton Cláudia Phelippe Tatiane Salese da Silva	Andréia Kraus Cardoso Beatriz Machado de Souza Rosemare Martins	xxxxxxx

CM Maria Luiza de Melo	<p>Patrícia Alexandre Moratelli Rosimere Patrício de Lima Gomes Katy Espíndola Farias Daisy Winicki Vaggetti</p> <p>SUPLENTES Juliana Hachmann Laurileda Matos Galvão Knoll Iloni Inês Meotti do Vale Rego Silvana de Fátima Carneiro</p>	<p>Jean Carlos Pereira Silvio Luiz Weiss</p> <p>SUPLENTES Rosana Fernandes da Silva Mônica Wendalsen Cristina Ventura Fiusa Lima Joyce Garcia Pessoa Valéria Terezinha Barcele Goederte Priscila Ribeiro Marcondes Soares Jussara dos Santos Tamires Marcelo Augusto dos Santos Sugor Sorrentino</p>	<p>Guilherme Shappo da Rosa Juliana Feliciano de Oliveira</p> <p>SUPLENTES Ana Paula Erkmann Juliane Santos Trindade Nicole Guimarães Moreno Bueno Monike de Souza Gabriely Scarabelot Salgado Fábio Vilanova Rafaela Pereira Fellype Falconi Jhenifer Karoline Santos Durvalina Samanta Vieira da Costa</p>
UNIDADE	SEGMENTO FUNCIONÁRIOS	SEGMENTO PAIS/MÃES	SEGMENTO ESTUDANTES
CEM Santa Ana	<p>Jociane Lohn Macagbab Deise Ana Rios Marlene Martins Silva Roseli de Oliveira</p> <p>SUPLENTES Carlos Roberto Tolosa Vanderléia Fernandes Lutz Nicelene Maria Soares Tânia Regina Pereira</p>	<p>Viviane Fernandes Rosiane Augusto</p> <p>SUPLENTES Marli da Silva Luciana Lohn Silveira Gisele Platen</p>	<p>Gabriel Fernandes Pacheco Emanuel Silveira Weber</p> <p>SUPLENTES Beatriz Castro Borges Jhenifer Silveira Adilso Gentilio Bernardo Júnior Rian Rodrigues de Souza Matheus Lemos Haus Fernandes</p>
EEF Potecas	<p>Rosangela Salete Kramer Zenilda Carlin de Pina Andresa O. da Silva</p>	<p>Greice Ivonete Martins Moreira Ana Paula dos Santos Sonia Talita Stein</p>	xxxxxxx
CEM Altino Corsino da Silva Flores	<p>Adriana Mara Vechi Maria Aparecida da Silva Marilei Ines Jahnel Cristian Rolin</p> <p>SUPLENTES Julio Cesar Antonini Leandro Cesar da Silva Marcio Aurélio Vieira</p>	<p>Anarita Chaves Correa Michele Souza Pereira</p> <p>SUPLENTES Cláudia Regina Machado</p>	<p>Barbara de Lima de Oliveira Kauani Milena F. Carlin</p> <p>SUPLENTES Marielly Aparecida Hillesheim Ruan Thiago dos Santos</p>
CEM Vilson Kleinu- bing	<p>Suzana Dias Maciel Simone Elias dos Santos Lucicleia Coelho</p>	<p>Eliza Izabel Schmitz</p> <p>SUPLENTES Maria Rosimar Firmino Marcos Ribeiro Sabrina Elias</p>	<p>Marco Gabriel Vieira Henrique Petry</p> <p>SUPLENTES Luiz Felipe Machado Luana Schuller Vinícius Azevedo Gilmara H. da Silva</p>
EEF Palmira Manbrini	<p>Maria Cristina Ramos Fraga Alessandra de Oliveira Nicontchuk Maria de Lourdes Machado Egert</p>	<p>Jaqueline Helena Antunes Lemos Luciano Tânia Terezinha de Melo Sandra Helena Carlon</p> <p>SUPLENTES Andréa de Castro Alves Fabiano dos Santos Serafin Sílvia Barboza</p>	xxxxxxx
UNIDADE	SEGMENTO FUNCIONÁRIOS	SEGMENTO PAIS/MÃES	SEGMENTO ESTUDANTES
CEM Solemar	<p>Maria Janice dos Santos Edilene Eva de Lima Lourdes Maria Dalla Vecchia Helena Lohmann</p>	<p>Andréia Medeiros Joyce Fernanda dos Santos</p> <p>SUPLENTES Marlei Alves Amaral</p>	<p>Carla Regina B. Cardoso Luisa Eduardo Silna</p> <p>SUPLENTES Claire Medeiros Monosso Gabriel C. Martins</p>



CEM Morar Bem	Anderson Sebastião Chaves Eliane Coelho da Cunha Viviane Scarabelot Campos Liliany Goedert  SUPLENTE Maria Helena de Lima e Silva Lucinéia Bosquetti	Daniel Nascimento Leonita Kuyosky da Silva	Diandra Emanueli Santa Cruz Vitória Meira gomes
------------------	---	---	--

### ESTRUTURA DE APOIO NÁUTICO

Prefeitura Municipal de São José, CNPJ: 82.892.274/0001-05, torna público que requereu Licença Ambiental Prévia, através do processo nº 20823/2015, em 11/09/2015, para Estrutura de Apoio Náutico (trapiche), a ser implantado na Rua Assis Brasil, Praia de Guararema, Ponta de Baixo, junto a Fundação do Meio Ambiente de São José - FMADS.

### INFORMATIVO

INFORMATIVO: PRORROGADO O PRAZO DE INSCRIÇÃO PARA A SELEÇÃO DE PROJETOS DE DESPORTO DE RENDIMENTO PARA O EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS Nº 04/FUNESJ/2015

A Superintendência da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José – FUNESJ torna pública a prorrogação do prazo para inscrição no Edital nº 04/FUNESJ/2015, o qual objetiva selecionar entidades sem fins lucrativos, interessadas em executar projetos de esporte/rendimento, com intuito de formar equipes para representação do Município de São José, com investimentos específicos, por meio de celebração de Convênios de Cooperação no ano de 2016. As referidas entidades terão até o dia 05 de outubro de 2015 para se inscreverem nos termos do Edital. As inscrições são gratuitas. O Edital pode ser acessado no site: <http://diariomunicipal.sc.gov.br> na Edição de nº 1826, do dia 14/09/2015.

São José, 30 de Setembro de 2015.  
Andréa Luiza Grando  
Superintendente da FUNESJ

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/2015 – Processo nº 227/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO PREDIAL, PREVENTIVA E CORRETIVA DOS GINÁSIOS DE ESPORTES, CAMPOS DE FUTEBOL, QUADRAS DE AREIA E SEDE ADMINISTRADOS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 01 de outubro de 2015 às 18h00min até dia 15 de outubro de 2015, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h00min do dia 15 de outubro de 2015. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO EDITAL Nº 11/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO EDITAL Nº 11/2015

A Secretaria Municipal de Educação de São José torna público o presente aditivo ao Edital nº 11/2015 – abre inscrições e define normas para as bolsas de estudo através da Lei nº 4.110/04, para Educação Básica no Município de São José/SC, onde em razão da greve dos servidores do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), fica estabelecido que o documento que comprove ou não vínculo empregatício será recebido até 15(quinze) dias após o término da greve. A responsabilidade da entrega do referido documento no Conselho Municipal de Educação, sito a Rua: Delamar José da Silva, nº 95, sobreloja, Kobrasol, São José/SC, é exclusivamente do interessado pelo pleito à bolsa de estudos. Mantêm-se inalteradas as demais disposições do Edital nº 11/2015 não expressamente modificadas por este aditivo.

São José, 18 de setembro de 2015.  
Ana Maria Laguna Schütz  
Presidente do Conselho Municipal de Educação de São José

Méri Terezinha de Melo Hang  
Secretária da Educação do Município de São José

### RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 096/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 096/2015 - Processo nº 271/2015. Fornecedor: HARLEY DE AGUIAR JUNIOR – EPP e PERFORM TECNOLOGIA EIRELI - EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E ELETROELETRÔNICOS, PARA ATENDER A DEMANDA REPRI-MIDA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.. Valor Total: R\$ 444.872,30 – quatrocentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e setenta e dois reais e trinta centavos. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 135/2015 - SRP - PR Nº 087/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 14/10/2015, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 135/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 087/2015. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, A SEREM UTILIZADOS NA 5ª EFAISLO – EXPOSIÇÃO E FEIRA COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE SÃO LOURENÇO DO OESTE CONFORME DESCRITO EM ANEXO E PROPOSTA TRANSFERÊNCIA 14716/2015 CADASTRADA NO SISTEMA SIGEF DO GOVERNO ESTADUAL, JUNTO AO FUNTURISMO PELO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 30 de setembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 136/2015 - TP Nº 019/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 16/10/2015, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 136/2015, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS ENG. Nº 019/2015. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 30 de setembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

### **DECRETO Nº 5.189, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.**

DECRETO Nº 5.189, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014 e no art. 43, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - proveniente do excesso de arrecadação, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

08.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.01.0001 61 Aplicação Direta R\$ 31.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014 e o art. 43, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 30 de setembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

### **EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO REFERENTE AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 008/2012.**

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO REFERENTE AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 008/2012.

Cedente: SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, CNPJ nº 82.951.336/0001-02.

Cessionário: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: CESSÃO DE USO PELO CEDENTE EM FAVOR DO CESSIONÁRIO, A TÍTULO GRATUITO, DE 01 (UM) CAMINHÃO, FORD F/14.00, ESPÉCIE CAMINHÃO/GUIDASTE HIDRÁULICO VEICULAR, MARCA AGRAL, COMBUSTÍVEL DIESEL, ANO DO MODELO 1993, CHASSI Nº 9BFXTNM8PDB21230, RENAVAL Nº 541719505, MAQ 8072.000, VEI 10035.000.

Data da assinatura: 03/09/2015.

Vigência: 03/09/2015 a 31/12/2018.

Signatários: Moacir Sopelsa – Titular da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural e Geraldino Cardoso – Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste/SC.

### **EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO REFERENTE AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 464/2013.**

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO REFERENTE AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 464/2013.

Cedente: SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, CNPJ nº 82.951.336/0001-02.

Cessionário: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: CESSÃO DE USO PELO CEDENTE EM FAVOR DO CESSIONÁRIO, A TÍTULO GRATUITO, DE 01 (UM) TRATOR AGRÍCOLA, NH TT 4030, 4X4, NEW HOLLAND, MODELO 2013, SÉRIE T75CR406005, PATRI. SAR Nº 17130.

Data da assinatura: 03/09/2015.

Vigência: 03/09/2015 a 31/12/2018.

Signatários: Moacir Sopelsa – Titular da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural e Geraldino Cardoso – Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste/SC.

## **LEI Nº 2.244, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.**

MENSAGEM Nº 048/2015

São Lourenço do Oeste, SC, 16 de setembro de 2015.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores,  
Senhores Vereadores,

Cumprimentando-os cordialmente, com fundamento no inciso I, do art. 55, da Lei Orgânica do Município, submeto à consideração de Vossas Excelências, o Projeto de Lei em anexo, que "autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a doação de bens móveis a Clubes de Mães do Município de São Lourenço do Oeste/SC, e dá outras providências".

A presente proposição prevê autorização legislativa para doação de 01 (uma) mesa de jogos de bolãozinho, em madeira envernizada, medindo 160x80x80cm, com pinos, bola e taco, de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste/SC, avaliada em R\$ 1.490,00 (um mil, quatrocentos e noventa reais), para cada um dos seguintes Clubes de Mães, sediados no distrito de São Roque, neste Município:

- a) Clube de Mães Alegria de Viver, inscrito no CNPJ sob o nº 08.174.549/0001-04, com sede na comunidade de linha Planalto;
- b) Clube de Mães Caminhando Juntas, inscrito no CNPJ sob o nº 08.266.238/0001-75, com sede na comunidade de linha São Roque;
- c) Clube de Mães Unidas por Santana, inscrito no CNPJ sob o nº 07.137.208/0001-04, com sede na comunidade de linha Sant'Ana da Bela Vista.

A escolha das entidades a serem beneficiados com a presente doação não se trata de mero critério discricionário desta Administração Municipal, mas decorreu do fato de que apenas estas 03 (três) entidades encaminharam ofício solicitando a doação, em razão de que os demais Clubes de Mães já possuem o bem de que trata o presente Projeto de Lei.

Busca-se com a presente doação, instituir momentos de lazer, diversão e bem estar, de interação entre os membros, durante a realização das atividades desempenhadas por referidas entidades, e consequentemente, beneficiar suas associadas.

Oportuno lembrar que os bens, objeto da pretensa doação, não teriam outra finalidade ao Município, se não a utilização em atividades desenvolvidas por entidades sociais, razão do interesse do Município em proceder a presente doação.

Pelo exposto, solicito a análise e votação favorável do Projeto de Lei anexo pelos Vereadores desta Casa de Leis.

Ao ensejo, apresento-lhe minhas considerações de elevado respeito, extensivas aos demais membros desta Casa.

Respeitosamente,

GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI Nº 039, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a doação de bens móveis a Clubes de Mães do Município de São Lourenço do Oeste/

SC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar 01 (uma) mesa de jogos de bolãozinho, em madeira envernizada, medindo 160x80x80cm, com pinos, bola e taco, de propriedade do Município, avaliada em R\$ 1.490,00 (um mil, quatrocentos e noventa reais), para os seguintes Clubes de Mães, sediados no distrito de São Roque, neste Município:

I - Clube de Mães Alegria de Viver, inscrito no CNPJ sob o nº 08.174.549/0001-04, com sede na comunidade de linha Planalto;

II - Clube de Mães Caminhando Juntas, inscrito no CNPJ sob o nº 08.266.238/0001-75, com sede na comunidade de linha São Roque;

III - Clube de Mães Unidas por Santana, inscrito no CNPJ sob o nº 07.137.208/0001-04, com sede na comunidade de linha Sant'Ana da Bela Vista.

§ 1º Os bens descritos no caput estão registrados no patrimônio municipal sob os nºs 19783, 19784 e 19785.

§ 2º O valor total da presente doação é de R\$ 4.470,00 (quatro mil, quatrocentos e setenta reais).

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à baixa dos bens doados, do patrimônio do Município.

Art. 3º Para cobrir as despesas decorrentes desta Lei, serão usados recursos do orçamento municipal em execução.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 16 de setembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

# São Miguel da Boa Vista

## PREFEITURA

### BALANÇO ORÇAMENTARIO 4 BIMESTRE 2015

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>20.568.843,69</b>	<b>20.568.843,69</b>	<b>1.709.774,18</b>	<b>8,31</b>	<b>7.538.380,53</b>	<b>36,65</b>	<b>13.030.463,16</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>16.802.283,69</b>	<b>16.802.283,69</b>	<b>1.709.774,18</b>	<b>10,18</b>	<b>7.438.380,53</b>	<b>44,27</b>	<b>9.363.903,16</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	316.392,09	316.392,09	56.640,51	17,90	224.349,05	70,91	92.043,04
IMPOSTOS	302.506,09	302.506,09	56.446,82	18,66	211.204,44	69,82	91.301,65
TAXAS	13.356,00	13.356,00	193,69	1,45	13.144,61	98,42	211,39
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	530,00	530,00	0,00	0,00	0,00	0,00	530,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	19.080,00	19.080,00	4.752,53	24,91	17.658,91	92,55	1.421,09
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	19.080,00	19.080,00	4.752,53	24,91	17.658,91	92,55	1.421,09
RECEITA PATRIMONIAL	54.414,00	54.414,00	28.149,36	51,73	99.793,50	183,40	-45.379,50
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	54.414,00	54.414,00	28.149,36	51,73	99.793,50	183,40	-45.379,50
RECEITA DE SERVIÇOS	83.422,00	83.422,00	4.208,44	5,04	24.770,12	29,69	58.651,88
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.277.275,60	16.277.275,60	1.612.717,97	9,91	7.054.190,99	43,34	9.223.084,61
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	15.285.655,60	15.285.655,60	1.596.369,84	10,44	7.009.379,30	45,86	8.276.276,30
TRANSF. DE CONV.	991.620,00	991.620,00	16.348,13	1,65	44.811,69	4,52	946.808,31
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	51.700,00	51.700,00	3.305,37	6,39	17.617,96	34,08	34.082,04
MULTAS E JUROS DE MORA	21.959,00	21.959,00	295,63	1,35	1.515,13	6,90	20.443,87
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	787,86	0,00	-787,86
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	19.141,00	19.141,00	169,16	0,88	1.040,93	5,44	18.100,07
RECEITAS DIVERSAS	10.600,00	10.600,00	2.840,58	26,80	14.274,04	134,66	-3.674,04
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>3.766.560,00</b>	<b>3.766.560,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>2,65</b>	<b>3.666.560,00</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	31.800,00	31.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.800,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	31.800,00	31.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.800,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.834.760,00	2.834.760,00	0,00	0,00	100.000,00	3,53	2.734.760,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.834.760,00	2.834.760,00	0,00	0,00	100.000,00	3,53	2.734.760,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>20.568.843,69</b>	<b>20.568.843,69</b>	<b>1.709.774,18</b>	<b>8,31</b>	<b>7.538.380,53</b>	<b>36,65</b>	<b>13.030.463,16</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>20.568.843,69</b>	<b>20.568.843,69</b>	<b>1.709.774,18</b>	<b>8,31</b>	<b>7.538.380,53</b>	<b>36,65</b>	<b>13.030.463,16</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>20.568.843,69</b>	<b>20.568.843,69</b>	<b>1.709.774,18</b>	<b>8,31</b>	<b>7.538.380,53</b>	<b>36,65</b>	<b>13.030.463,16</b>
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.540.919,11	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro	—	1.540.919,11	—	—	248.360,44	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>18.465.082,89</b>	<b>19.834.481,34</b>	<b>1.212.622,82</b>	<b>8.260.922,53</b>	<b>11.573.558,81</b>	<b>1.488.019,74</b>	<b>7.381.836,66</b>	<b>12.452.644,68</b>	<b>5.954.433,14</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>11.953.999,77</b>	<b>12.583.289,90</b>	<b>1.161.944,82</b>	<b>6.676.301,92</b>	<b>5.906.987,98</b>	<b>1.448.094,74</b>	<b>5.831.492,39</b>	<b>6.751.797,51</b>	<b>5.658.519,87</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.133.210,52	6.380.513,00	836.868,92	3.355.018,56	3.025.494,44	837.410,58	3.353.935,24	3.026.577,76	3.278.680,01
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.820.789,25	6.202.776,90	325.075,90	3.321.283,36	2.881.493,54	610.684,16	2.477.557,15	3.725.219,75	2.379.839,86
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>6.506.083,12</b>	<b>7.246.191,44</b>	<b>50.678,00</b>	<b>1.584.620,61</b>	<b>5.661.570,83</b>	<b>39.925,00</b>	<b>1.550.344,27</b>	<b>5.695.847,17</b>	<b>295.913,27</b>
INVESTIMENTOS	6.506.083,12	7.246.191,44	50.678,00	1.584.620,61	5.661.570,83	39.925,00	1.550.344,27	5.695.847,17	295.913,27
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>18.465.082,89</b>	<b>19.834.481,34</b>	<b>1.212.622,82</b>	<b>8.260.922,53</b>	<b>11.573.558,81</b>	<b>1.488.019,74</b>	<b>7.381.836,66</b>	<b>12.452.644,68</b>	<b>5.954.433,14</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>18.465.082,89</b>	<b>19.834.481,34</b>	<b>1.212.622,82</b>	<b>8.260.922,53</b>	<b>11.573.558,81</b>	<b>1.488.019,74</b>	<b>7.381.836,66</b>	<b>12.452.644,68</b>	<b>5.954.433,14</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	6.331.645,88
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>18.465.082,89</b>	<b>19.834.481,34</b>	<b>1.212.622,82</b>	<b>8.260.922,53</b>	<b>—</b>	<b>1.488.019,74</b>	<b>7.381.836,66</b>	<b>—</b>	<b>12.286.079,02</b>

FONTE:

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 25/09/2015

Gilnei Antonio Guth  
Prefeito Municipal

Serlei Fatima Puntel  
Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3

Silvio Richardt  
Secretario Administracao e Fazenda



**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO 4 BIMESTRE DE 2015**

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	18.465.082,89	19.834.481,34	1.212.622,82	8.260.922,53	100,00	11.573.558,81	1.488.019,74	7.381.836,66	100,00	12.452.644,68
Legislativa	617.214,32	619.097,77	95.497,53	422.832,10	5,12	196.265,67	89.909,46	394.745,46	5,35	224.352,31
Ação Legislativa	617.214,32	619.097,77	95.497,53	422.832,10	5,12	196.265,67	89.909,46	394.745,46	5,35	224.352,31
Administração	2.070.907,04	2.072.563,59	241.892,50	1.273.873,98	15,42	798.689,61	289.140,87	1.125.948,27	15,25	946.615,32
Administração Geral	1.272.589,04	1.274.245,59	130.453,79	874.458,43	10,59	399.787,16	177.447,71	729.408,87	9,88	544.836,72
Administração Financeira	733.600,00	733.600,00	102.664,97	364.925,08	4,42	368.674,92	102.919,42	362.048,93	4,90	371.551,07
Controle Interno	64.718,00	64.718,00	8.773,74	34.490,47	0,42	30.227,53	8.773,74	34.490,47	0,47	30.227,53
Assistência Social	661.568,16	730.464,85	31.196,91	304.853,20	3,69	425.611,65	72.352,31	252.559,03	3,42	477.905,82
Assistência ao Portador de Deficiência	5.000,00	5.000,00	0,00	4.435,00	0,05	565,00	2.956,66	4.435,00	0,06	565,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	88.500,00	88.500,00	-6.461,00	0,00	0,00	88.500,00	0,00	0,00	0,00	88.500,00
Assistência Comunitária	568.068,16	636.964,85	37.657,91	300.418,20	3,64	336.546,65	69.395,65	248.124,03	3,36	388.840,82
Saúde	3.116.323,10	4.015.514,66	239.179,50	1.858.348,75	22,50	2.157.165,91	382.060,84	1.541.961,38	20,89	2.473.553,28
Atenção Básica	3.046.190,10	3.895.242,40	230.325,35	1.827.629,89	22,12	2.067.612,51	372.302,69	1.511.713,77	20,48	2.383.528,63
Vigilância Sanitária	55.293,00	92.123,09	7.985,15	28.547,86	0,35	63.575,23	8.889,15	28.076,61	0,38	64.046,48
Vigilância Epidemiológica	14.840,00	28.149,17	869,00	2.171,00	0,03	25.978,17	869,00	2.171,00	0,03	25.978,17
Educação	3.698.798,27	3.842.087,19	289.604,78	1.465.053,67	17,73	2.377.033,52	270.402,50	1.344.296,83	18,21	2.497.790,36
Alimentação e Nutrição	190.264,00	194.108,62	15.111,90	111.835,71	1,35	82.272,91	19.122,87	75.612,76	1,02	118.495,86
Ensino Fundamental	3.038.769,43	3.129.962,66	248.490,58	1.190.360,36	14,41	1.939.602,30	228.563,54	1.116.222,86	15,12	2.013.739,80
Ensino Médio	40.810,00	47.124,29	72,60	5.546,60	0,07	41.577,69	72,60	5.498,60	0,07	41.625,69
Ensino Profissional	10.000,00	10.000,00	945,00	9.948,00	0,12	52,00	675,00	9.543,00	0,13	457,00
Ensino Superior	100.000,00	100.000,00	20.807,22	61.752,46	0,75	38.247,54	19.903,22	60.848,46	0,82	39.151,54
Educação Infantil	318.954,84	360.891,62	4.177,48	85.610,54	1,04	275.281,08	2.065,27	76.571,15	1,04	284.320,47
Cultura	96.500,00	98.396,00	6.477,50	32.297,50	0,39	66.098,50	11.137,50	22.727,50	0,31	75.668,50
Difusão Cultural	96.500,00	98.396,00	6.477,50	32.297,50	0,39	66.098,50	11.137,50	22.727,50	0,31	75.668,50
Urbanismo	1.310.906,00	1.493.960,44	15.389,95	240.979,12	2,92	1.252.981,32	45.314,77	183.467,62	2,49	1.310.492,82
Infra-Estrutura Urbana	1.310.906,00	1.493.960,44	15.389,95	240.979,12	2,92	1.252.981,32	45.314,77	183.467,62	2,49	1.310.492,82
Habitação	213.500,00	213.500,00	0,00	0,00	0,00	213.500,00	0,00	0,00	0,00	213.500,00
Habitação Urbana	213.500,00	213.500,00	0,00	0,00	0,00	213.500,00	0,00	0,00	0,00	213.500,00
Agricultura	1.822.966,00	1.856.550,14	177.373,64	898.266,48	10,87	958.283,66	196.085,13	840.733,09	11,39	1.015.817,05
Abastecimento	60.000,00	108.678,10	12.205,10	31.484,00	0,38	77.194,10	13.303,30	31.484,00	0,43	77.194,10
Extensão Rural	1.594.306,00	1.582.752,04	158.197,45	744.627,47	9,01	838.124,57	169.318,74	698.174,08	9,46	884.577,96
Promoção da Produção Agropecuária	168.660,00	165.120,00	6.971,09	122.155,01	1,48	42.964,99	13.463,09	111.075,01	1,50	54.044,99
Indústria	850.000,00	850.000,00	0,00	0,00	0,00	850.000,00	0,00	0,00	0,00	850.000,00
Promoção Industrial	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
Produção Industrial	700.000,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00

Continua 1/2

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	18.465.082,89	19.834.481,34	1.212.622,82	8.260.922,53	100,00	11.573.558,81	1.488.019,74	7.381.836,66	100,00	12.452.644,68
Transporte	3.534.450,00	3.534.450,00	113.947,28	1.538.208,69	18,62	1.996.241,31	109.170,79	1.527.531,08	20,69	2.006.918,92
Transporte Rodoviário	3.534.450,00	3.534.450,00	113.947,28	1.538.208,69	18,62	1.996.241,31	109.170,79	1.527.531,08	20,69	2.006.918,92
Desporto e Lazer	145.400,00	145.400,00	703,27	47.349,34	0,57	98.050,66	5.565,49	36.809,41	0,50	108.590,59
Desporto Comunitário	145.400,00	145.400,00	703,27	47.349,34	0,57	98.050,66	5.565,49	36.809,41	0,50	108.590,59
Encargos Especiais	321.550,00	357.496,70	1.359,96	178.859,70	2,17	178.637,00	16.880,08	111.056,99	1,50	246.439,71
Outras Transferências	133.780,00	135.539,47	0,00	128.759,47	1,56	6.780,00	15.314,53	62.932,83	0,85	72.606,64
Outros Encargos Especiais	187.770,00	221.957,23	1.359,96	50.100,23	0,61	171.857,00	1.565,55	48.124,16	0,65	173.833,07
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	18.465.082,89	19.834.481,34	1.212.622,82	8.260.922,53	100,00	11.573.558,81	1.488.019,74	7.381.836,66	100,00	12.452.644,68

FONTE:

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 25/09/2015

Gilnei Antonio Guth  
Prefeito Municipal

Serlei Fatima Puntel  
Contadora - CRC-SC 021.445/O - 3

Silvio Richardt  
Secretário Administração e Fazenda

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS 4 BIMESTRE 2015**

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	31.906,00	1.105,88	30.800,12
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	31.800,00	0,00	31.800,00
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	106,00	1.105,88	-999,88
<b>TOTAL</b>	<b>31.906,00</b>	<b>1.105,88</b>	<b>30.800,12</b>

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	63.284,90	24.369,29	24.369,29	24.369,29	0,00	0,00	38.915,61
Investimentos	63.284,90	24.369,29	24.369,29	24.369,29	0,00	0,00	38.915,61
<b>TOTAL</b>	<b>63.284,90</b>	<b>24.369,29</b>	<b>24.369,29</b>	<b>24.369,29</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>38.915,61</b>

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	31.378,90	-23.263,41	8.115,49

FONTE:

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 25/09/2015

Gilnei Antonio Guth  
 Prefeito Municipal

Serlei Fatima Puntel  
 Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3

Silvio Richardt  
 Secretario Administracao e Fazenda

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CREDITO E DESPESA DE CAPITAL 4 BIMESTRE 2015**

Município de SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)</b>	<b>900.000,00</b>	<b>0,00</b>			<b>900.000,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	7.246.191,44	1.584.620,61	1.550.344,27	0,00	5.661.570,83
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>7.246.191,44</b>	<b>1.584.620,61</b>	<b>1.550.344,27</b>	<b>0,00</b>	<b>5.661.570,83</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-6.346.191,44</b>	<b>-1.584.620,61</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-4.761.570,83</b>

FONTE:

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 25/09/2015

\_\_\_\_\_  
Gilnei Antonio Guth  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
Serlei Fatima Puntel  
Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3

\_\_\_\_\_  
Silvio Richardt  
Secretario Administracao e Fazenda



Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	409.580,00	804.804,29	109.316,34	13,58	109.314,34	13,58
Investimentos	409.580,00	804.804,29	109.316,34	13,58	109.314,34	13,58
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>3.060.073,10</b>	<b>3.983.878,46</b>	<b>1.853.734,87</b>	<b>46,53</b>	<b>1.538.885,46</b>	<b>38,63</b>
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	587.658,60	1.515.767,52	366.145,86	19,75	272.289,93	17,69
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	587.658,60	1.515.767,52	366.145,86	19,75	272.289,93	17,69
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>587.658,60</b>	<b>1.515.767,52</b>	<b>366.145,86</b>	<b>19,75</b>	<b>272.289,93</b>	<b>17,69</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	<b>2.472.414,50</b>	<b>2.468.110,94</b>	<b>1.487.589,01</b>	<b>80,25</b>	<b>1.266.595,53</b>	<b>82,31</b>
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>						<b>114,61</b>
<b>(VII%) = (VII / IIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5</b>						
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIb)]/100;6</b>						<b>1.100.825,79</b>

Continua 2/4



Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	0,00	0,00			0,00	
TOTAL (VIII)	0,00	0,00			0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	-	-			-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	3.046.190,10	3.895.242,40	1.827.629,89	98,35	1.511.713,77	98,04
Vigilância Sanitária	55.293,00	92.123,09	28.547,86	1,54	28.076,61	1,82
Vigilância Epidemiológica	14.840,00	28.149,17	2.171,00	0,12	2.171,00	0,14
TOTAL	3.116.323,10	4.015.514,66	1.858.348,75	100,00	1.541.961,38	100,00

FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+l"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "Total j".<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+l"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "Total k".<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[VI(h+i) - (15 \times IIIb)] \times 100$ 

Continua 3/4

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 25/09/2015

\_\_\_\_\_  
Gilnei Antonio Guth  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
Sériei Fatima Puntel  
Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3

\_\_\_\_\_  
Silvio Richardt  
Secretario Administracao e F

# DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE 4 BIMESTRE 2015

MUNICÍPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	109.791,53	109.791,53	76.027,06	69,25
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	20.566,62	20.566,62	21.249,55	103,32
1.1.1- IPTU	20.196,00	20.196,00	22.608,74	111,95
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	30,74	30,74	9,93	32,30
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	307,40	307,40	40,24	13,09
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	61,48	61,48	7,59	12,35
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(29,00)	(29,00)	(1.416,95)	4.886,03
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	15.370,00	15.370,00	14.274,24	92,87
1.2.1- ITBI	15.370,00	15.370,00	14.274,24	92,87
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	25.475,34	25.475,34	8.398,28	32,97
1.3.1- ISS	16.907,00	16.907,00	8.339,42	49,33
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	30,74	30,74	58,86	191,48
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	3.368,35	3.368,35	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	5.169,25	5.169,25	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	48.379,57	48.379,57	32.104,99	66,36
1.4.1- IRRF	48.379,57	48.379,57	32.104,99	66,36
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	3.994.873,50	3.994.873,50	1.771.338,52	44,34
2.1- Cota-Parte FPM	2.607.390,00	2.607.390,00	1.200.627,65	46,05
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	2.607.390,00	2.607.390,00	1.200.627,65	46,05
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	—	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	1.311.066,80	1.311.066,80	535.482,85	40,84
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	5.914,80	5.914,80	3.588,80	60,67
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	20.010,00	20.010,00	8.254,12	41,25
2.5- Cota-Parte ITR	466,90	466,90	33,18	7,11
2.6- Cota-Parte IPVA	50.025,00	50.025,00	23.351,92	46,68
2.7- Cota-Parte IOF-Quro	—	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	4.104.665,03	4.104.665,03	1.847.365,58	45,01
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	115.646,00	115.646,00	75.725,20	65,48
5.1- Transferências do Salário-Educação	53.000,00	53.000,00	46.478,19	87,69
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	15.158,00	15.158,00	8.940,00	58,98
5.4- Transferências Diretas - PNATE	47.064,00	47.064,00	17.151,35	36,44
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	424,00	424,00	3.155,66	744,26
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	728.780,00	728.780,00	37.223,44	5,11
6.1- Transferências de Convênios	728.674,00	728.674,00	40.551,10	5,57
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	106,00	106,00	-3.327,66	-3.139,30
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	11.872,00	11.872,00	2.711,09	22,84
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	856.298,00	856.298,00	115.659,73	13,51
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.103.760,80	2.103.760,80	1.206.734,65	57,36
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.452.200,00	1.452.200,00	814.073,67	56,06
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	614.800,00	614.800,00	369.297,83	60,07
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	2.544,00	2.544,00	1.543,54	60,67
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	12.720,00	12.720,00	5.692,51	44,75
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	296,80	296,80	22,85	7,70
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	21.200,00	21.200,00	16.104,25	75,96
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	573.190,84	573.190,84	373.341,18	65,13
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	572.130,84	572.130,84	370.964,58	64,84
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	1.060,00	1.060,00	2.376,60	224,21
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.531.629,96	-1.531.629,96	-835.770,07	54,57
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	573.190,84	584.037,24	384.667,10	65,86	384.667,10	65,86	
13.1- Com Educação Infantil	37.190,84	37.190,84	37.190,84	100,00	37.190,84	100,00	
13.2- Com Ensino Fundamental	536.000,00	546.846,40	347.476,26	63,54	347.476,26	63,54	
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	573.190,84	584.037,24	384.667,10	65,86	384.667,10	65,86	
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR		
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							
16.1 - FUNDEB 60%							
16.2 - FUNDEB 40%							
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							384.667,10
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							103,03
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %							-3,03
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR		
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²							0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS		
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	1.026.166,26		1.026.166,26		461.841,40	45,01	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	227.050,84	256.059,88	71.993,84	28,12	63.569,23	24,83	
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.265.361,43	2.312.198,79	856.782,27	37,05	831.108,11	35,94	
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	536.000,00	546.846,40	347.476,26	63,54	347.476,26	63,54	
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.729.361,43	1.765.352,39	509.306,01	28,85	483.631,85	27,40	
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
28- OUTRAS	175.000,00	175.000,00	94.562,70	54,04	71.141,20	40,65	
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.667.412,27	2.743.258,67	1.023.338,81	37,30	965.818,54	35,21	
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR		
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-835.770,07		
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00		
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					2.376,60		
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					=		
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00		
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					=		
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)					=		
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-833.393,47		
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					1.728.070,81		
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					93,54		
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	53.212,00	75.976,65	45.053,12	59,30	17.193,47	22,63	
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	801.814,00	846.491,87	321.315,56	37,96	287.622,44	33,98	
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	855.026,00	922.468,52	366.368,68	39,72	304.815,91	33,04	
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.522.438,27	3.665.727,19	1.389.707,49	37,91	1.270.634,45	34,66	

MUNICÍPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (j)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	1.100,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	1.100,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	10.846,40	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	370.964,58	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	371.056,39	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	371.056,39	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.376,60	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	13.131,19	0,00

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 25/09/2015

Gilnei Antonio Guth  
Prefeito Municipal

Serlei Fatima Puntel  
Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3

Silvio Richardt  
Secretario Administracao e Fazenda

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.  
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### EDITAL Nº 012/2015 - NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS

EDITAL Nº 012/2015

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS

O Prefeito Municipal do Município de São Miguel do Oeste, no uso das atribuições do art. 72 da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, do Código Tributário Municipal (Lei 4.200/1997) e suas alterações, e do Código Tributário Nacional, RESOLVE,

Art. 1º NOTIFICAR os contribuintes abaixo relacionados, tendo em vista, que não foram encontrados em notificações anteriores do lançamento de Tributos referente a Notificações Preliminares, a providenciar a regularização de muro de contenção junto ao alinhamento do lote e a retirada/demolição de muro de contenção construído irregular em área pública, Auto de Embargo, este desrespeitado, pelo fato de não paralisar a obra e executá-la em espaço público, no entanto estas não cumpriram as determinações das notificações, sendo lavrado o Auto de Infração e Imposição de Multa.

Art. 2º Ficam os notificados abaixo relacionados, para que, no prazo de até 03 de novembro de 2015, regularize seu débito junto a municipalidade, junto ao Setor de Tributação da Secretaria Municipal da Fazenda, sob pena de Inscrição em DIVIDA ATIVA e seu consequente ajuizamento. Ficando também, ciente, de que o não cumprimento das medidas antes mencionadas ensejará demanda judicial cabível à espécie.

CONTRIBUINTE	NOTIFICAÇÃO	AUTO DE EMBARGO	AUTO DE INFRAÇÃO E IMPOSIÇÃO MULTA
ESPOLIO DE LOURIVAL FESTUGATTO – A/C VIGILATO BORGES LIMA FESTUGATO – CPF Nº 020.631.839-10	013/2006 076/2006 NOT.21/02/08	12/NOV/2007	04/2015

Art. 3º Este edital será publicado em Jornal de circulação municipal, além de ser afixado no mural principal da prefeitura, sendo ainda, disponibilizado no endereço eletrônico [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC.

Em, 24 de setembro de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Pedro José de Conto

Secretário de Fazenda e Administração

CÁSSIO AUGUSTO DA SILVA

Secretário de Desenvolvimento Urbano



# Schroeder

## PREFEITURA

### **CANCELAMENTO DE ITEM CONTRATO Nº. 288/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro,  
CEP: 89275-000 – SCHROEDER/SC  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-1191  
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Contrato nº. 288/2015-PMS  
Processo Licitatório nº. 175/2015-PMS  
Concorrência nº. 06/2015-PMS

### **CANCELAMENTO DE ITEM**

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados o CANCELAMENTO DO ITEM 02 – "BOX 4 Externo (área de 5x4 = 20m²) - Comercialização de Drinks Tipo: "Caipirinhas/Caipifrutas, Frozen, Ice Cream, Ice Color, Drinks Montados, Drinks Batidos e Shot Drinks (Bebidas com e sem álcool)". Conforme descrito no item "Direitos e Obrigações", referente ao Contrato nº. 288/2015-PMS, Processo de licitação nº. 175/2015- PMS, Concorrência nº. 06/2015–PMS, visando outorga de permissão remunerada de uso para fornecimento e exploração comercial de pontos de alimentação, bebida e comércio no geral pelos quatro dias de evento Oficial da Schroederfest 2015 – Comemoração Político Administrativa do Município de Schroeder/SC, de acordo com as condições previstas neste Edital e as especificações constantes do Anexo IV deste Edital, vencido pela empresa JORGE MARCELO RIBEIRO, inscrita no CNPJ sob o nº 18.572.217/0001-31, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco nº 607 sala 01 box 5, Centro, na cidade de Schroeder, CEP: 89.275-000, conforme consta no pedido feito pela empresa e Parecer da Procuradoria 0109/2015-PROJUR

Schroeder, 30 de setembro de 2015.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 3.438/2015 DE 24 DE SETEMBRO DE 2015**

DECRETO Nº 3.438/2015 de 24 de setembro de 2015  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 22.540,00 (vinte e dois mil quinhentos e quarenta reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
07.02 - UNID. DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
07.02.22.661.3008.2.319 - Contribuição a Schroeder Fest e Expo Schroeder  
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Outros Serviços de Terceiros

- Pessoa Jurídica R\$ 21.500,00  
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Material de Consumo R\$ 1.040,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 24 de setembro de 2015.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### **DECRETO Nº 3.439/2015 DE 29 DE SETEMBRO DE 2015**

DECRETO Nº 3.439/2015, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015  
DECRETA PONTO FACULTATIVO.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

#### **DECRETA :**

Art. 1º Fica decretado Ponto Facultativo o dia 30 de outubro de 2015 (sexta-feira), nas repartições públicas municipais, em comemoração ao Dia do Servidor Público, cuja data comemorativa é no dia 28 de outubro de 2015, ressalvadas as necessidades de serviços de cada Secretaria e do pessoal ligado à Defesa Civil.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 29 de setembro de 2015.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 293/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 293/2015-PMS

Dispensa de Licitação nº. 91/2015-PMS - Processo nº. 223/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: MARIELY KALAISSA PROENÇA, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.286.128/0001-05, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº 4893, sala 02, Centro norte, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação de serviço de fotografia para cobertura da Schroederfest 2015 para o período de 01 à 04 de outubro de 2015 no Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁ- RIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Contratação de Serviço de Fotografia para Cobertura da Schroederfest 2015 para 40 horas no período de 01 à 04 de outubro. CRONOGRAMA DE TRABALHO DIAS Entrada Saída CARGA HORÁRIA 1/out 18h30min 22h 03h30min 2/out 13h30min 00h 10h30min 3/out 09h30min 00h 14h30min 4/out 09h 21h 12h TOTAL DE HORAS 40h30min	01	UNIDADE	3.100,00	3.100,00
TOTAL R\$					3.100,00

Valor do contrato: R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais).

Data da Assinatura: 30/09/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 294/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato nº. 294/2015-PMS

Processo de licitação nº. 149/2015 – PMS -Modalidade Concorrência nº. 05/2015 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: HABITARK ENGENHARIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 05.269.823/0001-30, estabelecida na Rua Clara Persuhn nº 107 sala 01, Bairro Itoupava Seca, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.030-140.

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de dois Reservatórios de Água Potável em Concreto Armado com volume de 750m³ cada, Casa de Química, Rampa de Acesso e Muro de Contenção no Município de Schroeder/SC, de com projetos, memoriais descritivos, planilhas de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento convocatório.

Valor do contrato: R\$ 1.279.648,82 (um milhão duzentos e setenta e nove mil seiscentos e quarenta e oito reais e oitenta e dois centavos).

Data da Assinatura: 30/09/2015 – Vigência: 31/12/2015

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 295/2015 - PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 295/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 193/2015 - PMS

## Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 101/2015 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: IVONE IDA BRASILIA BARONI, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.437.355/0001-10, estabelecida na Avenida Eugênio Krause nº 429, Centro, na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.385-000

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em serviço de mecânica para caminhões e latoaria, estofaria, vidraçaria para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

Lote	Descrição do Serviço		
01	Serviço de latoaria, pintura, estofamento e vidraçaria; incluindo fornecimento de peças do segmento latoaria, com: Portas, pará choque, revestimentos internos teto, portas, painéis e volante. Incluindo material para serviço; tintas, massa, lixas, chapas de ferro para máquinas, caminhões, microônibus, linha leve . Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral. conforme Termo de Referência.		
VALOR DA MÃO-DE-OBRA PARA O LOTE (Calculado sobre hora/homem) 41,22	Custo por hora (R\$)	Total de Horas	Custo Total (R\$)
	400	16.488,00	
CÁLCULO DO VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE	ÍNDICE	DESCONTO A SER APLICADO	VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE, APÓS DESCONTO <sup>1</sup>
Desconto sobre peças - Peças Genuínas - DPG	DPG x 1,00	0	35.000,00
Desconto sobre peças - Peças Originais	DPGx1,50	0	35.000,00
Desconto sobre peças - Outras Peças	DPGx2,25	0	35.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE 1 - MÃO-DE-OBRA + PEÇAS (VALOR APÓS DESCONTO SOBRE PEÇAS GENUÍNAS)			51.488,00

Lote	Descrição do Serviço		
02	Serviços de mão de obra mecânica em geral , para caminhões. Com o fornecimento de peças, Serviços de: revisão geral, suspensão, freios, embreagem, pára-brisa, inter clima, câmbio, embuchamento, mangueiras hidráulicas, bombas hidráulicas, caixa de direção, retífica de motores, mola, pinos e parafusos. Instalação de peças e acessórios , manutenções em geral. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.		
VALOR DA MÃO-DE-OBRA PARA O LOTE (Calculado sobre hora/homem) 45,45	Custo por hora (R\$)	Total de Horas	Custo Total (R\$)
	1000	45.450,00	
CÁLCULO DO VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE	ÍNDICE	DESCONTO A SER APLICADO	VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE, APÓS DESCONTO <sup>1</sup>
Desconto sobre peças - Peças Genuínas - DPG	DPG x 1,00	0	60.000,00
Desconto sobre peças - Peças Originais	DPGx1,50	0	60.000,00
Desconto sobre peças - Outras Peças	DPGx2,25	0	60.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE 2 - MÃO-DE-OBRA + PEÇAS (VALOR APÓS DESCONTO SOBRE PEÇAS GENUÍNAS)			105.450,00

Valor do contrato: R\$ 156.938,00 (cento e cinquenta e seis mil novecentos e trinta e oito reais)

Data da Assinatura: 30/09/2015 – Vigência: 30/09/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

## NOTIFICAÇÃO DE ENTREGA CONTRATO Nº 224/2015-PMS

### NOTIFICAÇÃO

Processo de licitação nº. 146/2015 - PMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 71/2015 – PMS

Fica a empresa BOZZANO E BOZZANO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 85.323.392/0001-82, estabelecida na Rua Mancio Costa nº 98 sala 01, Garcia, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.020-030, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 224/2015-PMS, firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido as Ordem de Compra, cujo empenho nº 4.666/15 não efetuou a entrega dos produtos do prazo de estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações

Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Empenho (O.C)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobedecido
4666/15	Item 10 - Bateria Alcalina 9 volts	22/09/15	30/09/15.
4666/15	Item 127 - Pilhas alcalinas – pequenas mod. AA 1.5 v / 5cm - cartela com 2 unidades.	22/09/15	30/09/15.
4666/15	Item 128 - Pilhas alcalinas AAA palito, com no mínimo 7 anos de validade - cartela com 2 unidades.	22/09/15	30/09/15.
4666/15	Item 132 - Pilhas recarregáveis AA 2500mAh. Cartela com 2 unidades	22/09/15	30/09/15.

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 01 de outubro de 2015.

Ivandra de Souza

Diretora de Recursos Materiais

Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

A

BOZZANO E BOZZANO LTDA

CNPJ sob o nº. 85.323.392/0001-82

(47) 3340-4074

### **NOTIFICAÇÃO DE ENTREGA CONTRATO Nº 225/2015-PMS**

#### **NOTIFICAÇÃO**

Processo de licitação nº. 146/2015 - PMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 71/2015 – PMS

Fica a empresa MÓBILE EIRELI ME, inscrita no CNPJ sob o nº 15.764.033/0001-85, estabelecida na Rua Eduardo Neidert nº 1803, Bairro Barro Preto, na cidade de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.295-000, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 225/2015-PMS, firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido as Ordem de Compra, cujo empenho nº 4.668/15 não efetuou a entrega dos produtos do prazo de estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações

Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Empenho (O.C)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobedecido
4668/15	Item 113 - Papel Vergê – gramatura 180g/m <sup>2</sup> - medidas mínimas de 297X210mm - pacote com 50 folhas. (AZUL)	22/09/15	30/09/15.
4668/15	Item 67 - Espiral para encadernação na cor preta, tamanho 17mm pacote c/ 100 unidades.	22/09/15	30/09/15.
4668/15	Item 68 - Espiral para encadernação na cor preta, tamanho 12mm pacote c/ 100 unidades.	22/09/15	30/09/15.
4668/15	Item 130 - Pilhas Alcalinas LR 44	22/09/15	30/09/15.

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 01 de outubro de 2015.

Ivandra de Souza

Diretora de Recursos Materiais

Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

A

MÓBILE EIRELI ME

CNPJ sob o nº 15.764.033/0001-85

(47) 3644-6300

**NOTIFICAÇÃO DE ENTREGA CONTRATO Nº 228/2015-PMS****NOTIFICAÇÃO**

Processo de licitação nº. 146/2015 - PMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 71/2015 – PMS

Fica a empresa TAVI PAPELARIA MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 92.067.073/0001-19, estabelecida na Rua Irmão Francisco nº. 55, Bairro Humaitá, na cidade de Porto Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP: 90.240-120, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 228/2015-PMS, firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido as Ordens de Compra, cujo empenho nº 4.667/15 não efetuou a entrega dos produtos do prazo de estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações

Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Empenho (O.C)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobedecido
4667/15	COLA BRANCA ESPECIFICAÇÕES: FRASCO TRANSPARENTE VERDE, FEITO 100% DE PET RECICLADO RETANGULAR, COM BICO APLICADOR E TAMPAS ESPECIAIS ANTI-ASFIXIANTE, CONTENDO NO MÍNIMO 100GRS. COMPOSIÇÃO: RESINA DE PVA. ATÓXICA, LAVÁVEL (OBRIGATÓRIO CONSTAR LAVÁVEL NO RÓTULO ORIGINAL DO PRODUTO). PODENDO SER UTILIZADA PARA COLAGENS EM PAPEL CARTÃO E CARTOLINA. NA EMBALAGEM DEVE CONTER INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, MARCA, E VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS. COM SELO DO INMETRO COMPROVADOS NA PROPOSTA	22/09/15	30/09/15.

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 01 de outubro de 2015.

Ivandra de Souza

Diretora de Recursos Materiais

Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

A

TAVI PAPELARIA MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA LTDA

CNPJ sob o nº 92.067.073/0001-19

(51) 3343 -1597.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº. 05/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº. 05/2015-PMS

O Prefeito Municipal, OSVALDO JURCK, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da Modalidade Concorrência nº 05/2015-PMS - Processo nº 149/2015-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço global, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de dois Reservatórios de Água Potável em Concreto Armado com volume de 750m³ cada, Casa de Química, Rampa de Acesso e Muro de Contenção no Município de Schroeder/SC, de com projetos, memoriais descritivos, planilhas de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento convocatório.

Empresa vencedora: HABITARK ENGENHARIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 05.269.823/0001-30, estabelecida na Rua Clara Persuhn nº 107 sala 01, Bairro Itoupava Seca, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.030-140.

Valor da proposta vencedora: R\$ 1.279.648,82 (um milhão duzentos e setenta e nove mil seiscentos e quarenta e oito reais e oitenta e dois centavos).

Schroeder, 30 de setembro de 2015.

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

**ANULAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 75/2015-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**PREGÃO PRESENCIAL  
Nr.: 75/2015 - PR**Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 152/2015  
Data do Processo: 22/07/2015

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de lenço de papel para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

**NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 10 / 2015**

**Motivo:** Devido a tentativa de abertura e a mesma foi declarada deserta.

Schroeder, 30 de Setembro de 2015

---

OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL



**ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 101/2015-PMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 1/3

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 70/2015**

Número do Registro de Preços: 70/2015

Data do Registro: 30/09/2015

Válido até: 30/09/2016

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em serviço de mecânica para caminhões e latocaria, estofaria, vidraçaria para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Plane

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Offer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Serviço de latocaria, pintura, estofamento e vidraçaria; incluindo fornecimento de peças do segmento latocaria, com: Portas, para choque, revestimentos internos teto, portas, painéis e volante. Incluindo material para serviço: tintas, massa, lvas, chapas de ferro para máquinas, caminhões, microônibus, linha leve. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.	H	IVONE DA BRASLIA BARONI - ME (13219)		0	41,2200	1
2	valor com desconto de peças genuínas DPG - para latocaria, pintura e estofamento	UN	IVONE DA BRASLIA BARONI - ME (13219)		0	35,000.0000	1
3	Serviços de mão de obra mecânica em geral, para caminhões. Com o fornecimento de peças. Serviços de revisão geral, suspensão, freios, embreagem, para-brisa, inter-dina, câmbio, embuchamento, mangueiras hidráulicas, bombas hidráulicas, caixa de direção, retífica de motores, mola, pino e parafusos. Instalação de peças e acessórios, manutenções em geral. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.	H	IVONE DA BRASLIA BARONI - ME (13219)		0	45,4500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 2/3

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 70/2015**

Número do Registro de Preços: 70/2015      Data do Registro: 30/09/2015      Válido até: 30/09/2016  
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em serviço de mecânica para caminhões e latocaria, estofaria, vidraçaria para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Plane

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	valor com desconto das peças genuínas DPG para serviço de mecânica em geral , para caminhões	UN	IVONE DA BRASLIA BARONI - ME (13219)		0	60.000.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 3/3

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 70/2015**

Número do Registro de Preços: 70/2015      Data do Registro: 30/09/2015      Válido até: 30/09/2016  
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em serviço de mecânica para caminhões e litoria, estofaria, vidraçaria para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Plane

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS Nº 70/2015****PROCESSO Nº 193/2015**

(13219) - IVONEIDA BRASIL BARONI - ME

Schroeder, 30 de Setembro de 2015.

**DISPENSA 92/2015-PMS**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 92/2015 - DL</b>
	<b>Processo Nr.: 224/2015</b> <b>Data: 30/09/2015</b>
Folha: 1/2	

<b>Fornecedor:</b> INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS E CONEXOS GERMANIA <b>Endereço:</b> RD VARIANTE VINHEDO VIRACOPOS, SN - SP 33 <b>Cidade:</b> Vinhedo - SP <b>CNPJ:</b> 96.366.174/0001-41	<b>Código:</b> 13220  <b>Inscrição Estadual:</b>
<b>Objeto da Compra:</b> Outorga de permissão remunerada de uso para fornecimento e exploração comercial de pontos de alimentação, bebida e comércio no geral pelos quatro dias de evento Oficial da Schroederfest 2015 - Comemoração Político Administrativa do Município de Schroeder/SC, de acordo com as condições previstas no Edital de Concorrência 06/2015-PMS e as especificações constantes do Anexo IV do Edital de Concorrência 06/2015-PMS.	

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	BOX 1 Interno (área de 5x10 = 50m²) e BOX 2 Externo (área de 5x4 = 20m²) - Comercialização de Bebidas para os ambos os espaços. Bebidas tipo: "Chopp Pilsen, Chopp Escuro, Chopp de Vinho, Refrigerante de Guaraná, Refrigerante de Cola, Refrigerante de Limão, Refrigerante de Laranja, Água Mineral sem Gás e Água com Gás". BOX 3 Externo (área de 5x4 = 20m²) - Comercialização de Chopp Artesanal Tipo: "Pilsen, India Pale Ale, Bock e Weiss". Conforme descrito no item "Direitos e Obrigações"	UN	0,01	0,01

**FUNDAMENTO LEGAL:**

**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

**V** - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

**JUSTIFICATIVA**

Considerando que no dia 11 de setembro de 2015 houve uma licitação na MODALIDADE CONCORRÊNCIA N. 06/2015- PMS - PROCESSO LICITATÓRIO N. 175/2015 - PMS, sendo a mesma FRACASSADA, para o item 1 Comercialização de Bebidas. Como não logrou êxito, tendo visto a necessidade de tal item para que a festa ocorra dentro de sua normalidade solicita-se a apreciação desta solicitação.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Schroeder, 30 de Setembro de 2015

OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 92/2015 - DL</b>
	<b>Processo Nr.: 224/2015</b> <b>Data: 30/09/2015</b>
Folha: 2/2	

30/09/2015

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 30 de Setembro de 2015

---

**Valor da Despesa:** 0,01 (um centavo)

---

**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

---

**DISPENSA 93/2015-PMS**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 93/2015 - DL</b>
	<b>Processo Nr.: 225/2015</b> <b>Data: 30/09/2015</b>

Folha: 1/2

<b>Fornecedor:</b> ADRIANE MASSI 03071580983 <b>Endereço:</b> R ANGELO RUBINI, 1005 - SALA 03; BOX 78 <b>Cidade:</b> Jaraguá do Sul - SC <b>CNPJ:</b> 22.553.927/0001-91	<b>Código:</b> 13221  <b>Inscrição Estadual:</b>
<b>Objeto da Compra:</b> Outorga de permissão remunerada de uso para fornecimento e exploração comercial de pontos de alimentação, bebida e comércio no geral pelos quatro dias de evento Oficial da Schroederfest 2015 - Comemoração Político Administrativa do Município de Schroeder/SC, de acordo com as condições previstas no Edital de Concorrência 06/2015-PMS e as especificações constantes do Anexo IV do Edital de Concorrência 06/2015-PMS.	

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	BOX 4 Externo (área de 5x4 = 20m²) - Comercialização de Drinks Tipo: "Caipirinhas/Caipirutas, Frozen, Ice Cream, Ice Color, Drinks Montados, Drinks Batidos e Shot Drinks (Bebidas com e sem álcool)". Conforme descrito no item "Direitos e Obrigações"	UN	0,01	0,01

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

XI - na contratação de remanescente de obra serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;

**JUSTIFICATIVA**

Considerando que no dia 11 de setembro de 2015 houve uma licitação na MODALIDADE CONCORRÊNCIA N. 06/2015- PMS - PROCESSO LICITATÓRIO N. 175/2015 - PMS, sendo a empresa vencedora para o item 2 Comercialização de Drinks - JORGE MARCELO RIBEIRO inscrita no CNPJ sob o no 18.572.217/0001-31. Porém a empresa solicitou a desistência deste item mediante ofício encaminhado a municipalidade. Tendo visto a necessidade de tal item para que a festa ocorra dentro de sua normalidade solicita-se a apreciação desta solicitação.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Schroeder, 30 de Setembro de 2015

OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 93/2015 - DL</b>
	<b>Processo Nr.: 225/2015</b> <b>Data: 30/09/2015</b>
Folha: 2/2	

30/09/2015

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 30 de Setembro de 2015

---

**Valor da Despesa:** 0,01 (um centavo)

---

**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

---



**DISPENSA Nº 91/2015-PMS**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 91/2015 - DL</b>
	<b>Processo Nr.: 223/2015</b> <b>Data: 30/09/2015</b>

Folha: 1/2

<b>Fornecedor:</b> MARIELY KALAISSA PROENCA <b>Endereço:</b> R MARECHAL CASTELO BRANCO, 4893, SALA 02 <b>Cidade:</b> Schroeder - SC <b>CNPJ:</b> 13.286.128/0001-05	<b>Código:</b> 13023  <b>Inscrição Estadual:</b>
<b>Objeto da Compra:</b> Contratação de Serviço de Fotografia para Cobertura da Schroederfest 2015 para o período de 01 à 04 de outubro de 2015 no Município de Schroeder/SC.	

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Contratação de Serviço de Fotografia para Cobertura da Schroederfest 2015 para 40 horas no período de 01 à 04 de outubro. CRONOGRAMA DE TRABALHO DIAS Entrada Saída CARGA HORÁRIA 1/out 18h30min 22h 03h30min 2/out 13h30min 00h 10h30min 3/out 09h30min 00h 14h30min 4/out 09h 21h 12h TOTAL DE HORAS 40h30min	UN	3.100,00	3.100,00

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

Necessita do serviço para manter o histórico da festa registrado, bem como ter material para divulgação do Município em eventos regionais, estaduais e nacionais. Observando a grandiosidade do evento para a região Norte de Santa Catarina não poderia deixar de registrar assim preservando a história e a cultura do Município em seus 51 anos. Considerando ainda, que o Município não dispõe de profissionais técnicos e qualificados para o Serviço de Foto Jornalismo, obteve-se pela contratação do serviço de um profissional.

Schroeder, 30 de Setembro de 2015

OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 91/2015 - DL</b>
	<b>Processo Nr.: 223/2015</b> <b>Data: 30/09/2015</b>
Folha: 2/2	

29/9/2015

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 29 de Setembro de 2015

---

**Valor da Despesa:** 3.100,00 (três mil e cem reais)

---

**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

---

# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 151/2015

DECRETO Nº 151/2015 DE 25 DE SETEMBRO DE 2015.

“Concede Licença Saúde a Servidora PATRICIA CEREZOLLI e dá outras providências”

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito de Serra Alta Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Licença Saúde, a Servidora Publica Municipal PATRICIA CEREZOLLI, portadora do CPF nº. 058.192.649-83 conforme atestado médico de 23/09/2015, CID 2540, até a emissão do Laudo Pericial do INSS. A mesma é designada para atender as necessidades e atribuições do cargo de Professora de Artesanato, com lotação junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, Nível, 40 horas semanais, da Prefeitura Municipal de Serra Alta.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo efeitos a partir do dia 23/09/2015, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de Setembro de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

# Siderópolis

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 150/2015

DECRETO N.º 150 DE 22 DE SETEMBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ORDINÁRIOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2014 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para suplementar, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	04	Secretaria de Finanças
FUNÇÃO	04	Administração
PROGRAMA	02	Gestão Financeira e Administrativa
SUBFUNÇÃO	123	Administração Financeira
RECURSO	5.000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.006	Manutenção da Secretaria de Finanças
ELEMENTO	3.1.71.00	Transf. a Consórcios Públicos
CÓDIGO REDUZIDO	22	

VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais, conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2014 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 22 de setembro de 2015.  
HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de setembro de 2015.

### DECRETO Nº 151/2015

DECRETO N.º 151, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015

Decreta luto oficial pelo FALECIMENTO do EX-VEREADOR E EX-PRESIDENTE DA CÂMARA DE VERADORES DE SIDERÓPOLIS JOÃO MAURÍCIO DA SILVA

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Decretar luto oficial por 03 (três) dias, em todo o território do Município de Siderópolis, em sinal de pesar pelo falecimento do Ex-Vereador e Ex-Presidente da Câmara de Vereadores de Siderópolis no período de 1972/73 JOÃO MAURÍCIO DA SILVA.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 28 de setembro de 2015  
HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO  
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 28 de setembro de 2015.

# Sombrio

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 90/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

LICITAÇÃO Nº. 90/2015

Modalidade – Dispensa nº. 90/2015

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 14, Caput, da Lei 11.947, de 16 de junho de 2009.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL E OU SUAS ORGANIZAÇÕES, PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ENTRE OS MESES 09/2015 E 12/2015. EMPRESA CONTRATADA: COOPERATIVA MISTA DE AGRIC. FAMILIARES DE SOMBRIO.

VIGÊNCIA: 30/09/2015 a 31/12/2015

VALOR DO OBJETO: R\$ 163.316,48

JUSTIFICATIVA: A dispensa justifica-se em razão do disposto no caput do art. 14 da Lei 11.947, de 16 de junho de 2009.

Sombrio - SC, em 30 de Setembro de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

### LEI Nº. 2231/2015

LEI Nº 2231, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, em exercício, Senhor Valmir Daminelli, no exercício de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. O Orçamento do Município de Sombrio, para o exercício financeiro de 2016, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I – as metas fiscais

II – as prioridades e metas da administração municipal, extraídas do Plano Plurianual 2014/2017;

III – a estrutura dos orçamentos;

IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município;

V – as disposições sobre dívida pública municipal;

VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII – as disposições gerais.

#### I – DAS METAS FISCAIS

Art. 2º. As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2016 a 2018, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no Anexo I desta Lei.

#### II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º. As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2016 são aquelas definidas no anexo II e III desta Lei.

Parágrafo único. Os recursos estimados na lei orçamentária para 2016 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas no anexo II desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Art. 4º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas e valores estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

#### III – DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º. O orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo seus Fundos e autarquias e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Art. 6º. A Lei de Orçamento evidenciará as Receitas e Despesas de cada Unidade Gestora, identificadas por código da destinação de recursos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza e modalidade de aplicação.

Art. 7º. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá quadro demonstrativo da evolução da Receita dos exercícios de 2012, 2013 e 2014, previsão para, 2015, 2016, 2017 e 2018, com justificativa da estimativa para 2016, acompanhado de metodologia e memória de cálculo.

#### IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 8º. O orçamento e a sua execução obedecerá, entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo, seus fundos e autarquias.

Art. 9º. Os estudos para definição do Orçamento da Receita, excluídas as previsões de convênios, alienações de bens e operações de crédito, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios.

Parágrafo único. Se a receita estimada, comprovadamente não atender ao disposto neste artigo, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário, observada a destinação de recursos, ressalvadas as decorrentes de obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento da dívida.

Art. 11. O Orçamento para o exercício de 2016 destinará recursos para a Reserva de Contingência, não inferior a 0,01% da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício. (Art. 5º, III da LRF)

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para a abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas

a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e Demonstrativo de Riscos Fiscais. (Art. 5º, III, "b" da LRF)

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizarem até o dia 10 de dezembro de 2016, poderão, excepcionalmente, serem utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 12. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 13. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária Anual com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os orçamentos da receita e da despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 14. As renúncias de receita estimadas para o exercício financeiro de 2015 serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 15. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, esportivo, cultural, saúde, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal.

Art. 16. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante num exercício, em cada evento, não exceda o valor para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 17. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios, alienação de bens e operações de crédito.

Art. 18. O Município poderá contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, mediante celebração de convênio, acordo, ajuste ou congêneres e previsto os recursos na lei orçamentária anual.

Art. 19. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2016 a preços correntes.

Art. 20. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Art. 21. Durante a execução orçamentária, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de Crédito Especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício e constantes desta lei, conforme art. 167, I da CF.

Art. 22. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

#### V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 23. Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício, para atendimento à Despesas de Capital, respeitado o limite de endividamento, na conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000.

#### VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 24. O Município, mediante lei autorizativa, observada a iniciativa privativa de cada Poder, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal a qualquer título, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 25. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 26. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 27 – A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas ao final de cada semestre na forma estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 28. O Poder Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 29. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em Dívida Ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 30. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

#### VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31. Se o Projeto de Lei Orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2016, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no caput deste artigo serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício anterior, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.



Art. 32. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 33. A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 34. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 35. O Poder Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 36. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Município de Sombrio - SC, 29 de setembro de 2015.

Valmir Daminelli

Prefeito Municipal e.e

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### **LEI Nº. 2232/2015**

LEI Nº. 2232, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

ALTERA O PLANO PLURIANUAL 2014/2017, LEI Nº 2082, DE 28/08/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO –SC, em exercício, Senhor Valmir Daminelli, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica alterado o Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017, Lei nº 2082, de 28/08/2013, para incluir ao Programa 109 – ENSINO BÁSICO COM QUALIDADE, a Ação 2.053 – Manutenção da Educação Especial, no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais).

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da reestimativa da receita orçamentária.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC. 29 de setembro de 2015.

Valmir Daminelli

Prefeito Municipal e.e

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### **LEI Nº. 2233/2015**

LEI Nº. 2233 DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

“DENOMINA ESPAÇO PÚBLICO QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, em exercício Senhor Valmir Daminelli, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. A Escola construída no Bairro São Pedro, com seis salas de aulas, juntamente com Quadra de Esportes, passa a se denominar “PROFESSORA ,EGÍDIA EMERIM CARDOSO”.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Sombrio (SC), 29 de setembro de 2015.

Valmir Daminelli

Prefeito Municipal e.e

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### **LEI Nº. 2234/2015**

LEI Nº. 2234 DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

“DENOMINA ESPAÇO PÚBLICO QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, em exercício Senhor Valmir Daminelli, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. A Unidade de Saúde Central, no Bairro Parque das Avenidas, passa a se denominar “LINO DEMÉTRIO COELHO”.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Sombrio (SC), 29 de setembro de 2015.

Valmir Daminelli

Prefeito Municipal e.e

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento



# Tigrinhos

## PREFEITURA

### PORTARIA 174/2015

PORTARIA Nº. 174/2015.

CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIA PARA A DIRETORA GERAL DE ESCOLA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Municipal nº. 011/97 e decreto Municipal nº. 043/00.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Diretora Geral de Escola, IARA GOHLKE, adiantamento do equivalente a 01 (uma) diária, no valor R\$ 568,00 (quinhentos e sessenta e oito reais), para sua viagem á Fraiburgo/SC, no período de 05 a 07 de Outubro de 2015, com objetivos de participar da Coordenação do Curso de Formação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 30 DE SETEMBRO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em trinta de setembro de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de  
Administração e Fazenda.

# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### LEI Nº 1.772/2015

Lei nº 1.772, de 30 de Setembro de 2015.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul – SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

Art. 1º. O orçamento do Município de Timbé do Sul, para o exercício financeiro de 2016, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I – as metas fiscais

II – as prioridades e metas da administração municipal, extraídas do Plano Plurianual para 2014/2017;

III – a estrutura e organização dos orçamentos;

IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V – as disposições sobre dívida pública municipal;

VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII – as disposições gerais.

#### I – DAS METAS FISCAIS

Art. 2º. As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2016, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no Anexo I desta Lei.

#### II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º. As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2016 são aquelas definidas no anexo II e III desta Lei.

§ 1º. Os recursos estimados na lei orçamentária para 2016 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas no anexo II desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Art. 4º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo II, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

#### III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – ação: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo,

das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – receita ordinária: aquela prevista para ingressar no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – execução física: a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – execução orçamentária: o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira: o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

XI – receita não financeira: receita total do exercício, excluídas aquelas provenientes de operações de crédito, de alienação de ativos, de aplicações no mercado financeiro e de amortização de empréstimos;

XII – despesa não financeira: despesa total do exercício, excluídas as provenientes de juros e amortização da dívida, concessão de empréstimos e aquisição de títulos de capital já integralizado.

§ 1º - Os programas identificarão as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais e estes, com a identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, diretrizes, objetivos, metas físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 303/2005 e alterações posteriores.

§ 2º - A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, será identificada por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º. O orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, seus Fundos e Autarquia e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Parágrafo Único: O Orçamento Municipal conterá dotações específicas para atendimento do disposto no artigo 100 da Constituição Federal e demais dispositivos relacionados ao pagamento de precatórios.

Art. 7º. A Lei do Orçamento evidenciará as Receitas e Despesas de cada Unidade Gestora, identificadas por código da destinação de recursos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza e modalidade de aplicação.

Art. 8º. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá quadro demonstrativo da evolução da Receita dos exercícios de 2013 e 2014, previsão para 2015 e estimativa para 2016, com justificativa da estimativa, acompanhado de metodologia e memória de cálculo, quando for o caso.

#### IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 9º. O orçamento e a sua execução obedecerão, entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo,

Executivo e seus fundos e autarquia.

Art. 10. Os estudos para definição do Orçamento da Receita, excluídas as previsões de convênios e operações de crédito, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios.

Parágrafo único. Se a receita estimada, comprovadamente não atender ao disposto neste artigo, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 11. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário observado a destinação de recursos, ressalvadas as decorrentes de obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento da dívida.

Art. 12. O orçamento de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados a 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício.

§ 1º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 2º. Constituem outros riscos e eventos fiscais imprevistos, capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do município, aqueles constantes do Anexo III.

Art. 13. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 14. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária Anual com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração dos recursos de que trata o artigo 43, da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 15. As renúncias de receita estimadas para o exercício financeiro de 2016 serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 16. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, esportivo, cultural, saúde, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de regulamentação em lei específica.

§ 1º - Não se aplicam os dispositivos desse artigo, para os casos das contribuições devidas às entidades municipalistas e consórcios intermunicipais em que o Município for associado ou consorciado.

§ 2º - Nas transferências de recursos, parcerias com o setor privado e outras modalidades análogas serão observados, no que couber, as disposições da Lei Federal 13.019/2014 (Lei das Parcerias Voluntárias).

§ 3º - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, ou até 19 de dezembro do exercício fiscal, o que ocorrer primeiro, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF).

Art. 17. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de

Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante num exercício, em cada evento, não exceda o valor para dispensa de licitação, fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 18. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 19. O Município poderá contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, mediante celebração de convênio, acordo, ajuste ou congênere e previsto os recursos na lei orçamentária anual.

Art. 20. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2016 a preços correntes.

Art. 21. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 consolidada.

Art. 22. Durante a execução orçamentária, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício e constantes desta lei, conforme art. 167, I da CF.

Art. 23. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

Parágrafo Único: A inclusão no Orçamento Anual de Modalidade de Aplicação e Fonte de Recurso na classificação orçamentária, por conta do superávit financeiro do exercício anterior ou por conta do excesso de arrecadação, não caracterizará alteração orçamentária do tipo abertura de crédito adicional especial.

Art. 24. Para efeito de aplicação desta lei, fica definido que a categoria de programação de que trata o Inciso VI do artigo 167 da Constituição Federal, é em nível de projeto ou atividade constante no Anexo II da presente lei.

## V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 25. Observados os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício, para atendimento de despesas de capital, respeitado o limite de endividamento, na conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000 e legislação pertinente.

## VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 26. O Município, mediante lei autorizativa, observada a iniciativa privativa de cada Poder, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal a qualquer título, observados os limites, as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal e da legislação eleitoral.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 27. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 90% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 28. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 29 – A verificação dos limites das despesas com pessoal e outros limites previstos em lei, serão apurados ao final de cada semestre, na forma estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 30. O Poder Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 31. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em Dívida Ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 32. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

#### VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33. Se o Projeto de Lei Orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o final do exercício financeiro de 2015, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no caput deste artigo serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro do exercício anterior, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os

eventos fiscais imprevistos.

Art. 34. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 35. A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 36. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 37. O Poder executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 38 - As Destinações de Recursos poderão ser alteradas por Ato próprio do Chefe do Poder Executivo, em especial quando indicadas pelos órgãos de controle externo e gestão, bem como inseridas novas fontes de recurso e despesa orçamentária correspondente, desde que a modalidade esteja prevista no Projeto/Atividade.

Art. 39 – No decorrer do exercício de 2016, na forma da legislação em vigor e verificado o interesse público, o Município poderá instituir fundos, fundações, autarquias e empresas públicas, bem como extinguir ou alterar o funcionamento de fundos já existentes.

Art. 40. No exercício de 2016 e seguintes o Município adotará os procedimentos contábeis e patrimoniais estabelecidos pela Portaria N.º 828/2011 do Ministério da Fazenda e regulamentos internos que se fizerem necessários.

Art. 41. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Timbé do Sul, 30 de setembro de 2015.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente lei, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças

#### PORTARIA 42/2015

PORTARIA Nº. 42, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC. no uso das atribuições em atendimento ao que estabelece a Lei Orgânica Municipal e o Art. 57, da Lei Municipal nº 467 / 1988;

Resolve:

Art. 1º - Fica concedido ao servidor abaixo identificado, gozo de férias remuneradas, com 1/3 (um terço) a mais do que o vencimento normal, pelo período de 30 (trinta) dias; de 01/10/2015 à 30/10/2015.

NOME	MATRICULA	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO
CLÉSIO DOS SANTOS	366	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II	15/07/2013 a 14/07/2014
IDELFONSO DAL PONT	830	OPERADOR DE EQUIPAMENTO	01/02/2013 a 31/01/2014
JANETE DA ROSA CRAVO	2711	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE	12/04/2013 a 11/04/2014
JOSÉLIA SCOT PEZENTE	844	COORDENADOR DA DEFESA CIVIL	01/03/2014 a 28/02/2015
LUCIA VIEIRA LIMA	2428	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II	08/03/2013 a 07/03/2014

LUIS BORDGNON	2545	OPERADOR DE EQUIPAMENTO I	01/09/2012 a 31/08/2013
MARIA ZENIR BARDINI FERNANDES	360	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	01/02/2013 a 31/01/2014
MARTINHO DA SILVA MAGNUS	2932	MOTORISTA	17/03/2014 a 16/03/2015
NELSON MACHADO MONTEIRO	886	MOTORISTA	08/07/2004 a 07/07/2005
TALITA DA ROSA GOULART	2534	CONTADOR	15/07/2014 a 14/07/2015

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 30 de setembro de 2015.

Eclair Alves Coelho  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti  
Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA 43/2015**

PORTARIA Nº. 43, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC. no uso das atribuições em atendimento ao que estabelece a Lei Orgânica Municipal e o Art. 57, da Lei Municipal nº 467 / 1988;

Resolve:

Art. 1º - Fica concedido ao servidor abaixo identificado, gozo de férias remuneradas, com 1/3 (um terço) a mais do que o vencimento normal, pelo período de 30 (trinta) dias; de 02/10/2015 à 30/10/2015.

Nome	Matrícula	Cargo	Período aquisitivo
ANDRIELE MORO BERTI	2970	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	02/10/2014 a 01/10/2015

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 30 de Setembro de 2015.

Eclair Alves Coelho  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA 44/2015**

PORTARIA Nº. 44, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC. no uso das atribuições em atendimento ao que estabelece a Lei Orgânica Municipal e o Art. 57, da Lei Municipal nº 467 / 1988;

Resolve:

Art. 1º - Fica concedido ao servidor abaixo identificado, gozo de férias remuneradas, com 1/3 (um terço) a mais do que o vencimento normal, pelo período de 30 (trinta) dias; de 01/10/2015 à 20/10/2015.

Nome	Matrícula	Cargo	Período aquisitivo
AROLDO DAL PONT	600	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II	09/02/2013 a 08/02/2014

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 30 de Setembro de 2015.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças



# Timbó

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3.933, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 3.933, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015.

Declara de utilidade pública para fins de instituição de servidão administrativa, uma faixa de terras com área de 481,80m<sup>2</sup>, para implantação de rede de drenagem pluvial e dá outras providências. LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XIII, c/c art. 70, inciso I, alíneas "d" e "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05/04/1990, e com fundamento no art.5º, inciso XXIV da Constituição Federal e nos artigos 2º, 5º, alínea "i", do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/41, e suas alterações posteriores; e

CONSIDERANDO que a servidão administrativa é o direito real que autoriza o Poder Público a usar a propriedade imóvel privada para permitir a execução das obras e serviços de interesse coletivo; CONSIDERANDO que a servidão administrativa encerra apenas o uso da propriedade alheia para possibilitar a execução de serviços públicos;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar Municipal nº 345/2007 no artigo 43 determina que quando não for possível dar escoamento por gravidade, através de passagem em vias públicas, às águas pluviais ou aquelas das redes de coleta de esgoto sanitário, os lotes situados à jusante deverão ser gravados de servidão pública de passagem para equipamentos urbanos que sirvam aos lotes situados a montante. Parágrafo único. É proibida a passagem de tubulação de canalização de córregos no interior dos lotes, exceto no caso de faixas sanitárias necessárias e autorizadas pelo órgão ambiental competente, conforme inciso IX do artigo 17; CONSIDERANDO que de acordo com a Constituição Federal, no §2º do art. 182 a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor;

CONSIDERANDO o parecer técnico da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, exarado na data de 10/06/2015, o qual concluiu pela necessidade de reabertura imediata do curso natural das águas que atravessa o imóvel em questão, sob pena de danos aos imóveis circunvizinhos, haja vista tratar-se de área vulnerável à enchentes;

CONSIDERANDO que a Assessoria Municipal de Meio Ambiente já deferiu o projeto de rede pluvial do lote nº 25, matriculado sob o nº 8.930, para fins de implantação de tubulação e faixa sanitária; CONSIDERANDO a urgência e emergência em implementar a faixa sanitária através da servidão administrativa;

CONSIDERANDO consoante a legislação supra mencionada, que quando não for possível o escoamento por gravidade das águas pluviais o Município pode gravar o imóvel do particular com uma servidão pública e implantar onde for necessário uma faixa sanitária desde que autorizado pelo órgão ambiental competente;

### DECRETA

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, a fim de ser instituída, pelo Município de Timbó uma faixa de servidão administrativa, com área de 481,80m<sup>2</sup> do lote nº 25, matriculado sob o nº 8.930, Livro 02, situado nesta cidade, abaixo descrito e caracterizado: Proprietário: Egon Latzke.

Descrição do imóvel: Terreno urbano, designado sob lote nº 25 do Loteamento denominado Egon Latzke, situado no lado ímpar da Rua Belize, contendo a área de 4.734,69m<sup>2</sup> (quatro mil, setecentos e trinta e quatro metros e sessenta e nove decímetros

quadrados), com a seguinte descrição: estremando na frente em 24,15 metros com o lado ímpar da Rua Belize; lado direito estrema em 160,60 metros confrontando com o lote nº 02 de propriedade de Edson José Bona, matrícula nº 13.161, livro 2; com o lote nº 04 de propriedade de Altair Sandri, matrícula nº 10.848, livro 2; com o lote nº 08 matrícula nº 8.930, livro 2; com o lote nº 10 de propriedade de Arno Steffen e Lúcia Pasquali, matrícula nº 11.116, livro 2; com o lote nº 12 de propriedade de Rosana Steffen, matrícula nº 11.912, livro 2; com o lote nº 14 de propriedade de Rosana Steffen, matrícula nº 11.485, livro 2; com o lote nº 16 de propriedade de Leonir Valcir Langa, matrícula nº 11.373, livro 2; com o lote nº 18 de propriedade de Vilmar Graboski, matrícula nº 15.742, livro 2; fundos estrema em 30,00 metros com o lote nº 26, declarado como Área de Utilidade Pública, matrícula nº 8.930, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 150,70 metros com a Rua Filipinas.

Descrição da Faixa Sanitária: No lado direito deste imóvel, lote nº 25, matrícula nº 8.930, livro 2, do loteamento denominado EGON LATZKE, fica destinada uma área 'non aedificandi' destinada a faixa sanitária, com largura de 3,00 metros, com a seguinte confrontação: confrontando pela frente em 3,00 metros com o lado ímpar da Rua Belize; lado direito estrema em 160,60 metros confrontando com o lote nº 02 de propriedade de Edson José Bona, matrícula nº 13.161, livro 2; com o lote nº 04 de propriedade de Altair Sandri, matrícula nº 10.848, livro 2; com o lote nº 08, matrícula nº 8.930, livro 2; com o lote nº 10 de propriedade de Arno Steffen e Lúcia Pasquali, matrícula nº 11.116, livro 2; com o lote nº 12 de propriedade de Rosana Steffen, matrícula nº 11.912, livro 2; com o lote nº 14 de propriedade de Rosana Steffen, matrícula nº 11.485, livro 2; com o lote nº 16 de propriedade de Leonir Valcir Langa, matrícula nº 11.373, livro 2; com o lote nº 18 de propriedade de Vilmar Graboski, matrícula nº 15.742, livro 2; fundos estrema em 3,00 metros com o lote nº 26, declarado como Área de Utilidade Pública, matrícula nº 8.930, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 160,60 metros com terras do proprietário, totalizando uma área de 481,80m<sup>2</sup> (quatrocentos e oitenta e um metros e oitenta decímetros quadrados).

Art. 2º A presente instituição visa à passagem de rede de águas, razão pela qual sobre referida área não podem ser levantadas construções de quaisquer espécies, nem poderão ser opostos quaisquer embaraços que inviabilizem ou prejudiquem a referida obra.

Art. 3º A servidão administrativa será averbada junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, de acordo com anuência do proprietário no Termo de Acordo Administrativo.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de setembro de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC



**DECRETO Nº 3929, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015**  
DECRETO Nº 3929, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015

Altera o Decreto nº 3871, de 30 de junho de 2015, que dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho da Cidade, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos V, VII, c/c art. 70, inciso I, alíneas "f", "k" e "m", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05/04/1990, e em conformidade com os artigos 36 a 40 da Lei Complementar nº 335, de 05/10/2007,

**DECRETA:**

Art. 1º O Decreto nº 3871, de 30 de junho de 2015, que dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho da Cidade, fica alterado conforme abaixo descrito, a contar desta data, designando:

.....

**8) Setor Imobiliário:**

Titular: ITAMAR KESSLER, em substituição ao Gerson O. Leal  
Suplente: ELTON VARGAS AGOSTINI, em substituição ao Itamar Kessler

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de setembro de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO - 25.2015 PMT - CLÁUDIO ESTEVÃO JÚNIOR**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 25/2015

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Educação.

CONTRATADO: Cláudio Estevão Júnior Eireli Epp.

OBJETO: Equilíbrio econômico financeiro do item 32 (carne bovina moída), que fica acrescido proporcionalmente ao aumento ocorrido, passando a ser de R\$ 14,48 (quatorze reais e quarenta e oito centavos) por kg e ao item 36 (carne bovina magra de panela) que fica passando a ser R\$ 13,91 (treze reais e noventa e um centavos) o kg.

DATA DA ASSINATURA: 28/09/2015.

SERGI FREDERICO MENGARDA  
Secretário Municipal de Educação

**EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2014.091 PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/091

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

AUTORIZADO: Soberana Serviços e Construções Ltda.

OBJETO: Supressão de R\$ 25.722,30 (vinte e cinco mil setecentos e vinte e dois reais e trinta centavos) ao valor constante na cláusula terceira do contrato.

DATA DA ASSINATURA: 24/09/2015.

ORLEI ADAZIR PEDRON  
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

**PORTARIA Nº 1769, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015**

PORTARIA Nº 1769, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015

Instaura Sindicância Administrativa nº 07/2015, para apurar as irregularidades na aprovação do Loteamento denominado "Egon Latzke".

O Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 3.614, de 30 de setembro de 2014, e com fundamento nos artigos 134 e 135 da Lei Complementar nº 01/1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/1998,

**RESOLVE:**

Art.1º Determinar a instauração de Sindicância Administrativa nº 07/2015, para apurar eventuais irregularidades na aprovação do Loteamento denominado "Egon Latzke", aprovado através do Decreto nº 3.709, de 15 de setembro de 1994.

Art.2º Designar, a Comissão Permanente de Sindicância, constituída pela Portaria nº 089, de 1º de fevereiro de 2013 e alterações posteriores, para apresentarem com independência e imparcialidade, a conclusão da Sindicância, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de setembro de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

FABIANO MARTINS ADRIANO  
Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

**PORTARIA Nº 1770, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015**  
PORTARIA Nº 1770, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015

Instaura Sindicância Administrativa nº 08/2015, para apurar as irregularidades na aprovação do Loteamento denominado "Artur Manske".

O Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 3.614, de 30 de setembro de 2014, e com fundamento nos artigos 134 e 135 da Lei Complementar nº 01/1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/1998,

**RESOLVE:**

Art.1º Determinar a instauração de Sindicância Administrativa nº 08/2015, para apurar eventuais irregularidades na aprovação do Loteamento denominado "Artur Manske", aprovado através do Decreto nº 1.747, de 22 de setembro de 1982.

Art.2º Designar, a Comissão Permanente de Sindicância, constituída pela Portaria nº 089, de 1º de fevereiro de 2013 e alterações posteriores, para apresentarem com independência e imparcialidade, a conclusão da Sindicância, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de setembro de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

**TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 157 2014 PMT - COMBUSTÍVEIS**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 157/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Registro de preços para aquisição de combustíveis (gasolina aditivada, óleo diesel S10 e óleo diesel comum) destinados ao abastecimento da frota municipal (veículos de passeio, motocicletas, utilitários, máquinas e caminhões) no período de janeiro a dezembro do exercício 2015, conforme quantitativo e condições constantes do anexo I do edital.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Posto Alexandre Ltda e Rudipel Rudnick Petróleo Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 2.189.581,44 (dois milhões, cento e oitenta e nove mil, quinhentos e oitenta e um reais e quarenta e quatro centavos)

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 31/12/2015

Timbó, 17/12/2014

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária de Fazenda e Administração

**CÂMARA MUNICIPAL****PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 08/2015**

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Lei Complementar nº 8/2015 - Altera a tabela de valores do art. 2º da Lei Complementar nº 236, de 23 de dezembro de 2002.

Iniciativa do Projeto: Prefeito em exercício Darcízio Bona  
Relator: Vereador Carlos Adriano Kruger.

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que pretende alterar a tabela de valores da COSIP, previstas no art. 2º da Lei Complementar nº 236, de 23 de dezembro de 2002.

Referido Projeto foi protocolado na Secretaria Legislativa em 17 de agosto corrente, tendo sido despachado pelo Presidente da Mesa Diretora a esta Comissão no dia 18 de agosto em Sessão Ordinária, conforme §1.º do art. 122 do Regimento Interno para apreciação dos aspectos legais e constitucionais.

No dia 23 de setembro esta Comissão teve como pauta o presente em sua Reunião, exarando seu parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

**II - FUNDAMENTAÇÃO**

No que tange à técnica legislativa, o presente projeto atende aos preceitos da Lei Complementar Federal nº 95 de 1998, respeitando, portanto o §5º do art. 101 do Regimento Interno.

Verifica-se, em um primeiro momento, que a matéria, objeto da presente proposição, é de interesse local, sendo, portanto, competência do Município legislar sobre a mesma, nos termos do inciso I do art. 30 da Constituição Federal e do inciso I do art. 10º da Lei Orgânica Municipal.

Também dispõe a Constituição Federal, em seu art. 149-A, ser competência dos municípios a criação e alteração de valores, por intermédio de lei, da contribuição sobre iluminação pública (COSIP), observando sempre o disposto em seu art.150, I e III (limitações ao poder de tributar). Assim, verifica-se a competência plena do Município em legislar sobre o assunto.

Estabelecida à competência legislativa no Município, observa-se que, a rigor, o Projeto em análise pretende alterar os valores cobrados a título de contribuição sobre a iluminação pública (COSIP) previstos no art. 2º da Lei Complementar nº 236/2002. Alega o Poder Executivo que se faz necessária a atualização monetária dos valores ante a instituição pela ANEEL do sistema de bandeiras tarifárias (verde, amarela ou vermelha), onde indicam se o custo da energia será maior ou menor em razão das condições de geração de eletricidade. Ocorre que o quando da criação de tal sistema (janeiro de 2015) os orçamentos dos municipais já estavam consolidados, não havendo previsão orçamentária para incrementar esta nova despesa. Assim, de modo a não comprometer o custeio da Iluminação Pública, bem como a manutenção da rede e investimentos, a Administração necessita proceder com um acréscimo de 16% nos valores atualmente cobrados.

A contribuição em análise é espécie de tributo e sua majoração deve seguir o disposto no art. 150, inciso III, alíneas "b" e "c" da Constituição Federal (Limites ao Poder de Tributar), que veda sua cobrança no mesmo exercício em que tenha sido instituída, nem

antes de decorridos 90 dias da publicação da lei que a criou. Assim, a proposição referida deverá respeitar as limitações constitucionais referidas, devendo os novos valores exigíveis somente a partir do exercício de 2016 e noventa dias após a publicação da lei que as instituiu.

Deste modo, verifica-se que o projeto em questão está de acordo com os preceitos estatuidos pela Constituição Federal, pela Lei Orgânica Municipal e pela legislação federal em vigor.

### III - CONCLUSÃO VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei Complementar nº 08/2015.

Esse é o voto.

### DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Rubens Borchardt

Vereador Reimar Raddatz

Sala das Comissões, em 23 de setembro de 2015.

Rubens Borchardt

Presidente

Carlos Adriano Krüger

Relator

Reimar Raddatz

Membro

### **PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 35/2015**

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Lei Ordinária nº 35/2015 - Autoriza o Município de Timbó a repassar recursos financeiros do FUNREPOM ao FUMPOM para aquisição de armamento aos policiais militares de Timbó.

Autor do Projeto: Prefeito Laércio Schuster Júnior.

Relator do Parecer: Vereador Carlos Adriano Kruger.

### I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito, que pretende repassar contribuição com recursos do FUNREPOM ao FUMPOM, para a aquisição de armamento aos policiais militares de Timbó, no valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais).

O projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 14 de setembro corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o projeto à esta Comissão no dia 15 de setembro, em Sessão Ordinária, conforme §1º do art. 122 do Regimento Interno, para apreciação dos aspectos legais e constitucionais.

No dia 23 de setembro a Comissão teve como pauta o projeto em sua reunião ordinária, quando exarou seu parecer que ora segue. Este é o relatório.

### II – FUNDAMENTAÇÃO

Quanto ao aspecto da técnica legislativa, o projeto de lei complementar está de acordo com a Lei Complementar nº 95, de 1998.

O projeto foi apresentado pelo Prefeito Municipal, que possui iniciativa privativa para dispor sobre a matéria, assegurada pela Lei Orgânica Municipal em seu art. 30. Portanto, formalmente viável o

projeto neste sentido.

Nos termos da Constituição Federal, a obrigação de se comprometer com a segurança pública é atribuída à União e aos Estados, nos termos do art. 144 da Carta Magna. Todavia, a participação colaborativa da sociedade civil também se impõe, uma vez que a Segurança Pública é direito e dever de todos.

Sendo assim, os municípios, sempre que possível poderão transferir recursos para colaborar com o Estado e a União, nas questões que digam respeito às ações de segurança pública em seu território. Todavia, tal possibilidade deve estar prevista em sua legislação orçamentária e possuir autorização legislativa, nos termos do inciso VI do art. 15 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

No caso concreto, verifica-se que os valores repassados correrão por conta das atividades previstas no Orçamento Programa 2015, de acordo com o art. 2.º da proposição, respeitando-se, portanto, a previsão contida no art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, outrora referida.

Cabe salientar que todo e qualquer atos que a Administração Pública deseja realizar precisará, obrigatoriamente, estar alicerçado na finalidade e no interesse público, por serem princípios expressos pela Constituição Federal no seu art. 37, cabendo esta análise às comissões de mérito.

### III - CONCLUSÃO VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela tramitação do Projeto de Lei nº 35/2015.

Este é o voto.

### DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Rubens Borchardt

Vereador Reimar Raddatz

Sala das Comissões, em 23 de setembro de 2015.

Rubens Borchardt

Presidente

Carlos Adriano Krüger

Relator

Reimar Raddatz

Membro

# Tunápolis

## PREFEITURA

### DECRETO 05/2015 CV

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 05/2015

APROVA A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS, PARA O EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO LUNKES Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno Cameral, DECRETA:

Faço saber a todos os habitantes deste município que o Plenário aprovou e EU promulgo o seguinte DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica aprovada a Proposta Orçamentária da Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, para o exercício de 2016, a ser incluída no Orçamento do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º As dotações e os seus respectivos valores são os seguintes:

Despesa	Especificação	Valor
01.01.1.031.1001	Aquisição de Equipamentos, Móveis, Veículo e Demais Materiais Permanentes p/ Câmara	
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00
	Total	5.000,00
01.01.1.031.2001	Manutenção das Atividades do Poder Legislativo	
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	406.193,09
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	162.345,00
	Total	568.538,09
	Contribuição para UVESC e AVEOSC	
3.3.50.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas se Fins Lucrativos	7.260,00
	Total	7.260,00
	TOTAL GERAL	580.798,09

Parágrafo Único - Discriminação em anexo a este Decreto Legislativo.

Art. 3º Fica autorizado o Chefe do Poder Legislativo Municipal a efetuar o remanejamento de dotações orçamentárias do mesmo projeto/atividade.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Tunápolis, Sala das Sessões, 30 de Setembro de 2015

Gilberto Lunkes

Presidente

### ANEXO I

#### DISCRIMINAÇÃO DAS DOTAÇÕES PARA O ANO DE 2016

Para o ano de 2016, o orçamento da Câmara de Vereadores de Tunápolis prevê as seguintes atividades:

Despesa	Valor	Atividade
4.4.90.00.00.00	R\$ 5.000,00	Aquisição equipamentos e demais materiais permanentes que possam ser necessários.
3.1.90.00.00.00	R\$ 406.193,09	Valor a ser utilizado na Folha de Pagamentos da Camara de Vereadores.

3.3.90.00.00.00	R\$ 162.345,00	Valor para manutenção das atividades do Poder Legislativo, inclusive pagamento de diárias.
3.3.50.00.00.00	R\$ 7.260,00	Contribuição a instituições privadas sem fins lucrativos (UVESC)
TOTAL	R\$ 580.798,09	

Gilberto Lunkes  
Presidente

### DECRETO 1717/2015

Decreto nº 1717/2015 de 29 de setembro de 2015.

Designa os servidores responsáveis pelas Assinaturas nas Transações Bancárias do Município de Tunápolis e contém outras providências.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Todas as transações bancárias realizadas nas contas correntes/aplicações junto a entidade financeira Banco do Brasil, terão no mínimo 02 (duas) assinaturas, sendo os responsáveis pelas mesmas, o Prefeito Municipal Enói Scherer; Vice-Prefeito Volmir Pedro Lawisch; Secretária de Administração: Elisabeth Inês Heberle Scherer; Tesoureira Adriana Rodrigues da Silva e Técnico em Projetos e Obras: Jackson Scherer.

Art. 2º As combinações de assinaturas autorizadas (indiferente da ordem) serão as seguintes: Enói Scherer e Volmir Pedro Lawisch; Enói Scherer e Elisabeth Inês Heberle Scherer; Enói Scherer e Adriana Rodrigues da Silva; Volmir Pedro Lawisch e Elisabeth Inês Heberle Scherer; Volmir Pedro Lawisch e Adriana Rodrigues da Silva; Elisabeth Inês Heberle Scherer e Adriana Rodrigues da Silva, Jackson Scherer e Adriana Rodrigues da Silva, Elisabeth Inês Heberle Scherer e Jackson Scherer.

Art. 3º Os servidores designados pelas assinaturas terão os seguintes poderes:

1. Abrir contas de depósito;
2. Autorizar cobrança;
3. Solicitar saldos e extratos;
4. Requisitar talonários de cheques;
5. Autorizar débitos em conta;
6. Retirar cheques devolvidos;
7. Endossar cheques;
8. Movimentar conta corrente e aplicação financeira;
9. Cancelar cheques;
10. Baixar cheques;
11. Efetuar resgates/aplicações financeiras;
12. Cadastrar, alterar e desbloquear senhas de acesso;
13. Efetuar saques de conta corrente e poupança;
14. Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
15. Solicitar movimentação de contas;
16. Efetuar movimentação financeira;
17. Consultar saldos das contas correntes e aplicações financeiras;
18. Liberar arquivos de pagamentos;
19. Receber e enviar arquivos;
20. Emitir comprovantes;
21. Efetuar transferências eletrônicas para terceiros e para contas

da própria entidade;

22. Encerrar contas de depósito.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis, aos 29 de setembro de 2015.

Enói Scherer

Prefeito Municipal

Este Decreto foi

Publicada em data supra

Cleverson Inácio Kerkhoff

Técnico em Controladoria Interna.

### **PORTARIA 3930/2015**

PORTARIA Nº. 3.930/2015

Em 30 de Setembro de 2015

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Designar Lilian Maria Ritter Eidt, servidora público municipal, ocupante do cargo comissionado de Assessora de Gabinete, nomeada pela Portaria nº. 3.805/2015 e Marcos Vinicius Redel, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Tributos, nomeado pela Portaria nº 3.659/2014 a liberar após o cumprimento das exigências da Licença Provisória emitida em 30/09/2015, o Alvará de Licença para Localização e Funcionamento, a empresa TEREZA GESSER, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 18.688.312/0001-03, para realização da feira itinerante a realizar-se nos dias 02, 03 e 04/10/2015, nas dependências do Clube Cultural, Recreativo e de Assistência Social – SORAST.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 30 de Setembro de 2015.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na

Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

# União do Oeste

## PREFEITURA

### 4º BIMESTRE - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Município de UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>12.810.000,00</b>	<b>12.810.000,00</b>	<b>1.974.995,50</b>	<b>15,42</b>	<b>8.821.940,47</b>	<b>68,87</b>	<b>3.988.059,53</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>12.809.983,00</b>	<b>12.809.983,00</b>	<b>1.727.145,50</b>	<b>13,48</b>	<b>7.578.313,32</b>	<b>59,16</b>	<b>5.231.669,68</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	548.350,00	548.350,00	42.205,61	7,70	334.169,01	60,94	214.180,99
IMPOSTOS	420.200,00	420.200,00	39.026,35	9,29	282.812,45	67,30	137.387,55
TAXAS	73.150,00	73.150,00	2.857,42	3,91	48.601,66	66,44	24.548,34
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	55.000,00	55.000,00	321,84	0,59	2.754,00	5,01	52.245,10
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	26.400,00	26.400,00	11.484,91	43,50	21.170,50	80,19	5.229,50
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	26.400,00	26.400,00	11.484,91	43,50	21.170,50	80,19	5.229,50
RECEITA PATRIMONIAL	95.805,00	95.805,00	22.260,14	23,23	97.117,93	101,37	-1.312,93
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	95.805,00	95.805,00	22.260,14	23,23	97.117,93	101,37	-1.312,93
RECEITA AGROPECUÁRIA	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.200,00
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.200,00
RECEITA DE SERVIÇOS	149.600,00	149.600,00	1.680,97	1,12	9.373,58	6,27	140.226,42
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.839.340,00	11.839.340,00	1.643.405,87	13,88	7.096.593,74	59,94	4.742.746,26
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	11.708.340,00	11.708.340,00	1.633.439,17	13,95	7.066.693,64	60,36	4.641.646,36
TRANSF. DE CONV.	131.000,00	131.000,00	9.966,70	7,61	29.900,10	22,82	101.099,90
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	148.288,00	148.288,00	6.108,00	4,12	19.888,56	13,41	128.399,44
MULTAS E JUROS DE MORA	17.270,00	17.270,00	4.225,70	24,47	8.150,02	47,19	9.119,98
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	24.200,00	24.200,00	1.187,67	4,91	1.187,67	4,91	23.012,33
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	22.000,00	22.000,00	694,63	3,16	10.550,87	47,96	11.449,13
RECEITAS DIVERSAS	84.818,00	84.818,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84.818,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>17,00</b>	<b>17,00</b>	<b>247.850,00</b>	<b>1.457.941,18</b>	<b>1.243.627,15</b>	<b>7.315.453,82</b>	<b>-1.243.610,15</b>
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	17,00	17,00	247.850,00	1.457.941,18	1.243.627,15	7.315.453,82	-1.243.610,15
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	17,00	17,00	247.850,00	1.457.941,18	1.243.627,15	7.315.453,82	-1.243.610,15
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>12.810.000,00</b>	<b>12.810.000,00</b>	<b>1.974.995,50</b>	<b>15,42</b>	<b>8.821.940,47</b>	<b>68,87</b>	<b>3.988.059,53</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilizatória	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilizatória	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3



Município de UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>12.810.000,00</b>	<b>12.810.000,00</b>	<b>1.974.995,50</b>	<b>15,42</b>	<b>8.821.940,47</b>	<b>68,87</b>	<b>3.988.059,53</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>70.069,60</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>12.810.000,00</b>	<b>12.810.000,00</b>	<b>1.974.995,50</b>	<b>15,42</b>	<b>8.892.010,07</b>	<b>68,87</b>	<b>3.988.059,53</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>—</b>	<b>881.468,63</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>522.854,06</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Superávit Financeiro	—	881.468,63	—	—	522.854,06	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>12.810.000,00</b>	<b>15.083.058,57</b>	<b>1.590.211,13</b>	<b>11.209.338,34</b>	<b>3.873.720,23</b>	<b>2.068.689,99</b>	<b>8.892.010,07</b>	<b>6.191.048,50</b>	<b>8.487.726,87</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>11.580.832,00</b>	<b>11.906.019,37</b>	<b>1.373.865,73</b>	<b>8.625.816,83</b>	<b>3.280.202,54</b>	<b>1.757.401,92</b>	<b>7.303.308,30</b>	<b>4.602.711,07</b>	<b>6.926.019,33</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.025.047,50	6.164.551,59	935.697,51	3.926.570,06	2.237.981,53	983.287,50	3.838.182,89	2.326.368,70	3.752.154,10
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	102.000,00	102.000,00	0,00	82.859,34	19.140,66	7.736,19	55.637,66	46.362,34	55.637,66
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.453.784,50	5.639.467,78	437.168,22	4.616.387,43	1.023.080,35	766.378,23	3.409.487,75	2.229.980,03	3.118.227,57
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.207.168,00</b>	<b>3.155.039,20</b>	<b>216.345,40</b>	<b>2.583.521,51</b>	<b>571.517,69</b>	<b>311.288,07</b>	<b>1.588.701,77</b>	<b>1.566.337,43</b>	<b>1.561.707,54</b>
INVESTIMENTOS	860.167,00	2.808.038,20	216.345,40	2.239.019,98	568.018,22	255.732,51	1.361.387,14	1.446.651,06	1.334.392,91
INVERSOES FINANCEIRAS	2.001,00	2.001,00	0,00	0,00	2.001,00	0,00	0,00	2.001,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	345.000,00	345.000,00	0,00	344.501,53	498,47	55.555,56	227.314,63	117.685,37	227.314,63
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>12.810.000,00</b>	<b>15.083.058,57</b>	<b>1.590.211,13</b>	<b>11.209.338,34</b>	<b>3.873.720,23</b>	<b>2.068.689,99</b>	<b>8.892.010,07</b>	<b>6.191.048,50</b>	<b>8.487.726,87</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3



Município de UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>12.810.000,00</b>	<b>15.083.068,57</b>	<b>1.590.211,13</b>	<b>11.209.338,34</b>	<b>3.873.720,23</b>	<b>2.068.689,99</b>	<b>8.892.010,07</b>	<b>6.191.048,50</b>	<b>8.487.726,87</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>8.821.940,47</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>12.810.000,00</b>	<b>15.083.068,57</b>	<b>1.590.211,13</b>	<b>11.209.338,34</b>	<b>—</b>	<b>2.068.689,99</b>	<b>8.892.010,07</b>	<b>—</b>	<b>17.309.667,34</b>

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 6.858,38

**4º BIMESTRE - DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO**

Município de UNIAO DO OESTE - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	12.810.000,00	15.083.056,57	1.590.211,13	11.209.338,34	100,00	3.873.720,23	2.098.689,99	8.892.010,07	100,00	6.191.048,50
Legislativa	755.000,00	755.000,00	218.907,92	506.419,32	4,52	248.580,68	90.968,19	362.488,39	4,08	362.511,61
Ação Legislativa	755.000,00	755.000,00	218.907,92	506.419,32	4,52	248.580,68	90.968,19	362.488,39	4,08	362.511,61
Administração	1.649.210,00	1.759.210,00	167.878,04	1.410.790,33	12,59	348.419,67	275.723,49	1.255.138,24	14,12	504.071,76
Administração Geral	1.480.710,00	1.590.710,00	150.058,68	1.299.091,64	11,59	291.618,36	251.770,21	1.145.008,13	12,88	445.701,87
Administração Financeira	168.500,00	168.500,00	17.819,36	111.698,69	1,00	56.801,31	23.953,28	110.130,11	1,24	58.369,89
Segurança Pública	22.020,00	39.289,35	2.971,00	16.095,51	0,14	23.193,84	3.437,40	14.306,01	0,16	24.983,34
Policlínico	22.020,00	39.289,35	2.971,00	16.095,51	0,14	23.193,84	3.437,40	14.306,01	0,16	24.983,34
Assistência Social	548.501,00	840.296,88	77.526,31	581.207,14	5,19	259.089,74	111.187,31	300.087,93	3,37	540.206,95
Assistência ao Idoso	30.000,00	30.000,00	2.955,25	14.793,69	0,13	15.206,31	2.055,25	13.893,69	0,16	16.106,31
Assistência à Criança e ao Adolescente	16.000,00	16.000,00	510,00	3.560,00	0,03	12.440,00	832,55	3.069,75	0,03	12.930,25
Assistência Comunitária	502.501,00	794.296,88	74.061,06	562.853,45	5,02	231.443,43	108.239,51	283.124,49	3,18	511.172,39
Saúde	2.999.937,50	3.182.084,31	345.680,66	2.203.082,11	19,65	979.002,20	458.799,74	1.834.400,15	20,63	1.347.694,16
Atenção Básica	2.716.976,50	2.808.042,27	296.937,63	2.041.103,03	18,21	766.939,24	413.239,92	1.678.148,78	18,87	1.129.893,49
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	110.550,00	172.600,29	29.057,35	88.591,71	0,79	84.038,58	24.427,43	83.403,80	0,94	89.196,49
Vigilância Sanitária	17.860,00	42.363,32	5.484,31	13.637,80	0,12	28.725,52	5.484,31	13.261,10	0,15	29.102,22
Vigilância Epidemiológica	12.000,00	12.027,43	2.070,00	5.458,66	0,05	6.568,77	2.070,00	5.458,66	0,06	6.568,77
Alimentação e Nutrição	78.550,00	78.550,00	12.111,37	49.820,91	0,44	28.729,09	13.579,08	49.627,81	0,56	28.922,19
Abastecimento	64.001,00	68.501,00	0,00	4.500,00	0,04	64.001,00	0,00	4.500,00	0,05	64.001,00
Educação	2.582.580,50	3.498.958,51	309.548,45	2.633.878,66	23,50	865.079,85	440.506,33	2.215.381,80	24,91	1.283.576,71
Ensino Fundamental	2.161.578,50	3.038.044,70	252.780,06	2.380.779,71	21,24	657.264,99	383.459,34	1.985.157,26	22,33	1.052.887,44
Ensino Superior	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
Educação Infantil	377.001,00	416.913,81	56.788,39	222.163,43	1,98	194.750,38	57.046,99	219.912,70	2,47	197.001,11
Educação Especial	32.000,00	32.000,00	0,00	30.935,52	0,28	1.064,48	0,00	10.311,84	0,12	21.688,16
Cultura	113.000,00	113.000,00	0,00	25.085,00	0,22	87.914,00	4.132,00	16.822,00	0,19	96.178,00
Diffusão Cultural	113.000,00	113.000,00	0,00	25.085,00	0,22	87.914,00	4.132,00	16.822,00	0,19	96.178,00
Urbanismo	786.795,00	811.443,54	46.210,56	476.904,20	4,25	334.539,34	81.465,82	368.588,04	4,12	444.855,50
Infra-Estrutura Urbana	151.003,00	174.668,05	0,00	72.525,05	0,65	102.143,00	0,00	24.800,05	0,28	149.868,00
Serviços Urbanos	627.950,00	628.935,49	46.210,56	404.379,15	3,61	224.556,34	81.465,82	341.787,99	3,84	287.147,50
Transporte Rodoviário	7.840,00	7.840,00	0,00	0,00	0,00	7.840,00	0,00	0,00	0,00	7.840,00
Habitação	10.501,00	10.501,00	7.982,40	7.982,40	0,07	2.518,60	7.982,40	7.982,40	0,09	2.518,60
Habitação Urbana	10.501,00	10.501,00	7.982,40	7.982,40	0,07	2.518,60	7.982,40	7.982,40	0,09	2.518,60
Saneamento	501,00	501,00	0,00	0,00	0,00	501,00	0,00	0,00	0,00	501,00
Saneamento Básico Urbano	501,00	501,00	0,00	0,00	0,00	501,00	0,00	0,00	0,00	501,00

Continua 1/2

Município de UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.810.000,00	15.083.056,57	1.590.211,13	11.209.336,34	100,00	3.873.720,23	2.068.689,99	8.892.010,07	100,00	6.191.048,50
Gestão Ambiental	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Agricultura	1.254.002,00	1.590.001,00	182.076,87	1.324.632,88	11,82	265.368,12	151.566,72	1.084.106,99	12,19	505.892,01
Promissão da Produção Vegetal	30.002,00	335.001,00	65.598,00	280.196,00	2,50	54.803,00	0,00	214.600,00	2,41	120.401,00
Extensão Rural	1.224.000,00	1.255.000,00	116.478,87	1.044.434,88	9,32	210.565,12	151.566,72	869.506,99	9,78	385.491,01
Indústria	15.002,00	15.002,00	0,00	0,00	0,00	15.002,00	0,00	0,00	0,00	15.002,00
Promissão Industrial	15.002,00	15.002,00	0,00	0,00	0,00	15.002,00	0,00	0,00	0,00	15.002,00
Comércio e Serviços	3.001,00	3.001,00	0,00	0,00	0,00	3.001,00	0,00	0,00	0,00	3.001,00
Turismo	3.001,00	3.001,00	0,00	0,00	0,00	3.001,00	0,00	0,00	0,00	3.001,00
Transporte	1.214.451,00	1.321.915,79	188.978,06	1.067.195,27	9,52	254.720,52	242.086,12	874.716,11	9,84	447.196,68
Transporte Rodoviário	1.214.451,00	1.321.915,79	188.978,06	1.067.195,27	9,52	254.720,52	242.086,12	874.716,11	9,84	447.196,68
Desporto e Lazer	183.500,00	470.854,19	41.057,29	394.290,08	3,52	76.564,11	119.129,04	196.481,83	2,21	274.372,36
Desporto Comunitário	183.500,00	470.854,19	41.057,29	394.290,08	3,52	76.564,11	119.129,04	196.481,83	2,21	274.372,36
Encargos Especiais	647.000,00	647.000,00	1.413,57	561.774,44	5,01	85.225,56	81.705,43	363.506,18	4,09	263.491,82
Outros Encargos Especiais	647.000,00	647.000,00	1.413,57	561.774,44	5,01	85.225,56	81.705,43	363.506,18	4,09	263.491,82
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>12.810.000,00</b>	<b>15.083.056,57</b>	<b>1.590.211,13</b>	<b>11.209.336,34</b>	<b>100,00</b>	<b>3.873.720,23</b>	<b>2.068.689,99</b>	<b>8.892.010,07</b>	<b>100,00</b>	<b>6.191.048,50</b>

FONTE:

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

**4º BIMESTRE - RECEITA E DESPESA COM MANUTENÇÃO DA SAÚDE**

Município de UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	437.910,00	437.910,00	287.928,69	65,75
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	138.600,00	138.600,00	128.567,47	92,76
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	28.600,00	28.600,00	31.284,55	109,32
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	154.000,00	154.000,00	86.222,97	55,99
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	99.000,00	99.000,00	36.757,46	37,13
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	990,00	990,00	175,75	17,75
Dívida Ativa dos Impostos	14.300,00	14.300,00	3.439,07	24,05
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	2.420,00	2.420,00	1.501,42	62,04
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.508.000,00	11.508.000,00	6.990.486,40	60,74
Cota-Parte FPM	6.710.000,00	6.710.000,00	4.070.369,30	60,66
Cota-Parte ITR	2.200,00	2.200,00	163,81	7,45
Cota-Parte IPVA	200.000,00	200.000,00	128.157,54	64,08
Cota-Parte ICMS	4.510.000,00	4.510.000,00	2.738.210,70	60,71
Cota-Parte IPH-Exportação	61.600,00	61.600,00	42.154,42	68,43
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	24.200,00	24.200,00	11.430,63	47,23
Desoneração ICMS (LC 87/96)	24.200,00	24.200,00	11.430,63	47,23
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	11.945.910,00	11.945.910,00	7.278.415,09	60,93

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	722.800,00	722.800,00	428.661,77	59,31
Provenientes da União	722.800,00	722.800,00	428.661,77	59,31
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	2,00	2,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	750,00	750,00	97,76	13,03
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	723.552,00	723.552,00	428.759,53	59,26

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.580.336,50	2.848.909,03	2.086.262,20	73,20	1.734.271,34	60,87
Pessoal e Encargos Sociais	1.571.000,00	1.696.342,66	1.174.490,17	69,28	1.093.165,90	64,48
Outras Despesas Correntes	1.009.336,50	1.153.566,37	911.772,03	78,96	641.105,44	55,58
DESPESAS DE CAPITAL	134.352,00	170.226,28	54.399,00	31,96	40.001,00	23,50
Investimentos	134.352,00	170.226,28	54.399,00	31,96	40.001,00	23,50

Continua 1/4

Município de UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	134.352,00	170.226,28	54.399,00	31,96	40.001,00	23,50
Investimentos	134.352,00	170.226,28	54.399,00	31,96	40.001,00	23,50
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>2.714.688,50</b>	<b>3.019.135,31</b>	<b>2.139.761,20</b>	<b>70,87</b>	<b>1.774.272,34</b>	<b>58,77</b>
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/IV)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/IV)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	649.552,00	839.977,83	466.274,54	21,79	424.951,14	23,95
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	649.000,00	839.425,83	466.274,54	21,79	424.951,14	23,95
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	552,00	552,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>649.552,00</b>	<b>839.977,83</b>	<b>466.274,54</b>	<b>21,79</b>	<b>424.951,14</b>	<b>23,95</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	<b>2.065.135,50</b>	<b>2.179.157,48</b>	<b>1.673.486,66</b>	<b>78,21</b>	<b>1.349.321,20</b>	<b>76,05</b>
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>						<b>18,54</b>
<b>(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5</b>						
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VI/III) - (15 x IIIb)/100]⁵</b>						<b>257.558,94</b>

Continua 2/4

Município de UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
Inscritos em Exercícios Anteriores a 2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores a 2011	0,00	0,00			0,00	
TOTAL (VIII)	0,00	0,00			0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	-	-			-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	2.711.078,50	2.802.144,27	2.041.103,03	94,99	1.678.148,78	94,26
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	110.550,00	172.600,29	88.561,71	4,12	83.403,80	4,68
Vigilância Sanitária	17.860,00	42.363,32	13.637,90	0,63	13.261,10	0,74
Vigilância Epidemiológica	12.000,00	12.027,43	5.458,66	0,25	5.458,66	0,31
TOTAL	2.851.488,50	3.029.135,31	2.148.761,20	100,00	1.780.272,34	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "l+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "l+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nele estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula [(M/(h+i) - (15 x IIIb)/100]

Continua 3/4

Município de UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4



**4º BIMESTRE - RECEITA E DESPESA COM MANUTENÇÃO DO ENSINO**

MUNICÍPIO DE UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

<b>RECEITAS DO ENSINO</b>				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	437.910,00	437.910,00	287.928,69	65,75
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	154.550,00	154.550,00	133.611,15	86,45
1.1.1- IPTU	138.600,00	138.600,00	128.567,47	92,76
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	550,00	550,00	103,19	18,76
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	13.200,00	13.200,00	3.499,07	26,05
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	2.200,00	2.200,00	1.501,42	68,25
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	28.600,00	28.600,00	31.264,55	109,32
1.2.1- ITBI	28.600,00	28.600,00	31.264,55	109,32
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	155.760,00	155.760,00	86.295,53	55,40
1.3.1- ISS	154.000,00	154.000,00	86.222,97	55,99
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	440,00	440,00	72,56	16,49
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	220,00	220,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	99.000,00	99.000,00	36.757,46	37,13
1.4.1- IRRF	99.000,00	99.000,00	36.757,46	37,13
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	11.508.000,00	11.508.000,00	6.990.486,40	60,74
2.1- Cota-Parte FPM	6.710.000,00	6.710.000,00	4.070.369,30	60,66
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.710.000,00	6.710.000,00	4.070.369,30	60,66
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.510.000,00	4.510.000,00	2.738.210,70	60,71
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	24.200,00	24.200,00	11.430,63	47,23
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	61.600,00	61.600,00	42.154,42	68,43
2.5- Cota-Parte ITR	2.200,00	2.200,00	163,81	7,45
2.6- Cota-Parte IPVA	200.000,00	200.000,00	128.157,54	64,08
2.7- Cota-Parte IOF-Curo	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>11.945.910,00</b>	<b>11.945.910,00</b>	<b>7.278.415,09</b>	<b>60,93</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	193.750,00	193.750,00	135.054,73	69,71
5.1- Transferências do Salário-Educação	110.000,00	110.000,00	88.824,87	80,75
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	33.000,00	33.000,00	19.936,00	60,41
5.4- Transferências Diretas - PNATE	48.000,00	48.000,00	23.955,89	49,91
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	2.750,00	2.750,00	2.337,97	85,02
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	99.003,00	99.003,00	731.927,25	739,30
6.1- Transferências de Convênios	99.003,00	99.003,00	731.927,25	739,30
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	256.630,00	256.630,00	76.662,27	29,87
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>549.383,00</b>	<b>549.383,00</b>	<b>943.644,25</b>	<b>171,76</b>
<b>FUNDEB</b>				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	2.301.600,00	2.301.600,00	1.398.095,86	60,74
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.342.000,00	1.342.000,00	814.073,67	60,66
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	902.000,00	902.000,00	547.641,49	60,71
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	4.840,00	4.840,00	2.286,10	47,23
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	12.320,00	12.320,00	8.430,90	68,43
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	440,00	440,00	32,74	7,44
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	40.000,00	40.000,00	25.630,96	64,08
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	1.058.600,00	1.058.600,00	705.990,77	66,81
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.050.000,00	1.050.000,00	698.295,52	66,50
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	6.600,00	6.600,00	7.695,25	116,14
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)</b>	<b>-1.251.600,00</b>	<b>-1.251.600,00</b>	<b>-699.800,34</b>	<b>55,91</b>
DECRESCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO		943.960,00	943.960,00	609.999,26	64,62	595.356,97	63,07
13.1- Com Educação Infantil		240.000,00	240.000,00	112.630,51	46,93	112.630,51	46,93
13.2- Com Ensino Fundamental		703.960,00	703.960,00	497.368,75	70,65	482.726,46	68,57
14- OUTRAS DESPESAS		112.640,00	112.640,00	36.400,00	32,32	36.400,00	32,32
14.1- Com Educação Infantil		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental		112.640,00	112.640,00	36.400,00	32,32	36.400,00	32,32
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)		1.056.600,00	1.056.600,00	646.399,26	61,18	631.756,97	59,79
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB						VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-	
16.1 - FUNDEB 60%						-	
16.2 - FUNDEB 40%						-	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00	
17.1 - FUNDEB 60%						0,00	
17.2 - FUNDEB 40%						0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00	
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						631.756,97	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %						84,33	
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %						5,16	
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						10,51	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE						VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00	
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 *						0,00	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
						Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)		2.966.477,50		2.966.477,50		1.819.603,77	60,98
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL		240.000,00	240.000,00	112.630,51	46,93	112.630,51	46,93
23.1- Creche		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL		2.038.277,50	2.038.277,50	1.366.735,64	67,05	1.259.000,54	61,77
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		816.600,00	816.600,00	533.768,75	65,36	519.126,46	63,57
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		1.221.677,50	1.221.677,50	832.966,89	68,18	739.874,08	60,56
25- ENSINO MÉDIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)		2.278.277,50	2.278.277,50	1.479.366,15	64,93	1.371.631,05	60,20
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL						VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-699.800,34	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)						7.666,25	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						-692.135,09	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23 + 24) - (37)						2.063.766,14	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %						26,35	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO		111.100,00	111.100,00	63.755,36	57,39	57.239,58	51,52
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		182.753,00	1.099.131,01	1.072.234,96	97,55	788.612,66	71,75
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)		293.853,00	1.210.231,01	1.135.990,32	93,87	845.852,24	69,89
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)		2.572.130,50	3.488.508,51	2.615.356,47	74,97	2.217.483,29	63,57

MUNICÍPIO DE UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (I)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (II)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	20.721,43	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	700.372,97	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	591.461,40	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	591.461,40	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	7.665,25	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	137.298,25	0,00

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### DECRETO N.060/2015

DECRETO N.º 060/2015, de 28 de setembro de 2015  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita de Vargem Bonita – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 6º da Lei Municipal n.º 1.028/2014 de 02 de dezembro de 2014:

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Vargem Bonita, para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIDADE 05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
PROJETO/ATIVIDADE 2.010 – MERENDA ESCOLAR – ENSINO FUNDAMENTAL  
Modalidade 339000.00.01.0037.0041 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 1.380,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 00.01.0037.0041 – PNAE Ensino Fundamental, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 .....  
..... R\$ 1.380,00

Art. 2º - Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Vargem Bonita, para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIDADE 05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
PROJETO/ATIVIDADE 2.011 – MERENDA ESCOLAR – EDUCAÇÃO INFANTIL  
Modalidade 339000.00.01.0037.0042 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 9.460,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 00.01.0037.0042 – PNAE Creche, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 .....  
..... R\$ 9.460,00

Art. 3º - Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Vargem Bonita, para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIDADE 05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
PROJETO/ATIVIDADE 2.017 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL  
Modalidade 339000.00.01.0037.0049 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 705,08

Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 00.01.0037.0049 – Outras transferências Diretas do FNDE, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 .....

..... R\$ 705,08

Art. 4º - Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Vargem Bonita, para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
UNIDADE 01 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
PROJETO ATIVIDADE 2.026 – Manutenção da Iluminação Pública  
Modalidade 339000.00.01.0008.0000 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 30.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 00.01.0008.0000 – Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 .....  
..... R\$ 30.000,00

Art. 5º - Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Vargem Bonita, para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL  
UNIDADE 03 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PROJETO ATIVIDADE 2.042 – Bloco de Proteção Social Básica  
Modalidade 319000.00.01.0035.0039 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 18.964,80  
Modalidade 339000.00.01.0035.0039 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 12.643,20

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 00.01.0035.0039 – Outros Programas Sociais, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 .....  
..... R\$ 31.608,00

Art. 6º - Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Vargem Bonita, para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL  
UNIDADE 03 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PROJETO ATIVIDADE 2.042 – Bloco de Proteção Social Básica  
Modalidade 319000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 5.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 00.01.0000 .....  
..... R\$ 5.000,00

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 28 de setembro de 2015  
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em 28/09/2015

SUELEN FAVRETTO  
Secretária de Administração e Finanças

**DECRETO N.063/2015**

DECRETO Nº063/2015, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

“ESTABELECE METAS DE CONTENÇÃO DE DESPESAS PÚBLICAS.”

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, a necessidade de adotar medidas preventivas a fim de evitar possível déficit financeiro no Poder Executivo Municipal. Tendo em vista a anunciada queda geral de receita tributária no País;

CONSIDERANDO, a necessidade de adotar medidas preventivas em face anunciada da crise econômica nacional;

CONSIDERANDO, a necessidade de racionalizar os recursos financeiros municipais;

DECRETA:

Artigo 1º - Fica determinado a todas as Secretarias Municipais a redução de serviços extraordinários – horas extras e serviços aos finais de semana.

§ 1º - Os Secretários de cada Pasta deverão apresentar relatório, ao final do primeiro período de 30 dias da entrada em vigor deste decreto, demonstrando a efetiva redução de trabalho extraordinário e em finais de semana.

§ 2º - Os trabalhos extraordinários e em finais de semana deverão ser expressamente autorizados e motivados pelos Secretários Municipais.

Artigo 2º - Fica determinada a restrição – corte de despesas, em cada Secretaria, no montante de 20% da média dos últimos seis meses.

Parágrafo Único – O cumprimento da presente meta deverá ser demonstrado por cada Secretário de sua respectiva Pasta, mensalmente.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 30 de setembro de 2015.  
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 01/10/2015, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

**LEI N.1055/2015**

LEI Nº 1.055/2015, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

“AUTORIZA CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL PARA A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA LINHA PASSARIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita de Vargem Bonita (SC), no uso de suas atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona a presente LEI:

Art. 1º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a conceder subvenção social no valor de R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais) para a Associação dos Produtores Rurais de Linha Passarin, CNPJ nº 06.350.551/0001-61, em uma única parcela, para aquisição de implemento agrícola.

§ 1º. A entidade beneficiária deverá depositar o valor da subvenção em conta bancária específica, e prestar contas em até 60 (sessenta) dias após o recebimento.

Art. 2º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial à seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 07.00 – SECRETARIA DE AGRICULTURA  
UNIDADE 07.01- SECRETARIA DE AGRICULTURA  
PROJETO ATIVIDADE 2.029 – Manutenção das Atividades de Apoio a Agropecuária  
Modalidade: 445000.00.00.000.0 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos .....  
..... R\$ 5.600,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 07.00 – SECRETARIA DE AGRICULTURA  
UNIDADE 07.01- SECRETARIA DE AGRICULTURA  
PROJETO ATIVIDADE 2.029 – Manutenção das Atividades de Apoio a Agropecuária  
Modalidade: 33900.00.00.000.0 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 5.600,00

Art. 3º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 29 de setembro de 2015.  
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios – DOM em 01/10/2015, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO  
Secretária de Administração e Finanças

# Vidal Ramos

## PREFEITURA

### **PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 03/2015 - MATERIAIS**

FUNDAÇÃO MUNICIPAL MEIO AMBIENTE VIDAL RAMOS

Setor de Compras

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 03/2015

**OBJETO:** Constitui objeto do presente certame para Contratação de empresa para FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELETRICOS PARA MELHORIA DA REDE DE ENERGIA PARQUE E TAMBÉM MATERIAIS DE MANUTENÇÃO DA ELÉTRICA DE GALPÕES.

**REGIMENTO:** A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE VIDAL RAMOS, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, e pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 03/2015, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, DECRETO Nº. 7.892 DE 23 DE JANEIRO DE 2013, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93,

**ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Às 09:30 hrs do dia 14 de outubro de 2015.

**CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES:** Às 09:30 hrs do dia 14 de outubro de 2015, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

**INFORMAÇÕES:** A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, e-mail: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).

Vidal Ramos (SC), 01 de outubro de 2015.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

### **PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 04/2015-MATERIAL**

Prefeitura de Vidal Ramos

Fundo de Assistência Social de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2015

**OBJETO:** Constitui objeto do presente certame a contratação de empresa especializada para fornecimento de material para O Centro de Referência de Assistência Social é uma unidade pública da política de assistência social, de base municipal tem por objetivo fortalecer o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades.

**REGIMENTO:** O Fundo de Assistência Social de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 257/2005 de 26/08/2005, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 04/2015, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

**ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Às 08:30 hrs do dia 14 de outubro de 2015.

**CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES:** Às 08:30 hrs do dia 14 de outubro de 2015, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

**INFORMAÇÕES:** A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).

Vidal Ramos (SC), 01 de outubro de 2015

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

# Videira

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/2015-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/2015-PMV

O Sr. Prefeito Municipal de Videira torna público que, à empresa Santina Maria Gritti 01753709903, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 19.171.100/0001-09, estabelecida à Avenida Tancredo Neves, 2575, Bairro Mirante, na cidade de Itá/SC, foi aplicada a penalidade de ADVERTÊNCIA.

Videira, 30 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

### RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 151/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 151/2015 – PMV

REGISTRO DE PREÇOS

RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que fica ALTERADO o item 1.4 do edital do Pregão Presencial nº 151/2015 - PMV, o qual tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE UTENSÍLIOS DE COZINHA E REFEITÓRIOS PARA USO NAS UNIDADES DE ENSINO ESCOLAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Tendo em vista que a alteração não implica nas condições de participação das possíveis empresas interessadas e também no formulário proposta, fica mantida a data de abertura do certame para o dia 02 de outubro de 2015 às 14h00min. O Edital retificado está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 12h30min às 18h30min. Informações através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 30 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

### TOMADA DE PREÇOS Nº 19/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

TOMADA DE PREÇOS Nº 19/2015 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A RECUPERAÇÃO DE PARTE DO MURO DE CONTENÇÃO (TIPO GABIÃO) NA RUA XV DE NOVEMBRO, PELAS SECRETARIAS DE PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS. As propostas e documentos serão recebidos até as 13h00min do dia 16 de outubro de 2015. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados na home page: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br), link "Licitações", sendo que os interessados poderão obter a cópia impressa junto ao Departamento de Licitações, mediante o pagamento de taxa no valor de R\$ 30,00 (trinta reais). Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, no horário das 12h30min às 18h30min ou pelos telefones (49) 3566-9026/3566-9032.

Videira/SC, 30 de setembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal



# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### 7º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 014/2014

#### 7º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 014/2014

Ao vigésimo oitavo dia do mês de setembro do ano de 2015, a Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, celebra o 7º Termo Aditivo à Ata de Registro de Preço nos termos Lei Federal 8.666/93 e Lei 10.520/02 e demais normas aplicáveis, decorrentes do processo licitatório nº 040/2014 homologada em 10/12/2014, cujo objeto fora a formalização de registro de preço para futuras aquisições de merenda escolar, processado nos termos do processo administrativo nº 040/2014.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente Termo aditivo tem por objeto o reajuste de preços em 164,51% para o item 026, 24,23% para o item 030, 4,28% para o item 042 e 5,71% para o item 057, repassado pelos fornecedores conforme documentação apresentada, no item nº "00001" passando a vigorar conforme especificações abaixo;

3044.9 - SUPERMERCADO 1 DE MAIO EIRELI - EPP						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00026	KG	CEBOLA BRANCA	SÃO FRANCISCO	500,00	4,04	2020,00
00030	KG	COXA E SOBRE COXA DE FRANGO CONGELADO COM OSSO SEM TEMPERO	SEGALAS	1.200,00	7,69	9.228,00
00042	PACOTE	FLOCOS DE MILHO COM ACUCAR 250G	JOTA JOTA	500,00	4,22	2.110,00
00057	UN	MARGARINA CREMOSA COM SAL 500G	PRIME	300,00	1,43	429,00

As demais cláusulas a Ata de Registro de Preços permanecem inalteradas.

E por estarem às partes de pleno acordo com cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que possam surtir os efeitos jurídicos e legais.

Vitor Meireles, em 28 de setembro de 2015.

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO – Pregoeiro

JAIR WIPPEL – Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING – Equipe de Apoio

LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal

SUPERMERCADO 1 DE MAIO EIRELI - EPP  
Empresa

### LEI COMPLEMENTAR Nº 087

LEI COMPLEMENTAR N. 087, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

ESTABELECE NORMAS SOBRE A INSTALAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADES DESTINADAS À REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS TEMPORÁRIOS NO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º A realização de feiras e eventos de caráter temporário, somente poderá acontecer com a prévia licença do Poder Público Municipal, que será expedida mediante requerimento do interessado, observado o disposto nesta lei e demais normas aplicáveis à matéria.

§ 1º Para os efeitos desta lei, consideram-se como feiras ou eventos de caráter temporário aqueles que se instalam de maneira transitória, destinado à comercialização de produtos, bens e serviços ao consumidor final, de vendas a varejo, de produtos industrializados ou manufaturados, em espaço unitário ou dividido em estandes individuais, com a participação de um ou mais comerciantes.

§ 2º Ficam excluídas da presente lei:

I - As feiras e mostras anexas a congressos, convenções ou exposições de caráter científico, cultural, artístico ou religioso;

II - As feiras de artesanato organizadas por associações municipais, devidamente autorizadas pelo Município;

III - Feiras de produtos hortifrutigranjeiros, realizadas ou incentivadas pelo Poder Público Municipal;

IV - Feiras e bazares de caráter filantrópico, social ou equivalente.

Art. 2º Fica expressamente proibida a realização de feiras, no período distante de, no mínimo 15 (quinze) dias de grandes datas festivas, tais como: Dia das Crianças, Dia das Mães, Dia dos Namorados, Dia dos Pais, Natal e Páscoa.

Art. 3º A realização das feiras ou eventos comerciais itinerantes ficará condicionada à concessão de licença emitida pelo Município.

Art. 4º No exame do pedido de licença, observar-se-ão os princípios que regem a atividade econômica indutora do desenvolvimento no âmbito municipal, devendo ser assegurados principalmente:

I – a garantia das normas de proteção e defesa do consumidor, atendendo-se à ordem pública e ao interesse social;

II – a garantia dos interesses econômicos e financeiros do Município;

III – o respeito às ações municipais de promoção e desenvolvimento industrial, comercial e de serviços;

IV – a observância das responsabilidades fiscais e recolhimento dos tributos;

V – o enquadramento nas convenções coletivas de trabalho entre as entidades sindicais e a observância das normas trabalhistas.

Art. 5º As feiras e os eventos de que trata o artigo 1º poderão ser realizados:

I – Nos locais públicos determinados pelo Poder Executivo Municipal por meio de Decreto.

II – Em quaisquer espaços privados, desde que não localizados nos zoneamentos do Município como zonas exclusivamente residenciais, sendo necessário que o imóvel ofereça condições compatíveis de segurança, higiene, saúde e meio ambiente, estabelecidos nesta e nas demais leis pertinentes, aplicáveis a todas as pessoas jurídicas de direito privado.

Art. 6º A concessão de licença para a realização das feiras ou eventos comerciais itinerantes dar-se-á mediante a apresentação, pela parte promotora do evento, de requerimento acompanhado dos seguintes documentos:

I – referente à pessoa jurídica ou natural promotora do evento:

- a) Comprovação de inscrição na Prefeitura do Município de origem;
- b) Certidão negativa de débitos expedida pela Prefeitura do Município de origem;
- c) Certidão negativa de débitos expedida pelo Estado de origem;
- d) Certidão negativa de débitos Federal e Previdenciária;
- e) Certidão de regularidade trabalhista;
- f) Relação das pessoas jurídicas que participarão da feira como comerciantes;
- g) Cópia do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF;
- h) Cópia do Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF da(s) pessoa(s) física(s) responsável(eis) pela empresa promotora do evento;
- i) Comprovante de comunicação aos órgãos locais da Receita Federal, Fazenda Estadual, Ministério do Trabalho e Emprego e às entidades representativas de classes econômicas, patronais e de empregados envolvidas quanto à realização da feira itinerante;
- j) Comprovante de solicitação de apoio da Polícia Militar ou apresentação de cópia do contrato com empresa de segurança privada devidamente registrada no Departamento de Polícia Federal, contendo relação com o nome dos vigilantes responsáveis pela segurança da feira e respectiva inscrição da Carteira Nacional de Vigilante;
- k) Contrato com profissional e/ou equipe médica que deverá permanecer à disposição dos participantes e do público em geral durante todo o período de realização da feira, exposição ou evento similar.
- l) Comprovante do plano de destinação de resíduos, aprovado pelo órgão municipal competente, acompanhado de documento comprobatório de sua viabilidade e realização;
- m) Seguro de responsabilidade civil contra terceiros, incêndio e acidente pessoal dos frequentadores, com apólices quitadas;
- n) Havendo execução pública de obra literária, artística, musical, científica ou fonograma do local, o comprovante de recolhimento da respectiva contribuição autoral junto ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais ou entidades respectivas;

II – referente ao local de realização do evento:

- a) Atestado fornecido por um engenheiro civil inscrito no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – CREA/SC de que as instalações físicas, elétricas e hidrossanitárias do local de realização da feira atendem às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;
- b) Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndio expedido pelo Corpo de Bombeiros, para o prédio onde será realizada a feira e projeto de prevenção especial para o evento, devidamente aprovado;
- c) Certidão negativa de débitos municipal do imóvel no qual a feira será realizada;
- d) Alvará de Localização compatível com a atividade a ser desenvolvida preendo a realização de eventos e feiras;
- e) Alvará da Vigilância Sanitária expedido pela Secretaria Municipal de Saúde;

f) Croqui do local com a denominação da localização e disposição dos estandes com a reserva de espaço gratuito ao PROCON-SC, à Polícia Militar, ao Juizado de Menores, às Secretarias Municipais de Saúde (Vigilância Sanitária) e Desenvolvimento Econômico e Posto para atendimento médico.

III – referente às empresas expositoras:

- a) Comprovante do recolhimento dos tributos referente à realização da feira ou evento comercial;
- b) Comprovante de inscrição no Município de origem (Alvará de Localização e Funcionamento);
- c) Certidão negativa de débitos expedida pela Prefeitura do Município de origem;
- d) Comprovante de inscrição na Secretaria da Fazenda do Estado de origem e respectiva certidão negativa de débitos;
- e) Certidão negativa de débitos Federal e Previdenciária;
- f) Cópia do CNPJ/MF de cada expositor;
- g) Cópia do CPF/MF da(s) pessoa(s) física(s) responsáveis pelas empresas Expositoras;
- h) Nota(s) fiscal(is) de aquisição da(s) mercadoria(s) à venda, exceto de produtos alimentícios artesanais de fabricação caseira.

Art. 7º Quando forem realizadas feiras ou eventos em área privada, além das exigências elencadas no artigo 5º, as empresas promotoras deverão apresentar:

I – autorização ou contrato de locação, específico do proprietário do imóvel particular para a realização da feira ou evento;

II – certidão atualizada da matrícula do imóvel no respectivo Cartório de Registro de Imóveis para fins de comprovação da propriedade;

III – cópia do contrato de locação da unidade individual da edificação destinada e licenciada para o uso de feira ou evento comercial caso haja relação locatícia.

Parágrafo Único. Considera-se atualizada a certidão emitida em menos de trinta dias da sua apresentação ao ente municipal.

Art. 8º O deferimento da licença está condicionado à aprovação dos seguintes órgãos e entidades:

I – Secretaria Municipal da Administração e Finanças: parecer quanto à situação fiscal e cadastral do imóvel, dos sócios e/ou administradores e do próprio contribuinte. No caso de realização de eventos, será necessário ainda parecer de Fiscal de Tributos, verificando os tributos que deverão ser pagos para a realização do evento e outras orientações para cumprimento da legislação tributária municipal;

II – Secretaria Municipal de Planejamento, Cidade e Desenvolvimento Econômico: parecer quanto às adequações do Código de Postura, Zoneamento, urbano e normas do Plano Diretor;

III – Secretaria Municipal de Saúde: sempre que o contribuinte manipular alimentos, seja industrialização, comercialização ou transporte, ou quando a atividade envolva a saúde humana, será necessário parecer quanto à adequação do contribuinte às normas de vigilância à saúde e vigilância sanitária;

IV – Secretaria da Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Meio Ambiente: quando se tratar de atividades, mesmo que atividades meio que potencialmente ofereçam risco à poluição, física ou sonora, ou ainda, que cause qualquer impacto ao meio ambiente, será necessário parecer quanto à adequação do contribuinte às normas de preservação, prevenção e poluição sonora;

V – Polícia Militar: sempre que se tratar de eventos que possam perturbar ou interromper a livre circulação de veículos e pedestres, ou colocar em risco sua segurança.

V – Polícia Civil: quando se tratar de festas e eventos, ou de atividades controladas pela Polícia Civil, como estabelecimentos onde seja permitido o consumo de bebidas alcoólicas ou exista o armazenamento e/ou venda de produtos inflamáveis, será necessário parecer da Polícia Civil, atestando a aptidão do contribuinte para desempenho das atividades;

§ 1º Caso a feira ou evento necessite de autorização da Polícia Militar, a obrigação de sinalizar a via é do responsável pela execução ou manutenção do evento.

§ 2º A inobservância do § 1º acarretará ao responsável pelo evento das sanções prescritas no § 3º do artigo 95 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

Art. 9º O pedido de realização da feira deverá ser protocolado na Prefeitura, até 60 (sessenta) dias antes da realização do evento, acompanhado de todos os documentos acima elencados.

§ 1º O horário de funcionamento e local das feiras e eventos que trata o artigo 1º constará do respectivo alvará, licença ou autorização expedida pela Secretaria Municipal competente.

§ 2º A licença de funcionamento será expedida pelo prazo previsto para a duração do evento.

§ 3º A licença de funcionamento somente poderá ser expedida após vistoria “in loco” das instalações pelos órgãos competentes, com relação às exigências estabelecidas nesta lei.

Art. 10 O pagamento das mercadorias comercializadas em feiras eventuais ocorrerá no próprio estande da pessoa jurídica expositora, com

emissão de cupom fiscal homologada na Fazenda Estadual ou mediante emissão da respectiva nota fiscal, salvo os que estejam legalmente dispensados da sua emissão.

Parágrafo Único – Os promotores e organizadores de feiras, exposições e eventos similares responderão solidariamente pelos danos decorrentes das relações de consumo havidas entre os participantes e os consumidores, ficando, desde já, definido que o Foro para dirimir quaisquer pendências oriundas daquelas relações será o da Comarca do Município.

Art. 11 É vedada a comercialização de produtos originários de contrabando ou descaminho, falsificados, “pirateados” ou sem origem fiscal.

Parágrafo Único – Os produtos descritos nos caput deste artigo que forem encontrados nos locais de realização de feiras, exposições ou eventos similares serão apreendidos pela fiscalização do órgão competente e destruídos na forma da legislação em vigor, sem prejuízo da representação criminal contra os responsáveis.

Art. 12 O funcionamento de feiras e eventos que não tiverem cumprido as exigências, documento, ou que sejam realizados em desacordo com esta lei sujeitará o infrator à imediata interdição do local, apreensão dos bens e pagamento de multa prevista Código Tributário do Município, ficando, o infrator, impedido da realização de novos eventos pelo prazo de cinco anos contados a partir da constatação da infração.

Art. 13 Caso não sejam cumpridas as exigências da presente lei, o pedido de licença será indeferido pelo Poder Executivo Municipal, bem como será cassada a licença, a qualquer tempo, em caso do descumprimento de qualquer das normas constantes desta lei ou da legislação vigente.

Art. 14 Fica acrescentado o inciso IV, ao artigo 344 do Código Tributário Municipal, com a seguinte redação:

“Art. 344...

...

IV - feiras ou eventos de caráter temporário que se instalam de maneira transitória, destinado à comercialização de produtos, bens e serviços ao consumidor final, de vendas a varejo, de produtos industrializados ou manufaturados, em espaço unitário ou dividido em estandes individuais, com a participação de um ou mais comerciantes”.

Art. 15 Fica acrescentado o art. 345A, ao Código Tributário Municipal, com a seguinte redação:

“A taxa relativa às feiras ou eventos de caráter temporário descrita no inciso IV, do Art. 344 do Código Tributário Municipal fica estabelecida em 70 (setenta) UFM's, por dia de feira, multiplicado pelo número de estandes existentes no evento”.

Art. 16 Ficam revogados os artigos de lei que divirjam dos aprovados nesta lei.

Art. 17 Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Vitor Meireles, 30 de setembro de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

## **LEI Nº 0934**

LEI N. 0934, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E RECREATIVA IPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Desportiva e Recreativa Ipiranga, entidade civil sem fins lucrativos ou econômicos, constituída em 20 de novembro de 1967, com sede à localidade de Serra da Abelha I, município de Vitor Meireles (SC), Comarca de Presidente Getúlio.

Art. 2º Ficam assegurados à referida entidade, todos os benefícios, vantagens e obrigações previstas na legislação vigente.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Fica revogada a Lei n. 811/2012.

Vitor Meireles, 30 de setembro de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

**LEI Nº 0935**

LEI N. 0935, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DA TERCEIRA IDADE PIONEIROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;  
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação da Terceira Idade Pioneiros, entidade civil sem fins lucrativos ou econômicos, constituída em 27 de junho de 2013, com sede à localidade de Serra da Abelha II, município de Vitor Meireles (SC), Comarca de Presidente Getúlio.

Art. 2º Ficam assegurados à referida entidade, todos os benefícios, vantagens e obrigações previstas na legislação vigente.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vitor Meireles, 30 de setembro de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

**LEI Nº 0936**

LEI N. 0936, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O GRUPO DE DANÇA SÊNIOR SINTONIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;  
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Grupo de Dança Sênior Sintonia, entidade civil sem fins lucrativos ou econômicos, constituída em 20 de maio de 2006, com sede à Rua Afonso de Oliveira, bairro Palmitos, município de Vitor Meireles (SC), Comarca de Presidente Getúlio.

Art. 2º Ficam assegurados à referida entidade, todos os benefícios, vantagens e obrigações previstas na legislação vigente.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vitor Meireles, 30 de setembro de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

**LEI Nº 0937**

LEI N. 0937, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO PISCICULTORES DE VITOR MEIRELES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;  
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Piscicultores de Vitor Meireles, entidade civil sem fins lucrativos ou

econômicos, constituída em 07 de novembro de 1997, com sede à localidade de Sabugueiro, município de Vitor Meireles (SC), Comarca de Presidente Getúlio.

Art. 2º Ficam assegurados à referida entidade, todos os benefícios, vantagens e obrigações previstas na legislação vigente.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vitor Meireles, 30 de setembro de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

**LEI Nº 0938**

LEI Nº 0938, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

AUTORIZA O PAGAMENTO DE PREMIAÇÃO PARA OS PARTICIPANTES DOS CAMPEONATOS E CONCURSOS MUNICIPAIS DE VITOR MEIRELES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Executivo Municipal a destinar recursos em pecúnia, para pagamento de premiação das equipes participantes dos campeonatos e concursos municipais realizados pelo Município de Vitor Meireles, através da Secretaria de Esportes, Cultura e Turismo, cuja finalidade é a integração das sociedades do município através da prática desportiva e cultural.

Parágrafo Único – Os valores em pecúnia serão pagos através de transferência bancária em conta indicada pela equipe no momento da inscrição no campeonato ou concurso, livre de impostos, taxas e demais retenções.

Art. 2º A forma de pagamento da premiação dos campeonatos e concursos será regulada através de Decreto, não podendo ultrapassar o limite da dotação orçamentária para esta finalidade.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária vigente à época do pagamento da respectiva premiação.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 30 de setembro de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 209/2015**

PORTARIANº 209/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: TAINÁ LUCHTENBERG

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria nº 205/2015, de 23 de setembro de 2015, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exonerada a partir de 30 de setembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 30 de setembro de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 30 DE SETEMBRO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

# Xavantina

## PREFEITURA

**CONTRATO Nº 069/2015 PMXV**

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: ISABEL CRISTINE PASINI CHIAMENTI.

Contrato nº: 069/2015 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS PRODUZIDOS PELO MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Data da Assinatura: 29/09/2015.

Vigência: 31/10/2015.

Valor do Contrato: R\$ 7.000,00 (sete mil reais).



# Xaxim

## PREFEITURA

### **AVISO DE ANULAÇÃO PREGÃO 090/2015** AVISO DE ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Processo Licitatório n. 173/2015

Pregão n. 090/2015

O município de Xaxim através de seu Prefeito torna publico a anulação da licitação supra.

Justifica-se a presente anulação, considerando que a administração constatou, mesmo após lançamento de Edital, que poderia haver restrição à participação de Empresas no certame;

Assim, o parecer da Procuradoria-geral do município, com a concordância do prefeito municipal, é de que o processo Licitatório em voga DEVE SER ANULADO, visto que a Administração Pública detém a prerrogativa de anular ou revogar seus próprios atos (Súmula 473 do STF).

Xaxim (SC), 30 de setembro de 2015.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

# Associações

## AMOSC

### ANEXO 6 - ORÇAMENTO 2016 AMOSC - PLANO DE METAS

PLANO DE DIRETRIZES E METAS DA AMOSC 2016

Anexo 6

DIRETORIA EXECUTIVA/SECRETARIA EXECUTIVA

EIXOS DE ATUAÇÃO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
Representação Política	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Desenvolver mobilização para melhorar a distribuição tributária em favor dos municípios.</li> <li>2. Mediar para reduzir a interferência do Ministério Público na gestão pública municipal.</li> <li>3. Alinhar as ações institucionais entre CNM, FECAM e AMOSC.</li> </ol>
Desenvolvimento Regional	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Desenvolver ações para atrair empresas para os pequenos municípios da região.</li> <li>2. Fortalecer ações de cooperação regional.</li> <li>3. Debater a região metropolitana de Chapecó.</li> <li>4. Reativar o Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado - FDRI.</li> </ol>
Assessoria Técnica	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Ampliar a capacidade de atender projetos.</li> <li>2. Implantar processos de comprar conjuntas.</li> <li>3. Apoiar no acesso aos portais de projetos dos governos federal e estadual.</li> <li>4. Gerenciar o desenvolvimento tecnológico dos municípios.</li> <li>5. Desenvolver projetos de gestão conjunta para: lixo, água, esgoto, drenagem e mobilidade urbana.</li> <li>6. Organizar conjunto de informações regionais.</li> </ol>
Capacitação	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Qualificar a equipe técnica da AMOSC.</li> <li>2. Qualificar a equipe técnica das prefeituras.</li> <li>3. Qualificar a equipe de prefeitos e secretários municipais.</li> </ol>
Processos Internos	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Melhorar a comunicação entre municípios e AMOSC.</li> <li>2. Implantar plano de carreira, cargos e salários.</li> <li>3. Desenvolver projeto para nova sede da AMOSC.</li> <li>4. Padronizar processos internos.</li> </ol>

DEPARTAMENTO TÉCNICO

SETOR	AÇÃO
-------	------

Agrimensura	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Implantar uma Rede de Controle Geodésico.</li> <li>2. Capacitar de forma contínua a equipe com cursos e seminários voltados para as mais variadas áreas da Agrimensura.</li> <li>3. Adquirir Módulo BIM (Building Information Model) para o Sistema BricsCAD e iniciar estudos para desenvolvimento de projetos na nova tecnologia.</li> <li>4. Renovar os equipamentos topográficos (estação total).</li> <li>5. Padronizar os procedimentos do setor e alimentação do Sistema de Armazenamento de Projetos – SAPWEB, para sua efetivação como biblioteca virtual de projetos e banco de dados.</li> <li>6. Implantar um projeto piloto de Sistema de Informações Geográficas – SIG, com a confecção de mapas temáticos.</li> </ol>
Arquitetura	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Aprimorar conhecimentos através de cursos, pesquisas, palestras e encontros técnicos nas áreas de novas tecnologias, energias renováveis, paisagismo, novos materiais, perspectivas em 3D e cartografia, para aplicação nos projetos.</li> <li>2. Elaborar maquetes 3D para melhor visualização e entendimento dos projetos elaborados pelo setor, bem como a utilização de novos softwares alinhados com a tecnologia BIM (Building Information Model).</li> <li>3. Alimentar o Sistema de Armazenamento de Projetos – SAPWEB para sua efetivação como biblioteca virtual de projetos e banco de dados.</li> <li>4. Implantar na página da AMOSC a galeria dos projetos elaborados pela Engenharia e Arquitetura, para divulgação dos setores e da entidade.</li> </ol>
Cartografia	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Atualizar a base cartográfica dos municípios filiados compreendendo mapa cadastral (perímetro urbano), rodoviário (município), zoneamento, Plantas de Valores Genéricos (PVG), setores fiscais e plantas de quadras.</li> <li>2. Atualizar o mapa cadastral - urbano conforme projetos de parcelamentos de solo (fracionamento, unificação, desmembramento, retificação administrativa e loteamento) aprovados e registrados.</li> <li>3. Implantar o Cadastro Técnico Multifinalitário (CTM) nas Administrações Municipais, aumentando a eficiência e dando maior agilidade aos trabalhos internos da Administração Municipal.</li> </ol>
Engenharia Civil	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Alimentar o Sistema de Armazenamento de Projetos – SAPWEB para sua efetivação como biblioteca virtual de projetos e banco de dados.</li> <li>2. Incluir nos projetos formas sustentáveis para preservação do meio ambiente, como a captação de águas pluviais e a reciclagem, sempre que possível.</li> <li>3. Adquirir Módulo BIM (Building Information Model) para o Sistema BricsCAD e iniciar estudos para desenvolvimento de projetos na nova tecnologia.</li> <li>4. Implantar na página da AMOSC a galeria dos projetos elaborados pela Engenharia e Arquitetura, para divulgação dos setores e da entidade.</li> </ol>

Informática	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Implantação do Sistema de gestão de biblioteca pública (Publioteca) em todos os Municípios da Associação.</li> <li>2. Refazer o sistema SigaWeb, incrementando funções existentes e adaptando para celular.</li> <li>3. Concluir legalização dos softwares pagos e instalação dos softwares livres, garantindo uma estabilidade de trabalho para todos.</li> <li>4. Formar grupos de estudo para definição das diretrizes e variáveis de cada sistema a ser desenvolvido pelo setor.</li> <li>5. Incluir perfil de usuário para Secretário de Educação no sistema EscolaWeb, bem como desenvolver módulos para Merenda e Transporte Escolar.</li> <li>6. Melhorar o desempenho da internet para usuário AMOSC.</li> </ol>
-------------	---

## DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

SETOR	AÇÃO
Administrativo	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Dar continuidade a capacitação voltada aos servidores públicos, esta ação será permanente.</li> <li>2. Oferecer ao Departamento de Recursos Humanos uma formação específica e estruturação no Setor.</li> <li>3. Buscar uma melhoria e padronização nos eventos realizados pela AMOSC.</li> <li>4. Continuar com treinamentos em parceria com Receita Federal e Receita Previdenciária. Esta ação será permanente.</li> <li>5. Proporcionar treinamento aos municípios referente ao Sped Social</li> <li>6. Propor a Secretaria da AMOSC, um planejamento estratégico para convivência dos colaboradores, para que desta forma possamos atingir com mais precisão os resultados que esperam de nós. E por outro lado amenizar os possíveis conflitos nas relações de trabalho.</li> <li>7. Apresentação de plano de carreira para os colaboradores da AMOSC.</li> </ol>

Assistência Social	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Orientar quanto a execução dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica e Especial, conforme diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.</li> <li>2. Assessorar a gestão da política de Assistência Social na adequação das leis municipais, em consonância com as diretrizes do SUAS e Assessorar na implementação das Equipes Referência nos Municípios.</li> <li>3. Dar continuidade nas ações Inter setoriais voltadas às políticas públicas de atenção a criança, ao adolescente e suas famílias.</li> <li>4. Propor, acompanhar e organizar o plano de capacitação regional, em caráter continuado destinada aos Conselheiros Tutelares eleitos em processo de escolha unificado.</li> <li>5. Propor, acompanhar e organizar a construção coletiva e regionalizada dos Planos Decenais dos Direitos da Criança e do Adolescente em cumprimento a Resolução 161 do Conanda.</li> <li>6. Viabilizar capacitação regional destinada aos Conselheiros Municipais de Assistência Social em cumprimento à legislação de repasse do IGD SUAS.</li> <li>7. Dar continuidade aos trabalhos e às ações realizadas pelas Comissões e Grupo de Estudos formadas pelos Colegiados de Conselheiros de Direitos e Tutelares (Grupo de Estudos sobre Infrequência Escolar; Comissão de Avaliação e Atualização do Protocolo de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual Aguda da Região da AMOSC, Comissão de avaliação e atualização do Fluxograma de Atendimento às Vítimas de Violência Crônica).</li> <li>8. Dar continuidade aos trabalhos e às ações realizadas pelas Comissões e Grupo de Estudos formadas pelos Colegiados de Gestores e Técnicos do SUAS da Região da AMOSC (Grupo de Estudos dos Psicólogos, Grupo de Estudos de Experiências de CRAS e Comissão de Gestão de Risco e Eventos Naturais).</li> <li>9. Orientar os Gestores Municipais de Assistência Social quanto a gestão financeira e orçamentária do SUAS, assegurando o repasse financeiro do cofinanciamento Federal e Estadual de forma regular e automática.</li> <li>10. Organizar e assessorar e dar encaminhamentos dos assuntos abordados nas reuniões do Colegiado de Conselheiros de Direitos e Tutelares e do Colegiado de Gestores e Técnicos do SUAS.</li> </ol>
Contábil	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Organizar cursos, palestras, seminários, treinamentos para capacitação e atualização dos contadores municipais.</li> <li>2. Orientação quanto aos procedimentos referente a último ano de mandato.</li> <li>3. Realizar a escrituração contábil da AMOSC.</li> <li>4. Realizar a escrituração contábil do CIDEMA.</li> <li>5. Encaminhamento do E-sfinge ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.</li> <li>6. Elaboração e envio dos demonstrativos contábeis junto a Secretaria do Tesouro Nacional-STN.</li> </ol>
Controle Interno	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Operacionalizar o sistema de controle interno na AMOSC.</li> <li>2. Organização e envio da prestação de contas anual junto ao TCE/SC, conforme IN nº TC – 20/2015.</li> <li>3. Realizar oficinas práticas de controle interno.</li> <li>4. Organizar cursos, palestras, seminários, treinamentos para capacitação e atualização dos controladores internos.</li> <li>5. Auxiliar os municípios na implementação do controle interno preventivo.</li> </ol>

Educação	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Acompanhar a implantação e implementação dos Planos Municipais de Educação, definindo estratégias conjuntas de acordo com Arranjos de Desenvolvimento da Educação conforme Lei nº 13.005/14-PNE.</li> <li>2. Assessorar os municípios acerca no financiamento da educação: FUNDEB, principais programas de transferência direta e informar papel dos conselhos de controle social nos pareceres de prestação de contas.</li> <li>3. Assessorar e organizar as reuniões do Colegiado de Educação e de Cultura, mantendo-os atualizados sobre a legislação, programas e projetos educacionais e culturais.</li> <li>4. Dar continuidade as capacitações continuada para professores, visando otimização de recursos e o cumprimento da obrigatoriedade.</li> <li>5. Mobilizar e organizar o Fórum Regional de Educação Infantil.</li> <li>6. Publicar a Proposta das Diretrizes e Currículo da Educação Infantil da Região.</li> <li>7. Dar continuidade em ações intersectoriais voltadas às políticas públicas de atenção à criança e adolescentes.</li> <li>8. Auxiliar na organização do VI Fórum Catarinense de Cultura em Chapecó/2016.</li> <li>9. Acompanhar, propor e auxiliar a execução do eixo capacitação do planejamento estratégico da AMOSC.</li> </ol>
Jurídico	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Acompanhar a implementação do Programa de Regularização Fundiária - Lar Legal nos Municípios da AMOSC.</li> <li>2. Orientar os Municípios na aplicação da Lei 13.019/14 que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias.</li> <li>3. Assessorar os Municípios no que se refere aos Termos de Ajuste de Conduta do Ministério Público - Lei de Acesso a Informação – LAI.</li> <li>4. Atender os Municípios quanto as vedações eleitorais aplicáveis ao último ano de mandato.</li> <li>5. Elaborar comunicados e pareceres jurídicos.</li> <li>6. Representar juridicamente a AMOSC e acompanhar juridicamente o CIS-AMOSC e o CIDEMA.</li> </ol>
Projetos e Convênios	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Auxiliar os municípios, na identificação das demandas por obras e serviços que necessitam de aporte financeiro dos Governos Estadual e Federal para a sua execução.</li> <li>2. Acompanhar as oportunidades de captação através de editais, programas estaduais e federais, com disponibilidade de recursos para investimentos em obras e serviços.</li> <li>3. Redistribuir aos municípios associados as informações sobre abertura de programas encaminhados pelo Escritório de Projetos da FECAM.</li> <li>4. Auxiliar os municípios associados quanto ao Sistema de Acompanhamento de Programas e Editais - SAPE, disponibilizado pela FECAM.</li> <li>5. Mapear as demandas por projetos dos Municípios associados.</li> </ol>

Saúde	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Acompanhar as reuniões dos Conselhos de Saúde, CIR, CIB, COSEMS.</li> <li>2. Promover junto as Secretarias de Saúde em parceria com a Gerência de Saúde (SDR), CIES e UNIVERSIDADE cursos de capacitação para gestores, técnicos, conselheiros entre outros.</li> <li>3. Participar da Comissão Permanente de Integração Ensino-Serviço/ CIES.</li> <li>4. Participar do Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró – Saúde) junto a Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ.</li> <li>5. Gestionar a ampliação e implementação de serviços do HRO.</li> <li>6. Participar das atividades do Centro regional de Atendimento a Saúde do trabalhador – CEREST.</li> <li>7. Implantar a Policlínica de Referência Regional.</li> <li>8. Promover a prevenção e tratamento do uso abusivo de drogas.</li> </ol>
Tributário	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Elaborar um estudo para atualização dos valores venais dos imóveis no município (para demonstrar ao prefeito quanto a receita própria do município pode aumentar).</li> <li>2. Elaboração de um projeto para viabilizar a realização do programa "Pró-Notas – Nota Premiada".</li> <li>3. Dar sequência ao trabalho do projeto de fiscalização do movimento econômico do programa "com nota fiscal vai legal";</li> <li>4. Fazer a contabilidade do CIS-AMOSC e enviar o e-Sfinge ao TCE/SC.</li> <li>5. Elaborar comunicados e pareceres Técnicos.</li> <li>6. Organizar e assessorar as reuniões do Colegiado de Fiscais de Tributos, Auditores-Fiscais e Técnicos da Tributação dos Municípios da AMOSC – COFATT/AMOSC.</li> <li>7. Organizar cursos, palestras, seminários, treinamentos para capacitação e atualização dos Fiscais de Tributos, Auditores-Fiscais e Técnicos da Tributação.</li> <li>8. Assessorar os Municípios no trabalho do dia-a-dia dos setores de Tributação, Fiscalização, Movimento Econômico e Bloco de Notas de Produtor.</li> </ol>

Chapecó, SC, 29 de setembro de 2015.

José Claudio Caramori	Paulo Utzig

Presidente CRC/SC 11.615/1-O

## CONVENIO ACAMOSC 2015

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO Nº 01/2015

Convênio de Cooperação que entre si celebram a Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC e a Associação das Câmaras Municipais do Oeste de Santa Catarina - ACAMOSC.

Convênio de Cooperação que fazem a Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina, doravante denominada AMOSC, inscrita no CNPJ sob nº 82.805.961/0001-38, com endereço na Av. Getúlio Vargas, nº 571-S, Centro, Chapecó-SC, representada pelo seu Presidente Sr. José Claudio Caramori, Prefeito de Chapecó e a Associação das Câmaras Municipais do Oeste de Santa Catarina, doravante denominado ACAMOSC, inscrita no CNPJ sob nº 75.437.715/0001-05, com endereço na Rua Arthur João Lara nº 1050-E, Bairro Presidente Medici, Chapecó-SC, representada pelo seu Presidente Sr. Diane Fortti, Vereador de Quilombo, resolvem celebrar o presente Convênio de Cooperação de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Convênio de Cooperação tem como objetivos:

- I. Aproximar as ações entre o Executivo e Legislativo, observado o princípio da harmonia e independência dos Poderes;
- II. Assegurar a participação dos Presidentes da AMOSC e ACAMOSC nas Assembleias das entidades;
- III. Assegurar a participação dos vereadores nos eventos promovidos pelas AMOSC;
- IV. Viabilizar eventos conjuntos de capacitação aos técnicos das Prefeituras e Câmaras de Vereadores;
- V. Assegurar as Câmaras Filiadas a ACAMOSC a participação nos Jogos de Integração dos Servidores Públicos Municipais – JISMA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA AMOSC**

São obrigações da AMOSC:

- a) Assegurar a participação das Câmaras de Vereadores filiados a ACAMOSC nas reuniões do Colegiado de Contadores e Controladores Internos;
- b) Possibilitar a participação das Câmaras de Vereadores filiadas a ACAMOSC nos Jogos de Integração dos Servidores Públicos Municipais - JISMA.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ACAMOSC**

São obrigações da ACAMOSC:

- a) Definir conjuntamente com o AMOSC a necessidade de dispor técnicos para realização do presente Convênio;
- b) Divulgar junto as Câmaras filiadas o presente de Convênio de Cooperação.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS**

Os custos de implantação e manutenção do presente Convênio serão suportados por cada entidade signatária.

**CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO**

Os convenientes poderão rescindir o presente Convênio de Cooperação a qualquer tempo, mediante prévia comunicação no prazo de 30 (trinta) dias.

**CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O presente Convênio de Cooperação será por um ano a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO**

Fica eleito o foro da comarca de Chapecó para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio.

E, por assim estarem acordes, assinam as partes o presente Convênio de Cooperação em duas vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo, para que produza seus efeitos legais.

Chapecó, SC, 29 de setembro de 2015.

JOSÉ CLAUDIO CARAMORI  
Presidente da AMOSC

DIANEI FORTTI  
Presidente da ACAMOSC

Testemunhas:

Paulo Utzig  
Secretário Executivo da AMOSC

Eloi de Oliveira  
Secretário Executivo da ACAMOSC

**REGIMENTO INTERNO AMOSC 2015**

REGIMENTO INTERNO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS  
DO OESTE DE SANTA CATARINA - AMOSC

**CAPÍTULO I****DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Art 1º O presente Regimento Interno define as atribuições, regulamenta e estabelece o funcionamento das atividades técnico operacionais criadas a partir da nova estrutura organizacional previstas no art. 2º do presente Regimento e Organograma - Anexo Único.

Art. 2º A Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC tem a seguinte Estrutura Organizacional:

**I. Secretaria Executiva**

a) Setor de Serviços Gerais

**II. Departamento Técnico**

- a) Setor de Agrimensura
- b) Setor de Arquitetura
- c) Setor de Cartografia
- d) Setor de Engenharia Civil
- e) Setor de Informática

**III. Departamento Administrativo**

- a) Setor Administrativo
- b) Setor de Assistência Social
- c) Setor Contábil
- d) Setor de Controle Interno
- e) Setor de Educação
- f) Setor Jurídico
- g) Setor de Projetos e Convênios
- h) Setor de Saúde
- i) Setor Tributário

**CAPÍTULO II****DAS COMPETÊNCIAS****Seção I****Da Secretaria Executiva**

Art. 3º A Secretaria Executiva é o órgão responsável pelo gerenciamento e administração da entidade, assistência à Diretoria Executiva e o controle das atividades dos setores de recepção e serviços gerais, de manutenção e funcionamento da entidade.

Art. 4º A Secretaria Executiva compete:

- I. Encaminhar a convocação da Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária, divulgando as reuniões e deliberações;
- II. Representar oficialmente a Associação, sempre que delegado;
- III. Apresentar a prestação de contas da Associação com a participação da Diretoria Executiva;
- IV. Executar as deliberações da Assembléia Geral e as determinações da Diretoria Executiva;
- V. Gerenciar e Supervisionar o funcionamento da associação;
- VI. Gerenciar e supervisionar, através dos Departamentos o funcionamento, as atividades de planejamento e assessoramento da Associação;
- VII. Planejar e coordenar os serviços administrativos, financeiros e patrimoniais da Associação;
- VIII. Desempenhar as atividades de relações públicas, promovendo o inter-relacionamento e o intercâmbio técnico e administrativo com órgãos públicos, privados e congêneres;
- IX. Indicar representante junto a Fazenda Estadual, nos trabalhos do movimento econômico;
- X. Promover a arrecadação e movimentação de recursos financeiros, alienar e adquirir bens moveis e efetuar pagamentos, em



conjunto com o Presidente da Associação;

XI. Solicitar ao Presidente a contratação de técnicos e propor sejam postas a disposição da Associação, servidores dos Municípios associados e de outros órgãos públicos;

XII. Submeter à Diretoria Executiva da Associação o Orçamento Anual, o Plano de Diretrizes e Metas do exercício e o Relatório de Execução Físico Financeira do exercício anterior;

XIII. Supervisionar e Gerenciar a elaboração de projetos, estudos e proposições da Diretoria Executiva e da Assembléia Geral, de interesse da microrregião e da AMOSC;

XIV. Gerenciar e Supervisionar o intercâmbio Técnico Administrativo entre os Municípios associados, com a realização de estudos, cursos e treinamentos;

XV. Promover o levantamento e o armazenamento da base geral de dados dos Municípios associados;

XVI. Propor a Diretoria Executiva a estrutura organizacional e funcional da Associação;

XVII. Coordenar programas especiais de cunho microrregional;

XVIII. Emitir Resoluções para a organização e o funcionamento interno da Associação;

XIX. Coordenar as reuniões de serviço dos funcionários da Associação.

#### Subseção I

##### Do Setor de Serviços Gerais

Art. 5º O Setor de Serviços Gerais compreende as seguintes áreas:

#### a) Recepção compete:

I. Recepcionar e encaminhar visitantes nas dependências da sede;

II. Realizar, receber e repassar as ligações telefônicas;

III. Protocolar os projetos encaminhados, correspondências expedidas e recebidas;

#### b) Apoio Administrativo compete:

I. Protocolar o encaminhamento dos ofícios, pareceres, comunicados, projetos e demais correspondências expedidas;

II. Arquivar e manter organizado o arquivo de documentos;

III. Zelar pela manutenção da máquina copiadora;

IV. Controlar o consumo e solicitar a compra de materiais de expediente, de limpeza, da cozinha e demais suprimentos necessários;

V. Preencher guias de recolhimentos, digitar ofícios e correspondências em geral, enviar e receber e-mail, realizar serviços de bancos;

VI. Outras atividades solicitadas pela Secretaria Executiva ou pelos Diretores de Departamento.

#### c) Limpeza compete:

I. Manter limpas as dependências internas e externas da Associação;

II. Realizar serviços de jardinagem;

III. Preparar e servir cafezinho aos funcionários e visitantes;

IV. Controlar o consumo dos materiais e produtos utilizados.

#### Seção II

##### Do Departamento Técnico

Art. 6º O Departamento Técnico é o órgão responsável pelo acompanhamento e coordenação das atividades realizadas pelos setores de Agrimensura, Arquitetura, Engenharia Civil, Saúde e Informática.

Art. 7º Ao Departamento Técnico compete:

I. Propor estudos e alterações internas de controle e operacionalização das atividades e serviços prestados aos Municípios pela AMOSC;

II. Promover e coordenar o intercâmbio técnico entre os Municípios associados, com a realização de estudos, cursos e treinamentos;

III. Propor a Secretaria Executiva a contratação de consultoria, auditoria, informática, treinamentos e outros, decorrentes de necessidades internas da AMOSC ou dos Municípios Associados, para atendimento às propostas e planos de trabalhos elaborados em conjunto com os demais Setores;

IV. Propor a Secretaria Executiva a contratação de técnicos ou cédência de servidores municipais para a Associação;

V. Participar na elaboração do Plano de Diretrizes e Metas e os Relatórios de Atividades Anual, submetendo-os à Secretaria Executiva;

VI. Desenvolver ações integradas em conjunto com o Departamento Administrativo junto aos órgãos de controle interno, que proporcionem aos dirigentes e técnicos municipais, os meios necessários para dar segurança nos atos praticados no gerenciamento da administração pública, salvaguardando as ações junto aos órgãos de controle externo;

VII. Propor a promoção de fóruns de discussão municipal, micro e macro regionais, promovendo a integração de todos os Setores da AMOSC, colegiadas regionais e grupos de interesse a organização, regulamentação, padronização de atividades, projetos e programas de interesse comuns a melhoria na qualidade e operacionalização dos serviços da região;

VIII. Propor estudos e projetos para implantação de Banco de Dados Municipal e Regional, objetivando a padronização dos diversos cadastros existentes, possibilitando a integração da comunicação de dados, auto-alimentação dos sistemas, implantação de redes municipais e regionais e disponibilidade de informações gerenciais;

IX. Propor estudos e elaborar calendários de reuniões e debates, com entidades relacionadas ou de interesse da Administração Municipal (entidades públicas federais, estaduais, financeiras, de controle interno ou externo, etc.), relacionadas a assuntos decorrentes de necessidades identificadas pelos demais Setores ou diretamente junto aos Municípios associados;

X. Acompanhar o desenvolvimento do programa anual de trabalho;

XI. Assessorar a Secretaria Executiva e a Diretoria Executiva da Associação sempre que solicitada;

XII. Submeter o programa de trabalho à apreciação da Secretaria Executiva;

XIII. Propor a Secretaria Executiva estudos, projetos e alterações de procedimentos, que visem a melhoria dos serviços do Departamento, demais Setores e dos Municípios associados;

XIV. Coordenar, controlar e avaliar o desempenho dos Setores.

#### Subseção I

##### Do Setor de Agrimensura

Art. 8º Ao Setor de Agrimensura compete:

I. Prestar assessoramento técnico nas áreas de agrimensura aos Municípios associados;

II. Emitir pareceres, laudos, perícias e comunicados técnicos sobre assuntos pertinentes as suas atribuições, analisar e aprovar projetos de parcelamento do solo (desmembramentos, remembramentos e loteamentos), compatíveis com a legislação dos Municípios associados;

III. Elaborar e coordenar medições e levantamentos topográficos em geral dos Municípios associados, bem como o processamento de dados e elaboração de plantas topográficas para os mais variados fins (parcelamento de solo, plantas planialtimétricas, regularização fundiária, dentre outros);

IV. Coordenar e acompanhar os trabalhos de levantamentos planimétricos, altimétricos e cadastrais, que farão parte integrante do plano de desenvolvimento físico-territorial;

V. Cooperar com os demais Setores da Associação, em especial com os Setores de Engenharia Civil e Arquitetura;

VI. Executar os serviços de locação de obras públicas dos Municípios associados;

VII. Propor ao Diretor Técnico estudos, projetos e alterações de procedimentos, que visem a melhoria dos serviços do Setor, demais

Setores e dos Municípios associados;

VIII. Elaborar Programa de Trabalho e controle de atividades, que possibilite a análise, avaliação e tomada de decisão na melhoria da qualidade dos serviços prestados aos Municípios associados;

IX. Propor na programação de trabalho, a realização de cursos e treinamentos de interesse aos Municípios na área de atuação, na qualidade dos serviços da AMOSC e dos Municípios associados.

#### Subseção II

Do Setor de Arquitetura

Art. 9º Ao Setor de Arquitetura compete:

I. Elaborar, implantar e supervisionar os planos de desenvolvimento físico-territorial dos Municípios associados;

II. Elaborar projetos arquitetônicos, paisagísticos e urbanísticos, de obras públicas dos Municípios associados;

III. Emitir pareceres, laudos técnicos, assessorar, analisar e aprovar os projetos de edificações residenciais, comerciais, industriais e de prestação de serviço, compatíveis com a legislação dos Municípios associados;

IV. Trabalhar com a atualização dos mapas Urbanos, e elaborar demais mapas Temáticos que forem necessários para os Municípios associados, como uma ferramenta de planejamento;

V. Propor um sistema de bando de dados e espacialização dos mesmos, tendo uma ferramenta de análise mais abrangente para os Municípios na toma de decisões;

VI. Cooperar com os demais Setores no desenvolvimento das atividades da associação;

VII. Propor ao Diretor Técnico estudos, projetos e alterações de procedimentos, que visem a melhoria dos serviços do Setor, demais Setores e dos Municípios associados;

VIII. Elaborar programa de trabalho e controle de atividades, que possibilite a análise, avaliação e tomada de decisão na melhoria da qualidade dos serviços prestados aos Municípios associados;

IX. Propor na programação de trabalho, a realização de cursos e treinamentos de interesse dos Municípios na área de atuação, na qualidade dos serviços da AMOSC e dos Municípios associados.

#### Subseção III

Do Setor de Cartografia

Art. 10. Ao Setor de Cartografia compete:

I. Incorporar a cartografia como ferramenta de apoio as tomadas de decisão, no planejamento e gestão do território, uma vez que a cidade é um elemento dinâmico e está em processo contínuo de transformações;

II. Criar um arquivo de séries históricas, a partir de vãos executados no estado de SC, desde 1938;

III. Atualizar a base cartográfica dos municípios filiados compreendendo mapa cadastral (perímetro urbano), rodoviário (município), zoneamento, Plantas de Valores Genéricos (PVG), setores fiscais e plantas de quadras.

IV. Identificar os elementos naturais nos mapas como: altimetria, hidrografia, áreas de inundação, unidades de conservação;

V. Atualizar o mapa cadastral - urbano conforme projetos de parcelamentos de solo (fracionamento, unificação, desmembramento, retificação administrativa e loteamento) aprovados e registrados;

VI. Elaborar cartografias temáticas dos municípios que abrangem a Associação, conforme a peculiaridade de cada território;

VII. Buscar a integração e apoio dos demais setores para efetivação dos serviços;

VIII. Modernizar a gestão pública municipal;

IX. Prestar assessoria aos municípios na aquisição de levantamentos cadastrais;

X. Implantar o Cadastro Técnico Multifinalitário (CTM) nas Administrações Municipais, aumentando a eficiência e dando maior agilidade aos trabalhos internos da Administração Municipal;

XI. Capacitar servidores municipais envolvidos na alimentação de dados de um CTM;

XII. Elaborar projeto de consórcio entre municípios para efetivação de um CTM;

XIII. Estruturar um Sistema de Informações Geográficas – SIG nos municípios filiados;

XIV. Disponibilizar via web, os mapas cadastrais e rodoviários aos cidadãos;

XV. Criar um Sistema de Informações Geográficas (SIG) online, através de mapas interativos, publicados na internet, modernizando a gestão territorial e facilitando o acesso às informações pela população.

#### Subseção IV

Do Setor de Engenharia Civil

Art. 11. Ao Setor de Engenharia Civil compete:

I. Elaborar e coordenar os projetos de obras públicas municipais (infra-estrutura urbana/municipal e equipamentos públicos);

II. Emitir pareceres, laudos, perícias e comunicados técnicos sobre assuntos pertinentes as suas atribuições;

III. Analisar e aprovar projetos de edificações residenciais, comerciais, industriais e de prestação de serviço, compatíveis com a legislação dos Municípios associados;

IV. Promover e prestar assessoramento técnico nas áreas de engenharia;

V. Promover, organizar e coordenar projetos de controle, conservação e aperfeiçoamento das obras públicas;

VI. Propor ao Diretor Técnico estudos, projetos e alterações de procedimentos, que visem a melhoria dos serviços do Setor, demais Setores e dos Municípios associados;

VII. Elaborar Programa de Trabalho e controle de atividades, que possibilite a análise, avaliação e tomada de decisão na melhoria da qualidade dos serviços prestados aos Municípios associados;

VIII. Propor na programação de trabalho, a realização de cursos e treinamentos de interesse dos Municípios na área de atuação, na qualidade dos serviços da AMOSC e dos Municípios associados.

#### Subseção V

Do Setor de Informática

Art. 12. Ao Setor de Informática compete:

I. Praticar as atividades de desenvolvimento, programação, implantação, assessoramento, consultoria e manutenção dos programas e sistemas de processamento de dados da Associação e Municípios associados;

II. Promover e organizar cursos de capacitação aos usuários de informática, da Associação e Municípios associados;

III. Assistir e acompanhar os técnicos e usuários de computadores da Associação e Municípios associados;

IV. Supervisionar a assistência técnica prestada aos computadores da Associação e Municípios associados;

V. Propor e promover o aperfeiçoamento constante do assessoramento técnico a associação e Municípios associados;

VI. Executar as atividades de processamento de dados da AMOSC;

VII. Propor a Secretaria Executiva e aos Diretores de Departamentos estudos, projetos e alterações de procedimentos, que visem a melhoria dos serviços do Setor, demais Setores dos Municípios associados;

VIII. Elaborar programa de trabalho e controle de atividades, que possibilite a análise, avaliação e tomada de decisão na melhoria da qualidade dos serviços prestados aos Municípios associados;

IX. Propor na programação de trabalho, a realização de cursos e treinamentos de interesse aos Municípios na área de atuação, na qualidade dos serviços da AMOSC e dos Municípios associados;

X. Desenvolver sistemas informatizados que visem o atendimento das necessidades dos Municípios associados e da associação;



XI. Auxiliar a Secretaria Executiva, o Departamento Técnico e o Departamento Administrativo, sempre que solicitado;  
XII. Colaborar com os demais Setores da AMOSC.

### Seção III

#### Do Departamento Administrativo

Art. 13. O Departamento Administrativo é o órgão responsável pelo acompanhamento e coordenação das atividades realizadas pelos setores: Administrativo, Controle Interno, Contábil, Educação, Social, Jurídico, e Tributário.

Art. 14. Ao Diretor Administrativo compete:

- I. Propor estudos e alterações internas de controle e operacionalização das atividades e serviços prestados aos Municípios pela AMOSC;
- II. Avaliar os procedimentos administrativos e controles internos praticados no âmbito dos demais Setores e, em conjunto propor alterações que melhorem o desempenho e qualidade dos serviços prestados aos Municípios associados;
- III. Propor a Secretaria Executiva a contratação de consultoria, auditoria, treinamentos e outros, decorrentes de necessidades internas da AMOSC ou dos Municípios Associados, para atendimento às propostas e planos de trabalhos elaborados em conjunto com os demais Setores;
- IV. Elaborar em conjunto com os demais Setores e propor a Secretaria Executiva, a programação anual de desenvolvimento dos recursos humanos da AMOSC, da participação em cursos, treinamentos e eventos necessários a cada Setor para atualização e melhoria na qualidade dos serviços prestados aos Municípios;
- V. Desenvolver ações integradas em conjunto com o Departamento Técnico, junto aos órgãos de controle interno que proporcionem aos dirigentes e técnicos municipais, os meios necessários para dar segurança nos atos praticados no gerenciamento da administração pública, salvaguardando as ações junto aos órgãos de controle externo;
- VI. Propor a promoção de fóruns de discussão municipal, micro e macro regionais, promovendo a integração de todos os Setores da AMOSC, colegiados regionais e grupos de interesse a organização, regulamentação, padronização de atividades, projetos e programas de interesse comuns a melhoria na qualidade e operacionalização dos serviços da região;
- VII. Propor estudos e projetos para implantação de Banco de Dados Municipal e Regional, objetivando a padronização dos diversos cadastros existentes, possibilitando a integração da comunicação de dados, auto-alimentação dos sistemas, implantação de redes municipais e regionais e disponibilidade de informações gerenciais;
- VIII. Propor estudos e elaborar calendários de reuniões e debates, com entidades relacionadas ou de interesse da Administração Municipal (entidades públicas federais, estaduais, financeiras, de controle interno ou externo, etc.), relacionadas a assuntos decorrentes de necessidades identificadas pelos demais Setores ou diretamente junto aos Municípios associados;
- IX. Propor a Secretaria Executiva estudos, projetos e alterações de procedimentos, que visem a melhoria dos serviços do Departamento, demais Setores e dos Municípios associados;
- X. Coordenar, controlar e avaliar o desempenho dos Setores;
- XI. Determinar o assessoramento e planejamento aos Municípios associados;
- XII. Promover e coordenar o intercâmbio técnico entre os Municípios associados, com a realização de estudos, cursos e treinamentos;
- XIII. Propor a Secretaria Executiva a contratação de técnicos ou cedência de servidores municipais para a Associação;
- XIV. Participar na elaboração do Plano de Diretrizes e Metas e os Relatórios de Atividades e Financeiro Anual, submetendo-os à Secretaria Executiva;
- XV. Acompanhar o desenvolvimento do programa anual de

trabalho;

- XVI. Assessorar a Secretaria Executiva e a Diretoria Executiva da Associação sempre que solicitada;
- XVII. Submeter o programa de trabalho à apreciação da Secretaria Executiva.

### Subseção I

#### Do Setor Administrativo

Art. 15. Ao Setor Administrativo compete:

- I. Assistir aos Municípios associados na elaboração e aplicação da legislação municipal, relativamente às matérias de administração de pessoal;
- II. Elaborar pareceres e Comunicados;
- III. Dar suporte operacional aos sistemas informatizados de administração de pessoal e de compras e licitações;
- IV. Desenvolver e implantar manuais de procedimentos, pertinentes a área de atuação;
- V. Propor ao Diretor Administrativo projetos que visem o aperfeiçoamento dos métodos, processos e procedimentos da administração pública municipal;
- VI. Realizar levantamentos e pesquisas nos Municípios associados, registrando as informações e dados obtidos, em planilhas ou em banco de dados, para controle e acompanhamento;
- VII. Propor e organizar cursos, treinamentos, seminários, palestras e outros eventos de interesse dos Municípios, visando a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população municipal;
- VIII. Auxiliar a Secretaria Executiva, o Departamento Técnico e o Departamento Administrativo, sempre que solicitado;
- IX. Colaborar com os demais Setores da AMOSC.

### Subseção II

#### Do Setor de Assistência Social

Art. 16. Ao Setor de Assistência Social:

- I. Promover junto aos Municípios a troca de experiências, a fim de implementar a política de assistência social, propondo iniciativas de geração de renda a nível regional;
- II. Assessorar a implantação e implementação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, Política Nacional de Assistência Social - PNAS, Sistema Único de Assistência Social - SUAS e Norma Operacional Básica de Recursos Humanos - NOBRH, orientando os Municípios na elaboração dos planos municipais, programas e projetos na área da assistência social, saúde, educação, habitação, agricultura, judiciário, criança e adolescente, idoso, família, portador de deficiência e outros;
- III. Orientar sobre a criação e operacionalização de fundos e dos conselhos municipais de assistência social, habitação, CMDCA, entre outros;
- IV. Acompanhar diretamente a área de assistência social dos Municípios, promovendo cursos e capacitações aos conselheiros municipais (Habitação, Assistência Social, dos Direitos da Criança e Adolescente, Tutelares, Idosos, entre outros);
- V. Integrar o Setor de Assistência Social da AMOSC às ações desenvolvidas pela Secretaria de Estado da Assistência Social e da Família, à Secretaria de Estado da Assistência Social Trabalho e Habitação, outras Secretarias Estaduais e Ministérios e/ou entidades sociais, em programas que visem a minimização dos problemas sociais;
- VI. Realizar o acompanhamento técnico em conjunto com as demais áreas, em campanhas preventivas, aos Municípios, órgãos e entidades que atuam na área de saúde e assistência social, conselhos antidrogas, grupos de combate às drogas e grupos de apoio aos portadores de AIDS;
- VII. Assessorar na elaboração de instrumentos visando obter um diagnóstico social que viabilize a execução de projetos e programas com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população;

VIII. Propor ao Diretor Técnico estudos, projetos e alterações de procedimentos, que visem a melhoria dos serviços do Setor, demais Setores e dos Municípios associados;

IX. Elaborar Programa de Trabalho e controle de atividades, que possibilite a análise, avaliação e tomada de decisão na melhoria da qualidade dos serviços prestados aos Municípios associados;

X. Propor na programação de trabalho e viabilizar a realização de cursos e capacitações de interesse dos Municípios, na área de atuação, na qualidade dos serviços da AMOSC e dos Municípios associados;

XI. Assessorar na implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, na elaboração das políticas municipais de atendimento, visando programas de assistência social da criança e do adolescente e nos serviços especiais de prevenção e proteção jurídico social;

XII. Assessorar programas sociais que visem organizar, adaptar e integrar a população às novas condições de vida;

XIII. Assessorar na implantação de fóruns e encontros regionais, visando a defesa dos direitos civis, sociais, políticos e no enfrentamento à exclusão social;

XIV. Promover junto aos municípios a troca de experiência, a fim de implementar a política de Assistência Social, propondo iniciativas articuladas a nível Regional e Estadual;

XV. Representar os municípios nas diversas instâncias de pactuação e deliberação.

Subseção III  
Do Setor Contábil

Art. 17. Ao Setor Contábil compete:

I. Avaliar os procedimentos administrativos e controles internos praticados pelos servidores e administradores municipais e, em conjunto com cada Setor, promover estudos, treinamentos e propostas de reorganização, regulamentação interna a serem implementadas junto aos Municípios associados;

II. Executar a contabilização das operações financeiras e patrimoniais da AMOSC, mantendo em arquivo toda a documentação correspondente e respectiva prestações de contas decorrentes das operações internas praticadas sob a responsabilidade da Secretaria Executiva;

III. Assessorar o(s) responsável(is) pelas áreas de finanças e contabilidade, dos Municípios associados;

IV. Co-participar na elaboração da legislação municipal básica em matéria tributária, financeira, patrimonial, contábil e orçamentária para os Municípios associados;

V. Propor estudos e projetos aos Municípios associados visando a melhoria do controle interno, tais como: relatórios de gestão, fluxo de caixa, controle patrimonial, movimento econômico, variações das receitas e despesas e da prestação de contas;

VI. Elaborar programa de trabalho e controle de atividades, que possibilite a análise, avaliação e tomada de decisão na melhoria da qualidade dos serviços prestados aos Municípios associados;

VII. Propor na programação de trabalho, a realização de cursos e treinamentos de interesse dos Municípios na área de finanças públicas, na qualidade dos serviços da AMOSC e dos Municípios associados;

VIII. Auxiliar os Municípios associados nas respostas de diligências do Tribunal de Contas do Estado;

IX. Co-elaborar o orçamento e o relatório de execução físico financeira anual da associação submetendo-os à Secretaria Executiva, através do Diretor Administrativo e Financeiro;

X. Elaborar Pareceres e Comunicados;

XI. Dar suporte operacional aos sistemas informatizados que envolvam o setor.

Subseção IV  
Do Setor de Controle Interno

Art. 18. Ao Setor de Controle Interno compete:

I. Dar suporte operacional e de orientação aos Controladores Internos municipais nas ações isoladas de controle contábil, financeiro, orçamentário, operacionais e dos atos administrativos, auditorias, tomadas de contas especiais e processos administrativos;

II. Propor uma estrutura organizada e articulada da lógica do funcionamento do Sistema de Controle Interno de cada Município, buscando atender os princípios do controle interno;

III. Elaborar pareceres e Comunicados;

IV. Desenvolver e implantar manuais de procedimentos, pertinentes a área de atuação;

V. Propor ao Diretor Administrativo projetos que visem o aperfeiçoamento dos métodos, processos e procedimentos da administração pública municipal;

VI. Realizar levantamentos e pesquisas nos Municípios associados, registrando as informações e dados obtidos, em planilhas ou em banco de dados, para controle e acompanhamento;

VII. Propor e organizar cursos, treinamentos, seminários, palestras e outros eventos de interesse dos Municípios, visando a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população municipal;

VIII. Auxiliar a Secretaria Executiva, o Departamento Técnico e o Departamento Administrativo, sempre que solicitado;

IX. Colaborar com os demais Setores da AMOSC.

Subseção V  
Do Setor de Educação

Art. 19. Ao Setor de Educação compete:

I. Assessorar no atendimento aos assuntos solicitados bem como na elaboração e interpretação de leis, editais, decretos, resoluções de âmbito federal, estadual e municipal, em parceria com o Setor Jurídico e demais Setores;

II. Promover, projetar, coordenar e organizar cursos, estudos e encontros pedagógicos, em nível regional e, em pólos nos Municípios de abrangência da AMOSC, aos docentes, pessoal técnico-administrativo e Conselheiros Municipais da Educação;

III. Intermediar e articular em conjunto com os demais Setores junto a órgãos federais e estaduais, projetos e ações tanto na área administrativa, como técnico-pedagógico de interesse dos Municípios;

IV. Orientar em conjunto com o Setor Contábil da AMOSC a aplicação efetiva dos 25% da receita proveniente de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino, bem como com relação as despesas do FUNDEB;

V. Articular junto ao Setor de Informática para o desenvolvimento de programas específicos para a área educacional;

VI. Proporcionar meios que viabilizem uma melhoria crescente na qualidade do ensino em todos os Municípios;

VII. Manter os municípios informados com relação a Legislação Vigente, através de reuniões definidas por cronograma do Colegiado de Secretários Municipais;

VIII. Visitar os Municípios para acompanhar e orientar a aplicação correta da legislação de ensino e de pessoal e outros assuntos previamente solicitados;

IX. Trabalhar integradamente com o CIDEMA/PROALE, tendo como meta o acompanhamento da qualidade da alimentação escolar;

X. Propor ao Diretor Administrativo estudos, projetos e alterações de procedimentos, que visem a melhoria dos serviços do Setor;

XI. Elaborar programa de trabalho e controle de atividades, que possibilite a análise, avaliação e tomada de decisão na melhoria da qualidade dos serviços prestados aos Municípios associados;

XII. Propor na programação de trabalho, a realização de cursos e treinamentos de interesse aos Municípios na área educacional e na qualidade dos serviços da AMOSC.

Subseção VI  
Do Setor Jurídico

**Art. 20. Ao Setor Jurídico compete:**

- I. Assistir e representar juridicamente a Associação;
- II. Propor ações judiciais em nome de todos os Municípios quando se tratar de interesse coletivo;
- III. Prestar Assessoria Jurídica aos Municípios associados, por intermédio do Assessor Jurídico, bem como representar em juízo os Municípios associados que não tenham Advogado;
- IV. Assistir aos Municípios associados na elaboração e aplicação da legislação municipal, relativamente as matérias de compras, licitações e contratos;
- V. Elaborar projetos de lei, minutas de editais e contratos, emitir pareceres e comunicados de interesse dos Municípios associados e da associação, por intermédio dos Departamentos Técnico e Administrativo e demais Setores;
- VI. Manter arquivo atualizado dos serviços executados por Município;
- VII. Manter informado os técnicos da associação e estes os Municípios associados, no que se refere às alterações na Legislação de interesse comum;
- VIII. Participar diretamente nos projetos oriundos dos demais Setores, no tocante aos aspectos de ordem legal;
- IX. Propor ao Diretor Administrativo, estudos, projetos e alterações de procedimentos, que visem a melhoria dos serviços do Setor, demais Setores e dos Municípios associados.
- X. Elaborar programa de trabalho e controle de atividades, que possibilite a análise, avaliação e tomada de decisão na melhoria da qualidade dos serviços prestados aos Municípios associados;
- XI. Elaborar ou adaptar a legislação municipal às alterações ocorridas a nível estadual e federal.

**Subseção VII****Do Setor de Projetos e Convênios****Art. 21. Ao Setor de Projetos e Convênios compete:**

- I. Realizar atividades para o suporte técnico disponibilizado aos gestores municipais de convênios, dos municípios associados;
- II. Assessorar os municípios associados no processo de captação de recursos e gestão de convênios estaduais e federais, a partir do suporte técnico do Escritório de Projetos da FECAM;
- III. Auxiliar os municípios, na identificação das demandas por obras e serviços que necessitam de aporte financeiro dos Governos Estadual e Federal para a sua execução;
- IV. Acompanhar as oportunidades de captação através de editais, programas estaduais e federais, com disponibilidade de recursos para investimentos em obras e serviços;
- V. Redistribuir aos municípios associados as informações sobre abertura de programas encaminhados pelo Escritório de Projetos da FECAM;
- VI. Orientar os gestores municipais de convênios, quando das dúvidas sobre normas e procedimentos para a Captação de Recursos Estaduais e Federais e a Gestão de Convênios;
- VII. Acompanhar diariamente as publicações no Diário Oficial do Estado – DOE e Diário Oficial da União – DOU que são pertinentes a propostas e convênios dos municípios associados;
- VIII. Redistribuir aos municípios as informações sobre resultados de seletivas públicas pelo Escritório de Projetos da FECAM;
- IX. Verificar semanalmente o registro dos municípios no Cadastro Único de Convênios – CAUC e comunicar possíveis irregularidades;
- X. Mapear o interesse em realizar o cadastramento de propostas a cada disponibilidade de programa dos órgãos estaduais e federais;
- XI. Realizar suporte técnico na elaboração de propostas, nos diversos sistemas do Governo Estadual e Federal;
- XII. Após cadastramento das propostas e projetos, acompanhar a tramitação dos mesmos e dar suporte técnico para cumprimento dos pareceres, gerenciando prazos, preferencialmente pelo sistema Programa de Gestão de Convênios – PGC;

- XIII. Acompanhar a celebração de novos convênios com os órgãos estaduais e federais;
- XIV. Orientar e sanar dúvidas dos gestores municipais de convênios, sobre captação de Recursos;
- XV. Orientar e sanar dúvidas dos gestores municipais de convênios, sobre a execução de projetos e a gestão de convênios;
- XVI. Mapear, analisar e auxiliar na gestão dos convênios e contratos de repasse em execução de cada município associado;
- XVII. Auxiliar no planejamento para a execução de convênios;
- XVIII. Dar suporte técnico aos GMC's para apresentação de projetos e cumprimento dos pareceres de convênios, emitidos pelos analistas dos órgãos concedentes;
- XIX. Prestar suporte técnico nas etapas de registro da execução de convênios nos sistemas estaduais e federais;
- XX. Monitorar em conjunto com gestor municipal de convênios, o cumprimento de prazos dos convênios e contratos de repasse, quanto a sua vigência e cláusulas suspensivas;
- XXI. Disponibilizar suporte técnico para elaboração das prestações de contas, monitorando prazos de registros das mesmas e sua aprovação pelos órgãos competentes;
- XXII. Propor ao Diretor Administrativo estudos, projetos e alterações de procedimentos, que visem a melhoria dos serviços do Setor;
- XXIII. Elaborar programa de trabalho e controle de atividades, que possibilite a análise, avaliação e tomada de decisão na melhoria da qualidade dos serviços prestados aos Municípios associados;
- XXIV. Coordenar o Colegiado de Gestores Municipais de Convênios.

**Subseção VIII****Do Setor de Saúde****Art. 22. Ao Setor de Saúde compete:**

- I. Promover junto aos Municípios a troca de experiências, a fim de implementar a política da saúde, propondo iniciativas articuladas a nível regional e estadual;
- II. Assessorar a implantação e implementação da Lei Orgânica da Saúde nº 8.800/90, 8.142/90 e pactos de gestão, orientando os Municípios na elaboração dos planos municipais, programas e projetos na área da saúde;
- III. Orientar sobre a criação e operacionalização do fundo e do conselho municipal de saúde;
- IV. Acompanhar diretamente a área de saúde dos Municípios, promovendo cursos de capacitações aos conselheiros municipais;
- V. Integrar o setor de saúde da AMOSC às ações desenvolvidas pela Secretaria de Estado da Saúde e o Ministério da Saúde e do CIS-AMOSC, em programas que visem a minimização dos problemas;
- VI. Realizar o acompanhamento técnico com demais as secretarias municipais, em campanhas preventivas, aos Municípios, órgãos e entidades que atuam na área de saúde, conselhos anti-drogas, grupos de combate as drogas e grupos de apoio aos portadores de AIDS;
- VII. Assessorar na elaboração de instrumentos visando obter um diagnóstico social que viabilize a execução de projetos e programas com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população;
- VIII. Propor a Diretor Técnico estudos, projetos e alterações de procedimentos, que visem a melhoria dos serviços do Setor, demais Setores e dos Municípios associados;
- IX. Elaborar Programa de Trabalho e controle de atividades, que possibilite a análise, avaliação e tomada de decisão na melhoria da qualidade dos serviços prestados aos Municípios associados;
- X. Propor na programação de trabalho e viabilizar a realização de cursos e capacitações de interesse dos Municípios, na área de atuação, na qualidade dos serviços da AMOSC e dos Municípios associados;
- XI. Assessorar nos programas de saúde que visem organizar, adaptar e integrar a população às novas condições de vida;
- XII. Assessorar na implantação de fóruns e encontros regionais, visando a defesa dos direitos civis, sociais, políticos e garantia do

acesso aos serviços públicos de qualidade;  
 XIII. Representar os municípios nas diversas instâncias de pactuação e deliberação;  
 XIV. Implantar a regularização da Assistência, visando a efetivação da atenção básica nos municípios;  
 XV. Assessorar os municípios na garantia dos acessos dos serviços de média e alta complexidade.

#### Subseção IX Do Setor de Tributário

Art. 23. Ao Setor de Tributário compete:

I. Instrumentalizar e efetivar treinamentos com pessoal voltado à fiscalização de tributos municipais, visando recuperar e aumentar a arrecadação de receitas próprias;  
 II. Acompanhar o desenvolvimento e o controle da arrecadação dos tributos municipais através do programa informatizado, procurando fornecer dados precisos sobre previsão de arrecadação das receitas, modernizando e atualizando dados para objetivar informações mais ágeis;  
 III. Avaliar os potenciais de arrecadação de cada Município, propiciando ao fiscal um direcionamento de ações em conjunto com a fiscalização do ICMS, inclusive fornecendo dados de focos de possíveis sonegações, para se evitar a evasão de valores que influenciarão no resultado do movimento econômico;  
 IV. Instruir, acompanhar e instrumentalizar os departamentos de tributação municipais no que tange ao cadastramento correto dos imóveis para a cobrança do IPTU, formalizando uma planta genérica de valores com todos os dados necessários;  
 V. Atualizar e rever formas de controle do patrimônio, atualizando todas as informações necessárias, visando enxugar o cadastro de bens, baixando aqueles considerados inservíveis e assegurando um controle mais efetivo dos bens utilizados, fornecendo dados para sua melhor utilização;  
 VI. Implantar programa de dados sócio-econômicos em cada Município, centralizado na AMOSC, para efetivação de estudos de viabilidade econômica conforme a vocação de cada um;  
 VII. Fazer estudo dirigido à administração municipal, visando a conscientização dos Prefeitos para a importância de valorizar o incremento da receita própria;  
 VIII. Atender em nível de execução de atividades decorrentes de solicitações dos Municípios associados, onde estes não detenham um responsável específico decorrente do objeto da solicitação.  
 IX. Assistir aos Municípios associados, em conjunto com o Setor Jurídico, na elaboração da legislação municipal básica em matéria tributária e patrimonial;  
 X. Propor ao Diretor Administrativo estudos, projetos e alterações de procedimentos, que visem a melhoria dos serviços do Setor, demais Setores e dos Municípios associados;  
 XI. Elaborar programa de trabalho e controle de atividades, que possibilite a análise, avaliação e tomada de decisão na melhoria da qualidade dos serviços prestados aos Municípios associados;  
 XII. Propor na programação de trabalho, a realização de cursos e treinamentos de interesse dos Municípios na área de finanças públicas, na qualidade dos serviços da AMOSC e dos Municípios associados.

#### CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23. A Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina – AMOSC, coordenará a constituição de organizações e de projetos especiais que tenham por objetivo o desenvolvimento regional sustentado, bem como as seguintes organizações e projetos em andamento:

I. Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC;

II. Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Meio Ambiente - CIDEMA e seus Programas vinculados;  
 III. Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado - FDRI;  
 IV. SAGA - Instituto de Desenvolvimento Regional;  
 V. Fórum da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.

Art. 24. A AMOSC apoiará os Colegiados existentes: Educação, Saúde, Assistência Social, Conselheiros dos Direitos e Tutelares, Agricultura, Contadores e Controladores Internos, Secretários de Administração e Procuradores Jurídicos, Nutricionistas, Dirigentes Culturais, Fiscais, Gestores de Convênios e outros que vierem a ser criados, bem como iniciativas que tenham como objetivo fortalecer as Administrações Públicas Municipais.

Art. 25. As normas e regulamentos, controles internos, orientações, procedimentos e outros atos que se referirem ao funcionamento interno da Associação serão fixados por Resoluções Internas, de numeração seqüencial, assinada pelo titular da Secretaria Executiva e pelo Presidente da AMOSC e integrarão o Manual de Funcionamento Interno da Associação.

Art. 26. Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua aprovação.

Chapecó, SC, 29 de setembro de 2015.

José Claudio Caramori  
 Prefeito de Chapecó  
 Presidente da AMOSC

Paulo Utzig  
 Secretário Executivo

Jorge César Drews  
 Diretor Técnico

Vera Rosa Back Sartoretto  
 Diretora Administrativa

#### RESOLUÇÃO Nº 05/2015 RESOLUÇÃO Nº 05/2015

JOSÉ CLAUDIO CARAMORI, Prefeito de Chapecó e Presidente da Associação de Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 15, inciso VIII e art. 26, inciso XV do Estatuto Social:

#### RESOLVE

#### I – DO ORÇAMENTO ANUAL

Art. 1º A Receita para o exercício de 2015, estimada em R\$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais), será arrecadada na forma do Anexo 1 integrante desta Resolução, com o seguinte desdobramento:

#### RECEITA

ESPECIFICAÇÃO	R\$
Receitas Correntes	2.700.000,00
Receita Patrimonial	10.000,00
Transferências Correntes	2.640.000,00
Outras Receitas Correntes	50.000,00
TOTAL	2.700.000,00

Art. 2º A Despesa para o exercício de 2016, fixada em R\$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais), será realizada em conformidade com os Anexos 2, 3, 4 e 5, integrante desta Resolução, por órgão, atividade e ação, definidas no Plano de Diretrizes e Metas, com o seguinte desdobramento:



## DESPESA POR ÓRGÃO

EPECIFICAÇÃO	R\$
Secretaria Executiva	1.235.000,00
Departamento Técnico	910.000,00
Departamento Administrativo	555.000,00
TOTAL	2.700.000,00

## DESPESA OPERACIONAIS

EPECIFICAÇÃO	R\$
Despesas Operacionais	2.700.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.755.000,00
Despesas Administrativas	945.000,00
TOTAL	2.700.000,00

## DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

EPECIFICAÇÃO	R\$
Despesas Correntes	2.600.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.755.000,00
Outras Despesas Correntes	845.000,00
Despesas de Capital	100.000,00
Investimentos	100.000,00
TOTAL	2.700.000,00

## II – DO PLANO DE DIRETRIZES E METAS

Art. 3º O Plano de Diretrizes e Metas para o exercício de 2016 será executado tomando por base as ações prioritárias definidas pela Secretaria Executiva, Departamento Técnico, Departamento Administrativo e seus respectivos Setores, conforme Anexo 6, integrante desta Resolução.

Art. 4º Fica o Presidente da AMOSC autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, para remanejar dotações insuficientes, por conta da anulação de dotações orçamentárias, do excesso de arrecadação do exercício e do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2016.

Chapecó, SC, 29 de setembro de 2015.

JOSÉ CLAUDIO CARAMORI

Prefeito de Chapecó

Presidente da AMOSC

**ANEXO 1 - ORÇAMENTO 2016 AMOSC - RECEITA**

**Estado de Santa Catarina**  
**ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA**

**Exercício: 2016**  
**Anexo 1**

**RECEITA ORÇAMENTÁRIA**

Especificação	Arrecadada			Orçada 2015	Estimada 2016
	2012	2013	2014		
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>2.104.793,02</b>	<b>2.051.161,13</b>	<b>2.178.271,86</b>	<b>2.492.000,00</b>	<b>2.700.000,00</b>
<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>	<b>8.480,91</b>	<b>14.200,27</b>	<b>10.975,01</b>	<b>15.000,00</b>	<b>10.000,00</b>
<b>RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS</b>	<b>8.480,91</b>	<b>14.200,27</b>	<b>10.975,01</b>	<b>15.000,00</b>	<b>10.000,00</b>
Remuneração de Depósito Bancário	8.480,91	14.200,27	10.975,01	15.000,00	10.000,00
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>2.051.700,00</b>	<b>2.016.600,00</b>	<b>2.029.800,00</b>	<b>2.422.000,00</b>	<b>2.640.000,00</b>
<b>TRANSF. INTERGOVERNAMENTAIS</b>	<b>2.051.700,00</b>	<b>2.016.600,00</b>	<b>2.029.800,00</b>	<b>2.422.000,00</b>	<b>2.640.000,00</b>
<b>TRANSF. DOS MUNICÍPIOS</b>	<b>2.051.700,00</b>	<b>2.016.600,00</b>	<b>2.029.800,00</b>	<b>2.422.000,00</b>	<b>2.640.000,00</b>
Águas de Chapecó	88.700,00	79.200,00	79.200,00	92.000,00	100.000,00
Águas Frias	79.200,00	79.200,00	79.200,00	92.000,00	100.000,00
Arvoredo	-	-	-	92.000,00	100.000,00
Caxambu do Sul	79.200,00	79.200,00	79.200,00	92.000,00	100.000,00
Chapecó	321.600,00	321.600,00	321.600,00	370.000,00	400.000,00
Cordilheira Alta	79.200,00	79.200,00	79.200,00	92.000,00	100.000,00
Coronel Freitas	128.400,00	124.300,00	128.400,00	145.000,00	160.000,00
Formosa do Sul	79.200,00	83.300,00	79.200,00	92.000,00	100.000,00
Guatambu	98.200,00	79.200,00	79.200,00	92.000,00	100.000,00
Irati	79.200,00	72.600,00	85.800,00	92.000,00	100.000,00
Jardinópolis	79.200,00	79.200,00	79.200,00	92.000,00	100.000,00
Nova Erechim	79.200,00	79.200,00	79.200,00	92.000,00	100.000,00
Nova Itaberaba	79.200,00	79.200,00	79.200,00	92.000,00	100.000,00
Pinhalzinho	128.400,00	128.400,00	128.400,00	145.000,00	160.000,00
Planalto Alegre	79.200,00	79.200,00	79.200,00	92.000,00	100.000,00
Quilombo	128.400,00	128.400,00	128.400,00	145.000,00	160.000,00
Santiago do Sul	79.200,00	79.200,00	79.200,00	92.000,00	100.000,00
São Carlos	128.400,00	128.400,00	128.400,00	145.000,00	160.000,00
Serra Alta	79.200,00	79.200,00	79.200,00	92.000,00	100.000,00
Sul Brasil	79.200,00	79.200,00	79.200,00	92.000,00	100.000,00
União do Oeste	79.200,00	79.200,00	79.200,00	92.000,00	100.000,00
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>44.612,11</b>	<b>20.360,86</b>	<b>137.496,85</b>	<b>55.000,00</b>	<b>50.000,00</b>
<b>RECEITAS DIVERSAS</b>	<b>44.612,11</b>	<b>20.360,86</b>	<b>137.496,85</b>	<b>55.000,00</b>	<b>50.000,00</b>
Outras Receitas	44.612,11	20.360,86	137.496,85	55.000,00	50.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.104.793,02</b>	<b>2.051.161,13</b>	<b>2.178.271,86</b>	<b>2.492.000,00</b>	<b>2.700.000,00</b>

Chapecó, SC, 29 de setembro de 2015

José Claudio Caramori  
 Presidente

Paulo Utzig  
 CRC/SC 11.615/1-0

**ANEXO 2 - ORÇAMENTO 2016 AMOSC - DESPESA OPERACIONAIS**

Estado de Santa Catarina  
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA

Exercício: 2016  
Anexo 2

**DESPESAS OPERACIONAIS**

Especificação	R e a l i z a d a			Fixada 2015	Prevista 2016	%
	2012	2013	2014			
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>1.926.086,36</b>	<b>2.134.932,34</b>	<b>2.242.470,80</b>	<b>2.400.000,00</b>	<b>2.700.000,00</b>	<b>100,00</b>
<b>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>1.277.330,22</b>	<b>1.579.304,65</b>	<b>1.681.964,73</b>	<b>1.600.000,00</b>	<b>1.755.000,00</b>	<b>65,00</b>
Pessoal	894.131,16	1.579.304,65	1.245.550,00	1.200.000,00	1.305.000,00	48,33
Obrigações Patronais	383.199,06	-	436.414,73	400.000,00	450.000,00	16,67
<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>648.756,14</b>	<b>555.627,69</b>	<b>560.506,07</b>	<b>800.000,00</b>	<b>945.000,00</b>	<b>35,00</b>
Despesas Administrativas	501.569,08	511.496,73	472.646,89	700.000,00	845.000,00	31,30
Outras Despesas	147.187,06	44.130,96	87.859,18	100.000,00	100.000,00	3,70
<b>TOTAL</b>	<b>1.926.086,36</b>	<b>2.134.932,34</b>	<b>2.242.470,80</b>	<b>2.400.000,00</b>	<b>2.700.000,00</b>	<b>100,00</b>

Chapecó, SC, 29 de setembro de 2015

José Claudio Caramori  
Presidente

Paulo Utzig  
CRC/SC 11.615/1-0



**ANEXO 3 - ORÇAMENTO 2016 AMOSC - DEMONSTRATIVO DESPESAS OPERACIONAIS**

Estado de Santa Catarina

Exercício 2016

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA

Anexo 3

**DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS OPERACIONAIS****SECRETARIA EXECUTIVA**

Especificação	Prevista 2016
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>1.235.000,00</b>
<b>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>680.000,00</b>
Pessoal	230.000,00
Obrigações Patronais	450.000,00
<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>555.000,00</b>
Despesas Administrativas	455.000,00
Outras Despesas	100.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.235.000,00</b>

**DEPARTAMENTO TÉCNICO**

Especificação	Prevista 2016
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>910.000,00</b>
<b>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>715.000,00</b>
Pessoal	715.000,00
<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>195.000,00</b>
Despesas Administrativas	195.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>910.000,00</b>

**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**

Especificação	Prevista 2016
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>555.000,00</b>
<b>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>360.000,00</b>
Pessoal	360.000,00
<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>195.000,00</b>
Despesas Administrativas	195.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>555.000,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2.700.000,00</b>

Chapecó, SC, 29 de setembro de 2015

José Claudio Caramori  
PresidentePaulo Utzig  
CRC/SC 11.615/1-0

**ANEXO 4 - ORÇAMENTO 2016 AMOSC - EVOLUÇÃO DA DESPESA**

Estado de Santa Catarina  
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA

Exercício: 2016  
Anexo 4

**DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA DESPESA**

Especificação	Realizada 2012	Realizada 2013	Realizada 2014	Fixada 2015	Prevista 2016	%
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>1.784.899,30</b>	<b>2.102.801,38</b>	<b>2.242.470,80</b>	<b>2.306.000,00</b>	<b>2.600.000,00</b>	<b>96,30</b>
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>1.277.330,22</b>	<b>1.579.304,65</b>	<b>1.569.502,13</b>	<b>1.600.000,00</b>	<b>1.755.000,00</b>	<b>65,00</b>
Vencimentos e Vantagens Fixas	894.131,16	1.579.304,65	1.133.087,40	1.200.000,00	1.305.000,00	48,33
Obrigações Patronais	383.199,06		436.414,73	400.000,00	450.000,00	16,67
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>6.000,00</b>	<b>12.000,00</b>	<b>-</b>	<b>6.000,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Juros Dívida por Contrato	6.000,00	12.000,00		6.000,00	-	-
<b>Outras Despesas Correntes</b>	<b>501.569,08</b>	<b>511.496,73</b>	<b>672.968,67</b>	<b>700.000,00</b>	<b>845.000,00</b>	<b>31,30</b>
Contribuições	11.400,00	-	15.675,00	30.000,00	20.000,00	0,74
Material de Consumo	83.921,47	99.913,94	190.022,28	90.000,00	290.000,00	10,74
Outros Serv Terc - Pessoa Jurídica	406.247,61	411.582,79	467.271,39	430.000,00	375.000,00	13,89
Auxílio Alimentação	-	-		150.000,00	160.000,00	5,93
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>141.187,06</b>	<b>32.130,96</b>	<b>-</b>	<b>94.000,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>3,70</b>
<b>Investimentos</b>	<b>135.187,06</b>	<b>20.130,96</b>	<b>-</b>	<b>88.000,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>3,70</b>
Equipamento e Material Permanente	135.187,06	20.130,96		88.000,00	100.000,00	3,70
Obras e Instalações	-	-	-			
<b>Amortização da Dívida</b>	<b>6.000,00</b>	<b>12.000,00</b>	<b>-</b>	<b>6.000,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Principal Dívida Contratual	6.000,00	12.000,00		6.000,00	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.926.086,36</b>	<b>2.134.932,34</b>	<b>2.242.470,80</b>	<b>2.400.000,00</b>	<b>2.700.000,00</b>	<b>100,00</b>

Chapecó, SC, 29 de setembro de 2015

José Claudio Caramori  
Presidente

Paulo Utzig  
CRC/SC 11.615/1-0

**ANEXO 5 - ORÇAMENTO 2016 AMOSC - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR DPTO**

Estado de Santa Catarina

Exercício 2016

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA

Anexo 5

**DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR DEPARTAMENTO****2001 - SECRETARIA EXECUTIVA**

Especificação	Prevista 2016
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>1.135.000,00</b>
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>680.000,00</b>
Vencimentos e Vantagens Fixas	230.000,00
Obrigações Patronais	450.000,00
<b>Outras Despesas Correntes</b>	<b>455.000,00</b>
Contribuições	20.000,00
Material de Consumo	100.000,00
Outros Serv Terc - Pessoa Jurídica	175.000,00
Auxílio Alimentação	160.000,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>100.000,00</b>
<b>Investimentos</b>	<b>100.000,00</b>
Equipamento e Material Permanente	100.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.235.000,00</b>

**2002 - DEPARTAMENTO TÉCNICO**

Especificação	Prevista 2016
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>910.000,00</b>
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>715.000,00</b>
Vencimentos e Vantagens Fixas	715.000,00
<b>Outras Despesas Correntes</b>	<b>195.000,00</b>
Material de Consumo	95.000,00
Outros Serv Terc - Pessoa Jurídica	100.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>910.000,00</b>

**2003 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**

Especificação	Prevista 2016
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>555.000,00</b>
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>360.000,00</b>
Vencimentos e Vantagens Fixas	360.000,00
<b>Outras Despesas Correntes</b>	<b>195.000,00</b>
Material de Consumo	95.000,00
Outros Serv Terc - Pessoa Jurídica	100.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>555.000,00</b>

<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2.700.000,00</b>
--------------------	---------------------

Chapecó, SC, 29 de setembro de 2015

José Claudio Caramori  
Presidente

Paulo Utzig  
CRC/SC 11.615/1-0

# Consórcios

## AGIR

### EXTRATO CONTRATO CL Nº 005/2015 - AGIR

EXTRATO

CONTRATO CL Nº 005/2015

- EXTRATOS CONTRATOS / 2015

NÚMERO DO CONTRATO: 005/2015

DATA VIGÊNCIA: 31/12/2015.

NÚMERO DO PROCESSO: 006/2015 – MODALIDADE: DISPENSA POR VALOR

CONTRATANTE: AGIR (CNPJ nº 11.762.843/0001-41)

CONTRATADA: FEY PROBST & BRUSTOLIN ADVOCACIA (CNPJ nº 12.244.848/0001-45)

OBJETO: Contratação de consultoria jurídica na elaboração de estudos para a implantação de regulação, controle e fiscalização de transportes públicos intramunicipais pertencentes aos municípios que integram o Consórcio Público da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, modificação do Protocolo de Intenções, do Estatuto e do Regimento Interno do Consórcio Público da AGIR.

VALOR DO CONTRATO: Valor unitário de R\$ 14.279,00 (quatorze mil, duzentos e setenta e nove reais) ao final dos trabalhos, ou seja, após a execução e entrega definitiva do objeto desta contratação.

Blumenau (SC), em 29 de setembro de 2015.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR.

### EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO Nº 002/2013 E ADITIVOS

EXTRATO

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO Nº 002/2013 E ADITIVOS

NÚMERO DO CONTRATO: 002/2013

NÚMERO DO PROCESSO: 002/2013 – MODALIDADE: DISPENSA POR VALOR

CONTRATANTE: AGIR (CNPJ nº 11.762.843/0001-41)

CONTRATADO: ALINE GOMES OLIVEIRA. (CNPJ nº 18.239.118/0001-32)

OBJETO: Rescisão Amigável do Contrato CL nº 002/2013 e seus aditivos – desenvolvimento e manutenção do portal de informações (sítio) e canal de ouvidoria da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR.

CLÁUSULA TERCEIRA: Por força desta rescisão amigável, as partes têm por rescindido, o Contrato CL nº 002/2013 a partir de 01 de outubro de 2015; e seus aditivos celebrados aos 18.12.2013 (1º Termo Aditivo), sendo a vigência prorrogada até 31.12.2014 e aos 22.12.2014 (2º Termo Aditivo), cuja prorrogação estava ajustada até 31.12.2015; para nada mais tendo a reclamarem, a qualquer título relativamente às obrigações assumidas nos ajustes ora rescindidos, em especial quanto ao pagamento dos serviços contratados, os quais serão pagos até a data da rescisão, somente (no caso: Setembro/2015).

Blumenau (SC), em 30 de setembro de 2015.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR

### EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2015 - AGIR

EXTRATO

DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 006/2015

OBJETO: Contratação de consultoria jurídica na elaboração de estudos para a implantação de regulação, controle e fiscalização de transportes públicos intramunicipais pertencentes aos municípios que integram o Consórcio Público da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, modificação do Protocolo de Intenções, do Estatuto e do Regimento Interno do Consórcio Público da AGIR.

CONTRATADO: FEY PROBST & BRUSTOLIN ADVOCACIA (CNPJ nº 12.244.848/0001-45)

VALOR DO CONTRATO: Valor unitário de R\$ 14.279,00 (quatorze mil, duzentos e setenta e nove reais) ao final dos trabalhos, ou seja, após a execução e entrega definitiva do objeto desta contratação.

DATA VIGÊNCIA: 31/12/2015.

BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93, combinado com o Artigo 17, Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005.

Blumenau (SC), em 29 de setembro de 2015.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR

### TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2015 - AGIR

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2015

OBJETO: Contratação de consultoria jurídica na elaboração de estudos para a implantação de regulação, controle e fiscalização de transportes públicos intramunicipais pertencentes aos municípios que integram o Consórcio Público da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, modificação do Protocolo de Intenções, do Estatuto e do Regimento Interno do Consórcio Público da AGIR.

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o Artigo 17, Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005, RATIFICO os atos do procedimento em favor da empresa FEY PROBST & BRUSTOLIN ADVOCACIA (CNPJ nº 12.244.848/0001-45), para a contratação de consultoria jurídica na elaboração de estudos para a implantação de regulação, controle e fiscalização de transportes públicos intramunicipais pertencentes aos municípios que integram o Consórcio Público da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, modificação do Protocolo de Intenções, do Estatuto e do Regimento Interno do Consórcio Público da AGIR. E, ordeno que se proceda a realização do respectivo contrato, bem como a publicação do objeto supramencionado, para sua eficácia.

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau (SC), em 29 de setembro de 2015.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR

**CIDEMA****ANEXO 4 - ORÇAMENTO 2016 CIDEMA - PLANO DE METAS****PLANO DE DIRETRIZES E METAS DO CIDEMA 2016****Anexo 4****PROGRAMA GERENCIAMENTO DAS ÁGUAS - PROAGUA**

AÇÃO	DETALHAMENTO
Realizar controle de qualidade da água nos municípios atendidos pelo PROAGUA	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Programar e realizar visitas de supervisão aos municípios atendidos que possuem tratamento de água municipal, realizando o devido controle de qualidade.</li> <li>2. Repassar, durante as visitas de supervisão, orientações aos operadores dos sistemas de tratamento de água municipais visando a melhoria no funcionamento dos sistemas.</li> <li>3. Repassar aos municípios os resultados das análises.</li> <li>4. Fornecer informações mensais e relatório anual de qualidade da água dos sistemas municipais de abastecimento.</li> <li>5. Incentivar a estruturação dos sistemas municipais de abastecimento para compra dos equipamentos para realização dos controles mínimos - pH, Turbidez, Fluoretos (onde aplicável), Cloro residual livre e Cor – nas saídas das unidades de tratamento, em conformidade com a legislação vigente.</li> <li>6. Aprovar os planos de amostragem para controle de qualidade da água dos sistemas municipais para o ano de 2016 no setor de saúde/vigilância sanitária de cada município, auxiliando e orientando a execução dos mesmos.</li> <li>7. Incentivar melhorias organizacionais no(s) setor(es) responsável(is) pelo abastecimento de água em cada município (definição de secretaria para acompanhamento dos trabalhos, implantação de sistema de macromedicação da água produzida, iniciar processo de controle de perdas).</li> <li>8. Georeferenciar os principais pontos dos sistemas municipais de abastecimento de água (captação, tratamento e reservatórios de distribuição) dos municípios vinculados e auxiliar na elaboração do mapeamento das redes de água, em conjunto com o setor de engenharia e arquitetura da AMOSC.</li> </ol>
Dar sequência ao projeto de cadastramento de poços tubulares para cada município da AMOSC, em conjunto com a EPAGRI	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Disponibilizar às prefeituras os dados relativos aos cadastros finalizados, para que sirvam como ferramenta de gestão e planejamento, e ainda para que cada município possa mantê-los atualizados;</li> <li>2. Expandir o projeto para os demais municípios.</li> </ol>
Dar sequência às ações na área de meio ambiente e fortalecer o vínculo com instituições parceiras	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Manter a participação no Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Chapecó, Irani e Rios Contíguos;</li> <li>2. Promover capacitação para servidores municipais responsáveis pela operação dos sistemas municipais de abastecimento e vigilância sanitária, relativa a aspectos de legislação de potabilidade e boas práticas, em parceria com os municípios e outras instituições (ARIS, CASAN e EPAGRI);</li> </ol>
Incentivar a criação de hortas com as famílias de baixa renda	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Desenvolver ações com diversos setores dos municípios, setor de Assistência Social, Educação e Engenharia da AMOSC para estimular as famílias a produzirem hortas para consumo próprio.</li> </ol>

AÇÃO	DETALHAMENTO
Oferecer um espaço de comercialização, no varejo de Chapecó, e servir como entreposto para negociação de produtos agrícolas e agroindustriais dos agricultores familiares da região oeste, visando agregação de valor aos produtos	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Incentivar a adesão ao SUASA, visando garantir a circulação dos produtos de origem animal.</li> <li>2. Organizar uma central de negócios virtual (bolsa de mercadorias), com portfólio, para comercialização de produtos. Oportunizar operações de venda para outros mercados consumidores do estado e do Brasil.</li> <li>3. Contribuir para a comercialização de pescados oriundos da agricultura familiar e comunitária reduzindo a intermediação entre produtores e consumidores.</li> </ol>
Apoiar a formação de uma rede de economia solidária	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Promover momentos de articulação entre o rural e o urbano;</li> <li>2. Elaborar o cadastro de produção e consumo e montar rotas comercialização.</li> </ol>
Criar e manter um espaço de convivência cultural e gastronômica	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Ser um espaço de resgate das festas populares e culturais da região;</li> <li>2. Fomentar novas iniciativas gastronômicas;</li> <li>3. Fomentar um espaço de lazer na área externa do MPR (academia ao ar livre, mateada, arborização, pista de caminhada).</li> </ol>
Incentivar a produção alternativa e agroecológica na região oeste	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Disponibilizar um espaço físico exclusivo para os produtos com certificação orgânica e para a comercialização de sementes crioulas visando resgate da biodiversidade.</li> </ol>
Fazer a gestão compartilhada entre o poder público (50%) e entidades organizadas da sociedade civil (50%)	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Conselho Gestor do MPR formado por Prefeitos, Secretários de Agricultura e entidades de representação regional (Cooperativas/associações da agricultura familiar e economia solidária, representação dos agricultores e entidades de apoio;</li> <li>2. Diretoria Executiva do MPR, de 5 (cinco) pessoas, composto por: poder público, cooperativas, sindicatos e técnicos indicados pelo Conselho Gestor.</li> </ol>
Fomentar a organização dos serviços de inspeção nos municípios do oeste Combate à clandestinidade	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Incentivar a adesão ao SUASA, visando garantir a circulação dos produtos de origem animal;</li> <li>2. Promover o incentivo do comércio dos produtos de origem animal com registro e carimbo da inspeção, valorizando sua qualidade e agregando valores aos seus produtos.</li> </ol>
Promover a divulgação do Mercado Público Regional	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Tornar o box do município um referencial de divulgação dos eventos e potencialidades;</li> <li>2. Inserir o MPR no calendário turístico de eventos municipais e regionais;</li> <li>3. Planejar um calendário de eventos culturais e gastronômicos no espaço do MPR.</li> </ol>
Promover melhorias na infraestrutura e logística do MPR	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Avaliar o projeto inicial do MPR e propor melhorias na infraestrutura e logística;</li> <li>2. Elaborar projetos para captação de recursos.</li> </ol>

**PROGRAMA SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA – PROSUASA**

AÇÃO	DETALHAMENTO
Implantar o Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária - SUASA	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Orientar as agroindústrias diagnosticadas e com potencial para adesão ao SUASA, sendo elas de origem animal ou vegetal.</li> <li>2. Trabalhar com objetivo de fortalecer o serviço de inspeção de produtos de origem animal e vegetal (S.I.M.) nos municípios.</li> <li>3. Inspeccionar/supervisionar e auditar os serviços de inspeção e as agroindústrias que farão parte do SISIBI-SUASA nos municípios consorciados.</li> <li>4. Realizar inspeção sanitárias permanentes ou periódicas das bebidas e alimentos de consumo humano de origem animal e vegetal que refere-se ao processo sistemático de acompanhamento, avaliação e controle sanitário, compreendido da matéria-prima até a elaboração do produto final, visando oferecer produtos da agricultura familiar com maior garantia de qualidade ao consumidor final.</li> <li>5. O CIDEMA fornecerá programas de auto-controle, como os manuais de boas praticas de fabricação e pratica padrão de higiene operacional, para implantação e execução de todos os procedimentos industrial sanitário.</li> <li>6. O profissional do CIDEMA fornecerá modelos de solicitação de análises e indicara as agroindústrias os laboratórios que realizam análise físico-químico e microbiológicos, credenciados pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento-MAPA.</li> <li>7. Trabalhar sistematicamente em conjunto com o serviço de inspeção municipal do CIDEMA nas agroindústrias que já tiverem aderido ao Sistema Brasileiro de Inspeção - SISBI, para que não perca o SUASA.</li> </ol>
Implantar programa de combate a clandestinidade e educação sanitária	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Realizar campanhas de combate a clandestinidade, por meios de palestra educativas nas comunidades e escolas ou outros centros de apoio, fornecer folder ilustrativos e didáticos sobre a importância de consumir produtos de origem animal com registro, carimbo e rotulagem.</li> <li>2. Realizar em conjunto com os serviços de inspeção municipais consorciados visitas periódicas de educação sanitária nas propriedades que fornecem matéria-prima para as agroindústrias aderidas ao SISBI/SUASA.</li> </ol>
Realizar exames de laboratório	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Estudar projeto de criação de um laborado para brucelose e tuberculose bovina, com preço reduzido para os municípios consorciados.</li> </ol>

**PROGRAMA PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS, CAPTAÇÃO, ARMAZENAMENTO DE USO DA ÁGUA NA AGRICULTURA – PROPOÇOS**

AÇÃO	DETALHAMENTO
Perfurar poços tubulares profundos nos municípios	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Perfurar poços tubulares profundos objetivando sistemas de captação de água em localidades de domínio público municipal, priorizando os municípios que tenham histórico recente de situações de emergência e/ou calamidade pública em decorrência de estiagem e/ou secas;</li> <li>2. Perfurar poços tubulares profundos para captação de água, visando ao bem-estar social de comunidades rurais e amenizar, prevenir ou cessar os efeitos da estiagem e das secas;</li> <li>3. Articular com as políticas de desenvolvimento regional de proteção e preservação ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores;</li> <li>4. Possibilitar o acompanhamento e controle social do Programa;</li> <li>5. Atender o disposto no Termo de Cooperação Técnica firmado com a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca.</li> </ol>

Chapecó, SC, 29 de setembro de 2015.

Cleomar Weber Kuhn Paulo Utzig

Presidente CRC/SC 11.615-1/0

**RESOLUÇÃO Nº 04/2015**

RESOLUÇÃO Nº 04/2015

CLEOMAR WEBER KUHN, Prefeito Municipal de São Carlos, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Meio Ambiente - CIDEMA, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 17 do Estatuto Social:

**RESOLVE**

Art. 1º Instituir no Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Meio Ambiente - CIDEMA, o Programa de Perfuração de Poços Artesianos - PROPOÇOS.

Art. 2º O Programa de Perfuração de Poços Artesianos - PROPOÇOS tem os seguintes objetivos:

I. Perfurar poços tubulares profundos, conforme cronograma de trabalho, objetivando sistemas de captação de água em localidades de domínio público municipal para abastecimento coletivo, priorizando os municípios que tenham histórico recente de situações de emergência e/ou calamidade pública em decorrência de estiagem e/ou secas;

II. Possibilitar às administrações públicas uma reserva estratégica de pronto acesso para abastecimento das redes públicas de distribuição de água para consumo humano em períodos de escassez;

III. Perfurar poços tubulares profundos para captação de água, visando ao bem-estar social das comunidades no território de abrangência dos Municípios vinculados ao CIDEMA e amenizar, prevenir ou cessar os efeitos da estiagem e das secas;

IV. Articular com as políticas de desenvolvimento regional de proteção e preservação ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população local, sobretudo aquela residente nas áreas rurais;

V. Atender o disposto no Termo de Cooperação Técnica firmado com a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca.

Art. 3º Estão vinculados ao Programa de Perfuração de Poços Artesianos – PROPOÇOS, os Municípios filiados ao CIDEMA e que contribuam para sua execução conforme Contrato de Rateio.

Art. 4º Fica autorizado o CIDEMA firmar parcerias com o Governo Federal e o Governo do Estado de Santa Catarina para implementar as ações relativas ao Programa de Perfuração de Poços Artesianos - PROPOÇOS.

Art. 5º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, 29 de setembro de 2015.

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito de São Carlos

Presidente do CIDEMA



**RESOLUÇÃO Nº 05/2015**

RESOLUÇÃO Nº 05/2015

CLEOMAR WEBER KUHN, Prefeito de São Carlos e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Meio Ambiente - CIDEMA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 15, inciso VII do Estatuto Social:

RESOLVE

**I – DO ORÇAMENTO ANUAL**

Art. 1º A Receita para o exercício de 2016, estimada em R\$ 1.115.000,00 (um milhão, cento e quinze mil reais), será arrecadada na forma do Anexo 1, integrante desta Resolução, com o seguinte desdobramento:

**RECEITA**

ESPECIFICAÇÃO	R\$
Receitas Correntes	765.000,00
Receita Patrimonial	30.000,00
Transferências Correntes	657.600,00
Outras Receitas Correntes	77.400,00
Receitas de Capital	350.000,00
Transferências de Capital	350.000,00
TOTAL	1.115.000,00

Art. 2º A Despesa para o exercício de 2016, fixada em R\$ 1.115.000,00 (um milhão, cento e quinze mil reais), será realizada em conformidade com os Anexos 2 e 3, integrante desta Resolução, por órgão, atividade e ação, definidas no Plano de Diretrizes e Metas, com o seguinte desdobramento:

**DESPESA POR ÓRGÃO**

ESPECIFICAÇÃO	R\$
Programa Gerenciamento das Águas - PROAGUA	99.000,00
Programa Mercado Público Regional - PROMERCADO	456.000,00
Programa Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária - PROSUASA	290.500,00
Programa Perfuração de Poços Artesianos - PROPOÇOS	269.500,00
TOTAL	1.115.000,00

**DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA**

ESPECIFICAÇÃO	R\$
Despesas Correntes	722.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	328.800,00
Outras Despesas Correntes	393.200,00
Despesas de Capital	393.000,00
Investimentos	393.000,00
TOTAL	1.115.000,00

**II – DO PLANO DE DIRETRIZES E METAS**

Art. 3º O Plano de Diretrizes e Metas para o exercício de 2016 será executado tomando por base as ações prioritárias definidas pela Diretoria Executiva, conforme Anexo 4, integrante desta Resolução.

Art. 4º Fica o Presidente do CIDEMA autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, para remanejar dotações insuficientes, por conta da anulação de dotações orçamentárias, do excesso de arrecadação do exercício e do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2016.

Chapécó, SC, 29 de setembro de 2015.

CLEOMAR WEBER KUHN  
Prefeito de São Carlos  
Presidente do CIDEMA



**ANEXO 1 - ORÇAMENTO 2016 CIDEMA - EVOLUÇÃO DA RECEITA**Estado de Santa Catarina  
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENV ECON SOCIAL E MEIO AMB

Exercício: 2016

Anexo 1

**DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA**

Especificação	Arrecadada			Orçada 2015	Estimada 2016
	2012	2013	2014		
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>318.312,74</b>	<b>413.475,36</b>	<b>401.440,38</b>	<b>526.000,00</b>	<b>765.000,00</b>
<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>	<b>40.078,94</b>	<b>7.062,83</b>	<b>3.771,94</b>	<b>25.000,00</b>	<b>30.000,00</b>
<b>RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS</b>	<b>40.078,94</b>	<b>7.062,83</b>	<b>3.771,94</b>	<b>25.000,00</b>	<b>30.000,00</b>
Remuneração Outros Depósitos	40.078,94	7.062,83	3.771,94	25.000,00	30.000,00
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>145.100,00</b>	<b>336.400,00</b>	<b>381.450,00</b>	<b>429.400,00</b>	<b>657.600,00</b>
<b>TRANSF. INTERGOVERNAMENTAIS</b>	<b>145.100,00</b>	<b>336.400,00</b>	<b>381.450,00</b>	<b>429.400,00</b>	<b>657.600,00</b>
<b>TRANSF. DOS MUNICÍPIOS</b>	<b>145.100,00</b>	<b>315.400,00</b>	<b>328.950,00</b>	<b>374.400,00</b>	<b>657.600,00</b>
<b>OUTRAS TRANSF. DOS MUNICÍPIOS</b>	<b>145.100,00</b>	<b>315.400,00</b>	<b>328.950,00</b>	<b>374.400,00</b>	<b>657.600,00</b>
<b>CIDEMA PROAGUA</b>	<b>72.500,00</b>	<b>65.450,00</b>	<b>66.000,00</b>	<b>78.000,00</b>	<b>84.000,00</b>
Caxambu do Sul	6.000,00	6.600,00	6.600,00	7.800,00	8.400,00
Cordilheira Alta	6.500,00	6.600,00	6.600,00	7.800,00	8.400,00
Coronel Freitas	6.000,00	550,00	-	-	-
Guatambu	6.000,00	6.600,00	6.600,00	7.800,00	8.400,00
Irati	6.000,00	5.500,00	6.600,00	7.800,00	8.400,00
Nova Itaberaba	6.000,00	6.600,00	6.600,00	7.800,00	8.400,00
Planalto Alegre	6.000,00	6.600,00	6.600,00	7.800,00	8.400,00
Quilombo	6.000,00	6.600,00	6.600,00	7.800,00	8.400,00
Santiago do Sul	6.000,00	6.600,00	6.600,00	7.800,00	8.400,00
Serra Alta	6.000,00	6.600,00	6.600,00	7.800,00	8.400,00
Sul Brasil	6.000,00	6.600,00	6.600,00	7.800,00	8.400,00
União do Oeste	6.000,00	-	-	-	-
<b>CIDEMA PROMERCADO</b>	<b>72.600,00</b>	<b>62.950,00</b>	<b>48.750,00</b>	<b>72.000,00</b>	<b>76.800,00</b>
Caxambu do Sul	7.200,00	7.800,00	-	-	-
Chapecó	-	-	-	9.000,00	9.600,00
Cordilheira Alta	7.800,00	7.800,00	7.800,00	9.000,00	9.600,00
Coronel Freitas	7.200,00	-	-	-	-
Guatambu	7.200,00	7.700,00	7.800,00	9.000,00	9.600,00
Nova Itaberaba	7.200,00	7.800,00	7.800,00	9.000,00	9.600,00
Planalto Alegre	7.200,00	-	-	-	-
Quilombo	7.200,00	7.800,00	7.800,00	9.000,00	9.600,00
Santiago do Sul	7.200,00	7.800,00	1.950,00	9.000,00	9.600,00
São Carlos	7.200,00	8.450,00	7.800,00	9.000,00	9.600,00
União do Oeste	7.200,00	7.800,00	7.800,00	9.000,00	9.600,00
<b>CIDEMA PROSUASA</b>	<b>-</b>	<b>187.000,00</b>	<b>214.200,00</b>	<b>224.400,00</b>	<b>244.800,00</b>
Águas de Chapecó	-	12.000,00	12.000,00	13.200,00	14.400,00
Águas Frias	-	12.000,00	12.000,00	13.200,00	14.400,00
Caxambu do Sul	-	10.000,00	14.000,00	13.200,00	14.400,00
Cordilheira Alta	-	12.000,00	12.000,00	13.200,00	14.400,00
Coronel Freitas	-	12.000,00	13.600,00	13.200,00	14.400,00
Formosa do Sul	-	12.000,00	12.000,00	13.200,00	14.400,00
Guatambu	-	9.000,00	15.000,00	13.200,00	14.400,00
Irati	-	-	12.000,00	13.200,00	14.400,00
Jardinópolis	-	12.000,00	12.000,00	13.200,00	14.400,00
Nova Erechim	-	12.000,00	12.000,00	13.200,00	14.400,00
Nova Itaberaba	-	12.000,00	12.000,00	13.200,00	14.400,00
Quilombo	-	12.000,00	12.000,00	13.200,00	14.400,00
Santiago do Sul	-	12.000,00	12.000,00	13.200,00	14.400,00
São Carlos	-	12.000,00	12.000,00	13.200,00	14.400,00
Serra Alta	-	12.000,00	15.600,00	13.200,00	14.400,00
Sul Brasil	-	12.000,00	12.000,00	13.200,00	14.400,00
União do Oeste	-	12.000,00	12.000,00	13.200,00	14.400,00
<b>CIDEMA PROPOÇOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>252.000,00</b>
Águas de Chapecó	-	-	-	-	12.000,00
Águas Frias	-	-	-	-	12.000,00
Arvoredo	-	-	-	-	12.000,00
Caxambu do Sul	-	-	-	-	12.000,00
Chapecó	-	-	-	-	12.000,00
Cordilheira Alta	-	-	-	-	12.000,00
Coronel Freitas	-	-	-	-	12.000,00
Formosa do Sul	-	-	-	-	12.000,00
Guatambu	-	-	-	-	12.000,00
Irati	-	-	-	-	12.000,00
Jardinópolis	-	-	-	-	12.000,00
Nova Erechim	-	-	-	-	12.000,00
Nova Itaberaba	-	-	-	-	12.000,00
Pinhalzinho	-	-	-	-	12.000,00
Planalto Alegre	-	-	-	-	12.000,00
Quilombo	-	-	-	-	12.000,00
Santiago do Sul	-	-	-	-	12.000,00
São Carlos	-	-	-	-	12.000,00
Serra Alta	-	-	-	-	12.000,00
Sul Brasil	-	-	-	-	12.000,00
União do Oeste	-	-	-	-	12.000,00
<b>TRANSFERENCIA DE CONVÊNIO</b>	<b>-</b>	<b>21.000,00</b>	<b>52.500,00</b>	<b>55.000,00</b>	<b>-</b>
<b>OUTRAS TRANSF. DE CONVÊNIO</b>	<b>-</b>	<b>21.000,00</b>	<b>52.500,00</b>	<b>55.000,00</b>	<b>-</b>
Convênio CIS-AMOSC	-	21.000,00	52.500,00	55.000,00	-

<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>133.133,80</b>	<b>70.012,53</b>	<b>16.218,44</b>	<b>71.600,00</b>	<b>77.400,00</b>
<b>RECEITAS DIVERSAS</b>	<b>133.133,80</b>	<b>70.012,53</b>	<b>16.218,44</b>	<b>71.600,00</b>	<b>77.400,00</b>
Outras Receitas	133.133,80	70.012,53	16.218,44	71.600,00	77.400,00
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>-</b>	<b>429.961,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>350.000,00</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>	<b>-</b>	<b>429.961,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>350.000,00</b>
<b>TRANSF. CONVÊNIO UNIAO</b>	<b>-</b>	<b>429.961,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>350.000,00</b>
Ministério do Desenvolvimento Agrário	-	429.961,00	-	-	350.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>318.312,74</b>	<b>843.436,36</b>	<b>401.440,38</b>	<b>526.000,00</b>	<b>1.115.000,00</b>

Chapecó, SC, 29 de setembro de 2015

Cleomar Weber Kuhn  
PresidentePaulo Utzig  
CRC/SC 11.615-1/0

**CIS/AMOSC****ANEXO 4 - ORÇAMENTO 2016 CIS-AMOSC - PLANO DE METAS****PLANO DE DIRETRIZES E METAS DO CIS-AMOSC 2016****Anexo 4****SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS**

AÇÃO	DETALHAMENTO
Manter constante cooperação com os órgãos afins para uma melhor resolutividade e assessoria nas questões que envolvam os municípios do CIS-AMOSC	Atender as necessidades tanto dos municípios como dos prestadores visando o máximo de resolutividade para a população beneficiada
Melhorar a nível regional os serviços disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde	Auxiliar no fortalecimento das ações básicas nos municípios para melhorar o atendimento a nível local
Credenciar profissionais nas áreas que houver necessidade de acordo com a disponibilidade do CIS-AMOSC	Realizar visitas de apresentação do Consórcio para novos profissionais
Manter encontros bimestrais com a Comissão CIS-AMOSC	Fortalecer a Comissão com representantes do Consórcio, das Associações de Municípios que fazem parte do mesmo e com a Secretaria Municipal de Saúde de Chapecó para trabalhar questões comuns dos demais Consórcios de Saúde
Manter fortalecida a descentralização dos credenciamentos nos micro pólos da região do estado e dos estados vizinhos	Credenciar clínicas e prestadores nos micro pólos da região do estado e dos estados vizinhos
Manter junto ao setor de Controle e Avaliação Secretaria de Desenvolvimento Regional cadastro dos serviços prestados pelo CIS-AMOSC dos municípios associados a fim de comprovação da compra para gestão junto a Secretaria de Estado da Saúde aumento dos tetos dos municípios através de retorno financeiro	Manter contato constante com serviço de controle avaliação Secretaria de Desenvolvimento Regional
Assessorar no repasse financeiro as Secretarias de Saúde na organização e distribuição de serviços pactuados	Auxiliar os municípios com relação à PPI ambulatorial
Facilitar os encaminhamentos de pacientes em procedimentos não credenciados pelo CIS-AMOSC por serem de alta complexidade	Manter contato com consultórios, clínicas e hospitais do Estado e fora dele com este objetivo
Manter com os colegiados de saúde e com a Comissão Inter-gestores Regional – CIR constante avaliação dos serviços prestados pelos profissionais credenciados pelo CIS-AMOSC	Reuniões com Secretarias Municipais de Saúde integrantes do CIS-AMOSC e estabelecer parcerias com os profissionais credenciados para que os mesmos estejam presentes nas reuniões da CIR
AÇÃO	DETALHAMENTO
Participar da Comissão Permanente de Integração Ensino-Serviço/CIES	Participar de reuniões previamente agendadas e/ ou extraordinárias para posterior repasse de informações aos municípios bem como da Comissão Executiva

Participar junto as Secretarias de Desenvolvimento Regional nas ações que envolvam a saúde da população	Auxiliar na elaboração e na execução de eventos ligados a área da saúde
Gestionar junto a Secretaria de Estado da Saúde pagamento dos serviços informados em Boletim de Produção Ambulatorial - BPA pelo CIS-AMOSC	Regularizar a situação aos municípios com relação ao pagamento do BPA
Implantar a Policlínica de Referência Regional	Assegurar junto ao Governo do Estado a implantação da Policlínica de média complexidade na microrregião do oeste em parceria com a SDR
Criar uma lista de medicamentos padrão pelos municípios e trabalhar com os especialistas credenciados no Consórcio para padronização de prescrição em nível de CIS-AMOSC	Trabalho para a Câmara Técnica de Assistência Farmacêutica de todos os municípios consorciados para levantamento de dados
Realizar licitação para registro de preço na compra de medicamentos	Realizar a aquisição de medicamentos para os municípios consorciados visando à redução de custos bem como a padronização dos medicamentos para a região
Comprar serviços de cirurgias eletivas	Negociação coletiva de cirurgias eletivas com as várias especialidades médicas (ortopedia, otorrinolaringologia, urologia e vascular)
Visitar os Municípios	Realizar visitas as Secretarias Municipais de Saúde para esclarecimento de dúvidas
Visitar as clínicas credenciadas	Realizar visitas para esclarecimento de dúvidas e acertos de questões pontuais
Criar um manual de fluxos, rotinas e protocolos de atendimento.	Criar um manual de fluxos, rotinas e protocolos de atendimento e repassar aos médicos encaminhadores e médicos especialistas credenciados
Implantar a regulação, controle, avaliação e auditoria no CIS-AMOSC com a contratação de um médico auditor	Planejar um manual de auditoria e realizar visitas nas Secretarias Municipais de Saúde e visita aos usuários para verificar problema com prestadores
Participar do Colegiado de Consórcios Públicos da FECAM	Participar das reuniões do colegiado de consórcios de saúde do Estado, visando padronização de procedimentos.
Uniformizar tabela de valores e procedimentos dos Consórcios da AMOSC, AMERIOS e AMEOSC	Participar das reuniões dos consórcios de saúde para uniformizar os valores praticados

Chapecó, SC, 29 de setembro de 2015.

Danilo Daga Paulo Utzig

Presidente CRC/SC 11.615-1/0

**RESOLUÇÃO Nº 02/2015****RESOLUÇÃO Nº 02/2015**

DANILO DAGA, Prefeito de Águas Frias e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, inciso VII do Estatuto Social,

**RESOLVE****I – DO ORÇAMENTO ANUAL**

Art. 1º A Receita para o exercício de 2016, estimada em R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais), será arrecadada na forma do Anexo 1, integrante desta Resolução, com o seguinte desdobramento:

**RECEITA**

ESPECIFICAÇÃO	R\$
Receitas Correntes	13.000.000,00
Receita Patrimonial	46.000,00
Transferências Correntes	12.954.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>13.000.000,00</b>

Art. 2º A Despesa para o exercício de 2016, fixada em R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais), será realizada em conformidade com os Anexos 2 e 3, integrante desta Resolução, por órgão, atividade e ação, definidas no Plano de Diretrizes e Metas, com o seguinte desdobramento:

**DESPESA POR ÓRGÃO**

EPECIFICAÇÃO	R\$
Secretaria Administrativa	590.000,00
Serviços Médicos Especializados	12.410.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>13.000.000,00</b>

**DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA**

EPECIFICAÇÃO	R\$
Despesas Correntes	12.880.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	180.000,00
Outras Despesas Correntes	12.700.000,00
Despesas de Capital	120.000,00
Investimentos	120.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>13.000.000,00</b>

**II – DO PLANO DE DIRETRIZES E METAS**

Art. 3º O Plano de Diretrizes e Metas para o exercício de 2016 será executado tomando por base as ações prioritárias definidas pela Diretoria Executiva, conforme Anexo 4, integrante desta Resolução.

Art. 4º Fica o Presidente do CIS-AMOSC autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, para remanejar dotações insuficientes, por conta da anulação de dotações orçamentárias, do excesso de arrecadação do exercício e do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2016.

Chapecó, SC, 29 de setembro de 2015.

DANILO DAGA

Prefeito de Águas Frias

Presidente do CIS-AMOSC

**RESOLUÇÃO Nº 03/2015****RESOLUÇÃO Nº 03/2015**

DANILO DAGA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, no uso das atribuições conferidas pelos art. 17 e 27 do Estatuto Social:

**RESOLVE**

Art. 1º Abrir um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme descrição a seguir:

Órgão: 01.00 - Consórcio Intermunicipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01.01 - Secretaria Administrativa

Atividade: 2.001 - Manutenção das Atividades do CIS-AMOSC

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º Para fazer face as despesas provenientes do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será utilizado a anulação da seguinte dotação orçamentária.

Órgão: 01.00 - Consórcio Intermunicipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01.02 - Serviços Médicos Especializados

Atividade: 2.002 - Serviços Médicos Especializados

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, 29 de setembro de 2015.

DANILO DAGA

Prefeito de Águas Frias

Presidente do CIS-AMOSC

**ANEXO 1 - ORÇAMENTO 2016 CIS-AMOSC - EVOLUÇÃO DA RECEITA**

Estado de Santa Catarina  
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SC

Exercício: 2016  
Anexo 1

**DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA**

Especificação	Arrecadada			Orçada 2015	Estimada 2016
	2012	2013	2014		
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>10.574.084,79</b>	<b>10.895.563,17</b>	<b>12.381.553,05</b>	<b>12.000.000,00</b>	<b>13.000.000,00</b>
RECEITA PATRIMONIAL	12.325,68	24.026,37	76.410,46	25.000,00	46.000,00
RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS	12.325,68	24.026,37	76.410,46	25.000,00	46.000,00
Remuneração de Depósitos Bancários	12.325,68	24.026,37	76.410,46	25.000,00	46.000,00
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>10.561.759,11</b>	<b>10.871.536,80</b>	<b>12.305.142,59</b>	<b>11.975.000,00</b>	<b>12.954.000,00</b>
TRANSF. INTERGOVERNAMENTAIS	10.561.759,11	10.871.536,80	12.305.142,59	11.975.000,00	12.954.000,00
TRANSF. DOS MUNICÍPIOS	10.561.759,11	10.871.536,80	12.305.142,59	10.975.000,00	11.854.000,00
Águas de Chapecó	135.796,00	120.000,00	116.260,00	105.000,00	113.000,00
Águas Frias	137.872,91	153.778,80	180.000,00	171.000,00	185.000,00
Arvoredo	134.295,60	133.098,62	124.365,05	132.000,00	143.000,00
Caxambu do Sul	281.416,26	285.297,62	292.816,27	290.000,00	313.000,00
Chapecó	2.795.522,22	2.855.653,91	3.742.085,24	2.112.000,00	2.230.000,00
Cordilheira Alta	172.270,08	310.421,06	327.201,99	330.000,00	356.000,00
Coronel Freitas	207.549,05	178.437,79	186.564,29	264.000,00	285.000,00
Formosa do Sul	207.636,99	237.572,33	253.000,00	264.000,00	285.000,00
Guatambu	414.867,96	375.000,00	377.849,82	396.000,00	428.000,00
Irati	99.724,25	88.186,03	72.000,00	79.000,00	85.000,00
Jardinópolis	59.922,30	90.611,26	129.607,78	132.000,00	143.000,00
Nova Erechim	129.128,55	171.429,29	165.000,00	198.000,00	214.000,00
Nova Itaberaba	296.410,35	259.561,80	271.570,35	264.000,00	285.000,00
Pinhalzinho	327.612,82	352.044,52	311.028,06	396.000,00	428.000,00
Planalto Alegre	128.000,00	185.973,14	180.106,17	158.000,00	171.000,00
Quilombo	269.402,73	274.684,21	300.000,00	330.000,00	356.000,00
Santiago do Sul	184.007,41	196.000,00	213.000,00	198.000,00	214.000,00
São Carlos	292.692,95	206.157,84	220.000,00	264.000,00	285.000,00
Serra Alta	103.141,61	119.429,24	144.000,00	158.000,00	171.000,00
Sul Brasil	103.892,32	146.787,00	143.000,00	172.000,00	186.000,00
União do Oeste	126.664,94	117.464,09	135.732,63	132.000,00	143.000,00
Campo Erê	31.693,48	28.162,95	41.610,75	26.000,00	28.000,00
Coronel Martins	138.325,16	159.931,49	166.020,62	211.000,00	228.000,00
Galvão	61.706,10	75.928,59	82.313,45	79.000,00	85.000,00
Jupia	31.500,00	36.000,00	32.041,17	40.000,00	43.000,00
Novo Horizonte	108.000,00	99.000,00	109.117,87	119.000,00	129.000,00
São Bernardino	73.006,35	55.000,00	60.000,00	66.000,00	71.000,00
São Lourenço do Oeste	168.917,96	135.000,00	127.872,98	132.000,00	143.000,00
Aberlardo Luz	144.451,03	96.000,00	231.160,48	158.000,00	171.000,00
Bom Jesus	91.773,08	113.173,66	180.000,00	105.000,00	113.000,00
Entre Rios	48.350,09	53.951,25	64.000,00	53.000,00	57.000,00
Faxinal dos Guedes	230.966,19	243.666,30	240.000,00	264.000,00	285.000,00
Ipuaçu	250.197,05	190.580,92	186.000,00	264.000,00	285.000,00
Lajeado Grande	117.462,24	116.032,29	147.036,41	132.000,00	143.000,00
Marema	57.208,24	62.154,24	72.106,70	66.000,00	72.000,00
Ouro Verde	123.748,42	134.211,50	151.000,00	158.000,00	171.000,00
Passos Maia	129.749,07	126.434,75	132.000,00	145.000,00	157.000,00
Ponte Serrada	283.480,06	288.614,96	315.576,40	264.000,00	285.000,00
São Domingos	261.435,31	172.796,42	237.753,35	198.000,00	214.000,00
Vargeão	96.000,00	94.280,96	161.233,22	105.000,00	113.000,00
Xanxerê	748.863,47	786.535,58	780.000,00	858.000,00	927.000,00
Xaxim	325.306,90	401.898,23	339.500,00	396.000,00	428.000,00
Alto Bela Vista	17.398,50	29.245,70	41.250,00	26.000,00	28.000,00
Arabutã	-	-	14.218,50	-	50.000,00
Ipira	16.800,00	14.891,22	2.800,00	26.000,00	28.000,00
Ipumirim	79.182,54	75.044,45	72.472,35	79.000,00	85.000,00
Irani	73.306,95	92.960,70	80.000,00	105.000,00	113.000,00
Itá	78.634,54	115.963,72	126.870,69	132.000,00	143.000,00
Paial	63.704,10	108.488,37	120.000,00	105.000,00	113.000,00
Peritiba	24.000,00	24.000,00	22.000,00	26.000,00	28.000,00
Seara	64.855,13	60.000,00	60.000,00	66.000,00	71.000,00

Xavantina	13.909,85	24.000,00	24.000,00	26.000,00	28.000,00
<b>TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS</b>	-	-	-	<b>1.000.000,00</b>	<b>1.100.000,00</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	-	-	-	<b>1.000.000,00</b>	<b>1.100.000,00</b>
Outras Transf. dos Estados	-	-	-	1.000.000,00	1.100.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>10.574.084,79</b>	<b>10.895.563,17</b>	<b>12.381.553,05</b>	<b>12.000.000,00</b>	<b>13.000.000,00</b>

Chapecó, SC, 29 de setembro de 2015

Danilo Daga  
Presidente

Paulo Utzig  
CRC/SC 11.615-1/0

**ANEXO 2 - ORÇAMENTO 2016 CIS-AMOSC - EVOLUÇÃO DA DESPESA**

Estado de Santa Catarina  
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SC

Exercício: 2016  
Anexo 2

**DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA DESPESA**

Especificação	R e a l i z a d a			Fixada 2015	Prevista 2016	%
	2012	2013	2014			
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>10.853.135,86</b>	<b>10.849.730,31</b>	<b>12.098.164,84</b>	<b>11.890.000,00</b>	<b>12.880.000,00</b>	<b>99,08</b>
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>161.169,17</b>	<b>110.000,00</b>	<b>131.319,15</b>	<b>165.000,00</b>	<b>180.000,00</b>	<b>1,38</b>
Vencimentos e Vantagens Fixas	72.059,10	89.494,87	100.800,00	110.000,00	120.000,00	0,92
Obrigações Patronais	89.110,07	20.505,13	30.519,15	55.000,00	60.000,00	0,46
<b>Outras Despesas Correntes</b>	<b>10.691.966,69</b>	<b>10.739.730,31</b>	<b>11.966.845,69</b>	<b>11.725.000,00</b>	<b>12.700.000,00</b>	<b>97,69</b>
Material de Consumo	6.113,34	8.376,57	2.819,50	165.000,00	180.000,00	1,38
Outros Serv Terc - Pessoa Física	565.990,76	620.555,81	663.117,17	660.000,00	620.000,00	4,77
Outros Serv Terc - Pessoa Jurídica	10.070.246,91	10.001.255,91	11.177.557,61	10.780.000,00	11.770.000,00	90,54
PASEP	49.615,68	109.542,02	123.351,41	120.000,00	130.000,00	1,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>110.000,00</b>	<b>120.000,00</b>	<b>0,92</b>
<b>Investimentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>110.000,00</b>	<b>120.000,00</b>	<b>0,92</b>
Equipamento e Material Permanente	-	-	-	110.000,00	120.000,00	0,92
<b>TOTAL</b>	<b>10.853.135,86</b>	<b>10.849.730,31</b>	<b>12.098.164,84</b>	<b>12.000.000,00</b>	<b>13.000.000,00</b>	<b>100,00</b>

Chapecó, SC, 29 de setembro de 2015

Danilo Daga  
Presidente

Paulo Utzig  
CRC/SC 11.615/1-0



**CVC****DECRETO 003/2015**

DECRETO/PRESIDENTE nº 003/2015

De 28/09/2015

“DISPOEM SOBRE A PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO DO PROCESSO Nº. 003/2015, LICITAÇÃO 001/2015, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC. Sr. Mauri Jose Zucco, no uso de suas atribuições e na forma do, do Estatuto do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC,

**DECRETA:**

Art. 1º) Fica prorrogada por 30 (trinta) dias a Ata de Registro de Preço do processo nº. 003/2015, licitação 001/2015, modalidade pregão eletrônico.

Art. 2º) Este ato entra em vigor na data da sua publicação.

Coronel Freitas, SC, 29 de setembro de 2015.

MAURI JOSE ZUCCO

Presidente da CVC